

A MEDIAÇÃO DOS SABERES EM PERSPECTIVA

V Colóquio Científico Internacional da Rede Mussi

REGINA MARTELETO
GUSTAVO SILVA SALDANHA
ORGANIZADORES

A mediação dos saberes em perspectiva

V COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI

La médiation des savoirs en perspective

V COLLOQUE SCIENTIFIQUE INTERNATIONAL DU RÉSEAU MUSSI

Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port).

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do projeto “Ampliação e Modernização das Ações do IBICT relacionadas às Atividades de Coleta, Armazenamento, Sistematização, Análise, Disseminação e Preservação de Dados e Informações Relativos à Ciência, Tecnologia e Inovação” (Prodoc 914BRZ2005). As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.



COLEÇÃO PPGCI 50 ANOS

CONSELHO EXECUTIVO

- › Gustavo Saldanha (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- › Paulo César Castro (Escola de Comunicação – ECO/UFRJ)

CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO

- › Cecília Leite (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT)
- › Miguel Ángel Rendón Rojas (Universidade Nacional Autónoma de México - UNAM)
- › Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- › Ivana Bentes (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- › Naira Christofoleti Silveira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- › Rafael Capurro (Unesco)

CONSELHO CIENTÍFICO DO LIVRO

- › Regina Marteleto
- › Gustavo Saldanha
- › Viviane Couzinet
- › Patrick Fraysse

A mediação dos saberes em perspectiva

V COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI

La médiation des savoirs en perspective

V COLLOQUE SCIENTIFIQUE INTERNATIONAL DU RÉSEAU MUSSI

Regina Marteleto
Gustavo Saldanha
organização



Rio de Janeiro
2022

Capa: Fernanda Estevam

Ilustração: GK Vector (br.freepik.com)

Projeto Gráfico: Paulo César Castro

Normalização e catalogação: Selo Nyota

Diagramação: Fernanda Estevam

Nossos agradecimentos a toda a comunidade de pesquisadores e estudantes da Rede Mussi.

Essa obra tem o financiamento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa Científica do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

C???

A mediação dos saberes em perspectiva - V Colóquio Científico Internacional da Rede Mussi / Gustavo Saldanha; Regina Marteleto (org.). – Rio de Janeiro: IBICT, 2022. – (Coleção PPGCI 50 anos)

414p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://ridi.ibict.br/>

ISBN 978-65-89167-53-2 (digital)

1. xxxxxxxxxxxx. 2. xxxxxxxxxxxx. 3. xxxxxxxxxxxx. I. Marteleto, Regina. II. Saldanha, Gustavo. III. Título.

CDD 020



Projeto editorial em colab[oração] com o Programa de Educação Tutorial (PET) da Escola de Comunicação (ECO-UFRJ): Paulo César Castro (tutor) / aluno(a)s: Carolina Torres, Dandara Campello, João Maurício Maturana, Juliana Sorrenti, Kethury Santos, Lianne Henriques, Mariana da Paz, Moniqui Frazão, Robertha Braga, Sabrina Oliveira e Sara Maluf.



Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (IBICT/MCTI) em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).

Rua Lauro Muller, 455 - 4º andar
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
<http://www.ppgci.ufrj.br>

A pesquisa que resulta nesta publicação obteve o fomento de

CNPq
FAPERJ
Capes

& com o apoio de

UNESCO
IBICT
CENACIN
UNIRIO
UFRJ

Sumário

- 13** APRESENTAÇÃO
A Rede MUSSI e o V Colóquio Internacional na era da COVID-19: nós e resistências
Gustavo Saldanha e Regina Marteleto

- 15** PRÉSENTATION
Le Réseau MUSSI et le V Colloque International à l'ère du COVID-19: nœuds et résistances
Gustavo Saldanha e Regina Marteleto

I

Conferência de abertura / Conférence inaugurale

- 19** Memória e construção social da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)
Leilah Santiago Bufrem

II

Palestras / Conférences invitées

1

Epistemologias da mediação / Épistémologies de la médiation

- 35** Médiation documentaire: quatre dimensions pour un concept composé
Viviane Couzinet

- 45** Quando as telas se iluminam, quando as telas se apagam
Maria Nélide Gonzalez de Gomez
- 65** Mediação contra a ilusão da transparência
Ana Amélia Martins
- 77** A participação brasileira no sumário universal do conhecimento: a documentação e suas práticas
Carlos Henrique Juvêncio

2

Mediações de saberes em contexto de transformação social / Médiations des savoirs dans des contextes de transformation sociale

- 93** Construcción de capital social e identidad cultural: experiencias de oralidad documentada en comunidades indígenas y bibliotecas humanas
Daniel Canosa
- 103** Colonialidade algorítmica e epistemologia de dados: desafios à mediação social da informação
Maria Aparecida Moura
- 113** Mediação da informação frente a racionalidade neoliberal: fundamento voltado ao protagonismo social
Henriette Ferreira Gomes

3

Mediação documentária, memória e dispositivos info-comunicacionais / Médiation documentaire, mémoire et dispositifs info-communicationnels

- 127** Musées, mémoriaux, historiques: diversification des lieux d'exposition du passé
Patrick Fraysse

143 *Blogs e websites na construção, difusão e mediação da memória coletiva sobre a ditadura militar no Brasil (1964-1985)*

Georgete Medleg Rodrigues

153 *Production des connaissances en Afrique: cas des enseignants-chercheurs guinéens*

Kamano Sekou

PARTE

II

Comunicações / Communications

1

Mediação e construção social de documentos / Médiation et construction sociale des documents

175 *La médiation des Amériques au musée d'Auch: des mémoires locales à l'inscription internationale d'un territoire*

Christine Carrère-Saucède, Patrick Fraysse

187 *O cinema documentário como agente histórico: entre a mediação e a construção de conhecimentos*

Renato Lopes Pessanha, Icléia Thiesen

2

Mediação e dispositivos info-comunicacionais / Médiation et dispositifs info-communicationnels

205 *Histoire d'herbier, histoire d'universite: l'herbier de l'Universite de Toulouse comme document*

Nathalie Sejalon-Delmas, Viviane Couzinet

- 219** As bibliotecas escolares e o repositório Lattes Data: reflexões sobre informação alteritária, ética, mediação e dispositivos infocomunicacionais
Carla Maria Martellote Viola, Marco Schneider

3

Mediação documentária e organização dos saberes / Médiation documentaire et organisation des savoirs

- 237** Usages vernaculaires et usages véhiculaires: le projet documentaire des institutions culturelles dans la perspective de l'ouverture des données
Marie Després-Lonnet, Béatrice Micheau
- 253** Arquivamento da web: contribuições para a comunicação científica através das iniciativas de arquivamento e preservação de conteúdos em mídias sociais
Danilo Formenton, Luciana de Souza Gracioso
- 269** Análise bibliométrica da produção científica da Rede Mussi
Cláudia Pecegueiro, Silvana Vetter

4

Mediação documentária e cultura / Médiation documentaire et culture

- 287** Bibliothèque et jardin: approche sensible d'une médiation
Isabelle Fabre, Sylvie Sognos
- 297** Médiation du document musical: exploiter les métadonnées
Bernard Jacquemin

Mediação, espaço, leitura e patrimônio / Médiation, espace, lecture et patrimoine

- 319** Une analyse des pratiques de lecture par le dessin
Cécile Dupin de Saint Cyr, Heckel, Isabelle Fabre, Viviane Couzinet
- 335** Médiations participatives pour des collections patrimoniales en bibliothèque universitaire: premières analyses d'enquêtes documentaires mobilisant des usagers
Nathalie Joubert
- 351** A leitura em contextos de isolamento social: a humanização pela literatura
Gustavo Silva Saldanha, Patrícia Vargas Alencar

Mediação, cultura, memória e patrimônio / Médiation, culture, mémoire et patrimoine

- 365** Apprendre d'autres savoirs au musée grâce à l'universalité: vers une médiation sociétale?
Muriel Molinier
- 379** Musées de la résistance au salazarisme: patrimonialisation d'une mémoire portugaise
Viviane Ramond, Emmanuelle Lambert
- 397** Exposer la diète méditerranéenne: la place de la culture matérielle dans un projet pédagogique de conception d'exposition
Julie Deramond, Nolwenn Pianezza

APRESENTAÇÃO

A Rede MUSSI e o V Colóquio Internacional na era da COVID-19: nós e resistências

Gustavo Saldanha¹ e Regina Marteleto²

NO CONTEXTO DO JUBILEU DA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA Informação em América Latina e Caribe (1970 – 2020), a partir do início das atividades do primeiro mestrado em Ciência da Informação *stricto sensu* no território multicontinental, desenvolvido no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), destaca-se a trajetória de internacionalização, desde o início da pesquisa no instituto. Diferentes são as contribuições do diálogo internacional na travessia da pós-graduação no atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Dentre os grandes caminhos de transformação propiciados por esses diálogos, encontramos a trajetória da Rede franco-brasileira de pesquisadores em mediação e usos sociais dos saberes e da informação (Rede Mussi), fundada em 2008 pelas professoras Regina Marteleto e Viviane Couzinet. Ao longo dos últimos 13 anos, a Rede reuniu centenas de pesquisadores oriundos não apenas dos dois países fundadores do coletivo - Brasil e França -, como também de Argentina, México, Portugal, Canadá, dentre outros. Sob o espectro crítico, social e cultural do conceito de mediação no território da práxis, a Rede Mussi constituiu um solo teórico e metodológico para repensar o papel transformador dos saberes e da informação na realidade social.

O V Colóquio Científico Internacional da Rede Mussi representa o desdobramento dessa trajetória, bem como a maturidade do coletivo. O esforço conjuga, especialmente para essa edição, o aprofundamento dos elos rigorosos de compromisso com a ciência em contextos sociais críticos. Projetado para o ano de 2020, ou seja, focado objetivamente no âmbito da efeméride das comemorações do cin-

1 IBICT - UNIRIO - Brasil.

2 IBICT - UFRJ - Brasil.

quentenário da Ciência da Informação em América Latina e Caribe, em formato presencial, com sede na Cidade do Rio de Janeiro (que recebeu a primeira edição da série de eventos da Rede), o Colóquio precisou ser reagendado em razão da pandemia de COVID-19.

Sob a responsabilidade com a Ciência da informação objetivamente voltada para a crítica e para o desenvolvimento social, os nós da Rede se tornaram mais sólidos para a concretização do evento no formato totalmente remoto, realizado, após sua suspensão, em novembro de 2021. A qualidade dos trabalhos, dos debates e o resultado das pesquisas ora apresentados demonstram a capacidade da Rede Mussi, através de seus múltiplos nós, se reconstruir diante dos dilemas de cada contexto histórico-social.

Esta obra procura espelhar a pluralidade da produção científica da Rede tecida no Colóquio, a partir da conferência inaugural, onze conferências convidadas, quinze comunicações de pesquisas e faz parte da Coleção comemorativa dos 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/PPGCI do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/IBICT, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, portanto, da memória deste quinquentenário!

Le Réseau MUSSI et le V Colloque International à l'ère du COVID-19: nœuds et résistances

Gustavo Saldanha¹ e Regina Marteleto²

DANS LE CADRE DU JUBILÉ DE LA RECHERCHE ET DES ÉTUDES DE TROISIÈME cycle en Science de l'information en Amérique Latine et Caraïbes (1970 - 2020), depuis le début des activités du premier programme de recherche et formation en master recherche dans le territoire multicontinental, développé par l'Institut brésilien de bibliographie et Documentation (IBBD), la trajectoire de l'internationalisation est mise en évidence. Différentes sont les contributions du dialogue international au sein du Programme Doctoral en Science de l'Information de l'Institut brésilien d'information en science et technologie (IBICT) en partenariat avec l'Université Fédérale de Rio de Janeiro (UFRJ).

Parmi les grandes voies de transformation qu'offrent ces dialogues, on retrouve la trajectoire du Réseau franco-brésilien des chercheurs en médiation et usages sociaux des savoirs et de l'information (Réseau Mussi), fondé en 2008 par les professeures Regina Marteleto et Viviane Couzinet. Au cours des 13 dernières années, le Réseau a réuni des centaines de chercheurs non seulement des deux pays fondateurs du collectif - le Brésil et la France - mais aussi d'Argentine, du Mexique, du Portugal, du Canada et d'autres pays. Sous le spectre critique, social et culturel du concept de médiation dans le territoire de la praxis, le Réseau Mussi a constitué une base théorique et méthodologique pour repenser le rôle transformateur des savoirs et de l'information dans la réalité sociale.

Le V Colloque Scientifique International du Réseau Mussi représente le déroulement de cette trajectoire, ainsi que la maturité du collectif. L'effort conjugué, notamment pour cette édition, l'approfondissement des liens rigoureux d'engagement envers la science dans des contextes sociaux critiques. Conçu pour l'année 2020,

1 IBICT - UNIRIO - Brasil.

2 IBICT UFRJ - Brasil.

objectivement concentré dans le cadre de la commémoration du cinquantième anniversaire des sciences de l'information et de la communication en Amérique latine et Caraïbes, dans un format face à face, dont le siège est situé dans la ville de Rio de Janeiro (qui a accueilli la première édition de la série de Colloques du réseau), le Colloque a dû être suspendu en raison de la pandémie de COVID-19.

Sous la responsabilité de la Science de l'Information objectivement axée sur la critique et le développement social, les nœuds du Réseau se sont renforcés pour la réalisation de l'événement dans un format totalement à distance, tenu, après sa suspension, en novembre 2021. La qualité des études, des débats et les résultats de la recherche présentés démontrent la capacité du Réseau Mussi, à travers ses multiples liens, à se reconstruire face aux dilemmes de chaque contexte historique et social.

Cet ouvrage cherche à rendre compte de la pluralité de la production scientifique du Réseau tissée dans le Colloque, depuis la conférence inaugurale, onze conférences invitées, quinze communications de recherche et fait partie de la collection commémorative du 50e anniversaire du Programme Doctoral en Sciences de l'information/PPGCI de l'Institut brésilien de science et technologie de l'information/IBICT, en partenariat avec l'Université fédérale de Rio de Janeiro/UFRJ, donc de la mémoire de ce cinquantenaire!



I

**CONFERÊNCIA DE
ABERTURA /
CONFÉRENCE
INAUGURALE**

Memória e construção social da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)

Leilah Santiago Bufrem¹

1 Introdução

A PERCEPÇÃO DE UM PROCESSO COMO O DA CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), representativa de uma parcela substantiva de conhecimentos científicos registrados no Brasil, exige um olhar crítico e extensivo às origens desse processo, buscando seus elementos seminais, suas condições conjunturais, seus procedimentos e argumentação de validação dos resultados e produtos. O movimento, aqui relatado, sustentado por uma posição crítica à prática, implica intervenção na realidade concreta, em ação propositiva e intencional, cujo objetivo é a apropriação, a organização e a comunicação de uma parcela da produção científica periódica contextualizada.

Esse empreendimento, materialmente alicerçado, por meio de fundamentação teórica e metodologias de rigor científico, desde a identificação e seleção de registros, passando pela produção, organização e políticas de indexação, conservação e divulgação de um repertório atualizado, tem sido pautado pela articulação de seus elementos constituintes, compondo um todo orgânico. Mas, sua principal característica é ter se tornado um trabalho coletivo, integrado historicamente por pesquisadores de instituições e campos distintos do conhecimento. Embora seja possível reconhecer a Brapci como um dos chamados dispositivos digitais, cujos comandos invisíveis ganham autonomia, enquanto diminui o espaço de ação intencional dos sujeitos da informação, como aponta González de Gómez (2012), ao reconhecer a demanda por cientificidade e reconhecimento no plexo de relações intersubjetivas, entende-se esse complexo na centralidade do conjunto de atividades determinadas

¹ Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Paraná. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. Contato: santiagobufrem@gmail.com.

pelas condições e modos de produção disponíveis para as transformações almeçadas. Assim, a Brapci adquire sentido histórico na sua trajetória de construção, articulada a uma elaboração teórico-metodológica capaz de dar conta dos propósitos explícitos desde o seu projeto, nas dimensões política, pedagógica e tecnológica.

A consciência e a solidariedade necessárias ao um movimento de produção científica, rumo à abertura e extensão de um patrimônio ao público, permeou três vertentes de ação, a política, a pedagógica e a tecnológica. Questiona-se como se consolidou o processo, inspirado pela necessidade de construção de um instrumento de busca em prol da produção de saberes, quais os marcos determinantes para sua atual configuração e como se verificaram as transformações necessárias para a construção de um produto resultante de um trabalho intencionalmente voltado ao aperfeiçoamento da práxis. Esses questionamentos apresentam-se acompanhados da percepção dos aspectos vitais para sua continuidade e permanência, motivando o estudo do papel político, social e crítico das relações entre mediação e saberes e seus potenciais de transformação social. Procura-se, com apoio numa noção plural de conhecimento, destacar o papel da memória e da construção social das práticas, capacidades e habilidades transferíveis e verificáveis, assim como dos dispositivos para sua realização.

Várias questões fomentaram o trabalho proposto, especialmente a necessidade de evidenciar um processo para o qual contribuíram decisões políticas, ações pedagógicas e procedimentos profissionais intencionalmente realizados, para o acesso de documentos por usuários. Com a descrição sucinta dessas práticas movidas à intencionalidade, da qual dependeu todo o processo, pretende-se expor as soluções obtidas no decorrer das atividades. Daí a importância atribuída à memória como processo e como registro do já realizado. Como diria Gramsci (1984, p. 12):

O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário.

Somente hoje, com a consciência do realizado e a possibilidade de expor um ciclo de trabalho iniciado em 1995, é possível perceber a importância dos registros para a valorização de resultados obtidos e reconhecidos como paradigmáticos. Contribuindo para a literatura e a prática da Ciência da Informação (CI), neste momento, retoma-se a concepção marxista de práxis, como um avanço, no sentido de superação, privilegiando as condições e as ações consideradas como possibilidades

de transição da teoria à prática, assegurando, como reforça Sánchez Vásquez (2011, p. 31), a “[...] unidade íntima entre uma e outra”.

Este texto compõe-se, além desta introdução, de uma seção destinada à Brapci, suas influências teóricas e a linha do tempo de suas realizações, para proporcionar uma visão diacrônica do processo e seus resultados. Na terceira seção, serão sintetizados os resultados constantes da linha do tempo e, como última seção, serão apresentadas as considerações finais.

2 Brapci: influências teóricas e linha do tempo

A Brapci, na tentativa de prover a comunidade acadêmica de CI com as contribuições de pesquisadores em periódicos da área, resulta em um corpo de conhecimento representado pela literatura técnico-científica, considerada e selecionada a partir de critérios oriundos de políticas de publicação, constituintes de um rol de atividades científicas institucionalizadas e consideradas coerentes. Os artigos de periódicos e os trabalhos de congresso, participantes do de seu acervo, representam o trabalho de pesquisadores e, como documentação digital desafiam o cenário tradicional da disseminação da informação.

A análise das dinâmicas acadêmicas, econômicas e institucionais da construção da Brapci, desde sua origem, resultou numa construção mediadora relacionada à articulação entre as partes de uma totalidade complexa. Desde a formalização do convênio entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidad Carlos III de Madrid, visando estabelecer e consolidar parcerias de pesquisa, passa a ser perceptível o movimento de transformação de condições de investigação que proporcionassem aos pesquisadores condições de acesso aos conhecimentos de seu campo científico. O período de mais de 20 anos de realização é suficiente para observar o processo em seus movimentos, como permite a dialética.

Ao defender a projeção da pesquisa na sociedade, González de Gómez (2012) recorre a Ben-David e outros autores (1975) quando cita o princípio a ser aplicado tanto à Epistemologia Social como aos Estudos Sociais da Ciência, enfatizando que a pesquisa não somente é ela mesma uma prática social, como precisa ser projetada sobre a sociedade como um todo para seu correto entendimento.

A Brapci, enquanto realidade empírica em transformação e objeto desta exposição, originou-se como domínio delimitado ao contexto da pesquisa universitária, promovendo suporte efetivo às pesquisas da graduação e da pós-graduação em CI. Procurou-se, por meio deste trabalho, considerado como produtor de valores de uso, revelar a capacidade colaborativa, em processo crítico e relacional conforme defende Mészáros (2005), sobre o potencial do trabalho de atores da educação, professores e alunos em prol das mudanças necessárias para a construção de uma

sociedade e de uma educação para além do capital. A educação é entendida neste sentido, como uma questão de internalização pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno.

O conceito de mediação, como categoria desenvolvida por Marx e Engels (2007), a partir da dialética hegeliana, aqui se aplica em relação às possibilidades de um trabalho planejado e executado para atender a uma necessidade específica ou necessidades específicas, por meio de transformações do já existente. Ao analisarem, recentemente, os sentidos sócio-históricos das mediações no campo de estudos da informação, Martins e Marteleto (2021) referem-se às diferentes questões relacionadas à produção, acesso, consumo, apropriação e organização de informações, explorando a gênese histórica e filosófica do termo e apontando perspectivas do seu uso na construção e apreensão dos objetos info-comunicacionais na contemporaneidade.

Com esses pressupostos orientadores, a ideia para a criação de uma base de dados para estudo da produção em CI surgiu na concepção do projeto de pós-doutorado da professora Leilah Santiago Bufrem, em 1995, com o objetivo de desenvolver um repertório representativo da produção científica do Brasil e da Espanha (BUFREM *et al.*, 2010).

Neste período, primícias estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, haviam determinado, além da soberania universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1990). Esse estímulo favoreceu projetos específicos com o potencial para realização de atividades integradoras como aquela amparada pela decisão de um convênio institucional binacional, contando com a participação dos professores Elias Sanz Casado e José Antonio Moreiro González, da Universidad Carlos III de Madrid (UC3M), e da professora titular aposentada Wanda Maria Maia da Rocha Paranhos, do Departamento de Ciência e Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), além da Coordenadora do projeto de pós-doutorado. O convênio favoreceu a troca de informações e a mobilidade de professores e estudantes brasileiros para a Espanha, como de professores espanhóis para o Brasil. A ida de duas bolsistas de Iniciação Científica (IC), orientadas pela coordenadora do projeto (BUFREM *et al.*, 2010), e a vinda de professores Elias Sanz-Casado, José Antonio Moreiro González e José Antonio Frías.

Com a proposta concebida, a Base Brasil/Espanha de Artigos de Periódicos da área em Ciência da Informação (BRES) foi planejada em 1995 e tornou-se objeto de estudo e fonte de pesquisas dos grupos coordenados pelos professores Elías Sanz

Casado, na UC3M, e Leilah Santiago Bufrem, na UFPR, com o propósito inicial de proporcionar ambiente tecnológico e operacional para a realização dos estudos comparativos entre a produção brasileira e espanhola. Estudos deste tipo justificavam-se devido à falta de padronização e dificuldades de localizar repositórios específicos da área, pois nem todos os periódicos estavam indexados nas bases de dados, a maioria delas referencial. Foi adotado o *software* ProCite, opção decorrente do fato de a UC3M de Madrid estar familiarizada com a ferramenta que permitia, além da criação de diversos bancos de dados, a criação de filtros, para busca e recuperação da informação e a emissão de relatórios, possibilitando a exportação de dados para *softwares* como o Excel.

A coleta de dados era essencialmente referencial, com indicação do título, autores, resumo, palavras-chave, localização física ou eletrônica e identificação da fonte publicadora, com o título do periódico, volume, fascículo e ano. As informações provinham dos dois países, sendo originárias de bases de dados online, CD-ROM, correio eletrônico, bibliotecas digitais e exemplares disponíveis nos acervos das bibliotecas.

O processo inicial de investigação foi construído com base em duas vertentes: uma delas dirigida à literatura na área, voltada às tendências temáticas e suas raízes teóricas, cujos procedimentos integram estudos métricos da informação com as análises de conteúdo e de domínio, especialmente focadas nos artigos de periódicos e comunicações em eventos; a outra vertente, voltada à comparação entre as tendências verificadas na literatura dos dois países participantes do convênio, incluiu em seu plano de trabalho atividades didáticas e de pesquisa, a partir dos questionamentos encontrados na literatura sobre a situação da CI diante das inovações e das transformações da contemporaneidade.

As atividades relativas ao projeto inicial, portanto, inseridas em um contexto mais amplo de preocupações, partiam de questões levantadas sobre os conhecimentos e metodologias construídos interinstitucionalmente, de modo que se integrassem programas, conteúdos e práticas de pesquisa e ensino. A crença de que, ao oferecer condições para o reconhecimento e análise, a partir da literatura especializada, de expressões diferenciadas de práticas de investigação, se possa contribuir para a formalização de realizações concretas com o apoio de uma base de dados é o que motivou a continuidade desse trabalho coletivo, que passou a se direcionar apenas para uma base de caráter nacional. Assim, ao subsidiar com uma ferramenta dinâmica os alunos, professores, pesquisadores e profissionais em busca da melhoria na qualidade das publicações periódicas da área de CI, o Grupo E2PC da UFPR contribuiu sobremodo para a socialização dos saberes no ensino superior, servindo como fonte de estudos e pesquisas, no Brasil e no exterior.

Para o seu desenvolvimento, foram despendidos esforços de quase duas décadas de trabalho relativos à vertente operacional, a fim de manter sua atualização de novos trabalhos, e a vertente da pesquisa, que utiliza os dados para compreensão da CI no Brasil. As duas vertentes complementam-se reforçando um processo mais amplo, expressivo da luta pela permanência de resultados, aqui considerados de valor universal. Destacam-se, assim, reflexões sobre as tendências mais recentes da área da CI expressas na literatura, as categorias mais expressivas, as raízes teóricas dessas tendências, os autores mais representativos e suas origens. Também se destacam nessa busca os problemas concretos enfrentados pela área, as contradições que os mobilizam e sua presença em estudos de casos específicos.

Os elementos introdutórios anteriormente analisados também servem para situar historicamente o produto concreto - a Brapci - como aporte da área da informação para a produção de saberes no ensino superior, realizado graças à mobilização constante de esforços individuais em sonho coletivo. Esse produto passou a contar mais precisamente com a atuação da coordenadora do Projeto Brapci e do Grupo E2PC, e especialmente do Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), Francisco Daniel de Oliveira Costa, da UFPR. Além dessas contribuições pessoais ao projeto, contou com a participação efetiva de todos os bolsistas de Iniciação Científica, mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação e membros do Grupo de Pesquisa E2PC.

Desde a ideia inicial de reunir a literatura periódica da área de CI em repositório que facilitasse a busca e recuperação da informação para pesquisadores, acadêmicos e a comunidade em geral, até os três primeiros anos da implantação do projeto (2000-2003), foram levantados e indexados os títulos de 13 periódicos da área e, paralelamente, realizada busca no acervo da Biblioteca do Setor de Ciências Sociais Aplicadas (BSCSA) da UFPR, onde foram verificados os periódicos do acervo físico relacionados à área de CI. Os fascículos não encontrados foram solicitados aos editores ou, após localização no Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN), a outras bibliotecas, para que fossem preenchidos os dados conforme os campos definidos para a sua representação na base.

Dentro das políticas de indexação, a coordenação optou por não criar barreiras de inclusão, sendo critério *sine qua non* que o periódico tivesse como tema assuntos relativos à CI. Entre 2004 e 2008, foram realizadas análises específicas sobre as características temáticas, metodológicas e formais da literatura, obedecendo-se aos pressupostos iniciais e com a incorporação à base das publicações que atendiam a esses critérios. Essa análise possibilitou a ampliação significativa da quantidade de títulos selecionados; dos 13 iniciais para 27 títulos, até 2008, registrando-se 4.637 trabalhos publicados (BUFREM; PINTO, 2008).

Como forma de fortalecimento da estrutura de trabalho, foram apresentados e aprovados pelo CNPq, entre 2006 e 2008, dois projetos Universais de Leilah Santiago Bufrem: o primeiro, intitulado Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no Ensino Superior, relacionado ao processo 401981/2007-0 da linha de fomento “Apoio a Projetos de Pesquisa/Edital MCT/CNPq 50/2006 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas”; o segundo projeto, intitulado Metodologia para criação de uma base de dados online de acesso público: modelizando práticas para a socialização de saberes, culminou com a consolidação e disponibilização ao público da Brapci. Os projetos proporcionaram verbas para compra de um servidor e material suficiente para a infraestrutura e o processo de implantação e manutenção da Brapci, apoiado também pelos bolsistas do PIBIC/CNPq. Em 2007, começaram as primeiras experimentações na tentativa de converter a base de dados do ProCite para uma versão online acessível na Web. As primeiras tentativas foram realizadas pelo aluno de graduação, Francisco Daniel de Oliveira Costa, que realizava conversões periódicas da base original para a web. Dentro deste processo, o maior problema tinha origem na base do ProCite, por ser monousuária, ou seja, somente uma pessoa poderia trabalhar com a versão vigente da base para alimentá-la com novos registros, ocasionando, algumas vezes, versões diferentes do original e perda de trabalho, quando alimentado na versão incorreta.

Disponibilizada ao público desde 2008 como produto do projeto de pesquisa “Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior”, a Brapci indexava então 35 publicações, 27 ativas e nove descontinuadas, com mais de 13.641 documentos indexados, destes 9.321 de artigos, dossiês e comunicações científicas. Desde 2012, passaram a ser coletadas as referências bibliográficas dos artigos, de forma a proporcionar estudos bibliométricos e indicadores sobre a CI no Brasil (GABRIEL JUNIOR, 2014).

Em 2009, foi desenvolvido em um sistema próprio, utilizando PHP e MySQL, um mecanismo de coleta automática de registros, utilizando-se o protocolo OAI-PMH de arquivos abertos. Esta ferramenta de coleta, desenvolvida por Rene Faustino Gabriel Junior, possibilitou varreduras periódicas das publicações, coletando artigos novos, sem a necessidade de coleta manual. Dela resultou um crescimento significativo da base, em quase dois mil registros adicionais, na época, graças ao acesso em ambiente virtual de edições antes não acessíveis, as quais foram identificadas e incorporadas por meio de trocas de metadados.

Em 2010, Leilah Bufrem, Francisco Costa, Rene Gabriel Junior e José Simão de P. Pinto propuseram uma metodologia para a criação de ambiente integrado de monitoramento e gerenciamento de publicações periódicas para composição

de dados da Base Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). Os autores definiram e analisaram variáveis orientadoras da pesquisa e, por meio de um estudo exploratório e mapeamento das demandas dos usuários, implementaram o protótipo para concretização da proposta. Descrevem o planejamento, a construção, a implementação e validação do protótipo funcional do sistema, utilizando a rede internet como plataforma de aplicação (BUFREM *et al.*, 2010).

Devido à volatilidade dos *links* dos periódicos e à constante troca de endereços virtuais, a coordenação da Brapci em conjunto com o Grupo E2PC decidiu realizar a coleta não somente dos metadados, mas a incorporação dos artigos na íntegra com os PDFs, transformando a Brapci não somente em uma base de referência, mas em repositório da CI. Por questões de direitos autorais, só são disponibilizados os arquivos que atendem à política de acesso aberto, Creative Commons, ou que tenha autorização dos editores ou representantes legais da publicação.

Na proposta para a recuperação da produção científica em CI na base Brapci, Freitas, Bufrem e Gabriel Junior (2010) apresentaram uma metodologia de Recuperação de Informação (RI). A proposta consistiu em atribuídos pesos aos campos título, palavra-chave e resumo para determinar a relevância de estudos em uma área temática específica, possibilitando categorizar os documentos mais relevantes para a temática buscada, resultando na dissertação de Juliana Freitas, na UFPR. A metodologia foi implementada na base até 2018, quando foi disponibilizada uma nova versão, integrando o modelo FRBR de organização, o mecanismo de busca *ElasticSearch*², possibilitando buscas mais rápidas e precisas também no texto completo.

A partir de 2012, com a aposentadoria da professora Bufrem da UFPR, os dados da Brapci foram transferidos para o servidor Biblioteca Central (BC) da UFPR, a qual ficou responsável por sua custódia. Porém, devido a não disponibilização de recursos suficientes para a BC, a Brapci ficou sem incorporação de novos registros por mais de um ano. Foi necessário então desenvolver algoritmos automatizados (robôs) para coletar, processar, organizar e disponibilizar as informações, possibilitando a atualização da base com os registros correntes das revistas.

Em agosto de 2014, a Brapci já disponibilizava 37 publicações indexadas da área, sendo 29 títulos científicos vigentes e oito cujas publicações cessaram, compondo 954 fascículos, com 8.772 artigos, 53.154 citações (referências) disponibilizadas no período de 1972 a 2014. Passou a apresentar três módulos na sua configuração: o módulo público, para consultas rápidas; o módulo de manutenção, para

2 *Elasticsearch* é um mecanismo de busca baseado na pesquisa de texto completo distribuído, com a possibilidade de use de índices invertidos, e atribuição de relevância conforme sua frequência no texto, tendo um indicador destes cálculos.

revisão e correções da base; e o módulo pesquisador, para análises bibliométricas. Para o público, passou a ser disponibilizada uma nuvem de *tags* como interface visual, composta pelas etiquetas mais consultadas para guiar o usuário, sugerindo termos de busca e recuperação, sendo o tamanho da fonte das *tags* representativo da maior ou menor quantidade de utilizações da etiqueta nas buscas dos usuários.

Em 2016, como professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Gabriel Junior recebeu apoio tecnológico desta universidade, onde a base passou a ser custodiada, com a disponibilização de um servidor, espaço para armazenamento e acesso de internet de alta velocidade. Além da consequente melhoria dos sistemas de coleta e gerenciamento dos dados, a Brapci passou a ter seu domínio próprio como www.brapci.inf.br.

Em 2018, foi publicada uma nova versão da base, com a integração do modelo FRBR de organização, bem como a incorporação do mecanismo de busca *Elastic-Search*, possibilitando buscas mais rápidas e precisas também no texto completo.

Assim, tem sido desenvolvida e consolidada a Brapci, cujos critérios de construção, manutenção e abrangência a habilitam como única no Brasil com o potencial de recuperação explicitado para análise diacrônica, relevância que sobrepõe no processo de produção e disseminação do conhecimento, tanto na CI como em campos correlatos, dadas as características interdisciplinares da área.

Hoje, graças às transformações e realizações concretas, a Brapci tornou-se uma fonte de informação confiável e histórica, para estudantes, pesquisadores e a sociedade, com a disponibilização de 70 revistas brasileiras em CI, 16 revistas estrangeiras, e quatro eventos nacionais, totalizando aproximadamente 40.000 trabalhos e 120.000 referências.

A exposição das dinâmicas acadêmicas, econômicas e institucionais da construção da Brapci permite observar como esse processo ocorreu em íntima relação com a crítica à prática, relacionando-se às dimensões política, pedagógica e tecnológica.

As questões políticas perpassaram o processo, em todos os níveis de decisão e aspectos a eles relacionados, considerando-se a dinâmica das forças conjunturais relativas às questões sobre abrangência e extensão do universo indexado, às possibilidades de recursos, institucionais e tecnológicos, às condições de trabalho dos pesquisadores e participantes do grupo e às oportunidades de aproveitamento de políticas de fomento.

A dimensão pedagógica, representada também na proposta da Rede Mussi, coincide com um dos objetivos do Grupo de Pesquisa aqui representado, no sentido de expor e intercambiar resultados dos trabalhos científicos e das diferentes iniciativas e reflexões de pesquisadores e estudantes, a fim de qualificar e divulgar os conhecimentos produzidos, bem como favorecer a pesquisa, o ensino e a forma-

ção nos programas de pós-graduação, visando estabelecer e consolidar parcerias de pesquisa como foi o caso da origem desta construção.

Quanto à dimensão tecnológica, ela transcende seu papel de socializadora do conhecimento como fonte de informação e referência para a busca e análise da informação, constituindo-se também, em objeto de estudo experimental da própria área, bem como na preservação de sua memória e facilitadora na construção de novos saberes.

3 Considerações finais

Concluindo-se, pode-se afirmar que a Brapci tem cumprido importante papel ao possibilitar acesso aos registros históricos e contemporâneos da produção científica em CI no Brasil, permitindo a elaboração de estudos sobre a constituição do campo em sua evolução e o exercício da crítica à prática. Embora contradições de naturezas diversas tenham participado do processo, os resultados obtidos com a construção em pauta revelam o reconhecimento da comunidade científica traduzidos, por exemplo, em constantes menções nominais dessa base.

Assim caracterizada, a Brapci é um instrumento cujas condições de efetivação de pesquisas a situam como paradigmática, graças ao desenvolvimento do seu modelo, marcado pelo contínuo aperfeiçoamento na localização e obtenção de artigos de periódicos científicos da área de CI, oferecendo suporte à pesquisa, à organização e à análise de dados. Além disso, tem subsidiado estudos na busca da melhoria na qualidade das publicações periódicas da área de Ciência da Informação e correlatas, contribuindo para socializar saberes editoriais.

No sentido de dar continuidade a este trabalho, foram discutidas possibilidades de parceria com instituições, sistemas, plataformas e bases, com o intuito de incorporar outras modalidades bibliográficas, como teses e dissertações, livros e eventos da área ou, ainda, de transformar as práticas ou modos de produção atualmente em voga.

Finalizando, destaca-se o ambiente propício para a concretização da práxis, com a realização de estudos e proposição de metodologias no sentido de contribuir para o desenvolvimento da área. E como a história não terminou, pois participamos ainda das mobilizações no sentido de aperfeiçoar o objeto aqui explicitado, esta exposição reitera a tese da eterna busca pela transformação, presente em nossas práticas vivas, mas respaldada pelas experiências revividas.

Referências

BEN-DAVID, J. *et al.* **Sociologia da ciência**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1975.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BUFREM, L. S. *et al.* Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 22-41, 2010.

BUFREM, L. S.; PINTO, J. S. P. Modelizando práticas para a socialização de saberes. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Ancib, 2008.

FREITAS, J. L.; BUFREM, L. S.; GABRIEL JUNIOR, R. F. Proposta de metodologia para a recuperação da produção científica em ciência da informação na base Brapci. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 3, p. 45-67, 2010.

GABRIEL JUNIOR, R. F. **Indicadores bibliométricos para a área de Ciência da Informação no Brasil:** proposta para geração de indicadores de produção e citação na base Brapci. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, UNESP, Marília, 2014.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus:** Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, 2012.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MARTINS, A. A. L.; MARTELETO, R. M. Mediações da informação: sentidos sócio-históricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 174-196, 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.



**PALESTRAS /
CONFÉRENCES
INVITÉES**

1

Epistemologias da mediação / Épistémologies de la médiation

Médiation documentaire: quatre dimensions pour un concept composé

Viviane Couzinet¹

1 Introduction

LE CONCEPT DE MÉDIATION EST SOUVENT UTILISÉ EN SCIENCE DE L'INFORMATION (SI) et nous l'avons retenu comme mot de tête, tête de vedette dirions-nous en bibliothéconomie, pour désigner notre réseau franco brésilien de chercheurs MUSSI (Médiations et usages sociaux des savoirs et de l'information). C'est dire l'importance que nous lui accordons pour représenter nos recherches et pour représenter le lien qui nous unit. Nous l'utilisons au pluriel, en effet les médiations sont multiples dans le champ de l'information, chacun d'entre nous travaille des aspects différents mais toujours dans le souci d'en éclairer les usages sociaux. Néanmoins au de-là de la SI le mot médiation est aussi présent dans les recherches et dans les activités professionnelles de plusieurs spécialités comme en droit par exemple.

Ce que recouvre "médiation" est assez circonscrit dans les écrits de notre discipline comme le montrent quelques dictionnaires, le *Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication* de Bernard Lamizet et Ahmed Silem (1997), *La "société de l'information"* : glossaire critique de la Commission française pour l'UNESCO, édité à Paris en 2005 par la Documentation française. Ils se centrent sur la portée générale du terme. On peut donc considérer que "médiation" a acquis une certaine maturité et qu'il est possible de passer du concept simple à des concepts composés, ce qui d'ailleurs peut conduire à le préciser davantage afin de renforcer sa stabilité.

Néanmoins depuis quelques années on voit apparaître en France des recherches qui analysent la médiation telle qu'elle se développe en documentation. Il paraît alors nécessaire de poser des éléments de définition dans le contexte de l'activité documentaire ou dans la fabrique du document, c'est-à-dire dans les deux

1 Professoira emérita da Université Toulouse III-Paul Sabatier. Contato: viviane.couzinet@iut-tlse3.fr.

branches, l'informatologie et la documentologie, proposées par Jean Meyriat (1981) comme partition de la SI. A travers quelques recherches empiriques ou de réflexion qui se réclament ou qui observent une "médiation documentaire" on se propose de préciser les divers sens qu'on lui attribue pour l'établir en savoir, fondé et reconnu. Autrement dit on va se centrer sur la construction progressive de ce concept composé. Ceci nous paraît d'autant plus urgent que l'observation du développement des accompagnements documentaires sur les réseaux numériques peuvent parfois être présentés comme des innovations, voire des inventions ou permises par des algorithmes qui les effaceraient et ne questionne pas ce qui les a précédées ni les théories sur lesquelles elles s'appuient.

Il ne s'agit pas ici de forger "médiation documentaire" de toute pièce mais de mettre au jour la mobilisation qui en est faite et ce qui est entendu ou supposé par le groupe de chercheurs qui s'y réfère. La construction observée est donc aussi sociale. L'argumentation portera sur quatre dimensions perceptibles dans des travaux développées à ce jour. Elles sont fondées sur la valeur -dimension créditive-, l'écriture -dimension scripturaire-, l'attribution -dimension attributive-, l'espace et le temps -dimension spatio-temporelle-. Quelques indicateurs de ces dimensions rassemblés et puisés dans des études conduites essentiellement par des chercheurs français ou brésiliens devraient pouvoir alimenter un débat sur ce concept. En préalable on propose de revenir brièvement sur le sens de médiation et de documentation pour situer nos propositions.

2 Médiation et documentation

Il existe une entente au sein des sciences de l'information et de la communication (SIC) sur ce que recouvre le sens de médiation. Sans faire ici référence à l'ensemble des travaux qui visent à en donner une définition et sur ceux qui en creux s'appuient sur ce qu'il est admis qu'elle décrit on peut dire avec Yves Jeanneret qu'il s'agit d'une "image topologique (le médium, c'est le milieu entre deux points), il peut comporter l'idée d'intermédiaire (la communication passe par des objets et des agents), de compromis (le social procède d'une entente), de travail (la culture procède de transformations)" (JEANNERET, 2005). Elle vise à permettre l'appropriation intellectuelle dans une situation précise.

La manière dont les chercheurs en SIC la mobilisent a été analysé par Jean Davallon à partir de leurs écrits dont quatre volumes d'actes des communications au congrès de la société scientifique de la discipline². Il relève trois types d'usage du terme: ordinaire, opératoire, définitoire. De façon générale il est considéré qu'elle

2 Société française des sciences de l'information et de la communication (SFSIC).

a pour objet de réduire un “manque, un écart” (DAVALLON, 2003), d’instaurer une relation entre deux mondes, elle est un processus facilitateur de cette relation. L’attente repose en effet sur sa vision comme processus de communication de savoirs. Ainsi dans la médiation culturelle il s’agit d’observer comment l’appropriation de savoirs produits par des œuvres est rendue possible, ils ont donc à leur origine des artistes, dans la médiation scientifique, de savoirs produits par la recherche, donc par des chercheurs. Elle mobilise l’attention et l’action des usagers et s’appuie sur des dispositifs. On peut alors l’interroger pour son rôle pédagogique (LIQUÈTE; FABRE; GARDIÈS, 2010), vulgarisateur (JEANNERET, 1994), culturel (FRAYSSE, 2021), dans les relations qu’elle établit entre culture et documentation (FABRE, 2012).

Cependant on ne peut affirmer qu’elle est “transparente” (JEANNERET, 2008, p. 80). Par exemple si on a pu montrer qu’il existe bien une médiation entre scientifiques d’un côté et praticiens de l’autre, dans le même domaine, la relation s’établit entre les deux par une médiation qualifiée d’hybride qui prend en compte ce qui se joue pour les uns et ce qui joue pour les autres (COUZINET, 2009). Il y a donc des enjeux non seulement de partage de connaissances mais de place de chacun dans son monde respectif, de prises de positions politiques, sur les formations par exemples, ou sociales sur les progressions de carrières, les salaires, la reconnaissance d’un niveau d’expertise (COUZINET, 2000).

On est donc confronté dans le champ de l’info-communication, à une notion complexe centrale par son objet et qui progressivement s’est enrichie de qualificatifs qui la précise et la situe.

Qu’en est-il dans la documentation, domaine qui compose en France les SIC?

2.1 Documentation

Depuis l’emploi officiel du mot “documentation” par Paul Otlet lors du *Congrès international de bibliographie et documentation* en 1910 et la définition qu’il en avait donné en 1908 elle est “en matière scientifique, technique, historique, sociale ou industrielle, l’intermédiaire systématiquement organisé entre le public et les documents, entre ceux qui lisent et ceux qui écrivent” (OTLET, 1908 apud GROLIER, 1945). On perçoit déjà une parenté dans les fonctions de médiation et de documentation ce qui permet de les rapprocher et de rechercher des différences ou des spécificités qui justifieraient leur combinaison.

D’après Jean Meyriat (1993) le mot documentation recouvre quatre réalités différentes “l’ensemble de documents servant de preuve”, “le travail par lequel on rassemble, ordonne, rend utilisable cette matière”, une “profession impliquant une attitude intellectuelle, un certain regard sur le monde” et “l’ensemble des connaissances appliquées et même fondamentales qui inspirent les pratiques documen-

taires”. Il existe donc un type particulier de matière, le document, un “geste documentaire” (JEANNERET, 2008, p. 80), travail accompli par une profession, et une attitude interrogative, analytique et critique qui produit de nouvelles connaissances et relève de la recherche, la SI. On peut dire avec Jeanneret (2008) que “la conceptualisation est essentielle, car l’analyse des pratiques n’est possible qu’à partir d’un questionnement, mais elle a un statut de ressource et non de conclusion”.

La médiation documentaire est donc envisagée ici comme un processus de communication. C’est à partir de la position d’intermédiaire, de compromis, de transformations, visant à combler un manque qu’on se propose, en l’état de notre réflexion, de préciser quatre dimensions qu’elle nous paraît recouvrir et quelques un de leurs indicateurs.

3 Dimension créditive: auctorialités, usages et preuves

La première dimension que l’on peut percevoir est créditive, de *creditum*, *credere* emprunt indirect au latin et à l’italien *credito* qui signifie au XV^{ème} siècle “confiance”, “influence”, “considération”, (REY, 1995, p. 525), c’est-à-dire accorder du crédit, reconnaître la valeur. L’ensemble de documents retenu par le praticien repose sur l’intérêt qu’il représente pour un groupe d’usagers qu’il connaît. Ceci suppose l’étude d’une part de la production des documents et d’autre part de leurs destinataires, les usagers.

Le premier indicateur est donc lié à l’auctorialité et à ses strates, soit au déroulement du processus de médiation. Les conditions de production du document renseignent aussi sur la valeur qu’on peut lui accorder. Entrent ainsi en ligne de compte le cadre dans lequel il est produit, les circonstances, la chaîne éditoriale et la chaîne de distribution et de diffusion. Les aspect économiques et historiques ont ici une grande place comme le souligne Otlet dès 1934.

Le deuxième indicateur porte sur les usagers. La médiation documentaire est alors vue en tant que service de transmission d’un savoir qui se fonde sur “une anticipation des usages [... qui] amène à affiner, et donc à complexifier, la conception même de la documentation” (DUFRENE; IHADJADENE, 2013). Il s’agit de mettre en avant des documents dont on sait qu’ils sont utiles à un groupe donné. Cette intégration de l’usage s’appuie sur le dialogue ouvert avec l’usager, sur l’implication dans son activité et sur les moyens mis en œuvre pour mieux l’appréhender en particulier par des analyses sociologiques.

La preuve peut être un troisième indicateur. Dans la sphère religieuse des travaux ont montré que la médiation portée par des objets concrets, était par leur charge émotionnelle l’intermédiaire entre le malade, sa famille, ses amis et une toute puissance divine. Ici l’exvoto, analysé comme document porteur de croyances,

affiche la preuve de la reconnaissance et des remerciements (GONÇALVES DE SOUZA; ISMAEL MURGUIA, 2014).

4 Dimension scripturaire: écrits d'auteurs, écrits de praticiens

La deuxième dimension de la médiation documentaire est scripturaire c'est-à-dire par dérivation du latin classique *scriptura* (REY, 1995, p. 1899) qu'elle est liée à l'écrit, à l'écriture et à l'art d'écrire qui par extension englobe aussi une œuvre graphique (REY, 1995, p. 659). Il s'agit d'une activité d'écriture particulière, elle est une réécriture, intermédiaire entre l'écrit de départ et l'utilisateur ou pour reprendre l'intitulé d'un chapitre de *Penser la trivialité* (Jeanneret, 2008) une activité de transcription et de transformation³. Elle s'inscrit dans les problématiques de l'accès.

Les indicateurs portent sur ce qui est mis en œuvre pour opérer une réduction, une simplification, une facilitation de la compréhension des contenus. Le spectre est assez large puisqu'il comporte plusieurs types de clés d'accès qui vont du simple glossaire, aux descripteurs en passant par des mots clés, du résumé indicatif en passant par le résumé documentaire et à la synthèse.

Deux modes d'écriture composent cette dimension. Celle établie par le praticien qui travaille à partir de nomenclatures, de classifications, de thésaurus c'est-à-dire à partir de métalangages qu'il construit ou à la construction desquels il participe. La réécriture peut aussi mobiliser des normes institutionnalisées, normes de catalogage, d'indexation, de fabrication des langages, de résumés ou des normes tacites propres à un lieu ou à un champ de la connaissance. C'est encore les paramètres d'un catalogue qui définissent les éléments de description, liste des métadonnées diraient les informaticiens, les principes d'un catalogue bibliothéconomique, étant entendu qu'ils peuvent être divers pour s'adapter à un groupe d'utilisateurs ou à un projet comme celui porté par Otlet de partage mondial des savoirs.

Un autre mode de transcription est observable. Il se fonde non plus sur le travail du praticien mais sur le travail de l'auteur. Dans le paratexte la production d'un titre, d'un résumé dit "d'auteur", de mots clés issus du langage dit "naturel", de *folksonomies*, sont autant d'indicateurs d'une "auto-médiation documentaire" visant à mettre des études en relief.

Soulignons que ces indicateurs englobent aussi les modes de participation des praticiens à l'élaboration de normes qui leur permet d'extraire plus rapidement le contenu d'un texte pour faciliter leur travail, dans un contexte de concurrence entre industriels de l'information. C'est le cas par exemple des normes consacrées à la médiation de la science (titres des revues, trame de composition des articles et des résumés).

3 Chapitre 2 : Transcrire et transformer, les disciplines de l'archive p. 56-82.

Ici la médiation documentaire anticipe l'intérêt de l'utilisateur par un recours à un dispositif d'écriture qui s'exprime à travers des applications de la linguistique aux langages documentaires et à la réécriture normée ou non par un destinataire, les bibliothèques ou les fournisseurs d'information en ligne ou un professionnel de l'information, par un éditeur ou encore l'auteur lui-même. Ces écritures intermédiaires décrites par Otlet (1934) sont les fondements de la médiation documentaire.

5 Dimension attributive: documenter

Autre composante de cette médiation la dimension attributive c'est-à-dire "l'allocation dans un partage", "considérer comme étant l'effet, le résultat de quelque chose" (REY, 1995, p. 140), ce qui dans un processus de médiation reconnaît par l'intermédiaire de documents, donc ce qui est documenté.

Il s'agit d'observer la construction des liens entre un objet et un public par des documents qui vont participer à la reconnaissance de l'utilité de cet objet dans des sphères diverses. En fonction de cet objet elles peuvent être culturelles, patrimoniales, scientifiques, techniques, pédagogiques, juridiques, économiques, religieuses... Dans la sphère scientifique c'est le cas par exemple des résultats de fouille de l'archéologue qui procède par comparaison avec des objets trouvés antérieurement et des descriptions qui en ont été faites, des croquis, des écrits scientifiques. La médiation documentaire est là un travail de documentation des objets. Ils sont documentés par des experts de l'objet en question (FRAYSSE, 2013).

Outre cette attribution pour faciliter un partage de connaissance le processus de médiation est aussi une production documentaire afin de conserver une trace permettant d'accéder indéfiniment à des objets dont la pérennité ne peut être assurée. C'est le cas de la mise en scène dans une exposition ou du paysage, photographiés par des chercheurs afin de pouvoir les étudier sans être gêné par des changements (TARDY, 2012). La photographie représente, documente, sert d'intermédiaire entre une réalité et l'utilisateur.

Le processus de production de documents secondaires, documents sur les documents, contribue à reconnaître un objet pour un destinataire (ORTEGA; SALDANHA, 2017). Cette dimension attributive entre dans la caractérisation de la composition des collections et plus généralement des fonds documentaires dans les centres de documentation, les centres d'interprétation, les musées. Il a été montré par exemple que la composition d'un dossier d'accompagnement dans la variété et le nombre de ses pièces -lettres, contrats, devis, articles de magazines ou de revues, descriptifs, biographies- était lié à la visibilité d'une œuvre. Elle était exposée, prêtée, reproduite. Le compagnonnage entre l'œuvre et son dossier entre dans la

médiation documentaire (FABRE; COUZINET, 2021) car il est “un lieu d’annonciation des savoirs sur les œuvres” (DESPRÉS-LONNET; RIZZA, 2021)

Ici le processus de médiation documentaire est pensé et mis en œuvre par des professionnels de l’information, par des experts et souvent co-construit avec des usagers afin de mieux répondre à leurs demandes.

6 Dimension spatio-temporelle: cheminements

La médiation documentaire comme espace-temps qu’on désigne ici par dimension spatio-temporelle par référence à *spatium*, est “étendue, espace”, “durée”, “temps” (REY, 1995, p. 2002) et à espace “distance”, “laps de temps”, et au XVII^{ème} siècle milieu dans lequel ont lieu les phénomènes (REY, 1995, p. 722) autrement dit la manière dont la documentation, comme ensemble ou comme ordonnancement est, dans l’activité professionnelle, un certain regard sur le monde. Cette subjectivité peut reposer sur des systèmes classificatoires, des plans d’organisation de lieux d’information mais il paraît aussi possible de l’étendre aux textes imprimés ou numériques.

Espaces privilégiés de médiation des savoirs, le plus souvent organisés, les bibliothèques, les musées, les centres d’archives ou de documentation s’emploient à délimiter des espaces étendus -une salle- ou réduits -des rayonnages- ordonnés suivant des plans de classement lisibles par les usagers. Préoccupation de longue date des praticiens, délimitant ce qui est en libre accès ou réservé, la mise en espace est un indicateur de la médiation, aussi étudiée pour la projection d’une manière d’aborder des ensembles documentaires (VERON, 1989). La déambulation dans des lieux peut être assignée par les institutions de la culture, de l’enseignement ou de l’administration, des contraintes architecturales, de mobilier, d’équipements, de sécurité ou économiques.

Le cheminement proposé visant à faciliter la compréhension d’un fonds documentaire est également celui emprunté par une collection invitant à une progression intellectuelle ou temporelle. Les guides, les cotes, les étiquettes, les fiches de salle dans les musées, les indicateurs de rangées...sont les intermédiaires qui balisent l’espace en le documentant. Néanmoins ce balisage peut se heurter au parcours personnel de l’usager qui ne s’accommode pas toujours de ce qui est pré-établi. L’errance, les retours, la mise en relation avec ce qui est déjà connu et le hasard sont aussi une appréhension spatiale de la médiation documentée qui peut faciliter l’appropriation (FABRE, 2013).

Dans les textes vus comme espace, la médiation documentaire donne des possibilités de progression, d’orientation, de complémentation par des ouvertures. Cette mise en espace permet le cheminement intellectuel. Qu’il s’agisse d’un cartouche

qui délimite un ensemble d'informations sur un site numérique, d'un sommaire qui précise ce qui va être développé, ces espaces fermés de la page imprimée ou d'écran renvoient aussi à des espaces ouverts vers d'autres par des références bibliographiques, des signalements ou des boutons qui conduisent à d'autres sites et documents. Ils sont ainsi des intermédiaires documentaires, des écrits secondaires, qui composent un processus de médiation documentaire.

7 Conclusion

Le concept de médiation documentaire élaboré progressivement depuis les travaux d'Otlet a un sens qui peut sembler extensif dans la mesure où il ne se limite pas au seul groupe d'acteurs des professionnels de l'information. Son élargissement le place plus fortement dans la communication alors que l'inclusion communicationnelle de la documentation si elle est évidente pour les chercheurs en SI ne l'est pas toujours pour leurs pairs de science de la communication.

Sa composition en quatre dimensions perceptibles dans les travaux réalisés, dont nous n'avons donné que quelques exemples, paraît permettre de percevoir comment fonctionne la production de connaissances ou de savoirs dans le domaine de la documentation. Il n'était pas question ici de technique, d'application ou d'actions mais de porter un regard réflexif historico-social visant à poser la combinaison médiation et documentation comme concept des SIC sans toutefois le replier sur lui-même. Il est vraisemblable que l'évolution des recherches pourra compléter les indicateurs et même ajouter des dimensions sans perdre de vue que le projet est de participer à la construction d'un concept, autrement dit d'élever médiation documentaire au rang de concept fondamental des SIC.

Bibliographie

COUZINET, V. Complexité et document: l'hybridation des médiations dans les zones en rupture. **RECIIS** - Electronic journal of communication information and innovation in Health, v. 3, n. 3, p. 10-16, 2009.

COUZINET, V. **Médiations hybrides**: le documentaliste et le chercheur en sciences de l'information. Paris: Adbs ed, 2000.

DAVALLON, J. La médiation: la communication en procès? **MEI**, n. 19, p. 37-60, 2003.

DESPRÉS-LONNET, M.; RIZZA, M. Quand l'archive incarne l'institution: le rôle des dossiers d'œuvre dans la fabrique documentaire de la muséalité d'un musée des Beaux-arts. **Signata**, n° 12, 2021. Disponible sur: <https://doi.org/10.4000/>

signata.3151. Consulté le: 30 nov. 2021.

DUFRENE B., IHADJADENE M. La médiation documentaire dans les institutions patrimoniales: une approche par la notion de service. **Culture et musées**, n. 21, n. 1, p. 111-130, 2013.

FABRE, I.; COUZINET, V. L'œuvre accompagnée: médiation documentaire au musée. *In*: FRAYSSE, P. (dir.). **Médiations culturelles innovantes**: observations croisées dans deux musées toulousains. Dijon: les dossiers de l'OCIM, 2021. p. 39-56.

FABRE, I. **L'espace documentaire comme lieu de médiation**. Esquisse, 2013. Disponible sur: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal.00837950>. Consulté le: 30 nov. 2021.

FABRE, I. Médiation documentaire et culturelle dans le musée. **Communication & langages**, n. 173, p. 83-99, 2012.

FRAYSSE P. Document et monument au musée Saint-Raymond, musée des Antiques de Toulouse. **Culture et Musées**, n.21, p. 67-87, 2013. Disponible sur: https://www.persee.fr/doc/pumus_1766-2923_2013_num_21_1_1732. Consulté les: 30 nov. 2021.

FRAYSSE, P. (dir.). **Médiations culturelles innovantes**: observations croisées dans deux musées toulousains. Dijon: Editions de l'OCIM, 2021.

GONÇALVES DE SOUZA, B.; ISMAEL MURGUIA, E. L'ordre des objets et la documentation de la foi: les ex-voto du Sanctuaire national d'Aparecida (SNA, Brésil). *Études de communication*, n. 42, p. 77-96, 2014.

GROLIER, E. de. Paul Otlet pionnier de la documentation et de la coopération internationale. **Bulletin de l'Union française des organismes de documentation**, p. 190-215, 1945.

JEANNERET, Y. **Ecrire la science**: formes et enjeux de la vulgarisation. Paris: Presses universitaires de France, 1994.

JEANNERET, Y. Médiation. *In*: **La Société de l'information**: glossaire critique. Paris: la Documentation française, 2005. p. 105-107.

JEANNERET, Y. **Penser la trivialité**, vol. 1 La vie triviale des êtres culturels. Paris: Hermès-Science, Lavoisier, 2008.

LAMIZET B, SILEM A. **Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication**. Paris: Ellipses, 1997.

LIQUÈTE, V.; FABRE, I.; GARDIÈS, C. **Faut-il reconsidérer la médiation documentaire ?** Les enjeux de l'information et de la communication. 2010. Disponible sur: https://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2010-dossier/liquete-fabre-gardiès/liquete-fabre-gardiès.pdf. Consulté les 30 juin 2021.

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et schématisation**, n. 14, p. 51-63, 1981.

MEYRIAT, J. Un siècle de documentation: la chose et le mot. **Documentaliste-Sciences de l'information**, v. 30, n. 4-5, p. 192-198, 1993.

ORTEGA, C.; SALDANHA, G. La notion de document d'Otlet à Meyriat et les propositions néo-documentalistes. **Sciences de la société**, n. 100, p. 147-158, 2017.

OTLET, P. **Congrès de Bibliographie et Documentation**. Rapport sur l'Institut International de Bibliographie et l'organisation systématique de la Documentation, 1908.

OTLET, P. **Traité de documentation**, le livre sur le livre. Théorie et pratique. Liège: CLPCF, 1934.

REY, A. **Dictionnaire historique de la langue française**. Paris: Le Robert, 1995.

TARDY, C. **Représentations documentaires de l'exposition**. Paris: Hermann, 2012.

UNESCO. Commission française pour l'UNESCO, 2005. **La société de l'information: glossaire critique**. Paris: la Documentation française, 2005.

VERON, E. **Espace du livre: perception et usages de la classification et du classement en bibliothèques**. Paris: Bibliothèque publique d'information, 1989.

Quando as telas se iluminam, quando as telas se apagam

Maria Nélide Gonzalez de Gomez¹

1 Introdução

SOB OS EFEITOS, AINDA, DAS PERDAS E CONSTRANGIMENTOS GERADOS OU MAXIMIZADOS pela emergência sanitária, aos poucos cresce o desejo de desenhar cenários prospectivos, de reformulação de alternativas e possibilidades.

Imprevista, a declaração da pandemia, abril de 2020, redesenhou rapidamente todas as variações e figuras das ações de informação, das quais somos agentes, assunto, destinatários. De algum modo, em alguns momentos, pensamos que todas as formas possíveis de sua execução e governança, ficariam encapsuladas numa Infoesfera digital. Enquanto o mundo exterior se apertava no micro entorno do espaço doméstico, os dispositivos digitais ampliavam suas ofertas de *realidade aumentada*, e modalizavam nossos movimentos, intencionais ou causais. com protocolos programados de acesso e comutação.

Era a hora de se iluminarem as telas, dos computadores, celulares, TV, de aferir as ofertas dos plurais provedores de serviços de Internet, do *streaming* as plataformas de mídias sociais, dos buscadores como o Google às redes de mensagens como o WhatsApp. Seria um tempo em que seriam mais visíveis, e mais fortes em seus efeitos, as relações entre as redes e o poder. Conforme Manuel Castells (2011), o *poder de rede*, que é o poder de incluir ou excluir, exercido pelos já incluídos e dominantes em configurações de rede; o *poder da rede*, agenciado pelo padrões prescritivos que controlam a inclusão e os já incluídos em redes; o *poder em rede*, um poder exercido pelos “atores sociais sobre outros atores sociais na rede” (mas que teriam esse poder independentemente das redes sociotécnicas); o *poder de fazer redes*, poder da construção de infraestruturas de rede, programadores, atores *poiéticos* que tem poder para programas as redes como para “estabelecer relações e alianças estratégicas entre os *atores dominantes* de outras redes” (CASTELLS, 2011, p. 173).

1 Doutora em Comunicação. Pesquisadora Titular Aposentada IBICT-MCTIC. Professora PPGCI UFRJ-IBCT e PPGCI-UFF. Contato: marianelidagomez@gmail.com.

Preparada pela microcomputação, primeiro dos *desktop*, depois dos *smartphones*, os objetivos da *Global Information Infrastructure* (GII), anunciados no discurso de Al Gore, vice-presidente dos Estados Unidos, na reunião da *International Telecommunication Union* (ITU), em Buenos Aires, 1994, em alguma medida, teriam sido alcançados. Por certo, se em 1994 assumiam-se expectativas de ver a democracia, os mercados e as novas redes sociotécnicas, cresceram em harmonia e na mesma direção, os resultados têm sido muito mais complexos e incertos, envolvendo os territórios e motivando ou ao menos demandando, antes mesmo da crise sanitária, a atuação geopolítica dos Estados (JESSOP, 2016).

Após 35 anos daquela idealizada Pax digital, a Internet, rede de redes, ancoragem das plurais malhas digitais, ao mesmo tempo que cada vez se faz mais presente e necessária em todas as modalidades das atividades domésticas e profissionais, internacionais e locais, etaria cada vez mais opaca e distante do imaginário sociotécnico que, conforme ten Oever, le outorgava três propriedades: “navegabilidade de ponta a ponta; abertura; inovação sem permissão” (TEN OEVER, 2021).

Neste ensaio, dirigimos nossa reflexão a reconstrução e rápido esboço de três cenários: 1 A reconstrução do macro ambiente sociotécnico, conforme alguns dos discursos que visavam a seu entendimento (vigentes, até um dia antes da pandemia), e que se oferecia a nossas vidas, quase que desterritorializadas, como alternativas de manter-nos incluídos nas redes; 2 um corte fotográfico sobre a vida dupla das redes, com rápidas referências a suas formas de manifestação em atividades acadêmicas e de pesquisa; 3 Considerar questões decorrentes de um certo conflito entre comunicação e memória, nos ambientes sociotécnicos, e alguns de seus efeitos e desdobramentos na perspectiva do acesso aberto à informação científica e especializada. Deixamos, finalmente, em aberto e para debate, umas poucas proposições de ações de funções e efeitos infocomunicacionais, buscando caminhos de superação de efeitos indiretos do COVID 19, que afetaram atividades e ambientes acadêmicos e de pesquisa, e visando a não negligenciar a aprendizagem destes tempos difíceis.

2 Funções da rede das redes, internet: a comunicação vinculante ou a coleta de dados/ inscrições?

Nos últimos anos, antes da irrupção da pandemia, nos tem sido oferecidas plurais e conflitantes narrativas que visam espelhar um macro cenário planetário, onde aconteceria a expansão incremental ou disruptiva das redes digitais. Seguindo uma de nossas linhas de leitura, escolhemos recuperar as propostas paradigmáticas de dois autores da Europa mediterrânea, Manuel Castells (Barcelona/Espanha) e Maurizio Ferraris (Turin/Itália). Os dois destacam a Internet como a configurado-

ra principal do cenário, sendo que um a decodifica a partir de seu funcionamento como rede *de relações sociais* e outorga centralidade à *comunicação*, e outro, aposta no caráter indelével ou noumênico do traço tecnológico, destacando, na Internet, sua *função de arquivo*, como *Web memória*.

Um dos mais pródigos autores das sociedades-rede, interlocutor involuntário de muitas destas reflexões, Manoel Castell (2011), tinha feito uma enxuta afirmação, que se oferecia como premissa às análises da sociologia e das ciências políticas: “O poder na sociedade em rede é exercido por meio de redes” (CASTELLS, 2011, p. 773). Nessa abordagem, Castells retoma suas teses sobre a centralidade cultural e política das redes, como expressão atual e planetária das formas de comunicação, analisando a assimetria da distribuição de poder em redes sociotécnicas, conforme quatro formas principais em que nelas se manifestam as modalidades e efeitos do poder (CASTELLS, 2011).

No estado atual de suas investigações, Castells mantém e atualiza as dinâmicas dominantes nas sociedades-redes, dispondo de indicadores que avançam as consequências dos programas neoliberais de globalização. Numa obra coautoral, anterior à declaração da pandemia (CALDERÓN; CASTELLS, 2019), a análise das redes e retomada na perspectiva da América Latina, cuja unidade é parte da discussão, mas que apresenta processos e características comuns (alguns dos quais poderão ter um efeito diferencial na pandemia), tal como o “extrativismo informacional”:

[...] uma nova dinâmica capitalista baseada numa dinâmica tecno-econômica que funciona em redes e núcleos globais de produção, comercialização e gestão financeira do produto extraído. *Por esse motivo, chamamos os novos produtos, metaforicamente, de cobre informacional, gás informacional, soja informacional e até mesmo cocaína informacional*, de vez que sua produção se assenta em múltiplas cadeias de valor que vão desde a exploração e prospecção dos recursos naturais, com a incorporação dos avanços da ciência e da tecnologia em especialidades muito dinâmicas e particulares, até as redes globais de comercialização e financiamento. Um elemento crucial desses novos empreendimentos é que eles são necessariamente integrados — dada a competência internacional — a sistemas de inovação que dependem da pesquisa científica e tecnológica, e *funcionam em redes e núcleos estratégicos*. ... Os lucros do produto natural informatizado são, portanto, resultado da combinação do recurso natural com a introdução de tecnologias nos diversos momentos produtivos para obter ganhos maiores com a escala introduzida (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 54, grifo nosso).

O “extrativismo informacional”², atualiza e reformula as práticas extrativistas coloniais e os conflitos a que deram lugar, resgatando as periferias das abordagens complementares sociotécnicas, ao abrir espaço às lutas dos coletivos indígenas pela mãe terra, ao mesmo tempo que envolve as práticas extrativistas em redes, tecnologia e algoritmos, projetando os conflitos históricos e locais nos mercados econômicos e financeiros transnacionais. O extrativismo neocolonial chancela a relação indissociável entre *redes e territórios*,

[...] o “extrativismo informacional” é inseparável de sua territorialidade [...] ambos não só são indissociáveis como tendem também a produzir um novo campo de conflito histórico que se expressa igualmente nas redes sociais internacionais, dado que o impacto ambiental das explorações extrativas é tão global quanto as empresas com as quais elas interagem (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 54-55).

Ao mesmo tempo, destaca-se a reformulação das dinâmicas culturais -ou multiculturais- pelo que os autores denominam uma *tecnossociabilidade*³, como uma característica da juventude dos grandes centros urbanos, mas não atribuível somente a eles.

Geram-se assim outras formas de vida e sociabilidade “tecnocomunicacionais”, nas quais as tics constituem não somente instrumentos, mas sobretudo contextos ou condições ambientais que permitem novas identidades, novos valores, novas visões de vida. Sendo assim, elas redefinem o tempo e o espaço entre pessoas de distintas sociedades e estratos, como também os confrontos e novas relações de poder e domínio, configurando novos campos de conflito próprios da era da informação e renovando a lógica dos confrontos provenientes da época colonial ou da industrialização dependente que as sociedades do continente latino-americano viveram.

Um dos efeitos dessa *tecnossociabilidade*, seria a emergência de uma Democracia representacional, “*de público*”, antes que de *participação*, preferindo-se como

2 O “extrativismo informacional” tem proximidades semânticas com a abordagem de Pasquinelli e Joler, do “extrativismo de conhecimento” (PASQUINELLI; JOLER, 2020), mas diferem na extensão e compreensão do conceito.

3 O termo “geração da tecnossociabilidade” teria como origem um *Relatório de desenvolvimento humano para o Mercosul*, do Pnud, citado em Calderón, 2008.

recursos de expressão política *os meios de comunicação verticais* (como tv, rádio e jornais), mas utilizando de modo preferencial os meios ditos *horizontais*, como internet e celulares (CALDERÓN; CASTELLS, 2021b).

Se *tecnosociabilidade*, como modo de subjetivação social que é gerada e se manifesta nas redes de mídia e a Internet, destaca a função comunicacional e vinculante das redes digitais, seria preciso dar igual relevância as outras e opostas possibilidades de usos estratégicos da Internet e dos provedores de serviços, como gerar ações de desinformação, num único ponto da rede, e multiplicar artificialmente as ocorrências de mensagens como sendo expressão de múltiplas agências de emissão.

Maurizio Ferraris, sustenta teses que se contrapõem à concepção info-comunicacional da Internet, sintetizadas em sua proposição da contextura ontológica de uma Web-Arquivo ou uma Web Metafísica, cuja análise prospectiva avança do *fatum* tecnológico à uma teleologia da História, que é a etapa em que o gênero humano alcança o aperfeiçoamento da memória, assentada na a produção massiva (e digital) de documentos-dados.

o novo mundo se caracterizará por uma melhora técnica da memória humana, tal como o mundo industrial se caracterizou por uma melhora técnica da força humana (FERRARIS, 2020, p. 39).

Ferraris (2014, 2017, 2020), é crítico das abordagens que partem da teoria atos de fala de Searle, da consideração do ato enunciativo como matriz primitiva para a elaboração de uma teoria do ser social, e da confiança no sucesso vinculante dos atos ilocucionários. Pelo contrário, enfatiza a precariedade do enunciado, a depender do caráter efêmero da enunciação, e faz da duração pela objetivação (o documento) a ancoragem constitutiva do social.

Dois termos organizam as premissas de sua concepção de uma ontologia social. Primeiro, *a documentalidade*, designação do ambiente de constituição das objetivações sociais, e a *Documerialidade*, que seria a transcodificação ontológica do social-documentário, no repositório da *Web arquivo*, para Ferraris, pelo acontecimento de um salto civilizatório, da informacionalização à automatização.

Em um regime totalmente automatizado, as máquinas não se limitam a substituir a força humana realizando trabalhos mortos que integram o trabalho vivo de operários e empregados. Ao contrário, algo profundamente diferente acontece, também e principalmente do ponto de vista conceitual, algo que não havia sido previsto nem mesmo em *Fragment on Machines* de Marx: trabalho morto, automação, torna-se tão per-

feito e autônomo - graças à coleta de dados que instrui os processos de produção e distribuição - o que não exige, pelo menos na aparência e nas formas tradicionais de esgotamento ou alienação, *qualquer trabalho vivo* (FERRARIS, 2020, p. 41).

A tríade documento: dado: capital – com ênfases na “coleta de dados que antes não se pensaria em preservar” - sintetiza a transformação dos dados- documento (ou vice-versa) em capital, operacionalizada por uma máquina ontológica, a Web Arquivo, idealizada como memorial perpétuo da fungível experiência humana.

De fato, outros autores apostam na formação, funcionamento e consolidação de um *capital semântico* (FLORIDI, 2018). Em Ferraris, a capitalização seria a etapa de finalização o que ele denomina *a revolução documедial*. Duas abordagens que fazem do capital o conceito-chave de um paradigma societário, o *liberalismo* e o *marxismo*, teriam errado: um, por identificar como protótipo do capital; outro, por considerar o capital como produção de bens e de trabalho.

O capital é a forma essencial da cultura humana, por tanto, da natureza humana (já que não haveria natureza humana for a da cultura), porque é a condição de possibilidade da tecnologia e dos objetos sociais... Com a revolução documедial, o dinheiro, que representava de maneira incompleta o arquivo, foi substituído pelo arquivo enquanto tal (FERRARIS, 2020, p. 43).

Os dois discursos e cenários aqui apresentados, não a pretendem ser a reprodução do que Ferraris caracteriza como confronto de *Intencionalistas e Documentalistas* (FERRARIS, 2020), mas podem ajudar a contextualizar as perguntas e as apostas radicais sobre os rumos das configurações tecno-sociais contemporâneas, nas incertezas do presente. De fato, Ferraris aponta com clareza, a automação, como efeito pouco associado, por exemplo, à Inteligência Artificial.

De que maneira, estas perspectivas em oposição, podem contribuir (pela confirmação ou pela crítica), à prospecção de novos cenários, pós-pandêmico ou alheios a crises sanitária? O que se desenha no horizonte: retorno aos mesmos problemas e alternativas, uma fase de transição, uma ruptura – indeferível, desejada, imprevista?

3 A vida dupla das redes digitais: quando as telas se iluminam, quando as telas se apagam

Aconselhada pelas leituras de Knorr Cetina (2009, 2014, 2016), achamos interessante observar a vida dupla das redes digitais e telemáticas, ora quando as telas

se iluminam, ora quando as telas se apagam. Ajuda a entender melhor o funcionamento e efeitos dos provedores e serviços de Internet, aos que tantos recorremos em tempos pandêmicos, e o modo como eles auxiliam e afetam nossas diferentes atividades profissionais e acadêmicas.

Quando as telas se iluminam, temos acesso a diferentes ofertas de serviços e recursos da Internet: desde os buscadores como o Google ou o Google Acadêmico, o e-mail, e a outros recursos mais específicos. As telas iluminadas seriam a porta de entrada para os ambientes digitais, após a pandemia “desterritorializar” nossos coletivos acadêmicos (aulas, reuniões de orientação, seminários, grupos de pesquisa). Foi o tempo em que tivemos que aderir à ou aumentar o uso da Internet, das plataformas de mídia social, as videoconferências por serviços especializados, como o ZOOM, ou acessando os serviços de *streaming*, como *YouTube* ou *Facebook lives*,

Frente a essas telas e dentro das telas, reinventaram-se atores e audiência, seja compartilhando reuniões com telepresença, seja audiências intercomunicadas pelo *chat*, reunindo atores centralizando as *telas*, atuando como gestores e programadores, estabelecendo novas parcerias entre diversas comunidades profissionais, como as que programam as telas, e todos os que as mantêm acessas e funcionais.

Uma segunda fase da vida das redes, acontece *quando essas mesmas telas ficam apagadas* (para nós), e começa um outro ciclo de atividades em torno dos dispositivos de provisão de *mídias sociais, streaming, aplicativos de mensagens como o WhatsApp*: os agentes que lidam com elas, nesta fase, possuem outros conhecimentos e competências e assumem outras finalidades. Quando as telas se apagam, entraria em atividade a elite dos que atuam como agentes corporativos, trabalhando para as grandes empresas tecnológicas da Internet (como o Facebook ou o Twitter): engenheiros de computação, programadores, especialistas em *data mining* e no monitoramento do mercado de ofertas e consumo de dispositivos em rede, os *makers* e os modeladores (designers) de serviços online. Quando Lucien Goldman (1970) diz que, na transmissão de informações, há um ser humano em cada uma de suas pontas, hoje deveria dizer que, numa ação de informação em redes digitais e socio-técnicas, intervém ao menos duas comunidades de práticas e conhecimentos, a que agencia a ação de informação e a que provê as condições de sua realização.

E ainda quando as telas ficariam total ou “a médias” opacas, de maneira definitiva, pareceria que as alterações e caráter contingencial dos ciclos tecnológicos, não coincidem de modo necessário com a durabilidade e finalidade dos atores e atividades sociais que os implementam ou os utilizam. É nessa direção que Cetina (2014, 2016), após ter eliminado, em suas investigações, a demanda interacionista de ancorar as pesquisas em relações presenciais, mantém a premissa intencionalista ao sustentar que, ao deslanchar-se uma inovação tecnológica, o ser humano

sempre “manteria a mão no gatilho”. Estudando as mudanças das práticas financeiras das Bolsas, e suas infraestruturas tecnológicas, Cetina acompanha uma passagem progressiva das negociações eletrônicas às negociações algorítmicas, onde os operadores dos pregões das Bolsas financeiras, seriam substituídos por *Software-agents*, silenciosos, cegos e invisíveis⁴.

Se nas *negociações eletrônicas* das operações do mercado financeiro, tinha desenhado um cenário de *realidade aumentada*, onde a formatação das atividades e interações segue um *script* pautado em grande parte pelos “regimes escópicos” de dispositivos e redes digitais (CETINA, 2009, 2014; GONZALEZ DE GOMEZ, 2020), nas *negociações algorítmicas*, quando as telas ficarem totalmente apagadas -ou ao menos, opacas pela metade- seriam os *agentes artificiais* os que “trabalham, tomam decisões e determinam o sucesso do investimento” (Cetina, 2016, p 10). O mundo surgido com a digitalização, desde 1980, estará a ponto de desvanecer-se na história, mas para dar lugar a outro mundo, que a autora projeta como um mundo onde o Mercado de Cambio subsistiria, de modo diferente mas sem perder sua prosperidade, com uma pluralidade de atores, modelos de negócios, busca de vantagens estratégicas.

O novo mundo será curado e monitorado por humanos. Qual é a diferença entre um curador de mercado e um operador de bolsas? Ou, falando mais amplamente, qual é a sociologia do novo mundo com sua estrutura de agentes de software que trabalham, tomam decisões e determinam o sucesso do investimento? (CETINA, 2016, p. 9).

Para Cetina, frente a resiliência do capital financeiro, os efeitos da automação, sem maior drama, promoveriam uma “substituição histórica” de um modelo de elite profissional por outras (CETINA, 2016, p. 9). Cabe destacar que em sua abordagem, os sistemas econômicos teriam maior estabilidade que os sistemas tecnológicos: o funcionamento da inovação tecnológica e seus efeitos sociais, não abalaria assim os interesses, as estratégias nem a finalidade da alta esfera do capitalismo financeiro.

Por um acaso (certa demora involuntária na entrega deste texto), vivenciamos um caso, em que as telas se apagaram, de maneira ao mesmo tempo parcial, abrangente e global (se bem não definitiva), colocando em dúvida que possa falar-se,

4 Cabe lembrar que muitas inovações infocomunicacionais tem começado na área das finanças: os *Jornais* das Bolsas surgiram muito antes que os periódicos de bancada, os científicos e os de fins políticos (HABERMAS, 1984).

com propriedade, de duas faces das telas. O apagão do 4 de setembro de 2021, interrompeu a provisão de serviços de uma megacorporação, proprietária de três grandes redes da Internet: o *Facebook*, o *WhatsApp* e o *Instagram*. Todos os rastros se apagaram, como se o Facebook, por exemplo, nunca tivera existido. Surgiram problemas de todo tipo, os jornalistas perderam suas fontes; os pequenos e grandes negócios, suas vendas e ganancia; e *Mark Elliot Zuckerberg*, o dono dessas redes, seis bilhões de dólares (para tranquilidade de todos, já recuperados, com o reestabelecimento, após umas seis horas, dos serviços oferecidos pelas firmas envolvidas). Os jornais traziam algumas das perguntas que ganharão força a luz daquele evento disruptivo, reiteradas em diferentes figuras discursivas, de todos os afetados pelo acontecimento: acerca da segurança informacional, e sobre os efeitos de dependência, nas atuais sociedades em rede, de pessoas, instituições, negócios, educação, trabalho, das formações oligopólicas dos fazedores das redes digitais e provedores de serviços de informação, e seus modos de apropriação do ambiente digital⁵.

Este ensaio, que contava com exemplos miúdos para questionar a forma e durabilidade trans humana dos dados e dos “rastros” maquímicos, assim como os modos de sua expansão e apropriação, não mudará de rumo. O exercício de reflexão teve como ponto de partida as experiências de reformulação das dinâmicas infocomunicacionais, implementadas para dar prosseguimento das atividades acadêmicas e de pesquisa, em situações sanitárias emergenciais. É o momento de trazer para nossos ambientes de preocupação, as perguntas gerais antes formuladas: retorno, transição, *resserest*?

Com essa orientação, iniciamos a problematização do funcionamento e efeitos das tecnologias de redes sobre dinâmicas sociais de informação, para agora limitar o exercício de reflexão, para pensar em eventos da *comunicações científicas e acadêmica em dispositivos de rede de acesso aberto*, com diferentes configurações e finalidades (temas, expositores, mediadores, modalidades de participação)⁶, e que

5 O globo newsletter@newsoglobo.com.br “ESSENCIAL: Pane do Facebook prejudica negócios”; *The Guardian*, UK, 05/10/21 (“Facebook whistleblower accuses firm of serially misleading over safety”/ “Frances Haugen filed at least eight complaints against the company regarding its approach to safety”; *New York Time*, 05/10/21 -Shira Ovide, “Facebook Whistle-Blower to Push for More Regulation of Social Network”; “Frances Haugen, a former Facebook project manager, is testifying in a Senate hearing about how the social network was aware of its harm to young people”; “In her opening statement, she said Facebook’s products “weaken our democracy” and that “congressional action is needed.”” (entre outros).

6 Não é objetivo destas reflexões as análises do ensino remoto emergencial, nem da educação a distância (EAD). Nas Universidades Federais, existem disposições normativas acerca do uso das

exemplificamos com breves referências ao uso, nessas circunstâncias, de serviços ou plataformas de *streaming*, como o *YouTube*. De fato, foram usados diversos dispositivos, incluídos o Facebook à sistemas de videoconferências, como o Zoom, mas nos limitaremos as plataformas de *streaming*, que exemplificam bem, em escopo e abrangência, a proposta desta reflexão.

O universo do *streaming* é mais amplo do que imaginamos, e bastante dinâmico e suscetível a inovação, em suas funções, usos e modos de agenciamento. Para Sundet e Colbjørnsen (2021), o *streaming* estaria hoje ganhando centralidade nas indústrias culturais, desenvolvendo novos modelos de negócios, e alterando ofertas de conteúdo e o acesso dos consumidores.

O streaming está mudando as indústrias culturais, mas de diversas maneiras e em ritmos diferentes. Embora a mudança em direção ao streaming seja mais pronunciada na *indústria da música* (Hagen, 2015; Spilker, 2018; Wikström, 2013), os setores de *cinema e televisão* têm tendências semelhantes (Bruun, 2020; Johnson, 2019; Sundet, 2021), e até mesmo a *indústria do livro* está vendo o impacto do modelo de streaming, especialmente para audiolivros digitais (Colbjørnsen, 2015; Have & Pedersen, 2020; Tattersall & Nolin, 2020). Em todos os setores, plataformas globais como Spotify, YouTube, Netflix, Disney e Amazon ganharam posições vitais, desafiando os participantes da indústria - criadores de conteúdo, editores / distribuidores e provedores de streaming nacionais - e seus modelos de negócios e práticas (SUNDET; COLBJØRNSEN, 2021, p. 12).

Neste ensaio focalizamos o *YouTube*, ao qual caberia um papel inovador, já que excede os modelos de negócios das indústrias de mídia, ao incluir em seus serviços, além da produção profissional de conteúdo, os *CGU (Conteúdos Gerados pelo Usuário)*, se bem em muitos casos, abrem caminho a novas categorias de profissionalização. Hoje, encontramos no YouTube séries de aulas de diferentes disciplinas, *lives* de cantores profissionais e iniciantes, soluções para problemas práticos, receita de cozinha, e outros formatos de conteúdo que visam ao compartilhamento conhecimentos, ou associados a um valor diferencial de informação, como a valores estéticos ou recreativos, somando-se aos múltiplos recursos fornecidos pelos provedores do YouTube.

tecnologias digitais e de rede, em aulas, exames e outras atividades institucionais formais, assim como disponibilizado o acesso a programas e ferramentas computadorizadas, desenvolvidas ou pelas próprias Universidades.

Tecnologicamente, “streaming” designa a mídia que é recebida simultaneamente por um usuário enquanto entregue por um provedor. Mediante solicitação, o provedor envia arquivos como pacotes de dados para o dispositivo do usuário que são descompactados e excluídos após o consumo (cf. definição de Kung (2017)). Esta transferência, que ocorre na Internet, depende da compressão e transmissão de arquivos conforme protocolos de padronização. Os usuários obtêm acesso de *streaming* por meio de uma variedade de dispositivos e software multimídia (COLBJØRNSSEN, 2020, p. 5).

Os serviços de *streaming*, comparativamente a outros meios da dita indústria de mídia, apresentam algumas limitações seus usuários⁷, mas também oferecem outras vantagens, o que os levaria a ocupar um lugar cada vez mais central no mapa das redes de provisão de serviços que se agregam na Internet:

[...] enquanto a tecnologia de transmissão tradicional, por exemplo, pode literalmente oferecer fluxos mais contínuos e um livro em papel pode fornecer uma experiência de leitura mais confortável, o princípio de comutação de pacotes conta para outras possibilidades que contribuíram para a popularidade das soluções do *streaming* baseadas na Internet: a possibilidade de *time-shifting* e recuperação sob demanda, acesso a vastas bibliotecas de conteúdo e número ilimitado de canais, e o uso de múltiplos dispositivos para recuperação. (SPILKER; COLBJØRNSSEN, 2020).

Para Spilker e Colbjørnsen (2020), os serviços digitais de *streaming*, após terem surgido na década dos 80, tiveram nos últimos anos um crescimento ex-

7 “Se partirmos de um nível puramente técnico, é possível definir streaming... como a transmissão e recuperação de um conteúdo digital que é armazenado e processado em um servidor remoto. Ao contrário do *download*, o conteúdo é retido apenas temporariamente no cache, não ficando armazenado de modo permanente, no disco rígido do dispositivo do usuário. Além disso, é preciso especificar que a transmissão ocorre por meio de redes digitais baseadas em TCP / IP, o protocolo de núcleo subjacente para todas as transmissões da Internet. O princípio básico do TCP / IP é conhecido como ‘comutação de pacotes’, o que significa que o conteúdo não é transferido como fluxos estáveis e contínuos ... [nem] em linhas abertas e ininterruptas (como transmissão tradicional ou telefonia), mas em pequenos pacotes sequenciais de dados que são lacrados e reabertos (como as cartas tradicionais). Provavelmente, todos nós já experimentamos o lado negativo dessa solução: fluxos que atrasam, armazenam em buffer, param e congelam quando menos queremos” (SPILKER; COLBJØRNSSEN, 2020).

ponencial, mas ainda é recomendável certos cuidados para definir o escopo e abrangência dos serviços, já que os modelos de *streaming* estariam em constante processo de diversificação, e poderia falar-se de um mercado ainda imaturo ou de um dispositivo numa fase de *flexibilidade tecnológica*. Uma das manifestações dessa flexibilidade, seria justamente a incorporação de novas categorias de conteúdo, e de novos agentes individuais e coletivos, privados e institucionais, que muitas vezes alternam os papéis de audiência e de produtores de conteúdo, e aos quais não se poderia caracterizar com base as tradicionais taxonomias de mercado.

O crescimento em número e diversidade dos atores envolvidos nos serviços de *streaming*, e que Colbjørnsen (2020) analisa como componentes de *redes de streaming*, não significa que tenham sido anuladas as assimetrias de controle e poder exercido nessas redes. Em primeiro lugar, se o atrativo do *streaming* é a pluralidade e diversidade da oferta e a liberdade de escolha das condições de acesso (tempo, tema e dispositivo) o certo é que os usuários têm pouco controle sobre o conteúdo, estando sujeitos a condições de uso limitadas e bem definidas. Os usuários de *streaming* são *usuários de um serviço*, e não consumidores envolvidos em uma transação que envolve a transmissão de alguns direitos de propriedade sobre o objeto da transação. Não tem assim nenhum acesso as bases de dados proprietárias dos provedores do serviço.

A fim de melhor entender os efeitos de poder que acontecem nas redes digitais, Terje Colbjørnsen (2020), propõe agregar as várias modalidades de *streaming*, estudadas de modo dissociado como modalidades de mídia (música, filmes, audiolivros, entre outras), sob a categoria de “redes de streaming”, de modo que a configuração resultante possa ser analisada desde o ponto de vista das relações das redes sociotécnicas e o poder. Serve-se para isso da teoria do poder que se estabelece nas sociedades redes, e as formas de exercício das modalidades do poder social, de Manuel Castells (2011), já brevemente apresentada. Terje Colbjørnsen (2020), enfatiza as afirmações de Castells, sobre a desigual distribuição do poder pela rede, favorecendo certos atores sociais, de modo principal a aqueles que estão no cerne da formação da rede e os que estipulam e gerem o estabelecimento dos padrões ou protocolos de comunicação.

Um dos recursos conceituais mais interessantes, nesta aproximação panorâmica, são oferecidos por Spilker e Colbjørnsen (2021), ao desenvolver uma descrição das *redes de streaming*, pela atribuição de pares de características que apontam a modos diferenciais ou ainda contrapostos, de desempenhar o mesmo ou semelhante papel /função nas plataformas de *streaming*.

I. Streaming profissional versus gerado pelo usuário.

Para Burgess, J. & Green, J. (2009), o YouTube seria uma das manifestações da revolução digital, cujos efeitos transformadores provendriam de ser um “fenômeno de cultura participativa”. Reproduzindo um estudo pioneiro sobre o assunto, de Burgess, são elencados nessa publicação os diversos atores não-profissionais, que encontrariam um lugar de comunicação no Youtube, como pequenos empresários divulgando seus negócios, professores buscando fazer suas aulas mais acessíveis e interessantes, produtores de conteúdos buscando ampliar seus públicos. O YouTube teria assumido o legado dos sites de compartilhamento, e aberto espaço a divulgação de vídeos amadores. Hoje, pode afirmar-se que coexistem, em geral, dois formatos do *streaming*: um baseado em modelos de negócios de distribuição de conteúdo produzido profissionalmente, fossem desenvolvidos ou não pela Plataforma (caso do Netflix), e outro, cujo modelo é fornecer aos usuários meios e possibilidades de produzir e difundir conteúdos. O YouTube assumiria os dois modelos. A tendência geral, consistiria na divisão de trabalho dentro e entre as plataformas, quando se trata de conteúdo gerado pelo usuário versus conteúdo profissional. No entanto, é uma divisão dinâmica, e coexistem sinergias e tensões entre profissionais e amadores.

II. Streaming legal versus pirataria.

Trata-se de uma dimensão do streaming ainda em definição. Spilker e Colbjørnsen consideram a diversidade de formas adotada pela pirataria, ao longo do tempo, como a diferenciação entre uma pirataria conformista, visível e reconhecida, fácil de ser combatida, e que pareceria ter-se votado efêmera, em queda à marginalidade. Uma outra pirataria, que denominam subversive, desafia as regras sociais e os valores estabelecidos, podendo virar o jogo a seu favor. Outro envolvimento das regras dos jogos da legalidade, aconteceria pela violação dos direitos autorais daqueles criadores de conteúdo que tem esses direitos, e que acusam de descumprimento aos provedores de serviços de *streaming*, como Netflix e YouTube.

III. Por demanda do consumidor versus transmissão ao vivo

Do ponto de vista das indústrias de mídia, existiria uma relação concorrencial entre aquelas que entregam conteúdos dentro de uma programação e ao vivo, como a TV aberta ou o rádio, e aquelas que oferecem conteúdos por demanda do usuário, que assim pode escolher horário, tema, elaborar sua autoprogramação. O crescimento incremental dos serviços de *streaming* se tem atribuído a essa liberdade e flexibilidade individual, que oferecem a seus usuários. Em alguns países observa-se, ao mesmo tempo, um aumento significativo da transmissão ao vivo, tanto as

geradas pelo usuário quanto em formatos profissionais e ainda, legais e ilegais. Em sínteses, a divisão do trabalho entre transmissão ao vivo ou acesso a conteúdo por demanda do usuário, estaria ainda em definição. Para Spilker e Colbjørnsen (2021) “Instagram, Twitter, Facebook e YouTube são redes sociais ou plataformas de vídeo sob demanda que precisaram adicionar *streaming* ao vivo em uma infraestrutura técnica projetada de forma diferente.”

IV. Serviços de Streaming com foco num propósito, versus sua constituição como plataformas multifuncionais.

As plataformas de streaming diferem pelos tipos e variedades de usos que elas disponibilizam. Do ponto de vista dos modelos de negócios das indústrias culturais, o indicado seria estabelecer um certo equilíbrio entre serem tecnicamente especializados em algum assunto, ou atuar como plataformas multipropósito, com variedades de conteúdo e abertas a pluralidade de usos.

V. Serviços de *streaming* para audiências específicas, versus *streaming* de audiência geral.

Se o ponto de partida das plataformas de streaming é de ganhar potência em nichos de mercados, a tendência dos serviços de mercados é de expandir-se e ampliar seu público. Os nichos e mercado podem constituir-se por interesses e referências, como por exemplo, música, ou por fronteiras linguísticas ou geográficas. Dependendo do conteúdo viabilizado pelo serviço, são diferentes os comportamentos dos públicos. Em música, por exemplo, o público está sempre aberto a atores transnacionais; em matéria de cinema, TV e publicações, as escolhas são diversificadas.

Neste trabalho, recorreremos a essa descrição, para tratar de entender os efeitos que, na emergência sanitária, serviços de provedores de Internet, pagos e gratuitos, tiveram sobre uma parte importante da comunicação científica e acadêmica, como reuniões científicas, simpósios e debates. São atividades importantes tanto para a formação de profissionais, professores, pesquisadores, como para alargar as fronteiras disciplinares, incentivar debates sobre questões críticas da sociedade ou reconstruir o estado da arte num assunto que tenha recebido investimentos significativos de pesquisa. E sentir de quais coletivos somos parte, ainda que seja a distância e interagindo num costado da tela, pelo chat.

As anotações a seguir, provisórias, resultam de experiências próprias e buscas exploratórias em serviços de *streaming*, no escopo e abrangência de eventos acadêmicos realizados em instituições públicas de ensino e de pesquisa. Apontamos algumas aproximações e diferenças sobre os efeitos e funcionamento do poder em rede, nesta interseção de plataformas comerciais e de mídia e a busca de reformulação dos espaços argumentativos da academia em acesso aberto e em rede.

Streaming	Uso acadêmico de recursos de Streaming
I Conteúdo produzido de modo profissional versus Conteúdo gerado pelos usuários (CGU)	I Os conteúdos dos eventos acadêmicos são de cunho profissional, do ponto de vista de seus autores, em sua maioria formados em alguma das grandes áreas do conhecimento ou estudantes universitários engajados nas atividades formativas e de pesquisa. Seriam ao mesmo tempo conteúdos gerados pelos usuários, do ponto de vista tecnológico. Tratando-se de instituições de ensino e pesquisa, conta-se porém com recursos e conhecimento especializado institucionais, das Universidades, Institutos de Pesquisa, Agências de Fomento, e das comunidades universitárias envolvidas.
II Oferta de conteúdo legal versus Pirataria	II O problema da apropriação e transmissão de conteúdos de streaming, no médio acadêmico, em usos públicos e voluntários do CGU, não se prestam a desvios tais como a pirataria de produções musicais ou de emissões da TV aberta. Existem sim normas técnico-científicas, éticas, jurídicas e regulamentações institucionais, que permitiriam reconhecer as práticas desviantes, estabelecendo-se diferentes situações de imputabilidade, ética, jurídica, profissional. O código de ética profissional do pesquisador, em sua formulação mínima, refere-se à três comportamentos desviantes (Plágio, Falsificação, Fabricação de resultados). Para Santos (2017), um princípio ético da pesquisa científica, que não se segmenta por áreas do conhecimento, inserção institucional nem funções formais dos pesquisadores, é a responsabilidade de construção da ciência como bem coletivo.
III 3) Por demanda do consumidor versus transmissão ao vivo	III Os vídeos e chats gerados em atividades acadêmicas e científicas, no YouTube, por exemplo, não atendem a agendas ou demandas pontuais dos usuários, tal como na indústria de mídia, mas não são tampouco ocasionais, como usos espontâneos dos recursos de streaming por amadores. Atendem a programas de pesquisa e de atividades planejadas pelos pesquisadores, profissionais, grupos de pesquisa, pelas universidades ou outras agências públicas ou que buscam formas públicas de comunicação com audiências variadas. Neste sentido atividades acadêmicas atendem a complexos marcos normativos, definidos pela responsabilidade e ética da pesquisa, regras institucionais de produção, emissão e acessibilidade, e regras meta-institucionais que remetem aos sistemas de avaliação e legitimação que atuam como marcos referenciais de prioridades e critérios de valor, e servem também de canais de acesso às gratificações dos sistemas de produção da ciência e de sua comunicação.
IV Focalizado num propósito, versus plataformas multipropósitos	IV O uso dos serviços de streaming em eventos de comunicação acadêmico-científica, tanto acontece através do uso canais de transmissão com um propósito (ex., Grupos de pesquisa, às aulas de uma mesma disciplina, como "Física I", entre outras); ... como por uso de canais multipropósitos, em geral institucionais (exemplo, no You Tube, canais do IBICT, UFRJ, etc.)
V Direcionado a um nicho de audiência versus direcionados a uma audiência geral	V Predominam usos dos recursos de <i>streaming</i> em nichos mais ou menos predefinidos, ainda que em geral os eventos são públicos e de acesso aberto. Um dos fatores que atua como mecanismo seletivo da amplitude e diversidade das audiências e participantes, é a escolha de temáticas, os usos da linguagem, e mesmos as normas ritualizadas de busca de legitimação da qualidade dos trabalhos, frente aos círculos de pares.

Elaborado pela autora, a partir das categorias de Spilker e Colbjørnsen (2021)

4 Questões para debate e pesquisa

As condições emergenciais da pandemia foram reformulando nossas atividades acadêmicas e de pesquisa, as modalidades de comunicação, as formas de encontro e de reunião, muitas vezes com recursos não tão largos nem sofisticados como poderiam ser desejáveis. Não todos tínhamos as mesmas competências e práticas de acesso e uso das redes de mídia social, nem as instalações domésticas adequadas para um uso contínuo e de boa qualidade dos serviços da Web. Aos poucos, as coisas melhoraram, mas não sem incidentes e retrocessos.

Para organizar estas reflexões, retomamos a metáfora das telas iluminadas e das telas que se apagam -enquanto as redes digitais permanecem ativas. Podería-

mos dizer, que quando as telas estão iluminadas, o *poder de rede*, que intervêm na definição dos incluídos e excluídos nas redes, e o *poder em rede*, que seria o exercício do “*poder dos atores sociais sobre outros atores sociais na rede*” (CASTELLS, 2011), específico para cada rede. Quando as telas se apagam, ficam iluminados outros dois poderes: o *poder da rede*, de pré-programar as interações dos incluídos, e o *poder dos fazedores de redes*, tanto mais visível quando, além das telas dos usuários, se apagam as telas dos fazedores.

Libertadoras, controladoras, usadas de modo crescente e emergência na pandemia, que pode acontecer, que desejaríamos que aconteça, no tempo pós-pandêmico?

a) Manter as telas iluminadas...

Dentro de suas limitações e privilégios, as janelas abertas no *streaming* expuseram, para um público desejado cada vez mais amplo, temas frequentes nos trabalhos acadêmicos, mas não habituais nas redes, ou como assunto, ou pelo modo de exposição. Junto a denúncia do uso estratégico das *fake-news*, da persistência de preconceitos étnicos e de gênero em classificações e outros recursos de Organização do Conhecimento, jovens cientistas mostravam sua resiliência e entusiasmo na expansão investigativa de nossas atmosferas hermenêuticas, nas mais diversas áreas disciplinares e em construções transversais de saberes transdisciplinares, transnacionais, decoloniais, populares. Universidades dos povos indígenas e tradicionais, traziam as redes as colações de grado de seus egressos, abrindo seus caminhos para o próprio futuro.

Nesta fase, ao mesmo tempo, falamos muito mais desde o lado de dentro e na posição central das telas, desde nossos mais caros temas e melhores resultados. A pergunta seria, será hora de falar desde a perspectiva dos que estão fora das telas, os que não acenam desde o chat, não chegaram a abrir as telas, não teriam como iluminá-las?

Diremos que essas janelas, abertas nas redes de *streaming*, por exemplo, são *redes de aprendizagem*, onde todos tateamos buscando trilhas para novas e melhores formas de compartilhamento de práticas, experiências, conhecimento.

b) Quando as telas se apagam ...

Quando as telas se apagam, para nós, os que temos acesso audiovisual ao que reproduzem as pantalhas, é a hora em que as demandas de competências crítica em informação, são deslocadas pelas competências em programar e comutar, ligar atores-redes e eventos de redes. Trata-se de outra zona de aprendizagem: quanto e como compartilhar conhecimentos técnicos e teóricos segmentados pela especialização e configurações que associam dissociando aos especialistas das diferentes

modalidades, não sem conflitos concorrenciais. As construções conceituais e argumentativas de cada área do conhecimento, ainda em áreas inter e transdisciplinares, ficam em geral comprimidas em seus silos info-comunicativos: periódicos, sociedades científicas e profissionais, organogramas institucionais.

Para estabelecer relações e diferenças, por exemplo, dos sistemas de recomendação e os sistemas de classificação, catalogação e indexação, será preciso reconhecer suas configurações e funções diferenciais, e revisar as soluções prévias à luz das zonas em que as demandas se confundem ou a divisão de trabalho, conforme categorizações pré-estabelecidas, não atende novas situações e inovações por vezes disruptivas.

Preocupados com a preservação da vida humana, cabe ao menos evitar mistificações sobre a longa duração das tecnologias maquinicas. Ægidius (2021), ao cuidado da coleção de bens culturais da Royal Danish Library, responsável por arquivos digitais de obras musicais, traz a discussão o efeito da *streamificação* sobre artefatos culturais digitais, cujo armazenamento e preservação se faz ao custo de “um subjacente emaranhado de transcódificações” (ÆGIDIUS, 2021).

Ao começar a pensar-se como prosseguiremos a caminhada, na pós-pandemia (ou uma convivência mais pacífica com fatores pandêmicos), além de perguntar-nos quem acessa o que, onde, ou como desejamos que seja o acesso, cada vez mais amplo e qualificado, devemos começar a refazer as perguntas acerca de quem preserva o que, e aumentar as perguntas em torno de *que e cómo preservar*, onde, sob que marcos normativos e referenciais sociotécnicos?

Sistemas de Bibliotecas e Arquivos das Universidades, Bibliotecas e Museus Nacionais, terão muito que aprender e que ensinar, muito provavelmente, nos próximos tempos.

Outras questões, que por sua amplitude não seriam do escopo e abrangência deste ensaio, giram em torno da governança das ações, sistemas e redes de informação e comunicação que, tendo sido implementada a Internet para um uso público-privado (dos domicílios, escolas, hospitais aos estados e governos), tem visto que a possibilidade de acumular poder num ponto singular das redes, permite controle e intervenção em múltiplos ou milionésimos pontos de atuação nas redes, levando a um incremento disruptivo do poder de atores privados sobre assuntos de interesse público e coletivo. Esta zona de aprendizagem requer e abre outros estudos e reflexões. Como realizaríamos ações de informação sem finalidade e sem técnicas e competências práticas?

Referências

- ÆGIDIUS, Andreas Lenander. How streamification challenges the Royal Danish Library's collection of cultural heritage. **MedieKultur: Journal of media and communication research**, v. 37, n. 70, p. 91-109, 2021.
- BURGESS, J.; GREEN, J. **Youtube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa está transformando a mídia e a sociedade**. São Paulo: Aleph, 2009.
- CALDERÓN, F.; CASTELLS, M. **A nova América Latina**. São Paulo: Zahar, 2021.
- CALDERÓN, Fernando (ed.). **Escenarios políticos en América Latina: Cuadernos de gobernabilidad democrática 2**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- CASTELLS, M. Network theory. A network theory of power. **International Journal of Communication**, v. 5, p. 773-787, 2011.
- CASTELLS, M. Reset. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Ed.). **Alerta global**. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tempos de pandemia. CLACSO. 2020.
- COLBJØRNSEN, T. The streaming network: Conceptualizing distribution economy, technology, and power in streaming media services. **Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies**, v. 27, n. 5, p. 1264-1287, 2021.
- DO CARMO, J. R.; PACIULLI, S. de O. D.; DO NASCIMENTO, D. L. O impacto do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) por docentes dos Institutos Federais localizados em Minas Gerais em um contexto de pandemia. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. 1-36, 2020.
- FERRARIS, Maurizio. From capital to docuemediality. In: ANDINA, Tiziane; BOJANIC, Petar (Ed.). **Institutions in action: The nature and the role of institutions in the real world**. Springer, 2020. p. 107-122.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néida. **A docuemedialidade: o novo realismo de Maurizio Ferraris**, 2021.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- JESSOP, Bob. **The State**; Polity Press, 2016.

MEIMARIDIS, M., MAZUR, D., & RIOS, D. The Streaming Wars in the Global Periphery: A Glimpse from Brazil. **International Journal of TV Serial Narratives**, v. 6, n. 1, p. 65–76, 2020.

PASQUINELLI, M.; JOLER, V. The Nooscope manifested: AI as instrument of knowledge extractivism. **AI & Soc**, 2020.

POOR, Alfred. **O que significa streaming, exatamente?** 2019. (Atualizado em 31 de agosto 2021). Disponível em: <https://www.avast.com/pt-br/c-what-is-streaming>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RISTOVSKA, Sandra. The Need for Visual Information Policy. **Surveillance & Society**, v. 18, n. 3, p. 418–421, 2020.

SPIPKER, H. S.; COLBJØRNSSEN, T. The dimensions of streaming: Toward a typology of an evolving concept. **Media, Culture & Society**, v. 42, n. 7–8, p. 1210–1225, 2020.

SPOTIFY. **What is Spotify?** 2018. Disponível em: https://support.spotify.com/no/using_spotify/the_basics/what-is-spotify/. Acesso em: 20 jun. 2019.

STEINER, E.; XU, K. Binge-watching motivates change: Uses and gratifications of streaming video viewers challenge traditional TV research. **Convergence**, v. 26, n. 1, p. 82–101, 2018.

SUNDET, V. S.; COLBJØRNSSEN, T. Streaming across industries: Streaming logics and streaming lore across the music, film, television, and book industries. **MedieKultur: Journal of media and communication research**, v. 37, n. 70, p. 12–31.

Mediação contra a ilusão da transparência

Ana Amélia Martins¹

1 Introdução

O TEMA DO QUAL PARTE ESTA COMUNICAÇÃO, *EPISTEMOLOGIAS DA MEDIAÇÃO*, suscita de início um feixe imenso de possibilidades, já que são muitas e históricas as perspectivas filosóficas, científicas, políticas etc. que cercam esta categoria tão recorrente como é a mediação.

Nas Ciências da Informação e Comunicação, onde o conceito é fundamental há alguns anos, os seus usos são diversos e decorrem dos estudos franceses², da perspectiva da mediação social do espanhol Martin Serrano (1977), dos estudos latino-americanos de recepção inaugurados desde Martin-Barbero (1987), da Economia Política da Comunicação (BOLAÑO, 2000), das pesquisas socioantropológicas da informação (MARTELETO, 1999), dentre outros.

Embora a mediação seja um termo carregado de muitos sentidos (se apresentando algumas vezes como um “significante vazio”), suas raízes apontam, de modo recorrente, para um movimento que busca pensar complexa, histórica e relacionalmente os objetos, os fenômenos e os sujeitos do conhecimento, preterindo visões positivistas, funcionalistas ou deterministas da realidade. Movimento este ligado, frequentemente, a um ponto de virada epistemológica.

Na América Latina, a introdução e a disseminação da categoria desde a década de 1980, por exemplo, teve em vista ampliar os modos como a comunicação e seus efeitos eram percebidos, propondo superar dicotomias epistemológicas, evidenciar os processos históricos que envolviam a relação das massas com os meios e o papel protagonista da cultura e dos sujeitos nesta. Promovendo uma verdadeira guinada paradigmática no campo, a integração da categoria cumpriu com o esforço

1 Doutora em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professora adjunta - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Contato: anaamelialagemartins@gmail.com.

2 Dentre os quais a mediologia (DEBREY, 1993), os estudos sobre ação e mediação cultural (DUFRENE; GELLEREAU, 1995; LAMIZET, 1998), dispositivos e mediações documentárias (COUZINET, 2009), “economia da escritas” (DAVALLON, 2012), dentre outros.

de descolonizar epistemologicamente o olhar, marcado pela herança dos estudos norte-americanos que institucionalizaram a Comunicação, e de propor vias para compreender as transformações sociais em curso.

No campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileiras, por seu turno, a ideia de mediação também é introduzida na década de 1980, em primeiro momento com um contunde sentido político na defesa das bibliotecas públicas como espaços comprometidos com a construção de projetos democráticos (FLUSSER, 1980). Sua consolidação como operador dos estudos informacionais, posteriormente, foi fruto de um esforço de reorientação epistemológica no campo a partir do qual se revelavam outros e novos aspectos na produção, transferência e uso de informações, como os que incidiam na ação dos movimentos sociais (MARTELETO; RIBEIRO, 1997) e que não podiam ser apreendidos nos termos dos modelos físicos, cognitivistas ou transferenciais.

Recuperando os fundamentos dialéticos da categoria, este trabalho discute a mediação como uma postura epistemológica e metodológica que busca vislumbrar as diversas, articuladas e ocultas determinações de tudo que, de forma interconectada, existe. E que nos invoca fundamentalmente, como sintetizou Jeanneret (2009, p. 29), à luta “contra a ilusão da transparência”.

2 Mediação: epistemologia e método

Pensar de um ponto de vista epistemológico conceito tão complexo e plástico como é a mediação exige, de início, um enquadramento bastante específico que o circunscreva em apenas um ou poucos campos, áreas, tradições ou correntes de pensamento. Isto requer, conseqüentemente, o recorte de espaços-tempos suficientemente delimitados, tendo em vista sua trajetória da Filosofia Clássica ao Pós-Modernismo, além da consideração de suas diferentes variações terminológicas. Adicionalmente, é preciso reconhecer a materialidade social que ganha a categoria ao ser mobilizada não apenas na produção do conhecimento científico, mas em discursos de outros campos sociais, como o político, o econômico e o jurídico.

Podemos dizer que um conjunto destes esforços vem sendo empreendido há alguns anos por pesquisadores que, em distintos campos do conhecimento, se ocupam da compreensão dos significados da mediação e por aqueles que se dedicam a empregá-la. Um ponto convergente destas realizações tem sido a percepção de que as raízes da mediação como categoria apontam para a Filosofia, especialmente para a lógica dialética.

No decurso das aproximações sucessivas, e sempre parciais, que temos feito a esta categoria (MARTINS, 2010, 2019; MARTINS; MARTELETO, 2021), foi possível

perceber os elos filosóficos da mediação ao sistema dialético, onde ela se apresenta, de maneira geral:

- 1) como operações do real e do racional;
- 2) como categoria com dimensão ontológica (mediação do trabalho e da linguagem), que tem um duplo caráter libertador e alienador;
- 3) como formas que medeiam as relações capital-trabalho, ajustando suas contradições;
- 4) como método que permite a passagem do imediato para o conhecimento mediato, ou da aparência para a essência dos fenômenos;
- 5) como as articulações ou os nexos de uma totalidade complexa, as suas múltiplas determinações.

Quando se pensa a mediação, um aspecto de elementar relevância é a consideração de que a categoria cumpre na dialética com uma função ontológica. Na vertente idealista de Hegel, ela é a operação que possibilita que o ser imediato, ou seja, o ser com a “certeza simples de si mesmo” (HEGEL, 2016), ao encontrar com o Outro, isto é, com aquele que não é ele, ganhe determinações em um processo de vir-a-ser a sua essência. A ideia de mediação, por esta perspectiva, estaria ligada ao próprio movimento da contradição e da reflexão, momentos constitutivos da lógica dialética, que sempre integra processualmente o real e o racional, lógico e o histórico³.

De um ponto de vista materialista, sendo a mediação a operação necessária para que o ser exista, a ação mediadora fulcral para existência concreta de homens e mulheres é a relação que estes estabelecem com a natureza por meio do trabalho, uma vez que somente através dela foi possível que as necessidades relacionadas às condições de sobrevivência pudessem ser satisfeitas.

A mediação do trabalho permitiu não apenas que os indivíduos pudessem sobreviver, mas a própria constituição do gênero humano, já que a passagem do ser puramente biológico para o ser social se deu por meio da relação mediadora do trabalho, a partir da qual homens e mulheres em relação com a natureza e entre si puderam satisfazer suas necessidades não mais pela lógica instintiva do animal, mas por uma ação conscientemente direcionada a um fim. Assim, o trabalho, bem como os instrumentos e as relações estabelecidas a partir do trabalho, são me-

3 A mediação, neste sentido: “tanto se manifesta como uma categoria que compõe o ser social (ontológica, portanto), quanto se constitui num construto que a razão elabora logicamente para possibilitar a apreensão do movimento do objeto” (BRAGA, 2004, p. 89).

dições ontológicas fundamentais implicadas com “a produção dos meios para a satisfação das necessidades, a produção da própria vida material” (MARX, 2008).

A relação entre os indivíduos e a natureza pode ser vista como autome mediadora em dois sentidos.

Primeiro, porque é a natureza que propicia a *mediação* entre si mesma e o homem; segundo, porque a própria atividade mediadora é apenas um atributo do homem, localizado numa parte específica da natureza. Assim, na atividade produtiva, sob o primeiro desses dois aspectos ontológicos a natureza faz a *mediação* entre si mesma e a natureza; e, sob o segundo aspecto ontológico - em virtude do fato de ser a atividade produtiva inerentemente social - o homem faz a *mediação* entre si mesmo e os demais homens (MÉSZÁROS, 1981, p. 77-78).

Como o trabalho, a linguagem se configura uma mediação ontológica essencial, na medida em que permite aos homens e mulheres elaborarem o mundo objetivo e a si⁴. Este aspecto será o ponto de partida de distintas abordagens, que destacam o caráter fundamentalmente simbólico da mediação e sua relação necessária com a cultura.

Vista por estes termos, a mediação compreende um predicado particular do ser humano (compreendido como ser social), como lembra Rambaldi (1989), já que apenas este pode elevar-se ao plano do mediato e, assim, constituir relações de mediação com a natureza e com os outros homens. A mediação, neste sentido, se explicita melhor nas relações intersubjetivas, pois “o homem como indivíduo só adquire um significado real após um desenvolvimento milenário de mediações e o seu pressuposto real é o de ser sempre membro de uma comunidade” (RAMBALDI, 1989, p. 145).

As compreensões que partem da ontologia marxiana, e podem ser vistas em diversas perspectivas conceituais construídas a partir do materialismo histórico-dialético, estão na base da ideia de mediação nos campos da Educação, da Assistência Social e Economia Política da Comunicação brasileiras. Como atesta Saviani (2015), pensando a mediação dentro da Pedagogia Histórico Crítica:

a centralidade da categoria de mediação deriva diretamente da centralidade do trabalho, que é o processo pelo qual o homem, destacando-se

4 Diferentes perspectivas filosóficas, linguísticas e psicológicas destacam o caráter necessariamente mediado da relação indivíduos-mundo por meio da mediação simbólica da linguagem, do signo e da cultura.

da natureza entra em contradição com ela necessitando negá-la para afirmar sua humanidade. Dessa forma, um ser natural, o homem, torna-se obrigado, para existir, a produzir sua própria vida agindo sobre a natureza e transformando-a. Nessa relação metabólica a natureza se apresenta ao mesmo tempo como o meio no qual o homem vive e como o meio pelo qual ele vive (SAVIANI, 2015, p. 33).

No desenvolvimento histórico do capitalismo, no entanto, esta relação mediadora tendeu a ser organizada tendo como horizonte não o desenvolvimento dos indivíduos, mas o acúmulo do capital e a reprodução do próprio sistema. Revela-se, então, o duplo caráter da mediação: não apenas como operações que possibilitam a realização ontológica dos sujeitos, mas como aquelas que a interdita. É nesta perspectiva que Mézaros (2002) distingue as “mediações de primeira ordem”, ou seja, mediações que se colocam em primeiro momento entre homens e mulheres e a natureza para a satisfação das necessidades visando assegurar a reprodução sociometabólica da espécie humana, das “mediações de segunda ordem”, isto é, as mediações que impedem a realização das potencialidades humanas.

As mediações de segunda ordem do capital – ou seja, os meios alienados de produção e suas personificações; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial – sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles (MÉSZÁROS, 2002, p. 71).

As mediações assumem, deste modo, determinadas formas sociais que ocultam em sua aparência a essência do modo peculiar como se organizam o trabalho nas sociedades capitalistas e suas relações correspondentes. Estas formas, que podem ser a forma mercadoria, a forma salário, a forma lei, a forma Estado, a forma informação, dentre diversas outras, cumprem com a função de ajustar⁵ o campo da

5 A ideia da mediação como ajuste está presente tanto na proposta epistemológica-metodológica de Martin-Serrano da mediação social, elaborada em 1977, quanto na teoria marxista da Comunicação produzida por César Bolano (2000), com sentidos distintos e complementares. Para o primeiro, todas as operações que buscam introduzir “modelos de ordem” - permitindo que as contradições do capitalismo sejam utilizadas para reproduzir a ordem contraditória e que a alienação produza identidade - podem ser pensadas como operações de mediação social. A mediação social, realizada por meios materiais e institucionais, atua especialmente ajustando de um ponto de vista cognitivo os sujeitos às transformações necessárias para a reprodução do sistema.

produção ao campo de reprodução das relações sociais capitalistas, dando a eles uma aparência de obviedade, naturalidade e evidência.

Se não é possível vislumbrar imediatamente a essência subjacente às diversas formas que medeiam as relações (como a forma-mercadoria, que em sua aparência se mostra como algo destinado à satisfação de certa necessidade e em sua essência como a apropriação pelo capital de um trabalho não pago), um percurso racional que saia da *imediatez* de suas expressões se torna premente. Neste sentido, a ideia de mediação supõe também um caminho, um método do conhecimento.

3 Do imediato ao mediato: o caminho das mediações

O clássico livro *Zoom*, do húngaro Istvan Banyai, publicado em 1995 originalmente para o público infantil, propõe um interessante exercício do imediato ao mediato que nos permite uma leitura plena de sentido do que pode ser pensado como um caminho das mediações.

Sua narrativa, formada integralmente por imagens, parte de uma grande figura vermelha composta por três pontas triangulares sobre as quais, imediatamente, não se sabe nada. O movimento de virar a página, construído no livro como modo de reproduzir o efeito de uma câmera em *zooming out*, revela esta figura como o detalhe da crista de um galo, que está sendo observado por duas crianças em um ambiente aparentemente rural, como uma fazenda. Em sucessivos *zooming*, o que o leitor imaginava ser um galo, crianças e uma fazenda se mostra, na verdade, como as peças de um brinquedo manipulado por uma menina que, em mais um *zoom*, se desvenda como um anúncio veiculado em uma revista carregada por um garoto em um navio que, afinal, não passava de um cartaz afixado na lateral de um ônibus em uma grande cidade. Este ônibus, no entanto, era apenas parte de uma cena exibida em uma televisão assistida por um caubói no deserto que, por fim, não era exatamente um caubói, mas a imagem de um selo do Arizona em uma carta recebida pelo chefe de uma tribo na Austrália, que está sendo observada do céu por

Já Bolaño (2000), para quem a mediação social é o que particulariza o campo da Comunicação pelo fato de este ser destinado a compreender as “estruturas da mediação social”, pensa a indústria cultural como uma instância de mediação entre os poderes do Estado, os capitais individuais em concorrência e o público consumidor. A mediação realizada pela indústria cultural (ou mais precisamente pelo trabalho cultural) promove um ajuste entre a necessidade de circulação de mercadorias e de constituição de modos de vida adequados ao modelo econômico vigente (colonização do mundo da vida). A mediação se desenvolveria em dois planos: um psicológico-cognitivo e um político institucional (tal como estabelecido por Martin Serrano e Martin Barbero), sendo a Economia Política da Comunicação responsável por reunificar em suas análises ambos, enfatizando as determinações estruturais de poder relativas à mediação.

um piloto em um avião. Por fim, tudo se revela como pequeno ponto luminoso no espaço escuro em que o planeta Terra – e tudo o que somos: humanidade, fauna, flora, produção humana está contido, ponto a partir do qual é possível ler de trás para frente o livro, agora em um movimento de *zooming in*, onde o fim se torna começo e o começo se torna o fim.

[...] o essencial não é tanto que o começo seja um imediato puro, senão que o seu conjunto seja uma recorrência circular em si mesmo, em que o Primeiro se volte também o Último, e o Último se volte também o Primeiro” (HEGEL, 2016, p. 70).

Página a página, em que uma imagem “nega” a anterior e as relações entre os objetos se ampliam, o estranhamento e o reconhecimento de uma nova situação pelo leitor vão dando um significado profundamente novo à história, revelando que ela resulta de uma totalidade de nexos, de muitas mediações entre realidades diferentes e conectadas. Neste percurso, a própria mudança da forma de olhar, de pensar e de perceber do leitor (sempre surpreendido) permite a construção do sentido instável da narrativa que, ao sair do plano imediato para o plano mediato, evidencia na multiplicidade uma unidade.

Metodologicamente, a mediação propõe um movimento que parte da compreensão de que uma coisa não é na sua aparência aquilo que ela é na sua essência- ou não é somente aquilo que ela exhibe em sua forma imediata. Neste sentido, o caminho das mediações é o caminho que vai do imediato ao mediato, considerando os processos à luz das relações historicamente organizadas em totalidades nas quais se contrapõem elementos implicados entre si (MARTINS, 2019, p. 149)⁶.

6 Cumprir destacar que, dialeticamente, a forma não é entendida como oposta ao conteúdo e a aparência em oposição à essência do “algo” em si. O sentido relevante para a mediação no âmbito da questão filosófica histórica em torno da essência-aparência não é dualista, mas dialeticamente constitutivo, como lembra Gunn (1987). Assim, a essência não é algo além ou por trás da aparência, mas, só porque é a essência que existe, a existência é aparência. “A aparência, em outras palavras, deve ser entendida não como um substantivo passivo (um véu ou capa inerte), mas como um ‘aparecendo’, ou seja, em um sentido que alude à atividade do verbo” (GUNN, 1987, p. 3). No materialismo dialético, a essência e o fenômeno (aparência) são dois aspectos indissociavelmente vinculados da realidade objetiva, sendo que o primeiro não pode manifestar-se senão através do fenômeno. (ROSENAL; STRIKES, 1960). Considerando que eles não coincidem plenamente no modo de manifestar-se (e é justamente isso que torna necessário a ciência), a dialética materialista histórica entende que o avançar do conhecimento do fenômeno até sua essência é feito por meio da abstração e análise lógica através das quais se “avança do conhecimento de fenômeno à essência, do **conhecimento do imediato, externo, ao mediato, interno**” (ROSENAL; STRIKES,

Mediar, portanto, consiste em remeter:

cada momento a seu contrário no interior do todo e em relação a ele, pois somente assim se pode reconhecer em cada um deles seu conteúdo total e sua essência, velados pela abordagem metafísica, que os isola. Fora da mediação, algo pode ser familiar, mas não reconhecido (KOFFLER, 2010, p. 48).

Tomando a experiência estética e filosófica a que nos convida o livro *Zoom*, somos enviados à ecoada máxima de Hegel de que “a verdade é o todo”. Mediação e totalidade, portanto, são categorias que não se desvinculam.

Ainda que de modo explícito a totalidade⁷ não tenha sido uma ideia centralmente mobilizada nos estudos da mediação, foi compreendendo que o objeto informacional, em suas variadas expressões, é resultado de múltiplos nexos e mutuamente constitutivas determinações – materiais, simbólicas, sociais, técnicas, políticas, linguísticas – que as pesquisas sobre a mediação “tocaram em três esferas críticas do pensamento em Ciência da Informação: historiografia, epistemologia e teoria geral.” (SALDANHA, 2014, p. 10).

Além de contribuírem fundamentalmente para conjugar diferentes níveis de análise, elas revelaram a materialidade social das mediações nos procedimentos de organização do conhecimento, nas trocas documentárias, nas práticas informacionais, nos regimes de informação etc. demonstrando a “pertinência e a validade da noção de mediação na investigação em Ciências da Informação e da Comunicação” (DAVALLON, 2007, p. 20-21).

4 A materialidade social da mediação

Se no campo científico os conceitos funcionam como “nódulos de conhecimento” que permitem que façamos, através de abstrações, análises e generalizações, eles também têm uma materialidade social e se constituem como determinações mesmo da própria realidade.

Dos usos da mediação como operador teórico-metodológico nos últimos 30 anos nas Ciências da Comunicação e Informação, decorreu um conjunto de interpretações, de certo modo, estáveis que hoje se desdobram no reconhecimento de estruturas, fon-

1960, p. 55, tradução e grifo meus).

7 A discussão sobre a totalidade está presente em toda a história da Filosofia e da Ciência, tanto no Ocidente quanto no Oriente e, assim como a mediação, não é uma categoria exclusiva da dialética.

tes objetos, lugares, modelos e agentes mediadores, tipos e categorias de mediações que enfatizam os nexos constitutivos que a ideia de mediação carrega consigo.

Esta materialidade, por outro lado, também guarda as marcas da explosão de usos imprecisos da categoria e das tentativas de reorientação do sentido das mediações através da construção discursiva em torno da “sociedade da informação”, em que as ideias de “desintermediação” e “infinitas mediações” foram termos importantes (MATTELART, 2002).

Conjugada à “ideologia dos fins” - fim da História, fim da ideologia, fim do político, fim das classes e das lutas de classes, fim da intelectualidade- a ideia de mediação incorporada pelos “discursos apologéticos sobre a sociedade da informação” (MATTELART, 2002, p. 143) defendiam tanto a necessidade de as “sociedades da informação” se verem livre dos “mediadores tradicionais”, quanto que a “sociedade em rede” seria tão complexa que se tornaria impossível pensá-la em termos totalizantes ou propor alterações totalizantes (sistêmicas).

Embora a ideia de “sociedade da informação tenha tido sua essência ideológica desvelada por diversos autores da comunicação e informação desde o seu surgimento, hoje é possível perceber mais claramente como a adoção de uma lógica techno-informacional de produção da economia, da cultura, da política, da sociabilidade etc. permitiu não o fim, mas a reorientação de distintas mediações concernentes à realização, divisão e gestão do trabalho, aos mercados, à política, à geopolítica, às identidades etc. O reordenamento destes ajustes, que são permanentemente tensionados, ganha espessura à medida que o mundo se informatiza, se digitaliza e as atividades humanas convergem todas para o mesmo espaço: o ambiente altamente controlado da internet, onde muitas camadas de mediações tendem a se exibir como indiscerníveis.

5 A luta contra a ilusão da transparência

A informatização progressiva da sociedade fez com que um número expressivo de problemas e questões econômicos, políticos, militares, sociais etc. estivesse cada vez mais vinculado às questões de ordem informacional, o que colocou temas de vasta tradição das Ciências da Informação sob novas perspectivas, tais como as mediações.

Se a virada epistemológica “dos meios às mediações” confrontou certezas reducionistas e deterministas que apartavam a comunicação da cultura e os sujeitos dos meios, hoje ela encontra desafios que tendem a limitar o próprio exercício do pensamento filosófico e, especialmente, da reflexão dialética.

Estes desafios decorrem de concepções anticientíficas, relativistas e dogmáticas da realidade e daquelas que, fundamentando o próprio discurso científico, se

apoiam em visões que homogeneízam e desconsideram a historicidade dos objetos, dos conceitos, dos fenômenos e da própria ciência.

A urgência de se pensar problemas sociais que foram intensificados desde a informatização e, recentemente, a ampla virtualização da sociedade, como a desinformação e tantos outros, não encontrará resposta fácil na adesão a conceitos que se impõem como auto evidentes, reavivando dicotomias e hierarquias entre saberes há tanto ultrapassadas pelos estudos das mediações.

São muitas e complexas as questões postas às *epistemologias das mediações*.

A despeito de sua grande diversidade, elas nos convocam, antes, a saída do imediato, ao exercício da dúvida, a indagação das certezas, a perplexidade diante dos consensos, ao “pensamento que pensa o pensamento” (HEGEL, 2016).

E a lutar contra a ilusão da transparência.

Referências

BANYAI, I. **Zoom**. São Paulo: Brinque-Book, 1995.

BOLAÑO, C. R. S. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

COUZINET, V. Complexidade e documento: a hibridação das mediações nas áreas em ruptura. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 10-16, set., 2009.

DAVALLON, J. **L'économie des écritures sur le web**. Paris: Hermès Science-Lavoisier, 2012. v. 1.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo?. **Prisma.com**, n. 4, p. 3-36, 2007.

DEBRREY, R. **Curso de midiologia geral**. São Paulo: Vozes, 1993.

DUFRÊNE, B., GELLEREAU, M. La médiation culturelle: enjeux professionnel set politiques. **Hermès**, Paris, n. 38, p. 199-206, 2004.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UMFG**, Belo Horizonte, v.9, n.2, p. 131-138, 1980.

GUNN, R. Marxism and mediation. **Common Sense**, n. 2, p. 1-9, jul., 1987.

HEGEL, W. F. **Ciência da Lógica: a doutrina do Ser**. Petrópolis: Vozes, 2016.

JEANNERET, Y. A relação entre uso e mediação no campo de pesquisa

em informação e comunicação na França. **RECIIS**- Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 3, n. 3, p. 25-34, 2009.

KOFLER, L. **História e dialética**: estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

LAMIZET, B. **La médiation culturelle**. Paris: L'Harmattan, 1998.

MARTELETO, R. M. Representações acerca do conhecimento, comunicação e informação na sociedade. **RASPP**, v. 2, n.2, p. 149-162, 1999.

MARTELETO, R.; RIBEIRO, L. B. Conhecimento e novas práticas informacionais nas ações político-pedagógicas de organizações não-governamentais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 3., 1997, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 9-12.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARTÍN SERRANO, M. **La mediación social**: edición conmemorativa del 30 aniversario. Madrid: Akal, 2008.

MARTINS, A. A. L. Mediação: categoria lógica, ontológica, epistemológica e metodológica. **Investigación Bibliotecológica**, Ciudad Universitaria, v. 33, n. 80, p. 133-154, 2019.

MARTINS, A. A. L.; MARTELETO, R. Mediações da informação: sentidos sócio-históricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.26, n.1, p. 175-196, 2021.

MARTINS, A. A. L. **Mediação**: reflexões no campo da Ciência da Informação. 2010. 252 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTELART, A. **História da Sociedade da Informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

AMBALDI, E. Mediação. *In*: **Dialectica**. Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da

Moeda, 1989. Enciclopédia Einaudi, v. 10, p. 143-174.

ROSENTAL M. M; STRAKS, G.M. **Categorías del materialismo dialético**. Ciudad de Mexico: Grijalbo, 1960.

SALDANHA, G. S. Mediação e formações simbólicas: notas cassirerianas sobre linguagem, conhecimento e cultura na Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 1202-1221.

SAVIANI, D. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, 2015.

A participação brasileira no sumário universal do conhecimento: a documentação e suas práticas

Carlos Henrique Juvêncio¹

1 Introdução

O IDEÁRIO DOCUMENTALISTA OTLETIANO TEM SEU INÍCIO COM A FUNDAÇÃO DO Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) em 1895, que, dentre muitas missões, visava inventariar toda a produção intelectual humana e criar uma fonte única de informação, o Repertório Bibliográfico Universal (RBU), de acordo com padrões pré-estabelecidos, o que, em linhas gerais, significava representar os mais variados tipos de produção do espírito humano para sua busca e recuperação.

Os padrões de descrição e representação dos itens foram fixados pelo Instituto a partir das técnicas bibliográficas e de classificação, buscando que os itens fossem representados em fichas padrão 7,5 cm X 12,5cm (modelo estadunidense) e acondicionadas em fichários próprios, sendo sua entrada por assunto e autor. Além disso, o Instituto preconiza uma padronização para a posição em que os elementos aparecem no corpo da ficha.

A iniciativa da dupla de juristas belga não era nova, mas, em sua essência, a busca por construir uma fonte universal do conhecimento a partir de preceitos internacionalmente definidos e da coordenação internacional de diversas instituições é inédita. Ao contrário de outras iniciativas que buscam inventariar a produção humana, como a de Conrad Gesner, que, sozinho, editou a *Bibliotheca Universalis*, ao buscar apoio à empreitada belga, Otlet e La Fontaine propõe a criação de regras e organismos que controlem, tratem e disseminem informações. Tal filosofia reverberará na criação do *Mundaneum*, por volta de 1910, um centro de confluência da representação do saber universal.

No Brasil, o ideário dos juristas não tardou a chegar, o momento era propício, o país e suas instituições passavam por diversas transformações como consequência da

¹ Doutor em Ciência da Informação; Professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense; Contato: carloshjuv@gmail.com.

Proclamação da República, em 1889. Mas, o cenário brasileiro não era favorável à uma cultura ou tradição do livro. De fato, havia menos de cem anos que a censura total havia deixado de vigorar e o comércio livreiro havia se estabelecido no país, não existiam universidades – somente alguns cursos superiores em Direito, Medicina e Engenharia em faculdades isoladas –, além de uma população eminentemente analfabeta.

Contudo, a República buscava se inspirar na modernidade das ditas nações mais adiantadas como Estados Unidos, França, Inglaterra e demais países europeus, visando construir no país uma metonímia que expressasse a civilização que o país poderia alcançar se se inspirasse no modelo estadunidense e europeu. A tão sonhada urbe inspirada em Paris se materializava na Capital do país que sofria grandes reformas urbanas.

Nosso intuito com esse texto é trazer luz sobre como a organização da informação nas bibliotecas brasileiras sofreram impactos do ideário otletiano de Documentação no início do século XX. Para tanto, recorreremos aos escritos de Paul Otlet e Henri La Fontaine como fonte principal de informação e à pesquisa bibliográfica documental buscando pistas sobre a interação de diversas instituições do país com o ideário belga.

O texto está dividido em três seções, na primeira pretendemos compreender a filosofia por trás do ideário documentalista otletiano, buscando elucidar o porquê da proposta de organização e coordenação mundial em prol da construção do Repertório Bibliográfico Universal à luz da compressão, sobretudo de Paul Otlet, do que seja o livro e o porquê da necessidade de sua organização.

Em seguida, buscaremos contextualizar o panorama das bibliotecas brasileiras no final do século XIX e início do século XX. Por fim, evidenciaremos como as bibliotecas brasileiras foram influenciadas pelo ideário belga e puseram em prática as práticas renunciadas pelo Instituto Internacional de Bibliografia, conhecido àquela época como Instituto de Bruxelas.

2 Sumário do conhecimento: a humanidade e o livro universal

A proposta de Paul Otlet e Henri La Fontaine para a construção do Repertório Bibliográfico Universal perpassa a compressão de toda uma simbologia em seu discurso. De fato, o perfil de Otlet e La Fontaine remonta a uma aproximação forte com o ideário socialista, tendo ambos militado em diversas associações pró-desarmamento e pela paz mundial. Por sua atuação em tais organismos, La Fontaine é laureado com o prêmio Nobel da paz em 1913.

Há, ainda, uma forte influência da doutrina positivista de Auguste Comte no pensamento e ideário da dupla belga. Se tomarmos que pela doutrina o amor seria o princípio, a ordem a base e como fim o progresso, compreendemos que Otlet encampa o lema para a organização do mundo alterando sua ordem, conforme elucidada

Juvêncio (2021). A ordenação do conhecimento do mundo seria o princípio, a construção de uma fonte de informação universal ordenada de acordo com preceitos únicos; a consequência disso seria o progresso da humanidade, afinal, tendo conhecimento de todos os frutos do espírito humano², as pessoas poderiam produzir mais e mais conhecimento, favorecendo o progresso da humanidade de forma incessante, logo, como consequência do progresso humano, todos teriam maior erudição o que possibilitaria o mútuo reconhecimento de diferentes culturas e o fim dos conflitos, afinal, como cita Mattelart (2009), a Documentação é a ciência da paz.

Nesse sentido, Otlet cunha a expressão Livro Universal que deriva desta noção de produção incessante do conhecimento. Como afirma Juvêncio (2021, p. 6, grifo do autor):

Esse Livro Universal seria toda a história dos produtos do espírito humano, acumulado pelas sucessivas gerações visando o desenvolvimento da humanidade. Ele seria o legado das pessoas que povoaram a Terra. O Livro Universal estaria para Otlet como *Mnemosyne*, a Deusa da Memória, mãe das nove musas, estaria para os gregos antigos, já que ela era a detentora dos saberes do passado, bem como o Livro Universal é seu custodiador.

Compreendendo que o positivismo se torna em alguns países uma religião – e o Brasil é um desses – e que tem como expoente máximo uma Deusa, a Humanidade, ela seria a portadora do Livro Universal; na mesma medida em que o lê ela o produz de forma incessante, conforme mencionamos acima. Portanto, a Deusa Humanidade é a sociedade como um todo, o progresso humano através dos tempos, portanto, a iniciativa de produzir o RBU é, como adverte Otlet, uma tentativa de organizar um sumário para que a Humanidade encontre o que deseja de forma mais rápida neste Livro Universal.

Uma fonte que remete ao passado, mas que pensa o futuro, daí a escolha da Bibliografia como técnica e disciplina para moldar os primeiros passos do IIB e que redundará na Documentação. Daí também deriva a forte militância de Otlet e La Fontaine em prol da construção de fontes de informação referenciais que visassem guiar o pesquisador em meio a tantos documentos de diversos períodos de tempo.

Logo, o sumário universal seria a representação do conhecimento produzido e acumulado pela humanidade ao longo dos tempos, se materializando na ideia do Repertório Bibliográfico Universal. Para a organização dos frutos do espírito

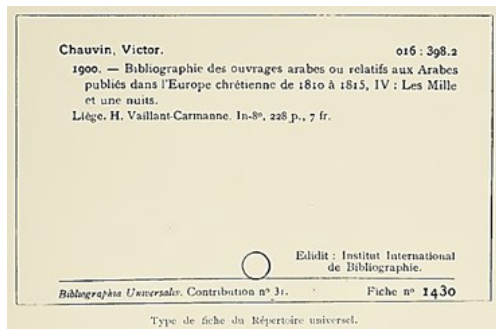
2 Utilizamos este termo em alusão à fala do próprio Otlet (1934).

humano no sumário universal os preceitos de construção do RBU giram em torno de alguns pilares:

1º) O RBU deve ser completo, compreendendo a bibliografia do passado e do presente; 2º) A ordem do repertório deve ser tanto ideológica como onomástica, ou seja, tanto por assunto, quanto por autor; 3º) Como instrumento de pesquisa, o RBU deve estar disponível em todos os centros intelectuais; 4º) O RBU deve ser exato e preciso, mas deve também permitir a sua correção de modo simples e rápido; 5º) O repertório deve estar totalmente disponível ao público; 6º) O RBU deve estar associado a uma rede de catálogos de bibliotecas, permitindo o acesso rápido às obras; 7º) A iniciativa deve servir de estatística intelectual acerca das obras produzidas pelo espírito humano; 8º) O repertório deve assegurar aos autores a proteção legal de suas obras intelectuais (OTLET; LA FONTAINE, 1895, p. 16-17 apud JUVÊNCIO, 2016).

Além disso, Otlet e La Fontaine estabelecem parâmetros para a construção das fichas catalográficas, conforme evidencia a figura 1. Cada ficha trazia informações relativas à autoria da obra (*Chauvin, Victor*), título (*Bibliographie des ouvrages arabes ou relatifs aux Arabes publiés dans l'Europe chrétienne de 1810 à 1915, IV: Les Mille et une nuits*), local, editora e data (*Liège, H. Vaillant-Carmanne e 1900*), número de páginas (228), número de classificação pela CDU³ (016: 398.2) dentre outras coisas (OTLET, 1908).

Figura 1 - Exemplo de ficha adotado no Repertório Bibliográfico Universal



Fonte: Otlet (1908, p. 373)

3 Até 1904 a Classificação Decimal de Dewey era usada para criação do número, sendo substituída após a publicação da CDU pela dupla belga.

Portanto, Paul Otlet e Henri La Fontaine ditam regras universais para a organização de fontes de informação nas instituições que dispõem de acervo documental (entendido aqui no sentido mais amplo), sobretudo bibliotecas. Outro ponto importante a ser mencionado é de que o princípio monográfico, fomentado por tal padronização e edição de bibliografias, teria como consequência a descrição do documento apenas uma vez em todo o mundo. Assim, a descrição e representação do documento, através do intercâmbio institucional de informações, alimentaria o sumário do conhecimento, RBU.

3 Bibliotecas e ideias no Brasil

O cenário brasileiro tem, ainda hoje, em sua história maior tempo de ausência de produção e ambientes intelectuais do que efetivamente com eles. Foram mais de 300 anos de censura total por parte do império português, onde nem a impressão ou comércio de livros e jornais era permitido, bem como para possuir alguns exemplares, por exemplo, era necessário ter autorização e seu conteúdo passar pelo crivo censório.

Ao contrário de seus vizinhos, como aponta Schwartzman (2001), que mesmo enquanto colônias puderam criar universidades e ter um ambiente intelectual e científico razoável, para o Brasil, só em 1808 a situação se modificou, foi quando a Família Real portuguesa fixou residência no Rio de Janeiro – tornando a cidade capital do império português – que foi permitida a existência de oficinas tipográficas ou impressoras, além do comércio livreiro no país.

Ademais, houve a criação de algumas escolas e faculdades isoladas visando a formação de juristas, médicos e engenheiros. A primeira universidade só foi fundada em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ. Ou seja, ainda perdura por mais de 100 anos a ausência de tais instituições em território brasileiro.

Dada a escassez de espaços de discussão científica, é nas poucas faculdades, nas bibliotecas, livrarias, cafés, museus e alguns institutos de pesquisa que vão se organizar as discussões científicas em nosso país no final do século XIX e início do século XX. Em um cenário em que a elite abastada e letrada buscava estudar no exterior, sobretudo em Paris e Coimbra. Gomes (1983) nos fala que era natural que as bibliotecas do período fossem meros repositórios da erudição alheia, sem representar, de forma alguma, o Brasil. Eram cópias, como alerta Bessone (1999) das congêneres europeias, um reflexo do desejo de modernidade ambicionado pela República e que visava copiar e replicar no país tudo o que considerasse importante dos países adiantados, como era o discurso em voga no período.

A elite letrada, portanto, buscava encontrar um ambiente semelhante àquele que estava acostumada nas cidades europeias, daí a reforma urbana que torna a

capital da república a Paris nos Trópicos e a intensa demanda pela ampliação das bibliotecas públicas ou franqueadas ao público. Neste cenário destacam-se a Biblioteca Nacional, que passava por grandes transformações, o Real Gabinete Português de Leitura, a Biblioteca Fluminense⁴, a Biblioteca da Marinha e a Biblioteca do Exército.

Outros espaços disputados eram as livrarias, que experimentavam um momento de ascensão, a confeitaria Colombo, cuja decoração buscava simular os salões parisienses, e a Academia Brasileira de Letras, local de calorosas discussões intelectuais, as duas últimas criadas na última década do século XIX.

Mas a organização dos acervos das bibliotecas não passou despercebida pela República, já em 1892, o Decreto nº 1.159, de 3 de dezembro, “Approva o código das disposições communs às instituições de ensino superior dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores⁵.” Tal decreto regulava a existência de bibliotecas nas instituições, bem como de bibliotecários⁷:

Art. 145. Haverá em cada estabelecimento uma bibliotheca destinada especialmente ao uso dos lentes⁸ e alumnos, mas que será franqueada a todas as pessoas decentes que alli se apresentarem.

Art. 146. A bibliotheca será de preferencia formada de livros, mappas, memorias e quaesquer impressos ou manuscriptos relativos ás sciencias professadas nos estabelecimentos;

[...]

Art. 149. Haverá na bibliotheca quatro catalogos:
das obras, pelas especialidades de que tratarem;
das obras, pelos nomes de seus autores;
dos dictionarios;
das publicações periodicas.

O catalogo pelos nomes dos autores será organizado de modo que, em frente do nome pelo qual cada autor é mais conhecido, se achem inscriptas todas as suas obras existentes na bibliotheca.

Art. 150. O catalogo dos dictionarios comprehenderá todos os glossarios, vocabularios e encyclopedias, distincção das especialidades; ainda

4 Posteriormente extinta tendo seu acervo incorporado pela Biblioteca Nacional.

5 Optamos por não atualizar os vocábulos, de forma a manter a sua fidedignidade.

6 A época o Ministério da Justiça e Negócios Interiores administrava as faculdades e escolas isoladas existentes no país, bem como a Biblioteca Nacional.

7 Ainda não existia a formação superior em Biblioteconomia, o cargo era ocupado por nomeação.

8 Professor universitário ou do ensino médio (AULETE, [2021]).

que estejam incluídos em outros catálogos.

Art. 151. No catálogo das publicações periódicas se mencionarão as revistas, theses, bibliographias, memorias, relatorios e quaesquer impressos que tenham o caracter de periodicos.

Art. 152. Haverá na bibliotheca tantas estantes competentemente numeradas quantas forem necessarias para a boa guarda e conservação dos livros, folhetos, impressos e manuscriptos.

Art. 153. Os livros da bibliotheca serão todos encadernados e terão, assim como os folhetos, impressos e manuscriptos, o carimbo do estabelecimento.

Art. 154. Em hypothese alguma sahirão da bibliotheca livros, folhetos, impressos ou manuscriptos.

Art. 155. Haverá na bibliotheca um livro de registro para se lançar o titulo de cada obra que for adquirida, com indicação da época da entrada e do numero dos volumes, afim de conhecer-se o total dos volumes obtidos.

[...]

Art. 158. O pessoal da bibliotheca constará de um bibliothecario e de um sub-bibliothecario, um amanuense, um guarda e um servente (BRASIL, 1892).

Apesar de longa, a citação dos artigos do decreto se faz necessária para que compreendamos a amplitude das diretrizes estabelecidas por tal dispositivo. Para além de versar sobre a existência da biblioteca nas instituições de ensino superior brasileiras, ele dita a forma como estas devem se organizar e disponibilizar os seus documentos ao seu público leitor. Chama-nos atenção, sobretudo, a forma como os catálogos são minuciosamente descritos.

O decreto ainda versa sobre as tarefas do bibliotecário responsável, que além de obrigações burocráticas relativas ao funcionamento da biblioteca, deve:

3º, organizar os catalogos especificados neste regulamento segundo o systema que estiver em uso nas bibliothecas mais adeantadas, de accordo tambem com as instrucções que a congregação, ou o director do estabelecimento, lhe transmittir;

[bem como]

Art. 161. O bibliothecario reorganizará, de cinco em cinco annos, os catalogos, afim de nelles contemplar as publicações accrescidas.

Art. 162. Sempre que concluir os catalogos, o bibliothecario os fará

imprimir, com prévia autorização do director, para serem enviados ao Ministerio e aos lentes e empregados graduados de todos os estabelecimentos de ensino superior, ficando sempre archivado um exemplar na secretaria (BRASIL, 1892, grifo nosso).

De fato, o atrelamento da organização dos catálogos das bibliotecas às práticas de “bibliothecas mais adeantadas” revela o olhar sempre voltado sempre ao que outros países faziam em termos biblioteconômicos e bibliotecários. O olhar para fora era a tônica da Primeira República, como sintetizam Ferreira e Delgado (2003). Convém também alertar que tal diretriz é de 1892, portanto, anos antes da criação do Instituto Internacional de Bibliografia, mas foi fundamental para que o ideário dos juristas belgas aportasse no país.

4 O Brasil e a construção do sumário do conhecimento

O ideário de Paul Otlet e Henri La Fontaine ganha terreno no Brasil a partir do panorama evidenciado na seção anterior, o país buscava, em várias áreas, se inspirar nos modelos europeus e estadunidense para o seu desenvolvimento e não seria diferente com as bibliotecas. A dupla belga, reiteradas vezes, aborda o governo e instituições brasileiras em busca de apoio à realização do RBU (JUVÊNCIO, 2016). A ideia de criação de um sumário para o Livro Universal perpassava o inventário completo da produção intelectual humana, daí a necessidade de que mais instituições aderissem ao intento.

O Brasil, buscando se firmar no concerto das nações, tem nas suas bibliotecas uma chance de participar de um consórcio internacional, sendo um meio de publicar a modernização do país pela república, ao passo que também buscava conhecer o cenário intelectual internacional buscando fomentar os acervos das próprias instituições. Esse é um momento de intensa troca de obras por meio do intercâmbio internacional (JUVÊNCIO, 2016).

O quadro abaixo reflete um pouco do entusiasmo com que as ideias “modernas” e “adiantadas” são incorporadas pelas instituições do país, sobretudo, aquelas da Capital Federal.

Quadro 1 – Primeiras instituições brasileiras a aderirem aos ideais documentalistas

ANO	INSTITUIÇÃO	AÇÕES
1898	Senado Federal	Organização do catálogo segundo a CDD
1899	Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia	Utilização da CDD, por Juliano Moreira, para organização dos Annaes da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia

Quadro 1 – Primeiras instituições brasileiras a aderirem aos ideais documentalistas

ANO	INSTITUIÇÃO	AÇÕES
1902	Biblioteca Nacional	Proposta do Instituto de Bibliographia (1902) Lei de Depósito Legal (1907) Criação do Serviço de Bibliographia e Documentação (1911) Criação do Serviço de Informações ao Usuário (1911) Edição do Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional (1918)
1902	Biblioteca da Marinha	Organização do acervo segundo a CDD
1904	Câmara Federal	Organização do catálogo segundo a CDU
1906	Real Gabinete Português de Leitura	Organização seguindo os preceitos do Instituto Internacional de Bibliografia
1909	Instituto de Manguinhos	Organização do catálogo segundo a CDU

Fonte: Elaboração do autor baseado em Juvêncio (2016).

Obviamente, com exceção a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia, o regulamento de 1892 não se dirige à nenhuma das instituições listadas, mas serve de parâmetro para compreendermos a mentalidade em voga no período: se espelhar no moderno de outros países e replicar no Brasil. Nesse bojo, o primeiro contato que identificamos de instituições brasileiras com os ideais de Otlet e La Fontaine é a do Senado Federal, em 1898, ao adotar a CDD para organizar suas obras. Villa-Lobos, o bibliotecário responsável, anuncia na *Introdução do Catálogo alfabético: Bibliotheca do Senado Federal da República dos Estados Unidos do Brazil*, de 1898, que a Classificação foi adotada para satisfazer a necessidade dos estudiosos de encontrar a informação desejada. Adverte, ainda:

Para os bilhetes de classificação, que devem compôr o Catalogo Permanente, foi tambem adquirido um movel especial, manufacturado de accordo com as indicações mais correntes em bibliothecnia (VILLA-LOBOS, 1898, p. xv).

Evidenciando, assim, a atenção dada pela instituição ao moderno em termos biblioteconômicos. Ademais, ele menciona na mesma *Introdução* que a organização do catálogo visa publicizar as riquezas daquela biblioteca e trazê-las a luz, uma fala quase parafraseada de Paul Otlet e Henri La Fontaine no primeiro número do *Bulletin de L'Institut International de Bibliographie*, publicado em 1895, ou seja, três anos antes da edição do catálogo, quando estes declaram: “[...] sem o catálogo a biblioteca é uma caixa fechada cheia de coisas preciosas, mas inacessível e invisível, sem chave” (OTLET; LA FONTAINE, 1895, p. 19).

Já em 1899, Juliano Moreira adota a Classificação de Dewey na revista por ele dirigida, os *Annaes da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia* (FONSECA, 1973, p. 40). Ao passo que a Biblioteca Nacional começará a planejar e executar sua gran-

de reforma sob total influência do ideário belga. De fato, como evidencia Juvêncio (2016), a instituição é a que mais se envolve na empreitada proposta pela dupla de juristas belgas.

Para além de normas para organização de seu acervo, a Biblioteca irá adquirir fichas do Repertório Bibliográfico Universal, ampliar sua rede de relações com instituições internacionais, fazer aprovar uma lei nacional de depósito legal e instituir em sua estrutura um *Serviço de Bibliographia e Documentação*. Mas, de fato, a primeira pista sobre a inspiração nas ideias de Paul Otlet e Henri La Fonatine derivam do *Projecto do Regulamento para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, elaborado em 1902 por Manoel Cícero Peregrino da Silva⁹, seu então diretor.

O coroamento de tal contato é a edição da bibliografia brasileira, em 1918, nomeada de *Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional*, tal obra foi elaborada de acordo com todos os ditames do IIB, inclusive com o uso apenas do anverso da folha para impressão, uma vez que as descrições poderiam ser recortadas e coladas em fichas 7,5cm X 12,5cm, fato bem comum no período.

De fato, o Instituto Internacional de Bibliografia elege que a melhor forma para transporte das representações dos acervos realizadas pelas instituições parceiras seria no formato livro, ordenando que a impressão só fosse realizada em um lado da folha, permitindo, assim, que a descrição de um documento fosse recortada e colada em fichas catalográficas. Perfaz-se, então, uma espécie de comutação analógica que permitiria que o princípio monográfico fosse cumprido, uma vez que as obras poderiam ser descritas e classificadas apenas uma vez, facilitando o inventário total da produção humana e a construção de um sumário coeso para o Livro Universal.

No mesmo ano de 1902, sob a direção de João Augusto dos Santos Porto, a Biblioteca da Marinha começa a reorganizar seu acervo segundo os preceitos do Instituto Internacional de Bibliografia, adotando a CDD como novo modelo para a classificação de seu acervo (SILVA, Mario, 1902). Em 1904 é a vez da Biblioteca da Câmara adotar a CDU na organização de seu catálogo, de fato, esse é o ano de lançamento do primeiro volume da obra, o que mostra o quão as instituições brasileiras estavam atentas ao que se fazia no exterior (FONSECA, 1973).

Em 1906, o *Catalogo do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*, editado pelo ex-diretor da Biblioteca Nacional, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, é organizado “[...] segundo o systema decimal do illustre americano Melvil Dewey, acceito e preconizado pela Repartição Internacional de Bibliographia de Bruxellas, – systema que já adopataram mais de 1000 bibliothecas dos Estados Unidos e mui-

9 Para saber mais recomenda-se a leitura de Juvêncio (2016) e Bittencourt (1955).

tos dos conceituados especialistas do Velho-Mundo” (RAMIZ GALVÃO, 1906, p. IX).

Sousa (2006) observa que o Instituto de Manguinhos adota a CDU em 1909, já que o bibliotecário da instituição, Assuerus Hyppolitus Overmeer, tinha origem europeia e encampou o que de mais moderno havia no período para a organização do acervo da instituição.

5 Uma história da organização da informação no Brasil

O sumário do Livro Universal materializado pelo RBU e pela ampliação da noção de documento por Paul Otlet e Henri La Fontaine foi um importante meio de organização e divulgação da informação nos primeiros decênios do século XX. De abrangência internacional o projeto angariou adeptos ao redor do mundo.

Obviamente, o universal presente na alcunha da empreitada nunca foi alcançado, mesmo diante das 20 milhões de fichas alcançadas em meados da década de 1910, o intento teve como revés as duas guerras mundiais. Contudo, o legado dos juristas belgas ainda se faz sentir na Bibliografia, na Biblioteconomia, na Documentação e na Ciência da Informação, bem como em outras áreas do conhecimento, sobretudo, pelo que representou a tentativa de uniformização de padrões e o estabelecimento de regras internacionais para a descrição de obras.

No Brasil, o legado documentalista se fez presente em várias instituições, é curioso observar que no ambiente biblioteconômico brasileiro, por exemplo, sempre se buscou compreender o porquê da biblioteca do Senado e da Câmara utilizarem sistemas classificatórios distintos; e a resposta pode ser visualizada sob esta perspectiva histórica e tem relação estreita com o momento de adesão ao ideário dos juristas belgas.

Ademais, podemos vislumbrar que o período em que emergem os ideais documentalistas de Paul Otlet e Henri La Fontaine são de transformação para o Brasil, logo, ao se guiar pelo que de moderno se fazia na Europa, as bibliotecas encontram as posições do Instituto Internacional de Bibliografia.

O moderno, em termos biblioteconômicos, bibliográficos e bibliotecários era a Documentação, o que estava sendo professado pelo instituto belga. De fato, a participação brasileira na elaboração do sumário do Livro Universal perpassa a própria organização das bibliotecas no país, em um momento de efervescência política e social, os catálogos, prova mais do que visíveis do sumário, são organizados segundo os preceitos estabelecidos pelo Instituto Internacional de Bibliografia e representam a contribuição brasileira para o inventário total das produções do espírito humano. Utilizando a CDD ou a CDU, as bibliotecas se organizam para que seus catálogos reflitam suas riquezas e tragam luz aos seus acervos invisibilizados pela falta de público ou interesse governamental.

Afina, a biblioteca, a Biblioteconomia e a Bibliografia são expoentes do moderno no período e servem a construção de uma imagem civilizatória do Brasil, ilustrando-o como letrado e dotado de tesouros bem como suas congêneres europeias – mesmo que a realidade seja bem diferente.

Referências

AULETE, Caldas. **Dicionário Aulete**. Rio de Janeiro: Lexikon, [2021].

BESSONE, Tania Maria. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro: 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BITTENCOURT, Feijó. Vida de Manuel Cícero Peregrino da Silva. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 229, out./dez. 1955.

BRASIL. Decreto nº 1.159, de 3 de Dezembro de 1892. **Coleção de Leis do Brasil**, v. 1, pt. 2, 1892.

FONSECA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de Documentação no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 108, n. 1, p. 37-52, jan./abr. 1973a.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. [Brasília]: INL, 1983.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **Manoel Cícero Peregrino da Silva, a Biblioteca Nacional e as origens da Documentação no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. 2 v., il.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Arquitetura das ideias: Paul Otlet, o objeto, o livro e o documento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 26, p. 01-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73450>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MATTELART, Armand. **Histoire de l'utopie planétaire: de la cité prophétique à la société globale**. Paris: La Découverte, 2009.

OTLET, Paul. L'Office International de Bibliographie. In: OVERBERGH, Cyrille van. **Le mouvement scientifique en Belgique: 1830-1905: tomo II**. Bruxelas: Société Belge de Librairie, 1908. p. 358-374.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique**. Bruxelas: Mundaneum, 1934.

OTLET, Paul; LA FONTAINE, Henri. Création d'un Répertoire Bibliographique Universel: note préliminaire. **Bulletin de L'Institut International de Bibliographie**, ano 1, n. 1, p. 15-38, 1895.

RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin de. **Catálogo do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1906. v. 1.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2001. (Coleção Brasil, Ciência e Tecnologia; 1).

SOUSA, Alexandre Medeiros Correia de. **Estudo de uma experiência de fluxo informacional científico no Instituto Oswaldo Cruz**: a "Mesa das Quartas-Feiras". 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2006.

VILLA-LOBOS, R. **Bibliotheca do Senado Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil**: Catalogo Alfabético. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

**Mediações de saberes em
contexto de transformação social
/ Médiations des savoirs dans des
contextes de transformation sociale**

Construcción de capital social e identidad cultural: experiencias de oralidad documentada en comunidades indígenas y bibliotecas humanas

Daniel Canosa¹

1 Entendimiento de la identidad cultural indígena de Argentina: algunas reflexiones desde la bibliotecología social

Sostengo que la biblioteca debe ser un espacio de comunicación, de construcción de identidad, de recuperación de la memoria y por lo mismo, los países de América Latina deberían fortalecerla con políticas específicas y acciones sostenidas.

Mirta Pérez Díaz, docente argentina de Bibliotecología.

CONSTRUIR SOCIALMENTE UN CONOCIMIENTO ES DE ALGÚN MODO CONSTRUIR COMUNIDAD, se trata de una compleja tarea que contribuye a la conformación de un capital social, consustanciado con el fortalecimiento de una identidad. En ese tránsito, investigar, documentar y comunicar las prácticas de una cultura determinada, resulta una tarea que necesita de la mediación de hombres y mujeres que sepan construir puentes de entendimiento entre diferentes formas de conocimiento. El territorio en el cual se desarrollan horizontalmente estos sentidos arborescentes, debe lograr representar las concepciones básicas cultivadas durante siglos por los pueblos originarios: equilibrio, reciprocidad, circularidad, entendimiento, representatividad, totalidad, sacralidad, completitud, identidad (MARTÍNEZ SARASOLA, 2004).

Este problema nos lleva a preguntarnos, una vez más, qué es una biblioteca, de qué se trata ese espacio que permite desarrollar la vida cultural, social, educativa y política de las personas que habitan una comunidad, nos lleva a imaginar un círculo conceptual en el que caben todas las posibilidades que la memoria humana

1 Diario de los Pueblos Indígenas El Orejiverde. Contacto: canosadaniel@yahoo.com.ar.

pueda labrar, el alcance de esa casa colectiva es un campo de cosecha donde no existen los perímetros marcados con alambres de púas, se trata de uno de los espacios más democráticos que los pueblos pueden concebir, donde no solo se accede a una serie de recursos determinados, sino esencialmente, un lugar donde es posible construir el propio acervo, donde la memoria tiene un resguardo y un amparo contra la ignorancia.

Podríamos encontrar en la destreza de una tejedora el paradigma que plantea el concepto de identidad. Una palabra que nos lleva a recorrer los escarpados caminos del entendimiento social del ser nacional, que en Argentina implica aceptar el curioso destino de un tejido social plagado de colores, formas y matices, y sin embargo tamizado bajo un único tono, que excluye las diferencias y alternancias que puedan suscitarse en ámbitos atravesados por la multiculturalidad y el plurlingüismo.

En dicho escenario, las bibliotecas indígenas cumplen un rol fundamental, resultaría inapropiado pretender brindar un servicio dentro de una biblioteca ubicada en una comunidad aborígen, si desconocemos los valores de la cultura, las prácticas, costumbres, verdades, memorias y experiencias de las familias indígenas. Sin embargo, el desconocimiento del carácter orgánico de estas unidades de información, nos lleva a analizar por que un país no supo o no quiso, integrar las diferentes manifestaciones culturales que estaban presentes al momento de la constitución del Estado, negando la preexistencia de las comunidades, y desconsiderando un conjunto de saberes que tuvo correspondencia con el contexto geográfico, social y cultural del territorio.

En este entramado, y teniendo en cuenta los componentes episódicos de la Historia Argentina, es posible advertir que ese concepto de identidad no está inserto en el plano mayor de la identidad nacional. Ante esta circunstancia, buena parte de la sociedad elabora diferentes criterios a la hora de representar con datos precisos lo que nos constituye como Nación, lo que nos diferencia con respecto a otros países, esa noción de identidad abarca en el mejor de los casos, a los gauchos de la llanura (cuyo mestizaje proviene del vínculo entre criollos -hijos de padres españoles nacidos en el país- e indígenas), al tango, género musical que surgió en el Río de la Plata, aproximadamente entre los años 1850 y 1890, originado entre las clases bajas de Buenos Aires y Montevideo, como una expresión que fusionó elementos de culturas africanas, criollos e inmigrantes europeos, de donde proviene el curioso destino del bandoneón, instrumento aerófono nacido para musicalizar canciones propias de la liturgia eucarística de los oficios luteranos, y traído al puerto por algún marinero germánico, y por último, a la imagen de los barcos cargados de inmigrantes que llegaron al país entre fines del siglo XIX y principios del XX.

Parecería incluso que la identidad nacional aflora o cobra otro sentido en los mundiales de fútbol o en contiendas bélicas, tal como ha sucedido con las invasiones inglesas entre 1806 y 1807, o con nuestras Islas Malvinas.

Cuando un ciudadano afirma que los argentinos y argentinas “descendemos de los barcos”, está invisibilizando las diferentes matrices culturales que componen nuestra historia como país, dejando fuera de discusión la presencia del componente africano (mulatos y zambos) y las relaciones entre criollos y aborígenes.

En este punto me detengo conceptualmente en la obra de Carlos Martínez Sarasola, hombre de conocimiento que fue respetado por la Comunidad Lof Vicente Catrunao Pincén², al permitirle formar parte de la ceremonia Eluwün (Funeral Günün-a-küna/mapuche), que no se realizaba desde hacía más de cien años en la región pampeana, alto honor que fue acompañado de la designación de un nombre mapuche por parte de la comunidad: Coli-Lonko Colinao (Jaguar Colorado)³, en reconocimiento a su defensa del patrimonio cultural indígena. Este antropólogo supo dejar en claro el componente identitario nacional.

Siguiendo su criterio, no podemos obviar un dato estadístico que manifiesta la encrucijada de una evidente complejidad social y cultural, que resulta clave analizar para poder comprender el alcance y sentido de una biblioteca indígena:

Según fuentes registradas (MARTÍNEZ SARASOLA, 1992), hasta 1869 vivían en la Argentina 1.736.000 habitantes (criollos, mestizos, negros e indígenas). Entre 1857 y 1926, ingresan en el país un aproximado de 5.700.000 extranjeros (un promedio de casi 83.000 personas al año), de los cuales permanecen en forma definitiva cerca de 3.000.000, la mayoría de ellos españoles e italianos, sumando las sucesivas colonias que se instalaron definitivamente en diferentes provincias del país.

Ampliando el estudio de Martínez Sarasola, registramos colonias de inmigrantes turcos en el noroeste, galeses en el sur, alemanes y polacos en Misiones, ingleses en Santa Fe, mientras que en la provincia de Buenos Aires ingresaron rusos (en diferentes etapas), franceses, con notable influencia a partir de mediados del siglo XIX, junto con la llegada de paisajistas y arquitectos invitados por el Gobierno argentino de la época, con el propósito de crear parques y modernizar el diseño urbano, dato que deja visible la asociación de Buenos Aires como “la París de Sudamérica”. Por otra parte, ha sido también notable la inmigración asiática: filipinos, japoneses (principios del siglo XX), chinos, coreanos y taiwaneses (en general a

2 <https://lofcatrunaopincen.wixsite.com/pincen> (página consultada 20 julio 2021).

3 <http://www.elorejiverde.com/el-don-de-la-palabra/4967-tanto-nos-iluminas-y-guias> (página consultada 15 julio 2021).

partir de la primera mitad del siglo XX) y en menor medida, comunidades laosianas, camboyanas y vietnamitas.

A este componente heterogéneo, se suma la inmigración de los países limítrofes (Chile, Paraguay, Bolivia, Brasil y Uruguay), lo que habla de una fluida dinámica no solo a nivel de las fronteras, sino también de constantes migraciones internas. Cabe señalar el componente africano a partir de la década de 1990, donde empiezan a llegar al país inmigrantes de Mali, Senegal, Mauritania, Liberia y Sierra Leona entre otros.

Imaginemos entonces el contexto de una casa que recibe numerosos contingentes de habitantes, hasta llegar al punto en que los visitantes triplican en número a los originarios en un arco temporal no muy extenso, los repentinos cambios socioculturales que dicha dinámica provoca, e intentemos desde ese lugar comprender el sentido de pertenencia de un pueblo, que asienta sus raíces en una sociedad que va forjando su identidad bajo el entrecruzamiento de diferentes matrices culturales (MARTÍNEZ SARASOLA, 2010). Si esa complejidad demográfica excluye en el análisis el dato empírico del solapamiento entre dichos planos, lo que tenemos es una problemática que nos impide reconocer qué somos como pueblo, qué representamos, qué nos une.

Cualquier bibliotecario o bibliotecaria que tenga que enfrentar la situación de ofrecer un servicio dentro de una comunidad indígena, en un país como Argentina, a mí entender no puede obviar este contexto, porque tendrá mucho valor que pueda lograr, a través de la representatividad de un acervo (que en comunidades indígenas es creado por el saber oral de sus libros vivientes), insertar el concepto de identidad cultural dentro del plano mayor de la identidad nacional, lo que implica instalar el concepto de verdad y de conocimiento a través de la memoria y la palabra.

Se trata de dos planos que se confrontan en un lapso de casi 70 años, dos matrices culturales (hispanica-indígena e inmigrantes europeos, asiáticos y africanos) con sus diferencias, costumbres e historias de vida, fusionando experiencias en un contexto de cambios políticos, sociales y económicos, en el que los indígenas pasaron, en un lapso de 7 años (si tomamos como medida la cruel incidencia de las campañas militares de la llamada “Conquista del Desierto” entre 1878 y 1885), de ser los antiguos dueños de las tierras, a considerarse como minorías étnicas, reducidos a los más bajos estratos sociales, confinados a la marginalidad y calificados como “cabecitas negras”, término despectivo que se popularizó desde fines del siglo XX.

Un tiempo crucial, en el que no se registraron publicaciones con testimonios de paisanos contando la propia historia, ni se incluyeron dichas verdades en el ámbito educativo, ese silencio, que los hizo invisibles en el imaginario social, cobró

otro dramatismo con la llegada del período más oscuro de la Historia Argentina: la Dictadura Cívico Militar de 1976-1983.

2 El tejido social que reparan las Bibliotecas Humanas

Los libros –lo señalamos siempre– no nacieron para segregar sino para congregar; no para negar los saberes sino para compartirlos, no para estancarlos sino para dimanarlos. Estas herramientas tienen una potencia profundamente liberadora... pero esas herramientas no pueden moverse solas.

Alfredo Mires Ortiz

En esta idea subyace el entendimiento de la perspectiva que propicia la mediación de información y conocimiento: la conciencia crítica de la noción de Comunidad, y la necesidad de articular el alcance de un espacio cívico que construye capital social bajo un plano democrático y participativo de igualdad ciudadana.

Si tuviéramos que remitirnos a las prácticas sociales de la Antigua Grecia, términos como asamblea, reunión o concilio, nos acercaría al propósito de una experiencia sobre Biblioteca Humana, realizada en octubre del año 2016 en la Biblioteca Popular Florentino Ameghino de Luis Guillón, Provincia de Buenos Aires (PÉREZ DÍAZ *et. al*, 2016), que incluyó un documento de cátedra del Instituto Superior de Formación Docente N° 35 de Montegrande, marco para el desarrollo del proyecto, inspirado en los ejemplos de Bibliotecas Humanas registrados desde 1993, cuando la ONG Juvenil “Stop the violence” creó por iniciativa de 5 jóvenes dinamarqueses: Ronni Abergel, Erich Kristoffersen, Asma Mouna, Thomas Bertelsen y Dany Abergel, una organización para tratar de reducir la violencia juvenil y enfrentarse a algunos de los estereotipos negativos que tenían los jóvenes daneses.

Como se sabe, la Biblioteca Humana es una Biblioteca de personas, en el que los sujetos reales están “en préstamo” a los lectores, donde se pone a disposición los “Libros humanos” para que se pueda consultar cada uno durante una cierta cantidad de tiempo, favoreciendo así la construcción de relaciones positivas de colaboración y fortaleciendo valores de convivencia para acabar con los prejuicios entre los asistentes.

En el año 2008, Ronni Abergel fundó la Human Library Organization⁴, la cual tiene lugar en más de 70 países de todo el mundo, aunque la mayoría de estos eventos se sitúa en Estados Unidos y países del Centro y Norte de Europa. Desde

4 <https://humanlibrary.org/> (página consultada 10 julho 2021).

entonces, la experiencia fue replicada en países como España, México, Portugal, Colombia, Francia, Canadá y Argentina.

En el evento de Biblioteca Humana realizado en Luis Guillón, se llevó adelante un trabajo de reconstrucción y fortalecimiento del tejido social, con acumulación de capital social, contexto en el cual la Biblioteca, como organización intermedia, tuvo una vital importancia en cuanto al registro y documentación de prácticas sociales que conforman un capital cultural, con incidencia en el fortalecimiento de las relaciones ciudadanas. Se trata de un fuerte rol de responsabilidad social ejecutado con una consigna clara, que repercutió en la reivindicación de los derechos de grupos marginales y minoritarios mediante la participación de la comunidad.

Esta acción colectiva significó una posibilidad de acceso a información que a su vez era originada desde el propio recinto, donde fue posible habilitar el empoderamiento, en cuanto a la igualdad de derechos, de numerosos grupos en condición de vulnerabilidad social. En ese contexto, los colaboradores (bibliotecarios/as, docentes, alumnos/as, directivos, entre otros), generaron un vínculo entre los libros humanos, el público asistente y el conocimiento registrado, articulando acciones, servicios, técnicas y métodos en diferentes procesos de gestión cultural participativa.

En todo momento, la Biblioteca fue un punto de encuentro de la comunidad, desde donde se pudieron tejer dos planos en permanente diálogo y construcción: las bibliotecas humanas y los documentos. En el primer caso, el “libro vivo” ofrecía un testimonio frente a un lector/oyente, con el objetivo de construir un diálogo que habilite poner en cuestión los propios preconceptos. En el segundo caso, las bibliotecas humanas se articulan con la colección convencional de la Biblioteca Pública o Popular, todo aquello que hace a un acervo con sus diferentes formatos. Con lo cual, el saber que circula entre los libros humanos se incrementa con el del conocimiento registrado, lo que implica un proceso endógeno de intensa intertextualidad.

La primera etapa de este proceso requirió la consulta e investigación, dentro de la comunidad, de los temas que generaban interés para ser incluidos en el encuentro de Biblioteca Humana. Esta tarea implicó investigar, seleccionar y recopilar información sobre cada uno de esos temarios. Acto seguido, fue necesario identificar a los potenciales “libros humanos” para explicarles el proyecto y comprometer su participación. Se debió organizar el espacio donde se realizó la convocatoria, que incluyó la diagramación del evento, las presentaciones, intervenciones, difusión, publicidad, confección de folletos ilustrativos, diseño y reproducción de cada ficha de lector y de instrumentos de evaluación a ser entregados a los visitantes, así como tareas de comunicación con los libros humanos.

Es posible establecer un puente de convergencias entre el concepto Biblioteca Humana y el entendimiento de la experiencia tal como fue concebido por Walter

Benjamin, filósofo, crítico literario, traductor y ensayista alemán, cuyo pensamiento se asocia con la Escuela de Frankfurt (investigadores adherentes a las teorías hegelianas, marxistas y freudianas), en el que decía que la experiencia es todo aquello que nos pasa, no aquello “que pasa”, es algo que nos trasciende como sociedad, que nos modifica, que nos transforma, en tal sentido, podemos afirmar que cada encuentro de Biblioteca Humana dejó marcas en cada comunidad, que motivaron profundas reflexiones al final de la jornada, y una marca, tal como lo entienden los comuneros peruanos de las Bibliotecas Rurales de Cajamarca⁵ *es una identificación, una palabra o símbolo que distingue o resume información, algo que, en lengua quechua, significa “región, lugar, pueblo”,* por lo tanto, para que una marca quede ligada a un nombre propio o a un concepto, es necesario que la idea forje junturas al paso del tiempo, lo que requiere pensar la experiencia como una praxis plural desde un entendimiento comunitario de los valores y conocimientos.

Tal como se afirma en el documento *Prospectiva 2020: las diez áreas que más van a cambiar en nuestras bibliotecas en los próximos años* (CONSEJO DE COOPERACIÓN BIBLIOTECARIA, 2013): “las bibliotecas deben reforzar su función de crear comunidades, dotarlas de cohesión social y garantizar la igualdad de los ciudadanos en acceso a la información”, lo que lleva a propiciar un tránsito entre el paradigma de la información y el paradigma de la comunicación, en donde sea posible crear conceptos nuevos con un fuerte carácter dinámico, interrogativo, arbóreo, atravesado por la noción de Tercer Lugar (OLDENBURG, 1999), un concepto que inicialmente no contempló el espacio de la biblioteca, pero que esta, por su naturaleza orgánica, implícitamente se constituyó en un paradigma de dicho entendimiento. La biblioteca es de este modo, una plaza pública, un ágora, donde refugiarse, disfrutar del ocio, intercambiar ideas o trabajar, un lugar distinto de los espacios familiar y laboral.

Considerando la situación de pandemia, en el que se potenció la necesidad de hablar y escuchar, cabría preguntarse sobre la importancia de organizar esta clase de encuentros, y el rol preponderante que puede tener una biblioteca, como espacio crítico no atravesado por la neutralidad, donde resulta necesario no solo desconfiar de la evidencia, sino de instalar la pregunta en el proceso de construcción, porque hacia dónde vamos como sociedad, en los tiempos actuales, hay cambios permanentes, y los cambios generan preguntas. Esta comprensión tiene un vínculo muy profundo con el carácter interrogativo que tienen las bibliotecas, tal como fue planteado por el bibliotecario y documentalista Jesse Hauk Shera, hace más de 80 años.

5 <http://bibliotecasruralescajamarca.blogspot.com/> (página consultada 1 agosto 2021).

3 A modo de conclusión: necesidad de problematizar la identidad nacional desde el territorio de la educación intercultural bilingüe

Si el hombre blanco no hubiera cambiado, si hubiera seguido por ahí con este pensamiento moderno, positivista, nosotros no podríamos ni siquiera estar hablando. Seguiríamos siendo un pueblo a extinguir, un pueblo a someter. Estaríamos todavía enterrados en los libros de historia o de antropología, seguiríamos siendo todavía un objeto de estudio.

Luis Eduardo Pincén, gūnün a kuna mapuche

Desde el punto de vista de la interculturalidad crítica, es necesario plantear la potencial incidencia del espacio educativo en relación a las experiencias registradas en comunidades indígenas y bibliotecas humanas, si es que pretendemos como bibliotecarios/as insertar el entendimiento indígena y campesino en el plano mayor de la identidad nacional.

Una respuesta donde sea posible problematizar esa concepción, podría estar presente en el plano de la modalidad EIB (Educación Intercultural Bilingüe), instalada en Argentina en los niveles de Educación Inicial, Primaria, Secundaria y Superior, desde fines de la década de 1990, con el objetivo de otorgar acceso a la escolaridad a las familias ubicadas en comunidades indígenas y campesinas, quienes representan aproximadamente el 3% de la población total del país, que se auto reconoce descendiente o perteneciente a un pueblo indígena, lo que en números reales equivale a un millón y medio de habitantes, agrupados en 33 pueblos originarios, tal como figura parcialmente en el último censo realizado en el año 2010 (MARTÍNEZ SARASOLA, 2012), datos que lamentablemente no pudieron ser actualizados en el Censo Nacional de 2020 por el contexto de pandemia, que dejó afuera información censal de indígenas migrantes urbanos, lo que habilita el cálculo de un aproximado a dos millones de personas que conforman la población indígena.

Es interesante advertir que en el año 2004 se realizó una sistematización de experiencias áulicas de EIB (114 en total, a nivel federal), por parte del Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, en donde se menciona el espacio de la biblioteca en solo 4 proyectos (3.5% del total), lo que explica la invisibilidad de un servicio clave en cuanto al potencial vínculo que puede darse tanto con los docentes y auxiliares bilingües como con las familias de las comunidades rurales. Es interesante señalar que en 9 casos se registraron experiencias con radios indígenas bilingües, mientras que en líneas generales abundaron proyectos con actividades de alfabe-

tización y promoción de la lectura, y en menor medida museos, talleres de artesanías, música y teatralización de textos con temáticas indígenas.

Se trata de una posibilidad que requiere un profundo cambio de paradigma, y sobre todo valorar el conocimiento de la educación familiar indígena, donde se pueda integrar los saberes de los libros vivientes en el diseño curricular. Si no se contempla el entendimiento orgánico de bibliotecas escolares interculturales y bilingües, es muy difícil pretender que se comprenda el plano de una cultura. En un territorio históricamente atravesado por la extrema desigualdad, pobreza y marginalidad, es urgente concebir el tratamiento bibliotecológico de la diversidad étnica y lingüística, para pensar un país donde la identidad nacional se encuentre consustanciada por la memoria histórica de sus matrices culturales.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras**, libro II, volumen 1. Rolf Tiedemann y Hermann Schweppenhäuser (eds.) con la colaboración de Theodor Adorno y Gershom Scholem. Madrid: Abada, 2007.

CONSEJO DE COOPERACIÓN BIBLIOTECARIA. Grupo estratégico para el estudio de prospectiva sobre la biblioteca en el nuevo entorno informacional y social. *In: PROSPECTIVA 2020: Las diez áreas que más van a cambiar en nuestras bibliotecas en los próximos años*. Madrid: Consejo de Cooperación Bibliotecaria, Ministerio de Cultura, 2013.

MARTÍNEZ SARASOLA, C. **Nuestros paisanos los indios**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1992.

MARTÍNEZ SARASOLA, Carlos. **De manera sagrada y en celebración: identidad, cosmovisión y espiritualidad en los pueblos indígenas**. Buenos Aires: Biblos, 2010.

MARTÍNEZ SARASOLA, Carlos. Pueblos Originarios, Procesos de Reetnización y Reconstrucciones Comunitarias: El caso de la comunidad gүнүн ä күна-mapuche Vicente Catrunao Pincén en las pampas argentinas. **Diversidad**, v. 2, n. 4, jun. 2012.

Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. **Educación Intercultural Bilingüe en Argentina: sistematización de experiencias**. Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, 2004.

OLDENBURG, Ray. **The Great Good Place: Cafes, Coffee Shops, Bookstores, Bars, Hair Salons, and Other Hangouts at the Heart of a Community**. Philadelphia: Da Capo Press, 1999.

PÉREZ DÍAZ, Mirta *et al.* **Biblioteca Humana: espacio de intertextualidad: el tejido de la trama**. ISFDT No 35 – “Prof. Vicente D’Abramo” Monte Grande - Bue-

nos Aires - Argentina. Tecnicatura Superior en Bibliotecología. Espacio Curricular. Bunes Aires: Administración y Gestión de Unidades de Información II, 2016.

SHERA, Jesse Hauk. **Fundamentos de educación bibliotecológica**. México: UNAM, CUIB, 1990.

Colonialidade algorítmica e epistemologia de dados: desafios à mediação social da informação

Maria Aparecida Moura¹

1 Introdução

NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, A EPISTEMOLOGIA DE DADOS E A COLONIALIDADE ALGORÍTMICA passaram a ocupar o cerne das preocupações sociais relacionadas aos processos de produção e de circulação do conhecimento e da informação. Tratam-se de fenômenos sócio-técnicos que se organizam como universos semióticos interconectados e que, ao se estenderem aos ambientes digitais, reiteram e consolidam o altericídio e a rarefação de epistemologias, de diversidades e agendas sociais.

A noção de colonialidade se distingue de colonialismo, podendo ser considerada como um padrão de poder baseado na violência colonial historicamente engendrada. Como dispositivo de poder, a colonialidade tem sido reinventada em novos contextos e situações.

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, o que constitui a tal nação em um império. Distinta desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas que em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se refere à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, pois, embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

¹ Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. Contato:mamoura@ufmg.br.

Os processos coloniais, compreendidos no afã civilizatório, deixaram evidências indelévels e incorporaram dimensões marcadamente associadas ao poder, ao ser, ao saber e ao ver.

A colonialidade do poder baseia-se na manutenção da diferença colonial epistêmica e está estruturada como uma geopolítica que replica, no campo do conhecimento, os arranjos históricos da exploração e da dominação. Sua atuação incide sobre a economia, o gênero e a sexualidade, o conhecimento e a subjetividade.

A colonialidade do saber articula-se em torno de compromissos epistêmicos orientados à reiteração normativa do pensamento colonial.

A colonialidade do ser, por seu turno, é gerada no âmbito da colonialidade do poder e do saber e se refere à experiência vívida da colonização, seus efeitos na linguagem e na conformação dos seres engendrados em tal processo, como assinala Franz Fanon na obra “Pele negra, máscaras brancas”, publicada originalmente em Francês, em 1952. Neste trabalho, o autor aborda os efeitos psicológicos e históricos do colonialismo e viabiliza um programa formativo que introduz uma nova compreensão sobre o colonialismo branco supremacista. Trata-se de uma obra de influência notória porque revelou-se imprescindível aos estudos sobre os efeitos socioculturais do colonialismo na conformação de sociedade que temos hoje.

A colonialidade do ver se organiza em torno da composição de um modelo semiótico orientado à produção, o enquadramento e à circulação de imagens disciplinadoras capazes de produzir e reiterar subordinções e confortos ontológicos que tendem a conformar e a regular as relações sociais.

Conforme Mohamed *et al.* (2020, p. 663), a descolonização diz respeito aos processos intelectuais, políticos, econômicos, sociais e tecnológicos comprometidos com a análise dos efeitos sócio-históricos da colonização na configuração do mundo no que se refere aos jogos de poder que incidem na cultura, no trabalho e na produção conhecimento.

Nesse sentido, a descolonização envolve tanto a dissolução das relações coloniais, quanto a descolonização estrutural, presumida em normas, valores e suposições, e seus efeitos deletérios no contexto da produção e da circulação do conhecimento.

Mohamed *et al.* (2020, p. 664) destacam que a descolonização do conhecimento deve incluir uma perspectiva descolonizadora orientada à valorização dos conhecimentos marginalizados, à diversidade linguística e curricular; uma perspectiva inclusiva que apoie o pluriversalismo na adoção de novas abordagens para a produção do conhecimento, além de uma perspectiva de engajamento social mais afeita às práticas científicas críticas e inclusivas.

Assim sendo,

Uma das vantagens do projeto acadêmico-político da decolonialidade reside na sua capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade. Contudo, um dos riscos envolvidos, sobretudo na tradição acadêmica brasileira, é de o projeto decolonial se tornar apenas um projeto acadêmico inviabiliza o locus de enunciação negro, deixando de lado sua dimensão política, isto é, seu enraizamento nas lutas políticas de resistência e reexistência das populações afrodiaspóricas e africanas, indígenas e terceiro-mundistas (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2019, p. 10).

Diante de tal risco, os estudiosos do pensamento decolonial têm procurado romper com os binarismos e as simplificações presentes nos modelos interpretativos, de modo que a desejada virada decolonial possa se constituir como uma perspectiva sociopolítica ampla que contribua na identificação e ruptura com os valores coloniais e seus desdobramentos.

2 Epistemologia de dados: aspectos tecnológicos e semióticos

A popularização das plataformas digitais emergentes, o monitoramento e o processamento em massa de metadados possibilitados pelo registro sistemático da traçabilidade de nossas conexões têm alterado as formas de circulação da informação, com a consequente substituição da cultura da distribuição de conteúdos pela cultura participativa e pela economia da atenção que se pautam pela propagabilidade das informações em rede.

Parte desse contexto, o *big data* está associado ao fluxo permanente de grandes volumes de dados oriundos de diferentes contextos sociais e produzidos em virtude dos processos globais de digitalização, produção e circulação de bens e serviços. Caracteriza-se pelo volume, velocidade e variedade de itens transacionados. A sua importância vincula-se à produção e manutenção de mecanismos de legibilidade úteis à “extração” dos significados e pertinência socioeconômica da avalanche de vestígios e dados capturados.

A dataficação é um processo sociotécnico que viabiliza a relativa autonomização e a integração de dados dispostos em diferentes veículos com o propósito de gerar previsões que incidem no fluxo de informações preexistentes e no mundo da vida. A dataficação viabiliza simultaneamente um modelo de negócios e uma nova paisagem na produção, gestão e consumo de dados culturais pessoais em ambientes digitais. O conceito é recente e revela, de acordo com Mayer-Schönberger

& Cukier citado por Dijck (2014, p. 198), a transformação da ação social em dados online quantificáveis. Além disso, permite o acompanhamento em tempo real e a análise preditiva de sujeitos e contextos. Após a coleta de dados dos usuários da Internet os procedimentos de dataficação permitem a interpretação e o seu uso pelos próprios produtores de modo que eles possam agir no contexto com base na predição *just-in-time*.

Conforme observa Mai (2016, p. 4) a dataficação da informação pessoal viabiliza um novo tipo de sociedade da informação em que se perdem as distinções entre dados e informações. Nesse sentido, uma vez dataficionados, os dados pessoais fortalecem-se como *commodities* úteis para a renderização, a predição, a personalização, a recomendação e outros serviços de valor agregado.

Nesse contexto, os mecanismos de dataficação que pervaga pela rede se valem de metadados ordinários em articulação com as auto-representações dos sujeitos dispostas no curso de interações interpessoais e de consumos diversificados. Por esta razão, ampliou-se a possibilidade de individualizar saberes e presenças digitais.

Van Djick (2015) distingue a vigilância de dados em relação a vigilância de um modo mais geral. Para ele, a vigilância é a coleta de dados por tempo determinado e com propósitos definidos e a vigilância de dados é a coleta contínua de meta(dados) em serviços de informação online sem necessariamente informar o propósito.

O autor destaca que,

No mundo da sociabilidade on-line, em que o comportamento humano é codificado por (meta)dados e mediado por plataformas, as distinções entre os fatos, opiniões e previsões - entre objetividades, subjetividades e potencialidades - são gradualmente apagados.

O caráter preditivo da dataficação pode introduzir vieses no modo como analisamos as informações. Nesse sentido, empresas de seguro, bancos, serviços de recrutamento de recursos humanos e a indústria de entretenimento já utilizam os indicativos provenientes da dataficação com o propósito de reduzir etapas e custos através dos cenários informacionais gerados.

Os dados coletados são organizados em função da frequência de uso, da permanência, da alteração no interesse e da atenção ofertada aos conteúdos dispostos na rede em cenários de informação cada vez mais precisos. Como resultado, ao invés do presumido anonimato, potencializa-se a artificialização e a exacerbação de contextos nas interações pessoais, acesso à informação, produtos e serviços.

Pensar as interfaces entre a produção de dados, a renderização e a predição e as passou a exigir a articulação de perspectivas teóricas pouco habituais. Por esta

razão, tem se tornado comum a análise desses fenômenos à luz de uma perspectiva transdisciplinar. Por isso, uma compreensão mais sutil sobre os mecanismos que articulam a tríade “dados - informação - dataficação” tem sido exigida. Nesses termos, nota-se uma latência semiótica permanente que alcança a informação datafificada, devido às conexões entre sujeitos, dispositivos e contextos possibilitada pela IoT, o Big Data, os algoritmos e as mídias propagáveis. Por essa razão, a dataficação parece ser uma condição permanente da informação nos contextos atravessados pelo digital e sugere haver uma ação contínua entre uma semiose humana e uma quase-semiose das máquinas articulada no ambiente tecnológico em rede.

Nesse âmbito, a economia da atenção funciona como um modelo de negócios subjacente aos serviços informacionais integrados online. Tal modelo de negócios, parte do pressuposto da ampliação de cenários informacionais, cada vez mais, pautado pela sobrecarga informacional, a atenção parcial contínua e a multitarefa.

3 Bios virtual e colonialidade algorítmica

A proximidade, favorecida pela extensão da vida aos ambientes digitais, tem sido alvo de inúmeros apontamentos, críticas e reflexões na contemporaneidade. Os estudiosos do campo assinalam que estaríamos vivendo sob a égide de um novo processo de colonialidade, agora extensivo aos ambientes digitais, com a potencialidade para intervir em nossas relações, nas deliberações políticas e na composição de novas formas de gerir o comum. Tal atravessamento tecnológico, perpassa a reconfiguração capitalista, é coextensivo aos dados e à vigilância em tempo real. Nesse sentido, tende a embaralhar e sobrepor as concepções de sociedade política e sociedade civil com as quais estávamos habituados, pois a maximização do bem comum, da produção e do lucro são manejados atualmente pelos mesmos dispositivos e “criam ideologicamente outro tipo de comum” ao que Sodré (2021) denomina bios virtual.

A bios virtual caracteriza-se pela intensificação tecnológica dos dispositivos, pela convergência midiática e o uso extensivo de inteligência artificial através da qual se formalizam novos modos de sociabilidade. A admissibilidade da configuração de uma bios virtual implica na propensão da sociedade para a consolidação de um universo semiótico concentracionário articulado por lastros ideológicos. Tal conformação, tende a reduzir as saídas dialéticas devido a sobreposição de tecnologias distributivas e a consolidação de corporeidades eletrônicas que performam como avatares em bolhas perceptivas e financeiras alheias aos conteúdos e às “reais cações econômicas”, conforme denuncia Sodré (2021, p. 127)

Sodré destaca que na base da institucionalização da bios virtual encontram-se os algoritmos, instância sócio-técnica de orientação procedimental automatizada

que envolve múltiplos atores humanos e não-humanos na conexão da vida mediada pelas tecnologias e que permanecem, contudo, refratários a fornecerem evidências dos seus liames políticos ordenadores. Trata-se, pois, de uma caixa preta operacional cuja regulação desafia a soberania dos Estados nacionais.

A mineração de dados que se realiza nesse contexto pode implicar em: discriminação/vieses, discriminação estatística, manipulação, censura, discriminação social e racial, violação de privacidade, direito de propriedade, e abuso de poder. As principais razões para a opacidade dos algoritmos são: a vantagem competitiva e a necessidade de assegurar a propriedade intelectual do modelo procedimental consolidado.

Nestes termos, a plataformização da produção e circulação da informação e serviços colocou em marcha o capitalismo das plataformas e de vigilância. Nos dois casos, há um forte apelo à renderização (*rendition*) para transformar a experiência sensível dos usuários de serviços digitais em dados comportamentais coletados e tratados em tempo real.

A renderização descreve as práticas operacionais concretas por meio das quais a desposseção é realizada, com a experiência sendo reivindicada como matéria - prima para a dataficação e tudo que se segue, de fabricação a vendas. O foco nessas práticas intermediárias ilustra que o aparato de ubiquidade não é um espelho unidirecional passivo. Não, ele cria de maneira ativa os próprios depósitos de conhecimento por meio de uma renderização (ZUBOFF, 2021, p. 269).

Nesse âmbito, a colonialidade algorítmica envolve o pressuposto de existência de coextensividade da colonialidade territorial e estrutural nos ambientes digitais. As possíveis conexões podem ser observadas em aproximações teóricas e tecnológicas críticas em que se evidencia a formalização de um ecossistema tecnológico comprometido com um agenciamento colonial preponderante (EUBANKS, 2017; NOBLE, 2018; BENJAMIN, 2019; MOHAMED *et al.*, 2020; ZUBOFF, 2020; SODRÉ, 2021).

Conforme Mohamed *et al.* (2020), a colonialidade algorítmica envolve o modo como a racionalidade engendrada pelos algoritmos preside às trocas sociais e informacionais e pode intervir ou influenciar os comportamentos sócio-culturais e políticos, o acesso a recursos e o recrudescimento de discriminações sistêmicas, uma opressão tecnológica subjacente ao âmbito dos sistemas decisórios, mas ao mesmo tempo, opacas no que se refere ao seu *modus operandi*. Tal ordenamento tecnológico pode levar a desigualdades estruturais intimamente orientadas por continuidades coloniais.

Benjamin (2019) chama a atenção para os vieses construídos ou reforçados pelos dispositivos tecnológicos contemporâneos. Para a pesquisadora, a formalização desses dispositivos tem a potência de tornar, até mesmo gestos ordinários, como o de nomear uma pessoa, passível de integrar a norma e determinar o regime de acessos sociais. Nesses casos, pessoas com nomes de origem africana, latina ou árabe podem ser incluídas em um ciclo de desigualdades, baseadas em semioses operacionais, suportadas por lógicas provenientes do racismo estrutural da sociedade.

Noble (2018) assinala os modos como os algoritmos adotados nos motores de busca podem engendrar conexões espúrias nos resultados apresentados. Para a autora,

Pesquisadores da Ciência da Informação sabem que os controles bibliográficos e de nomeação são centrais para tornar o conhecimento detectável. Parte do problema é tentar entender quem é o usuário para conhecimento, nomear e organizar as informações de maneiras que possam ser descobertas pelo público (NOBLE, 2018, p. 144).

Todavia, a grande questão é que os sistemas de informação dispostos nos motores de busca contemporâneos performam sob uma tripla função: informar, capitalizar e opinar sobre os resultados. E essa performance monopolista e discrepante em termos de propósitos, em diálogo com os sistemas clássicos de organização da informação continuam a reiterar um daltonismo ideológico no que se refere à renitência da colonialidade na produção e circulação do conhecimento e a garantir, por epistemicídio velado, a hierarquização dos saberes. Nesse sentido, advoga-se a necessidade de maior controle social sobre a retroalimentação dos sistemas de informação baseados nas operações sugeridas e conformadas pela indexação social advinda da bios virtual e tornada possível pelos motores de busca e plataformas de produtos e serviços de informação, como a adoção acrítica de terminologias clasistas, sexistas e racistas.

5 Considerações sankofas

Em face dessa evidente conectividade, o que se observa é que os processos analíticos ainda tendem a estudar o fenômeno de uma perspectiva disciplinar e a naturalizar o agenciamento performativo dos algoritmos e o poder deles derivado.

A parcialidade na condução epistêmica da questão e a ausência de reconhecimento sobre os desdobramentos ideológicos do privilégio branco na conformação social e tecnológica do que é admitido como conhecimento, intensifica a imposição de formas de poder e desigualdades históricas que continuam a vulnerabilizar as mulheres, os negros, as dissidências sexuais e os pobres. Esses agentes sociais vul-

nerabilizados, em uma dimensão social e tecnológica, têm seus corpos, cada vez mais, esquadrihados e repertoriados, com ou sem o seu consentimento, por inúmeras plataformas que tendem a estabilizar normativamente o seu estar no mundo, agora conformado por padrões tecnocráticos, manejados pela regularidade de seu funcionamento, pelo apagamento das possibilidades políticas e pelas lógicas do capital financeiro.

Conforme Mohamed *et al.* (2020) é fundamental criar estratégias críticas para fazer face ao desequilíbrio de poder engendrado pela colonialidade algorítmica no âmbito da inteligência artificial. Dentre as estratégias estão: a justiça algorítmica, a segurança de dados, a diversidade, a governança e a consolidação de ferramentas tecnológicas que permitam a responsabilização social pelos algoritmos e que, simultaneamente, apoiem a descolonização em ambientes digitais.

Agradecimentos

Agradecimentos são devidos ao CNPq pelo apoio dado nas diferentes etapas do desenvolvimento deste trabalho.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BENANTI, Paolo. **Oráculos: entre ética e governança dos algoritmos**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2020.

BENJAMIN, Ruha. **Race after technology: abolitionist tools: for the new Jim Code**. Cambridge: Polity Press, 2019.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DIJCK, José Van. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & Society**. 2014, v. 12, n.2., p. 197-208. Disponível em: <http://www.surveillance-and-society.org>. Acesso em: 19 ago. 2021.

DONEDA, Danilo, ALMEIDA, Virgílio A. F. O que é governança de algoritmos. *In*: BRUNO, Fernanda *et al.* (org). **Tecnologias da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 141-148.

EUBANKS, Virginia. **Automating inequality: how high-tech tools profile, police, and punish the poor**. New York: St. Martin's Press, 2015.

- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: UBU, 2020.
- JENKINS, Henry *et al.* **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.
- KENNEDY, Helen *et al.* Data and agency. **Big Data & Society**, p. 1–7, jul./dez., 2015.
- MAI, J.-E. Big data privacy: The datafication of personal information. **The Information Society**, v. 32, n. 3, p.192-199, 2016.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (eds.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-168. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

Mediação da informação frente a racionalidade neoliberal: fundamento voltado ao protagonismo social

Henriette Ferreira Gomes¹

1 Introdução

ABORDAR A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM SUA ESTREITA RELAÇÃO COM AS transformações sociais neste Século XXI, em meio a embates imperialistas e aos impactos da pandemia da *Covid 19*, impõe a urgência de análises e reflexões acerca da informação como um fenômeno social, desvelando, na complexidade que a envolve, sua conexão com os interesses da esfera pública e dos coletivos sociais.

Essa quadra da história mundial resulta da ganância do sistema capitalista, que não hesita em explorar a natureza a qualquer custo, que se volta aos interesses das elites dominantes em detrimento dos interesses dos coletivos humanos e de todas as formas de vida deste planeta. Situação que se agrava ainda mais em países como o *Brasil*, onde essa estupidez foi e tem sido maior, ampliando-se cruelmente o número de vidas perdidas, a devastação das florestas, o massacre dos povos originários, o apagamento das culturas populares, a desestruturação das bases de sustentação das redes públicas de ensino e pesquisa, a tentativa de destruição do sistema público de saúde, enfim, uma avassaladora destruição da esfera pública e dos direitos sociais. E, para esteio dessas ações, fazem avançar de modo assustador as estratégias da guerra cultural, para justificar o aniquilamento das políticas públicas de apoio à cultura, à memória, à educação, à pesquisa, à leitura, à informação e a tantas outras políticas destinadas à inclusão e justiça social.

Desse modo, debater acerca da relação entre mediação da informação e transformações sociais coloca no centro da pauta a perspectiva social na contemporaneidade, um tempo no qual o liberalismo clássico concebe o neoliberalismo. Nessa perspectiva, são importantes as contribuições de *Laval* e *Dardot* sobre o neoliberalismo, que desvelam, tomando por base *Foucault*, a marcha ideológica de edificação

1 Doutora em Educação. Professora Titular do ICI e PPGCI/UFBA. Contato: henriettefgomes@gmail.com.

de novas subjetividades, capazes de uma tessitura de “anulação” e “desconstrução” da força do coletivo e, conseqüentemente, da força do social.

Nesse contexto, abordar a mediação da informação, no espectro das suas dimensões, e as contribuições dela ao processo de transformação social só é possível a partir do posicionamento da primeira em favor do segundo, o que coloca tanto a mediação quanto o mediador como partícipes da resistência contra a exploração das maiorias subalternizadas, alçando a mediação da informação à condição de um fundamento que posiciona o campo informacional em favor do desenvolvimento e do fortalecimento do protagonismo social, já que este representa o único caminho possível de efetivas transformações sociais. Para tratar do protagonismo, aborda-se a origem da sua formulação conceitual, concebida historicamente na *Grécia*, no sentido arguir sobre sua força de enfoque no social, justificando a incorporação deste último termo por estudos da mediação da informação que passam a tomar o protagonismo social como uma meta central.

Sob este curso problematizador, se busca tratar a mediação da informação e suas dimensões como um fundamento da *Ciência da Informação*, por meio do qual estudos e fazeres posicionem-se como contributos ao protagonismo social, cuja potência transformadora representa o caminho de valorização dos saberes, conhecimentos e culturas, como também de consolidação do respeito à diversidade e alteridade, consistindo, portanto, em caminho estruturador das bases sustentadoras do projeto de humanização do mundo, com a conquista de equidade, justiça social e bem estar global.

2 Perspectiva social na formulação conceitual histórica do protagonismo

O conceito de protagonismo social no contexto dos estudos de mediação cultural e da informação consiste em ponto chave na construção de vínculos sólidos entre os estudos e trabalhos com a informação e o processo de emancipação dos sujeitos sociais e de humanização do mundo, compreendendo esse processo como um agir em favor das diversas formas de vida (humana e não humana). Nesse âmbito, Perrotti (2017) buscou resgatar as origens do conceito de protagonismo, empreendimento ao qual aderimos com proposições no sentido de alargar nossa compreensão acerca das suas relações com a mediação da informação.

O conceito de protagonismo teve origem no campo da literatura e do teatro grego, que em revisitação observa-se a proeminência do interesse coletivo mobilizando as tramas, narrativas e valores entrelaçados umbilicalmente às ações e existências protagonistas das obras, nas quais a luta entre o público e o privado adquire contorno de atributo desse protagonismo, motivo pelo qual, Perrotti (2017) e Gomes (2017) passaram a compreendê-lo e a denominá-lo de social.

Até as inovações introduzidas na cena teatral por Ésquilo e *Sófocles*, as tragédias gregas se desenvolviam apenas com um ator recitando o texto, que na sequência era ecoado pelo canto de um coro. A história era ancorada nesse único personagem, ficando reservada ao coro a função de ressoar a mensagem recitada pelo ator. Mas no período grego histórico de embate entre a mitologia e o pensamento jurídico, momento de transição entre os valores religiosos e os valores democráticos, de busca do estabelecimento dos direitos dos cidadãos na constituição da *pólis*, o debate público ganha importância, o que parece ter influenciado Ésquilo a introduzir na cena teatral mais um ator, tornando possível o debate entre dois personagens.

A nova composição da cena em Ésquilo colocou em evidência a importância do debate, contribuindo para a expansão do seu lugar no contexto social, o que de acordo com Santos (2005) fortaleceu a luta pela superação dos valores individualistas da aristocracia grega.

No entanto, o marco na construção do conceito de protagonismo é reconhecido como um feito de *Sófocles*, que introduziu nas cenas das tragédias gregas três novas figuras: o protagonista (personagem principal); o deuteragonista (personagem secundário – antagonista/opositor) e o tritagonista (papel terciário que acrescenta ações com repercussão sobre o protagonista). (SANTOS, 2005)

Pelas mãos de *Sófocles* nascem o termo e o sentido mais profundo e genuíno do protagonista, que em grego é denominado *protagonistes*, palavra composta pela raiz “*protos*” (principal ou primeiro), acrescida do termo “*agonistes*” (lutador). Este feito representou ao mesmo tempo uma ampliação da cena nas tragédias e um delineamento mais claro de cada personagem na trama, na qual os embates e debates passaram a assinalar o lugar combatente, resistente, lutador da figura protagonista. *Sófocles* não apenas criou esse personagem central pelo espaço de voz na cena, mas o constituiu com o atributo da resistência consciente, qualificando-o como um lutador e o diferenciando dos demais, de maneira que sua mensagem conquistasse força simbólica.

A constituição do protagonista como espelho do sentido fundante do conceito de protagonismo social se observa na obra *Antígona de Sófocles*, tragédia composta em torno de 442a.C. e que trata da *Cidade de Tebas*, onde a protagonista *Antígona* exerceu resistência ao *Rei Creonte*, que governava com desrespeito às tradições e aos direitos socialmente estabelecidos.

Essa contribuição de *Sófocles* firma o papel interveniente do protagonismo na realidade, com potencial repercussão na formação junto à coletividade de novas concepções do que seja uma existência digna e de resistência à tirania. No entanto, da Antiguidade até nossos tempos, com as mudanças na organização social e política das sociedades e com a estruturação do mundo capitalista e a regência do

projeto liberal se processou uma redução do seu sentido primeiro, passando-se a associar o protagonismo a “imagem” de indivíduos, instituições ou países, que se projetam e alcançam destaque em determinado contexto ou acontecimento. Ideia hoje hegemônica no âmbito do senso comum.

Assim, pode-se dizer que essa concepção reducionista que ultrapassou os séculos que nos separam de *Sófocles*, enfraqueceu a força do social introduzida pelo protagonismo que se apresenta em *Antígona*, cujas ações e enunciações estão comprometidas com causas fundamentais da vida social. Dessa maneira, quando Perrotti (2017) revisitou a gênese do conceito em *Antígona*, ele nos permitiu superar o uso mais estrito e vulgarizado do termo protagonismo. Assim, os estudos de mediação da informação puderam recuperar dois núcleos do sentido primaz do protagonismo: a **resistência** e a **consciência social**, entendendo-os como diretamente ligados às ações mediadoras, que compreendem e trabalham a informação como um fenômeno social.

Sob o foco da concepção social Gomes (2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020) tem defendido que a informação é um **fenômeno que emerge do compartilhamento do conhecimento e dos saberes humanos**, consistindo em um primeiro nível de representação que assegura o processo de comunicação, sustentador do trânsito da esfera singular e privada à esfera do coletivo, do público e do social, ambiência do processo recursivo que engendra a produção de sentido derivativa da sua apropriação, ponto no qual o trânsito retorna do coletivo ao singular. Nessa perspectiva, a mediação da informação tem uma intencionalidade, que ultrapassa o mero acesso, situando-se em todo processo informacional, mas em todo ele sempre com especial atenção ao processo de apropriação dos conteúdos informacionais pelos sujeitos sociais.

A mediação da informação atua no trânsito constitutivo e derivativo da informação. Dessa maneira ela se consubstancia de orientações tanto filosóficas quanto pragmáticas, o que lhe confere potência de fundamento central ao escopo da epistemologia social, entendimento a partir do qual a posicionamos como elemento atrator da cadeia sistêmica da informação, configurada pela articulação entre conteúdos, operações mediadoras e recepção, compreendida por Shera (1971, 1973) como uma espécie de trindade do atomismo.

A perspectiva social no exercício do protagonismo é essencial. A construção do sentido de protagonismo social é central porque só o coletivo gera e mantém viva uma cultura, somente em interação com o coletivo há aprendizagem, produção de conhecimento e, conseqüentemente, informação. Esta, por sua vez, demanda ações do e no coletivo para sua circulação, avaliação e validação. A negação do coletivo representa uma ameaça ao respeito e preservação da esfera pública, enfrentamento contemporâneo imposto pelo avanço do projeto neoliberal.

Portanto, compreender a informação como um fenômeno social, a epistemologia social como marco de um delineamento científico, cujas bases teóricas e metodológicas a abordem dessa maneira e a mediação da informação e suas dimensões como um fundamento, evidencia a relação existencial entre informação e protagonismo social. Contudo, essa compreensão convoca a contextualização política que apresenta desafios a mediação da informação comprometida com transformações sociais.

3 Protagonismo social x neoliberalismo: ponto-chave na construção da mediação consciente da informação para transformações sociais

As reflexões acerca do sentido mais profundo do protagonismo social conduzem a uma análise que refina e aguça o olhar crítico acerca dos investimentos do neoliberalismo, enquanto projeto sustentador da ideologia liberal que edificou o sistema capitalista (com suas políticas coloniais e imperialistas). No seio desses investimentos neoliberais está o processo progressivo de retirada de direitos, de redução do espaço crítico (relevante na mediação cultural e da informação) e de eliminação de políticas de inclusão e justiça social.

Nas últimas décadas, o neoliberalismo tem investido sistematicamente em estratégias de desconstrução, destruição ou neutralização das ações coletivas, cujo potencial de resistência às suas metas é considerável. Conforme Dardot e Laval (2016, 2019), o neoliberalismo precisa ser analisado pelo o que efetivamente significa, esvaziando-se o sentido que se pretende dar a ele, como um novo modo de funcionamento do mundo econômico. Dardot e Laval (2019) em seus estudos desnudam o projeto neoliberal e lhe retiram a “máscara” de sistema econômico, concepção disseminada por discursos oficiais e sociais, demonstrando que o neoliberalismo na realidade consiste em um sistema de poder, que busca instalar e disseminar uma nova racionalidade. Segundo os autores, o neoliberalismo não representa um projeto constituído

[...] somente de políticas econômicas monetaristas ou de austeridade, de mercantilização das relações sociais ou de ditadura dos mercados financeiros. Trata-se mais fundamentalmente de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a lógica do capital até converter esta lógica em formas de subjetividades e em norma das próprias existências (DARDOT; LAVAL, 2019).

Em suas análises, Dardot e Laval (2019) também se pautam nas abordagens de Foucault em relação ao ativismo do neoliberalismo, quando ele já assinalava a

inadequação de se associar o neoliberalismo exclusivamente ao projeto de estado mínimo, proposta originária do liberalismo clássico.

Foucault (2010) já alertava que o neoliberalismo, mais que um sistema econômico, representa uma tecnologia política cujo objetivo central é o de incidir sobre o desejo, a volição e a consciência dos sujeitos, elementos ativos nos processos de subjetivação. Assim, pode-se considerar que este é um ponto-chave de atenção e análise para os estudos de mediação da informação.

O projeto do neoliberalismo, conforme Foucault (2010), pretende a desnaturalização radical do interesse e a constituição de um *homo economicus*, capaz de radicalizar e politizar o desejo. Nessa perspectiva então é que Dardot e Laval (2019) defendem que o neoliberalismo representa um projeto de construção de uma nova subjetividade, de uma nova racionalidade, na qual o interesse do coletivo está sob ameaça de destruição nas próprias entranhas do social, estando em curso um processo de desconstrução e quebra dos princípios de solidariedade, dos valores e das práticas sociais, elementos essenciais à conduta de respeito à alteridade, como também de respeito à verdade, à história, à ciência, à cultura, à educação, à memória e à informação.

Na subjetividade emergente dessa nova racionalidade pretendida pelo neoliberalismo, o outro não importa, em especial quando o outro representa ameaça ou obstáculo à concretização dos desejos e interesses da ordem do privado. A esfera do privado deve valer mais do que a esfera pública, mais do que os interesses do coletivo, portanto, do social.

Nessa nova racionalidade também reside a tentativa de enfraquecimento da História, em especial pelo seu potencial de identificação e análise do contraditório que conduz à compreensão de ocorrências e fatos reveladores de fragilidades, inconsistências e desonestidades relacionados aos desejos da esfera do privado, que tentam se impor sobre os interesses públicos.

Sob a mesma lógica, a Ciência também não é bem-vinda, especialmente em situações e ocasiões nas quais seus resultados representam contrapontos consistentes às teses neoliberais. O *ethos* da Ciência, que a coloca constantemente aberta a revisões e ao exercício da crítica no anseio das sucessivas aproximações com a realidade para melhor compreendê-la em sua complexidade, adquire contornos de risco à essa racionalidade almejada pelo neoliberalismo. A Ciência é resultado do coletivo, não é a-histórica e no seu *modus operandi* estabelece e fortalece o plano do debate em torno das ideias, das diferentes percepções e concepções, assegurando e valorizando o exercício da crítica, deslocando da zona de conforto as explicações do real guiadas pelo plano dos interesses e desejos individuais, estimulando e conduzindo o debate e a interlocução entre diferentes perspectivas.

A instalação e manutenção dessa nova subjetividade motivam os ataques sistemáticos à Ciência e à História por parte de agentes-chave desse processo. A nova racionalidade proposta e em construção pelo neoliberalismo tem outra característica perversa que é a da aceleração do caos e da destruição das instituições, dos direitos, dos coletivos sociais e dos valores e princípios ligados ao processo de humanização do mundo. Esse caos, que parece se desdobrar desse processo destruidor e cruel, em verdade integra e nutre o projeto neoliberal.

Conforme Dardot e Laval (2016, 2019) o neoliberalismo se nutre das crises que ele próprio promove. Desde a década de 1970, no seu curso de instalação, ele vem gerando crises, mas também se sustentando e se fortalecendo por meio das ações que as governam. Contudo, no Século XXI o neoliberalismo já dispensa a imagem liberal e democrática que precisou manter nas décadas do século passado, estando em seu período mais feroz, atuando no estímulo ao fechamento de fronteiras, a ofensivas contra os direitos humanos, direitos trabalhistas, direitos sociais, enfim contra todo direito que possa representar alguma ameaça a sua hegemonia.

Nessa nova racionalidade, a esfera pública e os interesses sociais importam cada vez menos, seu foco principal se dirige exclusivamente ao lucro, ao poder e a hegemonia das elites detentoras do capital. Como argumenta Krenak (2018), isso fica evidente quando se observa a regulação do trânsito internacional. Estão fortalecidas as regras de interesse do capital e de rejeição do multilateralismo, contudo elas asseguram que as mercadorias e os recursos naturais de nações periféricas circulem para seguir fortalecendo o imperialismo. Contudo, esse trânsito é negado às pessoas pertencentes a essas mesmas nações periféricas. Quando elas buscam a sobrevivência ou a melhoria de suas condições de vida, ultrapassando barreiras internacionais, acabam tratadas e submetidas à condição de refugiadas. Este exemplo dado por Krenak ilustra os parâmetros da racionalidade do neoliberalismo, na qual o capital e o privado se articulam para se sobrepor, com a meta de fazer desaparecer, os bens coletivos e sociais, assim como a esfera pública. Ainda que o alcance dessa meta seja de alta complexidade, vivemos um período de acelerado avanço desse investimento.

A racionalidade neoliberal é dependente uma nova subjetividade para fazer nascer o que Foucault (2010) definiu como *homo economicus*, para o qual o coletivo deixa de ser importante. O individualismo e a esfera do privado precisam prevalecer para o sucesso dessa racionalidade, a ponto de que se o coletivo eventualmente representar um obstáculo àqueles, deverá ser destruído, assim como tudo que deste emanar ou a este interessar, como: o conhecimento, a cultura, a verdade, os direitos sociais, em especial as proposições e políticas de equidade, justiça e bem estar social.

Desse modo, em tempos de investimentos neoliberais na construção dessa nova racionalidade, que busca naturalizar a destruição dos espaços de sociabilidade, dos espaços culturais, educacionais e científicos, assim como naturalizar a aceleração de retirada de direitos sociais, refletir sobre cultura, educação, informação e mediação nos convoca a situá-las em relação ao protagonismo social.

O desenvolvimento do protagonismo social representa uma ameaça ao neoliberalismo, na medida em que sua força e potência podem sustentar as ações do coletivo e para o coletivo. O protagonismo social surge em função dos interesses das coletividades e move-se em direção a eles, atuando em favor da inclusão e da justiça social, portanto, se caracteriza como uma conduta de resistência em defesa da esfera pública e dos interesses sociais.

No âmbito das ações e produções emergentes dos coletivos, Gomes (2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020) situa a informação, por compreendê-la como uma instância de trânsito, na qual os conhecimentos, os saberes, as concepções e percepções são colocadas em comum, em estado de compartilhamento. Para a autora, na condição de conhecimento em estado de compartilhamento, a informação carrega em si duas potências, a primeira de impulsionar a ação comunicativa e a segunda de estimular e sustentar novas ações de comunicação. Essas duas potências podem compor, no processo de interação e do espaço crítico, o trânsito para revisões, ressignificações, geração e produção de conhecimentos em seu sentido *lato*, envolvendo, portanto, toda a diversidade de saberes que emerge do conhecimento imediato, do senso comum, como também do próprio conhecimento científico. Nesse entendimento pode-se afirmar que a informação é e sempre será resultante e também subsidiária do pensar e das ações instituintes do social.

Para Gomes (2017, 2019a, 2019b, 2020), essa compreensão torna mais evidente a intencionalidade da própria mediação de colaborar com o processo de apropriação da informação pelos sujeitos sociais, o que pode incidir positivamente sobre o desenvolvimento do protagonismo voltado aos interesses da esfera pública e dos coletivos sociais.

A mediação da informação se articula ao protagonismo social, o que a coloca sob o desafio de alcançar o que Gomes (2017, 2019a, 2019b, 2020) defende como suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política. Além disso, pode-se dizer que as dimensões, enquanto potências constitutivas da mediação da informação, demarcam sua razão de ser ou de vir a ser, consistindo em elementos que a conformam como um fundamento (GOMES, 2020).

No âmbito dos espaços de sociabilidades a condição de fundamento se articula à condição de ação. Quando na esfera das pragmáticas estiver vinculada ao exercício da *práxis*, a mediação da informação se faz consciente, e com maiores

possibilidades do alcance das suas dimensões, tornando suas cinco potências em forças motoras do movimento que a torna existente na esfera da vida social. Nessa condição, a mediação da informação torna-se pujante na promoção do encontro problematizador com a informação, no qual o debate e o exercício da crítica proporcionam o emergir da criatividade geradora do prazer estético, da tomada de consciência em relação ao poder das trocas e das aprendizagens nos coletivos, a força da conquista do espaço de voz e de ação por parte dos sujeitos sociais, passando assim a transformar o encontro com a informação em uma contribuição para o desenvolvimento e fortalecimento do protagonismo social, capaz de sustentar promissoras transformações sociais da realidade.

4 Considerações finais

Compreendendo a informação como conhecimento em estado de compartilhamento que, no processo sócio interacionista e de construção e fortalecimento do espaço crítico, possibilita e estimula ressignificações e geração de sentidos, produção e circulação de conhecimentos e saberes, pode-se defendê-la como um fenômeno social, instituído no social e participe dos movimentos instituintes do social.

Nesse sentido, as discussões e pesquisas em torno desse fenômeno devem se acautelar quanto ao projeto neoliberal de construção de uma nova subjetividade que pretende sustentar uma racionalidade perversa na qual o exercício da crítica, o respeito à alteridade, os direitos ao bem estar social, a esfera pública e os interesses dos coletivos devem ser desconstruídos. Nesse projeto, os saberes e a diversidade cultural são alvos de políticas de apagamento e destruição. O acesso à educação, cultura e informação será cada vez mais restrito a poucos, retirando-se progressivamente esses direitos das camadas subalternizadas das sociedades. O desenvolvimento científico e tecnológico caminhará para uma nucleação em impérios sustentados por uma geopolítica, na qual o multilateralismo será tratado como uma ameaça aos interesses das grandes potências. Nesse contexto, os saberes sociais, a diversidade cultural, e tudo que advenha da criação das maiorias subalternizadas, assim como todas as áreas do conhecimento que estudam fenômenos que envolvem a dinâmica do social sofrerão graves consequências.

O enfrentamento a ser construído socialmente, academicamente e cientificamente, precisa ter como foco central o protagonismo social, já que somente dele resultam as transformações sociais. Compreender o papel do coletivo, das interações sociais, dos processos de comunicação, das mediações e dos espaços de sociabilidades é urgente para que se possa resistir em favor do *lôcus* da formação humanizadora, capaz de favorecer a emergência do sujeito emancipado, que se constitua em protagonista social do seu tempo e em agente de efetivas transformações sociais.

O sentido do coletivo em torno do fenômeno informação é desafiador e implica na responsabilidade de pensá-lo com consciência e de fazer do encontro com a informação um espaço dialógico e problematizador, capaz de sustentar o processo permanente de conscientização, onde mediadores e participantes das ações mediadoras se transformem em protagonistas sociais. No coletivo existimos e sempre existiremos, no coletivo são produzidos os saberes, conhecimentos e percepções de mundo, desse modo somente no coletivo podem ser construídas as transformações sociais. Este é o ponto-chave na construção da mediação consciente da informação, condição a partir da qual ela alcança suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política, contribuindo efetivamente com as transformações sociais.

Referências

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Anatomia do novo neoliberalismo**. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Edições70, 2010.
- GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. cap. 5, p. 91-107.
- GOMES, Henriette Ferreira. Mediação consciente da informação; categoria fundante ao protagonismo profissional e social. *In*: SILVA, Franciele; ROMEIRO, Nathalia (org.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha; Nyota, 2019a. v. 1, p. 187-206. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida activa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. cap. 2, p. 27-44.
- GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da

Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies>. Acesso em: 3 abr. 2021.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO**, [Rio de Janeiro], v. 5, p. 10-21, 2019b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/111756>. Acesso em: 20 maio 2020.

KRENAK, Ailton. A potência do sujeito coletivo. **Revista Periferia**, pt. 1, p. 1-11; pt. 2, p. 1-16, [2018]. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/ailton-krenak-a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-ii/>. Acesso em: 24 abr. 2021. Entrevista realizada por Jailson de Sousa e Silva.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

SANTOS, Adilson. A tragédia grega: um estudo teórico. **Revista Investigações**, [Recife], v. 18, n. 1, p. 41-67, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1501>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SHERA, Jesse Hauk. Toward a theory os Librarianship and information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, dez. 1973. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/30/30>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SHERA, Jesse. The sociological relationships of information science. **Journal of the American Society for Information Science**, [S.l.], v.22, p.76-80, apr. 1971.

**Mediação documentária, memória
e dispositivos info-comunicacionais
/ Médiation documentaire,
mémoire et dispositifs info-
communicationnels**

Musées, mémoriaux, historiques: diversification des lieux d'exposition du passé

Patrick Fraysse¹

1 Introduction

MÉMOIRE, HISTOIRE ET PATRIMOINE SONT TROIS RÉGIMES D'EXPÉRIENCE DU TEMPS et d'exposition du passé que les sciences humaines et sociales ne cessent d'interroger. Les disciplines des sciences historiques et de l'ethnologie-anthropologie ont produit des milliers de pages sur ces notions qui s'entremêlent. Elles ont été rejoint récemment par les sciences de l'information et de la communication (SIC) qui analysent les processus infocommunicationnels de documentation (Couzinet), de médiation (Fraysse), d'interprétation (Jacobi) et de patrimonialisation (Davalon) dans le champ de la muséologie et des sciences du patrimoine. Au-delà de ces processus partagés avec les sciences historiques et l'anthropologie-ethnologie, les SIC ont également proposé l'étude scientifique des concepts de substitut (Tardy), de composite (Le Marec), d'être culturel (Jeanneret) ou de trace (Jeanneret). Ce faisant les SIC donnent à comprendre la production, la collecte et le traitement des traces du social. L'analyse des dispositifs, des discours, des objets et des processus est au cœur de notre démarche et c'est bien cette tension entre ce que Paul Ricoeur appelle "l'expérience temporelle et l'opération narrative" qui nous préoccupe ici. L'entre-deux des médiations se situant entre temps et récits, la façon de nommer les lieux de mémoire ou d'histoire (mémoriaux ou historiques) ne semble pas neutre et institue un point de vue spécifique au-delà d'un effet de mode constaté récemment.

Dans le cadre d'un projet de recherche que nous initions ici sur les lieux d'exposition du passé, nous souhaitons nous interroger sur les différences entre les musées, les mémoriaux, les historiques et autres centres d'interprétation de l'histoire et du passé. Que doit-on comprendre derrière ces vocables ? Ces noms renvoient-ils implicitement ou explicitement aux notions de mémoire, d'histoire ou de patri-

¹ Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação. Professor da Université Toulouse III - Paul Sabatier. Contato: patrick.fraysse@iut-tlse3.fr.

moine? Quelles représentations en construisent-ils ? Peut-on dire que le musée intervient, quand la mémoire devient histoire, quand d'individuelle elle devient collective, quand elle est patrimonialisée?

Il s'agira, pour apporter des éléments de réponses à ces questions, de présenter d'abord les cadres théoriques qui proposent de définir les notions de mémoires, d'histoire et de patrimoine autrement dit ce qui relie le présent au passé. Le rappel des définitions et la présentation des principaux courants historiographiques récents et actuels permettront de mettre en perspective un exemple emblématique, celui d'Oradour-sur-Glane avant d'esquisser une typologie de ces lieux d'exposition du passé.

2 Les cadres théoriques définissant le patrimoine en histoire, en anthropologie et en sic

Il n'est évidemment pas possible de présenter un état des lieux complet de la question des liens entre ces trois notions dans cette communication et ces quelques pages mais la revue bibliographique que nous esquissons dans cette première partie permet néanmoins de rappeler les principales approches en sciences humaines et sociales de cette trilogie Mémoire-Histoire-Patrimoine.

2.1 L'historiographie des monuments et de la mémoire à l'origine du patrimoine

Pour commencer par des définitions basiques, rappelons avec l'historien Nicolas Offenstadt qu'"on oppose souvent la mémoire à l'histoire. La mémoire serait ainsi la présence du passé, sous différentes modalités, dans les sociétés, les groupes sociaux ou les individus, façonnée par les subjectivités et les enjeux propres à chacun de ses porteurs. En regard, l'histoire serait alors le déroulement des événements tels que rapporté par les historiens selon des critères scientifiques" (OFFENSTADT, 2004, p. 68-69). De ce constat sont nées de nombreuses recherches sur les liens entre mémoire et histoire auxquelles s'est greffée la notion de patrimoine.

Avant que cette dernière notion de patrimoine n'envahisse tous les discours scientifiques, institutionnels ou médiatiques, c'est-à-dire à partir du début des années 1980 en France, il était surtout question de trésor (dans les églises surtout où ils sont considérés comme les prédécesseurs des musées), de Beaux-arts ou de richesse artistique mais surtout de monument.

Monument: avant le patrimoine, le Monument historique (MH)

La notion de monument reste en effet, encore aujourd'hui, au cœur de cette trilogie Mémoire-histoire-patrimoine que nous souhaitons ré-interroger. Il est utile

à ce stade de rappeler² que le terme “monument” provient du latin *monumentum*, “ce qui rappelle, ce qui perpétue”, désignant aussi bien le monument commémoratif (le monument aux morts par exemple) que des actes et décrets écrits qualifié par les historiens de source ou de documents historiques). Pour se souvenir d’un fait ou de quelqu’un, rappeler un événement, avertir (du latin *monere*) un groupe ou des descendants ou signaler une information, le monument inscrit sur le support matériel du *Monumentum*, un nom, une date, des mots mais aussi des signes et des symboles. La matérialité durable du monument permet de transmettre dans le temps et de dépasser les mémoires individuelles en les rassemblant dans une mémoire collective et de laisser une trace dans le temps long, au-delà des générations sur des mémoires documentaires.

C’est cette capacité à transmettre dans le temps qui est également à l’origine de la constitution de la notion de monument historique (MH) en France dans les années 1830. La stratification complexe des significations de la notion de monument a bénéficié de développements historiographiques nombreux dont nous ne citerons que la réflexion célèbre de l’historien de l’art autrichien Alois Riegl, *Le culte moderne des monuments*, et la somme de Jean-Yves Andrieux et Fabienne Chevallier sur *Le patrimoine monumental*. D’après ces deux auteurs, spécialistes d’histoire de l’art, la fortune du monument, l’objet comme la notion, n’a cessé de se développer en France depuis 1789 période qui le charge de sens idéologique. Les dispositifs de protection inventé au 19^e siècle, suite au vandalisme révolutionnaire, ont permis des restaurations, des classements et des labellisations dont la plus prestigieuse n’est autre que celle du patrimoine matériel de l’humanité consacré par l’UNESCO. De son côté Alois Riegl proposait en 1903 de reprendre la notion française de monument historique qu’il complète avec le monument intentionnel et le monument ancien. La typologie des monuments intègre l’idée d’un lieu spécifique ou d’un contexte. Que le monument soit intentionnel comme le monument commémoratif créé pour se souvenir ou que la qualité de monument soit attribuée à posteriori par des récepteurs-héritiers souhaitant conserver des bâtiments symboliques d’une époque (MH) ou comme trace d’un passé révolu (des ruines par exemple).

Les lieux de mémoire

Le monument est bien à la fois un lieu, une forme et une occasion de transmission d’une mémoire ou d’une histoire, d’un contenu qu’il s’agit de reconstituer et de transmettre. Ce changement de regard sur les choses est au fondement de

2 En relisant la définition qu’en donne Alain Rey dans son dictionnaire historique de la langue française.

la notion de patrimoine. Dans l'exemple français, il s'agit alors de cesser de voir des monuments d'un ancien régime honni transformés en carrière de matériaux de construction facilement exploitable, pour révéler des traces d'une grande gloire passée, utiles à préserver dans le présent et à transmettre aux générations futures.

Au-delà de la prise de conscience effectuée par chaque génération sur les précédentes et de ces changements de regards à l'origine de la modification du statut des objets, c'est bien l'étude de ces objets du passé qu'il s'agit d'effectuer. Ces objets que Krzysztof Pomian nomme sémiophores étant visibles dans le présent et investis de signification. C'est justement ce à quoi s'est attaché Pierre Nora en dirigeant une entreprise éditoriale collective de grande ampleur de 1984 à 1992. Le paradigme des *Lieux de mémoire* a été une de ces tentatives marquantes de définition du patrimoine en France au travers d'exemples matériels (des monuments donc mais aussi des emblèmes, des œuvres d'art) ou immatériels (des fêtes, des coutumes, la langue, des œuvres littéraires ou musicales). D'autres aires géographiques nationales ont depuis été étudiées (l'Allemagne par exemple) avec cette grille de lecture historique qui semblait subir la pression des mémoires collectives.

Aujourd'hui cette analyse du temps (et du passé) et le récit historique qui est proposé décrit un "présent omniprésent" qui s'impose au passé. La façon dont la société contemporaine traite de son passé (en déboulonnant des statues par exemple) s'inscrit dans un *régime d'historicité* comme le nomme François Hartog qui consiste à expliquer les phénomènes historiques dans ce présent omniprésent. De son côté, François Chapé, pour qui ni la science des traces ni celle du patrimoine n'existent, souligne les dérives idéologiques possibles de l'activité patrimoniale sans éthique humaniste.

La mémoire et l'histoire mobilisent donc d'autres notions pour être définies et les historiens eux-mêmes dans cet exercice de réflexion sur leurs propres pratiques ont évolué jusque dans leur méthode. L'archéologie qui recherchait à ses débuts le monument, la merveille ou le trésor, ou l'histoire qui aujourd'hui privilégie les strates, les traces infimes, les souvenirs de tous ordres, tant matériels qu'immatériels, ont largement participé au renouvellement de la notion de patrimoine qui aujourd'hui se conjugue au pluriel ou est affublé d'un adjectif. Les notions de monument et de mémoire sont encore centrales dans sa définition y compris dans son caractère immatériel.

2.2 Du Patrimoine matériel (trésor, monument) au patrimoine culturel immatériel (PCI): l'apport de l'anthropologie dans l'étude des traces du passé

Dans cette littérature relativement abondante qui scrute, depuis l'histoire, le pourquoi et le comment de l'actualité du passé, il convient de faire une place à l'an-

thropologie et à l'ethnologie. À côté de l'histoire, de l'histoire de l'art et de l'archéologie, ces disciplines proposent un regard différent sur les passés, analysant leurs existences dans le présent. Les travaux actuels des ethnologues Christian Hottin, Claudie Voisenat ou Sylvie Sagnes entre autres, sont particulièrement éclairants.

À la suite de Daniel Fabre, ils ont proposé une approche renouvelée du monument et interrogent la médiation du patrimoine comme un processus de partage en intégrant dans l'équation l'implication des acteurs (responsables, médiateurs ou publics).

Les travaux de Lucie K. Morisset sur les régimes d'authenticité, en prolongeant les acquis des lieux de mémoire de Nora et des régimes d'historicité et du présentisme d'Hartog, discutent autrement le lien entre mémoire et patrimoine à partir de l'exemple québécois. C'est également ce que propose Giulia Crippa en Italie dans sa réflexion sur l'actualité des mémoires et des identités conflictuelles qui bousculent les patrimoines anciens qui deviennent dissonants aujourd'hui. En cela elle rejoint les préoccupations des ethnologues du Garae³ de Carcassonne qui parlaient d'émotions patrimoniales.

Mémoire

Les lieux de mémoire de Pierre Nora sont un jalon dans l'histoire du patrimoine en France. Le fait d'utiliser le mot mémoire dans cette expression est symptomatique de cette propension française à la complexité. Conjuguer mémoire et histoire pour définir patrimoine est une entreprise scientifique qui nécessite une interdisciplinarité dans le cadre des sciences humaines et sociales. L'anthropologie et l'ethnologie peuvent donc être convoquées avec profit.

Après la notion de monument, il est utile de définir, même de manière élémentaire, la notion de mémoire comme un conservatoire d'informations. Le philosophe Michel Serres en identifiait trois. La mémoire individuelle, celle que chaque être humain a logé dans une part de son cerveau, et qui lui donne la conscience d'exister. Celle de l'ADN qui conserve les gènes des aïeux de chacun. Entre les deux existe la mémoire du groupe "*dispersée sur des supports objectifs, restes, squelettes, images, outils, on-dits, usages, livres, archives, Toile, dont les informations me font participer à la vie sociale, à l'histoire de l'humanité*" (SERRES, 2003, p. 41), autrement dit au patrimoine de l'humanité. En effet la mémoire n'est pas qu'une affaire de neurologues, elle relève aussi du champ d'étude de la sociologie et de l'anthropologie. Les travaux du sociologue Maurice Halbwachs, notamment *La mémoire collective*

3 Groupe audois de recherche et d'animation ethnographiques créé par Daniel Fabre et dirigé aujourd'hui par Sylvie Sagnes.

(1950), sont régulièrement cités. Les mémoires individuelles comme les mémoires collectives circulent d'abord dans les sociétés par transmission orale ce qui ne génère pas de registres mémoriaux. Les connaissances ne sont alors pas cumulatives et se transforment au fur et à mesure des transmissions au risque de la perte. Pour éviter ces deux écueils, déformation et oubli, les sociétés ont créé des mémoires artificielles, extérieures aux individus : *“moins la mémoire est vécue de l'intérieur, plus elle a besoin de supports extérieurs et de repères tangibles.”* La mémoire à l'œuvre dans les sociétés modernes est une *“mémoire enregistrée, qui délègue à l'archive le soin de se souvenir pour elle et multiplie les signes où elle se dépose”* (NORA, 1984). Le monument permet un enregistrement de la pensée, se substituant à l'effort de mémoire individuel, et suscitant le souvenir régulier de la communauté à dates régulières. Le monument ressuscite la mémoire collective.

Patrimoine immatériel

Depuis 2003 l'UNESCO a rajouté une catégorie à sa typologie du patrimoine mondial complétant ainsi les deux premières listes. Le patrimoine culturel immatériel complète le patrimoine culturel (essentiellement matériel des monuments et des objets) et le patrimoine naturel. C'est la transmission des savoirs et des mémoires collectives qui est au cœur de sa définition : *“il comprend les traditions ou les expressions vivantes héritées de nos ancêtres et transmises à nos descendants.”*⁴

Cette étude et cet inventaire des traditions, des savoir-faire, des rituels et des pratiques sociales auxquels on accorde une valeur universelle exceptionnelle (VUE) s'appuie sur les traces diffusées dans la société. Cette production des traces du social dans le temps mais aussi leur collecte et leur traitement sont partagés par l'anthropologie et les SIC.

2.3 Mises en scène et narrations du passé: l'approche infocommunicationnelle des patrimoines et de leurs médiations

Comme celle de l'anthropologie, l'approche infocommunicationnelle de la mémoire, de l'histoire et du patrimoine ne se limite pas à l'étude et à la description des collections matérielles ou immatérielles, mais s'intéresse à la façon dont elles se livrent au social pour y circuler. Les objets ou les récits d'histoire qui traversent le social ne doivent pas être essentialisés. En circulant dans le social (et dans le temps) ils sont sans cesse redéfinis, réinterprétés et requalifiés. Avec la nouvelle muséologie, les SIC ont montré l'importance du point de vue dans les expositions (Jacobi) et celle de la prise en compte des publics dans les médiations culturelles.

⁴ <https://ich.unesco.org/fr/qu-est-ce-que-le-patrimoine-culturel-immatriel-00003>.

Le numéro 20 de la revue *Culture et Musées* proposait par exemple une réflexion sur le point de vue adopté aujourd’hui dans les musées consacrés à la guerre qui ne se contentent plus de montrer des armes ou des uniformes mais s’interrogent sur ce qui arrive à l’histoire quand elle est muséographiée ou sur les rôles dévolus désormais aux collections et aux mises en scène (WAHNICH SOPHIE, 2013). Dans cette même perspective transdisciplinaire et de dialogue entre chercheurs et professionnels du patrimoine, les membres du réseau de chercheurs *Com’èn histories* proposent régulièrement un ensemble de réflexion sur les liens entre l’Histoire et les Sciences de l’information et de la communication (FRAYSSE; DERAMOND; DE BIDERAN, 2018).

Rupture mémorielle et processus de patrimonialisation

La notion de mémoire est également interrogée par les SIC à travers la question de la rupture mémorielle qui serait à l’origine du processus de patrimonialisation. C’est Jean Davallon qui a proposé une modélisation du processus de patrimonialisation du patrimoine matériel qu’il découpe en six étapes. Il débute par la découverte de l’objet qu’il qualifie de trouvaille. Cette découverte entraîne une phase d’institutionnalisation qui consiste à étudier l’objet, à en certifier l’origine et à établir l’existence du monde d’origine de l’objet qui devient alors dans un quatrième moment le représentant de son monde d’origine. Ce travail de recherche et de certification scientifique est suivi d’une phase d’activation auprès des publics. La célébration de la trouvaille de l’objet par son exposition et enfin l’obligation de transmettre l’objet aux générations futures sont les deux dernières étapes où la médiation joue un rôle prépondérant. Les développements récents du patrimoine immatériel ont poussé Jean Davallon à adapter sa réflexion sur la patrimonialisation et à d’autres chercheurs en SIC à intégrer la mémoire et les nouveaux patrimoines (TARDY ; DODEBEI, 2015)

Si Jean Davallon insiste sur la rupture mémorielle constatée dans la mise en évidence du Monument historique ou de l’objet patrimonial, c’est pour insister sur la “suture” entre les deux périodes, le passé et le présent, que permet la patrimonialisation. Le passé est donc, selon le regard que l’on porte sur lui, mis en mémoire, en histoire ou en patrimoine. Cette dernière phase de patrimonialisation arrive nécessairement après le travail de mémoire et celui des historiens. Michel Rautenberg parlait lui aussi en 2003 de rupture à propos du patrimoine : “on doit alors considérer que la mise en patrimoine du passé ne peut véritablement commencer que lorsque la page de l’histoire est tournée, alors que l’événement commémoré,

5 <https://cehistoire.hypotheses.org/>

l'édifice protégé ou l'activité célébrée ne sont plus dans l'actualité. [...] La patrimonialisation, en faisant "revivre" l'objet sous une forme nouvelle - écrite, exposée, sanctuarisée par la protection... - marque une rupture - que nous appelons patrimoniale - dans les représentations du passé" (RAUTENBERG, 2003, p. 152).

3 Observation empirique de l'exposition de l'histoire

L'étude de cas que nous proposons en guise d'exemple est celle du village d'Oradour-sur-Glane qui nous a permis d'observer la mise en place progressive des différents lieux d'exposition de l'histoire qui seront ensuite intégrés dans notre typologie.

3.1 Le cas emblématique d'Oradour-sur-Glane

Les différents lieux qui témoignent ou qui racontent la tragédie d'Oradour-sur-Glane illustrent tout au long de la 2^e moitié du 20^e siècle les différents points de vue mobilisant tour à tour la mémoire, l'histoire et le patrimoine dans des couches narratives entremêlées. Avec notre observation des lieux et leur description, il nous faut également rappeler brièvement l'événement à l'origine de la constitution de tous ces lieux de mémoire et d'histoire. Une longue littérature historique est disponible pour rappeler les circonstances du drame survenu le samedi 10 juin 1944 dans ce petit village du Limousin et ses conséquences de l'assassinat de sa population. La suite est également intéressante pour comprendre les enjeux de la mémoire, de l'histoire et du patrimoine et les passages des uns aux autres.

Rappelons d'abord le contexte de ce bourg rural et les circonstances du massacre. Le samedi est un jour de marché, ce qui attire beaucoup de monde surtout pendant cette époque troublée de la seconde Guerre mondiale où les restrictions sont importantes et la distribution de viande et de tabac rationnée: les habitants de la ville voisine de Limoges viennent en tramway pour s'approvisionner, les paysans des alentours sont présents pour vendre leur production, les enfants des bourgs voisins sont à l'école, etc... mais la veille, un officier SS avait été arrêté par les résistants locaux ce qui a suffi pour justifier a posteriori la réaction disproportionnée de cette division SS nommée *Das Reich*.

Comme évoqué dans le plan guide disponible au Centre de mémoire, en représailles à cet acte de résistance, les soldats allemands ont encerclé le village dès 14h. Les habitants sont rassemblés sur le champ de foire puis les hommes sont séparés des femmes et des enfants. Ils seront tous exécutés par la mitraille, les uns à 16h dans plusieurs granges, les autres à 17h dans l'église. Les SS vont ensuite piller et brûler les maisons et l'église et mutiler les corps pour empêcher les identifications. Les corps et les cendres humaines seront enfouis au cours des jours suivants dans

une fosse commune. Dans le cimetière une crypte va rapidement rassembler les restes des 642 victimes et un monument est dédié à tous ces morts.

Un lieu de mémoire sanctuarisé

Un certain nombre d'actions mémorielles ont alors été décidés très rapidement dès la fin de la guerre transformant Oradour en un "lieu de mémoire". Les ruines vont être protégées en tant que ruine et le village sera reconstruit un peu plus loin de façon à conserver les traces de l'événement. En classant le village et l'église au titre des monuments historiques dès novembre 1944, le gouvernement provisoire de la République manifeste une reconnaissance nationale envers les victimes d'Oradour mais aussi souhaite conserver le village dans son état de ruine.

La loi "relative à la conservation des ruines et à la reconstruction d'Oradour-sur-Glane" en avril 1946 met en œuvre un processus exceptionnel de reconnaissance nationale. Le village martyr d'Oradour-sur-Glane a immédiatement revêtu une dimension patrimoniale avec la nécessité de sa conservation. Le processus de patrimonialisation défini par Jean Davallon a été dans ce cas immédiat car les ruines ont été pétrifiées en l'état. Le changement de nature de ces bâtiments est également quasiment instantané. Les ruines deviennent le symbole de la barbarie nazie et du martyr des civils. D'un village actif, aux belles bâtisses avec une église remarquable, aux ruines d'Oradour, en un jour, ce village a changé de fonction. Il a désormais une fonction mémorielle, il est le témoignage de la barbarie mais il a aussi une portée symbolique, un message pour les générations futures de se souvenir et d'agir pour que de tels actes ne se reproduisent pas.

Cette logique de sanctuarisation du lieu dans une optique de souvenir est renforcée par les différents panneaux posés très tôt que l'on peut voir dans le village : "Oradour-sur-Glane Souviens-toi / Remember". Les commémorations d'Oradour n'ont été consensuelles que pendant deux ans, de 1945 à 1947. Ensuite la guerre froide va entraîner des affrontements politiques autour de la mémoire qui vont se cristalliser en 1953 au moment du procès de Bordeaux qui aboutit à une condamnation des auteurs du massacre mais qui seront amnistiés plus tard.

Une crypte et un monument

L'Etat avait en effet construit une crypte dans le cimetière pour recueillir les cendres et ossements des victimes dès 1944. Mais les affrontements politiques autour de la mémoire ont entraîné la construction d'un monument concurrent, le tombeau des martyrs sur lequel vont être inscrits les 642 noms.

Trente ans après le drame, en 1974, la crypte payée par l'Etat est ré-aménagée. Elle sert de lieu d'exposition d'objets du quotidien portés en quelque sorte au rang

de reliques. Elles ont aussi connu un processus de patrimonialisation. Ce ne sont plus les lunettes de la couturière par exemple mais les lunettes d'une victime, un objet qui nous relie d'une certaine manière à cette personne. Elles lui appartenaient, ces lunettes, ces montres, ces jeux d'enfants qui deviennent des objets transition, de médiation. Les victimes ne sont pas que des noms sur une plaque elles étaient des personnes qui vivaient comme nous.

Le centre de la mémoire

Inauguré en 1999 par Jacques Chirac, cet espace muséographique va s'attacher à redonner vie à Oradour-sur-Glane tout en travaillant à rendre intelligible les faits qui ont mené au 10 Juin 1944. Conçu par l'architecte Yves Devraïne. Selon lui, ce monument se confond avec le paysage formant ainsi une non-architecture, sorte de lieu et de lien intermédiaire entre l'ancien et le nouveau village. Le bâtiment est traversé par une déchirure centrale, une fracture qui est suggéré par des lames en acier rouillé. Ces lames évoquent la brutalité et la rapidité de l'attaque du village, sa destruction. Ces lames à l'aspect rouillé évoquant ainsi le temps qui passe et pourtant le souvenir ne disparaît pas...

Pour accéder à la structure il faut prendre un petit chemin et arriver devant un bâtiment sombre. Dominique Trouche dans son ouvrage *Les mises en scène de l'histoire : approche infocommunicationnelle des sites historiques des guerres mondiales* (2010) nous renseigne sur la mise en valeur des entrées dans les musées de guerre. Elle se fait toujours après une marche plus ou moins longue. Quand il entre dans le Centre le visiteur est comme happé, en un sens il accepte d'être plongé dans les ténèbres, les méandres de l'Histoire. L'intérieur du centre est sombre, aucune lumière n'inonde ce lieu et pourtant le centre est un lieu de savoir. Il donne en effet des clés pour comprendre l'évènement en proposant de s'immerger dans l'histoire de la Seconde Guerre mondiale. La première séquence porte en effet sur le nazisme en Allemagne et le régime autoritaire de Vichy. Les pièces sont noires et rouges. Il faut comprendre les racines du mal pour accéder à la deuxième partie qui se concentre sur les Waffen SS et la division Dash Reich ses exactions à l'Est, en France et en Limousin. Les images et textes sont en noirs et blancs. En face le visiteur peut suivre l'évolution du village d'Oradour pendant la seconde guerre mondiale, la liste des maires, l'école, l'arrivée des réfugiés de la Moselle. Dans le couloir Waffen SS et le village d'Oradour se font face : à l'implacable cruauté des uns répond la vie quotidienne d'un village en temps de guerre où semble-t-il où malgré tout il faisait bon vivre...

Les différents espaces de cet historial préparent le visiteur à découvrir le village martyr. Il agit comme un espace de transition entre le passé et le présent, entre l'historial qui propose des clés de compréhension et le village figé dans son état de

1944. Le visiteur désormais dispose de toutes les informations pour appréhender le drame avant de se confronter à celui-ci en visitant les ruines.

Cet exemple d'Oradour-sur-Glane montre l'évolution dans le temps de l'exposition de l'histoire. Le temps est important dans ce passage de la mémoire à l'histoire. La mémoire charrie des émotions. L'histoire impose une distance. Le processus de patrimonialisation intègre ces deux aspects dans l'institutionnalisation des lieux et l'activation auprès des publics.

3.2 Panorama des lieux d'exposition de l'histoire

Notre objectif était de comprendre l'apparition de nouveaux vocables dans la désignation des lieux d'exposition de l'histoire. Les historiques et les mémoriaux viennent compléter les traditionnels musées d'histoire et les plus récents centre d'interprétation. Quand Christian Amalvi dirigeait l'ouvrage sur les lieux de l'histoire en 2005, quelques pages seulement sont consacrées à l'histoire au musée pour insister sur la place du musée comme conservatoire des matériaux utiles à l'historien à côté des bibliothèques et surtout des centres d'archives. En nous appuyant sur notre propre expérience de visite de ces lieux nous proposons à la discussion ces quatre catégories : 1. les sites et monuments, 2. Les musées (archéologiques, d'histoire, de société), 3. les centres d'interprétation (dont les mémoriaux et historiques) et enfin 4. les parcs à thème historique.

Les Sites et Monuments

La première catégorie de notre typologie est d'intégrer les sites eux-mêmes et les monuments commémoratifs dédiés. L'exemple d'Oradour-sur-Glane est emblématique. Le site du village martyrisé se visite en silence. Le monument du tombeau des martyrs signale et rappelle la tragédie en inscrivant la liste des 642 victimes.

De nombreux sites des différentes guerres sont désormais intégrés dans les circuits de visites. Les plages du débarquement en Normandie complètent par exemple le mémorial de Caen.

Les Musées (archéologiques, d'histoire, de société)

Sur la question de la qualification et du nom donné au musée, Marie-Sylvie Poli (2017) estime que "ce qui caractérise le musée d'Histoire, c'est la dimension interdiscursive obligée de ses réécritures de savoirs historiques (validés ou en cours de validation) pour passer de la forme académique à la forme expographique". Elle considère le musée d'Histoire avant tout comme une archive (selon le point de vue de Foucault) c'est-à-dire comme un point de vue sur la culture, en constante réappropriation des énoncés qui circulent, des procédés de réécriture, des procédés

d'organisation documentaire aussi. Elle défend la vision du musée d'Histoire par nature subjectif, politique, pédagogique et dialectique : “Plus que tout autre, le musée d'Histoire est selon moi une institution paradoxale, car son discours est à la fois scientifique et narratif, archétypal et unique, à la fois redite et création. C'est donc aussi un musée de société.” (POLI, 2018).

Le musée est aussi un lieu qui conserve une collection d'objets authentiques. C'est la principale différence à faire avec d'autres lieux d'exposition comme les centres d'interprétation qui se fondent essentiellement sur un discours et un point de vue.

Les Centres d'interprétation, Mémoires, Historiaux

Daniel Jacobi a montré que les centres d'interprétation représentent une catégorie spécifique d'équipements patrimoniaux : “Ni bibliothèque, ni archive, ni monument, ni musée, ils sont caractérisés par leur relation singulière avec un patrimoine, des collections, un site, un paysage, un milieu naturel...”. Cet équipement culturel se place à la périphérie du patrimoine qu'il décrit pour en donner les clés aux visiteurs : “*un équipement (généralement) sans collection à visée de mise en valeur et de diffusion d'un patrimoine singulier et impossible à réunir dans un musée classique quelle que soit la nature de ce patrimoine qui est donc maintenu en place au sein du site qu'il met en valeur avec des aménagements très minimes destinés à accueillir un large public et que des médiateurs interprètent en recourant de préférence aux affects plus qu'à la seule cognition.*”

Les mémoires et les historiaux que nous avons visités⁶ peuvent être considérés comme des centres d'interprétation même si les muséologues André Desvalées et François Mairesse les rapprochent du musée (musée commémoratif) dans leur *dictionnaire encyclopédique de muséologie* (2011) : “Le musée commémoratif est fondé à commémorer un événement considéré comme important”. Aujourd'hui on parle plutôt de mémorial. On peut citer le mémorial de la bataille de Caen en Normandie sur la première guerre mondiale, le mémorial des civils dans la guerre de Falaise (Normandie) ou celui de Villeneuve d'Ascq, le mémorial Ascq 1944, sur la seconde guerre mondiale.

L'historial est forgé à partir du latin (*historium*) ou de l'ancien français (historial : historique). Ce néologisme entend se distinguer du vocable de musée pour mettre en avant le caractère original du propos comme pour l'historial de la grande guerre à Péronne⁷ dans la Somme.

6 Mémorial de la Shoà à Paris, l'**historial de la Vendée**, le **Centre de la mémoire d'Oradour sur Glane**, l'Historial Jeanne d'Arc à Rouen ou l'Historial de Péronne.

7 <http://www.memorial-caen.fr/>.

Les Parcs à thème

Nous proposons une dernière catégorie dans notre typologie, celle des parcs à thème historique pour faire une place au parc du puy du fou en vendée ou celui de Guedelon en Bourgogne. Là c'est la spectacularisation de l'histoire qui est au cœur du projet mais aussi ses détournements fictionnels ou idéologiques (Puy du Fou)

4 Conclusion

En conclusion de ce rapide panorama sur les lieux d'exposition du passé, nous pouvons dire que le sujet comporte un potentiel scientifique important. Le dialogue entre l'histoire, l'anthropologie et les sciences de l'information et de la communication peut permettre de comprendre les enjeux de la circulation des discours sur l'histoire, la mémoire et le patrimoine.

Les nouvelles appellations des équipements culturels (centre d'interprétation, historiques, mémoriaux) sont le symptôme de l'importance de la communication et de la médiation dans ce domaine.

Bibliographie

AMALVI, C. (dir.). **Les lieux de l'histoire**. Paris: Armand Collin, 2005.

Chappé, F. **Histoire, mémoire, patrimoine**: du discours idéologique à l'éthique humaniste. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2010.

CHEVALIER, J.-Y. **Le patrimoine monumental**: sources, objets et représentations. Rennes: PUR, 2014.

COUZINET, V. Bibliothèque et musée: notions et concepts communs. **Culture et musées**, n. 21, 2013.

CRIPPA, G. Patrimoine dissonant et mémoire. **EDC**, n. 57, 2021.

DAVALLON J. **Le don du patrimoine**: une approche communicationnelle de la patrimonialisation. Paris: Hermès sciences publications, Lavoisier, 2006.

DESVALÉES A.; MAIRESSE F. **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris: Armand Collin, 2011.

FABRE, D. (dir.). **Domestiquer l'histoire**: ethnologie des monuments historiques. Paris: Editions de la maison des sciences de l'homme, 2000.

FRAYSSE, P. (dir.). **Médiations culturelles innovantes**: observations croisées dans deux musées toulousains. Dijon: Editions de l'OCIM, 2021.

FRAYSSE, P.; DERAMOND, J.; BIDERAN, J. de. La construction info-communicationnelle des médiations historiques et mémorielles. **Sciences de la société**, n. 99, p. 3-14, 2017.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1950.

HARTOG, F. **Confrontations avec l'histoire**. Paris: Gallimard, 2021.

HARTOG, F. **Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps**. Paris: Seuil, 2003.

HOTTIN, C.; VOISENAT, C. (dir.). **Le tournant patrimonial: mutations contemporaines des métiers du patrimoine**. Paris: MSH, 2016.

JACOBI, D. **De la vulgarisation à l'interprétation de l'histoire...**, propos recueillis par Julie Deramond pour Comèn Histoire. 2019. Disponible sur: <https://cehistoire.hypotheses.org/1590#more-1590>. Consulté les: 30 juin 2021.

JEANNERET, Y. **La fabrique de la trace**. Londres: ISTE, 2019.

LE MAREC, J. **Publics et musées, la confiance éprouvée**. Paris: L'Harmattan, 2007.

MORISSET L-K. **Des régimes d'authenticité: essai sur la mémoire patrimoniale**. Rennes/Québec: PUR/PUQ, 2009.

NORA, P. (dir.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984-1993.

OFFENSTADT, N. (dir.). **Les mots de l'historien**. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 2004.

RAUTENBERG, M. **La rupture patrimoniale**. [Bernin]: A la croisée, 2003.

REY, A. **Dictionnaire historique de la langue française**. Paris: Le Robert, 1995.

RICOEUR, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: éditions du Seuil, 2000.

RIEGL, A. **Le culte moderne des monuments, sa nature, son origine**. Paris: L'Harmattan, 2003.

SAGNES, S. Au miroir de la médiation: le présent du patrimoine. *In*: TORNATORE J.-L. (dir.). **Le patrimoine comme expérience: implications anthropologiques**. Paris: MSH, 2019.

SERRES, M. **L'incandescent**. Paris: Le Pommier, 2003.

TARDY, C.; DODEBEI, V. (dir.). **Mémoire et nouveaux patrimoines**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

TARDY, C. **Représentations documentaires de l'exposition**. Paris: Hermann, 2012.

TROUCHE, D. **Les mises en scène de l'histoire**: approche communicationnelle des sites historiques des guerres mondiales. Paris: L'Harmattan, 2010.

WAHNICH, S. Réfléchir à l'histoire des guerres au musée. **Culture & Musées**, n. 20, 2012.

Blogs e websites na construção, difusão e mediação da memória coletiva sobre a ditadura militar no Brasil (1964-1985)

Georgete Medleg Rodrigues¹

1 Introdução

A PARTIR DOS ANOS 1990, OS ARQUIVOS OCUPARAM AS MANCHETES DOS JORNAIS brasileiros de maneira crescente. Essa expressão dos arquivos na mídia brasileira segue, de certa forma, um padrão já percebido em outros países no mesmo período (HOTTIN, 2003; PROST, 2003). A emergência e o protagonismo dos arquivos como suporte às políticas de informação, à memória coletiva e como dispositivo democrático no Brasil pós-ditadura civil- militar tem sido constatada por vários estudiosos. Os arquivos são temas de matérias no período abordado cujo número aumenta na medida em que legislação é decretada ou promulgada (RODRIGUES, 2011) e, com o fim da Ditadura militar, surgem as reivindicações pela abertura dos arquivos do regime incluindo os da guerrilha do Araguaia.

Dados empíricos obtidos em pesquisa de Iniciação científica orientada por nós, abrangendo o período de 1977 a 2005 e cujo corpus compreendeu nove jornais² mostrou como os arquivos aparecem na imprensa brasileira. Os dados coletados nos jornais demonstraram a relação entre o que era publicado na imprensa e o contexto de cada período. Na década de 1980 (1982 a 1989), por exemplo, em que o País ainda estava sob a ditadura militar ou recém saindo dela, as palavras-chave de destaque são: “arquivo, documentos, acesso, democracia, sigilo, transparência, repressão e abertura.” Isso se justifica porque, nesse momento, estão sendo pensadas as leis para manter o caráter sigiloso dos documentos, mas também estava se esboçando a lei de arquivos: em 1984, um projeto de lei nesse sentido foi enviado ao Congresso Nacional pelo Executivo federal.

1 Doutora em História; Professora associada - Universidade de Brasília (UNB). Contato: medleg.georgete@gmail.com.

2 Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal de Brasília, Diário de Brasília, Correio Braziliense, Gazeta Mercantil e Tribuna do Brasil.

Na década de 1990, o pano de fundo é a reivindicação das famílias das vítimas da repressão, a aprovação da lei de arquivos (1991), a tentativa de retrocesso nessa lei e o recolhimento de acervos da ditadura por alguns arquivos estaduais, o Arquivo Nacional e outras instituições públicas. Nesse contexto, destacam-se as palavras-chave “arquivo, Deops, regime militar, repressão, documentos sigilosos, acesso, democracia, transparência, sigilo, abertura”. É ainda nos anos 1990, em 1995, que é promulgada a lei 9.140/95 que define as condições para a reparação moral das pessoas mortas por razões políticas e a indenização financeira das suas famílias. Mas, nessa mesma década, em 1997, a Lei 2.134, enfatiza o sigilo e introduz as Comissões Permanentes de Acesso. As leis que surgem nos anos posteriores, tais como as Leis 2.182/97, 2.910/98, 4.553/02 seguem a mesma linha de raciocínio com pequenas mudanças, porém sempre enfatizando o sigilo.

Nos anos 2000, aparecem novas palavras-chaves que acrescentam e/ou substituem as da década de 1990. Aumenta o questionamento da sociedade quanto ao acesso aos documentos secretos, os prazos de abertura dos arquivos e a edição de leis e decretos, buscando conciliar essas reivindicações, aparentemente para não entrar em conflito com os militares. Há um confronto no discurso entre as forças que querem a liberação dos arquivos da ditadura e os que querem manter o sigilo dos documentos. Assim, as palavras-chave de destaque nesse período são: “arquivos, ditadura, sigilo, democracia, guerrilha, regime militar, direitos humanos, ditadura militar, tortura, repressão, acesso, transparência e abertura”. Nesses anos, começando em 2003, tem-se o Decreto 4.850, que institui a comissão interministerial com o intuito de obter informações sobre a localização dos mortos na Guerrilha do Araguaia.

No ano seguinte, em 2004, o caso Herzog vem à tona, provocando reviravoltas na questão dos arquivos do período da Ditadura militar. Rodrigues (2007) esclarece que o episódio Herzog mobilizou setores organizados da sociedade civil – como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Ministério Público Federal (MPF) – levando ao debate em torno da existência ou não dos arquivos da Ditadura militar e, ao mesmo tempo, tentativas de setores ligados aos militares para negar e/ou ocultar documentos do período.

Assim, dentre os aspectos a serem examinados sobre o protagonismo dos arquivos após a redemocratização do Brasil, fizemos um recorte, para esse texto, sobre o papel dos blogs e dos websites institucionais para a construção da memória coletiva sobre o período da Ditadura militar. A premissa que nos orientou foi a de que tanto os blogs quanto os websites, ao disponibilizar documentos de arquivo, cumprem o papel de “mediadores documentários”, apropriando-nos, aqui, da de-

finição de Lina Dib (2005), isto é, a “mediação documentária é uma mediação de saberes implementada na produção, difusão e apropriação da informação.

A premissa citada acima foi, de certa maneira, reforçada pela leitura de um artigo de Valérie Baudoin (2019) no qual ela investiga em que medida a Internet, como dispositivo sociotécnico, renova o modo de construção e transmissão da memória coletiva. Nesse trabalho, autora empreende uma análise qualitativa do que ela denomina « práticas de escrita on line da memória da Grande Guerra », tendo como corpus websites sobre a Segunda Guerra Mundial arquivados no âmbito de um projeto da Biblioteca Nacional da França.³ Do mesmo modo, nossa premissa ancora-se na tese que perpassa obra de Maurice Halbwachs, seja em *Os quadros sociais da memória* (HALBWACHS, 1994), seja em *A memória coletiva* (HALBWACHS, 1997), isto é, a memória como expressão coletiva que ocorre num quadro espacial e temporal compartilhado. Contemporaneamente, a Internet parece se constituir nesse « quadro » espacial e temporal compartilhado. Por sua vez, o conceito de « lugares de memória » enunciado por Pierre Nora, em 1984, embora não pudesse prever a sua ampliação, parece pertinente ao contexto da Internet.

O presente texto está organizado em três seções, além desta Introdução. Na seção 2, abordamos as experiências dos blogs como espaços de resistência e de memória coletiva sobre a Ditadura militar; na seção 3 examinamos o papel dos websites de instituições arquivísticas na difusão de seus acervos sobre o período e na seção 4 tecemos as considerações finais. Gostaríamos de destacar, ainda, que a pesquisa empírica que sustenta as teses desenvolvidas aqui foi realizada entre 2015 e 2018 e, portanto, embora indique tendências, estas podem ter-se modificado a partir de 2019, porém sem contradizer o essencial.

2 Os blogs sobre o período da ditadura militar: espaços de resistência e de memória coletiva

Blogs, de acordo com Lina Dib são, como outros numerosos meios de coleta, um “local de documentação”. Ao observar que um blog, “tal um álbum de foto ou um diário de viagem”, nos permite “percorrer e reviver inumeráveis momentos que um indivíduo capturou deliberadamente”, a autora problematiza a mediação dessas memórias em rede e o papel das instituições arquivísticas nessa mediação:

Como essas memórias são compartilhadas em rede para alcançar um estatuto para além da simples lembrança pessoal? Primeiro, quais são

3 Gostaria de remeter aqui às referências que faço a esse trabalho em um artigo publicado na revista *Acervo* (RODRIGUES, 2020).

os novos parâmetros da memória individual e coletiva? Em seguida, como se efetuam a seleção, a apresentação e a codificação do material dito arquivável? Enfim, como a política dos arquivos públicos são modificadas sob esse novo paradigma tecnológico? A relação entre a história, a memória e o arquivo, é complexa e movediça (DIB, 2005, p. 39, tradução nossa).⁴

O “fenômeno dos blogs” representa, para Lina Dib, “ao mesmo tempo uma forma de memória coletiva e uma memória pessoal compartilhada com a coletividade”. Por outro lado, segundo ela, os blogs devem ser analisados à luz da “sociedade do conhecimento”, na qual o acesso à informação ocupa um papel central. Nas suas palavras:

O que mais importa atualmente em nossa ‘sociedade do conhecimento’ é o acesso à informação. Essa informação que, antes, se transmitia por meio do objeto e o arquivo, encontra-se, hoje, em um não-lugar digital, o dos blogs. Dito isso, o local do arquivo torna-se cada vez mais fluido, diluído na sua abundância, criando, talvez, a ilusão de seu desaparecimento (DIB, 2005, p. 44, tradução nossa)⁵.

Nesse sentido, o blog, como uma tecnologia de edição “disruptiva”, torna-se um “local de estocagem” de arquivos. Assim, passa-se de um local físico de estocagem desses arquivos para um meio digital, invertendo, segundo Dib (2005), a lógica que predominava anteriormente. Antes, a consulta aos arquivos implicava um deslocamento e uma mediação institucional seja dos profissionais, seja dos instrumentos de pesquisa; hoje, a Internet permite, simultaneamente, a criação, a interpretação, o compartilhamento e a memória. Por outro lado, convém ressaltar o paradoxo da Internet que é, ao mesmo tempo, esse lugar de estocagem quase infinito de mate-

4 Comment ces mémoires sont-elles partagées en réseaux pour atteindre un statut au-delà du simple souvenir personnel? D’abord, quels sont les nouveaux paramètres de la mémoire individuelle et collective? Ensuite, comment s’effectuent la sélection, la présentation, et la codification du matériel dit archivable? Enfin, comment la politique de l’archive publique est elle modifiée sous ce nouveau paradigme technologique? La relation entre l’histoire, la mémoire et l’archive est complexe et mobile.

5 Ce qui compte de plus en plus aujourd’hui dans notre «société du savoir» est l’accès à l’information. Cette information, qui auparavant se transmettait via l’objet et l’archive, se trouve aujourd’hui dans un non-lieu numérique, celui des blogs. Ceci dit, le lieu de l’archive devient de plus en plus flou, dilué dans son abondance, créant peut-être l’illusion de sa disparition.

riais, mas que contém em si mesma, como meio, a possibilidade do efêmero: um website e um blog podem rapidamente serem substituídos por outros ou simplesmente desaparecerem de um dia para outro. Nas palavras de Dib (2005), a Internet “permanece um arquivo em mutação constante, revelando sua impermanência”.

Estudos mostram que os blogs são um gênero eletrônico em constante ascensão, que passam por mutações segundo as necessidades e desejos do autor (PRIMO, 2008 apud MARCUSCHI, 2005). Nos blogs, as possibilidades que se abrem para uma comunicação hipertextual são enormes: neles podem ser inseridas imagens, vídeos ou links para outros sites e o autor pode interagir com os seus leitores (RIO, 2010). Os *blogs*, segundo Primo (2008), têm como uma de suas principais características a ideia de compartilhamento.

Primo (2008) propõe, ainda, quatro tipos principais de blogs: profissional, pessoal, grupal e organizacional e cada um deles são subclassificados como autorreflexivo, informativo interno, informativo, reflexivo. Os blogs grupais “são aqueles produzidos por pelo menos duas ou mais pessoas”, com foco voltado para temas de interesse do grupo: cada participante pode assinar individualmente, mas também há publicações assinadas em grupo. Um blog grupal pode se contradizer, uma vez que não há a necessariamente um consenso entre os componentes, por se tratar de “registros de opiniões individuais de cada membro do grupo” (PRIMO, 2008). Destaque-se que nessa definição, os blogs grupais não possuem a mesma formalidade de um blog organizacional, não leva a assinatura de uma organização/instituição.

Para a nossa pesquisa, buscamos alguns elementos de identificação dos blogs tais como: Nome do Blog, Endereço Eletrônico, Autor, Data de Criação, Conteúdo, Temas que veiculam e as suas classificações (pessoal, grupal e organizacional), num total de 29 (vinte e nove). Desses, apenas 11 (onze) foram identificados como grupais. Os demais se dividem em pessoais, 11 (onze), e organizacionais, 7 (sete).

Em sua maioria, os blogs, à época da pesquisa, eram extremamente recentes, surgidos principalmente após a criação da Comissão Nacional da Verdade – CNV (Lei nº 12.528/2011, de 16 de maio de 2012 e da Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011, em vigor desde 16 de maio de 2012). Havia alguns criados anteriormente a essas duas leis, entre os anos de 2008 e 2010. Foram identificados também alguns sem data precisa e ainda um único blog criado em 1998. Após o levantamento, constatou-se que houve uma queda significativa (46,7%) na produção de novos blogs referentes à ditadura militar após a criação da CNV e da LAI. Tal fator pode significar ter resultado da oficialização das buscas pelo acesso à informação, com a disponibilização de muitos arquivos sigilosos para domínio público ou, ainda, a utilização de outros meios para divulgação desse material em outras plataformas digitais.

Os blogs que, de fato, tratam da Ditadura militar, buscam testemunhar resistência a esse período; promovem mobilizações de grupos ativos contra o legado desse período da história do país e expressam uma forma de luta contra a volta da ditadura. A divulgação de arquivos que não eram acessíveis, assim como a produção contemporânea referente a entrevistas, a relatos, a fatos, a mobilizações e a divulgações etc., dão sentido a cada blog. A maioria dos blogs grupais encontrados estava de alguma forma ligada a alguma instituição, seja ela governamental ou não. Percebeu-se que as lutas, registradas nos blogs, contra a herança da Ditadura Militar são igualmente, uma forma de luta contra as tentativas de “ressuscitar” a ideologia do regime militar. Dessa forma, os blogs não constituem apenas instrumentos a serviço da história, mas com objetivo de intervir no presente.

Em meio aos temas enumerados acima, constatou-se a presença do debate sobre o genocídio dos indígenas; o uso da copa do mundo de 1970 para a promoção do patriotismo e ufanismo; materiais para o ensino sobre o período da Ditadura militar; apresentação de fóruns e comissões; divulgação de eventos e arquivos da Ditadura; relatos de sobreviventes ou da memória daqueles que lutaram contra a Ditadura. Dentro dos subtemas derivados do tema principal “Ditadura Militar no Brasil”, existem outros assuntos, abordagens e perspectivas. Cada blog, em sua especificidade, procura expor e divulgar o seu conteúdo, de forma a criticar e a fazer conhecido o legado negativo da ditadura militar, mas também o que foi modificado ou que pode vir a se transformar.

3 Websites institucionais e a difusão da memória arquivística sobre a ditadura militar

Diferentemente dos blogs, os *websites* não são um espaço que permitem uma interação direta entre os participantes. Contudo, cada página principal (*homepage*) é “o primeiro documento a ser visto pelo usuário ao entrar naquela área” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 347). Portanto, na perspectiva da nossa pesquisa, buscou-se encontrar nas *homepages* das instituições arquivísticas divulgação de documentos sob sua custódia relacionados à Ditadura militar. Um dos parâmetros de avaliação sobre a visibilidades dessas informações foi a Resolução nº 13, de 2001, do Conselho Nacional de Arquivos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS), sobre as diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas (ARQUIVO NACIONAL, 2001). Essa Resolução orienta sobre as informações que devem constar nos websites tais como: características gerais do acervo, instrumentos de pesquisa e serviços arquivísticos prestados.

O levantamento identificou 17 (dezessete) instituições arquivísticas. Dessas, 11 (onze) possuem sites próprios. Os 6 (seis) restantes estão abrigados em páginas institucionais dos órgãos aos quais estão vinculados, o que, de certa forma, sinaliza

para uma provável invisibilidade do acervo. Entretanto, das onze instituições que possuem seus próprios sites, há uma boa descrição do acervo, dos seus instrumentos de pesquisas, dos serviços prestados, boa estrutura de organização do site.

A difusão, uma das funções arquivísticas, é uma atividade essencial, considerada, muitas vezes, como a “finalidade da arquivística” (CHARBONNEAU, 2003). Como definição dessa função, o mesmo autor destaca que a “difusão é a ação de divulgar, de valorizar ou de tornar acessível a ou as informações contidas nos documentos de arquivo aos seus usuários” (CHARBONNEAU, 2003, p. 374).

Menezes (2012), por sua vez, observa que:

É necessário que os profissionais da informação estimulem o processo de promoção dos produtos e serviços que são oferecidos nos arquivos, trazendo uma maior quantidade de usuários para a instituição, promovendo a sua fidelização, bem como, desmistificando a ideia de que o arquivo é destinado a uma minoria da população (MENEZES, 2012, p. 48).

O processo de difusão dos acervos arquivísticos é, assim, fundamental pois é uma das maneiras de dar acesso à informação. Evidentemente, para isso são necessárias definição de políticas e de estratégias de valorização dos arquivos que resultem na sua visibilidade para o público em geral.

Quanto à visibilidade dada aos arquivos do período da Ditadura militar, constatamos que as instituições arquivísticas integrantes do corpus da pesquisa adotavam políticas distintas para divulgar seus acervos. As instituições maiores, com sites próprios e, provavelmente, mais recursos financeiros, fazem esse trabalho de forma mais detalhada.

A partir da análise dos dados levantados constatamos que, à época do levantamento, as instituições arquivísticas, em especial os sites dessas instituições, eram desiguais nas ações que implementavam para divulgar os acervos, e, conseqüentemente, atrair novos usuários e pesquisadores. Das 17 instituições, em três delas não foi possível identificar práticas de difusão de seus acervos. Em relação às demais, constatou-se que os gestores promoviam ações para divulgar os trabalhos e os documentos que custodiavam, por meio atividades de difusão tais como: Exposições virtuais, Seminários, Publicação de Revistas, Visitas guiadas, Matérias jornalísticas, Páginas em redes sociais, Sites temáticos, Cursos, Eventos em parceria com instituições públicas e privadas, Guia do acervo, Publicações institucionais. A principal prática de difusão é por rede social, via facebook.

As três instituições nas quais não foi possível identificar práticas de difusão são, também, aquelas que não têm seus sites próprios, o que parece demonstrar

haver uma relação direta entre a falta de recursos e os processos de difusão dos acervos, e, conseqüentemente, com a visibilidade que tanto a instituição quanto seu acervo têm.

O direito de acesso à informação e, por extensão, o direito de acesso aos arquivos teve o seu corolário, no Brasil, na promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI), como observado anteriormente. Desse avanço da legislação emerge o novo contexto de “regime informacional”, deslocando a figura do Estado como o único árbitro desse direito. A sociedade civil passa a dispor de dispositivo legal que legitimam o direito de obter acesso às informações públicas e a obrigatoriedade do Estado de propiciar esse acesso. A digitalização dos acervos e sua disponibilização ao público na Internet por sua vez amplia os usuários desses acervos que, como analisado na seção 2, passam a ser, eles mesmos, agentes de difusão e transmissão e participantes ativos na construção e elaboração da memória coletiva.

Quanto ao papel dos websites institucionais, os resultados da pesquisa mostraram que ainda há diversas instituições com problemas relacionados à falta recursos financeiros ou de pessoal e a ausência de investimentos e políticas mais eficazes, capazes de colocar em evidência os acervos que custodiam e, dessa maneira, publicizá-los à sociedade. Em especial, os arquivos do período da Ditadura militar, documentos geralmente considerados “sensíveis” e que revelam tempos sombrios da história do Brasil. Percebe-se, também, que a falta de divulgação desses acervos pode torná-los invisíveis, dificultar a pesquisa e sua apropriação pela sociedade em geral para que a esta seja possibilitado o direito à memória e à verdade sobre sua própria história.

4 Considerações finais

Assim como tem ocorrido no mundo, o Brasil, a disponibilização de documentos de arquivo em formato digital, facilmente acessíveis, têm propiciado sua apropriação por um público que não necessariamente frequenta os espaços físicos das instituições arquivísticas. É o caso dos blogs que, na pesquisa em tela, buscam manter viva a memória coletiva sobre o período da Ditadura militar na perspectiva da resistência e nas disputas memorialísticas.

Os blogs grupais, vinculados a instituições ou a movimentos sociais ou mesmo a comissões estaduais e municipais de Comissões da Verdade, demonstram a força de um movimento coletivo em prol da defesa da memória, da resistência ao apagamento e à invisibilidade. Da mesma forma, os blogs independentes, são, eles mesmos fontes de informação sobre o período, portanto, participam da construção dessa memória coletiva. A existência e atuação dos blogs parece sinalizar para uma espécie de mediação informacional para além dos atores e instituições tradicionais.

Por outro lado, o levantamento sobre as ações das instituições arquivísticas, por meio de seus websites, demonstrou o potencial de difusão dos acervos sobre o tema mediante a sua digitalização e disponibilização na Internet.

Finalmente, esses dois estudos empíricos - sobre os blogs e os websites das instituições arquivísticas - demonstram que, atualmente, tanto a difusão, quanto a mediação da informação arquivística, estão inextricavelmente ligadas a um meio digital que, por sua vez, questiona o próprio papel das instituições arquivísticas e dos seus agentes sobre a mediação da informação e até de sua interpretação ou representação (catálogos, guias, inventários etc.).

Referências

BEAUDOIN, Valérie. **Comment s'élabore la mémoire collective sur le web?** Une analyse qualitative et quantitative des pratiques d'écriture en ligne de la mémoire de la Grande Guerre. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-reseaux-2019-2-page-141.htm>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CHARBONNEAU, Normand. La Diffusion. *In*: COUTURE, Carol *et al.* **Les fonctions de l'Archivistique contemporaine**. Québec: Presses Universitaires du Québec, 2003. p. 373-428.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DIB, Lina. **Penser le blog: de la technique à la pratique de la médiatisation de soi**: mémoire présentée à la Faculté des études supérieures en vue de l'obtention du grade de M.Sc. en anthropologie. Disponível em: <https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/handle/1866/16902>. Acesso em: 1 ago. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Édition critique établie par Gérard Namer. Paris: Albin Michel, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.

MENEZES, Priscila Lopes. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 47-71, dez. 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/>

article/view/6164/4790. Acesso em: 17 out. 2017.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. *In*: NORA, Pierre (dir.). **Le lieux de mémoire – I**. Paris: Gallimard, 1984. (Coll. Bibliothèque illustrée des histoires, 1984).

PRIMO, A. Blogs e seus gêneros: avaliação estatística dos 50 blogs mais populares em língua portuguesa. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. **Anais [...]**. Natal: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/118/231>. Acesso em: 09 jun. 2018.

PRIMO, Alex. Os *blogs* não são diários pessoais online: matriz para a tipificação da blogosfera. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, n. 36, p. 122-128, ago. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550192017>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

RIO, Thiago Oliveira. **O Blog como um veículo de comunicação**: análise da evolução do diário virtual. Rio de Janeiro: Instituto A Vez do Mestre, 2010. Disponível em: <https://silو.tips/download/o-blog-como-um-veiculo-de-comunicacao>. Acesso em: 10 jun. 2018.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Memória e segredo na sociedade da informação: a simbologia do caso Herzog. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Ancib, 2007.

Production des connaissances en Afrique: cas des enseignants-chercheurs guinéens

Kamano Sekou¹

1 Introduction

DEPUIS L'ANTIQUITÉ JUSQU'À NOS JOURS, LE DÉVELOPPEMENT DE LA SCIENCE ET de la technique est au centre des préoccupations de l'humanité. La prolifération de grandes Ecoles, Universités et Instituts, la pléthore de laboratoires et organismes de recherche, l'explosion d'informations scientifiques et techniques, sont autant de mutations fascinantes qui illustrent cette préoccupation. Dans son acception la plus généralisée, la science désigne "un savoir-faire procuré par les connaissances acquises" sur un "objet d'étude", cette connaissance est "universelle, nécessaire, vérifiable et exprimée par des lois" (FONTAINE, 2008).

Autrement dit, aucune science ne peut évoluer sans la production des connaissances scientifiques dont "les différents professionnels des secteurs de la recherche, de l'enseignement, de l'industrie et de l'économie ont besoin dans l'exercice de leur métier" (Intd-ER, BOULOGNE, 2004). Il apparaît alors une certaine interdépendance entre la connaissance scientifique, la recherche scientifique et la publication des savoirs, une trilogie où chaque élément trouve son sens dans l'autre et qui participe à ce que l'on désigne par production scientifique.

Il est difficile de donner une définition précise du terme "production scientifique" pour la simple raison que la science se fait au sein de deux grandes communautés qui ont des usages et des pratiques différents. En considérant les STM² et les SH³ comme une seule communauté scientifique élargie, on peut distinguer deux niveaux de définition de la production scientifique: le niveau cognitif qui renvoie

1 Docteur en Sciences de l'Information et de la communication. Enseignant-chercheur à l'Université Julius Nyerere de Kankan (Guinée). Lauréat du Programme PAPA (Pilot African Postgraduate Academy). Contact: sekouesther@gmail.com.

2 Domaine scientifique regroupant les sciences, les sciences techniques et la médecine.

3 Domaine scientifique regroupant les disciplines des sciences sociales et des sciences humaines.

à la construction du savoir issue de l'épistémologie classique et le niveau institutionnel, qui réfère au statut unifié des producteurs de la science que sont les chercheurs et enseignants-chercheurs (BABOU ET LE MAREC, 2010). Ce second niveau prend également en compte les principes de fonctionnement des unités d'enseignement et de recherche ainsi que les critères d'évaluation qui sont communs à tous. Le terme production scientifique ainsi entendue associe production et validation des connaissances, rayonnement scientifique, réseaux et programmes de recherche (GLAUDES, 2014).

En Afrique, nombreux sont les cadres qui estiment la science est loin d'être au centre des préoccupations actuelles des sociétés africaines. Au-delà des laboratoires et des campus, il apparaît que l'image de la science et de la recherche pose un problème fondamental (ELA, 2008). Les producteurs de sciences que sont les universités ou les organismes de recherche travaillent dans des conditions peu favorables à la production des connaissances.

En République de Guinée, la production scientifique est régie par la Loi d'orientation de la recherche du 04 juillet 2005⁴ qui recommande un cadre de concertation entre, d'une part, les organes éthiques de la science et les représentants de la communauté scientifique, d'autre part, les décideurs de la science et les utilisateurs qui reçoivent les connaissances sous forme de savoirs vulgarisés. Mais le contexte actuel de la recherche n'encourage pas la matérialisation d'un tel mécanisme. Par ailleurs, le dispositif scientifique et technique souffre d'un manque de mise à jour périodique et les priorités en matière de sciences et techniques semblent reléguées au dernier rang par les pouvoirs publics. La production scientifique est foncièrement nationale voire locale car les mécanismes de mise en visibilité, de vulgarisation et d'exploitation socio-économique de la recherche⁵, sont insuffisants et peu performants. Ces constats font la preuve que la recherche se heurte à de nombreux obstacles qu'il convient d'analyser. De même, une analyse fine est nécessaire pour comprendre la perception que ces enseignants ont de la science ainsi que les pratiques de recherche mise en œuvre dans les universités.

Il s'agira dans un premier temps de présenter la politique de la recherche en Guinée et le contexte organisationnel de la science. Dans un deuxième temps, nous discuterons de la perception que ces enseignants ont de la science ainsi que le positionnement dans le contexte national et international. Le positionnement dont il

4 REPUBLIQUE DE GUINEE, Loi L/2005/011/AN du 04 juillet 2005 adoptant et promulguant la Loi d'Orientation de la Recherche Scientifique et Technique.

5 Les recherches conduites dans les universités guinéennes bien qu'axées sur la réalité nationale n'interviennent pas directement dans le développement socio-économique du pays.

s'agit ici renvoi à la “dynamique des postures du chercheurs” vis-à-vis de la science (DARÉ; VENOT, 2016), et à son engagement dans le processus de production des connaissances. Dans un troisième temps, nous analyserons les effets des pratiques sur la science, les habitudes de travail, les effets du financement et des collaborations, les obstacles liés à la recherche etc.

2 Méthode de la recherche

Pour mener à bien cette recherche, nous avons utilisé diverses méthodes de recueil de données. Dans un premier temps, nous avons jugé opportun d'accorder une place importante à la documentation administrative et aux archives d'institutions d'enseignement supérieur portant sur l'organisation de la recherche et la politique mise en œuvre. Notre terrain étant la circulation de la production scientifique des universités, nous avons choisi de recueillir les données qualitatives auprès de la population des enseignants-chercheurs⁶ à l'aide d'une grille adaptée à une situation de recherche qualitative afin de ne pas être limité dans la collecte des données. Nous avons donc emprunté le type d'entretien semi-directif qui donne à l'enquêté une plus large liberté d'expression et lui permet d'aller en profondeur dans les réponses (KAUFMANN, 2008).

Les données ont été recueillies auprès de 20 d'enseignants-chercheurs dont 13 titulaires du doctorat⁷ qui constituent l'échantillon de notre recherche. Il était impératif de faire une sélection préalable des enseignants qui participent effectivement à la production des connaissances. Nous avons estimé que ceux-là étaient les mieux placés pour nous fournir des informations recherchées. Pour donner plus de crédibilité à nos informations, nous avons accordé une place importante aux chercheurs titulaires d'un doctorat qui ont une certaine maîtrise des méthodes rigoureuses de la recherche. Toutefois, à cause de leurs occupations ou de la sensibilité des postes qu'ils occupent dans les universités, certains enseignants n'ont pu répondre à l'enquête. Aussi, nous n'avons pas fait de distinction préalable entre les enseignants qui ont des contrats de recherche privés et ceux qui disposent de subventions de l'Etat.

Notre démarche de départ consistait à procéder par un entretien focus groupe mais la délicatesse du contexte de l'enquête⁸ nous a conduits vers l'entretien in-

6 Nous utiliserons le terme “enseignants-chercheurs” ou “chercheurs” pour désigner deux statuts qui sont différents mais qui se rapportent à un même groupe social.

7 Nous regrettons que tous les enseignants-chercheurs que nous avons sollicités n'aient pas pu répondre à notre demande et que, parmi ceux qui ont accepté l'entretien, certains n'aient eu que de peu de temps à nous consacrer.

8 En Guinée, le nombre d'enseignants-chercheurs titulaires du doctorat est très réduit par rapport au nombre total d'enseignants. La plupart des enseignants titulaires de doctorat occupe des

dividuel. Il était difficile de pouvoir mettre ensemble un grand nombre d'enseignants-chercheurs pendant les entretiens, l'hétérogénéité du temps de travail étant très forte dans les universités. Toutefois, les principaux domaines de recherche rencontrés ont été largement représentés.

La collecte des données a été effectuée dans quatre institutions d'enseignement et de recherche à savoir les Universités Gamal Abdel Nasser de Conakry (UGANC), Général Lansana Conté de Sonfonia-Conakry (UGLC-SC), Julius Nyerere de Kankan et l'Institut Supérieur Agronomique et Vétérinaire de Faranah (ISAVF). Le choix de ces établissements s'explique par deux raisons: premièrement, ces établissements constituent les plus grandes Institutions d'Enseignement Supérieur et de Recherche (IES) du pays, par conséquent, ils renferment le plus grand nombre d'enseignants-chercheurs et de revues scientifiques (9 revues sur 13 identifiées). Deuxièmement, ils forment le groupement des établissements de recherche les plus anciens du pays et les institutions qui reçoivent plus de financement de l'Etat à travers le Ministère de l'enseignement supérieur et de la recherche scientifique.

La méthode est essentiellement qualitative. Nous avons également utilisé la technique de l'observation qui a été combinée avec la description, l'analyse et l'interprétation des résultats.

3 Politique de recherche en Guinée et contexte organisationnel

En Aout 1979 à Vienne, la Conférence des nations unies pour la science et la technique au service de développement, adoptait le "Programme d'Action de Vienne" qui stipule en son paragraphe 18 que "le gouvernement de chaque pays en développement devrait formuler une politique nationale de la science et de la technologie". Plus tard à Lagos (Nigéria) le Premier sommet économique des Chefs d'Etats et gouvernements de l'Organisation de l'Unité africaine, tenu du 28 au 29 avril 1980 se soldait par l'adoption du "Plan d'action de Lagos" dont le chapitre V était entièrement consacré à la Science & Technologie pour le développement socio-économique de l'Afrique, d'où l'engagement de chaque Etat africain à bâtir sa politique scientifique.

En République de Guinée, la recherche scientifique est placée sous l'autorité du Ministère chargé de l'Enseignement Supérieur et de la recherche Scientifique (MESRS) qui assure le rôle de "conception, de coordination et du suivi-évaluation" de la politique Nationale en science et technologie. Il comprend une Direction nationale de la recherche scientifique et de l'innovation technologique (DNRSIT)

postes de responsabilité à différents niveaux. En conséquence, ils hésitent souvent à livrer leur opinion dans une enquête concernant l'université.

qui élabore et participe à la mise en œuvre de la politique scientifique, un Conseil supérieur de la recherche scientifique et technique (CSRST) qui sert de cadre de concertation entre les organes éthiques de la science et les représentants de la communauté scientifique.

Le système scientifique guinéen revêt la forme d'une structure à la fois verticale et horizontale. Au plan vertical, l'organisation administrative régit les rapports hiérarchiques entre les décideurs politiques et les acteurs scientifiques. De ce fait, les institutions de science et technologie rattachées aux départements ministériels relèvent de la tutelle administrative de ceux-ci. Au plan horizontal, la structure gouvernementale confère au MESRS un droit de coordination de toutes les activités scientifiques et techniques nationales. Ainsi, les liens organiques entre le MESRS et les institutions scientifiques et technologiques appartenant aux autres départements ministériels sont exclusivement scientifiques.

La Guinée compte à ce jour trois universités publiques, trois centres universitaires, douze instituts, trois centres de recherches autonomes, et cinq centres de recherche universitaire, répartis entre neuf préfectures du pays. Conakry, la capitale, concentre le plus grand nombre d'établissements soit huit institutions sur dix-sept.

Les universités et institutions de recherche sont des établissements publics à caractère scientifique, placées sous la tutelle du Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche Scientifique. Elles sont dotées d'une personnalité morale, d'un patrimoine propre et de l'autonomie de gestion. Elles ont pour mission principale d'assurer la formation universitaire et post-universitaire et de participer au développement de la recherche. Les trois catégories de recherche communément admises en République de Guinée sont: la recherche fondamentale, la recherche appliquée et la recherche-développement. La sécurité et la défense restant des domaines réservés et soumis à des dispositions spéciales.

Les enseignants-chercheurs producteurs des connaissances évoluent dans diverses disciplines scientifiques que l'on peut classer en deux groupes. Le premier groupe, contenant les disciplines de Science Technique et Médecine (STM), comprend: les sciences, les sciences fondamentales appliquées et biomédicales, les sciences agronomiques et vétérinaires, les sciences de l'environnement, les sciences géologiques et les sciences informatiques. Le second, englobe les disciplines de Sciences Humaines et Sociales (SHS). Il comprend les sciences économiques et gestion, les sciences juridiques et politiques, lettres et sciences humaines, les sciences sociales, les sciences de l'éducation, les sciences de l'information et de la communication, et l'art.

Néanmoins, la plupart des enseignants manque de qualification pour mener une activité de recherche. Il faut aussi signaler l'insuffisance de ressources à plu-

sieurs niveaux (ressources matérielles, financières et documentaires) et le manque d'encouragement à la créativité scientifique.

Au plan local, les IES collaborent sans s'intégrer, il n'y a pas de politique d'échanges interuniversitaires. Sur le plan international, la Guinée coopère avec plusieurs organismes à caractère scientifique (UNESCO, PNUD, FAO, etc.). Elle est membre des conférences de l'Union africaine sur la science et de plusieurs organismes scientifiques africains.

4 Production des connaissances dans les institutions de recherche guinéennes

La science est une institution, une "cité" à l'intérieur de laquelle les chercheurs sont réunis, des règles sont ordonnées et codifiées de manière à instaurer une tradition (KUHN, 1950). Mais la manière de fonctionner des scientifiques, la manière de participer à la production et à la circulation des connaissances, explique des positions de domination (BOURDIEU, 1975). Si les enseignants-chercheurs sont les principaux producteurs de connaissances, ils ont néanmoins la double charge d'enseignement et de recherche. L'interprétation des résultats permet de dégager les perceptions qu'ils se font de la science et de questionner les effets des pratiques sur la production des connaissances. L'analyse des pratiques laisse paraître plusieurs effets qui varient suivant les disciplines couvertes, les habitudes de travail, les collaborations et les modalités d'évaluation.

4.1 Perception de la recherche et positionnement des chercheurs

Tout chercheur a le sentiment d'appartenir à une communauté à laquelle il s'identifie. Le désir d'appartenir à la communauté explique son adhésion à la cohésion de celle-ci ainsi qu'aux normes qui la caractérisent (MERTON, 1942). On peut constater que les enseignants-chercheurs qui ont pris part à l'enquête ont, en général, le sentiment de se sentir scientifiques et d'intégrer les normes de la science. Ils appréhendent la science comme une activité organisée" qui permet la production et la diffusion des savoirs. Pour eux, l'idéal de scientificité obéit à des principes de vérification qui garantissent l'objectivité de la connaissance produite. Cette conception de la science se rapproche des contraintes évoquées par Karl Popper (1973) concernant la validité d'une théorie à prétention scientifique. Selon Popper, le principal "critère de la scientificité" d'une connaissance réside dans la possibilité pour la communauté "d'invalider une théorie, de la réfuter ou encore de la tester" (POPPER, 1973).

Si certains enseignants se reconnaissent "interprètes des phénomènes visibles", d'autres se considèrent comme "producteurs de faits nouveaux". D'autres encore se représentent l'activité scientifique comme une simple passion et en donnent une définition liée à leurs goûts personnels. Ils ont la perception que la science permet

l'épanouissement personnel du chercheur qui en est le premier à tirer un avantage. Cela nous renvoie à la question de sentiment d'identité développé par Jean-Paul Codol en 1981 dans un article intitulé: "Une approche cognitive de sentiment d'identité". Dans cet article, Codol soutient que chaque individu se fait une image de lui-même qui est celle de la reconnaissance de soi. Le prix qu'il attache à lui-même et à ce qu'il fait détermine les rapports qu'il entretient avec la société. Tantôt il se compare aux membres du groupe en fonction de la ressemblance catégorielle qu'il trouve chez eux, tantôt il s'identifie lui-même comme un modèle pour ses pairs. Un tel positionnement exprime une exigence dont la finalité est de participer à la construction d'une "image de soi [qui] présente une certaine cohérence et une certaine stabilité" pour le chercheur (CODOL, 1981).

L'identité étant à la fois une construction subjective et une inscription sociale, elle s'inscrit dans le temps, dans des espaces et dans des situations particulières (GIUST-DESPAIRE, 1996). En tant qu'être social, l'enseignant-chercheur est conscient qu'il n'est pas que le produit du groupe auquel il appartient, il est aussi et surtout le produit des rapports qu'il tisse avec son environnement. C'est à ce titre qu'il s'ouvre vers l'extérieur, en allant inscrire ses recherches dans une dimension sociale, dans le cosmos du savoir. Il a un engagement à la fois individuel et sociétal. Individuel parce qu'il prétend valoriser l'image qu'il a de lui-même. Sociétal parce qu'il a l'ambition de produire des connaissances et de les mettre en circulation au sein de sa société, comme on peut le constater dans les propos de cet enseignant-chercheur:

Je trouve que la science est un monde de récréation. Au-delà de cette considération, la science fait de nous un homme complet. Quand on s'y engage, on a toujours l'impression de manquer quelque chose. Mais dès qu'on comprend les enjeux, on est fier de soi, on se sent épanoui, on devient complet (rire). La science nous ouvre aussi des opportunités de rencontre avec d'autres personnes qui sont aussi des chercheurs comme nous. Aller vers l'autre, c'est ça aussi la science. Il faut partager ses expériences avec les autres tout comme il faut aussi les enrichir (EC-ISFAD-UJNK).

Le champ scientifique est un champ normatif (MERTON, 1942); l'acquisition des normes constitue des "rites" de passage de tout individu souhaitant devenir chercheur. Ce passage est en quelque sorte une initiation à la formation de l'esprit scientifique (BACHELARD, [1934a], 1967), qui permet l'ancrage de la culture scientifique (BOURDIEU, 1999). Dans les institutions de recherche guinéennes, le travail scientifique se passe au sein d'une collectivité qui représente le champ

de recherche au sein duquel évoluent les chercheurs et les apprenti-chercheurs. Les derniers sont rigoureusement soumis par l'apprentissage des règles et des normes de la science. Ils participent activement à la recherche scientifique et publient les résultats en collaboration avec leurs directeurs de recherche. Il arrive que l'obtention du diplôme soit conditionnée par l'obligation de déposer une proposition d'article tiré de son mémoire. Cette pratique de compagnonnage explique la forte présence des assistants dans les revues scientifiques. Les deux doctorants que nous avons interrogés sont animés par le sentiment d'appartenir à une communauté de chercheurs qui est régie par des règles et des principes, telles qu'elles sont décrites par Merton. Ils ont également le sentiment de participer à la construction de leur propre identité par l'appropriation des habitudes, des normes et des valeurs qui caractérisent leur communauté scientifique, car "l'identité se construit" (CODOL, 1981).

L'analyse dévoile que la place que la recherche occupe dans les occupations des enseignants-chercheurs dépend du temps consacré à l'enseignement, à la recherche et l'administration. Si certains enseignants accordent une place importante à la recherche, d'autres, n'y accordent que peu de temps. Les divergences de points de vue sont perceptibles et permettent de distinguer deux opinions possibles: La première est celle des enseignants qui considèrent l'enseignement et l'administration comme leurs activités principales. La recherche venant en troisième position. La seconde est celle des enseignants qui estiment que la recherche doit venir en deuxième position, après l'enseignement et avant l'administration. Pour ces enseignants, "l'administration est une activité transversale qui peut être menée en même temps que la recherche et l'enseignement" (EC-IF).

4.1.1 Temps consacré à la recherche

En s'intéressant aux relations que les enseignants ont avec la science, il nous a semblé important de prendre en compte les modes d'organisation des cours dans les universités et les effets sur la recherche scientifique. L'enquête nous a permis de découvrir que les enseignants qui ont des charges pédagogiques très élevées consacrent souvent moins de temps à la recherche. Il existe aussi des enseignants qui ont des charges d'enseignement très réduites mais qui ne consacrent que peu de temps à la recherche. Dans la même situation, d'autres enseignants profitent effectivement du temps libre pour faire de la recherche. Il existe un autre groupe d'enseignants qui, malgré les charges d'enseignement et d'administration importantes, restent très passionnés de la recherche et lui concèdent une place de choix. Cette complicité plus forte avec la science n'explique pas souvent la disponibilité des moyens qui rendent possibles un tel engagement.

Toutefois, on peut constater la présence dans les institutions, d'un grand nombre d'enseignants qui ne produisent ni ne publient de connaissances mais qui se plaisent à faire figure de chercheur. Ils ont pour texte de référence le Décret N°176/PRG/SGG/89 du 27 septembre 1989⁹ qui attribue le statut d'enseignants-chercheur à toute personne chargée de dispenser les cours dans l'une des institutions d'enseignement et de recherche guinéennes. Or, tout enseignant exerçant à l'enseignement supérieur n'est pas chercheur. Le fait de s'identifier comme chercheur dépend de l'importance que ces enseignants accordent à leur statut. En revendiquant la reconnaissance institutionnelle, ils se préoccupent peu de leur carrière et des contraintes liées au métier d'enseignant-chercheurs qui se traduisent par la "double-mission" d'enseignement et de recherche.

4.1.2 Communication et autorité scientifique

La publication des résultats de la recherche s'inscrit dans le cadre de la communication scientifique (COUZINET, 2010). Elle "représente pour la recherche le principal moyen de diffusion des connaissances" (MAYE; ROCHAT, 2011). Pour ce qui est des enseignants-chercheurs guinéens, deux raisons expliquent leur motivation à communiquer leurs recherches: il y a d'un côté l'engagement personnel du chercheur à contribuer au développement socio-économique de son pays, de l'autre, les contraintes d'évaluation dont le retour est exprimé en termes de visibilité, d'octroi de budget et de reconnaissance internationale (1975).

En effet, les réformes engagées à la fin des années 1990, touchant directement les emplois, les grades et les titres des enseignants chercheurs, ont amenés beaucoup de chercheurs à s'intéresser à la publication scientifique. Car, au-delà des aspects liés à la validation des résultats, la publication d'articles constituent un critère fondamental pour augmenter en grade. Le grade symbolise donc le profit à gagner et s'acquiert au bout d'une "lutte d'autorité scientifique" vers laquelle les pratiques sont orientées (BOURDIEU, 1975).

Les colloques, congrès, et journée scientifiques, constituent pour certains enseignants le moyen de s'offrir des chances de collaboration à l'international. Le désir d'aller vers l'internationalisation insinue l'appartenance à des réseaux de recherches. Ceci est manifeste dans les opinions exprimées par cet enseignant-chercheur:

J'ai participé aux conférences aux Burkina, au Benin, au Cameroun, au Sénégal. C'était avec un soutien financier international. Il y a une orga-

9 Décret N°176/PRG/SGG/89 du 27 septembre 89 régissant les emplois de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche Scientifique et le statut spécifique de leurs titulaires (art.1 et 2).

nisation allemande appelée DAAD qui finance mes voyages. C'est l'organisation qui a financé aussi mes formations en Master et en doctorat au Bénin. Elle continue de me parrainer dans mes activités de recherche (EC-UK-ISFAD).

Les enseignants tentent souvent de se comparer à leurs homologues étrangers auxquels ils s'identifient en raison des ressemblances qu'ils trouvent dans leurs disciplines. Interrogés sur les revues dans lesquels ils publient fréquemment, plusieurs chercheurs déclarent avoir publié dans les revues scientifiques étrangères. Cependant, les difficultés liées au processus de soumission d'articles, constituent un réel obstacle à la publication des résultats. Elles sont entre autres: la distance géographique, la défaillance de moyens de communication, le temps d'attente souvent long créant parfois de l'impatience chez certains chercheurs.

4.2 Effets des pratiques

Dans l'étude consacrée à la revue Documentaliste-science de l'information, Viviane Couzinet (2000) analyse les pratiques scientifiques des professionnels et chercheurs qui publient dans cette revue. Elle met en évidence plusieurs pratiques scientifiques en lien avec les habitudes de travail, l'activité de recherche, les modes de publication et les citations des publications. Quelques-uns de ces indicateurs sont explorés dans notre recherche.

4.2.1 Choix du sujet, habitudes de travail et financement de la recherche

Chez les enseignants-chercheurs guinéens, le choix du sujet de recherche se fait soit sur initiative personnelle du chercheur, soit par l'organisme qui finance la recherche. Le sujet peut être aussi choisi selon que le chercheur travaille en groupe au sein d'une collectivité ou en fonction du contexte dans le lequel se déroule la recherche. Pour les chercheurs travaillant seul ou en groupe, le sujet est choisi selon le mode de travail. Généralement, le travail en groupe permet d'examiner les recherches antérieures en vue d'une proposition de solutions aux problèmes qui se posent à la société. Tant dis que le travail solitaire laisse entièrement le choix au chercheur de proposer librement son sujet de recherche à partir de son expérience et de sa réflexibilité:

Il y a des projets sur lesquels je travaille seul. Ça dépend des conditions d'appel d'offre. Si par exemple il y a une institution qui sollicite un seul chercheur, dans ce cas je travaille seul. Mais s'il y a des travaux qui ont des exigences préalablement définies où la condition

est d'être dans un groupe pluridisciplinaire, eh bien ! Je travaille en groupe (EC-UK-2).

Les entretiens que plusieurs enseignants n'ont pas changé d'orientation scientifique depuis le début de leur carrière professionnelle, à l'exception de quelques-uns qui, pour des raisons de formation doctorale, ont dû radicalement changer d'orientation scientifique en optant pour des spécialisations qui sont loin de leur formation initiale, Comme le témoignent cet enseignant-chercheurs:

Au départ, je m'étais spécialisé en anthologie médicale. J'y ai soutenu un DES à l'Université de Gamal Abdel Nasser de Conakry. C'est une branche transversale à la biologie et à la médecine. Il y a plus de vingt ans que j'ai changé d'orientation scientifique parce que mon actuel domaine de recherche est celui dans lequel j'ai fait mon PhD (EC-UGANC).

Les entretiens révèlent que enseignants ont des habitudes de travail qui sont partagés entre “travailler en groupe” (le plus fréquemment), “travailler seul” (moins fréquemment) et les “deux à la fois” (rarement). En observant les revues scientifiques, on peut découvrir deux pratiques de publication: les chercheurs en STM publient généralement en équipe tant dis que ceux en SHS, publient individuellement. La quasi-totalité des projets de recherche est financée par l'Etat et les fonds sont directement logés dans les institutions qui, à l'issu d'un appel à candidature, procèdent à l'évaluation et au financent des projets qui sont porteurs d'innovation. Les institutions élaborent également (dans le cadre de la coopération universités-institutions privées), des projets qu'elles exécutent en collaboration avec les organismes nationaux ou internationaux. Cependant, quelques chercheurs isolés bénéficient des subventions de partenaires privés mais dont les montants ne sont pas régulièrement versés dans les comptes des universités, malgré les réglementations en vigueur dans certaines institutions¹⁰.

En se situant dans un contexte d'analyse de médiations scientifiques, Viviane Couzinet (2000) observe que l'isolement dans le travail scientifique ne favorise pas l'obtention des contrats de recherche qui sont généralement destinés aux équipes constituées et mieux outillées (COUZINET, 2000). En Guinée, les établissements sont régis par le même principe. Cependant, le processus d'octroi des contrats de

10 Pour le cas de l'Université Julius Nyerere de Kankan par exemple, il est recommandé aux chercheurs de verser les 10% d'un financement obtenu dans le compte de l'institution sous forme d'appuie institutionnel.

recherches reste difficile à harmoniser en raison de la difficulté à établir un équilibre entre le financement des recherches en STM et celui en SHS. Pour l'université Julius Nyerere de Kankan par exemple, à l'exception de la campagne de financement de 2014, les équipes de recherche en sciences naturelles reçoivent plus de financement que celles des sciences de l'homme. Il est néanmoins important de préciser que le problème de financement de la recherche est général et commun à toutes les institutions d'enseignement supérieur guinéen.

4.1.2 Pratiques informationnelles, coopération et obstacles à la recherche

Il apparaît que les méthodes de travail des chercheurs ont des incidences sur leurs pratiques informationnelles. Interrogés sur les principales sources documentaires qu'ils mobilisent dans la production des connaissances et par ordre de priorité, ils ont cité les ouvrages généraux en première position. Si les chercheurs en SHS consacrent plus de temps à l'écriture, à la lecture d'ouvrages et d'articles, ceux des STM disent utiliser plus de revues scientifiques que d'ouvrages généraux. Ces derniers exploitent les revues à cause de leur actualité et des nouvelles recherches qu'elles véhiculent dans leur domaine. Aussi, on peut voir que les ouvrages disponibles dans les BU guinéennes sont vieillissants et ne peuvent fournir de renseignements sur l'avancement des connaissances dans les disciplines.

On constate un manque de réseaux nationaux d'échanges inter-universitaires ou inter-institutions. Ceci affecte les rapports entre les Institution de recherche et les organes régulateurs de la recherche, d'où les réalisations partielles, isolées et la dispersion des moyens et des efforts.

Sur le plan de la coopération universitaire, notons que les universités collaborent sans s'intégrer. Il y a absence de réseaux nationaux d'échanges inter-institutions. Ceci affecte les rapports entre Institutions scientifiques et organes de régulation de la politique scientifiques. Il arrive que dans certaines universités, les financements obtenus dans le cadre de la coopération soient directement destinés à la formation et à l'accompagnement des chercheurs.

Le contexte actuel de la recherche dans les universités reste peu favorable au développement de la science et de la technique. Malgré la volonté des chercheurs de participer à la production scientifique, ils sont confrontés à plusieurs obstacles d'ordre financier et infrastructurel. En Afrique en général, l'insuffisance de financement est le principal obstacle à la recherche scientifique. Malgré l'Appel de Lagos (invitant les Etats à investir 1% de leur PIB national dans la science) la recherche reste peu subventionnée par les Etats africains (BONFOH, 2016). Les enseignants-chercheurs guinéens sont unanimes à classer le problème de financement au premier rang des obstacles rencontrés. Ils utilisent plusieurs expressions pour

le décrire: “absence de moyens financiers”, “problème économique” “limite financière”, “problème de financement”, “difficultés financières”.

En plus des problèmes liés au financement, il y a des problèmes d'électricité, de documentation et d'équipement de laboratoires, etc. Plusieurs institutions de sciences sont dotées de laboratoires qui sont plus ou moins fonctionnels. Cependant, ces laboratoires sont confrontés à la vétusté des équipements. À l'Université de Kankan, à l'exception du Laboratoire de Biodiversité¹¹ acquis grâce à la coopération avec l'Université de Toulouse³ Paul Sabatier (France), tous les autres laboratoires ne sont utilisables que pour réaliser des enseignements:

La précarité de nos équipements est telle qu'il est difficile de décrire la situation de ces laboratoires. Les derniers équipements que j'ai reçus en tant que directeur de laboratoire datent de très longtemps. C'est des matériels de premier cycle. Ce n'est pas pour la recherche de pointe mais pour la recherche didactique (EC-UC).

On constate que les bibliothèques universitaires (BU) manquent de monographies spécialisées. L'abonnement aux revues de qualité et d'équipements techniques fait également défaut. Le rôle principal de ces bibliothèques se limite essentiellement à servir d'appui aux étudiants de 1er cycle. L'état des bibliothèques universitaires défavorise considérablement l'enseignement et diminue la part accordée à la recherche. Les contraintes sociales (et parfois administratives) constituent également une gêne pour certains enseignants qui se sentent limités dans leur mission.

4.3 Poids de l'histoire ...

La période 1974-1991 est celle qui marque la création des premières revues scientifiques guinéennes¹². Elle est aussi considérée comme la période qui connaît la plus faible production scientifique du pays car elle n'enregistre que deux revues scientifiques sur 17 ans de production scientifique. Cette période marque le lien avec le passé scientifique du pays.

En effet, de 1958 à 1990, le système scientifique n'était pas encore doté de structures favorables à la production des savoirs. Jusqu'à la transformation de l'Institut polytechnique de Conakry et celui de Kankan en Universités¹³, le système scientifique

11 Le laboratoire de Biodiversité est le fruit de la coopération inter-universitaire entre l'Université de Kankan et l'Université de Toulouse Paul Sabatier.

12 Notamment la revue *Miria* (1974) et la *Revue des Sciences* (1991).

13 Décret N°175/PRG/GG/89 du 27 septembre 1989 portant statuts des Universités de Conakry

avait un fonctionnement endogène, sans politique d'ouverture vers l'extérieur, Cette situation laissa s'installer un manque de vocation pour la recherche scientifique.

En effet, la rupture brusque et spontanée entre la Guinée et la France survenue le 02 octobre 1958 ne s'est pas effectuée sans conséquences majeures sur le pays. Entre la "fierté" de la Guinée d'avoir rompu avec le "système impérialiste" et l'intransigeance de la France à toute concession politique, naquit une tension vive qui se transporta à l'échelle internationale et qui perdura pendant 26 ans.

Pour contourner les obstacles d'intégration au monde capitaliste, la Guinée opta pour un système de développement calqué sur le modèle socialiste. Les pays communistes européens, asiatiques et sud-américains d'alors qui furent des alliés de taille, étaient les seuls à pouvoir apporter de l'aide au pays. On retiendra l'apport de la Russie dans la construction de la première université guinéenne et dans la formation en doctorat de nombreux diplômés. Si cette coopération méritent d'être saluée, le manque d'une réelle politique de recherche¹⁴ n'aura pas permis de réaliser dans les institutions universitaires un véritable ancrage de la culture scientifique. Nonobstant la présence dans les universités de quelques courants philosophiques et artistiques qui servaient d'instruments de débats entre universitaires.

En créant sa première revue scientifique en 1974¹⁵, l'université guinéenne s' dota d'une mission globale de théoriser les débats universitaires dans le domaine des sciences sociales en général et des sciences économiques en particulier. L'interaction entre l'économie et l'épistémologie permettait aux enseignants de se forger une opinion éclairée sur les questions et problématiques économiques contemporaines. Mais ces débats "idéologiques", inspirés du marxisme et du keynsianisme, ne servaient en réalité que d'instrument de réponse aux "attaques impérialistes" dont le pays était l'objet. Le positionnement de l'Etat conduit donc les pouvoirs politiques à opter pour la pensée dialectique dont les principales lignes de force privilégiaient les valeurs locales africaines; ces valeurs nationalistes et panafricanistes venaient avant toute chose.

Sur le plan culturel, le choix de valoriser les langues locales provoqua une "rupture linguistique et culturelle [...] caractérisée par une marginalisation du français

et de Kankan.

14 Nous avons constaté dans le contexte politique et institutionnel que le système scientifique et universitaire a souffert de nombreuses réformes récurrentes dont la plupart sont le fruit de tâtonnements et de manque de politique stable et cohérente dans ce domaine.

15 Miria est la première revue scientifique guinéenne créée en 1974 à l'Institut Polytechnique de Conakry, actuelle Université Gamal Abdel Nasser.

dans l'enseignement¹⁶ apprentissage (HELTZER; DIALLO, 1999, p. 5)¹⁷. Cette nouvelle politique venait en contradiction de l'ordonnance du 5 août 1959¹⁸ qui accordait en son article 7 une prédominance du français sur les autres langues parlées en Guinée. Ainsi institué comme langue de formation, le français marque le décalage entre une langue parlée dans le cercle familial et l'instruction qu'elle procure. Ce principe reste en vigueur jusqu'en 1968, année à laquelle le français sera relégué au second rang au profit des langues locales. Ceci affecta sérieusement le système éducatif dès lors que les formations de base étaient entièrement dispensées en langues nationales. Si la réforme en soi n'était pas insurmontable, il a néanmoins manqué (soulignons-le avec courage!) une réelle politique d'accompagnement dans les écoles et universités. D'abord, à cause de l'idéologie qui a empêché la culture scientifique de se développer, ensuite, à cause du fait que le français, en tant qu'outil de formalisation des connaissances, n'était pas suffisamment assimilé pour permettre aux générations successives d'agir en conséquence.

Dans son article intitulé "La langue française de la technique et de la science", Kocourek Rostilav (1992)¹⁹, cité par André Clas²⁰, montra la langue française comporte un "vocabulaire spécifique, mais aussi des composantes syntaxiques, stylistiques, rhétoriques et poétiques". A cet effet, elle doit être systématisée et rationalisée afin de pouvoir servir de langue de la science et de la technique (ROSTILAV, 1992). On constate que cette ouverture n'a pas été prise en compte dans le contexte guinéen. L'absence de rapport entre la terminologie de la langue et son contexte, a été un obstacle au processus d'intégration des paradigmes scientifiques.

Vu que la pensée idéologique devait primer sur la pensée scientifique, les théories à privilégier dans le système d'enseignement devaient être celles qui emboitent

16 Nous rappelions dans le contexte géographique que c'est seulement en 1990 que le français fut consacré langue officielle en République de Guinée au même titre que l'Arabe.

17 HELTZER Gisèle, DIALLO Alpha Mamadou., 1999. Description du français de Guinée. Programme campus. P.5 [en ligne] URL: www.unice.fr/bcl/ofcaf/19/CAMPUS.

18 Cité par DIALLO Alpha Mamadou, MILLIMOUNO Marcel Tamba, DIALLO Alpha Oumar, et al., 1999. Le français en Guinée: contribution à un inventaire des particularités lexicales. Edicef, p.10-11. [en ligne] URL: www.bibliotheque.auf.org/doc.

19 KOUCOUREK, Rostilav, 1991. La langue française de la technique et de la science. Vers une linguistique de la langue savante. 2ème édition augmentée, refondue et mis à jour. Editeurs: Wiesbaden, Oscar Brandstetter, 327p.

20 André Clas, est considéré comme l'un des pionniers de la linguistique moderne. Pour sa participation notable à l'enrichissement théorique et empirique de la lexicologie et de la terminologie, il s'est vu décerner plusieurs distinctions: Membre d'honneur de la société des traducteurs du Québec, Chevalier des Palmes Académiques du Ministère de l'enseignement français (Québec), membre de la société du Canada (2002).

le pas à l'idéologie révolutionnaire. Une telle mutation ne pouvait permettre l'épanouissement de l'enseignement de la science dans les établissements scolaires et universitaires. Il aurait également manqué un accompagnement technique et politique aux premières générations de cadres formés dans les universités. Leur contribution à la littérature scientifique universelle (par la production des premiers mémoires), devait encourager l'Etat à initier des structures de recherche efficaces.

5 Conclusion

Cette étude nous a permis de mettre en lumière les conditions dans lesquelles les connaissances sont produites en Guinée. On découvre que les enseignants-chercheurs ont besoins de reconnaissance. Autant ils en ont conscience et mesurent les enjeux de la situation. Différentes perceptions de la science ont été également mises en lumière. La recherche, bien que portée par un nombre d'acteurs limité, reste une passion et une conviction, celle de se voir assumer une responsabilité sociale et de jouer un rôle dans la construction des savoirs. Malgré les obstacles et le poids du passé, les communautés scientifiques ont en commun d'interroger des objets et d'y apporter des réponses pour l'avancement des connaissances. Cependant, le secteur de la recherche reste encore peu organisé dans les universités. Les contraintes économiques, sociales et administratives sont pesantes sur les activités de production des savoirs. L'analyse des pratiques laisse paraître plusieurs effets qui varient suivant les disciplines couvertes et les pratiques informationnelles. Nous pouvons voir que l'effet des collaborations et celui de la coopération influent sur le financement des activités de recherche. L'appréhension des modalités de fonctionnement de l'évaluation de la recherche reste floue.

Bibliographie

BABOU, Igor. LE MAREC Joëlle. **Alliage**, n. 47, p.3-10, 2012.

BACHELARD, Gaston. **La formation de l'esprit scientifique**: contribution à une psychanalyse objective. 5e éd. Paris: Librairie philosophique, [1934a] 1967.

BONFOH, Bassirou. **Les défis du financement de la recherche en Afrique**. 2016. Disponible en: <https://www.scidev.net/>. Consulté les: 15 juin 2019.

BOULOGNE, Arlette. **Vocabulaire de la documentation**. Paris: ADBS, 2004.

BOURDIEU, Pierre. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales de la raison. **Sociologie et société**, v.7, n. 1, p. 91-198, 1975.

BOURDIEU, Pierre. Le fonctionnement du champ intellectuel. **Regards**

sociologiques, n. 17-18, p. 5-27, 1999. Disponible en: <http://www.regards-sociologiques.com/>. Consulté les: nov. 2021.

CODOL, Jean-Paul. Une approche cognitive de sentiment d'identité. **Information sur les sciences sociales**, 1981.

COUZINET, Viviane. **Médiations hybrides**: le documentaliste et le chercheur en sciences de l'information. Paris: éd. ADBS, 2000.

COUZINET, Viviane. Praticiens de l'information et chercheurs: parcours, terrains et étayages. **Documentalistes-Sciences de l'Information**, v. 40, p. 118-125, 2003.

DARE, Williams's; VENOT Jean-Philippe. Dynamiques de postures de chercheurs-engagés: retours sur la participation dans la politique de l'eau au Burkina. **Anthropologie et développement**, 2016.

DELIGNIERES, Didier. Publication scientifique et diffusion des connaissances. **Science & Motricité**, n. 71, p. 1-2, 2010. Disponible en: <https://www.cairn.info/revue>. Consulté les: 30 nov. 2021.

GIUST-DESPRAIRIES, Florence. **L'identité comme processus, entre liaison et déliaison**. 1996. Disponible en: arianesud.com/GIUST/. Consulté les: 30 nov. 2021.

GLAUDES, Pierre. L'évaluation de la production scientifique en France par l'Agence d'évaluation de la recherche et de l'enseignement supérieur. *Mélange de la Casa de Velázquez*, v. 44, n. 2, p. 293-300, 2014. Disponible en: <http://journals.openedition.org/>. Consulté les: 30 nov. 2021.

HELTZER, Gisèle; DIALLO, Alpha Mamadou. Description du français de Guinée. **Programme campus**, 1999. p. 5. Disponible en: www.unice.fr/bcl/ofcaf/19/CAMPUS. Consulté les: 30 nov. 2021.

KAMANO, Sékou; COUZINET, Viviane. La production scientifique Guinéenne: éléments de contexte. *In*: FABRE, I.; GARDIÈS, C. (dir.). **De la médiation des savoirs**: sciences de l'information-documentation et mémoires - Actes des troisièmes journées internationales du réseau MUSSI 21-22 mars. Toulouse: ENFA, 2016. p. 397-41.

KAUFMANN, Jean Claude. **L'entretien compréhensif**. 2ème édition refondue. Paris: es scientifiques internationales, 2008.

KOUCOUREK, Rostilav. **La langue française de la technique et de la science**.

Vers une linguistique de la langue savante. 2ème édition augmentée, refondue et mis à jour. Editeurs: Wiesbaden, Oscar Brandstetter, 1991.

LECLERC, Michel. La notion de discipline scientifique. **Politique**, n. 15, p. 23-51, 1989.

MERTON, Robert K. **The normative structure of science**. 1942. Disponible en: <https://www.panarchy.org/merton/science.html> . Consulté les: 31 nov. 2021.

PARTE

III

**COMUNICAÇÕES /
COMMUNICATIONS**

1

**Mediação e construção social
de documentos / Médiation et
construction sociale des documents**

La médiation des Amériques au musée d'Auch: des mémoires locales à l'inscription internationale d'un territoire

Christine Carrère-Saucède¹, Patrick Fraysse²

1 Introduction

LE MUSÉE D'AUCH VIENT RÉCEMMENT DE SE RÉINVENTER EN MODIFIANT SON NOM, en adaptant sa communication aux impératifs touristiques et numériques du moment et en redistribuant ses collections dans un espace agrandi et restauré. Ce renversement d'image le fait passer du statut de musée ordinaire à un établissement de stature nationale (voire internationale) qui s'accompagne d'une valorisation renouvelée des collections existantes, d'un changement de discours qui se focalise désormais sur le musée lui-même et d'une labellisation *ad hoc* "pôle national de référence" (FERRER-JOLY, 2017). Cette démarche de valorisation territoriale et touristique est caractéristique des pratiques actuelles de construction sociale des mémoires collectives dans une perspective de visibilité internationale (DODEBEÏ; TARDY, 2015).

Les recherches contemporaines en muséologie sont davantage centrées aujourd'hui sur les publics et les médiations (SOARES, 2015). Les collections demeurant en arrière-plan de la réflexion muséologique les concernant comme une sorte d'impensé ou de non-dit (JACOBI, 2017) Ce sont aussi les innovations dans la muséologie, les médiations culturelles ou la communication numériques qui occupent les chercheurs en SIC (FRAYSSE, 2021). À Auch, il semble que les collections extra-européennes soient devenues un levier d'innovation pour développer la réputation internationale de ce nouveau Musée des Amériques et le fer de lance de sa politique culturelle en direction des publics. À moins qu'il ne s'agisse que d'un prétexte pour exister médiatiquement et que "les Amériques" ne puissent pas encore

1 Doutora em Literatura Francesa Moderna. Professora da Université de Toulouse 3. Contato: christine.carrere-saucede@iut-tlse3.fr.

2 Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação. Professor da Université Toulouse III -Paul Sabatier. Contato: patrick.fraysse@iut-tlse3.fr.

complètement cacher l'identité et la mémoire locale d'un lieu encore provincial ? Le choc des mémoires locales, péruviennes et gasconne, peut-il constituer une amorce de dialogue et participer à la construction identitaire du Gers? Quels sont alors les ressorts du travail de communication et de médiation (formats, contenus, mise en scène...) pour promouvoir le processus de refondation du musée par cette stratégie de labellisation originale en pôle de référence, entre médiation culturelle et stratégie de communication touristique?

Pour répondre à ces questions, nous procéderons à une analyse documentaire du contenu du site web, à l'étude du dossier scientifique déposé dans le cadre de cette labellisation, des visites in-situ et des entretiens avec le conservateur et les personnels du musée. Cette collecte d'information et ces observations directes nous permettront de resituer le cadre actuel de la muséologie et de préciser les régimes de patrimonialisation à l'œuvre, entre découverte d'objets exotiques et (re) définition d'une identité locale.

2 Cadre théorique: musées et communication

Dans la définition du musée que nous proposons en 2017 dans le cadre d'un colloque de l'Icofom à Paris³, nous pouvons retenir quelques points saillants qui sont particulièrement mis en lumière par le musée des Amériques à Auch et qui illustrent les changements récents observés dans les musées. Tout d'abord le musée est un dispositif expographique complexe qui répartit dans ses salles des objets mais aussi des idées et des points de vue. La nouvelle muséologie est venue bouleverser la vision classique du musée européen rassemblant des objets dans un objectif de conservation des traces du passé et de transmission aux générations futures. Le souci du public a ensuite poussé les équipes à se renouveler et à intégrer une dimension sociale ouverte sur les préoccupations de la société et de l'environnement territorial.

Il nous paraît donc utile de rappeler en préambule quelques éléments de réflexion théorique sur l'approche communicationnelle des patrimonialisations, puis sur le tournant communicationnel des musées et enfin sur les stratégies de mise en valeur des territoires par les labellisations, de manière à mettre effectivement en forme la pensée muséale renouvelée en s'identifiant avec l'autre (les publics dans

3 "Le musée est un dispositif expographique qui combine des dimensions spatiales, sémio-techniques et sociales. Les espaces d'exposition et de médiation distribuent des objets, des idées et des points de vue à partir d'objets médiateurs et à destination de publics variés. Lieu de savoirs, lieu de vie, lieu de partage, les musées présentent des caractéristiques différentes mais offrent tous la possibilité de mettre en forme la pensée, de s'identifier avec l'autre, d'imaginer l'ailleurs ou d'interpréter l'ancien" (FRAYSSE, 2017).

le présent), en imaginant l'ailleurs (les Amériques) ou en interprétant l'ancien (le passé précolombien ou le passé gersois plus récent).

2.1 L'approche communicationnelle des patrimonialisations

Les sciences humaines et sociales comme l'histoire ou la géographie mais surtout la sociologie, l'ethnologie et l'anthropologie ont montré depuis une vingtaine d'années que la valeur patrimoniale n'est pas inscrite dans l'objet lui-même mais relève d'un processus, la patrimonialisation, qui conjugue de la transmission (du passé vers le présent) et de l'interprétation (du présent sur le passé). Les sciences de l'information et de la communication ont également participé à ce mouvement théorique de construction sociale et sémiotique de la notion de patrimoine en insistant sur les phénomènes communicationnels (information, documentation, médiation, mises en scène, etc...) à l'origine des conditions et des contextes qui président à la patrimonialité des objets c'est-à-dire au regard différent que porte a posteriori la société sur des objets qui ont perdu leur utilité ou leur fonctionnalité premières.

- **Matériel**

Jean Davallon (2006) a d'abord théorisé la patrimonialisation des objets matériels en postulant qu'une "rupture mémorielle" précède une redécouverte, réelle dans le cas des trouvailles archéologiques suite à une fouille, ou plus symbolique dans le cas d'un changement de regard et d'interprétation. Une "filiation inversée" se met alors en place où le présent se tourne vers le passé pour faire des choix et sélectionner des éléments du passé à patrimonialiser. Un ensemble de procédures vont alors, dans un premier temps, permettre d'institutionnaliser les conditions de sélection, d'étude et de conservation des objets matériels.

Puis, dans un second temps, il s'agit d'activer les traits constitutifs et les valeurs nouvellement créées par des savoirs associés auprès de publics par des actions de diffusion et de médiation. L'objectif étant de tisser un lien symbolique entre le passé, le présent et le futur à partir des traces indicielles des objets matériels issus du passé: "un objet est patrimonial par la pratique qui le constitue comme tel, par l'usage qui en est fait et par les effets qu'il produit" (DAVALLON, 2018, p. 18).

En France, le musée est une de ces institutions qui a permis de procurer aux objets issus du passé un "être patrimonial" (DAVALLON, 2017) et d'établir leur mode d'existence et les conditions de leur compréhension et de leur diffusion vers des publics de plus en plus nombreux et variés. Le musée d'Auch est un des premiers musées créés au moment de la Révolution française. Dès 1793 des collections de tableaux et d'objets issus des saisies révolutionnaires ont constitué le premier fonds

qui a régulièrement été enrichi de dons, d'achats ou de legs, dont en particulier en 1896 une centaine d'objets ramenés des Amériques par un enfant du pays. La simple présence de ces objets, retirés de la vie sociale, dans l'institution muséale modifie leur statut. Leur étude scientifique permettant d'établir leur monde d'origine conforte leur patrimonialité qui va être activée régulièrement par sa diffusion (exposition, médiation) et sa réception sociale (visite, expérience, pratique). Ces processus de signification sont essentiellement communicationnels.

- **Immatériel**

Jean Davallon a récemment (2015) complété son analyse du processus de la patrimonialisation du patrimoine matériel en interrogeant les conditions de la patrimonialisation du patrimoine immatériel qui semble fonctionner différemment. S'il est en effet désormais admis qu'une rupture (mémorielle) entre le monde d'origine des objets patrimoniaux matériels et le monde présent est nécessaire dans la production patrimoniale des objets et des monuments du passé, à l'inverse il semble que cette rupture de mémoire ne soit plus effective avec l'immatériel qui serait au contraire un lien effectif (et affectif) entre le passé et le présent. Le patrimoine immatériel constitué d'idées, de croyances, de savoirs faire est moins facile à montrer et exposer dans un musée. Il a en effet besoin de se manifester dans des rituels ou des manifestations mettant en avant le partage et l'expression d'un groupe. Dans un musée comme celui d'Auch, les collections d'art et traditions populaires peuvent constituer le support de ces rassemblements et de ces ateliers de mémoire. Les anciens pouvant par exemple expliquer aux plus jeunes à quoi servaient ces outils oubliés et de quelles traditions quasi disparues ces objets sont les témoins.

2.2 Le tournant communicationnel des musées

En complément des recherches sur les patrimonialisations, les SIC ont développé un nombre conséquent de recherches en muséologie. En poursuivant les développements de la nouvelle muséologie que les professionnels des musées ont fait émerger dès les années 1970 (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011), une muséologie d'idées et une muséologie de point de vue sont venues compléter la traditionnelle muséologie d'objets. L'extension des notions de musée et de patrimoine a incité les vieux musées à se renouveler en adoptant toute la panoplie des dispositifs de médiation inventés dans les nouveaux musées de société ou les centres d'interprétation et de diffusion de la culture scientifique et technique. Des médiations numériques et des médiations sensorielles sont aujourd'hui au menu de toutes les structures culturelles accueillant du public et désirant se démarquer.

- **Exposition, média et événements**

Les apports principaux des SIC en muséologie ont consisté à mettre en lumière deux nouveautés, l'importance de l'exposition temporaire et la transformation du musée en producteur d'événements susceptibles de le faire rayonner sur le plan médiatique (JACOBI, 2016). En effet depuis la fin du XX^e siècle les musées, eux aussi, sont entrés dans l'ère de la communication et de la séduction des publics (JACOBI, 2017). C'est ainsi que chacun, pour exister dans les médias, est devenu producteur d'exposition temporaire et d'activités culturelles permettant d'animer l'espace muséal. Le musée comme lieu de savoir s'efface inexorablement derrière le musée lieu de vie, acteur culturel du territoire. La politique de labellisation est le résultat visible de ces changements structurels commandés par ce fameux "tournant communicationnel" des musées.

- **Labels**

Les labels sont en effet devenus un levier important de reconnaissance, d'image et de communication. Afficher des logos à l'entrée des musées ou sur la page d'accueil du site web est une pratique largement partagée, encouragée par les élus et poussée par les communicants. Des recherches récentes sur les marques muséales (REGOURD, 2018) ont permis de comprendre comment s'opère cette rencontre entre deux univers a priori ambivalents: le secteur culturel et les musées, d'un côté; la logique de marque, propre au secteur marchand et au management, d'un autre côté. Les musées qui ont fondé leur existence sur des valeurs patrimoniales et scientifiques ont répondu à la demande sociale et aux injonctions des politiques culturelles en s'adaptant et en adoptant les outils de la communication et du marketing. Les équipes des musées se sont étoffées dans ce secteur et ont développé des outils de réflexion stratégique ou purement opérationnels pour créer, auprès des visiteurs ou des publics à conquérir, des comportements favorables à la consommation de l'offre culturelle. Il ne s'agit plus seulement de produire des savoirs et d'essayer de les diffuser, il est impératif en effet, compte tenu des injonctions d'efficacité des tutelles, d'essayer de renverser la logique et de s'adapter à la demande. D'où les études spécifiques sur les publics et l'embauche dans les musées de personnels spécialistes (formés à la sociologie et au marketing). Il s'agit désormais d'équilibrer l'intégrité scientifique et culturelle des collections et du projet muséal avec les impératifs économiques de l'établissement. Pour cela le contrat implicite qui est noué avec les visiteurs doit garantir la qualité de l'offre culturelle et les valeurs de l'institution (LECLERC, 2016).

Les labels actuels du musée d'Auch sont de deux ordres, des labels culturels et scientifiques correspondants aux réseaux des musées (musées de France et musées d'Occitanie) et les labels touristico-culturels (Ville d'art et d'histoire et Grands sites d'Occitanie).

Parmi les logos affichés par le Musée d'Auch, le label “musées de France” est peut-être le plus “performant”. Un des plus répandus dans le monde muséal, ce label apporte une caution scientifique reconnue des publics et des professionnels. Les “musées de France” sont des musées agréés par l'État et bénéficiant prioritairement de son aide, selon les termes de la loi du 4 janvier 2002. Ils ont pour mission permanente de conserver, restaurer, étudier et enrichir leurs collections, de les rendre accessibles au public le plus large, de concevoir et de mettre en œuvre des actions d'éducation et de diffusion visant à assurer l'égal accès de tous à la culture, de contribuer au progrès de la connaissance et de la recherche. Repérables grâce à un logotype, ils participent à la renommée des lieux. À côté de “Musée de France”, le réseau des musées d'Occitanie est différent. Il permet de s'inscrire dans un ensemble régional et de bénéficier d'une communication commune. Animé par les professionnels des musées, il est le pendant culturel d'un autre réseau, plus touristique-économique, celui des “Grands sites d'Occitanie”. À vocation régionale également c'est la collectivité Conseil Régional qui pilote cette initiative rassemblant une collection de 40 sites à découvrir, dont bien évidemment la Ville d'Auch et l'ensemble de ses trésors (Cathédrale Sainte-Marie, escalier monumental, ruelles médiévales, etc...). Enfin le musée contribue et bénéficie du label Ville d'art et d'histoire décerné par le Ministère de la Culture. Comme le soulignait Nicolas Navarro (2016) à propos de ce label des Villes et pays d'art et d'histoire (VPAH), cet affichage des partenariats et des réseaux sous la forme de logo et de signaux d'appartenance à des labels de qualité (scientifiques, culturels et touristiques) témoigne d'une double opérativité symbolique désormais accordée au patrimoine: “À l'intérêt national, opérativité symbolique historiquement mise en œuvre par les politiques patrimoniales, s'ajoute alors une seconde opérativité, illustration d'un intérêt local.” En effet, les collectivités locales revendiquent de plus en plus le patrimoine dans leur stratégie de communication et d'image. Le recours à la compétence patrimoniale permet de construire l'identité du territoire. Pour se démarquer, il ne suffit plus d'additionner les logos mais au contraire de prendre en compte une des spécificités exceptionnelles à vocation universelle et d'en faire un atout majeur en inventant un nouveau label.

3 Le musée d'Auch, pôle de référence des Amériques

Notre étude des médiations des Amériques au musée d'Auch s'appuie d'abord sur la visite du lieu et un long entretien semi-directif avec le conservateur. Cette

immersion a été complétée par une étude documentaire très fournie qui s'est appuyée sur le gros dossier scientifique déposé pour l'obtention des différents labels, sur le luxueux catalogue (FERRER-JOLY, 2020) paru à l'occasion du changement onomastique et muséal, enfin sur l'examen du riche site internet⁴ développé pour accompagner le changement d'image du lieu. Notre méthode pour ces deux derniers items fut essentiellement une étude de contenu qui a permis de mettre en lumière l'importance du virage communicationnel pris par cette institution.

3.1 Changement onomastique, changement communicationnel

L'histoire du musée d'Auch, un des plus anciens musées de France, est d'abord l'histoire d'une errance géographique dans la ville, puisque depuis son ouverture en 1793, il a régulièrement déménagé. Sa création, puis son évolution et ses pérégrinations ne se sont jamais véritablement accompagnées d'une réflexion sur le nom du lieu. Musée d'Auch, musée municipal, musée archéologique, furent d'abord utilisés avant, à partir de 1979, d'être remplacés, sans que cette dénomination ne soit officielle ou officialisée, par "Musée des Jacobins, Musée d'Auch", en référence au couvent des Jacobins dans lequel il est installé, entraînant la patrimonialisation du lieu et sa réhabilitation. La dénomination "Musée d'Auch" plaçait le lieu dans la lignée des musées de voisinage, musées locaux qui se multiplièrent durant la décennie (SOARES, 2015).

• International

La récente réouverture du musée après 18 mois de travaux, a permis aux publics de découvrir un lieu agrandi, réaménagé et modernisé désormais baptisé "Musée des Amériques – Auch". Ce changement de nom est révélateur du tournant communicationnel opéré dans la valorisation des collections du musée et de son territoire. "Ce nom fait référence aux trois sous-continentaux qui forment l'Amérique. Il a pour objet d'évoquer les différentes cultures qui se sont développées du nord du Mexique au sud du Pérou avant la conquête espagnole et que l'on qualifie de précolombiennes." (FERRER-JOLY, 2000, p. 13). De communal, le lieu devient international, d'une envergure locale il passe à une dimension continentale. Son nom convoque l'imaginaire du nouveau monde, l'exotisme, le dépaysement renvoyant le local à la banalité quotidienne et triviale. Le pluriel réfère à la richesse et à la multiplicité des cultures convoquées, loin d'un quotidien banal et connu, il suggère la "rencontre avec l'Autre et l'Ailleurs"⁵.

4 <https://www.ameriques-auch.fr/>.

5 <http://www.quaibrantly.fr/fr/expositions-evenements/au-musee/expositions/details-de-leve>

- **National**

Par ailleurs, autrefois considéré comme un simple musée d'arts et de traditions populaires, complété par des pièces précolombiennes, il est présenté désormais comme le second musée français, après le musée du quai Branly à Paris, en ce qui concerne l'art précolombien. Le dossier de presse, le catalogue, les éléments de communication convergent à décrire le fonds comme "la plus grande collection publique d'art précolombien en France après celle du musée du Quai Branly-Jacques Chirac"⁶. Le dépoussiérage des locaux s'accompagne donc d'une modernisation de la communication qui vise à faire passer le musée d'un statut local à un statut national, appuyé sur (par ?) une thématique internationale. En France, état jacobin, être second derrière Paris, revient à être premier en province, se comparer à Paris, siège du pouvoir politique, économique et bien entendu culturel, témoigne de l'ambition du projet. Il s'agit à la fois de montrer l'importance numérique, historique et artistique de la collection et de donner un ordre de comparaison. "Le musée du quai Branly - Jacques Chirac est l'une des plus riches institutions publiques européennes dédiée à l'étude, à la préservation et à la promotion des arts et civilisations extra-européennes"⁷. Par ricochet, le musée d'Auch prend sa place sur la scène nationale voire européenne et tente de se démarquer des musées municipaux que l'on rencontre dans les villes préfectorales.

- **Local**

Ces changements de points de vue, communicationnels et muséologiques, ne masquent cependant pas le caractère local du musée qui demeure et a été mis en valeur par la nouvelle organisation et mise en scène du lieu. La section "Gascogne" en mettant en visibilité des objets représentatifs de la vie quotidienne du territoire depuis le XVIII^e siècle (vêtements tant féminins que masculins de la naissance à la mort, jeux traditionnels, rugby, tuiles et briques, ustensiles de cuisine) souligne une identité culturelle locale qui s'est développée tout à la fois en mimant les modes parisiennes et bourgeoises et en s'y opposant. Cette singularité est perceptible dans les salles réservées aux arts et traditions populaires locaux mais aussi dans une partie des salles dédiées aux Beaux-Arts qui présentent des oeuvres picturales et sculpturales d'artistes gersois dont certains sont dotés d'un réel talent tel Jean-

nement/e/peintures-des-lointains-37627/.

6 Catalogue, p. 10.

7 <http://www.quaibrantly.fr/fr/collections/toutes-les-collections/histoire-des-collections/>.

Louis Rouméguère qui a peint des paysages gersois sur des tickets de métro et qui est surtout l'auteur d'une série intitulée "Phases de lumière", dix tableaux représentant les effets de la lumière sur des paysages du Gers à différents instants de la journée. Il est intéressant de noter qu'une des médiations ludiques mise en œuvre durant l'été 2021 consistait pour le public familial à retrouver un objet ramené par le fondateur auscitain du musée, Guillaume Pujos, qui aurait été perdu lors des travaux de rénovation. Une série d'énigmes permettait aux visiteurs de regarder différemment et très attentivement l'ensemble des collections et pas uniquement les collections américaines, puisque chaque section du musée faisait l'objet de deux énigmes. La visite ainsi conçue permettait de traverser l'ensemble des pièces à la recherche d'indices disséminés dans les diverses vitrines. La dimension américaine ne prédominait pas, et l'ensemble des sections était mis à l'honneur.

Le renversement d'image qui le fait passer du statut de musée ordinaire à un établissement de stature nationale (voire internationale) s'accompagne donc d'une valorisation réinventée des collections existantes, d'un changement de discours qui se focalise désormais sur le musée lui-même et d'une labellisation ad hoc "pôle national de référence" (FERRER-JOLY, 2017).

3.2 Visibilité / labellisation: ancrage territorial et patrimonialisation

Auch étant une petite ville de province assez ordinaire, les hommes politiques locaux cherchent à lui donner une visibilité sur la scène nationale (voire internationale) et la particularité du fonds est perçue comme un levier de communication. Passer de la dénomination de Musée d'Auch à celle de "Musée des Amériques - Auch", du local à l'international et à l'exotique, pourrait participer à cette mise en visibilité et drainer une manne touristique recherchée⁸. La création, par le sénateur d'Auch, d'un label taillé sur mesure pour mettre en avant au niveau national le musée est une des conséquences de cette volonté politique de mise en visibilité d'un territoire au travers de la valorisation du patrimoine. Ce label, dont la définition prend place dans la section 3 du chapitre 1er du titre V du livre IV du Code du patrimoine est attribué, par le ministre en charge de la culture, dans le but de rassembler, conserver et valoriser des collections non présentées au public, à une personne morale bénéficiant de l'appellation "musée de France" qui en fait la demande. Le Musée des Amériques, première institution à avoir obtenu ce label, a

⁸ On estime en effet que 80% des oeuvres précolombiennes présentes en France sont rassemblées au musée du Quai Branly, que 10% se trouvent au musée des Amériques-Auch et que les 10% restants sont disséminés dans les réserves d'une multitude d'institutions muséales sur le territoire français.

donc la possibilité d'emprunter à d'autres musées des œuvres, en particulier précolombiennes, disséminées un peu partout sur le territoire. Ce label permet donc de conforter la spécialisation d'un musée en favorisant la circulation des pièces. "L'attribution d'un label "Pôle national de référence pour les arts précolombiens" ferait dès lors du musée des Jacobins d'Auch, l'animateur naturel de ces collections dispersées"⁹. On perçoit l'importance pour les musées d'obtenir du ministère de la Culture le plus de labels possible, afin d'une part de bénéficier de subventions mais surtout de prendre place au sein d'un réseau d'échanges qui concourt à leur promotion et qui accentue leur visibilité auprès des publics extérieurs à leur territoire de rattachement.

Les enjeux politiques et surtout économiques sont donc importants, le musée est désormais perçu comme un outil de développement touristique et économique local, comme un élément de valorisation de la ville et du département du Gers. Le label a donc un double objectif, renforcer l'attractivité du musée en étoffant ses collections et redynamiser l'économie touristique en attirant et rassurant de nouveaux touristes.

4 Conclusion

La mise en tourisme du patrimoine muséal est désormais un processus hybride qui combine marketing territorial et narration patrimoniale médiatisée dans une dynamique complexe de jeux d'acteurs et de systèmes de représentations. La démarche de labellisation comme "pôle national de référence" semble venir combler un déficit de notoriété scientifique et culturelle que les précédents labels et distinctions ne permettaient pas d'atteindre. Le musée d'Auch en effet se hisse ainsi à la tête d'un réseau national à vocation internationale. Ce faisant, il atteint quasiment le statut de musée national (sans le titre) et se positionne au niveau du musée du Quai Branly-Jacques Chirac voire du musée du Louvre dont ses "grands départements" jouent ce rôle de pôle de référence pour les autres musées de France.

Si les quatre strates informationnelles, repérées dans notre enquête, se superposent aux collections (Beaux-arts, archéologie antique et médiévale, histoire de la Gascogne et art précolombien), le discours dominant renvoie à l'exotisme des Amériques. Par ailleurs, le renouvellement de la muséologie met désormais en avant une programmation événementielle éclectique et des expositions temporaires focalisées sur les pays d'Amérique latine (le Mexique durant la période automne hiver 2019-2020). Cette volonté d'insister sur une partie de la collection (les

9 Franck Montaugé, <https://www.franckmontauge.fr/poles-nationaux-de-referance-le-decret-d-application-est-signe/>.

objets extra-européens, principalement péruviens) révèle cette ambition d'intégrer un réseau de musées (celui des musées de collections allogènes) : "Ce qui n'aurait pu être pour certains qu'une simple bizarrerie de l'histoire, une originalité presque exotique au pays de d'Artagnan, se révèle dès lors comme une composante importante dans le paysage muséal français pour la valorisation, la conservation et l'étude des collections préhispaniques et coloniales."¹⁰.

L'institutionnalisation de la patrimonialisation de ces objets est désormais suivie d'un processus d'activation et de communication vers les publics (DAVALLON, 2017). La majeure partie des médiations mises en oeuvre tout au long de l'année soulignent le caractère "américain" du musée: expositions¹¹, conférences, visites thématiques font références au fonds américain du musée. Toutefois, une fois le public présent, il est amené à découvrir ou à redécouvrir les autres sections, en particulier la section Gascogne. Les Amériques ne seraient-elles qu'un élément de médiation pour faire découvrir les collections locales? Le prétexte communicationnel ancré dans ce nouveau label de pôle national de référence, agit à la fois sur la production de savoirs mais aussi sur la programmation événementielle à destination des publics.

Il nous semble en outre, au terme de cette étude, que le musée d'Auch en faisant dialoguer du local et de l'international, permet d'illustrer les deux régimes de patrimonialisation définis par Jean Davallon. En effet la redistribution des objets dans l'espace de l'exposition permanente a permis de mieux partager également le savoir associé à ces objets produit par les experts. Ce savoir convoquant des idées que les objets seuls sont incapables d'incarner sans une activation par les publics d'une mémoire sociale encore liée au passé et au monde d'origine de ces objets. Patrimoine et mémoire mettent ainsi en oeuvre du matériel et de l'immatériel.

Referências

DAVALLON, Jean. **Le don du patrimoine**, une approche communicationnelle de la patrimonialisation. Paris: Hermès / Lavoisier, 2006.

DAVALLON, Jean. Mémoire et patrimoine: pour une approche des régimes de patrimonialisation. In: DODEBEL, Vera; TARDY Cécile. **Mémoires et nouveaux patrimoines**. Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponible sur: <https://books.openedition.org/oepp/444>. Consulté le: 30 juin 2019.

10 <https://www.ameriques-auch.fr/copie-de-le-musee>.

11 En décembre 2020, une exposition intitulée (*Her*)*manos*, des clichés de la toulousaine Julie Imbert, qui a photographié les mains des Colombiens pour mieux raconter leur pays ont été dévoilés au public. Pour les enfants, les rendez-vous marionnetiques récurrents avec le Mexique, sont une invitation au voyage, à la rencontre avec une autre culture sous une forme ludique.

DAVALLON, Jean. Penser le patrimoine comme un fait communicationnel. **Sciences de la société**, n. 99, p. 15-30, 2017.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011.

DODEBEI, Vera; TARDY Cécile. **Mémoires et nouveaux patrimoines**. Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponible en: <https://books.openedition.org/oepe/444> . Consulté le: 30 juin 2019.

FERRER-JOLY, Fabien. **Auch Collections** - Musée des Amériques. Éditions Snoeck; Musée des Jacobins, 2020.

FERRER-JOLY, Fabien. Le musée des Jacobins d'Auch : vers la création d'un Pôle national de référence. **Les nouvelles de l'archéologie**, n. 147, 2017. Disponible sur: <http://journals.openedition.org/nda/3756>. Consulté le: 30 juin 2019.

FRAYSSE, Patrick (dir.). **Médiations culturelles innovantes: observations croisées dans deux musées toulousains**. Dijon: Editions de l'OCIM, 2021.

FRAYSSE, Patrick. Du dispositif muséal au complexe expographique autocentré? *In.*: MAIRESSE, François (dir.). **Définir le musée du XXI^e siècle: matériaux pour une discussion**. Paris: Icofom, 2017. p. 69-71.

JACOBI, Daniel. **Les musées sont-ils condamnés à séduire?** Et autres écrits muséologiques. Paris: MKF éditions, 2017.

JACOBI, Daniel. Muséologie et accélération. *In.*: Mairesse François (dir.). **Nouvelles tendances de la muséologie**. Paris: La documentation française, 2016. p. 27-39.

LECLERC, Cyril. **Culture et marketing, l'alliance gagnante?** Mon cher Watson. 2016. Disponible sur: <https://www.moncherwatson.fr/post/2016/06/06/culture-et-marketing-lalliance-gagnante>. Consulté le: 30 juin 2019.

NAVARRO, Nicolas. Le label "Ville et Pays d'art et d'histoire" en France: une double opérativité symbolique du patrimoine. **Communiquer**, v. 16, p. 51-64, 2016.

REGOURD, Martine (dir.) **Marques muséales: un espace public revisité**. Paris: Institut universitaire Varenne; L.G.D.J., 2018.

SOARES, Bruno Brulon. L'invention et la réinvention de la Nouvelle Muséologie. **ICOFOM Study Series**, 2015. Disponible sur: <http://journals.openedition.org/iss/563> . Consulté le: 30 juin 2019.

O cinema documentário como agente histórico: entre a mediação e a construção de conhecimentos¹

Renato Lopes Pessanha², Icléia Thiesen³

1 Introdução

A HISTÓRIA É MARCADA POR UM POTENCIAL IMAGÉTICO ANTERIOR AO PROCESSO DE massificação das imagens ocorrido ao longo do século XX e, desde então, em constante expansão e alcançando novas formas de consolidação ao longo do século XXI.

As imagens constituem as mais diversas formas por meio das quais o ser humano escreveu e transmitiu sua história ao longo do tempo, construindo representações históricas por meio de imagens mentais⁴ advindas em um amplo repertório imagético das coletividades. O repertório imagético das coletividades aqui indicado se baseia na noção de imaginário concebida pelo antropólogo Gilbert Durand, entendida como um empreendimento humano para superar a finitude da morte a partir da criação de estruturas imaginativas. O ser humano assim formaria um arcabouço de símbolos, imagens mentais, figuras míticas e arquétipos, dando origem a um imaginário que garantiria o seu equilíbrio psicossocial. Tal premissa nos permite pensar a imagem a partir do século XX, para além de mera ilustradora

2 Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Contato: nato.86@hotmail.com.

3 Professora Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Contato: icleiathiesen@gmail.com.

4 O filósofo alemão Walter Benjamin emprega de forma recorrente o conceito de imagem como um “lampejo” que capta o passado quanto mais longe ele se encontra no tempo e no espaço. Em suas teses “Sobre o conceito de história” Benjamin nega a inviabilidade de captar o passado “tal como ele de fato foi”, para criar uma apropriação do mesmo, por meio da forma como a recordação “relampeja no momento de um perigo”. O passado seria aquilo que se percebe no instante presente em que essa imagem lampeja tal qual o flash de uma câmera, sendo o passado um instantâneo, captado como uma efemeridade que ganha sua vida e seu movimento na imagem gerada por esse lampejo, que traz à luz um novo conhecimento ancorado naquilo que o presente revela Cf. BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: __ **Magia e técnica. Arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 241-252.

de ideias superficialmente racionais, pois o repertório imagético das coletividades que se amplia pela profusão de imagens propaladas pelo cinema e a fotografia, nos remete a processos mais profundos no que tange à coesão das coletividades e às manifestações do inconsciente que ganham novas imagens e ressignificam outras tantas que já habitam o imaginário (DURAND, 2002, p. 16-17).

Cinema e história estão relacionados pela mescla de elementos presentes nos discursos históricos de origem acadêmica e dos elementos presentes no repertório imagético das coletividades. Esse imaginário é apropriado por discursos políticos oficiais ou mesmo contra-hegemônicos em favor de causas políticas, acabando por fazer do filme um agente histórico que dá forma ou mesmo orienta os usos políticos do passado. O filme como agente histórico atua como mediador das relações do presente com o passado, vitais para a construção de conhecimentos a partir das representações do passado que tendem a se incorporar à memória coletiva, criando imagens mentais de um passado e contribuindo para o reenquadramento da memória pela História (POLLAK, 1989). Quando do lançamento do filme em um circuito de exibição, o público tem a possibilidade de se apropriar criticamente do filme e ressignificá-lo, tendo em vista que o espectador não é um agente passivo, mero “receptáculo” de informações transmitidas pelo filme, que são efetivamente concatenadas por um discurso idealizado por seus realizadores.

As imagens têm um papel fundante para a difusão e compreensão das narrativas históricas junto ao grande público. O cinema se emancipa de sua função de instrumento técnico a partir do momento que as narrativas cinematográficas se tornam mais complexas, em termos estilísticos (XAVIER, p. 26-27), construindo representações que estão no cerne da fundação da linguagem clássica do cinema⁵.

Fruto da separação estética, industrial e comercial do cinema de ficção, o documentário representa um caso que gera profundas inflexões no tocante ao enquadramento da história e da memória pelo cinema, já que tendia a ser tratado como uma fonte privilegiada para a análise histórica por executar uma reprodução do real advinda do fato em seu tempo de ocorrência. Convencionou-se chamar a isso de registro da realidade, todavia a manipulação do aspecto temporal, que inclusive permite a aproximação ou o diálogo entre espaços distintos de filmagem, faz

5 A linguagem clássica do cinema constitui o processo por meio do qual o cinema emprega recursos que implicam em manipulação temporal e espacial por meio de recursos tais como o enquadramento da imagem, o movimento de câmera, edição, montagem, sonorização, cenário, iluminação, criando a sensação, por parte do espectador, de uma ambientação. Por meio do emprego dos recursos elementares da linguagem clássica do cinema outros estilos, ou escolas cinematográficas, surgem ao longo das décadas, tendencialmente atrelados a novas demandas, movimentos artísticos, inspirações políticas, etc.

com que a imagem do documentário passe a ser vista a partir de um processo de indexação, sendo mais um mediador do que necessariamente objeto privilegiado (ROSENSTONE, 2015, p. 109). A imagem do cinema documentário passa desde então a ser compreendida como representação, meio e discurso sem nenhum status que o coloque, por exemplo, em uma condição superior se comparado à ficção (RAMOS, 2012, p. 22-23).

O filme, seja ele de ficção ou documentário, também é um projeto de instrumentalização, reforçando a ideia de que rememorar ou revisitar o passado não é algo aleatório. Esse atrelamento do filme à realidade concreta dos atores históricos contribui para se pensar o passado enquanto uma demanda do presente, e o próprio filme como um elemento que evidencia preocupações vivas do tempo em que ele é produzido.

O filme documentário, extrapolando os limites do factual e do registro *in loco*, nos remete ao caráter memorialístico contido nas representações da imagem do cinema documentário: qual a ética ou as práticas éticas envolvidas na articulação do discurso do documentário? Como a relação ética e estética dessa forma de mediação nos permite erigir conhecimentos sobre a reconstrução memorialística articulada ao discurso histórico? Como essa intenção passa a ser construída no âmbito de relação entre a proposta fílmica, tal como defendida por seus realizadores, e como o público ressignifica essa proposta no âmbito de diferentes contextos sociais? O caráter informativo, como também o memorialístico e o historiográfico da produção fílmica será caracterizado através da análise de “Cabra marcado para morrer”, de Eduardo Coutinho.

A presente comunicação tem por objetivo analisar o documentário “Cabra marcado para morrer” (CABRA, 1984), para além de mera extensão do real e/ou dotado de pretensa verdade objetiva. A metodologia aqui empregada parte da análise das fontes utilizadas em sua produção, dos elementos intrínsecos a sua narrativa, conceituação das opções estéticas empregadas, bem como dos relatos orais expressos pelos personagens de ambas as narrativas e a forma como o diretor Eduardo Coutinho pratica um radicalismo ético e estético no tratamento de seus interlocutores que se propõem a narrar suas trajetórias entre a luta camponesa e a perseguição empreendida pela ditadura civil-militar implantada no Brasil em abril de 1964 que duraria 21 anos.

“Cabra marcado para morrer” emerge como um agente histórico que forja imagens mentais, a partir dos processos de reconstrução da memória, atuando como mediadoras dos processos históricos da história recente do Brasil por meio de uma leitura crítica acerca da própria forma de fazer documentários. Os processos de mediação entre Coutinho, seus interlocutores e o público são vistos aqui

como inter-relações que contribuem para a circulação dos saberes, a reconstrução de memórias coletivas e individuais, no âmbito dos fluxos de informação-comunicação (DAVALLON, 2007).

2 Cabra marcado para morrer: mediação entre a história e a memória

No caso de coletâneas, os artigos (incluindo notas e referências) devem ter, no mínimo, 5.500 e, no máximo, 7.500 palavras. Não inserir paginação.

“Cabra marcado para morrer” é um filme que habita o imaginário nacional, também é uma obra que pode ser encarada como de referência para o gênero documentário. Paradigmático, o filme de Eduardo Coutinho integra parte de experiência pedagógica fundamental para entender passagens importantes da história do Brasil no século XX. “Cabra marcado para morrer” também está no centro de profundas discussões sobre as possibilidades da representação histórica por meio da linguagem do cinema documentário em seu enquadramento da memória, seja ela uma memória coletiva ou individual.

O documentário de Eduardo Coutinho incorpora elementos advindos da crise das grandes narrativas e da desconfiança em relação à história oficial, que emergem do pós-Segunda Guerra Mundial, optando por ater seu foco no testemunho daqueles que são considerados os vencidos da história, os sujeitos anônimos que são os atores sociais da história vista de baixo (REIS, 2012). Ao adotar essa postura Coutinho acaba por romper com a tendência do documentário nacional em seu modelo sociológico de representação, no qual os registros apresentados eram dotados de uma objetividade e verdade inequívocas atestadas pelas imagens exibidas combinadas com a voz em *off* de um narrador onisciente que ditava pedagogicamente a informação ilustrada por meio de imagens (BERNARDET, 2003). Gervaiseau indica outro elemento importante da diferenciação de “Cabra marcado para morrer” em relação às tendências do documentário nacional, que é sua contraposição ao documentário militante “que tende a fazer uma fusão ou adesão não problematizada do ponto de vista do realizador com o ponto de vista do grupo ou da comunidade retratada sobre a questão que se discute” (GERVAISEAU, 2007, p. 220). O filme de Coutinho adota uma postura de criticidade para assinalar que a relação com a alteridade de classe pode ser muito mais problemática, escolhendo mostrar em sua narrativa os impactos e a construção de significados advindos desse encontro, no caso de “Cabra marcado para morrer” os camponeses que serão seus interlocutores.

No filme de Eduardo Coutinho observa-se a convergência de quatro acontecimentos: o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, por fazendeiros da

região de Sapé, na Paraíba⁶, a realização do então filme de ficção “Cabra Marcada para morrer” (1964), dirigido por Eduardo Coutinho e realizado pelo Centro Popular de Cultura da UNE (CPC) que seria a dramatização da trajetória de João Pedro cujas filmagens começaram no início de 1964 no Engenho da Galiléia⁷; a interrupção das filmagens em decorrência do golpe civil-militar em abril de 1964; e a retomada do tema, dessa em vez em uma linguagem de documentário, por Eduardo Coutinho em 1981, quando o diretor decide revisitar o local das filmagens e exibir para os moradores as cenas do filme de ficção não finalizado. O documentário finalizado seria lançado em 1984. Para efeitos de classificação, quando nos referirmos a versão em ficção de 1964, ela será citada como *Cabra/64*, quando nos referirmos a versão em documentário de 1984 a citaremos como *Cabra/84*⁸

Tanto o *Cabra/64*, quanto o *Cabra/84*, trazem em suas narrativas um comentário sobre a emergência das organizações camponesas entre as décadas de 50 e 60. Coutinho abre o *Cabra/84* pontuando, de acordo com o contexto da época, a entrada do capitalismo no meio rural, que acaba por transformar as relações de produção e trabalho. A pobreza e a exploração dos pequenos agricultores ganham uma nova dimensão que, conforme Fernando Antônio Azevedo, se dá pela entrada do capital na estrutura fundiária que desarticula “as relações não-capitalistas da grande propriedade”, afetando as formas arcaicas de trabalho “baseada na economia mercantil simples” (AZEVEDO, 1982, p. 22).

A Liga Camponesa de Engenho da Galiléia foi a precursora de um modelo de organização social e econômica no Brasil, como nos diz Elide Rugai, em que a reivindicação e luta dos camponeses “não é por qualquer terra, mas sim uma luta pela terra que tem incorporado o seu trabalho. Nesse sentido, não se trata de uma luta pequeno-burguesa pela propriedade, mas sim uma luta pelo objeto e meio de seu trabalho” (BASTOS, 1984, p. 21). Camponeses e lavradores lutavam para não serem alienados da terra, que não era só um meio de subsistência, mas sim um elemento fundamental de sua existência, além do seu significado para a comunidade, lugar no qual todos produzem e compartilham os bens colhidos.

6 João Pedro Teixeira era um ativo líder das Ligas Camponesas. Foi o responsável por fundar a primeira Liga Camponesa da Paraíba, a Liga de Sapé. Seu assassinato ocorreu em 02/04/1962 a mando de fazendeiros locais.

7 Devido a conflitos entre fazendeiros e camponeses na região de Sapé, na Paraíba, local em que João Pedro Teixeira foi assassinado, as filmagens foram realizadas no Engenho Galiléia, situado na cidade de Vitória do Santo Antão, em Pernambuco.

8 Optamos por seguir um modo de identificação já empregada por Consuelo Lins Cf. LINS, Consuelo. **O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2004.

O intuito de Coutinho era, a partir da exibição das cenas do filme de ficção inacabado, o *Cabra/64*, rever e conversar com camponeses que desempenharam o papel de atores na produção de 1964, além de procurar saber o paradeiro da viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira, e seus oito filhos, que não eram vistos desde a sua fuga, junto com a equipe de filmagens, após o golpe civil-militar que resultou na apreensão de parte do equipamento e do material filmado, além da prisão e tortura de diversas lideranças camponesas. Ao retornar ao Engenho da Galileia, Coutinho está, de certa forma, prestando contas à comunidade camponesa para quem os conflitos violentos que ocorrem no campo e a defesa da reforma agrária, questões que são abordadas na narrativa do *Cabra/64*, são temas caros e que, ao mesmo tempo, encerram sua identidade e suas memórias enquanto coletividade.

A narrativa do *Cabra/84*, por sua vez, é um documentário sobre o filme de ficção *Cabra/64* abortado em abril de 1964 em decorrência do golpe civil-militar. A opção pela linguagem do documentário feita pelo diretor Eduardo Coutinho promove uma espécie de trabalho heurístico, a partir do qual memórias coletivas e individuais estão circunscritas a partir do assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, sendo reconstruídas e revisitadas a partir da análise temporal por meio da qual o diretor aborda as mudanças transcorridas entre o longa de ficção incluído e o documentário que retoma o tema. As interrogações sobre esse acontecimento que move a narrativa do filme de Coutinho são a expressão da correlação passado-presente construída a partir do diálogo do diretor com seus interlocutores e que representam também o hiato entre o *Cabra/64* e o *Cabra/84*. Os testemunhos por meio dos quais emergem as memórias em torno do assassinato de João Pedro são aquilo que Maurice Halbwachs evoca como formas para “reforçar ou enfraquecer e também completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós” (HALBWACHS, 2003, p. 29). O que faz desse episódio um acontecimento tão fundante para a memória da comunidade camponeses é o seu potencial de relacionar as trajetórias individuais por meio da lembrança e do imaginário coletivo, elemento que Pollak considera essencial para a formação da memória coletiva:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que

ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorre um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

Enquanto agente externo, Coutinho propõe uma análise do impacto de sua presença na forma como os atores sociais em questão, nesse caso os camponeses, passam a representar e a se localizar em relação ao acontecimento-chave entranhado na memória coletiva do grupo. Essa dinâmica, segundo Gervaiseau, é a arte e o trunfo do *Cabra/84*:

A grande arte do filme de Coutinho vai ser a de tecer, pela montagem, os meandros da vasta rede de trajetórias que ligam o assassinato, e o projeto antigo de reconstituição cinematográfica de seu contexto sócio-histórico, ao presente da filmagem. Podemos dizer que se trata, em outras palavras, de observar as mudanças que se registraram entre a filmagem do primeiro *Cabra* marcado para morrer e a filmagem do segundo, a fim de poder estabelecer o percurso de uma trajetória e, simultaneamente, instituir uma memória desse percurso (GERVAISEAU, 2007, p. 221).

As relações entre memórias individuais e coletivas e as nuances que estas apresentam durante o processo de reconstrução empreendido por Coutinho são o resultado de uma relação ética-estética que o diretor estabelece com seus interlocutores, que acaba por determinar uma proposta estética que “atua na desconstrução de uma concepção do cinema documentário em que a verdade e a realidade já estariam dadas por si só, cabendo ao documentarista apenas registrá-las a partir dos tipos que são representativos de modelos de análise generalizantes” (PESSANHA, 2021, p. 60).

A ética de Coutinho diante de seus interlocutores e da forma como os apresenta ao público tem claras implicações estéticas que vão além daquelas promovidas por um cinema documentário que rechaça o modelo sociológico. As opções de Coutinho são a prática de um radicalismo ético-estético como componente fundamental no processo de mediação entre ele e seus interlocutores e junto ao público. O diretor opta pela “desconstrução de uma concepção do cinema documentário

em que a verdade e a realidade já estariam dadas por si só”, favorecendo os saberes e as experiências que passam a atuar no âmbito da reconstrução das memórias, individuais e coletivas, “fazendo emergir outras possibilidades de representação que dão uma forma diferente as vozes de seus interlocutores” (PESSANHA, 2021, p. 60). Nas palavras do próprio Eduardo Coutinho

Essa negociação que preside a muitas das entrevistas e depoimentos – prefiro chamar de conversas, porque entrevista, depoimento, pressupõe uma formalização que destrói o clima de diálogo espontâneo, que é importante – não está, jamais, na perspectiva, por exemplo, da televisão e da maioria dos documentários [...]. Mas o documentário, ao contrário do que os ingênuos pensam, e grande parte do público pensa, não é a filmagem de verdade. Admitindo-se que possa existir uma verdade, o que o documentário pode pressupor, nos seus melhores casos – e isso já foi dito por muita gente – é a verdade da filmagem (COUTINHO, 2013, p. 22).

A “conversação” que Coutinho estabelece com seus interlocutores, no caso do *Cabra/84*, sobre suas memórias e trajetórias na militância da luta camponesa, advém de um processo de mediação que corporifica os traços históricos, políticos e sociais desses homens e mulheres em um contexto de exceção, conforme analisa Lamizet citado por Thiesen (2017, p. 114):

As formas de mediação, institucionais ou simbólicas, são as formas que mostram a sua concretização e que, conseqüentemente, a tornam perceptível e inteligível para quem pertence à sociabilidade. Sem uma linguagem formal e sem uma lógica de representação, a mediação permaneceria opaca e sem sentido para aqueles que têm que representar sua filiação social e política. As formas de mediação são as formas pelas quais nosso pertencimento deixa de ser apenas um objeto de conhecimento do qual somos portadores, para se tornar um objeto de representação” (LAMIZET, 1999, p. 12).

Os atos de mediação em curso no filme de Coutinho não escondem sua intencionalidade e reforçam a afirmação segundo a qual “o saber e o sentido não são jamais dados, mas elaborados” (JEANNERET, 2008, p. 38). Na seqüência de sua argumentação, o autor explica que

Durante muito tempo, uma pluralidade de atos de mediação foi realiza-

da por uma série de atores; mais recentemente, dispositivos de mediação (aliás muito diversos), treinamentos, técnicas, objetos profissionalizaram e de certa forma politizaram essa realidade atual: como quer que seja, todos esses gestos, amadores e profissionais, têm uma dimensão simbólica (Dufrene e Gellereau, 2001). Eles desenham objetos, definem relações com a cultura, promovem posturas, legitimam normas (JEANNERET, 2008, p. 39).

A postura adotada por Coutinho, e que será uma constante em sua carreira de documentarista, gera uma inflexão na própria atitude diante do entendimento ético e estético comumente atribuído ao documentário: um meio imparcial e objetivo de transmitir a verdade. O filme documentário não constitui um meio privilegiado no processo de estudo das representações históricas. Insistir nessa premissa acaba por reduzi-lo a uma mera fonte ilustrativa daquilo que já foi veiculado pela história escrita. Embora não devamos ignorar que tanto o filme documentário quanto o discurso historiográfico compartilham de práticas no que tange a pesquisa e tratamentos dispensados a fontes que ambos têm em comum, eles também podem estar investidos de uma premissa historicista que os qualifica como esforços para expressar os fatos tal como aconteceram. Essa equivocada premissa, no caso do *Cabra/84*, não é capaz de dar conta da própria dinâmica memorialística que envolve sua gênese. Como assinala Leonilde Medeiros, “o documentário revela uma experiência fílmica bastante singular, na qual o cineasta se tornou protagonista, produtor de novos fatos e não apenas um mero narrador de uma história pré-construída, a partir de um roteiro delimitado” (MEDEIROS, 2017, p. 12).

Em uma perspectiva tradicional do documentário e, até mesmo, em uma visão historicista, a prática de Coutinho seria, no mínimo, condenável, por não retratar a história com objetividade e distanciamento. O filme documentário que parte da problematização e de uma história-problema constitui dois exemplos da guinada epistemológica fundante de novas práticas discursivas em diversos âmbitos. Filmes documentários, que abordem ou não um tema histórico, não guardam nenhuma primazia em relação à análise histórica se comparados ao filme de ficção. Como indica Rosenstone:

De fato, sob certos aspectos, o documentário se parece tanto com a história escrita que dificilmente parece apontar, ou pelo menos em uma escala bem menor do que o longa-metragem de ficção, para uma nova maneira de pensar sobre o passado. O paralelo ou a proximidade entre a história tradicional e o documentário, sem dúvida, é responsável pelo

fato de historiadores, jornalistas e o público em geral confiarem muito mais no documentário do que no longa-metragem dramático (ROSENSTONE, 2015, p. 110).

Em *Cabra/84* Coutinho vai na contramão das tendências mundiais de fazer e pensar o cinema documentário, como o é o cinema direto⁹, e assume seu lugar de agente ativo do processo que busca a convergência da experiência da comunidade camponesa com as trajetórias individuais daqueles que participaram da primeira filmagem. Aliado a isso, Coutinho faz da sua própria experiência em provocar esses encontros e mexer nessas memórias que tangem as experiências individuais, registradas em conversações, um estudo sobre a mudança das relações compreendidas no espaço de tempo entre o primeiro filme em formato de ficção e o segundo filme em formato de documentário.

A forma como a memória coletiva e as de Coutinho dialogam sobre o assassinato de João Pedro Teixeira expõe ambiguidades, contradições, traumas que estão no cerne das diferentes representações sobre a experiência coletiva da comunidade diante desse acontecimento. Aqui entendemos o conceito de representação tal como assinalado por Roger Chartier - um campo no qual a cultura se torna uma luta por “representações coletivas”, concebendo-a para além das suas relações materiais, como uma relação de forças a partir da qual essas condições materiais são pensadas, refletidas e redefinidas através da ação do ser humano na sociedade, interferindo em seu mundo por meio das instâncias relacionadas a um poder simbólico. Ainda em Chartier as representações erigidas por indivíduos, ou por grupos, expressam a relação dialética que há entre um significado (subjetividade das representações) e o seu referente (formado a partir da relação entre as provas materiais objetivas, tais como documentos e a realidade social), de modo que a linguagem é fruto de uma percepção que dê conta de expressar o fato representado e não o contrário (CHARTIER, 1988, p.17-19). A mediação entre os documentos e a realidade social se evidencia nesse processo e dá substância à narrativa cinematográfica.

O processo de criar e analisar re-apresentações históricas por meio de narrati-

9 Por cinema direto entende-se um gênero de documentário cuja premissa é captar a realidade tal qual ela se apresenta, sem ilustrações ou intermediações didáticas, aproximando-se o máximo possível do fato em andamento. Tal premissa foi desenvolvida entre fins dos anos 50 e início dos 60, a partir de novas tecnologias que surgem, como equipamentos mais leves e gravadores capazes de sincronizar a imagem com a fita magnética do som responsável por captar falas e sons do ambiente. O cinema direto primava por ser um registro estritamente mecânico da realidade em curso. Cf. DA-RIN, Silvio. “A invenção de uma escrita documental” In **O Espelho Partido: tradição e transformação do documentário**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004. pp.109-132.

vas guarda também uma relação de ambiguidade, como assinala Carlo Ginzburg:

...a representação faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro lado, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar (GINZBURG, 2001, p. 85).

Pelo prisma da História Cultural, as representações partem de uma premissa racional atrelada a um projeto ideológico que cria as práticas de apropriação dos valores, códigos e históricos das mentalidades, aquilo que embora ausente em sua essência é concreto em sua prática e manifestação, uma relação de significante e significado que permeia o tecido social. Podemos assinalar que ambas as narrativas, do documentário e da história, são produtos das práticas de representação que dizem respeito às coletividades, onde tão importante quanto a produção material de uma cultura é a necessidade de atuar em níveis simbólicos.

Documentário e narrativa histórica não são reflexos exatos, mas sim representações da realidade, muito mais do que concepções literais. Então, em quais esferas e de que forma o discurso narrativo do documentário e da história atuam junto ao processo de leitura de aspectos da realidade? É possível mensurar essa ação pelo poder que ambas as narrativas têm de criar práticas de representação que dizem respeito às coletividades. Em Cabra/84 o registro em imagens das conversações de Coutinho com seus interlocutores ajuda a dar forma às camadas de significados entre a identidade desses indivíduos enquanto pertencentes a uma coletividade e a forma como cada um reconstrói suas lembranças individuais atreladas à representação coletiva comum - o assassinato de João Pedro Teixeira. Este é o acontecimento fundante dessa memória coletiva, pela qual perpassam as identidades individuais. Essa comunidade de vencidos se inscreve por meio das imagens que tornam público sua luta e seu luto, seja por João Pedro Teixeira, por outros companheiros mortos ou desaparecidos. Halbwachs nos diz que “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembrados por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2003, p. 30).

O assassinato do líder camponês é um elemento pulsante do imaginário coletivo da comunidade de camponeses e é invocado como imagem mental que para cada interlocutor representa uma memória, um sentimento, uma angústia. Para Manoel Serafim, companheiro de João Pedro na Liga de Sapé, o assassinato do ami-

go constitui uma experiência de perplexidade. Nas suas palavras “... aquela tristeza arrancando assim aquela vida com aquela saudade, que tem, que existe saudade sem alegria, aquela saudade com tristeza”. Para a viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira, o assassinato do marido representou uma experiência de desterro, pois ela seguiu na luta camponesa, com a violência do golpe civil-militar de 1964 se viu obrigada a entrar para a clandestinidade, mudar de novo, perdeu contato com seus filhos, com seus companheiros de luta e com a comunidade na qual vivia. Para Coutinho a imagem mental de João Pedro representava uma memória, mas também uma história que precisava ser contada e, principalmente, a possibilidade de entender o trajeto que seus personagens percorreram entre o Cabra/64 e o Cabra/84 O único jeito, para Coutinho, de reconstruir essa memória estava em entender os itinerários que elas percorreram entre um projeto e outro.

Aquela que é considerada a grande síntese do filme, o reencontro de Elizabeth Teixeira, desaparecida desde a interrupção das filmagens em abril de 1964, expõe essa memória subterrânea, na definição de Pollak. Na cena do reencontro com Elizabeth vemos esse rito que transforma o “não-dito” da memória subterrânea em uma experiência a ser verbalizada. Abraão era o único dos oito filhos de Elizabeth Teixeira que sabia da localização da mãe na cidade de São Rafael, no Rio Grande do Norte, no período em que esteve ausente. Para esse reencontro Coutinho traz consigo fotografias das filmagens do Cabra/64. Uma atmosfera tensa se instala quando Abraão pede que a mãe agradeça a abertura política promovida pelo General Figueiredo, que ressalte que governo nenhum serve ao pobre. E também demonstra a preocupação se Eduardo Coutinho irá tornar público seu pedido, ao que Coutinho responde positivamente, Elizabeth Teixeira sai da clandestinidade, assume novamente sua identidade e passa a dar vazão às suas memórias subterrâneas mediante a interação com Eduardo Coutinho, que sempre está em cena, no mesmo enquadramento de seus interlocutores.

João Pedro Teixeira foi morto, eliminado, seus vestígios físicos apagados, enquanto sua viúva sofreu uma violência tanto física quanto simbólica, sem a oportunidade de ter um lugar, um espaço para registrar sua memória, relatar sua experiência. Elizabeth Teixeira sofre a violência do silêncio e seu reencontro com Coutinho, o agente provocador de memórias, traz à tona suas memórias, por meio da linguagem do cinema documentário. O elemento do tempo presente, por meio da mediação de Coutinho, acionou as memórias de Elizabeth e restaurou sua demanda por memória e passado, ou como nos diz Pollak sobre os tempos de emergência das memórias subterrâneas:

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias

marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente. Deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização (POLLAK, 1989, p. 8-9).

3 À guisa de conclusão

Passado e presente se unem e um novo significado é construído emblematicamente na cena final do *Cabra/84*, quando Coutinho e sua equipe se despedem de Elizabeth Teixeira. Esta faz um discurso inesperado, declara que a luta continua porque as condições de desigualdade e violência permanecem as mesmas e conclama a um projeto político para uma nova possibilidade de futuro. Essa já não é mais a mesma Elizabeth do início da filmagem, sua memória agora está inscrita de forma pública, sua trajetória registrada, ela se reconhece como sobrevivente. Sua memória individual se inscreve agora na coletividade e um novo imaginário emerge do discurso síntese de Elizabeth Teixeira, ela é a representação e mediação dessa memória calada que alcança o nível de representação histórica. *Cabra/84* marca o ápice da mediação, promovida pelo documentário, entre a história e a memória para essa comunidade de camponeses que está à margem da história oficial.

João Pedro Teixeira se inscreve no imaginário coletivo enquanto um exemplo de liderança a ser evocado. Contudo, a comunidade camponesa circunscrita no acontecimento que foi seu assassinado passa a ser, por meio do filme de Coutinho, parte do repertório imagético ao qual inevitavelmente se remete diante da necessidade de uma análise de trajetórias de lutas no campo. *Cabra/84* e a saga dos camponeses do Engenho Galileia se confundem e passam a formar uma imagem mental das lutas do campo, por meio da qual acessamos a memória coletiva dessa comunidade.

Cabra/84 é uma expressão de movimento da memória, uma representação

atualizadora da memória. Marca os itinerários de um acontecimento histórico e reconhece a ambiguidade do ato de relembrar e relatar o que se lembra. Coutinho não julga seus interlocutores, mas lhes fornece um meio para que tudo, desde as contradições, passando pelas afinidades, fique devidamente registrado. O documentário de Coutinho é hoje reconhecido como um dos mais importantes agentes históricos do cinema nacional recente e um eloquente estudo de evolução de subjetividades em uma dimensão sócio-histórica. Fruto de diversos processos de mediação, a obra aqui analisada constitui um elemento de inteligibilidade de pertencimento social e político que retira essa experiência da invisibilidade.

Referências

- AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BASTOS, Élide. **Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica. Arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CABRA marcado para morrer. Eduardo Coutinho/Vladimir Carvalho. Brasil, 1984. DVD.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1988.
- COUTINHO, Eduardo. A verdade da filmagem. *In*: OHATA, Milton (org.). **Eduardo Coutinho**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 14-20.
- DA-RIN, Silvio. “A invenção de uma escrita documental”. *In*: **O Espelho Partido: tradição e transformação do documentário**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004. p. 109-132.
- DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo?. **Prisma.com**, Portugal, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61109>. Acesso em: 04 jul. 2021.
- DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1988.

GERVAISEAU, Henri Arraes. Entrelaçamentos: Cabra Marcado para morrer. *In*: CAPELATO, Maria Helena *et al.* **História e cinema**: dimensões históricas do audiovisual. São Paulo: Alameda, 2007. p.219-235.

GERVAISEAU, Henri Arraes. **O abrigo do tempo**: abordagens cinematográficas da passagem do tempo. São Paulo: Alameda, 2012.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia e a coisa. *In*: GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de: Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85-103.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

JEANNERET, Yves. **Penser la trivialité**: la vie triviale des êtres culturels. Paris: Hermès sciences publications, v.1, 2008.

LAMIZET, Bernard. **La médiation culturelle**. Paris: L'Harmattan, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Revisitando Cabra marcado para morrer. *In*: **Cabra marcado para morrer**. Rio de Janeiro: 7Letras. 2017.

PESSANHA, R.L. Ética e estética em Eduardo Coutinho e o caso Cabra marcado para morrer. **Revista Anima**, v. 8, p. 52-67, 2021.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal...o que é mesmo documentário?** São Paulo: Editora Senac, 2013.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

THIESEN, Icléia. Mémoire sociale et médiation de l'histoire. **Sciences de la Société**, n. 99, Presses Universitaire du Midi, 2017, p. 108-121.

XAVIER, Ismail. **Sétima Arte**: um culto moderno - o idealismo estético e o cinema. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

**Mediação e dispositivos info-
comunicacionais / Médiation et
dispositifs info-communicationnels**

Histoire d'herbier, histoire d'université: l'herbier de l'Université de Toulouse comme document

Nathalie Sejalon-Delmas¹, Viviane Couzinet²

1 Introduction

SI L'ENSEIGNEMENT DES SCIENCES ET DE LA PHARMACIE A DÉMARRÉ AU XIII^E SIÈCLE à Toulouse, l'histoire de son Université a été impactée par l'histoire de France. Le dernier événement le plus marquant a été sa suppression lors de la Révolution Française. En 1811, le décret Napoléonien a permis la restauration des facultés mais l'Université n'a été recréée qu'en 1896. Dans ce laps de temps, les facultés se sont organisées en chaires d'enseignement avec un partage de la botanique entre la faculté de médecine et pharmacie et la faculté des sciences. C'est à ce moment-là que sont constitués les premiers herbiers.

Au premier abord les herbiers peuvent être considérés comme des documents intentionnels. Ils présentent la particularité d'être des objets en trois dimensions accompagnés d'informations secondaires qui permettent de les identifier. Ils font partie des matériaux d'observation pour l'enseignement et pour étudier la biologie végétale et la pharmacie. Cependant la variété documentaire utilisée par les historiens (COUZINET, 2004), les archéologues ou les ethnologues comme des textes mais aussi des graines, des plantes fossilisées nous invite à interroger les herbiers au-delà de la fonction qui leur est habituellement attribuée.

A l'Université des sciences et de médecine, Toulouse III-Paul Sabatier, les plus anciens sont conservés depuis la fin du XIX^e siècle. Ils appartiennent au patrimoine scientifique. Depuis deux siècles ils ont été rejoints par d'autres, produits par des professeurs, par des étudiants ou acquis. Ils constituent actuellement une collec-

1 Maîtresse de conférences Habilitée à diriger des recherches ; Laboratoire de Recherches en Sciences Végétales ; Faculté des Sciences et Ingénierie ; Université Toulouse III-Paul Sabatier. Contact : Nathalie.sejalon-delmas@univ-tlse3.fr.

2 Professeur émérite des universités ; Sciences de l'information et de la communication ; Université Toulouse III-Paul Sabatier IUT ; Laboratoire d'études et de recherches appliquées en sciences sociales LERASS. Contact: viviane.couzinet@iut-tlse3.fr.

tion d'environ 70 herbiers. Peut-on à travers leur analyse mettre en lumière des options thématiques, géographiques ou institutionnelles de cette Université? Sont-ils porteurs de traces des événements qui l'ont jalonnée? Autrement dit l'analyse des herbiers permet-elle de comprendre des choix passés? Peut-on alors préciser leur catégorie documentaire?

Après avoir rappelé les définitions du mot hercier et fait le point sur les recherches dont ils sont l'objet, nous rappellerons ce qui constitue la valeur documentaire. Notre analyse interdisciplinaire s'inscrit dans la biologie végétale et dans les sciences de l'information et de la communication (SIC). L'approche est documentologique dans le sens où elle se focalise sur la fabrication des herbiers et sur leur interrogation comme corpus de recherche. Les résultats attendus devraient nous permettre de donner des éléments de discussion visant à préciser la partition entre document par intention et document par attribution apportée par Meyriat dans l'approche sociale du document.

2 Les herbiers

2.1 Définitions

Le mot hercier dans son sens le plus ancien (XII^e siècle) désigne, en France, un terrain herbeux. En Normandie et en Picardie il est employé comme synonyme d'herbes et mauvaises herbes. Un peu plus tard il sert à nommer le métier encore actuel d'herboriste. Il a aussi été utilisé pour désigner la pause des ruminants et le fenil, lieu dans lequel on conserve l'herbe coupée pour le bétail (1771). Parallèlement au cours du XV^e siècle c'est un ouvrage qui traite des plantes, sens emprunté au bas latin herbarium, qui donne celui de collection de plantes conservées, séchées puis de collection de dessins de plantes (1783) (REY, 1995).

Sa fonction première est médicinale. Dans les hôpitaux il est, dans les apothicaireries, un ouvrage sur l'emploi des simples et sur le rôle de la phytothérapie dans les soins aux personnes.

On retrouve de nos jours ces différents sens pour désigner des collections de plantes séchées, comme l'hercier de l'Université de Rio de Janeiro, *Flora Brasiliensis: enumeratio plantarum in Brasil MDCCCXI-MDCCCXVI* réalisé à la suite d'une expédition organisée par Carl Friederich Philipp Von Martins et Johan Baptiste Von Spix, 1817. Il recense 20.000 espèces de flore brésilienne. Ils désignent encore des ouvrages qui les représentent, carnets d'explorateurs ou de biologistes mais aussi des livres d'artistes comme *Flores da Floresta Amazônica: a arte botânica* de Margaret Mee. Enfin actuellement on utilise aussi le mot pour les bancs de plantes sous-marines.

Pour l'analyse que nous proposons ici nous nous limitons au sens de collection de plantes séchées et d'ouvrages représentant les plantes.

2.2 Recherches actuelles

Les herbiers sont une source majeure d'information sur la diversité végétale, algale et fongique présente et passée, dans une région donnée. Ils connaissent actuellement un accroissement d'utilisation en biologie végétale. Elle est fortement liée à l'évolution des technologies, mais pas seulement (SÉJALON-DELMAS, 2016), le rôle premier d'un herbier, consistant à permettre la révision taxonomique d'un spécimen demeure toujours d'actualité. Cependant, l'avènement de la biologie moléculaire a permis d'attribuer aux spécimens d'herbier la valeur de référence taxonomique et phylogénétique. Les types, c'est-à-dire les spécimens ayant permis de décrire une espèce pour la première fois, sont plus particulièrement utiles dans ces études. Ainsi, les bases de données "images" permettant la comparaison morphologique à distance, sont complétées par les bases de données "séquences" comprenant les codes-barres moléculaires de ces échantillons. Mais d'autres travaux sont possibles via l'analyse moléculaire des génomes, notamment des comparaisons sur l'évolution physiologique des espèces d'un groupe phylogénétique donné (BESNARD *et al.*, 2014). L'avènement de la spectrométrie de masse haute résolution, couplée à la miniaturisation des quantités d'échantillon nécessaires pour l'analyse a permis d'accéder aux données de la pollution environnementale passée (AGNAN *et al.*, 2015). Ces données obtenues à partir d'échantillons de mousses ou de lichens montrent l'évolution de la pollution au fil du temps et le développement de l'industrialisation. Enfin, l'analyse microscopique de la densité des stomates des feuilles, contribue à estimer l'augmentation du CO₂ atmosphérique, et donc de gaz à effet de serre. Pour le changement climatique, les données accompagnant la plante dans l'herbier peuvent renseigner sur sa phénologie passée (dates de floraison et de fructification). Ces données cumulées, et corroborées avec les températures annuelles moyennes de la zone géographique concernée participent à l'estimation de l'impact de l'augmentation de la température sur les plantes (PRIMACK *et al.*, 2004).

En SIC peu de travaux se rapportent à la biologie végétale en général et aux herbiers en particulier. Cependant des recherches récentes ont tenté de rapprocher les enseignements de la botanique apportés par la classification des végétaux pour proposer une phylogénie documentaire, qui tient compte de la progression des connaissances élaborées en information-communication. L'évolution des documents, notamment avec la numérisation, ne peut laisser de côté ce qui, sur des supports adaptés aux conditions de leur collecte et aux techniques de conservation et d'usage en vigueur à ce moment-là, constitue leur famille de rattachement. Ceci

a été montré pour les cartes (JOUBERT, 2015) et pour les documents de l'administration fiscale (COUZINET, 2017).

Les SIC ont aussi emprunté au vocabulaire botanique pour prolonger la réflexion initiée par Meyriat sur l'information (1981). La nécessaire interrogation des informations contenues dans les documents pour être reconnus comme tels, en les faisant passer du stade de document potentiel à celui de document utilisable ou utilisé, a conduit à développer la première étape d'une théorie de la dormance documentaire (COUZINET, 2015). Les actes documentaires peuvent être ceux d'un utilisateur intermédiaire, le médiateur de l'information, qui par le catalogage, l'indexation, les résumés, les synthèses, les dossiers qu'il élabore signale le document pour un groupe dont il connaît les centres d'intérêt (ORTEGA; SALDANHA, 2018). Ces actes sont aussi ceux de l'utilisateur final qui prélève des données, des idées, des réponses aux questions qu'il se pose et qui lui permettent d'agir dans un contexte social ou personnel déterminé. Sans ces actes le document reste dormant.

Outre ces recherches qui relèvent d'une réflexion épistémologique, d'autres recherches se sont centrées sur les aspects plus techniques liés à la constitution de banques de données en botanique. Plus récemment des travaux ont été conduits sur les incidences de la numérisation des herbiers sur la transformation de ce qui est désigné par "matière documentaire" et sur l'évolution des pratiques (CHUPIN, 2015). Du document physique à son transfert en image, les techniques informatiques facilitent la recherche d'information et intègrent de nouvelles données ainsi que celles produites par les utilisateurs lorsque le système le prévoit. Ceci contribue à l'amélioration de la documentation d'accompagnement et à une meilleure exploitation des collections. Cependant un examen critique reste nécessaire afin de lever les erreurs éventuelles dues à l'enregistrement d'origine des spécimens et à l'informatisation.

Ici il s'agit de déterminer la catégorie documentaire à laquelle rattacher les herbiers, comme objets ou un Herbarium, comme collection de ces objets, et de préciser s'ils peuvent constituer un corpus de recherche hors de la botanique leur spécialité de référence. Autrement dit nous nous attachons en premier lieu à leur valeur documentaire.

2.3 Valeur documentaire

Une analyse de la valeur des objets documentaires a été proposée par référence aux objets examinés par les historiens (COUZINET, 2004). On peut transposer le questionnement aux herbiers. Quel crédit leur accorder? Quel intérêt ont-ils eu en leur temps de constitution? Quel intérêt ont-ils encore de nos jours? La réponse à ces questions se trouve dans l'identification de leurs auteurs et dans le contexte so-

cial dans lequel ils évoluaient au moment de la création de l'herbier. Erudits, grand voyageurs, amateurs ou déjà "scientifiques" la valeur documentaire dépend du regard critique qui est porté sur l'origine de la collecte des plantes. Elle est complétée par l'objectif visé: s'agit-il de dresser l'inventaire d'une espèce? De découvrir des spécificités en vue d'une adaptation à un milieu pour les qualités nutritionnelles d'une plante dans des circonstances de pénurie alimentaire par exemple, ou pour des spécificités thérapeutiques? Il peut être aussi local afin, par exemple, de déterminer la biodiversité d'un lieu. On peut donc penser que la cueillette correspond à un choix préalable. De la rencontre fortuite, du parcours à pied prévu pour un recueil systématique à l'expédition qui nécessite de gros équipements et qui accompagnera des prélèvements de matériaux divers, d'ossements, de dessins, de photographies de paysages ou d'animaux, tous les moyens dont a disposé l'auteur de la collecte sont à ajouter.

La réalisation matérielle, les parties collectées -graines, fleurs, racines et feuilles- dépendent du niveau d'expertise du cueilleur. Ainsi le mode de conservation adopté, la précision de la description et de manière générale la fiabilité des informations d'accompagnement relèvent aussi de la valeur documentaire.

L'herbier est à replacer dans le contexte scientifique de l'état des connaissances en biologie qui sont contemporaines à sa constitution. Il peut y avoir des moments de forte production dus à un intérêt particulier, une sorte d'effet de mode, qui conduirait à une multiplication, -chaque université, chaque laboratoire souhaitant disposer de son herbier- ou une recherche de la particularité dans la volonté de participer à un vaste projet de constitution d'un Herbier régional (région du globe) ou mondial. La valeur documentaire est fonction de l'utilité, de l'espace et du temps.

Le crédit que l'on peut lui accorder est alors lié à sa fabrique comme document fiable et utile, produit par un auteur jouissant d'un certain niveau d'expertise, situé dans des circonstances de réalisation précises. C'est ce même regard critique que l'on peut porter sur les herbiers-ouvrages en laissant de côté leurs qualités artistiques.

A cette critique interne de l'objet herbier on peut rajouter, afin de le replacer dans le processus informationnel, un premier acte qui passe par la sélection opérée par les professionnels de l'information qui aboutit à son traitement (résumé, indexation, attribution de mots clés, éventuellement classement) et à son signalement dans un catalogue ou une banque de données (ORTEGA; SALDANHA, 2018). Cette médiation à travers un dispositif informationnel est une mise en visibilité de la valeur documentaire pour un lecteur potentiel. Le deuxième acte est celui de l'utilisateur final qui accède au document, le feuillet, le lit et y prélève des éléments du contenu. Ces actes de médiation et d'utilisation, participent à la re-

connaissance de la valeur documentaire de l'herbier et à la recherche de son rôle possible dans l'évolution de son contexte universitaire.

3 L'herbier comme corpus

3.1 Histoire de l'Université Paul Sabatier (UPS)

L'UPS a été fondée en 1969 à la suite de la loi Faure et à la séparation des facultés de l'Université de Toulouse. Celle-ci, créée en 1229, comprenait à l'origine une faculté de médecine, une faculté de droit et une faculté de théologie. Au XVI^e siècle s'ajoute la faculté des Arts, incluant Science et Rhétorique. Mais la Révolution française supprime les universités. Seul l'enseignement de la médecine est maintenu. Le premier Empire a vu la restauration des facultés par le décret Napoléonien de 1809. Néanmoins, la faculté de médecine a été recrée sous forme d'École de médecine, ce qui impliquait que les étudiants devaient quitter Toulouse pour terminer leurs études et soutenir leur thèse à Montpellier ou à la Sorbonne (Paris).

En 1811, la première chaire d'histoire naturelle est attribuée à Picot de Lapeyrouse, aussi promu doyen de la faculté des Sciences. Il est à l'origine du jardin botanique de l'Université, et de son aménagement dans l'enclos du Muséum (DÉCAMPE, 1819). Issue de son cabinet de curiosité personnel, sa collection de minéralogie a été léguée à la faculté, et son herbier au Muséum de Toulouse.

Lapeyrouse a longtemps œuvré auprès de la municipalité pour qu'elle ouvre un musée d'histoire naturelle afin d'accueillir les collections de recherche. Ce musée a été dirigé par des professeurs de la faculté des sciences et de l'école de médecine (Clos, directeur du jardin botanique après Lapeyrouse, Noulet, professeur de botanique à l'École de médecine et Filhol, professeur de chimie et pharmacie en médecine également). De fait, les collections étaient conservées par des professeurs des facultés. Ce n'est qu'à partir de 1962, avec le déménagement sur le campus à l'extérieur de la ville, que les enseignements de l'Université se sont détournés du Muséum, laissant la profession de conservateur, nouvellement créée, prendre ses fonctions.

3.2 L'Herbier de l'UPS

L'herbier le plus ancien (1810) semble avoir été élaboré par Noulet, professeur et fondateur du Muséum. Actuellement la collection de l'UPS, nommée Herbier de l'UPS, compte plus de 70 herbiers, couvrant les XIX^e et XX^e siècles et une étendue géographique essentiellement Pyrénéenne. Elle est composée de plus de 450 000 planches. L'herbier le plus volumineux est constitué de 200 000 planches et représente l'assemblage de spécimens ayant pour point commun de provenir de la région

uniquement et d'être issus de collectes par différents auteurs, parfois professeurs à la faculté des sciences ou employés comme chefs des travaux ou préparateurs.

Dans l'Herbier, figurent également des plantes issues de dons et d'échanges. Un tiers des 450 000 planches sont des spécimens fongiques, pathogènes des plantes ou pas. Ils ont été collectés au tout début de l'émergence de la mycologie à Toulouse. Cette discipline peut être datée aux environs de 1838 avec la publication du traité des champignons de Noulet, premier du genre, à être destiné au public. Plus tard, vers 1880, Roumeguère, riche industriel Toulousain, qui s'était initié à la botanique auprès de Moquin-Tandon (1893), professeur à la faculté et directeur du jardin botanique, publie une flore des champignons du Tarn-et-Garonne. En 1879 était sorti le premier numéro de la Revue mycologique, dans laquelle il fait une large place aux publications de la Société mycologique de France dont il fut un des premiers membres.

Les herbiers de l'Université retracent l'histoire de la discipline et son évolution en région et en France. Ainsi, les herbiers de phytopathologie apparaissent avec la création de l'Ecole puis de l'Institut de botanique agricole de Toulouse (vers 1880) et, au niveau européen, avec l'identification des premiers agents pathogènes et leurs traitements: mildiou de la pomme de terre (1840), mildiou de la vigne et bouillie bordelaise (1885), etc... L'herbier des maladies des plantes de culture a été ensuite déplacé à l'Ecole nationale supérieure d'agronomie de Toulouse (ENSAT) créée en 1947, suite de l'Institut de botanique agricole. A quelle catégorie de document appartiennent-ils?

3.3 Théorie de l'intention et de l'attribution

La définition de la notion de document s'appuie sur deux éléments (MEYRIAT, 1978). L'un, matériel, s'attache au support qui sert à fixer l'information. Ce dernier doit avoir une certaine durée de vie, ou une certaine stabilité, afin que l'utilisateur ait la possibilité de revenir sur le contenu autant de fois qu'il le souhaite. Elle dépend du type de support, par exemple le papier en fonction de sa qualité, des lieux où il a été conservé, des soins qu'on lui a apportés ou non, -comme la non désinsectisation régulière-, peut subir des dégradations. Les supports d'enregistrements numériques dépendent de l'évolution du matériel de lecture. L'autre élément est conceptuel il s'attache au contenu, c'est-à-dire à l'utilité de l'information véhiculée car le document s'inscrit dans un processus communicationnel entre un concepteur et un récepteur. Dans le cas du transfert sur support numérique l'intégrité du contenu résulte du travail qui a été effectué en amont.

A partir de ces deux éléments Meyriat (1981) a fondé une théorie qui sert de base aux approches sociales du document. Ce dernier peut être produit intention-

nellement par son concepteur mais peut, dans certaines circonstances, être considéré comme un objet non documentaire, un journal qui sert à envelopper un paquet n'est plus un document. Cependant il peut aussi avoir plusieurs fonctions, un article scientifique fait progresser les connaissances, montre la capacité novatrice d'une équipe, facilite un avancement professionnel. La destination du document par intention est d'informer. Par opposition un autre type de document est possible, celui dont la destination première n'est pas d'informer. Un bureau, fabriqué pour écrire, peut aussi donner des informations sur les techniques de menuiserie, sur les matériaux qui le composent, sur la modernité de son design, etc., la valeur informative est alors attribuée.

Cette théorie de l'intention et de l'attribution s'insère dans l'approche sociale de l'information dans la mesure où quel que soit le type de document la fonction informative est subordonnée à la volonté de l'utilisateur d'obtenir une information la seule volonté d'informer du praticien est insuffisante (MEYRIAT, 1981). Le corps de connaissance qui se centre sur le document et sa fabrication est désigné par documentologie, étude du système de production du document et discours scientifique sur ses catégories.

Enfin en complément à cette théorie en 2006, Meyriat livre une méthode d'analyse des strates systémiques qui composent le document. Les interactions entre les strates permettent de "situer et d'interpréter correctement l'information" qu'il apporte. Ceci s'apparente à ce que nous avons désigné plus haut par analyse de la valeur documentaire et insiste sur les interactions. C'est cette approche que nous privilégions ici et que nous tentons de faire évoluer.

4 Histoire d'herbier, histoire d'université

4.1 La fabrication des herbiers

Un herbier est un document en trois dimensions, constitué de plantes séchées sous presse, fixées sur des feuilles de papier ou laissées libres dans des chemises en papier. Chaque plante est une part d'herbier. Il peut y avoir sur la même planche ou dans la même chemise plusieurs spécimens, c'est-à-dire parts. Celles-ci sont accompagnées d'une étiquette comportant parfois un numéro, mais surtout le nom latin genre et espèces (selon la nomenclature binomiale établie par Linné), la date et le lieu de collecte et le plus souvent le nom du collecteur.

Lorsque le spécimen est accompagné d'un numéro, celui-ci peut renvoyer à un carnet comportant toute la liste numérotée des spécimens collectés dans une même campagne. Certains carnets de prélèvements associent texte et dessin de plantes pour préciser l'environnement de la collecte, ainsi que les noms des personnes présentes.

Parfois, dans la chemise abritant la plante est glissée une note, ou une enveloppe, notifiant le courrier d'une personne ayant confirmé l'identification. Le plus souvent le collecteur et l'auteur sont une seule et même personne, mais parfois lorsqu'il s'agit d'un non spécialiste du groupe de plantes en question, les spécimens sont envoyés pour identification ou confirmation d'identité. En échange du travail réalisé, si l'échantillon est intéressant, la personne ayant confirmé l'identification recevra un *exsiccata*, c'est-à-dire un spécimen du même nom, surnuméraire dans l'herbier. Ce sont pour ces échanges que, volontairement, les échantillons sont ramassés en plusieurs exemplaires. Ils seront intégrés dans l'herbier du destinataire avec la mention "*exsiccata de...*" Mougeot, par exemple. Le recensement de ces *exsiccata* dans les herbiers permet de suivre le développement des échanges et de retrouver les noms des spécialistes d'un groupe.

La numérisation des herbiers permet leur accessibilité au plus grand nombre. En France, elle a été effectuée par le projet *RecolNat*, porté par le Muséum national d'histoire naturelle (MNHN). Seuls les spécimens intéressants scientifiquement et non redondants ont été sélectionnés pour cette numérisation massive. Toutes les images sont stockées sur le site *eRecolNat* et peuvent être retrouvées soit par établissement fournisseur, soit par nom de plante. Les étiquettes ont été numérisées avec les spécimens. Le travail consiste à les retranscrire numériquement. Le programme de science participative *Herbonaute*, fait appel aux citoyens désireux de s'impliquer dans la lecture des étiquettes pour leur transcription informatique.

4.2 Intention et attribution

On vient de le voir l'Herbier de l'Université nous aide à comprendre l'évolution de cette dernière. Comme corpus permettant de repérer des moments qui sont devenus décisifs pour le positionnement actuel et les orientations scientifiques de l'établissement il est constitué d'un ensemble de documents. Du point de vue de leur catégorie on peut dire que les plantes vivantes ne sont pas des objets documentaires. Elles ne sont pas stables, elles changent continuellement, en particulier si on en prend soin; Elles n'existent pas pour informer mais pour nourrir des insectes, des animaux, des personnes; Elles se développent plus ou moins bien suivant le contexte dans lequel elles se trouvent. Pour attribuer une valeur documentaire au vivant on est obligé de figer un moment de sa vie c'est-à-dire d'arrêter son processus d'évolution. Pour augmenter sa valeur on peut figer plusieurs moments et les rassembler. On peut alors revenir sur ces moments figés et préservés pour y prélever des informations intentionnellement stabilisées. Ainsi l'herbier dans le sens de prélèvement de fragments de plantes séchées devient un document par intention,

contrairement au bureau de Meyriat qui en lui-même ne nécessitait pas d'opération particulière pour être érigé en document.

Un herbier est donc un document intentionnel qui présente la particularité de partir d'un objet non documentaire auquel on fait subir une transformation afin de le rendre apte à informer. C'est le travail du collecteur. Ce dernier complète par un apport d'information associé à la plante séchée qui précise dans un carnet des éléments géographiques et temporels de collecte et qui vont être rapportés sur une étiquette, ce qui renforce l'intentionnalité de même que l'inscription de chaque composant de l'herbier dans des nomenclatures et des familles. Cependant malgré la stabilité de la plante obtenue par le séchage et la stabilité des informations données par le cueilleur de nouvelles découvertes ou de nouvelles techniques d'investigation, comme l'analyse ADN, des indications complémentaires peuvent être apportées ou remettre en question les informations préalables. Un herbier peut ainsi participer aussi à une lecture de l'évolution des techniques de recherche.

En tant que document il permet de suivre les tendances liées à une époque, le poids de l'intérêt à un moment donné pour une famille de plantes, la spécialisation de son lieu de conservation par la corrélation avec d'autres données. Sa fiabilité dépend de la qualité des prélèvements, de leur conservation, de l'observation.

Corpus documentaire pour la biologie il l'est aussi pour l'histoire des sciences et l'histoire des universités. Il s'inscrit dans un réseau de liens entre botanistes, botanistes et collecteurs, chercheurs dans des disciplines diverses: géographes, climatologues, ethnologues.... En SIC il constitue une catégorie particulière de documents dont on peut suivre l'évolution de leur intérêt institutionnel et de leur nomenclature, les modes de leur mise en circulation et leurs usages.

4.3 Trace d'herbier

Au niveau national, les plus gros herbiers sont au MNHN (8 millions de parts d'herbier), à Lyon (2 millions), à Montpellier (1 million), à Strasbourg, à Aix-Marseille et enfin à Toulouse. Si l'Herbier Toulousain n'est pas le plus volumineux ni le plus ancien, ses particularités en font sa richesse. Il est le résultat de l'histoire de la botanique et de son évolution à Toulouse. Par exemple, sous l'impulsion de Gaussen, éminent phytogéographe, un important herbier régional a été rassemblé. Par ailleurs l'herbier des conifères est unique, il témoigne d'un très grand intérêt local. Il regroupe des spécimens venant de l'arborétum constitué par Gaussen à Jouéou (Pyrénées) mais aussi issus d'échanges avec le monde entier. La richesse provient aussi de ses spécimens de Pondichéry, de la Réunion ou encore d'Afrique équatoriale. Ces lieux ont été sillonnés par des botanistes, élèves puis collègues de Gaussen, qui ont continué et développé le travail de cartographie de la végétation qu'il avait entamé.

Autres éléments de richesse les herbiers de mycologie et phytopathologie. Cependant leurs planches ne sont pas numérisées, car pour des raisons techniques, les mousses, les algues et le groupe des champignons n'étaient pas éligibles au programme RecolNat. Le nombre conséquent d'herbiers consacrés aux champignons à Toulouse témoigne de l'histoire de la mycologie dans la région et à la faculté. L'ENSAT étant une émanation de la faculté des sciences, l'enseignement de la mycologie et de la phytologie sont restés des enseignements forts de la faculté des sciences. Ainsi, ils ont conduit au recrutement de 7 enseignants-chercheurs au fil des 30 dernières années. Ce nombre est très élevé pour une faculté des sciences, car en France, l'enseignement de la mycologie se fait plutôt en faculté de médecine, pour la parasitologie, ou de pharmacie pour la toxicologie. Quant à la phytopathologie, elle est cantonnée dans les écoles d'agriculture ou d'agronomie. L'UPS apparaît alors très originale avec son enseignement disciplinaire regroupé de phytopathologie et mycologie en faculté des sciences. Malgré tout, il ne semble pas qu'il y ait eu une volonté réelle de l'établissement dans ce sens, mais plutôt qu'un vivier était disponible. En effet, contrairement à la botanique qui a périclité depuis les années 1980, avec le décès de Gaussen, la phytopathologie et la mycologie sont restées des disciplines actives en termes de publications, de nombre d'étudiants inscrits, de thèses soutenues... Cette dichotomie peut être liée à l'avènement de l'écologie, qui a repoussé la botanique et ses herbiers au rang de discipline poussiéreuse. L'écologie ayant négligé d'embarquer l'étude des champignons dans les études d'écosystème, les héritiers des mycologues du XIXe siècle ont pu continuer leur chemin, en prenant les virages technologiques nécessaires à l'étude de leurs organismes préférés, sans se bousculer.

Depuis le XXe siècle, il n'y a pas de trace d'achat d'herbiers pour l'enseignement. Sans doute parce que celui rassemblé par les chercheurs et étudiants Toulousains était suffisamment riche pour l'usage voulu. Depuis le début de la faculté des sciences, il s'est enrichi des collectes de ses chercheurs, mais aussi d'échanges et de dons avec des collaborateurs du monde entier. Actuellement, des prêts sont toujours réalisés, mais non plus de chercheur à chercheur, mais plutôt d'institution à institution. Ces échanges restent marginaux depuis l'avènement de l'image numérique, mais parfois, certains fragments doivent être prélevés pour les analyses d'ADN ou autre. L'image numérique ne suffit donc pas et ne peut se substituer au spécimen.

Il arrive encore que les chercheurs soient amenés à déposer des herbiers, notamment après une mission. Certaines revues scientifiques n'acceptent l'article soumis que si le dépôt de séquences d'ADN est accompagné d'un dépôt du spécimen ressource dans un Herbarium (une collection), dépôt qui sera attesté par l'attribution

d'un numéro unique précédé de l'acronyme international de l'institution (TL pour Toulouse).

5 Conclusion

S'appuyer sur un corpus d'herbiers pour conduire des recherches nécessite de pratiquer comme pour la constitution de tout corpus de documents une critique interne et une critique externe de cet objet particulier. Les plantes, objets non documentaires, collectées, stabilisées, rassemblées, étiquetées, classifiées et resituées dans un contexte deviennent par leur transformation en herbier un document intentionnel en trois dimensions. Ces derniers peuvent alors rejoindre l'inventaire des documents analysables pour leur intérêt info-communicationnel dans nombre de disciplines.

Bibliographie

AGNAN, Y.; SÉJALON-DELMAS, N.; CLAUSTRES, A.; PROBST, A.

Investigation of spatial and temporal metal atmospheric deposition in France through lichen and moss bioaccumulation over one century. **Science of the Total Environment**, n. 529, p. 285-296, 2015.

BESNARD, G.; CHRISTIAN, P.-A.; MALÉ, P.-J.; LHUILLIER, E.; LAUZERAL, C.; COISSAC, E.; VORONTSOVA, M. From museums to genomics: old herbarium specimens shed light on a C3 to C4 transition. **Journal of Experimental Botany**, n. 35, p. 6711-6721, 2014.

CHUPIN, L. Enjeux de la numérisation des herbiers pour l'information et la communication scientifiques: de la transformation des matières documentaires à l'évolution des pratiques. **Les Enjeux de l'information et de la communication**, v. 16, n. 2, 2015. Disponible en: <https://lesenjeux.u-grenoble3.fr/2015-dossier/05-dossier2015-Chupin/>. Consulté le: 30 juin 2019.

COUZINET, V. A Documentologic Approach of Herbarium: documentary Anabiosis and Phylogenetic Classification. **Proceedings from the Annual Meeting of the Document Academy**, v. 2, 2015. Disponible en: <http://ideaexchange.uakron.edu/docam/vol2/iss1/16>. Consulté le: 30 juin 2019.

COUZINET, V. Le document: leçon d'histoire, leçon de méthode.

Communication et langages, n. 140, p. 19-29, 2004.

COUZINET, V. Les documents cadastraux: regards de la science de l'information-communication sur l'archive. *In*: FRAYSSE, P.; BIDERAN DE, J.; DERAMOND,

J. (dir.). **Sur le document**: dialogue entre science de l'information et de la communication et histoire. Toulouse: Cépadués, p. 21-38, 2017.

DECAMPE, N. **Eloge de Monsieur le Baron Picot de Lapeyrouse**. Toulouse: Académie des Jeux Floraux, 1819.

GERBER, G. Les jardins botaniques toulousains et l'étude de la flore pyrénéenne, sous l'Ancien Régime et la Révolution, d'après des documents inédits. **Société Botanique de France**, v. 71, n. 4, p. 788-842, 1924.

JOUBERT, N. **La fabrique du document carte**: vers une méthode d'analyse d'une représentation de territoires. Toulouse: Université Toulouse III-Paul Sabatier, 2015.

MEYRIAT, J. De l'écrit à l'information: la notion de document et la méthodologie de l'analyse de document. *In*: **Inforcom 78**, Compiègne. Paris: SFSIC, v. 1, p. 23-32, 1978.

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et schématisation**, n. 14, p. 51-63, 1981.

MEYRIAT, J. Pour une compréhension plurisystémique du document (par intention). **Sciences de la société**, n. 68, p. 11-27, 2006.

MOQUIN-TANDON A. **Lettres Inédites de Moquin-Tandon à Auguste de Saint-Hilaire**. Cambridge: Harvard University; Gray Herbarium, 1893.

NOULET, J.-B., DASSIER, A. **Traité des champignons comestibles**, suspects et vénéneux du Bassin Sous-Pyrénéen. Toulouse: Ed. JB Pya, 1838.

ORTEGA, C.; SALDANHA, G. La notion de document d'Otlet à Meyriat et les propositions néodocumentalistes. **Sciences de la société**, n. 100, p. 146-158, 2018.

PRIMACK, D.; IMBRES, C.; PRIMACK, R. B.; MILLER-RUSHING A. J.; DEL TREDICI, P. Herbarium specimens demonstrate earlier flowering times in response to warming in Boston. **American Journal of Botany**, n. 91, p. 1260-1264, 2004.

RABER, O. **Botanical facilities in the french provinces**. Ann Arbor: University of Michigan, School Science and Mathematics, p. 672-679, 1924.

REY, A. **Dictionnaire historique de la langue française**. Paris : Le Robert, 1995.

SEJALON-DELMAS, N. How herbarium specimens may give clues about XXIth century environmental questions. *In*: WOLFSCHMIDT, G. (ed.). **Enhancing university heritage-based research**. Tradition GmbH, Hamburg: Special issue of *Nuncius Hamburgensis*, n. 33, 2016.

As bibliotecas escolares e o repositório Lattes Data: reflexões sobre informação alteritária, ética, mediação e dispositivos infocomunicacionais

Carla Maria Martellote Viola¹, Marco Schneider²

1 Introdução

SITUAÇÕES DÍSPARES ESTÃO EM FASE DE IMPLANTAÇÃO NO BRASIL. PELO PRISMA DA educação, a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, prescreve a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do Brasil. A normativa estabelece que tanto as instituições públicas, como as privadas, estão obrigadas a ter um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada estudante matriculado/a (BRASIL, 2010).

Pela perspectiva da ciência, no dia 12 de dezembro de 2019, aconteceu a 8ª Reunião de Acompanhamento do “Compromisso pela Ciência Aberta”, instituído pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que estabelece mecanismos de governança de dados científicos. Precipuamente, deliberou-se a criação do repositório “Lattes Data”, que resultará na disponibilização de acesso aos dados das pesquisas científicas financiadas com recursos públicos, oriundos do CNPq (BRASIL, 2018a).

Por uma faceta, a Lei das Bibliotecas Escolares prescreve como obrigatório o uso dos livros físicos, os quais são entendidos neste trabalho como dispositivos infocomunicacionais físicos; pela outra, o ‘Compromisso pela Ciência Aberta’ instituiu a criação do Repositório Lattes Data, que credita a disseminação de informação a uma plataforma digital, que será acessada por meio de diversos dispositivos infocomunicacionais eletrônicos.

Neste sentido, identifica-se particularidades a serem desvendadas sobre a mediação da informação na construção social das práticas de cada situação. Assim

1 Advogada, Publicitária e Docente. Doutoranda (2019) em Ciência da Informação pelo convênio (PPGCI IBICT UFRJ). Contato: viola.carla@gmail.com.

2 Pesquisador e docente PPGCI-IBICT/UFRJ e UFF; bolsista de produtividade do CNPq; Cientista do Nosso Estado Faperj. Contato: marcoschneider@ibict.br.

sendo, o artigo pretende contribuir com o tema a partir dos prenúncios da ética na informação alteritária para argumentação sobre mediação da informação.

Para tanto, indaga-se: quais são as vertentes da mediação da informação encontradas nas Bibliotecas Escolares e no Repositório Lattes Data, com vistas à ação de interferência vinculada e situada das/os bibliotecárias/os e das/os profissionais da informação³ nas ambiências física e digital, contando com os dispositivos infocomunicacionais? Como os dispositivos infocomunicacionais são conformados em razão de seus atributos e usos nas Bibliotecas Escolares e no Repositório Lattes Data? Como as singularidades da ética e da alteridade informacional podem ajudar nos processos de transformação pretendidos pelo governo, considerando a dialética tradição x inovação, tendo como base as Bibliotecas Escolares e o Repositório Lattes Data?

O objetivo geral do estudo é compreender as similitudes e as dissimilitudes da mediação da informação nos ambientes físico e digital, a partir dos prenúncios da ética e da informação alteritária, na implementação das Bibliotecas Escolares e do Repositório Lattes Data. Os objetivos específicos são: investigar aspectos sobre ética, alteridade e informação nas ações de mediação da informação; e pesquisar documentos brasileiros que estejam relacionados à implantação da Lei das Bibliotecas Escolares e do Repositório Lattes Data, para avaliação da configuração de cada iniciativa governamental.

A averiguação se justifica pela possibilidade de apresentar um panorama das atuações e políticas públicas governamentais que se relacionam com a educação e a ciência no Brasil, com a pretensão de discutir o papel social das relações entre mediação da informação, saberes e seus potenciais de transformação.

A Ciência da Informação se sobrepõe nesta pesquisa por apresentar fundamentos que possibilitam a análise dos meandros que envolvem a mediação da informação e as adequações dos dispositivos infocomunicacionais para solucionar questões como acesso e disseminação da informação.

3 A categoria “profissionais da informação” nesta pesquisa reúne dois agrupamentos apresentados por Le Coadic (1996). Os especialistas da informação reúnem os profissionais que processam a informação, utilizando técnicas eletrônicas de informação - computadores e redes de telecomunicação -, priorizando mais a análise, comunicação e utilização da informação do que a armazenagem e conservação das coleções, sem atuarem em bibliotecas tradicionais. Estão em diferentes locais, como no setor de marketing de uma firma, no departamento de investimentos de um banco, no laboratório de uma empresa química ou numa editora de produtos de informação e, de forma similar, recebem diferentes denominações - analistas da informação e/ou de documentos; gerentes da informação; planejadores de sistemas de informação, etc. E os cientistas da informação - que em geral, vinculados a universidades e institutos de pesquisa, dão ênfase ao estudo das propriedades da informação e ao desenvolvimento de novos sistemas e produtos de informação.

A metodologia da pesquisa, quanto à natureza, é exploratória-avaliativa em razão da busca epistemológica dos conceitos de mediação da informação, dispositivos infocomunicacionais, ética e informação alteritária que expliquem os fenômenos esquadrihados e pela investigação em portais governamentais. Quanto aos procedimentos técnicos, adota-se o bibliográfico, para evidenciar autoras/es, textos e obras para a construção hermenêutica de sentidos, e o documental, para analisar leis e proposições governamentais e apresentar embasamentos teórico e normativo. Utiliza a abordagem qualitativa na identificação e compreensão da mediação da informação e dos dispositivos infocomunicacionais, em consonância com as situações perquiridas.

2 Mediação da informação, ética e informação alteritária

O termo mediação deriva do latim *mediatione* que é entendido como o ato ou o efeito de mediar. Significa intervenção, intercessão e intermédio. Na educação, é a relação que se estabelece entre sujeitos (professor e aluno) e um objeto do conhecimento (FERREIRA, 2010, p. 1.361).

Em Comunicação Social, Jesus Martin-Barbero (2003) publicou um estudo de referência, cujo próprio título *Dos Meios às Mediações* já indica com clareza seu argumento central: mais do que instrumento de transmissão de informação, os chamados meios de comunicação social exercem o papel de mediadores culturais, de agentes, em articulação com outras mediações atuantes na sociedade, como as tradições populares, a cultura erudita, o campo político e jurídico, na reprodução ou disputa pela hegemonia.

Entende-se que este livro de Martin-Barbero possa ser útil para os estudos de mediação no campo da Ciência da Informação. Entretanto, a referência, por assim dizer, de fundo para se pensar a ideia de mediação é a filosofia de Hegel, na qual ela ocupa uma centralidade única, significando simultaneamente as ideias de processo e relação, atuantes na própria constituição ontológica do ser no devir, bem como em qualquer forma de produção ou circulação de conhecimento. Conforme esclarece Taylor (2014):

Na linguagem de Hegel, podemos falar de algo como “imediato” (*unmittelbar*) quando existe por si mesmo, sem estar relacionado necessariamente com algo diferente. Não sendo assim, ele é chamado de “mediado” (*vermittelt*). [...] O argumento de Hegel é que todas as descrições das coisas como imediatas, quando examinadas mais de perto, acabam sendo inadequadas; todas as coisas revelam uma relação necessária com algo distinto e, em última instância, com o todo (TAYLOR, 2014, p. 131).

Se mediato, ao contrário de imediato, significa processo e relação, o verbo mediar diz respeito ao conjunto de processos que estabelecem relações, remete a ações voltadas ao estabelecimento de processos relacionais ou relações processuais, de partes entre si ou entre partes e totalidade.

Numa formulação mais densa, também em diálogo com Hegel, Martins e Marteleto (2021) ensinam que:

A função propriamente epistemológica e metodológica da mediação está ligada à impossibilidade do conhecimento imediato ou do acesso imediato à essência de um objeto, o qual é resultado do processo totalizador em que o movimento do real histórico e do real lógico se desenvolvem mutuamente. Assim, para Hegel, não se pode alcançar qualquer conhecimento refletido de forma imediata, sendo que a capacidade de conhecimento da razão tem na mediação uma função crucial do intelecto, já que é com base nele que se pode atribuir elementos de diferenciação no objeto ou sujeito a ser apreendido (MARTINS; MARTELETO, 2021, p. 179).

Em Ciência da Informação, as mediações podem envolver uma ampla gama de agentes, interesses, ações, objetos (especialmente documentos), códigos, linguagens e técnicas, formais e informais, institucionais ou não. Segundo a perspectiva dialética de Martins e Marteleto (2021):

Na “epistemologia social” da Ciência da Informação, a perspectiva dialética da mediação sublinha a conexão necessária entre os sentidos mobilizados a partir dos processos e artefatos informacionais e a produção material e concreta da realidade (MARTINS; MARTELETO, 2021, p. 192).

Nessa chave analítica, apresenta-se nesta pesquisa um interesse particular na mediação e seus efeitos no processo de informar nas questões educacionais e científicas que perpassa pelo binômio necessidade do sujeito e disponibilidade da informação.

Para as etapas e os procedimentos que envolvem esse processo, ressalta-se que “[...] informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo [...]” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 155).

De tal forma que Almeida Júnior (2015) sustenta ser a mediação da informação:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais

–, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

Complementa-se tal assertiva, com a percepção que a “mediação é uma ação de interposição e/ou interferência que visa a resolução de conflitos, a ligação entre dois ou mais elementos e o estabelecimento de uma relação satisfatória entre eles” (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2019, p. 19).

Para tanto, a mediação busca a solução de uma necessidade latente que se estabelece por consenso entre sujeitos e informações disponíveis e é feita por bibliotecárias/os e por profissionais da informação.

A mediação também possui duas dimensões: a explícita, realizada no atendimento ao público; e a implícita, feita nos serviços internos. Bibliotecárias/os e profissionais da informação veiculam ideias, conceitos, concepções, valores, de maneira consciente e inconsciente, influenciando na mediação da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, 2015).

Sendo assim, as informações disponibilizadas são precipuamente induzidas pelas/os bibliotecárias/os e profissionais da informação, a partir do entendimento destes da necessidade que é apresentada pelo sujeito na busca de um conteúdo específico.

Portanto, as palavras escolhidas para comunicar algo; a forma de estruturá-las; posturas físicas; a organização do acervo; o sistema escolhido para estruturar os documentos; a arquitetura do prédio onde atuam, possuem todas, uma ampla parcela de inconsciente (ALMEIDA JUNIOR, 2015), contudo, decisivas na eleição das escolhas.

Este processo de mediação que ocorre a partir do comportamento humano, requer respeito a normas, valores e prescrições presentes na realidade social da informação disseminada. Em atendimento à vontade premente dos usuários, bibliotecárias/os e profissionais da informação precisam prover informações relevantes que demandam ações justas, éticas e alteritárias.

Assim, com efeito, um caminho promissor para estudar a mediação da informação é a partir de preceitos éticos e ações alteritárias que visam efetivar a justiça, aqui compreendida como “aquele estado que torna os indivíduos predispostos a realizar atos justos e que os faz agir justamente e desejar aqueles atos” (ARISTÓTELES, 2014, p. 179).

Na acepção geral sobre ética, Marcondes (2007) faz saber que:

A problemática da ética, portanto, em um sentido amplo, diz respeito à determinação do que é certo ou errado, bom ou mau, permitido ou proibido, de acordo com um conjunto de normas ou valores adotados historicamente por uma sociedade. Esta definição é importante porque o ser humano deve agir de acordo com tais valores para que sua ação possa ser considerada ética. Desta forma se introduz uma das noções mais fundamentais da ética: a do dever (MARCONDES, 2007, p. 9).

De tal forma que, bibliotecárias/os e profissionais da informação que possuem o senso da ética e de justiça, podem praticá-lo não somente em relação a si, mas como também em relação ao próximo, com vista à concepção da alteridade.

Tanto nas Bibliotecas Escolares, como no Repositório Lattes Data, bibliotecárias/os e profissionais devem realizar escolhas éticas e justas no instante do compartilhamento da informação que se congregam em conhecimento para aqueles que as recebem.

Para Lévinas (2005), em ensinamentos sobre alteridade, o ser humano deve se tornar acolhedor de todo Outro que ao Eu se apresenta interpelando a responsabilidade. A dimensão da alteridade provoca uma mudança interior, aspirando uma sociedade melhor para se viver.

Sendo assim, pode-se entender a categoria de alteridade como uma relação responsável e ética por conter e revelar a possibilidade do que está para além do ser e de sua identidade, é como um transcender para o outro dentro de uma relação responsável e justa.

Seguindo tal rumo, faz-se referência à manifestação conceitual na trajetória dos estudos da alteridade no campo da Ciência da Informação.

Silva e Gomes (2013) asseveram que a informação, enquanto elemento eminentemente alteritário, é de caráter relacional e interacionista. Sendo assim, é possível atentar para as concepções de alteridade no âmbito das relações humanas com a informação.

Considera-se assertivas para este estudo, duas das três direções indicadas por Silva e Gomes (2013):

- a informação no âmbito da diferença alteritária na perspectiva da reciprocidade, em especial no que tange às necessidades da informação de cada sujeito e na contribuição para que este selecione “aquilo que é ou não viável para construção da informação a partir de atividades interacionistas” (SILVA; GOMES, 2013, p. 10);

- a informação como fundamento da afirmação alteritária na concepção da transação e da partilha, a priori, as abordagens sociais da informação que afirmam não ser a informação mais um “instrumento de posse do emissor/autor, mas construída na interação entre emissor/autor e receptor/usuário [...] colocando em relevo o processo de mediação da informação” (SILVA; GOMES, 2013, p. 12).

Tais vertentes da alteridade informacional concretizam-se na mediação por bibliotecários/as e profissionais da informação auxiliadas/os por dois tipos de dispositivos infocomunicacionais: os fechados – os livros; e os abertos – os gadgets eletrônicos.

A mediação realizada a partir dos dispositivos infocomunicacionais fechados requer que bibliotecárias/os implementem ações propositivas e indicativas de outros dispositivos conectores – livros, textos e documentos diversos – que possibilitem um contexto referencial de conhecimentos conexos e com possibilidade de articulação. Pode-se, inclusive, mediar a informação indicando leituras a partir das próprias referências bibliográficas do livro principal como caminho persecutório de novos enunciados.

A mediação realizada a partir dos dispositivos infocomunicacionais abertos – máquinas/gadgets – permite à/ao profissional da informação, a partir da criação e da construção de plataformas amigáveis, disponibilizar links instrutivos e hipertextos que verticalizam enunciados similares e complementares, opções estas que incitam liberdades intuitivas e novas percepções na trajetória do pesquisador em busca de conhecimento.

Como bem explica Simondon “a máquina como elemento do conjunto técnico se torna aquilo que aumenta a quantidade de informação, aquilo que aumenta a negentropia, aquilo que se opõe à degradação da energia” (SIMONDON, 2008, p. 15).

Ademais, a imagem imanente do passado estático cede a vez para um olhar transcendente, real e concreto do mundo em novo formato. A máquina que anteriormente era mediadora entre o homem e a matéria bruta, hoje é uma ferramenta em nova perspectiva que se torna um “prolongamento do corpo humano”, passando “da fase baseada na energia para uma mais recente assente na informação” (NEVES, 2007, p. 75).

Os livros, em contrapartida, dispositivos infocomunicacionais unívocos e consolidados em páginas objetificadas, que neste estudo encontram-se depositados em bibliotecas, podem transcender a partir das/os bibliotecárias/os progressistas com foco no social, na ética, nas informações alteritárias e com percepções criativas que façam indicações de outros livros para instigar a busca por conhecimentos complementares.

Na sequência, evidencia-se as situações díspares que servem como estímulo para estudos da mediação da informação.

3 A Lei das Bibliotecas Escolares e o repositório Lattes Data

Ambas as políticas públicas analisadas a seguir têm como objetivo o desenvolvimento da sociedade brasileira a partir do aprimoramento de processos educacional e científico. Assente nessa concepção, apresenta-se considerações sobre as peculiaridades de cada situação e como cada qual está progredindo diante das decisões e da implementação da política pública.

3.1 Lei das bibliotecas escolares

A primeira situação analisada, pelo prisma da educação, em fase de implantação no Brasil, é a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, conhecida por Lei das Bibliotecas Escolares, que instituiu a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do Brasil. A normativa prescreve que tanto as instituições públicas como as privadas estão obrigadas a ter um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada estudante matriculado/a até 2020. Este acervo pode ser ampliado dependendo da realidade do sistema de ensino. A divulgação de orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares fica a critério das instituições (BRASIL, 2010).

A referida lei, sancionada pelo Presidente Lula, é conhecida como “Lei das Bibliotecas Escolares” e conceitua a biblioteca escolar como “a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”, devendo ser a profissão de bibliotecário respeitada (BRASIL, 2010).

Ressalte-se que a simples criação das bibliotecas em todas as unidades escolares não garante a mediação da informação efetiva, nem a utilização eficaz de livros como dispositivos infocomunicacionais transformadores na educação.

Na cotidianidade, muitas escolas, que hoje já possuem bibliotecas ou salas de leitura, não as utilizam de forma adequada e/ou não possuem bibliotecárias/os, deixando de fomentar o acesso ao livro e a todo suporte ao ensino na sala de aula que o livro, enquanto dispositivo infocomunicacional, poderia vir a fornecer.

A mediação da informação realizada por bibliotecárias/os que a lei prescreve nessas bibliotecas apresenta inconsistências quantitativas. Um estudo realizado por Romeiro, Viola e Brisola (2018) revela a insuficiência de bibliotecárias/os formadas/os e em formação nos cursos de biblioteconomia que atendam a demanda que a lei exige, situação esta que não foi avaliada no momento da criação da política pública.

Some-se a essa questão, as próprias lacunas na lei quanto à aplicabilidade ao instituir a obrigatoriedade de bibliotecas e livros nas escolas, por não trazer prescrições que garantam seu efetivo cumprimento e não determinar qual ente federativo seria responsável pela implantação das bibliotecas nas escolas e com quais recursos orçamentários.

Além de não trazer penalidade ou sanção alguma pelo descumprimento do prazo de efetivação, passados onze anos, e expirado o prazo legal, esta política pública não foi implementada na totalidade de acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica do ano de 2020. O documento apresenta os seguintes percentuais de biblioteca e/ou sala de leitura, considerando a rede total de ensino em 2019: Anos Iniciais do Ensino Fundamental 51,8%, Anos Finais do Ensino Fundamental 73,0%, Ensino Fundamental 56,3% e Ensino Médio 88,2% (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Para sanar tais lacunas, está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) nº 9.484, de 6 de fevereiro de 2018, da deputada federal Carmen Zanotto (Cidadania-SC) e da ex-deputada Laura Carneiro, que propõe alteração na “Lei das Bibliotecas Escolares”. A iniciativa visa modificar o conceito de biblioteca escolar para “o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo”, descrição que comporta o desenvolvimento humano sustentável defendido neste trabalho. Além de que, esta iniciativa deseja criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), que tem como funções básicas incentivar a implantação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do país, promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, bem como definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e materiais de ensino nas bibliotecas escolares. O texto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados e foi remetido para o Senado em 22/10/2019 (BRASIL, 2018b).

Este PL também propõe a prorrogação para 2024, último ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), do prazo para que todas as escolas do país tenham biblioteca com acervo mínimo de um título para cada aluno matriculado e um bibliotecário por colégio. O PNE foi instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014).

3.2. Repositório Lattes Data

A segunda situação avaliada, pela perspectiva da ciência, em via de implementação no Brasil, é o Repositório Lattes Data. Para dar maior visibilidade à produção científica em formato aberto, o projeto compreende um repositório para armazenamento de dados científicos em uma plataforma digital com a finalidade de alavancar os princípios da Ciência Aberta no Brasil e disponibilizar o acesso aberto ao

conhecimento resultante de pesquisa científica financiada com recursos públicos oriundos do CNPq.

A plataforma é a expansão do Currículo Lattes que engloba o armazenamento e o acesso aos dados científicos oriundos dos projetos fomentados pelo CNPq, a permissão de compartilhamento e reuso de dados pela comunidade científica e o acompanhamento pela sociedade, bem como a possibilidade de múltiplas oportunidades de inovação.

De acordo com informações governamentais, além das características já citadas, a materialização da Ciência Aberta, no Repositório Lattes Data, possibilita tanto catalisar a investigação científica com a promoção do aumento da eficiência na produção da ciência, quanto potencializar o valor da informação científica gerada (BRASIL, 2020).

A plataforma, em criação por profissionais da informação, busca proporcionar a mediação da informação no formato digital pelos diversos gadgets eletrônicos.

Particularmente nesta iniciativa, surge certa preocupação quanto aos demais repositórios das instituições públicas que já disponibilizam sua produção científica em formato aberto com considerável qualidade e efetividade. Fica a dúvida se referidos repositórios vão ter suas bases agregadas ao Lattes Data e quais serão os procedimentos e processos adotados para a constituição e integração da produção científica em termos de interoperabilidade.

Considera-se neste imbróglgio, que o IBICT já fornecia um repositório de dados de pesquisa desde 2015, estruturado no âmbito da Rede Cariniana, criado com o intuito de oferecer meio disponível e gratuito para depósito e localização de conjuntos de dados específicos armazenados por funcionários das instituições participantes da referida rede (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2015).

Esse repositório desenvolvido na plataforma Dataverse suporta o compartilhamento de dados de pesquisa com dados persistentes de quote (citação), permitindo a reprodução. A plataforma é uma solução tecnológica criada e adotada pelo Instituto de Ciências Sociais Quantitativas, da Universidade de Harvard, para a construção de grandes repositórios de dados abertos nas mais diversas disciplinas. Acrescente-se que o repositório do IBICT já passou por diversas modificações e atualizações ao longo dos anos 2020 e 2021. Por fim, adotou-se o nome de repositório Aleia, que tem como política cuidar da preservação a longo prazo e do arquivamento de dados, a partir da implementação de boas práticas, o que possibilita pesquisadores compartilharem, manterem o controle e obterem o reconhecimento de seus dados (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2015). Dispostas as políticas públicas governamentais adotadas pela Lei das Biblio-

tecas Escolares e pela criação do Repositório Lattes Data, na sequência, apresentam-se os resultados das vertentes que envolvem o ato de mediar em cada situação.

4 Resultados

A figura 1 representa as reflexões desenvolvidas sobre situações distintas, a Lei das Bibliotecas Escolares – espaços físicos – e o Repositório *Lattes Data* – plataforma digital sobre a mediação da informação.



Fonte: Elaborada pelos Autores (2021)

A partir das vertentes identificadas, infere-se as considerações finais.

5 Considerações finais

As situações aludidas – a Lei das Bibliotecas Escolares e o Repositório Lattes Data – são realidades brasileiras singulares que revelam a dialética e as controvérsias na mediação da informação, além de representar configurações específicas como: tradição x inovação e espaços físicos x plataformas digitais.

Os argumentos apresentados e a estrutura construída nos resultados demonstram a importância da mediação da informação em ambientes díspares com uso

de dispositivos infocomunicacionais realizada por bibliotecárias/os e por profissionais da informação.

Conclui-se que a mediação da informação, ato de interceder na busca e na localização da informação, engloba vários meios – dispositivos infocomunicacionais fechados e abertos – para obter nos estoques informacionais existentes, aquela que se adequa à necessidade do “Outro” que a procura. E se essa mediação da informação é realizada sob os auspícios da ética e da alteridade informacional, o ato tem a carência informativa do “Outro” como centro da ação de auxílio. A satisfação do desejo do “Outro” impregna todo o processo de mediação, que ao “Eu” – bibliotecário ou profissional da informação – se mostra, demandando atuação eficiente, resultados eficazes e responsabilidade efetiva.

Complementa-se com a assertiva de Garcia, Almeida Júnior e Valentim (2011, p. 19): “qualquer ação, dentro do fazer do profissional da informação, deve ter a apropriação da informação por parte do usuário, como seu objetivo principal. Sem isso a ação justifica-se por si mesma e se consome em seu próprio espaço, em seu próprio fazer”.

Portanto, a mediação pedagógica da informação e a mediação técnica da informação devem ser exercidas baseadas em princípios da ética em informação alteritária para o alcance de respostas pertinentes e relevantes com vistas à necessidade do “Outro”.

As ilações apresentadas buscaram contribuir com a disseminação das informações sobre as políticas públicas governamentais em andamento, que apresentam em sua essência a mediação da informação como cerne para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília/DF, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p.9-32.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. Tradução: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL nº 9.484, de 6 de fevereiro de 2018**.

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2018b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **CNPq e IBICT lançam Lattes Data**. Brasília, DF: CGU, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2020/2/cnpq-e-ibict-lancam-lattes-data>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Inovação e governo aberto na ciência: monitoramento e Execução**. Brasília, DF: CGU, 2018a. Disponível em: <http://governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/40-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-3-docs/inovacao-e-governo-aberto-na-ciencia-monitoramento-e-execucao>. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.244, 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 25 jun. 2021.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Cristiane Luiza Salazar; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O papel da mediação da informação nas universidades. **Revista EDICIC**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 351-359, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115176>. Acesso em: 11 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **O Repositório de Dados de Pesquisa da Cariniana**. Brasília, DF: Ibict, 2015. Disponível em: <https://cariniana.ibict.br/index.php/noticias/222->

o-repositorio-de-dados-de-pesquisa-cariniana. Acesso em: 23 mar. 2021.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução: Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1996.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre Nós**: Ensaio sobre a alteridade. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MARTINS, Ana Amélia Lage; MARTELETO, Regina Maria. Mediações da informação: sentidos sócio-históricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.26, n, 1, p. 174-196, mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/32870/26265>. Acesso em: 02 out. 2021.

NEVES, José Pinheiro. Seres humanos e objectos técnicos: noção de “concretização” em Gilbert Simondon. **Comunicação e Sociedade**, [S. l.], v. 12, p. 67-82, 2007.

ROMEIRO, Nathália Lima; VIOLA, Carla Maria Martellote; BRISOLA, Anna Cristina Caldeira de Andrade Sobral. Técnicos/as em biblioteconomia: quem são, onde se formam, quem os/as formam e por que são tão necessários/as?. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 403-417, 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1521>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da informação: uma análise histórica e discursiva da constituição e desenvolvimento dos conceitos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis, **Anais** [...]. Florianópolis: Ancib, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/55>. Acesso em: 5 jan. 2020.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. O conceito de informação pelo viés da alteridade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis, **Anais** [...]. Florianópolis: Ancib, 2013. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4003/3126>. Acesso em: 29 maio 2019.

SIMONDON, Gilbert. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. Tradução: Pedro Peixoto Ferreira. Paris: Aubier-Montaigne, 2008.

TAYLOR, Charles. **Hegel**: sistema, método e estrutura. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020**. São Paulo: Moderna, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3dpV1oS>. Acesso em: 21 jun. 2021.

**Mediação documentária e
organização dos saberes /
Médiation documentaire et
organisation des savoirs**

Usages vernaculaires et usages véhiculaires: le projet documentaire des institutions culturelles dans la perspective de l'ouverture des données

Marie Després-Lonnet¹, Béatrice Micheau²

1 Introduction

LES RECHERCHES DONT NOUS PRÉSENTONS LES RÉSULTATS DANS CETTE COMMUNICATION se situent dans la filiation du projet de mise en lumière de la fabrique du savoir dans des lieux où “*les mouvements de la pensée prennent forme et matérialité grâce au maniement des objets, des instruments et des signes*”, mené par Christian Jacob (2011). Afin d'éviter l'écueil qu'une entrée par la “donnée” pourrait constituer en gommant la part contingente et spatio-temporellement contextualisée des activités que nous avons observées, nous avons choisi d'analyser différents projets d'ouverture et de partage des données de la culture à partir de deux concepts - “vernaculaire” et “véhiculaire”, qui nous paraissent heuristiques pour les qualifier. Ces concepts, issus de la linguistique, mais également très présents dans le domaine architectural désignent à la fois des manières d'habiter, de concevoir et d'adapter des lieux et de communiquer au sein de différents groupes sociaux. Poser une grille de lecture à partir de ces concepts permet de dé-techniciser la conception des dispositifs info-documentaires et de saisir la part à la fois locale et en partie artisanale de la production des savoirs. Les projets d'ouverture apparaissent alors comme autant de tentatives de dépasser la part vernaculaire des outils et des pratiques qui ont cours dans les institutions culturelles, pour concevoir un commun véhiculaire destiné à faciliter la mise en circulation de discours jusqu'ici propres aux différentes communautés qui collaborent à ces projets. En effet, les systèmes documentaires répondent à des attentes qui, bien qu'elles puissent sembler de prime abord à la fois très normées et très universelles, sont en fait fortement orientées par les contex-

1 Professora da Universidade Lumière Lyon 2, Laboratório ELICO. Contato: marie.despres-lonnet@univ-lyon2.fr.

2 Professora da Université de Lille, Laboratório GERICO. Contato: beatrice.micheau@univ-lille.fr.

tes professionnels et institutionnels dans lesquels ils sont constitués, puisqu'il s'agit pour les organismes au sein desquels ils prennent sens d'enrichir la connaissance des objets qu'ils détiennent à l'usage des experts des domaines concernés.

Considérer la dimension vernaculaire de la constitution des organisations documentaires permet également de mettre en lumière les enjeux communicationnels des projets d'ouverture. Si la documentation est envisagée non pas comme un ensemble d'artefacts mais comme un processus (DESPRÉS-LONNET, 2014), "*opéré par une série d'artefacts médiateurs dans un flux transactionnel reliant des réalisateurs et des bénéficiaires engagés dans une série d'actions conjointes*" (ZACKLAD, 2015, p. 147), alors tout dispositif info-documentaire est d'abord un dispositif de médiation conçu pour répondre aux usages et aux pratiques des collectifs professionnels auxquels il est destiné.

2 Approche méthodologique

Nous avons choisi d'observer l'activité documentaire *in situ*, selon une approche méthodologique qui couple observation de différents collectifs de travail impliqués dans les projets de numérisation et de partage de leurs ressources, entretiens avec les professionnels présents dans les institutions avec lesquelles nous avons travaillé et étude technique, sémiotique et discursive des dispositifs info-documentaires concernées. Cette approche croisée permet de redonner toute son épaisseur sociotechnique à la documentation, non pas envisagée en tant qu'ensemble de documents, mais bien comme production de discours d'expertise situés, à partir d'opérations sémiotiques faites sur des objets et des ressources confiés à des institutions chargées de la conservation et de la valorisation du patrimoine culturel. Cette communication est le résultat d'un dialogue régulier entre nos réflexions sur et dans les projets et des discussions que ces réflexions amenaient au sein du groupe (BRASSEUR, 2012). C'est pourquoi, il nous paraît plus juste de qualifier notre approche de "participation observante" que de recourir au terme habituel d'observation participante. Nous partageons en cela les réflexions de Sarah Labelle (LABELLE, 2020), elle-même fortement impliquée dans différents projets d'ouverture.

Nos analyses ont eu lieu à différents moments des projets et de la transformation des dispositifs ou des objets documentaires. Comme le souligne Latour (1996), tout projet technique est une fiction. En effet, le temps du projet est aussi le temps du passage du "*fait fabriqué*" au "*fait accompli*". Au cours des différents projets sur lesquels nous appuyons notre réflexion, soit nous avons collecté les traces de ce temps de passage à partir des objets et dispositifs documentaires existants et en transformation, soit nous avons été les actrices de ce passage et donc en partie productrices du sens de cette histoire technico-documentaire. Soit parfois, dans

l'enquête ethnographique, nous rendions lisibles les narrations du projet à la fois pour en valider la pertinence auprès des acteurs impliqués et pour en valider les interprétations que nous en faisons (OLIVIER DE SARDAN, 2008).

Dans chaque institution savante ou culturelle que nous avons observée ou accompagnée, l'activité professionnelle passe par une appropriation des objets, leur mise en signification en lien avec cette activité. Les projets documentaires participent donc à la vie triviale des êtres culturels (JEANNERET, 2008) en les délimitant comme objets à décrire, indexer et ranger. Le projet que nous poursuivons vise à mettre en lumière la réalité des usages au sein de collectifs de travail que nous observons en considérant les documents à la fois comme des traces des activités, des artefacts de la vie culturelle locale et comme des écritures situées des objets de la culture. Les projets dont nous avons observé le déroulement ou analysé les résultats (le dispositif) et dont nous avons discuté avec les acteurs impliqués dans leur mise en œuvre sont divers³. Ils ont cependant tous en commun de nécessiter une forme de "remise à plat" mais également "d'introspection" et de dévoilement de pratiques jusque-là en partie informelles et implicitement partagées au sein des institutions et des collectifs concernés. Chacun a donné un éclairage différent et complémentaire sur les questions que pose le passage d'une documentation pensée pour des usages locaux à une ouverture à des publics externes et des usages nouveaux. A partir de différents exemples et des débats qui ont animés les collectifs avec lesquels nous avons travaillé, nous proposons de montrer ce qui se joue dans le passage du vernaculaire au véhiculaire. Il semble important de préciser à ce stade, qu'une des difficultés auxquelles les porteurs de projets se trouvent confrontés est que les demandes institutionnelles de fabrication d'un commun répondent autant à des exigences politiques et/ou économiques qu'à une volonté de faciliter le partage de notre patrimoine culturel, comme en témoignent les métaphores industrielles, qui évoquent volontiers l'existence supposée de gisements ou encore de données "brutes". De ce fait, les usages sont souvent envisagés comme un aboutissement logique de la création même du commun. Il s'agit alors dans les récits du projet, soit de tenter d'abstraire les usages des réseaux locaux des hommes et des lieux (de les "brutifier" au sens de Jérôme Denis et Samuel Goëta, 2016), soit de solliciter des usages putatifs en recourant notamment à la théma-

3 Les principaux projets sur lesquels repose cette communication ont porté sur la conception d'une ontologie de la musique classique (ANR Doremus ANR-14-CE24-0020), sur la numérisation de la documentation muséale (Rizza, 2018), sur l'analyse de la photothèque du réseau Film France (projet Imanow#) et d'une base iconographique partagée (ANR Medphopa ANR-08-JC-JC-0117).

tique de la “créativité”, soit encore dénoncer des usages possibles en même temps que se fabrique le dispositif.

Nous avons donc choisi de qualifier ces projets comme des tentatives de construction d’un commun véhiculaire, censé faciliter la circulation des savoirs et la perception du sens des objets de la culture à différents temps de leur vie triviale. L’intention associée à “l’ouverture des données” serait alors de fabriquer des dispositifs documentaires numériques à partir d’un travail d’interconnaissance des divers habitus, notamment discursifs, de communautés hétérogènes supposées travailler sur des objets communs si ce n’est identiques mais dont il faut acter que ce qui est en dit par chacun est intrinsèquement lié aux activités locales, au vernaculaire.

3 Intérêt heuristique d’une approche des usages vernaculaires et véhiculaires

La documentation est à la fois un ensemble de pratiques discursives qui fabriquent du “commun” et une activité humaine “située”, adaptée aux conditions de vie locale et aux modes d’organisation des groupes sociaux concernés. Les pratiques, techniques et langages documentaires s’ancrent dans des organisations, des activités, des manières de savoir ou de promouvoir. Les envisager en tant que pratiques *vernaculaires* et penser l’ouverture en tant que conception d’une forme *véhiculaire* de la documentation existante, permet d’en révéler les dimensions à la fois contingentes et symboliques en s’attachant à la dimension communicationnelle de ces projets, souvent occultée au profit de problématiques plus techniques telles que l’interopérabilité des bases ou l’alignement des terminologies. Les collectifs que nous avons étudiés partagent une même “culture”, travaillent dans les mêmes lieux, contribuent à des missions communes, collaborent, s’inter-connaissent, partagent des activités et des objets. L’étude des constructions documentaires démontre, comme celle des constructions architecturales qualifiées de “vernaculaires”, la capacité de ceux qui les ont conçues à mobiliser des “matériaux” et des savoir-faire spécifiques, adaptés aux conditions de vie et aux contraintes locales, mais également à prendre en compte des aspects socioculturels spécifiques aux groupes sociaux qui les habitent tels que les modes d’organisation de la vie collective, les usages et les croyances (RAUTENBERG, 1997). Au-delà des aspects matériels, cette approche ethnographique, qui vise à comprendre le sens que les occupants de ces lieux donnent aux activités qu’ils y mènent, permet d’en lire la trace dans l’organisation qu’ils ont mise en oeuvre (ESSESSE, 2021).

Il ne s’agit plus de considérer la documentation comme un ensemble de données à structurer, mais comme une activité d’écriture. L’architecture des dispositifs documentaires, leurs langages et leurs objets sont autant de traces des savoir-faire locaux mobilisés pour décrire, indexer, ranger les objets utilisés, étudiés, produits

et finalement définis par telle ou telle activité, mais aussi des projets de ceux qui les utilisent ou les produisent (FONTORBES, 2013).

4 La documentation, une pratique nécessairement vernaculaire

Les spécialistes et les gestionnaires en charge de la production des ressources documentaires doivent faire avec une multitude de contraintes institutionnelles, techniques, financières, mais surtout, avec ce qui peut être connu et dit des objets dont ils ont la charge, au moment où ils passent, dans chaque institution, un temps de leur riche, épaisse, complexe et résistante vie sociale, de leur trivialité (JEANNERET, 2008). Si l'on veut comprendre à quoi touchent à la fois matériellement et symboliquement ces projets d'ouverture, il paraît important d'entrer dans les coulisses de la production et de l'usage des données concernées afin de montrer la richesse des réflexions et l'intérêt des choix opérés localement, mais également de faire la part de "l'artisanat", du bricolage et de l'ajustement à des besoins situés.

Dévoiler les usages documentaires "ordinaires" permet de démontrer l'importance des contextes sociaux de production dans la fabrication des données et de "*pointer l'illusion de la prétention d'universalité par la standardisation des infrastructures organisationnelles et [...] le fantasme d'un langage transparent, complet et univoque.*" (DENIS, 2016). Dans un document de travail destiné à expliciter les choix d'indexation, une documentaliste de Radio-France écrit par exemple: "Pas de notion de Titre de coffret sur les notices disques issues d'un coffret. On "s'arrange" avec le TITRE_DISQUE"

Nous avons ainsi répertorié diverses formes d'adaptation dans le quotidien du travail documentaire qui n'ont pas vocation à être exhaustives, mais qui font écho à différents travaux théoriques et donnent un éclairage utile sur les multiples facettes du façonnage vernaculaire de la documentation, des revendications les plus "nobles" aux "bricolages" qu'il faut bien finalement admettre lorsqu'on "ouvre" sa documentation à d'autres.

4.1 Porter un regard situé sur les objets de la culture dont la possession et l'inscription locales correspondent à un moment particulier de leur vie triviale

L'acquisition de connaissances sur les objets se fait de manière progressive et distribuée entre les différents acteurs et organismes qui participent à ce processus. Ainsi, les spécialistes étudient sur le temps long les objets qui leur sont confiés. Les descriptions qu'ils en font répondent bien entendu à des normes professionnelles et scientifiques mais également à différentes étapes de leur travail. Les institutions qui détiennent des éléments de notre patrimoine culturel vont également porter un regard différent sur eux en fonction de leurs intérêts. La description des instruments

de musique est un exemple tout à fait parlant de cette adaptation qui dépend de la place qu'ils occupent dans l'institution concernée.

4.2 Respecter les hiérarchies professionnelles et symboliques qui définissent les autorités sur les discours savants (DESPRÉS-LONNET RIZZA, 2021)

La documentation est un travail souvent invisible entre autres parce qu'elle n'est pas systématiquement séparée des pratiques de médiations culturelles et/ou de fabrication des savoirs. La documentation d'une organisation est un processus d'écriture collaborative qui est le résultat du croisement entre autonomisation de la fonction documentaire et pratiques documentantes (DESPRÉS-LONNET, 2014) de ses différents acteurs. La construction vernaculaire des dispositifs documentaires est prise dans des jeux de hiérarchies symboliques, d'autorités et de légitimités discursives, comme par exemple les dossiers d'œuvre dans un musée de Beaux-Arts, qui rassemblent des "données muséales", qui énoncent, pour les conservateurs, la "*loi de ce qui peut être dit*" sur l'œuvre (FOUCAULT, 1969), et la marque de la valeur de leur travail.

4.3 Répondre aux besoins locaux et conserver les écritures "ordinaires" d'activité

Les activités scientifiques menées au sein des institutions chargées de la valorisation des objets de la culture se déploient sur le temps long. Dans le domaine de l'archéologie par exemple, l'analyse et l'interprétation des éléments découverts au cours des fouilles peut prendre plusieurs mois, puis s'enrichir ensuite lorsqu'une problématique les place au centre de nouveaux intérêts de recherche. Ce qui peut être dit sur chaque élément des collections répond donc à une logique cumulative et non exclusive. La photothèque du centre de recherche de Bibracte, est intéressante de ce point de vue car après qu'il a été décidé de normaliser les descriptions en ne conservant que les informations les plus "justes" scientifiquement après l'intervention de chaque spécialiste, l'équipe a opté pour une logique qui préserve plusieurs regards sur les images en fonction des connaissances acquises à différents moments de l'identification des objets et de différentes logiques métier.

4.4 S'adapter aux contraintes de travail de l'organisation (COTTE, 2017)

Les logiques de simplification ou de normalisation sont en tension entre l'uniformisation des procédures et des langages et la volonté de tenir compte à la fois de l'épaisseur des objets et des différents regards portés notamment afin de concilier conservation et usages. Ainsi à la BNF, malgré un formalisme revendiqué par cet acteur central de la production des normes, tous les interprètes d'un "morceau" de musique sont enregistrés dans le même champ INTERMARC (et ceci bien qu'il soit

demandé qu'ils soient distingués) tandis que les autorités (auteur, TUM) doivent être univoques dans leur forme retenue. Cet écart entre désordre et uniformisation s'explique par l'utilisation dévolue aux champs: ceux qui ne sont pas des "points d'accès contrôlés"⁴ et ceux qui le sont. Par ailleurs, plusieurs systèmes coexistent souvent au sein d'un même organisme, à la fois pour des raisons historiques liées notamment au partage des missions ou encore de la spécificité de certaines ressources, mais également afin de tenir compte des besoins et du regard que chaque catégorie d'acteur porte sur les objets.

4.5 Faire avec les fonctionnalités offertes par les dispositifs techniques disponibles (JEANNE-PERRIER, 2006)

L'informatisation des catalogues des institutions culturelles a été fortement soutenue par le gouvernement français dès la fin des années quatre-vingt. Ceci pose paradoxalement problème aujourd'hui, car même si les premiers logiciels utilisés ont depuis été remplacés des systèmes de gestion plus récents, l'important travail d'indexation et de description a été "migré" sans qu'une intervention humaine soit envisagée pour revoir les choix opérés dans le détail, en raison notamment des coûts que cette intervention aurait générés. Les "données" sont donc toujours là, porteuses des contraintes de l'époque à laquelle elles ont été saisies, même si une surcouche "UX" a été ajoutée pour faciliter les recherches. Par ailleurs, les dispositifs techniques de gestion documentaire sont très fortement prescripteurs des formes, formats et usages qu'ils rendent possibles. Les structures des notices, les langages d'indexation, les listes d'autorités, les normes d'échange, etc. sont autant de cadres qui contraignent l'écriture, de par le fait même qu'ils sont conçus pour faire entrer les éléments saisis dans un certain ordre documentaire.

4.6 Assumer qu'il s'agit d'un travail humain fait d'erreurs, d'oublis, de bricolages, de non-respect des normes (VACHER, 1997)

Si une partie des adaptations que nous venons de lister est volontiers admise par les professionnels, voire perçue comme légitime et qualitative, d'autres ne sont dévoilées que dans les tentatives d'automatiser la collecte des structures et des données, pour les "aligner" et parvenir à un continuum documentaire à prétention universaliste. Surgit alors la part "impure" de ce qui n'entre pas dans les logiques algorithmiques: les scories des strates historiques de constitution des catalogues,

4 Un point d'accès autorisé est un terme ou un ensemble de termes dont la forme et la structure sont normalisées, et qui sert de clé d'accès pour la recherche d'information (auteur, titre, sujet, etc.) [Traduction de la définition issue du code RDA: Resource Description and Access].

les raccourcis, bricolages, erreurs, manques, et autres irrégularités, qu'il faut bien assumer et dont les conséquences, en termes de partageabilité doivent être mesurées à l'aune de ce nouvel objectif, alors même que ces imperfections n'affectaient souvent que de façon très marginale le travail quotidien. Comme certaines pratiques langagières vernaculaires peuvent disqualifier socialement les personnes qui y ont recours, les pratiques documentaires locales peuvent être considérées par les acteurs des institutions chargées d'élaborer ou de diffuser les normes dans le secteur culturel auquel elles appartiennent, comme peu légitimes. Comme nous avons pu le constater à plusieurs reprises, la montée en généralité des questions posées est une façon astucieuse de désamorcer les conflits nés des regards et jugements extérieurs sur les bricolages propres à chaque institution et qui peuvent se traduire dans des termes très lourds symboliquement comme "impur" ou "absolutely wrong".

5 Le délicat passage du vernaculaire au véhiculaire

Mener une analyse critique de l'ouverture des données dans la perspective que nous proposons, revient à poser la question du passage du vernaculaire ou véhiculaire. Prenons donc l'expression "ouverture" au pied de la lettre: qu'est-ce qui est fermé et qui nécessiterait d'être ouvert? Au-delà de l'utopie rationaliste et libérale du potentiel heuristique et économique des Big Data, rassembler des données documentaires en créant une nouvelle architecture commune à ces données, ce n'est pas penser de manière idéale et abstraite un modèle de description et de mise en relation des objets. C'est confronter des architectures informatiques, conceptuelles et intellectuelles à des projets allant d'une normalisation-rationalisation de processus documentaires inventés et bricolés sur le temps long, à la fabrication d'une ontologie à prétention universalisante (permettant de décrire et relier tous les objets d'un même champ, et dans tous leurs états), en passant par la valorisation du patrimoine, des territoires ou des mondes savants. Donc qu'ouvre-t-on? Non pas des gisements de données, mais des manières de documenter, mises en débat entre elles, par le projet, et sous la contrainte des systèmes techniques. Tout l'enjeu des projets d'ouverture consiste finalement à décider collectivement de ce dont chacun peut faire le "don" parmi ses ressources et donc les penser dans une perspective à la fois patrimoniale et communicationnelle (DAVALLON, 2006; DENIS, 2018). Il faut en effet tout à la fois parvenir à préserver autant que faire se peut la richesse qu'elles représentent et réfléchir aux évolutions rendues nécessaires par la perspective de les rendre intelligibles et accessibles à d'autres que ceux auxquels elles étaient destinées. Ceci nécessite, de la part des personnes impliquées, un double mouvement d'introspection et de prospection. Il leur faut en effet d'abord reconnaître la part

vernaculaire de leurs pratiques et s'interroger sur la pertinence des choix qui ont été faits pour adapter les discours tenus sur les objets aux contextes professionnels internes, puis décider de ce qu'il serait nécessaire d'adapter pour les adresser à autres. Ceci nécessite de rendre visibles les coulisses de la fabrique des discours tenus sur les objets puis de les repenser, de les réduire (au sens de Latour, 1996) par le travail de normalisation éditoriale, pour espérer ensuite les trouver augmentés dans un commun documentaire véhiculaire, lisible par les machines ou par un public "extérieur" qui n'est souvent que très partiellement déterminé (DESPRÉS-LONNET MICHEAU, 2019).

Cette réécriture, passe nécessairement par la recherche d'un consensus qui ne consiste pas à valider collectivement un potentiel commun documentaire mais à acter la triviale et donc à se mettre d'accord sur les désaccords tout en tentant de départager collectivement les localités nécessaires et non nécessaires, ainsi que ce qu'il convient d'en faire. Les négociations qui mènent à la conception des dispositifs cibles ne sont bien sûr pas exempts d'enjeux de pouvoir entre les différentes communautés ou acteurs impliqués avec de nombreux échanges qui s'organisent autour de questions telles que: la nature des objets décrits, les types de connaissances il serait possible de conserver et créer sur eux, la granularité de leur description, les possibles associations des éléments entre eux et les liens qui les unissent: que la question porte sur l'ordre des objets décrits ou sur les catégories descriptives, l'importance du respect des normes. Le passage du vernaculaire au véhiculaire consiste donc finalement à stabiliser et à inscrire le consensus dans le dispositif documentaire grâce à différentes opérations technico-discursives. Il se construit notamment en tentant de concevoir des formes globalisantes (classes, triplets, relations), à prétention plus ou moins universelle, à partir d'une agrégation/adaptation de différents savoirs, normes et pratiques (dispositives, architecturales et scripturaires) documentaires qui elles sont du ressort du vernaculaire, où les choix des catégories de description, des relations entre les données et entre les catégories, des langages d'indexation ou de description seront le résultat d'un ensemble de processus de discrimination face au foisonnement vernaculaire. Cette "*raison documentaire*" va, comme la langue véhiculaire, vise à neutraliser pour partie le regard local en recourant à une forme de rationalité dont la pertinence est affirmée notamment par l'efficacité technique des constructions ainsi élaborées. L'ontologie en est l'exemple le plus abouti: la beauté graphique des réseaux de concepts, associée à la démonstration de la souplesse et de la puissance des langages de requête sont autant de mise en scènes d'une possible neutralité de point de vue, de l'objectivité et de la rationalité.

5.1 Le choix du temps interprétatif privilégié

Cependant, les tentatives de rapprochement, d'alignement, de partage des discours sur les objets se heurtent à la trivialité. Les objets sont documentés à différents moments de leur vie culturelle et leur analyse repose sur des théories interprétatives légitimées par les systèmes institutionnels et culturels au sein desquels les savoirs sur ces objets sont constitués (FOUCAULT, 1969; DELEUZE, 1989; RUANO-BORBALAN, 2014). Il faut donc décider collectivement des épisodes de leur existence qui seront conservés et du regard sur eux qui sera préservé, à ces temps de leur histoire.

5.2 La dés-spécialisation et l'effacement de contextes trop "typés"

Passer du vernaculaire au véhiculaire est donc une négociation entre différentes communautés travaillant sur des objets proches. Il s'agit alors de dépasser l'adaptation aux contextes locaux pour entrer dans d'autres projets. Le prix de la dés-spécialisation est double: le risque de la perte des contextes locaux et l'éloignement des objets ou de leur sphère de pratiques. Ce qui a conduit l'équipe de Doremus, à "fabriquer" des pochettes d'album ou des portraits d'artiste à la manière des sites de streaming musical afin de rendre plus concrète l'abstraction des catégories et des descriptions textuelles (MICHEAU DESPRÉS-LONNET COTTE, 2017).

Un autre exemple de cette dés-spécialisation est la tendance à une déterritorialisation dans les photographies et leur description dans la base de données FilmFrance. Cette base de données ne regroupe pas toutes les photographies produites par les membres des pôles régionaux, mais une sélection d'images qui promeuvent chaque territoire comme "réservoir" de lieux de tournage. Dans un contexte concurrentiel où la région Hauts-de-France se positionne comme une région première du secteur audiovisuel, les lieux documentés sont paradoxalement déterritorialisés par un effacement de l'histoire des lieux concrets (par exemple les mines) au profit de typologies génériques. Ainsi la catégorie "environnement" liste des paysages-types d'une géographie européenne, vide de son originalité territoriale et c'est précisément ce vide qui fera du lieu, un *non-lieu*, coquille spatiale de tous les tournages possibles.

5.3 La correction des distorsions d'usage des outils et des normes

Les contraintes techniques et fonctionnelles imposées par les outils amènent très fréquemment les professionnels à les adapter pour qu'ils correspondent mieux à leurs besoins. Ainsi, certains champs sont jugés inutiles quand une partie des éléments descriptifs ne peut être enregistrée. Les normes peuvent aussi être jugées trop contraignantes et des accords implicites ou explicites sont passés entre les professionnels. Ce n'est que lorsque les données doivent être "alignées"

ou “moissonnées” que cette pratique courante s’avère problématique, puisque l’automatisation de la collecte repose sur le respect des normes de catalogage. Le travail à fournir est parfois colossal car les adaptations ne sont pas toujours systématiques et les financements obtenus sont une aubaine pour les institutions concernées.

5.4 La montée en généralité et en généralité

Le consensus recherché par les partenaires qui tentent de construire un commun trouve son acmé dans le projet CIDOC-CRM. Comme la stabilisation d’une langue véhiculaire se traduit par la création d’un environnement formel et discursif propre à “*permettre la communication entre des peuples ou ethnies de langues différentes*”, le CIDOC CRM est un modèle conceptuel conçu pour aider à “intégrer l’information culturelle issue de différentes sources dans un seul environnement⁶”. La problématique de l’hétérogénéité des sources est actée d’entrée de jeu, mais le modèle est présenté à la fois comme un cadre et comme un langage formel supposés fournir la “colle sémantique” qui assurera la médiation entre différentes sources d’information sur le patrimoine culturel.

6 Conclusion: construire un commun documentaire véhiculaire

Au-delà de l’utopie d’une “société de la connaissance” qui offrirait un accès égalitaire au savoir et à la culture grâce à la puissance combinée du réseau et d’une interprétation univoque ou à tout le moins suffisamment générique pour englober tous objets de la culture dans un modèle descriptif apte à les abstraire du monde réel, les projets de partage et d’ouverture actent implicitement ou explicitement la trivialité. Leur réussite tient dans la capacité des acteurs à décider ensemble d’un sens qui, à défaut d’être “local” se situe nécessairement à un moment de la circulation des objets et des discours tenus sur eux.

Partager ses données consisterait donc à s’entendre sur la conception collective d’une tierce architecture technico-documentaire qui, comme une langue véhiculaire, servirait de moyen de communication entre des institutions dont les documentations “natives”, sont nécessairement diverses, puisque ancrées dans différentes localités et à différents moments de la vie des objets, mais également proches puisque toutes situées quelque part dans la continuité scripturaire de la fabrique discursive de notre patrimoine. Les “alignements” de thésaurus, la levée des ambiguïtés terminologiques, les décisions sur les regroupements opérés, le choix et

5 Définition du Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales (CNRTL).

6 Pour plus de détail sur le modèle voir le site su CIDOC: <http://www.cidoc-crm.org/>.

le typage des liens ne sont finalement rien d'autre que cette forme d'entente sur le regard qui sera privilégié.

Chacun doit faire une partie du chemin en revoyant ses pratiques locales et ses "petits arrangements" avec les normes à l'aune du projet d'ouverture, mais les enjeux institutionnels et organisationnels sont beaucoup plus larges. En effet, chaque institution concernée doit aussi tout à la fois repenser les modes de description des objets qu'elle détient; revoir les procédures et les compétences des personnes chargées de ces tâches et surtout les penser dans un nouveau cadre, qui ajoute à leurs missions celle de fournir des "données" en en pensant les usages possibles, au-delà de leurs sphères d'usage antérieures (DESPRÉS-LONNET *et al.*, 2017).

La construction d'un commun documentaire n'est cependant pas sans risque. Si l'objectif est d'enrichir la connaissance accumulée localement en facilitant le rassemblement, la communication et la circulation, le premier écueil réside dans la tentation de fabriquer une forme de neutralité qui dé-spécialiserait les descriptions en cherchant à les dé-localiser. Un second risque pointé par Jean-Claude Barbier à propos de l'anglais comme langue véhiculaire dans les échanges au sein de l'union européenne (BARBIER, 2016) est d'ignorer qu'une grande part de la population à laquelle elles sont potentiellement destinées ne possède pas les compétences nécessaires à la compréhension fine du sens des discours tenus sur les objets. Les normes et les pratiques documentaires ont une forme d'évidence pour ceux qui les maîtrisent qui peut les amener à minorer le patient travail d'accompagnement et de médiation nécessaire pour assurer une meilleure compréhension des textes que les dispositifs documentaires permettent de construire.

Enfin, le point le plus crucial touche à la légitimité relative des différents détenteurs de ressources et aux enjeux de pouvoir qui se jouent lorsqu'il s'agit d'investir collectivement les territoires symboliques des uns et des autres. Les organismes qui font valoir une forme de rigueur normative ont alors pour eux la capacité à rassurer sur la stabilité historique et méthodologique des propositions qu'ils font, face diverses formes "d'amateurisme" documentaire qui sont pourtant autant de richesses ancrées dans une connaissance fine de dimensions particulières des objets et de leurs usages.

Bibliographie

ARRIGHI, L.; URBAIN, É. Inclusion, exclusion et hiérarchisation des pratiques langagières dans les espaces plurilingues au 21^e siècle. **Linguistic Minorities and Society**, n. 12, p. 3-14, 2019.

BALLESTA, J.; LARMINAT, E. Manières de faire vernaculaires. Une introduction.

Interfaces, n. 44, p. 9-28, 2020.

BARBIER, J. C. Les dommages de l'anglais comme langue véhiculaire. **Hermès La Revue**, v. 75, n. 2, p. 111-119, 2016.

BRASSEUR, M. L'interaction du chercheur avec son terrain en recherche-action. **Recherches en Sciences de Gestion**, v. 89, n. 2, p. 103-118, 2012.

COTTE, D. La "fabrique du document" à l'assaut des métiers. **Les Enjeux de l'information et de la communication**, v. 18, n. 2, p. 9-17, 2017.

DAVALLON, J. **Le don du patrimoine. Approche communicationnelle de la patrimonialisation**. Paris: Hermès-Lavoisier, 2006.

DELEUZE, G. **Foucault**. Paris: Les éditions de minuit, 1989.

DENIS, J. **Le travail invisible des données. Éléments pour une sociologie des infrastructures scripturales**. Paris: Presses des Mines, 2018.

DESPRÉS-LONNET, M.; MICHEAU, B.; DESTANDAU, M. Interopérabilité et logiques organisationnelles : ce qu'ouvrir ses données veut dire. **Revue COSSI**, n. 3, 2017. Disponible sur: <https://www.revue-cossi.lerass-ceric.com/numeros/n-3-2017-bricolages-improvisations-et-resilience-organisationnelle-face-aux-risques-informationnels-et-communicationnels/663-2-2017-revue-despres-lonnet-micheau-destandau>. Consultés les: 30 juin 2021.

ESSESSÉ, A. En quoi l'architecture vernaculaire peut-elle être une source d'inspiration pour le futur?. **L'Observatoire**, v. 57, n. 1, p. 117-119, 2021.

FONTORBES, J.P.; GRANIE A.M. Traces de l'objet. traces du sujet. Comment les pratiques des traces contribuent à la compréhension de l'identité socioprofessionnelle du chercheur. **Sciences de la société**, n. 89, p. 112-125, 2013.

FOUCAULT, M. **L'archéologie des savoirs**. Paris: Gallimard, 1969.

GOODY, J. **La Raison graphique**. Paris: Éditions de Minuit, 1979.

JACOB, C. (dir.). **Lieux de savoir**. Les mains de l'intellect. Paris: Albin Michel, 2011.

JEANNE-PERRIER, V. Des outils d'écriture aux pouvoirs exorbitants? **Réseaux**, n. 137, p. 97-131, 2006.

JEANNERET, Y.. **La fabrique de la trace**. Londres: ISTE Editions, 2019.

JUANALS, B.; MINEL, J.L. La construction d'un espace patrimonial partagé dans le Web de données ouvert. **Communication**, v. 34, n. 1, 2016. Disponible sur: <https://journals-openedition-org.ressources-electroniques.univ-lille.fr/communication/6650>>. Consulté les: 20 juin 2021.

LABELLE, S. **Médiations et pouvoir de l'agir ingénieur. Mythes et infrastructures des politiques des données**. Mémoire d'Habilitation à diriger des recherches. Créteil: Gripic/Ceditec, Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne, 2020.

LATOURE, B. Transférer les projets dans la réalité. *In.*: CHEVALLIER, D. (dir.). **Savoir faire et pouvoir transmettre: Transmission et apprentissage des savoir-faire et des techniques**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1996.

MICHEAU, B. ; DESPRÉS-LONNET, M.; COTTE, D. La recommandation musicale entre inscriptions documentaires, pratiques sociales et dispositifs d'écoute. *Études de communication*, n. 49, p. 33-56, 2017.

OLIVIER DE SARDAN, J. P. **La rigueur du qualitatif. Les contraintes empiriques de l'interprétation socio-anthropologique**. Paris : Editions Academia., 2008

PALOQUE-BERGÈS, C.. **Entre trivialité et culture: une histoire de l'Internet vernaculaire**. 2011. Thèse de doctorat. Paris: Université Paris 8, 2011.

RAUTENBERG, M. **La Mémoire domestique: la maison rurale des monts du lyonnais**. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 1997.

REBOUL, J. **Les cathédrales du savoir ou les bibliothèques de recherche aux Etats-Unis**. Paris: Presse de la Sorbonne, 1982.

RIZZA, M. **Du support papier au support numérique: répercussions organisationnelles des projets de numérisation du dossier d'œuvre en musée**. 2018. Thèse de doctorat en Sciences de l'information et de la communication. Lille: Université de Lille, 2018.

ROBERT, P. Qu'est-ce qu'une technologie intellectuelle? **Communication et langages**, n. 123, p. 97-114, 2000.

RUANO-BORBALAN, J.C. Les voies de la construction des savoirs légitimes. *In.*: JAEGER, M. (dir.). **Le travail social et la recherche**. Paris : Dunod, 2014. p. 18-33.

VACHER, B. **La gestion de l'information en entreprises**: enquête sur l'oubli : l'étourderie, la ruse et le bricolage organisés. Paris: ADBS Éditions, 1997.

ZACKLAD, M. Genres de dispositifs de médiation numérique et régimes de documentalité. *In.*: GAGNON-ARGUIN, L. ; MAS, S. ; MAUREL, D. (dir.). **Les genres de documents dans les organisations**. Québec: Presses Universitaires du Québec, 2015. p. 145-181.

Arquivamento da web: contribuições para a comunicação científica através das iniciativas de arquivamento e preservação de conteúdos em mídias sociais¹

Danilo Formenton², Luciana de Souza Gracioso³

1 Introdução

AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs), SOBRETUDO A rede *Internet*, possibilitou uma explosão informacional mundial com a rápida publicação, disseminação e consumo de conteúdos especialmente na *Web*. As páginas *Web* (incluindo áudios, vídeos, textos e documentos digitais ou eletrônicos integrados) e as mídias sociais provêm um imediato acesso à conteúdos por *hiperlinks*, multimídias e linguagens de marcação. No entanto, a dinamicidade da *Internet* impondo modificações ou perdas rápidas de acesso às informações somado ao fato da maior parte dos eventos e dos conteúdos serem produzidos apenas na *Web* obrigaram as organizações, como as instituições de memória – os arquivos, as bibliotecas e os museus –, as universidades, os institutos e centros de pesquisa ou as instituições políticas, a desenvolverem e a implementarem iniciativas para a preservação digital e o arquivamento dos conteúdos deste ambiente digital (FORMENTON; GRACIOSO, 2020; ROCKEMBACH; PAVÃO, 2018).

Entre os efeitos do surgimento da *Internet* como principal meio de comunicação científica profissional e de comunicação pública de ciência e tecnologia, Trench (2008) destaca não só as tendências opostas em direção a uma colaboração mais fácil entre os continentes e a uma maior fragmentação, e também os distúrbios notáveis causados pela publicação eletrônica no campo das revistas científicas, com o amplo acesso acadêmico e público às informações científicas. Para o autor estes e

1 O trabalho origina-se de capítulo de Tese de Doutorado em desenvolvimento, apresentando mudanças em relação ao texto original.

2 Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Universidade Federal de São Carlos. Contato: formenton.danilo@gmail.com.

3 Doutora em Ciência da Informação. Professora Associada II no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos. Contato: lugracioso@yahoo.com.br.

outros desenvolvimentos tornaram mais plenamente permeáveis do que antes das fronteiras entre a comunicação profissional e pública, permitindo o acesso público a espaços anteriormente privados e, assim, “transformando a comunicação científica de dentro para fora”. De fato, a comunicação científica sofreu mudanças no decorrer da história desde a sua origem nos povos gregos da Atenas antiga em que grupos se aglomeravam para debater questões filosóficas entre os séculos IV e V a. C. (MEADOWS, 1999).

Como uma subárea da Ciência da Informação no Brasil, conforme Garvey (1979), Mueller (2007) e Pinheiro (2012), a comunicação científica tem seu princípio atrelado a indispensabilidade de garantir a acessibilidade ao crescente volume de publicações científicas, consistindo no processo que inclui a produção, disseminação e utilização da informação a partir da idealização do problema de pesquisa e, ainda, que os resultados sejam reconhecidos como partes do saber científico. À vista disto, fundamentado na era da informação e do ambiente *World Wide Web* que se concretiza cada vez mais como o meio de comunicação mais usado para publicações da sociedade contemporânea (GOMES, 2010), ressaltamos a importância da guarda de nossas heranças e da constituição de uma memória *Web* via práticas de perpetuação dos saberes produzidos às futuras gerações, como as iniciativas internacionais para preservação digital e arquivamento de conteúdos *Web* (FERREIRA; MARTINS; ROCKEMBACH, 2018).

Sobre a qualidade e a veracidade das informações científicas na *Web*, Treise *et al.* (2003) baseados em entrevistas com alunos de graduação de uma universidade americana verificaram determinados fatores de influência na percepção pública da credibilidade dos *sites* de ciências:

- a) Extensão de domínio e prestígio da fonte - *sites* com domínio .gov (governamental) parecem ter maior peso de credibilidade das informações do que *sites* com domínio .com (comercial); e *sites* de nome científico conhecido, como *National Aeronautics and Space Administration* (NASA)⁴, mostram ser mais credíveis do que *sites* de nome genérico, como *Space Science*⁵.
- b) Envolvimento científico – aqueles que estão mais envolvidos com a ciência podem colocar menos ênfase no domínio e na fonte do que a integridade e a verificabilidade das informações (avaliação do conteúdo), à medida que aqueles com pouco envolvimento científico julgam a credibilidade das informações com base, sobretudo, no domínio e na familiaridade da fonte.

4 Disponível em: <https://www.nasa.gov/>. Acessado em: 3 ago. 2021.

5 Disponível em: <https://www.spacescience.org/>. Acessado em: 3 ago. 2021.

Outro condicionante na percepção pública dos conteúdos em *sites* científicos indicado por Lederbogen e Trebbe (2003), através da análise do conteúdo de *homepages* dos *sites* de instituições de pesquisa universitárias e não universitárias alemãs, remete às “linguagens” muito especializadas para a comunicação científica. Estas segundo os autores dificultam a compreensão dos conteúdos, métodos e processos de pesquisa por não especialistas como trazem problemas de legitimação da ciência e apoio do público frente a uma abstenção de discussão da relevância e implicações da pesquisa para com a sociedade.

Segundo os autores a *Internet* poderia ser um meio de promoção da ciência na *Web* e de facilitação do diálogo exigido entre os cientistas e o público, considerando que os *sites* das instituições de pesquisa atendam não somente os interesses de sua própria comunidade científica – estudantes, cientistas etc. –, dispondo conteúdos científicos editados para publicação na *Web*, atualizados e de fácil apreensão, com uso de termos técnicos explicados em detalhes e não limitados à orientação para um público internacional por meio de uma apresentação multilíngue (inglês, alemão etc.). Sob este aspecto, o crescente uso de plataformas de mídias sociais, em especial, o *Twitter*, para difusão de eventos científicos e políticos tem demonstrado um grande potencial na comunicação política e científica, de modo informal, interativa e universal, por meio dos seus variados recursos oferecidos.

Neste contexto, o trabalho tem por objetivo proporcionar uma visão breve e reflexiva das possíveis relações entre o arquivamento da *Web*, como tema de estudo atual na Ciência da Informação brasileira que se constitui em processos para a preservação digital de conteúdos da *Web*, e a comunicação científica, enquanto prática de disseminação dos saberes em ciência para os cientistas e o público leigo. Adotamos uma revisão documental e da literatura específica nacional e internacional (SEVERINO, 2016; SILVA; MENEZES, 2005) sobre estes temas no escopo do uso crescente das mídias sociais (sobretudo, o *Twitter*) para a comunicação política e científica como também das experiências já realizadas de preservação digital dos conteúdos publicados em mídias sociais. Analisa dados do levantamento assistemático de produções científicas como artigos de periódicos e livros no *Google Scholar* e na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), além de conteúdos de *sites* e manuais de iniciativas institucionais, que se relacionam aos assuntos ‘arquivamento da *Web*’, ‘comunicação científica’, ‘mídia social’ e ‘*Twitter*’.

A seguir, discutiremos o potencial do uso das plataformas de mídias sociais, neste caso, o *Twitter*, para a comunicação informal política e científica, relatado na literatura especializada.

2 Uso de mídias sociais na comunicação informal política e científica: o caso do *Twitter*

O *Twitter*, uma rede social e serviço de *microblog*, criado em 2006 nos Estados Unidos, atingiu 330 milhões de usuários ativos mensais em todo o mundo no primeiro trimestre de 2019. Dos países líderes em número de usuários do serviço, o Brasil ocupou a sétima posição com 8,15 milhões de usuários, onde o primeiro e o segundo lugares estavam para os Estados Unidos e o Japão, com 48,35 e 35,65 milhões de usuários, nesta ordem (CLEMENT, 2019a). Aliás, em julho de 2012, conforme levantamento da Semiocast (2012), o Brasil já contava com as suas duas maiores cidades entre as vinte principais cidades do mundo em mensagens publicadas, o qual a cidade de São Paulo esteve na quarta posição e o Rio de Janeiro na décima sexta posição.

Nos últimos anos, o *Twitter* se tornou uma ferramenta crucial na interação dos cidadãos com as autoridades e as instituições políticas, científicas e de pesquisa. Atualmente, a maioria dos países são representados através de contas oficiais no *Twitter*, pessoais e/ou institucionais, administradas por chefes de Estado e de governo e por ministros das relações exteriores que expandem a sua presença *online* e redes diplomáticas digitais. Em 2019, dos líderes mundiais com mais seguidores no *Twitter*, o ex-presidente Donald Trump e a Casa Branca dos Estados Unidos ocuparam o primeiro e o quinto lugar, com mais de 61 e 26 milhões de seguidores ao redor do mundo (CLEMENT, 2019b). As interações dos museus de ciências com seu público no *Twitter*, como exemplificado em Ruppenthal (2019) e em Whipple (2017), e o uso regular da rede por cientistas influentes (YOU, 2014), também evidenciam o *Twitter* como um meio de divulgação e de discussão pública dos fatos científicos. Logo, justifica-se a análise do potencial desta mídia para a comunicação política e científica, com base em seus principais recursos.

Através da bibliografia sobre o potencial do *Twitter* na comunicação, Sánchez e Damas (2015) indicam dez princípios de suas competências funcionais para uma comunicação política avançada que simplifica a transparência e incentiva o envolvimento do cidadão, a saber:

- 1) (Des)intermediário da comunicação política – em oposição as mídias tradicionais, o *Twitter* permite uma comunicação mais direta, bidirecional, transparente e massiva entre políticos e cidadãos. Trata-se de um meio passivo que intervêm só no transporte da mensagem original.
- 2) Espaço público para conversação política – o *Twitter* integra os novos meios de se informar, conversar e divulgar questões políticas discutidas em uma esfera privada, considerando as limitações de acesso do cidadão à mídia tradicional de massa (imprensa, rádio e televisão).

- 3) Nova esfera pública periférica – os recursos e as funcionalidades do *Twitter* cedem estruturas adequadas para direcionar a participação em esferas públicas ou locais de informações e de discussão política não elitista, onde uma determinada opinião pública pode ser constituída.
- 4) Meio para comunicação política – em oposição às mídias convencionais, o *Twitter* propicia uma comunicação política interpessoal interativa e universal, consistindo em um meio sem ideologia que define uma comunicação transparente com livre fluxo da mensagem original.
- 5) Construtor de agenda pública – os mecanismos do *Twitter* demonstram as questões de maior interesse dos cidadãos em tópicos de tendências criando a sua própria agenda pública, com antecedência às mídias convencionais e independente da prioridade atribuída aos assuntos.
- 6) Fonte de informações e opiniões diversificadas – o *Twitter* contribui para uma comunicação política eficaz, rica e de maior qualidade democrática do que as mídias convencionais por ser mais acessível para prover informações e opiniões diversificadas em um fluxo contínuo.
- 7) Recurso para o envolvimento do cidadão – os mecanismos do *Twitter* facilitam uma maior participação e comprometimento político dos cidadãos nas sociedades democráticas com a expressão livre e a consolidação de suas ideias e propostas na discussão de assuntos públicos.
- 8) Meio para representação pessoal do político – a conta do *Twitter* de um político se faz seu próprio meio de comunicação, com processos habituais de informação e atenção ao cidadão, modernizando a sua comunicação pessoal e modelando a sua imagem pública por si mesmo.
- 9) Instrumento de previsão ou de pesquisa eleitoral – a análise do *Twitter* e do conteúdo das mensagens publicadas fornece uma previsão estatística da tendência política da sociedade, repercutindo numa aproximação das opiniões dos usuários desta mídia com as dos cidadãos.
- 10) Meio ideal para situações de crise – o imediatismo e a eficácia comunicativa do *Twitter* o fazem um meio ideal para momentos difíceis e de normalidade política, onde autoridades e agências do governo podem divulgar informações oficiais em resposta aos acontecimentos.

Para Sánchez e Damas (2015) o uso das mídias sociais, como o *Twitter*, trouxe mudanças na comunicação política que, em divergência às mídias tradicionais de comunicação unidirecional de informações, permitem a livre fluidez das mensagens em um meio passivo onde os comunicadores são os próprios cidadãos, as mensagens são diversas e a interação um item crucial. Aliás, para os autores, as

mídias sociais consistem em espaços de adoção gratuita e acessível para comunicação bidirecional, participação e troca democrática de informações, opiniões ou propostas (expressas livremente) dos cidadãos sobre os assuntos políticos.

Su *et al.* (2017), por meio das teorias da comunicação e das relações públicas, analisam ainda o uso do *Twitter* por museus de ciência e centros de pesquisa para comunicação uni e bidirecional relativa ao festival americano de ciências *Nano-Days*⁶. Os autores citam três funções comunicativas básicas dos *tweets* ou mensagens públicas compartilhadas pelas organizações científicas, a saber:

- Informação – compartilhamento de informações com *hiperlinks* para comunicar e promover fatos dos eventos ao público, representando a disseminação unidirecional de informações.
- Participação – compartilhamento de experiências pelas organizações e por voluntários para a mobilização do público, por meio de outros recursos, como menções, *retweets* e *hashtags*.
- Comunidade – compartilhamento e solicitação de atualizações pós eventos para com seus interessados apoiando o engajamento público e a construção de relacionamentos, bem como a criação de um sentimento de pertencimento e de comunidades *online* através de *hashtags*.

À luz dos resultados do estudo, os autores inferem que o uso eficaz das mídias sociais e a sua interatividade imediata, em particular os recursos principais do *Twitter* para comunicação científica uni e bidirecional de informações, permitirá o cultivo de confiança e de relações sustentáveis entre as organizações científicas e as partes interessadas bem como a aprendizagem e o envolvimento público com a ciência; além disso, reconhecem a coexistência do modelo de disseminação unidirecional de informações e do modelo bidirecional nas práticas contemporâneas de relações públicas da ciência.

Contudo, a efemeridade das informações publicadas na *Web* resulta em refletir as questões de autenticidade e de integridade dos conteúdos na sua preservação de longo prazo. Como levantado por Costa, Gomes e Silva (2016), em torno de 80% das páginas da *Web* e 11% dos recursos de mídia social, tal como os postados no *Twitter*, estarão perdidos ou não disponíveis na sua forma original depois de 1 ano

6 O *NanoDays* trata-se de um evento de programas educacionais sobre ciência e engenharia em nanoescala e o seu efeito na sociedade. É organizado pela *Nanoscale Informal Science Education Network* (NISE) e ocorre anualmente em universidades, em centros de pesquisa e em museus nos Estados Unidos. Disponível em: <https://www.nisenet.org/nanodays>. Acesso em: 3 ago. 2021.

publicados, e 13% das referências *Web* em artigos acadêmicos desaparecem após 27 meses. À medida que as citações na *Web* se tornaram comuns com o aumento da quantidade de literatura *online*, a adoção de *links* não persistentes e que decaem ao longo do tempo também causa problemas de acessibilidade aos artigos científicos (GOH; NG, 2007). Outra dificuldade observada em Brunelle *et al.* (2016) e Rockembach e Pavão (2018), corresponde a preservação eficiente dos conteúdos das redes sociais, como o *Twitter*, que junto ao volume informacional gerado, dispõem de arquitetura fechada e dependem de parcerias com as empresas envolvidoras. Apesar destas adversidades, existem experiências científicas para a preservação e o arquivamento da *Web*.

Neste cenário, através da literatura específica, discutiremos em seguida as aplicações do arquivamento da *Web* na comunicação científica pelo seu funcionamento em iniciativas criadas ao redor do mundo de preservação digital dos conteúdos da *Web*, sobretudo em mídias sociais.

3 Iniciativas de arquivamento da web e a comunicação científica: caminhos possíveis

A partir da importância do registro e do armazenamento das informações na *Web* para o acesso futuro e a respectiva comunicação científica, Ferreira, Martins e Rockembach (2018) consideram o arquivamento da *Web* como uma das atividades que objetivam assegurar o potencial informacional e probatório das referências que fornecem subsídios e sustentam as investigações científicas. Para os autores as iniciativas de arquivamento da *Web* concedem origem a referências persistentes, o qual compõem uma memória virtual, assegurando o seu potencial informacional, assim como permitem a validação durante o tempo, assegurando o seu potencial probatório (incluindo a probabilidade de acesso para a validação e a guarda de conteúdo como no ato da coleta dos dados para uma pesquisa específica). Assim, justifica-se entender o arquivamento da *Web* e explorar os projetos de preservação de conteúdos de mídias sociais criados por instituições científicas e de pesquisa de diversos países.

O arquivamento da *Web* é um processo que engloba a seleção e coleta, o armazenamento e a recuperação de informações na *World Wide Web*. A execução destes métodos implica questões éticas e legais, como os direitos autorais e a proteção da confidencialidade ou da privacidade (THE NATIONAL ARCHIVES, 2011; PENNOCK, 2013). Para apoiar o avanço e preservação da *Web* por longo prazo, projetos vêm sendo criados e grupos de trabalho e consórcios internacionais foram fundados, destacando o *Web Archiving Survey Working Group*⁷ da *National Digital Stewardship*

7 Disponível em: <https://ndsa.org/working-groups/content/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

Alliance (NDSA)⁸, o *Preservation Working Group* (PWG)⁹ do *International Internet Preservation Consortium* (IIPC)¹⁰ e o *World Wide Web Consortium* (W3C)¹¹. Na esfera nacional, de acordo com Rockembach (2018) e Rockembach e Pavão (2018), o tema é recente na Ciência da Informação e não existe ainda iniciativas sistematizadas¹², resultando a carência de uma memória da *Web* brasileira.

Dos exemplos de iniciativas de arquivamento da *Web*, destacamos o precursor *Internet Archive*, uma organização sem fins lucrativos, iniciada em 1996 e com abrangência internacional, que coleta exaustivamente e mantém arquivado mais de 330 bilhões de páginas da *Web* com acesso gratuito e em definida época pela ferramenta *WaybackMachine*¹³ (INTERNET ARCHIVE, 2019). Outra experiência importante, através de Byrne (2016), trata-se do *Content Development Working Group* ligado ao IIPC, que coletou *sites*, artigos, notícias, *blogs* e mídias sociais sobre as Olimpíadas Rio 2016. Este grupo efetuou um formulário público¹⁴ para as pessoas ajudarem com a seleção de temas relativos ao evento aludido, onde a *hashtag* #RIO-2016WA no *Twitter* foi usada para acompanhar atualizações desta iniciativa e conectar pessoas dispostas a ajudar com o processo de arquivamento.

Sobre o uso da coleta e arquivamento de *tweets* como método para documentar informações de eventos, temos o caso da 42ª eleição federal canadense de 2015 com

8 O NDSA é um consórcio de organizações envolvidas com a preservação em longo prazo da informação digital, onde as suas atividades estão organizadas por grupos de trabalho e interesses, como pesquisas atuais sobre arquivamento da *Web* e os padrões ou novas tecnologias de armazenamento. Disponível em: <https://ndsa.org/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

9 Disponível em: <http://netpreserve.org/about-us/working-groups/preservation-working-group/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

10 Em 2003, o IIPC foi formado na Biblioteca Nacional da França e, hoje, dispõe da participação de várias organizações, tais como a Biblioteca Nacional do Chile e o Arquivo.pt de Portugal, que devem coletar, preservar e tornar acessíveis o conhecimento da *Web* global. Disponível em: <http://netpreserve.org/about-us/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

11 O W3C é uma comunidade internacional onde as organizações membros (o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, por exemplo), a equipe de profissionais e o público trabalham conjuntamente para desenvolver padrões da *Web*. Disponível em: <https://www.w3.org/Consortium/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

12 Apesar de ainda não haver iniciativas de arquivamento da *Web* sistematizadas no Brasil, nos últimos anos, grupos de pesquisa já foram criados para investigar o tema, como o Núcleo de Pesquisa em Arquivamento da *Web* e Preservação Digital (NUAWEB), da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1769372358627653>. Acesso em: 3 ago. 2021.

13 Disponível em: <https://archive.org/web/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

14 Disponível em: <https://netpreserveblog.wordpress.com/2016/06/27/2016-rio-games-collection-how-to-get-involved/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

uso da *hashtag* #elxn42 no *Twitter* que ensejou o registro colaborativo de informações e a produção de uma memória do evento (RUEST; MILLIGAN, 2016); os canais oficiais dos Jogos Olímpicos de Londres em 2012 e os *tweets* dos perfis do governo inglês no *Twitter* também são mantidos como registros públicos pelo Arquivo Nacional do Reino Unido (THE NATIONAL ARCHIVES, 2019); arquivos do *Twitter* de eventos históricos expressivos são feitos ainda pelo projeto americano *DocNow* que, para Wortham (2016), surgiu ante as reações do *Twitter* após o tiroteio policial de Michael Brown em Ferguson, de 2014, onde a *hashtag* #IfTheyGunnedMeDown desafiou a narrativa liderada pela mídia comum dando início a uma discussão significativa com relação à estereótipos raciais e brutalidade policial.

Reunindo as ponderações de *American Council for Technology-Industry Advisory Council* (2011), de *Archive Social* (c2019a, c2019b), de *Documenting The Now* (c2019), de *International Internet Preservation Consortium* (c2019), de *The National Archives* (2014) e de Thomson (2016), identificamos algumas iniciativas internacionais de preservação e arquivamento de conteúdos em mídias sociais, respaldadas em *Application Program Interface* (API) e na política de uso da mídia social, a saber:

- *COSMOS Platform* – gerida pelo *Social Data Science Lab*¹⁵, da *Cardiff University* no Reino Unido, propõe facilitar análises de dados extraídos de mídias sociais, sobretudo *Twitter*, de modo gratuito e acessível para uso sem fins lucrativos. Os dados brutos (e seus metadados) originais em formato *JavaScript Object Notation* (JSON) são extraídos para uma base local da plataforma, indexados e consultados em uma camada de *software*. Sob a política de coleta, uso e desenvolvimento da mídia, a plataforma está restrita a coletar por dia só 1% dos dados do *Twitter*, que não podem ser armazenados em nuvem e compartilhados com organizações.
- *The Obama White House Social Media Archive*¹⁶ – criado pelo presidente Barack Obama e realizado pela *ArchiveSocial* nos Estados Unidos, objetiva a transparência e a preservação histórica das interações entre 2009 e 2017 por perfis oficiais do presidente e da Casa Branca em mídias sociais (*Twitter*, *Facebook*, *Instagram* etc.), com acesso público a todo conteúdo original gerado. Os registros completos (e os seus metadados) brutos e nativos em JSON ou *Extensible Markup Language* (XML) são coletados e autenticados¹⁷ e, depois,

15 Disponível em: <http://socialdatalab.net/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

16 Disponível em: <https://archivesocial.com/whitehouse/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

17 Disponível em: <https://www.ietf.org/rfc/rfc3161.txt>. Acesso em: 3 ago. 2021.

armazenados em base confiável para a preservação digital, obedecendo a política de uso da mídia social.

- *GESIS Leibniz Institute for the Social Sciences*¹⁸ – maior instituição autônoma de Ciências Sociais da Alemanha, que fez um estudo piloto de coleta e arquivamento de dados de mídias sociais durante as eleições parlamentares alemãs de 2013. No *Facebook*, os dados foram coletados em formato texto e imagens com uso da *Social Data Analytics Tool* (SODATO)¹⁹; no *Twitter*, os *tweets* foram coletados por *hashtag* e período em JSON ou XML e dispostos somente para pesquisadores autorizados. Como desafios do estudo, esteve a volatilidade e a autenticidade dos dados, sendo difícil a reprodução da experiência de uso da mídia social.
- *Social Repository of Ireland*²⁰ – elaborado por consórcio de instituições de ensino e pesquisa irlandesas, visa explorar os desafios do arquivamento de dados de mídias sociais úteis sobre a Irlanda, mantendo-os no *Digital Repository of Ireland*²¹. Dados do *Twitter* são coletados pelo projeto com o uso de palavras-chave e *hashtags*, em especial acerca de figuras públicas irlandesas, localizações geográficas e instituições úteis para a Irlanda, obedecendo também a política de uso da mídia social. Dos exemplos de coleções criadas, estão: dados de *tweets* com as opiniões de cidadãos irlandeses quanto ao casamento de indivíduos do mesmo sexo.
- *Social Media Records in Australia* – o Arquivo Nacional da Austrália²² criou um guia de uso de suas leis, como a *Public Records Act* 2002²³ e a *Archives Act* 1983²⁴ (que definem registro público como um objeto em qualquer formato), para o conteúdo das mídias sociais gerado pelos órgãos governamentais do país. Para o Arquivo Nacional os registros criados como resultado do uso das mídias sociais estão submetidos aos mesmos deveres comerciais e legislativos que os registros criados por outros meios. O manual também elucida o porquê da captura e armazenamento desses registros pelas agências governamentais que os criaram.

18 Disponível em: <https://www.gesis.org/en/institute/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

19 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/295257564_Social_Data_Analytics_Tool_SODATO. Acesso em: 3 ago. 2021.

20 Disponível em: <https://www.dri.ie/projects>. Acesso em: 3 ago. 2021.

21 Disponível em: <https://www.dri.ie/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

22 Disponível em: <https://www.naa.gov.au/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

23 Disponível em: <https://www.legislation.qld.gov.au/view/html/inforce/current/act-2002-011>. Acesso em: 3 ago. 2021.

24 Disponível em: <https://www.legislation.gov.au/Details/C2014C00417>. Acesso em: 3 ago. 2021.

- *Documenting the Now (DOCNOW)*²⁵ – estudo colaborativo entre universidades americanas destinado a propiciar que pesquisadores e profissionais da informação colem e preservem, em escala nacional, os conteúdos do *Twitter* sobre fatos históricos significativos. Utiliza-se de práticas éticas e ferramentas amigáveis em *software* livre, como o *TWARC*²⁶ para baixar dados do *Twitter* em JSON; o *DiffEngine*²⁷ que permite acompanhar as alterações nos artigos de notícias através de seus *feeds Really Simple Syndication* (RSS); e o *Tweet Catalog*²⁸ para baixar dados com identificador do *Twitter* em JSON (<https://github.com/DocNow/catalog>).
- *The National Archives' UK Government Social* – projeto do Arquivo Nacional inglês com a *Internet Memory Foundation* (IMF) para a captura de comunicações do governo por perfis oficiais no *Twitter* e no *Youtube*, garantindo a disposição contínua deste conteúdo. Tal estudo piloto criou soluções para arquivamento automatizado de dados e metadados originais úteis do *Twitter*, atendendo às demandas informacionais dos usuários do *UK Government Web Archive*²⁹; os direitos autorais pelo *Copyright, Designs and Patents Act 1988*³⁰; e a *Public Records Act 1958*³¹, que obriga a preservação dos registros informacionais governamentais.
- *Best Practices Study of Social Media Records Policies* – estudo do *American Council for Technology-Industry Advisory Council* (ACT-IAC)³², que propõe discussões quanto ao uso de mídias sociais, a fim de auxiliar o governo americano e cidadãos a se conectarem de forma mais próxima, colaborativa e aberta. Apesar dos desafios do controle de conteúdo de mídias sociais, especialmente, no armazenamento de registros de domínio público, o estudo indicou melhores práticas, tais como a formação de equipes por arquivistas, gestores *Web* etc.; e a disposição de requisitos para a captura e o agendamento do arquivamento deste conteúdo.
- *Hanzo Archives Limited*³³ – fornecedor inglês de produtos e serviços de arquivamento da *Web* a companhias cujos requisitos legais de descoberta ele-

25 Disponível em: <https://www.docnow.io/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

26 Disponível em: <https://github.com/DocNow/twarc>. Acesso em: 3 ago. 2021.

27 Disponível em: <https://github.com/DocNow/diffengine>. Acesso em: 3 ago. 2021.

28 Disponível em: <https://github.com/DocNow/catalog>. Acesso em: 3 ago. 2021.

29 Disponível em: <http://www.nationalarchives.gov.uk/webarchive/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

30 Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1988/48/contents>. Acesso em: 3 ago. 2021.

31 Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Eliz2/6-7/51>. Acesso em: 3 ago. 2021.

32 Disponível em: <https://www.actiac.org/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

33 Disponível em: <https://www.hanzo.co/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

trônica, de gestão de registros e de consonância exigem que o seu conteúdo *Web* seja capturado defensivamente. Com acesso restrito a clientes e conforme demanda de empresas ou organizações, a coleta pode abranger *sites* corporativos, incluindo contas conectadas e páginas interativas; redes sociais privadas, tais como *Chatter*, *Jive* e *Yammer*; sistemas colaborativos como, por exemplo, *SharePoint* e *Wiki*; além de mídias sociais públicas, como *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*.

À luz das iniciativas descritas neste trabalho e, ainda, pelas observações de Ferreira, Martins e Rockembach (2018) e de Rezende e Martins (2018, 2019), vemos que o arquivamento de conteúdos da *Web*, como nas mídias sociais, mostra o seu valor na comunicação científica por seus potenciais informacional e probatório ou no uso dos dados coletados para análises investigativas. Porém, segundo os autores, vários são os desafios para o arquivamento e a salvaguarda do legado cultural em mídias sociais, tais como a garantia de autenticidade dos dados com imitação da interface nativa original e reprodução da experiência de uso do usuário; as restrições de acesso, uso e desenvolvimento de *software* pelas plataformas de mídias sociais junto a falta de transparência e entendimento de suas práticas de gerência de dados; e os dilemas éticos em se reusar as interações sociais dos indivíduos sem o seu conhecimento, gerando questões de permissões e de privacidade a serem consideradas.

Neste contexto, apesar da importância dos cientistas nas áreas de estudo da preservação de informações digitais, não podemos abandonar o impacto dos grupos de interesse no arquivamento de longo prazo. A título de exemplo, existe um reconhecimento da significância dos criadores ou produtores de conteúdos digitais relacionada aos critérios de seleção e coleta dos dados e informações, abrangendo a sua colaboração no registro de informações em mídias sociais e delimitação do que será ou não arquivado; além das questões com direitos autorais e a proteção da privacidade. Porém, dada a complexidade da preservação digital, torna-se problemático um acordo sobre a legitimidade de participação nas decisões sobre este domínio.

4 Considerações provisórias

O arquivamento da *Web* demonstra a sua aplicação na comunicação científica não só por seus potenciais informacional e probatório (FERREIRA; MARTINS; ROCKEMBACH, 2018), mas também com a possibilidade do acesso contínuo aos dados coletados em mídias sociais por diferentes iniciativas no mundo, que supõem a participação do público no registro colaborativo de dados para fins investigativos

ou de preservação a longo prazo. As ferramentas tecnológicas, como o buscador do *Google* e os recursos do *Twitter* através da *Internet*, permitiram o acesso público a espaços antes privados e liderados pelas mídias tradicionais como romperam limites entre a comunicação entre cientistas e o público leigo com o amplo acesso às informações sobre ciência e tecnologia. O *Twitter*, como ferramenta de divulgação e de discussão pública dos fatos científicos e políticos, manifesta também o seu potencial para a comunicação informal política e científica, uni e bidirecional, baseada em um maior envolvimento dos cidadãos aos assuntos, autoridades ou órgãos dos domínios políticos e técnico-científico. Na condição de um dos países líderes em número de usuários do *Twitter*, o Brasil carece de iniciativas de preservação digital a longo prazo dos conteúdos produzidos no ambiente da *Web*, sobretudo, em mídias sociais, resultando na ausência de um legado cultural digital nacional às gerações presentes e futuras.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- AMERICAN COUNCIL FOR TECHNOLOGY-INDUSTRY ADVISORY COUNCIL (ACT-IAC). ACT-IAC Collaboration & Transformation (C&T) Shared Interest Group (SIG). **Best practices study of social media records policies**. Washington, DC, mar. 2011.
- ARCHIVE SOCIAL. **Social media records in Australia**. Durham, North Carolina, c2019a.
- ARCHIVE SOCIAL. **The Obama White House Social Media Archive**. Durham, North Carolina, c2019b.
- BRUNELLE, Justin F *et al.* The impact of JavaScript on archivability. **International Journal on Digital Libraries**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 95-117, June 2016.
- BYRNE, Helena. **Web Archiving Rio 2016: the story so far**. International Internet Preservation Consortium (IIPC), sept. 2016.
- CLEMENT, J. **Leading countries based on number of Twitter users as of october 2019 (in millions)**. New York: Statista, nov. c2019a.
- CLEMENT, J. **World leaders with the most Twitter followers as of january**

2019. New York: Statista, nov. c2019b.

COSTA, Miguel; GOMES, Daniel; SILVA, Mário J. The evolution of web archiving. **International Journal on Digital Libraries**, v. 18, n. 3, p. 191-205, Sept. 2017.

DOCUMENTING THE NOW (DOCNOW). **About**. United States, [c2019].

FERREIRA, Lisiane Braga; MARTINS, Marina Rodrigues; ROCKEMBACH, Moisés. Usos do arquivamento da *Web* na comunicação científica. **PRISMA. COM**, [S.l.], v. 36, p. 78-98, 2018.

FORMENTON, Danilo; GRACIOSO, Luciana de Souza. Preservação Digital: desafios, requisitos, estratégias e produção científica. **RDBCI: Rev. Dig. Bibliotece Ci. Info.**, [S.l.], v. 18, p. 1-27, 2020.

GARVEY, William D. **Communication**: essence of science: facilitating information exchange among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon Press, 1979.

GOH, Dion Hoe-Lian; NG, Peng Kin. Link decay in leading information science journals. **Journal of The American Society for Information Science and Technology**, [S.l.], v. 58, n. 1, p. 15-24, jan. 2007.

GOMES, Daniel. Preservar a Web: um desafio ao alcance de todos. **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, Lisboa, n. 10, p. 1-9, abr. 2010.

INTERNATIONAL INTERNET PRESERVATION CONSORTIUM (IIPC). About the IIPC. IIPC members. **Hanzo Archives Limited**. c2019.

INTERNET ARCHIVE. **About the Internet Archive**. São Francisco, CA, [2019].

LEDERBOGEN, Utz; TREBBE, Joachim. Promoting science on the web public relations for scientific organizations: results of a content analysis. **Science Communication**, v. 24, n. 3, p. 333-352, mar. 2003.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Literatura científica, comunicação científica e ciência da informação. *In*: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador, BA: EDUFBA, 2007. p.

125-144.

PENNOCK, Maureen. Web-archiving. **DPC Technology Watch Report**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 1-45, Mar. 2013.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Constituição epistemológica e social da comunicação científica no Brasil. *In*: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; OLIVEIRA, Eloisa da Conceição Príncipe de (Orgs.). **Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científicas: transformações em cinco séculos**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 2012. p. 115-148.

REZENDE, Laura Vilela Rodrigues; MARTINS, Dalton Lopes. Experiências e desafios para a preservação digital de mídias sociais. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, [S.l.], v. 33, n. 80, p. 31-56, 2019.

REZENDE, Laura Vilela Rodrigues; MARTINS, Dalton Lopes. Iniciativas científicas de arquivamento e preservação de conteúdos em mídias sociais: panorama atual. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 219-236, jan./abr. 2018.

ROCKEMBACH, Moises. Arquivamento da web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. **RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 07-24, jan./abr. 2018.

ROCKEMBACH, Moises; PAVÃO, Caterina Marta Groposo. Políticas e tecnologias de preservação digital no arquivamento da *web*. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 168-182, jan./abr. 2018.

RUEST, Nick; MILLIGAN, Ian. An open-source strategy for documenting events: the case study of the 42nd canadian federal election on Twitter. **Code4Lib Journal**, [S.l.], n. 32, apr. 2016.

RUPPENTHAL, Alex. Field museum pranks twitter, opens pop-up 'dig site' on Michigan Avenue. **WTTW Science & Nature**, Chicago, apr. 2019.

SÁNCHEZ, Miguel Moya; DAMAS, Susana Herrera. Cómo puede contribuir twitter a una comunicación política más avanzada. **ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura**, [S.l.], v. 191, n. 774, p. 1-14, jul./ago. 2015.

SEMIOCAST. **Twitter reaches half a billion accounts**: more than 140 millions in the U.S. Paris, July, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2005.

SU, Leona Yi-Fan *et al.* Information-sharing and community-building: exploring the use of twitter in science public relations. **Science Communication**, [S.l.], v. 39, n. 5, p. 569-597, 2017.

THE NATIONAL ARCHIVES. **Operational Selection Policy OSP27**: UK Central Government Web Estate. London, apr. 2014.

THE NATIONAL ARCHIVES. UK government web archive. **Twitter Archives**. Surrey, [2019].

THE NATIONAL ARCHIVES. **Web archiving guidance**. [Surrey], c2011.

THOMSON, Sara Day. Preserving social media. **DPC Technology Watch Report**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 1-42, fev. 2016.

TREISE, Debbie *et al.* Cultivating the science internet audience: impact of brand and domain on source credibility for science information. **Science Communication**, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 309-332, mar. 2003.

TRENCH, Brian. Internet: turning science communication inside-out? *In*: BUCCHI, Massimiano; TRENCH, Brian (edit.). **Handbook of public communication of science and technology**. London: Routledge, 2008. p. 185-198.

WHIPPLE, Tom. Science and natural history museums wage Twitter war. **The Times**, England, 19 sept. 2017.

WORTHAM, Jenna. How an archive of the internet could change history. **The New York Times Magazine On Technology**, New York, 21 june 2016.

YOU, Jia. The top 50 science stars of Twitter. **Science**, Washington, DC, 6 oct. 2014.

Análise bibliométrica da produção científica da Rede Mussi

Cláudia Pecegueiro¹, Silvana Vetter²

1 Introdução

A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA É ANTECEDIDA PELA COMUNICAÇÃO QUE DURANTE muito tempo se deu face a face e passa, com as tecnologias de comunicação e informação (TIC), a ser mediada por papel, tinta, fios, ondas eletrônicas, etc. (THOMPSON, 1998). Nesse contexto, o crescente uso do digital “[...] permitiu maiores níveis de automatização, que por sua vez possibilitaram uma crescente disponibilidade de informação que pode ser explorada de uma forma mais fácil, de baixo custo e de um modo rápido.” (GOUVEIA; SILVA, 2020, p. 17). Sabe-se que a comunicação é fundamental no desenvolvimento científico quando, a partir dela, os resultados de pesquisas levados à comunidade científica e, também, às pessoas interessadas, são aprovados ou não. Essa aprovação acontece, segundo Mueller (2012), inicialmente, quando o texto é avaliado para publicação e, posteriormente, quando passa a ser referência para novas pesquisas. Essa difusão facilita a criação e a disseminação de novos conhecimentos e de novas pesquisas (CASALVARA, 2011, p. 17).

Meadows (1999, p. 211) afirma que o grande desafio é que a “[...] informação seja fornecida no momento e na forma que torne mais provável sua absorção pelo pesquisador.”. Nesse contexto, informações têm o objetivo de divulgar os trabalhos e pesquisas realizadas, buscando respaldo de seus pares e conquista da confiabilidade profissional e do desenvolvimento científico/tecnológico de uma determinada área (NASCIMENTO, 2010). Em complemento, escolheu-se a definição de Kuhn (2006, p. 23) como pertinente a este trabalho de que a comunidade científica é [...] composta dos que praticam uma mesma especialidade científica e cujos membros tiveram as mesmas educação e iniciação profissional, absorveram a mesma literatura técnica [...]. Cada comunidade, normalmente, se ocupa de um assunto comum.”.

1 Doutora em Ciência da Informação; Professora adjunta - Universidade Federal do Maranhão (UFM). Contato: clpecegueiro@uol.com.br.

2 Doutora em Ciência da Informação; Professora adjunta - Universidade Federal do Maranhão (UFM). Contato: silnana@yahoo.com.br.

Uma questão a ser considerada é que o quantitativo de informação disponibilizado ao pesquisador tende a ser infinitamente maior do que sua capacidade de absorção, pois o tempo disponível para leitura e reflexão dos conteúdos é cada vez mais limitado. De acordo com Meadows (1999), se a informação desejada não estiver disponível num ponto específico do desenvolvimento da pesquisa, ela perde o sentido. Historicamente, a comunidade científica criou estratégias para fazer circular a informação por ela produzida, ou seja, “[...] o que resulta e é precedido/recebido por um sujeito cognitivo, havendo, neste sentido, sempre uma dimensão subjetiva [...]” (GOUVEIA; SILVA, 2020, p. 23). A divulgação das descobertas, por meio de publicações e de encontros periódicos entre os pares, constituiu-se em ações importantes para disseminar as informações.

O cenário atual, protagonizado pelo vírus da Covid 19, demanda cada vez com mais intensidade, o processamento, armazenamento e divulgação da informação em formato digital e de forma imediata. Tal fato não chega a causar surpresas, pois já se vive, desde o século XX a Sociedade da Informação, que se caracteriza pelo uso predominante de tecnologias informacionais, troca de dados e informação em formato digital (GOUVEIA; SILVA, 2020). O entendimento da necessidade da comunicação na informação não é recente. A França, em 1979, iniciou a disciplina *Sciences de l’Information et de la Communication*, na academia. Desde então, muitos estudos buscam compreender e alinhar essas duas áreas.

Diante dessas reflexões, este estudo tem como objetivo geral mapear a produção científica dos pesquisadores da Rede Mussi, e como objetivos específicos: traçar o perfil dos pesquisadores da Rede, quanto às linhas de pesquisa e área de atuação; analisar as publicações, artigo de periódico, capítulos de livros e anais de eventos científicos, a fim de compreender especificamente, a partir de estudos bibliométricos, quais as linhas de pesquisa; quais as áreas de atuação e como se dão as publicações desses pesquisadores. São resultados preliminares de uma pesquisa maior, abrangendo o Brasil e a França, países que fazem parte dessa Rede.

O presente artigo encontra-se dividido em sete seções assim distribuídas: A introdução, onde se estabelecem as ideias iniciais de que, a partir de estudos métricos da informação, é possível traçar um cenário da produção científica dos pesquisadores da Rede Mussi estabelecidos nas linhas de pesquisa, áreas de atuação e publicações. A seção 2 - Rede Mussi, sua abrangência e atuação, Seção 3 - Estudos métricos da informação e a Seção 4- Produção bibliográfica. Na seção 5 descreve-se o percurso metodológico, em seguida apresentam-se os resultados com algumas reflexões e considerações finais.

2 Rede Mussi: sua abrangência e atuação

Criada em 2007, por iniciativa das professoras Regina Marteleto (Brasil) e Viviane Couzinet (França), após encontro realizado na França, com pesquisadores franceses e brasileiros, consolidando a interlocução sobre o campo de estudos da informação entre o Brasil e a França, a Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação (MUSSI) vem se fortalecendo nos últimos anos [...] com o trânsito de pesquisadores e estudantes de laboratórios de pesquisa dos dois países em conferências, cursos, colóquios, visitas, estágios de pós-doutorado, publicações e outras atividades.” (REDE MUSSI..., [2007], não paginado)

A Rede Mussi reúne pesquisadores brasileiros e franceses inseridos no campo de estudos da informação, interessados nas seguintes temáticas: aspectos epistemológicos, teóricos, metodológicos e práticos do conhecimento, interesses e necessidades sociais. Objetiva a promoção de estudos, formação e trocas entre pesquisadores e estudantes de pós-graduação dos dois países, assim como a criação de elos institucionais e científicos entre grupos e laboratórios de pesquisa (REDE MUSSI... [2007], não paginado)

Articula-se em torno de três eixos temáticos principais: 1) mediações e uso da informação: histórias práticas e aspectos interdisciplinares; 2) mediações, acesso, apropriações e usos dos saberes e da informação: questões práticas e teóricas; 3) mediações e organização de saberes, conhecimentos, informações: questões de representação e de linguagem (REDE MUSSI... [2007], não paginado).

3 Estudos Métricos da Informação (EMI): algumas considerações

Os Estudos Métricos da Informação (EMI) integram as áreas de interesse da Ciência da Informação (CI), focalizam a identificação e a avaliação da informação, seu alcance, influência e impacto, a partir da mensuração e análise da literatura científica, de seus produtores e de sua rede de relacionamentos. Esses estudos têm evoluído seguindo o desenvolvimento das inovações e de novos meios de produção e disseminação do conhecimento. Em um contexto geral, os EMI têm a ver com questões ligadas à comunicação científica, quando buscam o entendimento da forma e sobre por quais motivações os conteúdos científicos são gerados, os canais nos quais esses conteúdos circulam e quais são os indicadores dessas produções e seus impactos (CURTY; DELBIANCO, 2020). As discussões em torno das definições dos Estudos Métricos da Informação, no ponto de vista de Lucas; Zorita e Casado (2013), estão fortemente relacionadas a alguns eventos históricos, como por exemplo a definição de Paul Otlet em 1934, na obra *Traité de Documentation*, na qual ele concebe bibliometria como medida destinada a livros e documentos.

1. Em qualquer área, a medida é uma forma superior assumida pelo conhecimento. Existem razões para constituir em um conjunto coordenado as medidas relativas ao livro e ao documento: a bibliometria.
2. As medidas são as que dizem respeito aos objetos, aos fenômenos ou fatos, às relações ou leis. Tratam do particular (medição [*metrie*] propriamente dita) ou dos conjuntos (estatística). Dizem respeito ao que é ou que deveria ser (unidade e normalização).
3. Os dados obtidos pela medição em geral e pela sociometria em particular são levados em consideração para realizar a bibliometria (OTLET, 2018, p. 17-18)

Assim, pode-se dizer que as métricas utilizadas nos EMI medem e quantificam os objetos de interesse. Embora a contribuição de Otlet para criação e desenvolvimento desses estudos seja inegável, ele foi pouco reconhecido nessa área (LUCAS; ZORITA; CASADO, 2013), vindo obter algum reconhecimento há pouco tempo. Outro ponto importante no histórico dos EMI ocorre em 1969, quando Alan Pritchard categorizou a bibliometria como parte de Estudos Métricos da Informação. Desde então, todos os trabalhos de investigação que faziam uso de “bibliografia estatística” passaram a ser categorizados como EMI. Nesse mesmo ano, como mencionam Lucas; Zorita e Casado (2013), o termo “*Scientometrics*” (cientometria) foi cunhado por Nalimov e Mulchenko, e uma década mais tarde (1979), Otto Nacke, na obra *Informetrie: ein neuer Name für eine neue disziplin* apresentou pela primeira vez o termo informetria. A bibliometria obteve mais notoriedade com a publicação do artigo *Statistical Bibliography or Bibliometrics* de Pritchard que a definiu como aplicação de métodos matemáticos e estatísticos, tanto para livros quanto para outras mídias de comunicação (CURTY; DELBIANCO, 2020).

Quanto aos demais subcampos dos EMI, é possível perceber que, de certo modo, todos têm relação com a bibliometria. Por exemplo, a cientometria, que se refere especificamente à análise quantitativa dos processos científicos da ciência. Esse termo de origem russa, segundo Curty e Delbianco (2020), destacou-se como campo de estudo com a criação do periódico *Scientometrics*, em 1978. Vale mencionar também a definição de Price (1961) (apud LUCAS; ZORITA; CASADO, 2013), para quem a cientometria seria a ciência das ciências, a aplicação de métodos quantitativos para explicar a história da ciência, assim como a sua evolução. Quanto à informetria, Curty e Delbianco (2020) comentam que em 1979, Otto Nacke a definiu como o uso de métodos matemáticos aplicados a fatos e situações relativas aos fenômenos ligados à informação, para descrevê-los, compreender suas leis entre

outros aspectos, envolvendo tanto a informação bibliográfica quanto não bibliográfica, advindas de canais formais e informais.

É importante mencionar os seguintes subcampos: a *webometria*, termo apresentado em 1997, por Almind e Ingwersen como campo que se ocupa da análise da informação (científica, social) no contexto da Web, e envolve tanto técnicas bibliométricas quanto informétricas, para responder à realidade mediada por TIC, em especial a internet (CURTY; DELBIANCO, 2020); a cibermetria que trata de estudo quantitativo sobre construção e uso de recursos informacionais, estruturas e tecnologias em diversos tipos de comunicação mediadas na internet (LUCAS; ZORITA; CASADO, 2013); a *webmetria*, estudo quantitativo da construção e uso dos recursos informacionais, estruturas e tecnologias em sites, cujo principal objetivo é a análise de conteúdos de páginas, a estrutura dos *links*, o uso do site (LUCAS; ZORITA; CASADO, 2013). Observa-se que alguns desses estudos métricos que envolvem TIC tem escopo na interface gráfica da internet e outros focalizam o estudo da internet de modo mais geral.

Percebe-se claramente o pioneirismo da bibliometria como subcampo dos EMI e sua contribuição para o surgimento de outros subcampos. Isto se deve, segundo Noronha e Maricato (2008) à fusão do sufixo “metria” com bibliografia, informação, ciência e biblioteca, que deram origem aos termos bibliometria, informetria, cienciométrica e biblioteconométrica entre outros. Apesar de serem distintos, todos esses subcampos são muito próximos em sua natureza, objetivos e aplicações. Considerando tudo isso, e dada à importância da bibliometria para a análise da produção científica, apresentam-se aqui algumas definições: a bibliometria pode ser caracterizada como um estudo cuja prioridade é a quantificação da literatura, dos processos da comunicação escrita, envolvendo obtenção, tratamento e manejo dos dados bibliográficos procedentes da literatura científica (PRITCHARD, 1969, tradução nossa). Também é considerada estudo da organização, dos setores científicos e tecnológicos, técnica de investigação bibliológica que se ocupa em analisar o tamanho, crescimento e distribuição bibliográfica das várias áreas do conhecimento, além de desenvolver pesquisas focadas nos grupos que as produzem e as utilizam. Por fim, trata-se de disciplina que mede atividades científicas e sociais (LUCAS; ZORITA; CASADO, 2013)

Lucas; Zorita e Casado (2013) argumentam que sob a perspectiva dos objetivos, a bibliometria, no que tange aos estudos quantitativos da literatura publicada, foca em tamanho, crescimento, distribuição, tipologia e idioma, bem como nos aspectos sociométricos de autores e documentos. Foca ainda na relação temática, de colaboração entre autores e nas relações entre autores, documentos e eixo de pesquisa, isto é, visibilidade e/ou impacto. Assim, o interesse de pesquisadores

por estudos métricos, que teve início com a análise de documentos a partir da bibliometria, ampliou-se para novos subcampos direcionados à análise de objetos diversos, devido principalmente ao desenvolvimento e uso das TIC na produção, tratamento e comunicação do conhecimento, evoluindo também, a análise dessa produção. Os estudos métricos da informação, em especial os baseados na bibliometria e na cienciométrica, segundo Noronha e Maricado (2008, p. 123), têm como principais indicadores:

- evolução quantitativa e qualitativa da literatura;
- obsolescência da informação e dos paradigmas científicos
- dinâmica e estrutura da comunicação científica (principalmente formal)
- características e funções de diversos tipos documentais (literatura branca e cinzenta)
- ranking de publicações, autores, instituições, países, etc.
- estudos de citação, fator de impacto.
- relações interdisciplinares, intradisciplinares e multidisciplinares na ciência
- estudos de colaboração científica (principalmente baseados em co-autoria)
- comportamentos de uso e crescimento do acervo em bibliotecas
- evolução de disciplinas, sub-disciplinas e novos conceitos
- características de frequência de ocorrência de palavras em textos (NORONHA; MARICADO, 2008, p. 123).

A bibliometria, segundo Noronha e Maricato (2008) ocupa-se com os aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada em vários suportes, e mediada em diversos ambientes, cujos resultados são usados na elaboração de previsões para apoio às tomadas de decisão. Quanto à cienciométrica, é um subcampo dos EMI que estuda os aspectos quantitativos da ciência enquanto disciplina ou atividade econômica, focalizando atividades científicas diversas, importantes para o desenvolvimento da ciência. Como se pode observar, a evolução dos EMI é de grande importância para a ampliação do universo dos estudos métricos e, sobretudo, para a interpretação dos dados coletados, das metodologias e das TIC sob novas abordagens e variáveis.

No Brasil, as discussões sobre os EMI têm forte relação com os eventos científicos, sendo o primeiro a tê-lo como temática o Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cienciométrica (EBBC), em 2008. Também passou a fazer parte das discus-

sões do Grupo de Trabalho GT7 - Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib). Logo, os EMI correspondem aos estudos teóricos que são metodologicamente aplicados para análise da produção, comunicação e uso da informação em ciência, tecnologia e inovação (NORONHA; MARICATO, 2008). As pesquisas em EMI analisam processos de comunicação, divulgação da informação, e formulam indicadores úteis ao planejamento, avaliação e gestão em ciência, tecnologia e inovação.

O desenvolvimento de pesquisas científicas entre os anos 60 e 80 do século XX, no país, que se intensificou com a criação e cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, em diversas áreas do conhecimento, incluindo a Ciência da Informação, segundo Noronha e Maricato (2008), tiveram forte impacto nos EMI, sobretudo, com a criação de sistemas de informação em saúde (Bireme) e agrícola (Embrapa), com a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atualmente Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (Ancib) entre outras ações.

Todas essas ações ampliaram o interesse por pesquisas que envolvem a coleta de informações sobre o processo das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Houve, portanto, ampliação dos estudos métricos, ou seja, intensificou-se o uso das técnicas de medição para coleta e análise de dados. No Brasil, como apontam Noronha e Maricato (2008), uma das preocupações dos pesquisadores que fazem uso dessas técnicas é estabelecer indicadores específicos, apropriados para a ciência gerada no país. Também, em diversas áreas do conhecimento, os cientistas brasileiros têm recorrido a bases de dados como a *Scielo*, por exemplo, em detrimento das bases mais tradicionais e, nos anos 90 do século XX, é possível perceber o crescimento contínuo da produção de estudos com metodologias quantitativas, envolvendo especialmente as novas tecnologias disponíveis, como *softwares* específicos, usados tanto para coleta quanto para tratamento de dados. Com base no ponto de vista de Curty e Delbianco (2020), pode-se dizer que levando em conta o foco de interesse, a natureza da informação e o objeto de análise, com o desenvolvimento das TIC, os EMI passaram a focar principalmente nos artigos científicos on-line e nos diversos recursos de informação presentes em redes sociais, repositórios e demais recursos Web. As métricas voltadas para a análise desses novos recursos são conhecidas como métricas alternativas.

4 Produção bibliográfica como canal de comunicação e divulgação dos pesquisadores brasileiros vinculados à Rede Mussi: artigo científicos, capítulo de livro e anais de eventos científicos

Tratar da comunicação científica implica em compreender os canais de comunicação: informal, semiformal, formal e superformal sem, contudo, esquecer que a literatura científica é um produto da atividade científica e que objetiva provar ou convencer os demais de seu relato visando futuras citações. O trânsito do canal informal para o superformal pode ser observado no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Canais de comunicação

INFORMAL	Se dá pela oralidade, com contatos interpessoais e isentos de qualquer formalismo, também denominado de comunicação oral.
SEMIFORMAL	Possui traços informais em sua apresentação oral e discussões mas, também, traços formais em sua divulgação por meio de cópias ou edições. Pode ser exemplificada pelas comunicações em encontros científicos; pelas pré-edições (preprints); as versões provisórias (prepapers); as cartas aos editores comunicando pesquisas em andamento (letters) e outros gêneros de publicação.
FORMAL	primam pelo registro escrito como artigos publicados em periódicos científicos, livros.
SUPERFORMAL	trata-se de publicações resultantes de serviços de indexação e resumos, tais como bibliografias de bibliografias, abstracts ou obras específicas de revisões de literatura.

Fonte: Targino e Torres, (2014).

Independente do canal de comunicação utilizado, concorda-se com Borges (2017) quando afirma que “Os canais formais e informais de disseminação da ciência não são apenas um modo distinto de expressão, antes assumem aspectos diversos de atualização, mais ou menos célere, de revisão ou certificação e de preservação.” Ou seja, são indispensáveis para o entendimento do percurso científico. Artigo científico, trata-se de parte de uma publicação com temporalidade intervalar pré-fixada ou não. Cunha e Cavalcante (2008, p. 32) conceituam como “[...] *paper, scientific article* bib edit texto escrito que foi aprovado para publicação ou publicado num periódico científico [...]”. Esse conceito vem se expandindo à medida em que o artigo científico vem sendo publicado em outras fontes, tanto formais como os anais de eventos, como informais a exemplo dos preprints, blogs entre outros. Os capítulos de livros tratam-se de publicação formal, que segundo a ABNT, NBR 6023 (2018) configuram-se como seção, parte ou divisão de um documento, numerado ou não. Em alguns casos, o capítulo é parte de uma única obra e em outros integra uma coletânea com temáticas definidas e diferentes autores. Ainda como canal formal destacam-se os anais de eventos científicos, produto de comunicações, palestras, conferências entre outras apresentadas em um evento que congrega especialistas de uma área do conhecimento

ou de áreas afins. Os anais de eventos científicos são produtos de encontros de especialistas de áreas afins do conhecimento “Promovidos, em sua maioria, por instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, órgãos governamentais ou sociedades científicas e associações de classe, são imprescindíveis para atualização profissional, contatos pessoais e avaliação de trabalhos inéditos.” (TARGINO; NEYRA, 2006, p. 13). Estes eventos mantêm características informais, quando da apresentação oral de suas pesquisas e das conversas entre uma apresentação e outra, colégio invisível, e formais quando da produção dos anais, divulgação impressa ou eletrônica em forma de artigos dos trabalhos apresentados (TARGINO; NEYRA, 2006).

5 Metodologia

Com o intuito de mapear a produção científica dos pesquisadores da Rede Mussi, este estudo caracteriza-se como descritivo, ao lançar mão de métodos de pesquisa bibliográfica (GIL, 2017) e bibliométrica, com o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados nos currículos cadastrados pelos pesquisadores na Plataforma Lattes e no Google Scholar. Procurou-se compreender e descrever as características da produção científica desses autores e relacionar as diversas variáveis que emergiram sobre o objeto de estudo.

Estudos bibliométricos são essenciais para pesquisa sobre a literatura científica, bem como para subsidiar políticas públicas para avaliar e incentivar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, entre outras utilidades (OLIVEIRA, 2018). Neste sentido, mensurar e avaliar a produção científica é ação de pesquisa necessária para visualizar o comportamento da ciência, por meio de indicadores bibliométricos. No ponto de vista de Morales *et al.* (2017) estudos de caráter bibliométrico têm sido realizados sob três perspectivas: a) os que estudam as revistas científicas de determinada área; b) os que analisam a produção científica, em área específica, sob a perspectiva global nos diferentes formatos e, c) os que analisam a produção científica em áreas específicas dentro de uma área mais geral. A presente pesquisa enquadra-se nesta última perspectiva, na medida em que apresenta um estudo sobre a produção científica dos pesquisadores brasileiros vinculados à Rede Mussi demonstrando, a partir da linha de pesquisa, o seu perfil, área de atuação, tempo de atuação na Rede e produção bibliográfica: artigo, capítulo de livro e anais de eventos científicos.

Portanto, o estudo aqui proposto insere-se no rol dos EMI, cujos principais focos, segundo Oliveira (2018) são a análise da produção científica, os pesquisadores, sua colaboração, o impacto (citações), obsolescência entre outros indicadores. *A priori*, foi traçado o perfil dos pesquisadores a partir da sua identificação, linhas de

pesquisa, índice H, área de atuação e tempo de atuação na Rede Mussi. Em seguida, buscou-se analisar a produção bibliográfica, individual ou coletiva de cada pesquisado, mapeando os artigos completos, capítulos de livro e trabalhos em eventos científicos.

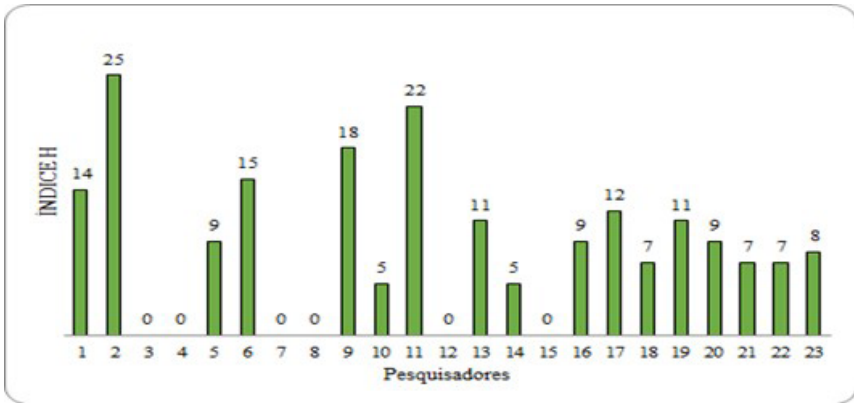
O desenvolvimento da pesquisa envolveu, inicialmente, somente os pesquisadores brasileiros da Rede Mussi, por se tratar de um recorte de um estudo mais amplo, com abrangência dos pesquisadores do Brasil e da França. Conforme consta no site da Rede, o Brasil está representado por 23 pesquisadores. A coleta de dados ocorreu em maio de 2021, na Plataforma Lattes e na base do Google Acadêmico. Ambas as plataformas foram contempladas por serem livres, de fácil acesso e os dados disponíveis respondem aos objetivos da pesquisa.

6 Resultados e discussão

O estudo da comunicação científica está imbricado ao entendimento da comunidade que o constitui. Em paridade com o objetivo traçado, qual seja mapear a produção científica dos pesquisadores brasileiros da Rede Mussi; traçar o perfil desses pesquisadores quanto às linhas de pesquisa e área de atuação; analisar as publicações, artigo de periódico, capítulos de livros e anais de eventos científicos, serão apresentados os resultados, seguindo os aspectos relacionados ao perfil do pesquisador e a sua produção bibliográfica. Sobre o perfil, estes foram caracterizados por linhas de pesquisa, índice H, área e tempo de atuação na Rede Mussi.

Quanto às linhas de pesquisa percebeu-se uma divergência nas nomenclaturas utilizadas, isso talvez se dê por conta das origens institucionais diferentes, com terminologias próprias. A partir da categorização proposta por Bardin (2009) – semântico, sintático, léxico e expressivo, optou-se pelo critério semântico que permite o entendimento da área via temas expressos nos documentos. Pode-se inferir que as linhas de pesquisa, extraídas nas bases pesquisadas, centralizam-se nas áreas de cultura, ética, filosofia, gestão, memória, organização, práticas e saberes da informação. A média encontrada foram três linhas por pesquisador. Chama a atenção um único pesquisador atuando em sete diferentes linhas de pesquisa. Com relação ao índice H (Gráfico 1), o número de trabalhos publicados por citação, foi observada uma média de 8,5 por pesquisador, esse número poderia ser mais elevado, caso todos os 23 pesquisados tivessem perfil cadastrado no Google Scholar.

Gráfico 1 - Índice H



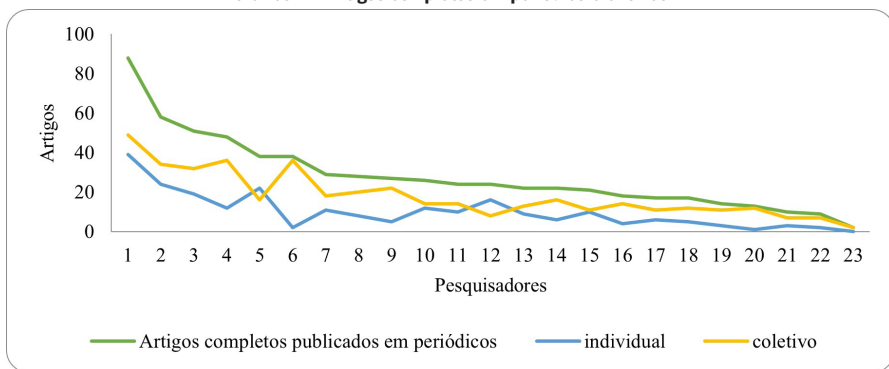
Fonte: Google Escola

Sobre um número considerável de pesquisadores não terem o índice H, causa certa estranheza, dado que o Google Scholar é uma ferramenta amplamente usada no meio acadêmico para medir citações de forma confiável (SOARES; LIMA FILHO, 2017). No levantamento das áreas de atuação, foi desprezada a “Grande Área”, uma vez que todos os pesquisados atuam na área das Ciências Sociais Aplicadas. No mapeamento das “áreas”, como era esperado, a Ciência da Informação destaca-se dentre as demais, ressalta-se que cada pesquisador pode registrar mais de uma área de atuação. No que tange às “subáreas” de atuação, foram registradas 49 diferentes subáreas nos Lattes analisados. Obtiveram mais ocorrências as de: Biblioteconomia (8) e Teoria da Informação (7), Memória Social e História, com 4 ocorrências cada; com 3 ocorrências a Organização da Informação; Sociologia da Cultura, Políticas Públicas, Arquivologia, Disseminação da Informação, Terminologia, Tecnologias da Informação, Narrativas, Sociologia da Cultura com 2 ocorrências cada, e as demais 35 com apenas uma ocorrência. Sobre o tempo de atuação na rede, encontrou-se o tempo máximo de 12 anos, com 4 ocorrências e o tempo mínimo de 3 anos, com 3 ocorrências. Sabe-se que:

Em junho de 2007 foi realizado, na França, o primeiro encontro para discutir a criação de uma rede de pesquisadores em informação conservando o espírito otletiano, apagando-se fronteiras geográficas e institucionais para promover estudos e pesquisas conjuntas sobre o papel exercido pela informação no desenvolvimento das sociedades (REDE MUSSI, [2007]).

Dessa forma, o tempo de atuação na rede não poderia ser superior aos 13 anos referentes à data da sua criação. Targino e Neyara (2006) declaram que os membros da comunidade científica, expressão que designa os partícipes de uma comunidade, que, de fato, compartilham paradigmas idênticos, possuem interesse em torno de uma especialidade. A variedade do tempo de atuação de um pesquisador em um determinado grupo está diretamente relacionada com o seu interesse de atuação na área específica. Trilhando o objetivo proposto na pesquisa, buscou-se, em um segundo momento, analisar os pesquisadores da Rede Mussi a partir da produção bibliográfica de cada membro. Na produção bibliográfica, a pesquisa limitou-se a artigo científico, capítulo de livro e trabalho publicado em anais de evento científico. Tais fontes foram selecionadas com base no estudo de Targino e Torres (2014) que identificam 39 tipos de fontes de informação, das quais destacam-se, em ordem de preferência dos pesquisados, livro, artigo de periódico e *paper* de conferência. No presente estudo optou-se em ordenar por artigo de periódico, capítulo de livro e anais de evento, obedecendo a ordem apresentada na Plataforma Lattes, onde foram coletados os dados da pesquisa. No gráfico 2, a seguir, apresenta-se o total de artigos completos publicados em periódicos, de forma individual ou colaborativa.

Gráfico 2 - Artigos completos em periódico científico

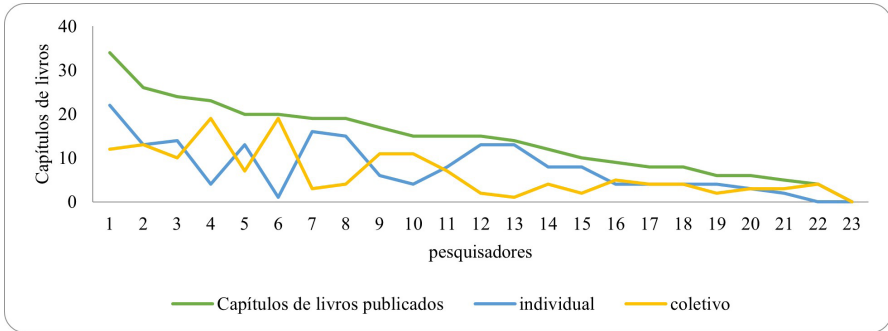


Fonte: Dados da pesquisa.

O total de ocorrência de artigos científicos publicados foi de 644, o maior número encontrado no período da pesquisa foi 88, sendo 39 produzidos em colaboração e 49 produzidos individualmente. No eixo contrário tem-se, como menor incidência de produção, 2 artigos, publicados coletivamente. O estudo mostra uma tendência para a produção em coletividade sobre a produção individual, o que reafirma o papel da ciência enquanto atividade de caráter institucional e colegiada. O gráfico 3 a seguir traz a produção de capítulos de livro, dos pesquisadores da

Rede Mussi (329), que curiosamente mostra-se inversamente proporcional no que se refere à produção individual ou coletiva demonstrada em artigos de periódico, conforme o gráfico 2. Embora, Meadows (1999) relate que os livros são vistos como uma publicação importante dentro da comunidade científica, no cenário da pesquisa percebeu-se que esse canal de divulgação científica não é uma das principais escolhas dos pesquisadores da Rede Mussi.

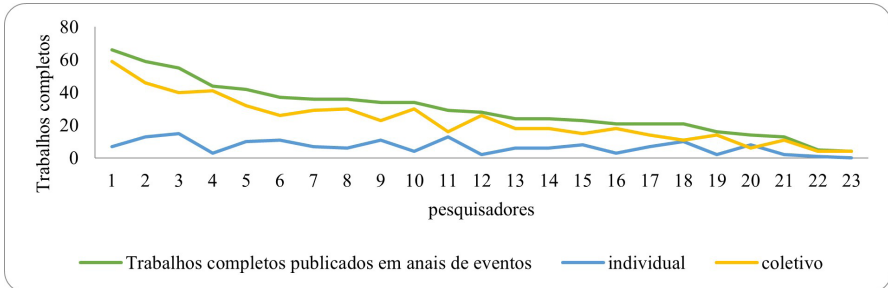
Gráfico 3 – capítulo de livro



Fonte: Dados da pesquisa.

Os trabalhos em eventos, com 671 ocorrências, foi o primeiro canal de comunicação no ranque da pesquisa, conforme demonstra gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Trabalhos em anais de evento



Fonte: Dados da pesquisa.

Os anais de eventos científicos se configuram com o produto de reuniões de especialistas que se organizam em torno de uma ou mais linhas de pesquisa de uma área do conhecimento. Tais reuniões são utilizadas para divulgação das pesquisas dos grupos de trabalho (GT), agrupados em diferentes instituições ou áreas temáticas, o que justifica o maior número de produção de forma coletiva. Mais uma vez

a autoria coletiva supera a individual o que representa uma prática da produção científica em parceria.

7 Conclusão

Este estudo buscou mapear a produção científica dos pesquisadores brasileiros da Rede Mussi, para traçar o perfil de seus pesquisadores, quanto às linhas de pesquisa e área de atuação e analisar as publicações, artigo de periódico, capítulos de livros e anais de eventos científicos.

O estudo atendeu aos objetivos propostos e revelou, sobre o perfil dos pesquisados, que: eles atuaram em pelo menos três linhas de pesquisa diferentes e, ainda que tenha havido divergência na nomenclatura dessas linhas, a exemplo de políticas e práticas culturais e políticas informacional e cultura, identificou-se diversidade na cadeia produtiva dos pesquisadores e que grande parte delas está vinculada a instituições públicas; o índice H que apresentou média de 8,5 por pesquisador, poderia ser mais elevado se eles se cadastrassem e/ou atualizassem seu perfil no Google Scholar; o tempo mínimo de atuação dos pesquisadores na Rede Mussi foi de 3 anos e máximo de 12 anos, sendo que boa parte deles atuam praticamente desde sua criação, o que demonstra experiência e que a Rede vem se fortalecendo e ampliando sua contribuição em pesquisa científica.

Durante a pesquisa foi identificado um interesse maior entre os pesquisados em publicar nos anais de eventos científicos, 671; seguido dos artigos científicos, 644. Os capítulos de livros, com 329 publicações parecem não ser o canal de comunicação preferencialmente usado pelos membros da Rede Mussi. Considerando que o formato de trabalhos publicados em anais iguala-se ao de artigo, concorda-se que “Em todas as matérias os artigos de periódicos são um tipo mais comum de publicação de pesquisa.” (MEADOWS, 1999, p. 69).

O estudo mostrou tendência de produção científica em colaboração, o que comprova a intensificação das interações e fortalecimento da rede de autores para atuação em pesquisa científica. As técnicas bibliométricas adotadas demonstraram-se importantes e úteis para a descoberta do perfil e da produção científica dos pesquisadores da Rede Mussi. Os dados da pesquisa podem ser usados como fonte para novos estudos e como ferramenta destinada ao planejamento de políticas, para a compreensão da ciência tanto pela comunidade científica quanto por outros segmentos sociais.

Referências

ARAÚJO, C. A. A. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Coimbra: edições 70, 2009.

BORGES, M.M. Reflexos da tecnologia digital no processo de comunicação da ciência. *In*: VICENTINI JORENTE, M. J.; ILANES PADRÓN, D. (org.).

Una mirada a la ciencia de la información desde los nuevos contextos paradigmáticos de la posmodernidad. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

CURTY, R. G.; DELBIANCO, N. R. As diferentes metrias dos estudos métricos da informação: evolução epistemológica, inter-relações e representações. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, v. 25, p. 1-21, 2020.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/147/14763386050/html/index.html>. Acesso em: 13 jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e74593>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLVEIA, L.B. SILVA. A.M. A Infocomunicação ou a convergência das Ciências da Informação e da Comunicação para um objeto comum. **Páginas a&b**, [S.l.], v. 3, n. especial, p. 15-33, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasab/article/view/7814/7171>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/FMfcgzGkZQJmQcVHZSPfFxGJDhlmqJNw?projector=1&messagePartId=0.1>. Acesso em: 01 jul. 2021.

LUCAS, E. O.; ZORITA, J. C. G.; CASADO, E. S. Evolução histórica de investigação em informetria: ponto de vista espanhol. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 255-270, p. 255-270, maio 2013. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MORALES, A *et al.* Análisis bibliométrico de la producción científica en educación musical em España. **Revista Española de Pedagogia**, [S.l.], v. 75, n. 268, p. 399-414, 2017.

MUELLER, S. P. M. Literatura científica, comunicação científica e Ciência da Informação. *In*: TOUTAIN, L. M. B. B. **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2012.

NORONHA, D. P.; MARICATO, J. M. Estudos métricos da informação: primeiras

aproximações. **Enc. Bibli.** R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 1. sem., p. 116-128, 2008.

OLIVEIRA, E. F. T. **Estudos métricos da informação no Brasil**: indicadores de produção, colaboração, impacto e visibilidade. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

OLIVEIRA, E. F. T.; GRACIO, M. C. C. Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil: comparando indicadores bibliométricos entre países de destaque. *In*: HAYASHI, M. C. P. I.; MUGNAINI, R.; HAYASHI, C. R. M. **Bibliometria e cientometria**: metodologia e aplicações. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

OTLET, P. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. Tradução: Antônio Agenor Briquet de Lemos *et al.* Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2018. cap. 2 e cap. 3.

PRITCHARD, Alan. Bibliografia estatística ou bibliometria?. **Journal of Documentation**, [S.l.], v. 25, n. 4, p. 248-349, jan. 1969. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236031787_Statistically_Bibliography_or_Bibliometrics. Acesso em 28 jun. 2021.

REDE FRANCO-BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM MEDIAÇÕES E USOS SOCIAIS DE SABERES E INFORMAÇÃO – REDE MUSSI. [**Sobre, História, Temática**] [2007]. Não paginado. Disponível em: <https://remussi.org/historia>. Acesso em 28 jun. 2021.

SOARES; S. V.; LIMA FILHO, R. N. É o Google Acadêmico uma opção plausível para análise de citações dos periódicos brasileiros de contabilidade? *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17, 2017, Mar del Plata. **Anais** [...]. Mar del Plata: Universidade Nacional de Mar del Plata, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181081/101_00229.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 jan. 2021.

TARGINO, M. G.; TORRES, N. H. Comunicação científica além da ciência. **Revista Ação Midiática**: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, [S.l.], n. 7, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36899/22924>. Acesso em 07 jun. 2021.

TARGINO, M.G.; NEYRA, O.N.B. Dinâmica de apresentação de trabalhos em eventos científicos. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 13-23, jul./dez. 2006.

**Mediação documentária e cultura /
Médiation documentaire et culture**

Bibliothèque et jardin: approche sensible d'une médiation

Isabelle Fabre¹, Sylvie Sognos²

1 Introduction

EN FRANCE, LES BIBLIOTHÈQUES PUBLIQUES, LIEUX D'ORGANISATION DU SAVOIR, évoluent en prenant davantage en compte la dimension sociale dans une démarche de démocratisation culturelle et de vivre-ensemble. Parallèlement, les bibliothèques universitaires, pour faire le lien entre pratiques de formation et d'apprentissage et les espaces de vie étudiante, font le choix de s'inscrire plus fortement dans le territoire du campus. Rompant ainsi avec des espaces et des postures contraintes, elles s'ouvrent à des contextes de travail pluriels et des pratiques d'étude diversifiées (FABRE; LIQUETE, 2019). Elles proposent des espaces informels, rompant en cela avec le modèle classique de présentation verticale du savoir pour offrir une vision plus horizontale du contemporain (RUFFEL, 2016), faite d'expériences enrichies. Elles investissent les espaces extérieurs en créant par exemple terrasses, patios et jardins. Les bibliothèques construites récemment intègrent l'idée de jardin comme objet de l'espace public, objet culturel du fait même de sa circulation créative (JEANNERET, 2008). Cela bouscule les pratiques ordinaires et les manières d'habiter propres à chacun de ces deux territoires symboliques (BERQUE, 2007; SEGAUD, 2010). Or, le dialogue entre bibliothèque et jardin semble à ce jour sous-estimé dans le rôle de médiation qu'il suggère comme dans sa force heuristique. Pour tenter de le mettre au jour, nous avons souhaité étudier en quoi la réflexion sur l'aménagement d'une terrasse paysagère dédiée à la lecture et aux pratiques d'étude nomades pouvait éclairer les manières d'habiter la bibliothèque (AMAR *et al.*, 2019; DEHAIL, LE MARREC, 2018) et, au-delà, construire un vivre-ensemble (CAUNE, 2017).

1 Professeure en Sciences de l'information et de la communication. Ecole nationale supérieure de formation de l'enseignement agricole (Ensfea) UMR EFTS, Université de Toulouse 2 Jean Jaurès. Contato: isabelle.fabre@ensfea.fr.

2 Docteure en Sciences de l'information et de la communication. Ecole nationale supérieure de formation de l'enseignement agricole (Ensfea). UMR EFTS, Université de Toulouse 2 Jean Jaurès. Contato: sylvie.sognos@ensfea.fr.

2 Habiter la bibliothèque

Habiter signifie en termes courant occuper un lieu, se tenir ou se trouver habituellement dans, et par extension, vivre dans un espace qui offre les conditions nécessaires de vie et de développement. Habiter, c'est s'assurer et légitimer une présence valorisante dans l'espace, en faire un usage autonome, se l'approprier, faire sa "place" au sens large dans la société. Pour "habiter" il faut donc s'approprier l'espace dans lequel on se trouve. L'appropriation symbolique/identitaire d'un lieu suppose sa pratique concrète, régulière et démonstrative. Elle est "le mécanisme par lequel un être se fixe dans un espace qu'il ressent comme étant le sien" (MOLES; ROHMER, 1998). "Par cette appropriation, le sujet devenu habitant valorise mentalement son espace, y associe des significations et parfois même le modifie matériellement par son action" (MOLES; ROHMER, 1998).

L'appropriation est fortement liée à l'expérience et plus particulièrement à l'expérience esthétique qui est "un segment de l'expérience vécue, développée sous la forme d'une activité sensible et intelligible, ayant une unité définie dans un temps et un espace sociaux" (CAUNE, 1997). Expérience de la relation à l'autre, elle se donne à voir et à entendre dans la sphère du sensible et des différentes médiations. "Elle se met en forme à partir de dispositifs de production et de diffusion des objets culturels qui relèvent des sciences de la communication" (CAUNE, 1997). Selon Jean Caune, "il s'agit de réfléchir sur les médiations qui empruntent à l'expérience esthétique sa capacité d'influencer notre perception, de conditionner notre imaginaire, de mobiliser nos émotions et notre implication affective" (CAUNE, 1999).

Bien que désintéressée, cette expérience peut également, selon Marianne Massin, avoir une dimension méliorative et par là même devenir transformative. Elle peut être "outil d'une quête heuristique pour appréhender d'autres possibles que ceux des habitudes et des contraintes ordinaires et conventionnelles" (MASSIN, 2013). Elle offre en ce sens un moyen d'émancipation. Plutôt qu'une contemplation passive et désengagée, l'expérience esthétique offre une manière d'inscrire l'espace environnant à l'intérieur de soi et en ce sens elle est un mode d'apprentissage et un mode de connaissance. Elle contribue à penser des ambiances, des dispositifs collectifs, et valorise l'approche sensible des aménagements qui ne sont plus perçus comme simples supports d'opérations techniques (BLANC, 2008).

Ainsi, il est important, selon Jean Caune, d'examiner les processus de communication qui mettent en œuvre les effets du sensible.

L'approche sensible d'un dispositif - concept entendu comme un agencement d'éléments - peut permettre d'appréhender des espaces divers en tant qu'espaces potentiels où une bienveillance dispositive, mêlant médiation symbolique et médiation technique, offre un lieu propice à l'expérience (BELIN, 2001). Cette expérience

fait référence au ressenti individuel et peut renvoyer à la manière dont chacun perçoit et appréhende un lieu. L'ambiance en tant que situation d'interaction sensible impacte les pratiques qui se déroulent dans des espaces ordinaires de culture, d'apprentissage ou de formation. L'ambiance, en tant qu'outil intellectuel, nous paraît pertinente pour étudier à la fois la conception de ces espaces et l'expérience de l'usager qui s'y déroule en portant une attention aux configurations sensibles en présence. Entre prescription et énonciation, elle permet d'observer les traces des chemins qu'empruntent voire créent les usagers des espaces, à la manière de visiteurs de jardins ou arpenteurs d'espaces naturels. Ces traces mettent en avant la manière dont les usagers habitent les lieux culturels et les lieux de savoir, dans des contextes ordinaires et quotidiens dont elles bouleversent parfois l'agencement spatial normé.

L'usager d'un lieu culturel fait d'espaces ordinaires de travail et d'apprentissage, est avant tout un promeneur qui emprunte un raccourci, crée une ligne de désir (FABRE, 2020), modèle un passage qui s'invente, en autant de parcours sensibles qui peuvent être questionnés.

3 Penser la terrasse de lecture

Pour questionner ces liens entre bibliothèque et jardin, les manières d'habiter et de construire un vivre-ensemble, nous avons suivi le projet de la bibliothèque d'une école de l'enseignement supérieur qui souhaitait s'émanciper de ses murs et créer un prolongement projeté de l'espace de consultation, en imaginant et aménageant une terrasse de lecture paysagère, un jardin qui puisse accueillir les pratiques de lecteurs. Ce projet devait prendre en compte trois éléments : la mission principale de former les professeurs des lycées de l'enseignement public agricole français, celle d'œuvrer à la transition écologique dans les aménagements paysagers de son site et enfin la démarche d'innovation pédagogique engagée dans un *Learning centre* rassemblant, souvent grâce au numérique, bâtiments, acteurs et pratiques. À partir de ce cahier des charges, des formateurs du centre de formation d'apprentis situé sur le campus ont accompagné, dans la réalisation de la terrasse paysagée, un groupe de dix adultes apprentis en réorientation professionnelle dans la filière Aménagement paysager, une femme, neuf hommes âgés de 25 à 45 ans qui se sont répartis dans quatre groupes de travail à leur convenance.

En termes méthodologiques, nous avons interrogé, dans une posture d'observation participante, les apprentis impliqués dans ce projet lors de quatre entretiens collectifs retranscrits et nommés pour leur analyse E1 à E4. Les indicateurs ou analyseurs (THIBAUD, 2012) ont été conçus selon leur capacité à rendre compte des dimensions construites, sensibles et sociales de l'espace habité, des lieux ici étudiés.

Pour montrer en quoi le dialogue entre bibliothèque et jardin peut être fécond pour penser l'habiter et le vivre ensemble, selon la double approche de la médiation et du sensible, nous avons choisi de mettre en avant quelques-uns des premiers résultats de l'étude.

4 Concevoir le jardin

Lorsque le projet a été proposé aux apprentis paysagistes, les manières d'habiter la bibliothèque sont clairement identifiées comme point de départ à l'invention du jardin: *“le projet de base est pour nous la bibliothèque. Donc voilà c'est un lieu de travail (E2), “un endroit où on peut se connecter, un endroit de travail, de repos, ou de convivialité (E1). La réflexion s'ancre dans les éléments architecturaux repérés, d'une part, à l'extérieur : des effets de perspectives apparaissent “on a remarqué qu'il y avait beaucoup de choses qui étaient très droites, très rectilignes. Nous, ce qu'on a voulu aussi dans le projet, c'est de casser ces lignes et de mettre pas mal de choses assez arrondies, de mettre du volume en fait” (E2). De même, “Quand on est dehors de toute façon, on ne voit que des lignes verticales, c'est vertical. On sait que dans les notions paysagères, c'est notion de puissance, de force. Nous, on n'a pas besoin de ça, au contraire, on a besoin de tranquillité, d'apaisement, de choses comme ça. C'est pour ça qu'on va essayer d'arrondir” (E2). A l'intérieur de la bibliothèque, d'autre part, des éléments créent des effets de cloisonnement/décloisonnement : “La bibliothèque est très cloisonnée par les rangées de livres. Après, reprendre cet aspect-là pour la terrasse... On a cloisonné, des espaces de travail individuel ou des espaces de travail collectif” (E2). Certains éléments peuvent être exportés de la bibliothèque vers la terrasse et le jardin: “Là, il y a les chaises hautes en bois où on peut poser l'ordinateur où il va y avoir la Wifi” (E1) “On a repéré un petit côté high-tech. C'est rentré dans notre réflexion d'essayer d'apporter un peu de modernité” (E2). Des mouvements sont identifiés, des dynamiques de la bibliothèque vers le jardin, du jardin vers la bibliothèque, permettant une appropriation des lieux et des espaces :*

la finalité c'est d'amener les personnes de la bibliothèque vers l'extérieur, donc, c'est pour ça qu'on met des bancs pour s'asseoir, qu'on met des choses pour qu'on puisse se poser tranquillement, travailler, lire; lire également à l'extérieur, pas qu'à l'intérieur (E2).

Puis, tout comme “les jardins ordinaires travaillent (...) à remonter des formes à partir du devenir progressivement informe qui atteint les plantes, les êtres, toute chose au monde” (CAUQUELIN, 2003), “la bibliothèque est un espace clos, un univers autonome, dont les règles prétendent remplacer ou traduire celles de l'univers

informe du dehors” (MANGUEL, 2006). Le lien entre bibliothèque et jardin se fait, dans les quatre entretiens, par la figure de la fenêtre qui reçoit l’image cadrée d’un paysage (CAUQUELIN, 2000) “*Ce qu’on a surtout repéré, c’est la grande baie vitrée au fond qui donne sur la terrasse*” (E3). Cette fenêtre, part d’annonce de l’espace documentaire, participe de l’ambiance du lieu. Comme le cadre réclame un hors cadre, le fragment, une totalité, on veut voir au-dehors, ils sont allés “*observer la vue qu’on avait de la bibliothèque à travers cette baie vitrée et donc, le visuel qu’on avait de la bibliothèque sur l’emplacement de la terrasse*” (E3). Par ailleurs, une volonté récurrente est de vouloir créer “*une intimité, pour ne pas avoir cette visibilité directe sur le parking. On a voulu, oui, cacher tout ce qui pouvait l’être. (...) apporter un peu de beau dans le moche*” (E1). Au-delà, “*il faut pouvoir attirer le regard, attirer l’œil et donner envie aux gens: Ah tiens, il y a un truc là-bas, il faut aller voir*” (E2). Selon Marianne Massin (2013), l’expérience devient esthétique quand elle épure et porte à son intensification ce processus dynamique des expériences ordinaires. Dans les discours recueillis, il ressort une volonté de créer “*une ambiance qui puisse nous mettre dans d’autres circonstances juste pendant le temps d’une pause, pour se croire un peu autre part que dans un milieu scolaire ou hyperclassique*” (E1), de proposer un endroit où “*on peut se poser aussi pour juste regarder, admirer ou écouter*” (E2). “*Apporter la tranquillité car ça peut être intéressant ou même de se détendre sur les bancs, en ayant la nature autour, pas le bruit des voitures*” (E4). Autrement dit, “*l’expérience esthétique intensifie les traits de nos existences ordinaires, elle est susceptible de vivifier en retour notre existence*” (DEWEY, 1931).

Ouverture et réciprocité créent ainsi une certaine ambiance perméable aux émotions et sensations de chaque espace. “*Le fait que la terrasse soit (...) assez ouverte vers le bois et vers les massifs, le jardin où on va mettre les bancs, (...) depuis la bibliothèque, il y aura quand même une vue. On devinera ce qui se passe sur la terrasse*” (E2). Pour le projet, “*on a laissé le passage des baies vitrées vers la terrasse pour effectivement avoir la vue la plus réciproque*” (E2). Les territoires ne sont plus isolés par leur propre filtre, leur propre manière d’être appréhendés, mais deviennent comme interdépendants du point de vue de la sensibilité qu’ils touchent, chez celle ou celui qui l’habite. “*On a une sorte de la perception depuis la terrasse, on voit quelle est l’apparence au premier degré de la bibliothèque*” (E3). On voit ici qu’il s’agit alors “*d’établir des liaisons et des continuités qui donnent consistance à une ambiance*” (THIBAUD, 2012).

Le chemin est une deuxième figure souvent évoquée par les interviewés, celle d’une voie reliant un point de l’espace à un autre, de passage entre les deux espaces, éléments constitutifs d’un dispositif sensible propice aux médiations: “*Quand je passe sur la route, je tourne ma tête du côté de la bibliothèque (...) Je ne vais pas dire*

que c'est froid, mais c'est vide, c'est un espace complètement plan, c'est aéré (...) mais il n'y a rien. Ça ne donne pas du tout envie d'y aller" (E2). Les interviewés intègrent dans leur réflexion l'idée du passage comme participant du dispositif sensible: "il faudra créer faire un lien. Puisque c'est vrai que voilà, on voit deux entités qui ne sont pas liées, ce n'est pas uni. Alors que là, si on arrive à faire quelque chose, je pense que ça peut amener les gens à suivre le chemin" (E2). L'appropriation d'un espace ou d'un dispositif s'incarne à la fois dans le processus d'adaptation de l'espace (le rendre propre à un usage) et dans le processus d'attribution (s'attribuer, faire sien, adopter). Ainsi, "on va les [les usagers] faire revenir, on va essayer de rapprocher ce coin qui est vraiment remarquable, avec le parc et le bois à côté, c'est juste sublime, mais personne n'en profite" (E2). Le promeneur vient et finalement s'attarde. "Donc, quand ils vont arriver, ils vont voir, ils vont se rapprocher, venir et puis, ils vont y rester. Comme ils auront vu une fois, ils en reparleront, ils reviendront, ils expliqueront. Voilà. Ça se fera tout seul aussi, je pense" (E2). L'utilisateur promeneur est souvent, déjà, un habitant des lieux. Cependant, dans le cas de nos deux espaces- bibliothèque et jardin- la tendance n'est pas naturelle de vouloir s'y retrouver, de rechercher l'un dans l'autre.

La troisième figure qui s'impose dans les entretiens est la nature. Les apprentis paysagistes ont exprimé le besoin de "ramener la nature en bord de route" (E4). Ils ont voulu "mettre une ambiance de biodiversité en fait pour (...) qu'il y ait une transition entre la forêt et ici" (E1). C'est que cette ambiance a déjà été pensée dans le campus: "on allie le lieu de travail avec l'aspect, tout ce qui est aspect environnemental, biodiversité qui reste quand même très présent. On est sur un site qui est pour ça donc (...) on a pris en compte les demandes de l'école" (E2). "Oui, c'est de faire une étape, une étape entre les blocs de béton et la forêt. (...) essayer de faire revenir un peu tout ce qui est papillons, oiseaux, abeilles..." (E1), "car la nature c'est le côté sauvage" (E1). L'expérience esthétique est vécue et nourrie par la création du jardin: "c'est vrai qu'il y a un grand espace assez vide et après, on arrive au bois où là, franchement, quand on va sur la terrasse, on ne voit que ça, c'est magnifique" (E4). Les deux univers semblent se répondre comme des espaces de culture face à l'avancée de la nature, des lieux refuges où des choix, une sélection, une organisation offrent aux usagers un temps et un espace à l'abri du monde. "Il faut que ce soit beau et qu'on ait envie justement d'aller dehors voir ce qui s'est fait" (E4). On passe de l'habiter jardin à l'ambiance jardin projetée sur la terrasse de lecture: "Parce que pour nous la nature, on ne peut que s'y sentir bien autour de tout ça. Donc, la nature en premier pour nous, ensuite, avoir un bien-être autour d'elle" (E1). Au niveau des interactions sensibles, des éléments sont communs aux deux espaces: "la terrasse est pensée entre d'un côté cette route et de l'autre côté le bois. Mais quand on arrive au niveau du chemin, du bé-

ton là, on a une perspective qui nous amène vers un seul point, tout nous amène vers un seul point” (E2). Il s’agit “*d’effacer un peu la présence humaine par les bâtiments et que les animaux puissent aller de manière nourricière. Même les humains après tout*” (E2). On note dans les *verbatim* que l’idée du vivre-ensemble inclue les publics de différentes structures présentes sur le campus, leurs circulations se mêlant grâce au chemin et, au-delà grâce à la haie nourricière, cohabitant avec les êtres vivants non humains acteurs de la biodiversité. Finalement, bibliothèque et jardin participent d’un dispositif sensible permettant “*de changer de cadre*” (E4) de transformer, de s’émanciper, jusqu’à inscrire “*l’idée de mettre des fruitiers, c’est aussi les [les lecteurs] attirer par la gourmandise*” (E2). L’ambiance qualifie des situations d’interaction sensible comprises comme l’expérience que l’on fait d’un lieu donné à un moment donné. Elle implique un rapport sensible au monde (TIXIER, 2007).

5 Conclusion

Au terme de ce projet, nous avons identifié des mouvements, des déplacements, des réciprocités, des oppositions, des liaisons et des continuités. Nous avons également été témoins d’évocations, de formulations relevant de multiples manifestations et interactions sensibles. Nous les avons analysées au regard des processus de communication qui mettent en œuvre les effets du sensible (CAUNE, 1997), au regard de ce qui émane, dans le discours recueilli, des expériences ordinaires (MASSIN, 2013) en essayant de nous attarder sur ce qui fait ambiance, car cette “*ambiance permet d’ancrer le monde des sens au cœur de l’expérience humaine et de l’habiter*” (THIBAUD, 2012).

L’analyse qualitative des entretiens menés auprès des différents acteurs, adultes en formation professionnelle, a mis au jour les architectures croisées entre jardin et bibliothèque, nous invitant à penser différentes facettes de cette dernière comme enjeux culturels dans l’espace public.

Ces dynamiques d’un espace à l’autre, ces passages - un chemin, une fenêtre, un bord de route, l’orée d’un bois - opèrent et s’actualisent en termes d’habiter, d’expérience esthétique et d’ambiance autour des médiations que jardin et bibliothèque, en tant qu’objets culturels, proposent. L’attention portée aux dimensions construites, sensibles et sociales de l’espace habité a permis des échanges entre les lieux, des communications en termes de sensation, de couleur, de goût, d’odorat, de vue, d’ouïe aussi quand le corridor nourricier s’adresse aux oiseaux parmi les animaux de passage. En ce sens, “*la médiation culturelle ne peut se contenter de forger des liens éphémères, elle doit aussi participer à la production d’un sens qui engage la collectivité*” (CAUNE, 1999). Par la diffusion d’objets culturels ou de leurs références, elle produit une signification partagée dans une communauté et par-

ticipé, sur le terrain ici de l'enseignement, à la construction de sens dans le projet de formation du sujet. L'ambiance favorise la circulation entre les savoirs et l'articulation entre les disciplines - aménagement paysager et sciences de l'information et de la communication - en participant à la sensibilisation de la pensée que nous avons mise au cœur de nos travaux. Elle s'adosse à la sensorialité, aux affects et à l'expérience vécue; elle ne peut se passer de la matérialité de l'espace construit et aménagé; elle convoque par ailleurs une dimension anthropologique et collective irréductible à l'expérience individuelle; elle aide à penser le versant existentiel de l'expérience humaine; elle ancre le monde des sens au cœur même de l'habiter et en constitue une condition de possibilité (THIBAUD, 2012), sans doute l'esquisse d'un vivre ensemble.

Bibliographie

AMAR, M *et al.* Habités, séjournants, habitants. **BBF**, n. 17, 2019.

BELIN. **Une sociologie des espaces potentiels**: logique dispositive et expérience ordinaire. Louvain-la-Neuve: De Boeck, 2001.

BERQUE, A. Qu'est-ce que l'espace de l'habiter ? *In*: PAQUOT, T. **Habiter, le propre de l'humain**: Villes, territoire et philosophie. Paris: La Découverte, 2007.

BLANC. Vers une esthétique environnementale. Paris: Éd. Quae, 2008.

CAUNE, J. **Esthétique de la communication**. Paris: PUF, 1997.

CAUNE, J. **La médiation culturelle**: expérience esthétique et construction du Vivre-ensemble. PUG, 2017.

CAUNE, J. La médiation culturelle: une construction du lien social. **Les enjeux de l'information et de la communication**, v. 1, n. 1, 1999. Disponible sur: <https://lesenjeux.univ-grenoble-alpes.fr/2000/varia/04-la-meditation-culturelle-une-construction-du-lien-social>. Consulté le: 19 juillet 2021

CAUQUELIN, A. **L'invention du paysage**. Paris: PUF, 2000.

CAUQUELIN, A. **Petit traité du jardin ordinaire**. Paris: Payot & Rivages, 2003.

DEHAIL, J., LE MAREC, J. Habiter la bibliothèque: pratiques d'étude, entretien d'un milieu. **Communication & langages**, n. 195, 2018.

DEWEY, J. **L'art comme expérience**. Paris: Gallimard, 1931.

FABRE, I.; LIQUETE, V. Questionner les manières d'habiter les espaces documentaires d'accès aux savoirs: une approche sensible. **COSSI**, 6, 2019.

FABRE, I. Apports d'Eliseo Veron à la notion d'ambiance: des lieux culturels aux espaces ordinaires de travail et d'apprentissage. **Les Cahiers du Numérique**, v. 16, n. 1, 2020.

JEANNERET, Yves. **Penser la trivialité**. Volume 1 : La vie triviale des êtres culturels. Paris: Éd. Hermès-Lavoisier, 2008.

MANGUEL, A. **La bibliothèque, la nuit**. Arles: Actes Sud, 2006.

MASSIN, M. **Expérience esthétique et art contemporain**. Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2013.

MOLES, A., ROHMER, E. **Psychosociologie de l'espace**: textes réunis par Victor Schwach. Paris: L'Harmattan, 1998.

RUFFEL, L. **Brouhaha**: les mondes du contemporain. Rennes: PUR, 2016.

SEGAUD, M. **Anthropologie de l'espace**: habiter, fonder, distribuer, transformer. Paris: Armand Colin, 2010.

THIBAUD, J. P. Petite archéologie de la notion d'ambiance. **Communications**, 1, 2012.

TIXIER, N. L'usage des ambiances. **Culture et recherche**, 113, 2007.

Médiation du document musical: exploiter les métadonnées

Bernard Jacquemin¹

1 Introduction

ALORS QUE CES DERNIÈRES ANNÉES LE MARCHÉ DE L'ENREGISTREMENT MUSICAL s'est nettement contracté, l'intérêt du public pour la musique n'a pas connu de ralentissement (DONNAT, 2018). L'écoute en ligne et le *streaming* musical, par exemple, rencontrent un succès bien supérieur à la commercialisation de supports ou de fichiers musicaux (SARRANT *et al.*, 2018), tant en termes de volume écouté que de diversité des contenus. Parallèlement, la quantité de contenus musicaux différents disponibles ne fait qu'augmenter.

Cet intérêt croissant est paradoxalement accompagné d'une réduction conceptuelle et matérielle de la notion de document musical, ainsi que d'une accessibilité approximative à des contenus spécifiques, alors que les technologies numériques proposent un accès simplifié à une infinité de contenus. En effet, les amateurs de musique, à l'évocation de l'information musicale, font surtout référence au fichier numérique contenant un enregistrement musical, le plus souvent sur une plateforme d'écoute. Ils déplorent souvent aussi l'imprécision des réponses lorsqu'ils interrogent les fournisseurs de contenu (COTTE *et al.*, 2015; MICHEAU; DESPRÉS-LONNET; COTTE, 2017).

Deux difficultés majeures semblent retentir l'attention des publics et polariser les efforts des spécialistes de l'information musicale : la nécessaire description des contenus musicaux à travers un modèle de métadonnées adapté aux besoins d'accès, et la navigabilité, personnelle ou imposée, dans une information musicale de plus en plus volumineuse et insaisissable.

Car la qualité des métadonnées descriptives de ces contenus elle-même est mise en question : descriptions imprécises ou incohérentes, portée limitée des types d'information exploités, interopérabilité limitée des modèles et des systèmes, tout cela engendre de la confusion dans la gestion de l'information musicale, du

¹ Univ. Lille, ULR 4073 – GERiCO, F-59000 Lille, France. Contact: Bernard.Jacquemin@univ-lille.fr.

bruit dans les résultats de recherche, voire une incapacité à fournir les réponses attendues par les usagers. D'autre part, malgré un choix quasi illimité de contenus rendus disponibles, les usagers déplorent une navigation peu satisfaisante parmi ceux-ci, tant au niveau de la précision d'une recherche que de la découverte de contenus nouveaux par proximité ou par recommandation.

Cet article se focalise sur la démarche suivie par le projet Dorémus² pour répondre aux besoins en matière d'exploitation d'information musicale, ainsi qu'aux critiques des dispositifs actuels, formulés par des publics amateurs de musique. Nous présentons d'abord le consortium rassemblé pour mener à bien ce projet et atteindre les objectifs poursuivis, puis nous détaillons et mettons en évidence les demandes de ces publics interrogés pour orienter les choix de modélisation de l'information dans la perspective d'apporter des solutions aux remarques et jugements émis. Après une rapide présentation du modèle au regard de ses usages, nous présentons une proposition d'exploitation de l'information ainsi modélisée avant d'apporter une conclusion en forme d'ouverture sur des perspectives ultérieures.

2 Modéliser l'information musicale: le projet Dorémus

Partant du constat que l'information musicale est à la fois d'une variabilité extrême dans sa nature et dans sa conception, très hétérogène dans ses modalités de conservation et de description, et fortement éclatée dans son accessibilité, plusieurs équipes de recherche ont proposé à l'Agence nationale française pour la recherche (ANR) de promouvoir le projet Dorémus. Ce projet vise à concevoir un modèle de description de cette information musicale à la fois générique, explicite et précis, de manière à permettre l'appréhension des contenus de tout catalogue préexistant et à le rendre interopérable avec ses homologues en conservant le même niveau de granularité de l'information, et donc sans perte d'information ni de précision.

Outre ce but catalographique, il s'agit aussi de prendre en compte les spécificités esthétiques, artistiques, culturelles voire émotionnelles de la musique. En effet, l'ambition des équipes rassemblées est d'apporter non seulement une réponse documentaire aux utilisateurs professionnels de l'information musicale – documentalistes, programmeurs, éditeurs et revendeurs, qui tous affichent des besoins d'identification univoque de contenus établis et connus – mais également de fournir au grand public un apport pour leurs usages, leurs demandes et souhaits, à commencer par une navigation facilitée dans des contenus pléthoriques. Comment par exemple rattacher un enregistrement à un "style" musical, ou rendre compte

2 DOnnées en Réutilisation pour la Musique en fonction des USages (projet ANR-2014-CE24-0020). Voir <http://www.doremus.org/>.

de la “similarité” de deux morceaux ? Ces dimensions subjectives sont par nature difficiles à cerner (MÉNARD, 2014).

Pour répondre à ces aspirations, un consortium de chercheurs, développeurs et professionnels de l’information musicale a été rassemblé. Il comprend des membres de trois institutions dépositaire d’information musicale : la Bibliothèque nationale de France (BnF), la Philharmonie de Paris et Radio France. Plusieurs catalogues existent en effet, voire coexistent, au sein de ces établissements, qui décrivent les documents musicaux réalisés ou conservés, mais la structuration de l’information varie au point de les rendre incompatibles entre eux. Ces institutions apportent aussi leurs compétences en représentation et manipulation de l’information descriptive de la musique. Deux laboratoires spécialisés dans la modélisation des données pour le web sémantique (EURECOM ; LIRMM) apportent leur expertise dans le développement du modèle informationnel, d’outils permettant le maniement du modèle et des données, et pour les alignements nécessaires (référentiels, données descriptives). Le laboratoire GERiCO, spécialisé dans l’analyse des usages et pratiques informationnelles en contexte numérique, se charge d’étudier et de formaliser les demandes, les besoins et les envies des publics concernés pour orienter la définition du modèle ontologique et surtout les fonctionnalités auxquelles il ouvre (COTTE, 2011). Une société spécialisée dans la gestion de l’information musicale (Meaning Engines) apporte la dimension opérationnelle nécessaire au fonctionnement des outils et assure la portabilité des outils et données dans le web sémantique. Le cabinet Ourouk, dédié à la consultance en management de l’information, est chargé de la gestion du projet et assure l’orchestration des équipes pour la mise en œuvre.

Parmi ces équipes, l’expérience de GERiCO dans l’étude des publics et usages de dispositifs sociotechniques et culturels, a été mobilisée pour collecter les données les plus larges et les plus pertinentes possible, avec pour intention une formalisation des usages, des besoins et des envies liés aux données de la musique en fonction des différents publics d’usagers.

3 Appréhender les besoins des publics

Alors qu’il s’agit de mettre en évidence à la fois les pratiques et les besoins liés aux données de la musique, la collecte des données d’usages ne permet pas d’élargir le focus au-delà de la simple réception de l’existant. Pour dépasser l’étude des pratiques actuelles et envisager tant les limitations que les fonctionnalités associées à ces données, et imaginer leurs potentialités futures à travers des besoins ou envies, nous collectons donc l’expression des pratiques, habitudes, demandes mais également agacements ou frustrations des usagers, plutôt que les fichiers d’historique

des événements dans les dispositifs techniques³. Deux phases de collecte d'informations auprès des usagers vont s'avérer nécessaires:

- interrogation des publics aussi larges et diversifiés que possible pour expliciter les pratiques et les besoins liés aux données musicales afin de fournir une synthèse sur laquelle l'élaboration des prototypes sera fondée. C'est l'objet de la présente section ;
- confrontation des publics interrogés aux prototypes élaborés à fin de validation et d'ajustements. Cette partie de l'enquête fera l'objet de la section 5.

Cette phase de collecte se déroule sous la forme d'entretiens semi-directifs (GUIBERT; JUMEL, 1997) menés par GERiiCO. Au cours de chaque entretien (enregistré⁴), une personne est questionnée par un ou deux chercheurs. Les enregistrements font seulement l'objet d'une analyse – sans retranscription – selon les critères et catégories informationnelles d'un conducteur d'entretien commun (COTTE *et al.*, 2015; JACQUEMIN; HEIZMANN; COTTE, 2018).

3.1 Des publics diversifiés

L'identification sans *a priori* des usages et *desiderata* variés des publics interrogés est déterminante pour la qualité des résultats du projet. Il s'agit de privilégier la diversité des publics, des pratiques et des avis afin de produire les modèles de données et les prototypes (interfaces et dispositifs) les plus adaptés à leur exploitation réelle. Cette étude qualitative des usages et besoins – aucune pondération d'ordre statistique n'est affectée à tel ou tel public – est toutefois assortie de certaines caractéristiques liées aux données que nous exploitons.

Ainsi, notre champ d'opérations privilégie deux genres musicaux : les musiques classique et traditionnelle. Par ailleurs, l'information sur la musique que nous visons est issue soit de bases de données, soit de dispositifs de stockage et d'accès aux réalités musicales quelles qu'elles soient. Nous privilégions dès lors la sélection d'usagers des musiques numériques connectées, dont une partie de l'écoute concerne l'un des genres musicaux adoptés. Toutefois, même en prenant en compte ces contraintes, la diversité de l'échantillon a été privilégiée, qui fait varier autant que possible le critère d'âge, de milieu culturel, géographique, de pratique musicale, mais sans proposer *a priori* de typologie des publics.

³ Aussi appelés "fichiers log".

⁴ Les données personnelles associées aux personnes interrogées ne sont accessibles qu'aux expérimentateurs pour la seule durée de ce projet de recherche.

Au total quatre-vingt personnes ont été entendues au cours de ces entretiens. Trois types de publics se dégagent. Le *grand public* désigne des personnes qui revendiquent leur intérêt pour la musique sans pour autant avoir une pratique volontaire autre que l'écoute : dix-sept personnes depuis le collège – et donc un contact à une formation musicale scolaire – jusqu'à la retraite. Les *professionnels de la médiation musicale* sont des personnes dont le métier est directement lié à la diffusion de la musique (programmateur musical, organisateur de concert...) ou de matériel lié à la musique (documentaliste musical, organisateur d'activités pédagogiques...) : vingt-deux personnes interrogées ont reçu une formation musicale poussée et ont une pratique musicale amateur. Les *musiciens* sont des amateurs (vingt-quatre personnes) ou des professionnels (dix-sept personnes) qui ont une pratique musicale avérée et encadrée.

3.2 Activités de recherche documentaire : de la frustration au hasard heureux

Sur les plateformes d'écoute⁵, la recherche, pour être satisfaisante, semble ne pouvoir emprunter que des chemins de traverse. Une recherche orientée ou fonctionnelle se heurte à la dimension très fruste des paramètres de recherche proposés par ces sites à laquelle s'ajoutent les nombreuses erreurs et imprécisions de référencement.

“Pour trouver *La flûte enchantée*, il faut connaître le titre en allemand, en anglais et sans doute dans d'autres langues encore ! et puis je parle même pas de la recherche d'un interprète précis ! On s'imagine toujours que ce qu'on cherche existe mais qu'on ne peut pas y avoir accès... *La flûte enchantée*, ... c'est pas trop difficile, il y a forcément du résultat. Mais je sais pas moi, une valse de Chopin, il faut quoi ? Son numéro dans le cahier, son numéro d'opus, sa tonalité... enfin, c'est un bazar pas possible ! et si je la veux par Rubinstein, je vais quand même pas passer en revue toute la discographie du bonhomme ! Souvent j'abandonne... ou j'essaie même pas.” (Joël 63 ans).

Le temps passé sur les plateformes ne correspond que très partiellement à des requêtes formulées sur des objets précis. Un journaliste musical (Xavier, 42 ans)

⁵ Les plateformes d'écoute ou de *streaming* les plus souvent évoquées sont Deezer et Spotify, mais YouTube, bien que moins spécifiquement musical, est aussi souvent cité sinon plus. Nous rassemblons sous le terme “plateformes d'écoute” l'ensemble des dispositifs en ligne accessibles au grand public sur lesquels on peut écouter de la musique.

souligne ainsi la façon dont la recherche sur internet, s'appuyant sur les étiquettes descriptives, perd l'internaute dans la quête illusoire du "tag parfait", qui mettrait en correspondance un désir réifié (formulé par/pour soi-même avec cohérence et stabilité) et l'objet du désir. En outre, l'opération de "tagage" fait voler en éclat les catégories et les normes de classification par sa systématisme et son goût du combinatoire. Les catégories produites par les internautes sont souples, labiles, inventives, multiples. Pour l'utilisateur qui cherche des contenus, l'écart entre les catégories produites et celles qu'il mobilise dans sa requête produit de la perte et du bruit informationnel. Cet écart permet à la fois la sérendipité, et provoque de la frustration.

De fait, on peut sans doute considérer que la plupart de temps l'internaute ne cherche rien, ou du moins rien de précis. Le point de départ de la recherche est souvent un simple désir de musique, une disposition à l'écoute.

"Au début, oui, je cherche quelque chose. J'ai une idée en tête, ou simplement envie d'écouter un truc. Enfin sans idée précise, quoi. Là, je vois les résultats et puis, je sais pas, je bifurque. Il y a toujours une forêt derrière les résultats. C'est pas forcément ce que l'ordinateur me propose, mais ça peut être une idée que m'apporte les résultats. Disons que je vais pas forcément me jeter sur un truc proposé, mais que là, je vais me dire "tiens je pourrais chercher ça finalement". C'est des associations d'idées en fait." (MARIE, 22 ans).

Toutefois, l'éloge de la flânerie doit être relativisé car elle est cadrée par les stratégies du marketing expérientiel : sur les sites marchands, par exemple, la recommandation ne vise pas le passage à l'acte d'achat immédiat et systématique ; la déambulation dans l'espace commercial devant développer un attachement à l'univers de la marque, une mise à disposition aussi pour les annonceurs. En explorant les territoires balisés par la recommandation, on laisse la porte ouverte aux hasards heureux comme à la saisie marchande de nos pérégrinations.

La recommandation devrait pouvoir se situer sur cette "troisième voie" dont parle Louise Merzeau : "Combiner des systèmes d'accès analytiques – rapides, standardisés, indéfiniment réitérables – avec des environnements ouverts aux expériences non programmables, approximatives et sans autre finalité que leur propre cheminement. Il faut inventer la voie du flâneur impatient." (MERZEAU, 2014, p. 29).

L'enquête a effectivement montré ce besoin et ce désir d'outils intégrés permettant une recherche efficace de la musique souhaitée. Cette première catégorie va dans le sens de la rationalisation modélisante des catalogues et des outils de recherche. Toutefois, d'une façon tout aussi essentielle pour suivre les parcours

d'écoute, c'est dans l'accompagnement erratique et disjonctif du flâneur mélomane que la recommandation devrait pouvoir se situer. Il s'agit d'imaginer une recommandation non prescriptive. Les recherches sur internet sont en effet conditionnées par les besoins des publics. Chez les plus jeunes et dans le grand public, elles passent par des titres, des fragments de textes ou en exploitant parfois le résultats du logiciel Shazam. Chez les musiciens, la formulation des requêtes est souvent directement liée à la pratique musicale : des critères musicologiques comme la tonalité d'une pièce intéressent plus spécifiquement les instrumentistes alors que les chanteurs cherchent une œuvre par son *incipit* ou utilisent un vocabulaire plus basique pour formuler leurs requêtes. Mais ces requêtes peuvent également être larges et peu précises, une approche qu'on retrouve chez les médiateurs qui vont partir de n'importe lequel parmi les critères disponibles pour leurs recherches.

Paradoxalement, les médiateurs n'attendent pas tous un moteur de recherche sans faille. Ce qui peut passer pour une faiblesse (l'imprécision) peut devenir un atout pour certaines recherches. Un professionnel de l'antenne déclare ne pas s'intéresser à une machine qui proposerait – imposerait – des liens avec une précision glaciale, mais au contraire à une machine qui générerait un objet hybride – entre carte et photo – et ferait surgir un nouveau territoire constitué d'éléments plus ou moins pertinents sélectionnés au moment de la recherche. Un autre souligne que les requêtes précises ne répondent qu'à une part des besoins et que le champ sémantique des recherches dépasse souvent le cadre de la musique. Les mots sont donc des sortes de déclencheurs. Ils activent un processus permettant, par des jeux de ricochet, de faire naître des idées ou de nouvelles associations. Par ailleurs, il est à craindre que l'élargissement des recherches à l'ensemble du champ culturel (peinture, histoire, etc.) rende illusoire tout scénario de recherche basé sur des pré-supposés : lorsque la recherche d'une musique mime le jeu enfantin du "marabout-bout-de-ficelle", les métadonnées concernant une œuvre deviennent presque secondaires. Ceci est à mettre plus généralement en relation avec la façon dont évoluent les moteurs de recherche grand public, qui dérivent vers des sortes de moteurs de propositions, une série de résultats étant proposés à peine la requête formulée.

3.3 Découverte, médiation, recommandation

Les médiations, aujourd'hui, ne sont pas évidentes à cerner. Côté critique, les publics rencontrés ne suivent plus les canaux historiques (MAISONNEUVE, 2014) : seule la radio est écoutée en raison de son capital de confiance (on connaît le producteur d'une émission) et de sa spécificité à la fois matérielle (une station) et culturelle (une émission qui structure l'écoute), le tout allié à l'effet de surprise que

ces deux aspects suscitent (recherche aléatoire d'une chaîne de radio, ignorance de ce qui va y être diffusé). En particulier, les médiateurs passent plus par les sites marchands pour s'informer sur les futures sorties discographiques que par les revues critiques ; ou les musiciens qui se méfient des médiateurs et plus encore des critiques. Nous avons observé aussi une certaine propension à repérer des auteurs dans les commentaires laissés sur les sites de vente, considérés comme des critiques dignes d'intérêt.

Dans un même esprit, la dimension humaine semble être un élément essentiel pour accepter une recommandation, ce qui explique le succès de la radio, renforcé par la possibilité de confronter l'œuvre ou l'interprétation au commentaire d'un animateur identifié et récurrent. Pour l'ensemble des publics consultés, c'est d'ailleurs le premier cercle (famille, amis) qui sert de canal de découverte, suivi du flux de propositions de plateformes de *streaming* généralistes telles que YouTube, ou plus spécialisées comme Soundcloud.

Le fait que YouTube soit la première plateforme musicale citée, devant des dispositifs dédiés tels que Deezer ou Spotify, et alors même qu'il ne s'agit pas d'un canal dédié à la musique mais de façon générale à la vidéo, a attiré notre attention. L'un des arguments avancés est que, contrairement aux plateformes qui émanent des éditeurs, l'aspect réseau socionumérique et le chargement par des amateurs donne un ensemble d'une richesse foisonnante. L'impression que l'on peut "tout trouver" sur YouTube, y compris des raretés, est prégnante. Cet espace est d'abord plébiscité pour son offre et pour son moteur de recherche dont la qualité est opposée à ceux des concurrents. Les médiateurs sont également sensibles à cet aspect de disponibilité totale. Ils vont l'utiliser pour vérifier la durée d'une pièce afin de concevoir leurs programmes ou tout simplement pour avoir accès à des œuvres ou des interprétations spécifiques. Mais ils font un usage plus ciblé de la plateforme (*via* des recherches spécifiques) contrairement au grand public qui accepte certaines fonctions de recommandation pour structurer son écoute (nombre de vues, listes d'autres utilisateurs, flux de propositions...). Cependant, la qualité sonore des fichiers récupérés sur YouTube est un frein pour les musiciens et audiophiles. Les médiateurs vont d'ailleurs plus volontiers utiliser les services de presse ou les collections de leur institution pour des raisons notamment qualitatives.

L'utilisation de ces systèmes amène évidemment l'ensemble de ces publics à être confrontés aux algorithmes de recommandation. Les médiateurs se déclarent rarement satisfaits de propositions qui leurs sont faites. Ils s'en méfient ou les trouvent inefficaces. Cette incursion de la rigueur systématique de la machine dans un univers d'interprétation propre aux humains est souvent perçue comme un cauchemar et les moteurs de recommandations comme des impostures. Ce qu'une machine

propose, nous dit-on, n'est "qu'un possible parmi d'autres" et seul un humain parfaitement identifié a le pouvoir de recommander quelque chose : savoir qui recommande devient ainsi aussi important que de savoir ce qui est recommandé, constituant un certain cadre de confiance (DESPRÉS-LONNET, 2014). Pour les médiateurs, le système de recommandation apparaît aussi comme un concurrent direct de leur savoir-faire professionnel, dont ils se sentent alors dépossédés.

Les musiciens sont plus favorables à ce type d'outils. Les systèmes de recommandation algorithmiques sont critiqués plutôt sur la dimension anxiogène d'un internet filtrant fonctionnant comme un piège auquel on opposera l'idée d'espace, de liberté et de découverte.

Le grand public est moins enclin à une critique de principe. Pourtant, plusieurs personnes ont manifesté une lassitude devant la similarité des résultats proposés par les machines : il devient difficile d'éviter le piège du *cluster* qui d'abord joue son rôle (satisfaction immédiate) avant de conduire à une frustration (manque de surprise). La recommandation s'avère surtout indispensable dans un monde virtuellement illimité où seul le temps passé à la recherche semble capable de limiter "la spirale infinie des désirs" (HENNION, 1993, p. 309).

D'une manière générale, nos entretiens montrent que les utilisateurs semblent avoir largement intégré une approche critique des dispositifs de recommandations. La neutralité supposée de la médiation technique qu'orchestrent les algorithmes est mise en défaut par l'omniprésence de ces dispositifs de recommandations sur les sites marchands : la recommandation est perçue par l'ensemble des enquêtés comme un équipement de marché visant à "orienter ou manipuler les choix des consommateurs". Les internautes ne sont pas des "idiots culturels", ils analysent, donnent un sens aux logiques des offreurs et perçoivent assez clairement que "les outils de *datamining* mis en place par les entreprises prétendent désormais calculer les traces des consommateurs afin de personnaliser leurs offres" (DENYS, 46 ans). Ces mécanismes de valorisation personnalisée d'une offre commerciale sont bien évidemment repérés sur les sites marchands qui les affichent clairement, mais ce cadre de perception est transposé, sans distinction, à toutes formes de recommandation, que le filtrage soit collaboratif, basé sur le contenu, ou procède par hybridation des deux premiers modèles.

"Si j'achète un aspirateur, je veux bien qu'on me conseille d'acheter les sacs qui vont avec ! Mais c'est pas parce que j'ai écouté un quintette de Brahms qu'il faut me dire d'écouter toute la musique de chambre de Brahms !" (Isabelle 54 ans)

“Les machins qu'on va aimer parce que ceci ou cela... pfff c'est crétin comme tout ! Ca fait comme sur Booking ou Amazon. Moi ça m'intéresse pas, le côté vente forcée.” (SYLVIE, 57 ans).

En outre la production automatisée des rapprochements entre des contenus “similaires”, l'inclusion dans une “communauté de goût”, l'anticipation, la répliation et la normalisation du désir heurtent l'expression de soi dans les façons de dire et d'éprouver son rapport à la musique. Plus fondamentalement, le caractère impersonnel et algorithmique de la recommandation la prive de l'ancrage social sans lequel la médiation achoppe. Dès lors la recommandation fait l'objet d'une attention oblique de la part des utilisateurs.

“Non, sur Deezer, je regarde pas... j'ai regardé au début, comme ça, par curiosité. Mais si t'écoutes du Monteverdi, il va te proposer Cavalli. Et encore, je suis gentille là, c'est plutôt du genre “Beethoven/Mozart”. Pas très subtil.” (Elena, 24 ans)

“Les *playlists* de mes amis, oui, je suis ça parfois. Par contre, tout ce que propose Spotify ça ne m'intéresse pas du tout.” (Marie, 22 ans)

“Alors ça peut donner des idées. Mais je vais pas y passer 3 heures non plus, ça finirait jamais. Parfois je comprends pas du tout pourquoi il me propose telle musique. Mais ça peut donner des pistes.” (EDITH, 66 ans).

Les personnes enquêtées mobilisent des connaissances étayées par leurs pratiques musicales et leurs affinités électives avec le répertoire de la musique classique. Les dispositifs techniques de médiation ne restructurent pas en profondeur ce répertoire de pratiques, ils s'y fondent et en épousent les contours déjà éprouvés, instrumentés par d'autres outils, appuyés sur des espaces de pratiques et des sociabilités qui définissent leur monde musical. Même pour les quelques plus jeunes enquêtés, le rapport à la musique en ligne et à ces outils n'est pas au centre de leurs pratiques. Les sites de *streaming* sont une simple ressource supplémentaire sur laquelle ils projettent des attentes et formalisent des pratiques développées hors des espaces du numérique.

4 Un modèle à exploiter: la recommandation

La description musicale passe par une phase matérielle au cours de laquelle l'œuvre ou son exécution est associée à une série d'informations catalographiques objectives (compositeur, titre, date d'exécution ou d'enregistrement...) pour être appréhendée documentairement, malgré le caractère forcément limité de la description (BARATIN; JACOB, 1996; COTTE, 2011).

Afin de proposer une structure sémantique qui combine l'information hétérogène de différents catalogues musicaux sans perte d'information ni de granularité, les standards du web sémantique ont retenu notre attention. En effet, outre le caractère stable et ouvert, donc pérenne, des langages et outils qui le composent, le web sémantique s'attache à identifier et à rassembler des éléments d'information disparates pour en former un tout cohérent. Les ontologies permettent de représenter des univers conceptuels – dont celui de la musique – dans lesquels on peut décrire la *nature* des réalités considérées, c'est-à-dire leur sens, ainsi que les relations d'ordre logique ou sémantique qui existent entre ces réalités (DUNSIRE, 2010).

Parmi les modèles d'information adaptés – et notamment Cidoc-CRM (DOERR, 2003) pour les objets patrimoniaux et culturels, ou FRBR (LE BŒUF, 2005) pour le catalogage des documents bibliographiques – nous avons sélectionné le modèle ontologique formel FRBRoo (RIVA; DOERR; ŽUMER, 2008), car il bénéficie des avantages cumulés du web sémantique (unification sémantique de données hétérogènes distribuées, pérennité et ouverture des formats) et des modèles ontologiques (approche conceptuelle, explicitation des relations de sens) tout en implémentant les structures nécessaires pour le catalogage de l'information culturelle patrimoniale. En effet, FRBRoo est issu d'une harmonisation entre le modèle Cidoc-CRM destiné aux musées et le modèle FRBR dévolu aux bibliothèques, bénéficiant donc des exigences et des fonctionnalités nécessaires aux deux univers et les unifiant. En particulier, FRBRoo décrit un objet éminemment culturel tel qu'un document musical en le caractérisant selon les entités catalographiques de FRBR que sont l'Œuvre (création intellectuelle), l'Expression (réalisation de l'Œuvre), la Manifestation (matérialisation de l'Expression) et l'Item (exemplaire "physique" et particulier de la Manifestation), afin de distinguer les caractéristiques permanentes d'une œuvre (compositeur, numéro d'opus, titre) et celles qui sont plus ponctuelles (interprètes lors d'un concert, enregistrement particulier, variations d'orchestrations). En outre, FRBRoo autorise la création d'extensions quand l'expressivité du modèle original est insuffisante au regard des besoins de modélisation d'un domaine – et notamment les informations d'ordre artistique ou esthétiques, classiquement absentes de l'information catalographique, mais réclamées par les publics interrogés.

En outre, le modèle FRBR, et par conséquent FRBRoo, s'appuie également sur des entités nommées (personnes, collectivités) et d'indexation (événement, lieu...) qui permettent d'intégrer l'information issue de référentiels stables aux divers niveaux informationnels (instruments, orchestres, interprètes, labels, etc.). L'implémentation du modèle a donc été pensée et réalisée de manière à ré-

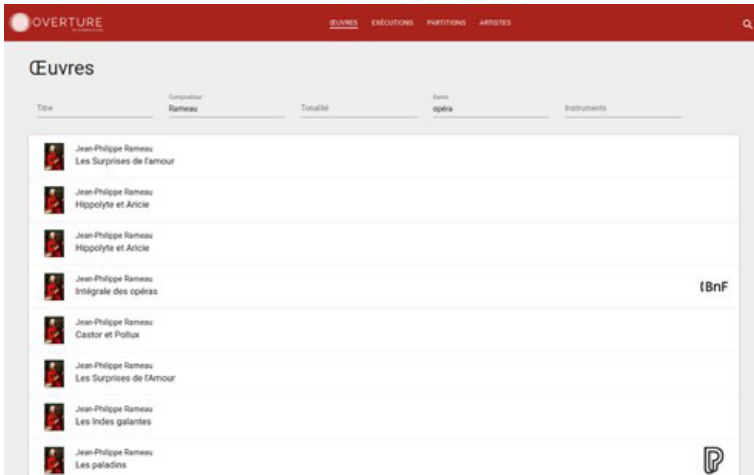
pondre non seulement aux exigences de la description documentaire par et pour les professionnels de la documentation musicale (CHOFFÉ; LERESCHE, 2016), mais également aux demandes des autres usagers passionnés de musique, quel que soit leur niveau de connaissances musicologiques. Une interface de consultation en cours de développement appelée Overture⁶ permet d'évaluer le chemin parcouru par les partenaires dans leur œuvre de génération et diffusion de ce modèle.

C'est dans cette interface que s'exprime la réponse aux demandes formalisées au cours des premiers entretiens (section 3). La précision catalographique évoquée ci-dessus associée à la grande variété des types informationnels accessibles – tels que tonalité, genre, titre traduit, interprète, instrument solo... – permettent de pallier les défauts de bruit et de silence massivement fustigés par les plus passionnées des personnes interrogées. En définitive, l'interface proposée ne requiert pas de connaissances musicales avancées pour répondre précisément aux requêtes des usagers : le moteur de recherche n'est qu'un mode d'accès secondaire à l'information, et la navigation dans le graphe informationnel complexe est privilégiée. Le principe repose sur un filtrage du graphe visible en fonction des éléments informationnels sélectionnés par l'utilisateur. Dans la figure 1, les éléments du graphe accessibles sont ceux qui sont associés aux éléments informationnels sélectionnés (compositeur : Rameau ; genre : opéra). Outre le compositeur et le genre musical, trois autres catégories informationnelles peuvent être mobilisées pour le filtrage : le titre (quelle que soit la langue utilisée), la tonalité de la pièce et les instruments utilisés. Il est prévu qu'un champ consacré aux interprètes y soit ajouté dans le cadre d'une utilisation du modèle interne aux institutions⁷.

6 *Ontology-driven Exploration and Recommendation of Musical Records*, voir <https://overture.doremus.org/>.

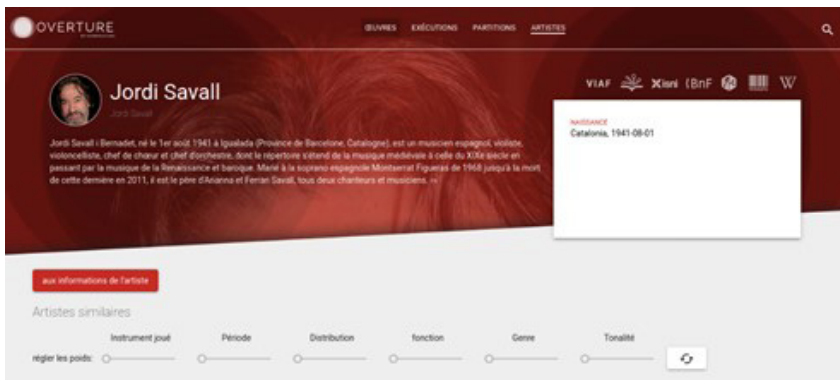
7 La version d'Overture présentée dans le cadre de cet article est un prototype visant à la démonstration, qui ne donne accès qu'à l'information catalographique et pas aux enregistrements eux-mêmes, du fait des droits qui leurs sont associés.

Figure 1 – Sélection des pièces d'opéras de Rameau dans Overture



Dans le cadre de cette navigation, nous n'avons pas mis en place de mécanisme permettant un flux continu de propositions musicales par similarité avec un ou plusieurs morceaux de départ, pour éviter les écueils qu'ont déplorés nos informants : l'opacité des choix et l'enfermement excessif dans une sorte de bulle informationnelle (PARISER, 2011).

Figure 2 – Interface de personnalisation de la recommandation dans Overture



La recommandation n'est pourtant pas absente de ce prototype, mais elle s'apparente plutôt à une *découverte* de pièces ou de compositeurs à partir d'un point de départ choisi par l'utilisateur de l'outil, sur des critères qui ne lui sont pas imposés.

La transparence et l'adaptabilité sont ici de mise, et aucun critère extérieur aux éléments recueillis lors du catalogage des documents musicaux ou de la collecte des informations d'autorité⁸ n'est exploitée pour établir la similitude entre le point de départ et les éléments proposés à la découverte par le système. Les propositions sont faites en termes de distance entre un élément et des propositions dans le catalogue traité pour le projet, mais il est possible de donner une plus ou moins grande importance à différents types de liens dans le parcours du graphe. La figure 2 montre que l'on peut donner plus ou moins de poids à des informations de natures différentes *via* autant de curseurs. Ces informations sont à l'heure actuelle les suivantes : les instruments joués dans la pièce ou par l'artiste, la période de composition de la pièce ou d'activité de l'artiste, la distribution (types d'ensembles ou de chœurs) mobilisée dans la pièce ou par le compositeur, le genre dans la pièce ou les genres plus massivement pratiqués par l'artiste, et la tonalité dans la pièce ou les tonalités plus massivement pratiquées par l'artiste.

En fonction de sa sensibilité, l'utilisateur pourra donc faire varier les critères sur lesquels il souhaite voir des propositions d'écoute apparaître, et rester par exemple plutôt sur de la musique vocale ou de l'opéra, ou au contraire privilégier la prééminence de la clarinette ou du piano dans son parcours personnalisé d'écoute. Il lui sera de même possible de faire varier ces critères tout au long de son utilisation de l'outil, pour voir la nature de la proximité entre des œuvres évoluer au gré de ses goûts ou de son humeur, voire au rythme de son activité.

5 Public et recommandation

Comme nous l'avons indiqué en section 3, une seconde série d'entretiens a été menée en aval de la création du modèle et de l'interface Overture afin d'en analyser la réception. La méthodologie du recueil d'information s'appuie sensiblement sur les choix opérés en début de projet et présentée ci-dessus : des entretiens semi-directifs auprès d'informateurs sélectionnés sur base de leur affinité au monde de la musique classique, menés sur base d'un conducteur d'entretien commun, ont été enregistrés pour analyse. Nous avons veillé à reconstituer les catégories de publics dégagées lors des entretiens initiaux, à savoir des membres du grand public (14 personnes), des musiciens ou musicologues amateurs ou professionnels (14 personnes), et des professionnels de la médiation musicale (4 programmeurs ou

8 Au sens documentaire du terme: une liste d'autorité personnes (pour les compositeurs et interprètes, par exemple) contiendra, outre l'identité normalisée des personnes recensées, des informations factuelles telles que les dates de naissance et de mort ou la nationalité; une liste d'autorité matières (dans le cas présent) est essentiellement composée des genres et formes musicales.

réalisateurs d'émissions musicales). Au cours des entretiens, nous avons abordé leur ressenti lors de la consultation du catalogue via Overture, en essayant de les confronter aux différentes fonctionnalités de l'outil, tant opérationnelles que informationnelles ou cognitives. L'analyse des entretiens passe par les enregistrements non retranscrits et la relecture de notes prises pendant les échanges.

4.1 De la complexité de la recherche

Une fois passé l'obstacle d'une méthode de recherche fondée non sur un seul champ d'interrogation "à la Google", mais sur différents types informationnels ciblés, le mode d'interrogation du catalogue par filtrage des œuvres a été apprécié par l'ensemble des publics interrogés. Les facettes liées aux instruments, au genre et dans une moindre mesure – essentiellement hors du grand public – à la tonalité sont saluées, et les champs libres permettant de cibler spécifiquement le compositeur ou le titre de l'œuvre apportent la possibilité de contraindre efficacement la recherche et de réduire le bruit dans la réponse. La qualité des pièces présentées au regard des critères de recherche a suscité l'approbation des différentes personnes consultées. Il faut néanmoins noter un besoin de guider les utilisateurs dans la manipulation d'un modèle de données inhabituel et qui a recours à des réalités parfois inconnues d'une partie des publics. Ainsi, il paraît nécessaire de distinguer les filtrages sur référentiels (tonalité, instrument, genre) des filtrages libres, qui n'ont pas le même statut dans l'esprit des usagers, qui demandent que les deux modalités soient explicitement distinguées dans l'interface, afin qu'on perçoive immédiatement qu'on doit faire appel à une liste fermée ou à un champ ouvert afin de guider sa recherche.

Les médiateurs et musiciens ont noté l'absence de champs importants pour les professionnels, alors même que le modèle contient cette information : le numéro savant (Köchel, Opus...) – même si d'autres utilisateurs tout aussi formés soutiennent ne jamais utiliser ce type d'information –, la langue interrogée (avec l'importance de savoir si on obtient bien *Eroica* quand on utilise une requête de titre *Héroïque*, dans une période où le français tend à disparaître des catalogues d'éditeurs), la période (tantôt en année ou décennie, tantôt en période).

Ces réponses entrent en résonance avec un certain nombre d'observations, en particulier le faible intérêt (partagé par toutes les catégories d'auditeurs) pour les interprètes. Ceux qui comparent les interprétations sont en effet très rares. Chez les non-musiciens, seuls le nom du compositeur et l'instrumentation intéressent la majorité des personnes rencontrées. Chez les musiciens, les requêtes fines (compositeur, titre savant, titre commercial, titre dans la langue originale, forme, genre, instrumentation – originale ou adaptée – soliste) intéressent généralement plus de

50 % d'entre eux. On peut noter que le contexte et la connaissance du type d'œuvres et des métadonnées présentes (ou supposé présentes) dans le fichier. Autrement dit, la formulation de la requête va être liée à ce que l'utilisateur sait ou croit savoir du fonctionnement du système (présence potentiel d'un titre savant par exemple).

D'une manière générale, le désir d'être guidé lors de leurs pérégrinations musicales est réel. Mais il est difficile de déduire des besoins exprimés une quelconque grille. Il s'agit de besoins individuels et contextuels qui par définitions sont susceptibles de changer au fil des musiques écoutées et des contextes extra-musicaux.

4.2 Adaptabilité de la recommandation

Les expérimentations initiales (section 3) ont révélé que le recours aux outils de recommandation demeure un sujet sensible chez les consommateurs de musique en ligne, qu'ils soient professionnels ou amateurs, notamment car ces dispositifs entrent en concurrence avec les médiations anciennes (critique de disques, radio). S'il y a une certaine fascination pour les propositions formulées par un algorithme, et même parfois une certaine satisfaction fonctionnelle, le processus ne va pas sans poser question. Les spécialistes de la musique classique voient d'un œil suspicieux les propositions de rapprochements d'artistes ou d'œuvres par l'interface. Une médiation des expérimentateurs s'est donc avérée nécessaire pour éclairer cette fonctionnalité : les propositions ne reposent pas sur une connaissance de la musique ou du mélomane qui serait acquise par le système, mais seulement sur la sélection d'un bref extrait du catalogue identifié via six types informationnels (tonalité ; genre musical ; fonction utilisées ; distribution mise en œuvre ; période d'activité ; instruments mobilisés) de contenu identique ou proche de la fiche descriptive de départ. Tous ont salué positivement la liberté laissée à l'utilisateur de modifier lui-même la pondération de chacune de ces informations, et donc de rester maître du paramétrage de la proximité. Pour les professionnels, il s'agit en effet de prendre et d'assumer un choix éditorial, transcrit dans la configuration éclairée des paramètres de proximité. Pour le grand public et les musiciens, la recommandation est perçue par la quasi-totalité des enquêtés comme un équipement de marché visant à "orienter ou manipuler les choix des consommateurs" (MÉNARD, 2014, p. 69).

La fonctionnalité de découverte proposée par Overture reste considérée comme un gadget par les professionnels de la médiation, une curiosité d'une utilité très marginale pour les professionnels, et plutôt réservée aux novices. Elle vient également rassurer ces professionnels, qui du fait de ce qu'ils perçoivent comme des faiblesses de l'outil, et notamment le fait qu'on ne lance pas l'écoute de manière passive, ne se sentent pas du tout menacés par les résultats du projet, et sont donc tout à fait ouverts à l'utiliser de manière quotidienne et approfondie.

5 Conclusion

La mise en place d'un modèle descriptif des données musicales dans une perspective d'exploitation de cette information par tous les publics amateurs de musique, tant professionnels que simples passionnés, semble une nécessité dans le contexte de l'économie culturelle actuel. Cependant, l'exploitation des contenus catalographiques s'avère peu propice à une telle exploitation, du fait d'un éclatement important des contenus, des modèles, des formats et même de la philosophie informationnelle suivie en cours de description. En outre, les outils classiques de description de ces données musicales – à savoir les catalogues, bases de données musicales et plateformes d'écoute – semblent bien détachés des besoins réels de ces publics qui attendent à la fois précision dans les réponses à leurs demandes, et appréhension de leurs goûts, de leur sensibilité, de leurs humeurs dans la découverte des contenus musicaux.

Le projet Dorémus propose un modèle descriptif de l'information musicale basé sur la modélisation conceptuelle FRBRoo développé dans le cadre du web sémantique, ce qui permet une mise en compatibilité et un décloisonnement de toute description musicale qui s'y adapte. Ce modèle particulièrement riche permet une granularité très fine des contenus informationnels répondant aux besoins les plus fins d'une interrogation précise qui met en œuvre les types informationnels mobilisés par les spécialistes de la musique sans pour autant rendre l'interrogation inaccessible aux publics peu formés en musicologie. L'interface Overture proposée à cet effet nécessite néanmoins de mieux prendre en compte l'étendue des types de requêtes propres aux spécialistes (par exemple l'interrogation par numérotation savante des œuvres), et surtout un guidage ergonomique des publics plus novices à travers des typages informationnels qui leur restent autrement obscurs.

Cette interface de consultation propose aussi une solution originale de découverte du catalogue, qu'on peut rapprocher de la recommandation musicale sans pour autant l'y identifier totalement. Cette fonctionnalité permet de se baser sur différents éléments catalographiques pour rapprocher des contenus musicaux et suggérer une certaine proximité, une relative similitude, entre eux. L'originalité de la découverte vient également de ce que les critères de similarité à prendre en compte sont paramétrables par l'utilisateur, qui pourra ainsi insister sur les éléments nécessaires pour signifier selon lui que deux pièces sont semblables, ou au contraire ce qui ne peut être utilisé pour les rapprocher. Si au final cette modalité de découverte est saluée unanimement par les publics qui y ont été confrontés, son exploitation réelle reste fortement dépendante de la qualité irréprochable des données catalographiques exploitées et de la bonne compréhension des types informationnels utilisés dans le paramétrage de la similarité.

Remerciements

Les recherches présentées dans cet article ont été partiellement financées par le projet ANR-2014-CE24-0020 “DOREMUS”. L'équipe du laboratoire GERiiCO qui s'est investie dans les enquêtes d'usage était constituée de Dominique Cotte, Marie Després-Lonnet, Mathias Heizmann, Bernard Jacquemin, Béatrice Micheau, David Vandiedonck.

Bibliographie

BARATIN, M.; JACOB, C. (eds.). **Le pouvoir des bibliothèques: la mémoire des livres en Occident**. Paris: Albin Michel, 1996.

CHOFFÉ, P.; LERESCHE, F. DOREMUS. Connecting Sources, Enriching Catalogues and User Experience. *In*: IFLA WLIC, 2016, Columbus. **Anais** [...]. Columbus, OH: IFLA, 2016. Disponível em: <http://library.ifla.org/1322/1/093-choffe-fr.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.

COTTE, D. Émergences et transformations des formes médiatiques. Paris: Hermès Science-Lavoisier, 2011.

COTTE, D *et al.* Entre appréciation et description, les goûts musicaux à l'épreuve de la “data”. Documents et dispositifs à l'ère post-numérique. *In*: COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LE DOCUMENT ÉLECTRONIQUE (CIDE), 18., 2015, Paris. **Anais** [...]. Paris: Europa, 2015. Disponível em: <http://hal.univ-lille3.fr/hal-01281249>. Acesso em: 7 mar. 2017.

DESPRÉS-LONNET, M. **Temps et lieux de la documentation: transformation des contextes interprétatifs à l'ère d'internet**. Habilitation à diriger des recherches—Lille: Université de Lille Sciences Humaines et Sociales, 12 dez. 2014.

DOERR, M. The CIDOC Conceptual Reference Module: an Ontological Approach to Semantic Interoperability of Metadata. **AI Magazine**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 75–92, 2003.

DONNAT, O. Évolution de la diversité consommée sur le marché de la musique enregistrée, 2007-2016. **Culture études**, [S. l.], v. 2018, n. 4, p. 1–32, 5 out. 2018.

DUNSIRE, G. Interoperability and semantics in RDF representations of FRBR, FRAD and FRSD. *In*: COLOGNE CONFERENCE ON INTEROPERABILITY AND SEMANTICS IN KNOWLEDGE ORGANIZATION, 2010, Würzburg. **Anais** [...]. Würzburg: Ergon Verlag, 2010. Disponível em: <http://gordondunsire.com/pubs/docs/InteropSemanticsRDFFRBRPre.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

GUIBERT, J.; JUMEL, G. **Méthodologie des pratiques de terrain en sciences humaines et sociales**. Paris: Armand Colin, 1997.

HENNION, A. **La passion musicale**: une sociologie de la médiation. Paris: Métailié, 1993.

JACQUEMIN, B.; HEIZMANN, M.; COTTE, D. La description numérique de la musique à l'épreuve des usagers. Le projet Dorémus. *In*: HYPERHERITAGE INTERNATIONAL SYMPOSIUM, 5., 2018, Paris. **Anais [...]**. Paris: Europa, 2018. Disponível em: <http://hal.univ-lille3.fr/hal-01795273>. Acesso em: 27 jun. 2018.

LE BCEUF, P. **Functional requirements for bibliographic records (FRBR)**: hype or cure-all? Binghamton (NY): The Haworth information press, 2005.

MAISONNEUVE, S. L'industrie phonographique et la patrimonialisation de la musique dans la première moitié du xx^e siècle. **Le Temps des médias**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 77–91, 6 jun. 2014.

MÉNARD, M. Systèmes de recommandation de biens culturels. Vers une production de conformité? **Les Cahiers du numérique**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 69–94, 2014.

MERZEAU, L. Le flâneur impatient. **Medium**, [S. l.], v. 41, n. 4, p. 20–29, 2014.

MICHEAU, B.; DESPRÉS-LONNET, M.; COTTE, D. La recommandation musicale entre inscriptions documentaires, pratiques sociales, et dispositifs d'écoute. *Études de communication, langages, information, médiations*, [S. l.], n. 49, p. 33–56, 2017.

PARISER, E. **The Filter Bubble**: what The Internet Is Hiding From You. London: Viking, 2011.

RIVA, P.; DOERR, M.; ŽUMER, M. FRBRoo. Enabling a common view of information from memory institutions. *In*: IFLA - GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 74, 2008, Québec. **Anais [...]**. Québec: IFLA, 2008. Disponível em: http://archive.ifla.org/IV/ifla74/papers/156-Riva_Doerr_Zumer-en.pdf. Acesso em: 27 mar. 2018.

SARRANT, P *et al.* L'économie de la production musicale. **Neuilly-sur-Seine**: syndicat national de l'édition phonographique, 2018. Disponível em: https://snepmusique.com/wp-content/uploads/2018/07/07-2018-Guide-ECO-2018_Version-Web.pdf. Acesso em: 4 fev. 2020.

**Mediação, espaço, leitura e
patrimônio / Médiation, espace,
lecture et patrimoine**

Une analyse des pratiques de lecture par le dessin

Cécile Dupin de Saint Cyr, Heckel¹, Isabelle Fabre², Viviane Couzinet³

1 Introduction

LA LECTURE OCCUPE UNE PLACE ESSENTIELLE À L'ÉCOLE MAIS AU MOMENT DE l'adolescence les jeunes ont tendance à s'en détourner. En collège, établissement en France de l'enseignement du 2nd degré, la médiation documentaire s'appuie sur un intermédiaire: le professeur-documentaliste. Son rôle est de rapprocher les élèves de l'information et de ses supports, les documents. Ce rôle ne va pas de soi et pour être effectif, il nécessite la mise en place de dispositifs info-communicationnels. À travers eux, le professeur-documentaliste médiateur cherche à "donner du sens aux pratiques" (RASSE, 2000).

Différents travaux nous permettent d'appréhender le livre, les pratiques et les espaces. En sciences de l'information et de la communication (SIC) la définition du livre donnée par Estivals (1978) pose sa matérialité: support, feuilles, dimensions, assemblage des feuillets, couverture, et son contenu intellectuel: signes, titre, illustrations. Pour Ihadjadène (2009) les pratiques caractérisent "les approches centrées sur le comportement composite à l'œuvre dans différentes sphères informationnelles, culturelles...". De son côté, de Certeau (1990) envisage l'espace avec les mouvements humains qui s'y déploient, c'est "un lieu pratique".

Le centre de documentation et d'information (CDI) de collège propose dans une organisation spatiale un ensemble de documents, liés aux programmes scolaires et à l'actualité littéraire, adapté à l'âge des jeunes scolarisés (11-15 ans). Tous les élèves ne fréquentent pas le CDI de la même manière et tous n'ont pas la même approche du livre. Cependant, tous ont une représentation mentale du rapport qu'ils entretiennent avec lui. Elle s'est construite dans divers lieux, l'école primaire, le do-

1 Docteur Sciences de l'information et de la communication; LERASS, Université Toulouse III-Paul Sabatier, France. Contact: cecile.heckel@univ-montp3.fr.

2 Professeur Sciences de l'information et de la communication; ENSFEA, UMR EFTS, Université de Toulouse, France. Contact: isabelle.fabre@ensfea.fr.

3 Professeur Sciences de l'information et de la communication; LERASS, Université Toulouse III-Paul Sabatier, France. Contact: viviane.couzinet@iut-tlse3.fr.

micile et la famille, la bibliothèque municipale, la librairie ou le centre commercial qui dispose d'un rayon consacré aux livres. Or le dispositif mis en place par le professeur-documentaliste qui propose une médiation documentaire pour faciliter les apprentissages se superpose à cette représentation. Comment alors percevoir les représentations des élèves pour proposer des dispositifs adaptés? Pour répondre à cette question qui se situe en amont de ce qui est déjà mis en place, nous avons expérimenté sur le terrain une méthode utilisée en recherche, la méthode du dessin: nous avons demandé aux élèves de se représenter en train de lire. Elle nous permet de questionner leurs connaissances de l'objet documentaire livre et les représentations qu'ils en ont. Il s'agit de montrer en quoi le regard posé par le jeune sur lui-même, à travers une position de spectateur de ses propres comportements, l'amène à prendre du recul sur son expérience de lecteur et à en témoigner. Ce faisant, nous proposons d'apporter une contribution à la notion de document pour la recherche en y introduisant l'autoreprésentation iconographique.

Après avoir précisé le contexte de notre étude et le rôle du professeur-documentaliste dans les établissements scolaires français, nous exposerons notre terrain, la méthode utilisée et la description des dessins à partir d'une grille construite à l'aide de langages documentaires (Couzinet, 2016). Enfin, nous discuterons la position de médiateur et la valeur documentaire du dessin pour analyser des phénomènes info-communicationnels.

2 Médiation documentaire

2.1 Médiation documentaire, médiation du livre

La médiation documentaire s'inscrit dans le champ de l'information-documentation. Elle se construit autour de différents objets comme l'espace documentaire (MAZURIER, 2019; FABRE, 2013), elle donne lieu à la production d'outils d'accès à l'information imprimés ou numériques. Elle prend en considération l'utilisateur, l'information en présence, le document, comme "objet sur lequel sont enregistrés des signes représentant de l'information" (MEYRIAT, 1993). Elle renvoie aux notions d'intermédiaire, d'entre-deux, de milieu; elle agit dans la mise en relation des sujets et des objets documentaires.

La médiation documentaire implique un rapport personnel direct entre un individu en quête d'information et un médiateur. Tous deux ont recours au langage, l'un pour formuler son besoin d'information, l'autre pour le reformuler en termes documentaires correspondants. Lors de ce rapport discursif, le médiateur cherche à prendre en compte le "niveau de connaissance de l'utilisateur et de ses capacités d'abstraction" (BEGUIN-VERBRUGGE, 2002). Fabre (2018) explique que la médiation

“questionne la production, la diffusion et l’appropriation de l’information au sein de l’espace public”. Pour elle, la médiation documentaire est “tout ce qui concourt à accompagner l’usager dans ses pratiques informatives. Elle joue un rôle premier dans la formation, la circulation et l’appropriation des savoirs”. Les dispositifs documentaires, aménagements matériels permettant l’accès à une information organisée (document, classification, signalétique...), sont pensés et construits pour accompagner l’usager dans un système organisé du savoir (Fabre, 2009). Ils permettent à la fois l’accès à l’information et son appropriation (COUZINET, 2011). Ils se situent entre le concepteur et les usagers de l’espace documentaire.

À partir de ces diverses approches, on peut tenter de préciser la particularité de la médiation du et par le livre comme support documentaire. Nous distinguons la médiation du contenu du livre permettant de connaître et d’accéder à des savoirs, de la médiation du livre renvoyant à la connaissance de sa fabrication intellectuelle et matérielle, l’économie du livre etc. Labbé (2015) définit la médiation du livre comme faisant partie de la médiation culturelle, “en bibliothèque [...elle] constitue une forme de discussion qui se traduit souvent en une recommandation de lecture: que celle-ci soit verbalisée par le bibliothécaire, mise en valeur par une signalétique spécifique ou, plus généralement, qu’elle se traduise par une sélection de livres mis en disponibilité dans les collections”. La médiation du contenu se retrouve donc à travers des recommandations, des prescriptions et des sélections, elle s’intéresse à la diversité des publics et aux pratiques de lecture.

2.2 Médiateur documentaire en collègue

En France, dans l’enseignement secondaire, après un Master métiers de l’enseignement, de l’éducation et de la formation 2nd degré, le professeur-documentaliste doit obtenir un Certificat d’aptitude au professorat de l’enseignement du 2nd degré (CAPES) en documentation. En collège, la médiation documentaire s’appuie sur lui. Son rôle est de mettre en relation les élèves et l’information en combinant plusieurs actions:

- Il facilite l’accès à l’information, permet son usage, sa compréhension et initie au regard critique. Il est ainsi un acteur majeur de l’éducation à l’information. Son activité se développe dans un lieu dont il est le gestionnaire, le CDI. Il y organise des “sous-espaces”: accueil, consultation, travail individuel ou collectif, lecture, informatique, périodiques, etc. qui font sens pour l’usager (FABRE, 2013) et il met à disposition des outils de recherche, catalogues, signalétique..., communique des informations afin que l’élève “bâtisse ses propres connaissances en vue de se constituer un savoir” (RÉGIMBEAU, 2011). En

ce sens, le CDI est un dispositif info-communicationnel (COUZINET, 2009), il intervient en tant qu'espace médiateur et participe à la diffusion du savoir, de la culture et à la construction des connaissances.

- Il fait connaître, particulièrement en milieu rural, des lieux de culture. Il organise en collaboration avec des enseignants de français, d'histoire, de sciences etc. des visites de musées, de théâtres, de tribunaux, de journaux, d'usines, en fonction de l'environnement de l'établissement dans lequel il exerce. Il y fait aussi entrer la culture en réservant des expositions, en proposant des rencontres avec des auteurs, des illustrateurs, des artistes ... Il participe ainsi à une ouverture culturelle vers des formes documentaires autres que les livres ou la presse. Il joue un rôle essentiel dans l'éducation des futurs citoyens autonomes que les élèves seront un jour. Il est un passeur culturel.
- Il prend en considération les différents temps scolaires, une récréation (environ 15 minutes), une séance pédagogique (1 ou 2 heures), une séquence pédagogique (plusieurs heures), une année scolaire ou encore la durée de scolarisation en collège (4 ans). Cette prise en compte du temps lui permet de penser le développement et l'assise de pratiques d'information dont de lecture. Le terme de "pratique" est entendu au sens de "manières dont l'ensemble de dispositifs, des sources, des outils, des compétences cognitives, sont effectivement mobilisés dans les différentes situations de production, de recherche, traitement de l'information" (IHADJADENE, 2009). Les pratiques se centrent sur "l'humain, son comportement, ses représentations, son état cognitif, ses attitudes" (GARDIÈS, FABRE, COUZINET, 2010).
- Il s'occupe de différentes tranches d'âges de leurs goûts, loisirs, besoins, niveaux de lecture, pratiques du livre, appartenances sociales, cultures... Le médiateur cherche à ce que les publics se sentent impliqués, concernés, accueillis, écoutés, considérés. Cette prise en considération fait de la médiation du livre, une médiation personnelle (BARBIER-BOUVET, POULAIN, 2013) entendue comme recours à une personne tierce, une médiation humaine, engageant discours et gestes.
- Il observe et analyse l'évolution du marché du livre (LAMIZET, SILEM, 1997). Il s'informe de la production éditoriale, tant en ce qui concerne les classiques de la littérature que les ouvrages contemporains à succès, les adaptations littéraires en bande dessinée, en manga ou en film. Il assure une veille éditoriale afin d'en déceler les évolutions en adéquation avec son public.
- Il met en œuvre plusieurs formes de médiations humaines et sensibles: médiation des espaces, médiation par les discours et médiation par les gestes: gestes professionnels et gestes des pairs pour rapprocher les jeunes des livres.

Pour la recherche présentée ici, nous nous centrons sur la médiation du livre, ce dernier étant l'objet qui par son volume apparaît rebutant, ennuyeux, austère pour certains. C'est pourquoi nous faisons l'hypothèse que la manière dont l'élève se perçoit en lecteur peut être un moyen de comprendre comment le professeur-documentaliste peut l'amener à améliorer voire à changer son attitude et ses pratiques de lecture.

2.3 Médiation de soi lecteur

La pratique de la lecture interroge plusieurs mises en relation, du lecteur avec lui-même, au temps consacré à lire, à l'objet livre, aux compétences investies pour lire, à l'effort, à la concentration... Moreau (2009), interroge cette relation en ces termes: "on peut se demander s'il existe un lien intrinsèque entre l'aptitude à lire et la perception que l'on a de soi-même en tant que lecteur. Plusieurs ados disent ne pas aimer lire tout simplement parce qu'ils ne se perçoivent pas comme lecteurs". Cette réflexion pose le problème du rapport à soi avant même le rapport au livre.

Réfléchir à la médiation de soi conduit à opérer deux rapprochements, avec le souci de soi lecteur d'abord, puis avec la transformation de soi. L'adolescent se trouve dans un processus de découverte, proche du souci de soi. Les sociologues Albenga et Bachmann (2015) estiment que ce souci peut être entretenu par la lecture ou faire partie d'un "ensemble de pratiques de soi qui convergent dans un processus de transformation de soi". Dans notre approche de la lecture, la transformation de soi a lieu dans la compréhension, l'appropriation et l'interprétation d'un texte lu. Elle opère aussi avec les lectures passées, celles qui permettent de se constituer un capital culturel.

On retrouve cette transformation dans la définition que donne Régimbeau (2011) "la médiation est une des figures de la communication: elle est processus, moyen, construction, transformation, traduction, passage". Dans l'entre-deux, entre le médiateur et le sujet, on assiste à la transformation du sujet "par et pour lui-même" (VINATIER; LAURENT, 2008). Elle peut avoir lieu à différents niveaux, tant dans l'acte de lire que dans la réalisation de la médiation. Elle peut aussi se traduire par une adaptation du sujet à un objet ou à une situation, un environnement (Akrich, 1993). Les différentes médiations en jeu, ne sont pas automatiques et pour les rendre effectives, elles nécessitent la mise en place de dispositifs info-communicationnels qui facilitent l'accès aux documents et à leurs contenus dans un environnement particulier (COUZINET, 2009; 2016).

La médiation de soi passe par une représentation mentale de soi, dont le dessin peut permettre de prendre conscience. Il intervient en effet comme la trace d'une action sur un support, un signe de présence au monde, l'empreinte d'une indivi-

dualité (GEORGES, 2005). Pour être efficace, la médiation de soi implique plusieurs intentionnalités, de la part de celui qui la met en place (RASSE, 2000; CAUNE, 2000) et de la part du sujet médiatisé.

3 Se représenter lecteur

3.1 Terrain et population

Dans le prolongement de nos premiers travaux (DUPIN DE SAINT CYR - HECKEL, FABRE, 2016; DUPIN DE SAINT CYR - HECKEL, 2018), nous avons expérimenté sur le terrain d'un nouveau CDI de collège, la méthode du dessin utilisée en recherche. Cette étude sur la représentation de la pratique de la lecture est menée en situation d'observation participante. Le professeur-documentaliste, lui-même chercheur, fait dessiner les élèves en leur expliquant la démarche attendue. Le dessin sert la remémoration de l'activité de lecture, il est au moment de la production, un support d'interactions entre les élèves eux-mêmes et entre les élèves et le chercheur.

Ce travail s'inscrit dans un courant qui s'attache à l'analyse des supports, des espaces du livre, des gestes et de la manière dont les élèves les organisent mentalement. La méthode du dessin permet de contourner le questionnement direct sur le rapport à la lecture. Elle interroge les pratiques du livre, les perceptions, les connaissances des différents objets documentaires et met en évidence des habitudes procédurales contractées par le passé.

Le dispositif documentaire pensé et mis en place au sein du CDI est contraignant, puisque les jeunes respectent un cadre d'utilisation, situé lui-même dans un contexte scolaire ayant ses propres règles. Cependant ce resserrement participe à la construction de l'identité des lecteurs. Ainsi, nous avons interrogé une classe de sixième, (19 jeunes entre 10 et 11 ans) avec qui nous travaillons régulièrement autour d'un carnet de lecteur. Dès le début de l'année scolaire, ils ont été amenés à réfléchir à leur rapport au livre.

3.2 Méthode du dessin en recherche

Plusieurs chercheurs se servent du dessin dans leurs travaux. La designer Bosqué (2015) l'utilise comme instrument de travail car pour elle il "revient à comprendre, interroger, faire parler, pousser à décrire et à dire". Castellotti et Moore (2019) ont recours aux dessins d'enfants pour mieux comprendre comment ils perçoivent la "pluralité des langues" et comment elle peut leur permettre "d'imaginer un futur au contact de la diversité". Ils sont aussi utilisés pour observer comment les acteurs comprennent le monde. En sociologie de la famille, Hummel, Rey et Lalive d'Épinay (1995) ont demandé à des enfants de dessiner leurs grands-parents

et en sciences du langage un groupe a reçu la consigne: “dessine-toi dans l'école” (RAZAFIMANDIMBIMANANA, 2009).

De notre côté, “dessine-toi en train de lire”, intervient comme un guide pour la réalisation du dessin. Les jeunes ont été amenés progressivement à produire un document graphique sur leurs pratiques de lecture. Ceci les a obligés à réfléchir au sens qu'ils donnent à cette activité. Ils ont été conduits à prendre du recul sur leurs propres manières de faire, gestes (mouvements du corps), postures (positions du corps), attitudes (dispositions d'esprit) et activités intellectuelles (pensées, connaissances). Ils ont posé un regard extérieur sur ce qu'ils font et sur leur propre logique d'action. En didactique des sciences Peterfalvi (1991) explique comment ce type de regard induit un “détachement qui autorise les critiques et permet la décentration”. Ainsi, la méthode du dessin de soi montre le regard de l'élève sur lui-même, il se raconte, communique sur ses propres actions et ses propres gestes. En témoignant il prend du recul sur son expérience de lecteur. La réussite de cette mise en observation intérieure suppose deux étapes en amont du dessin: une activité de lecture passée qui s'étend sur un temps long de 0-10 ans, vécue, intériorisée et un retour mémoriel sur cette activité.

Le dessin réalisé par le sujet l'invite à centrer son attention sur son apprentissage, à s'approprier et récupérer tous les savoirs et savoir-faire acquis tant sur l'objet livre que sur l'acte même de lire. C'est un réceptacle d'un savoir accumulé par l'expérience. Il produit un glissement de la pratique intériorisée à une pensée extériorisée par l'acte graphique. Le jeune raconte sa construction de lui-même lecteur, son identité de lecteur à un moment donné, il témoigne d'une construction sociale de pratiques et de connaissances du livre.

3.3 Méthode d'analyse

Une fois les dessins récoltés, se pose la question de leur description, de leur analyse et de leur interprétation. Pour la description et l'analyse des dessins, nous nous référons au vocabulaire contenu dans des langages documentaires. Dans le domaine de l'art, ils sont employés pour décrire le contenu des documents (LAFAILLE, 2006; RÉGIMBEAU 2007) alors qu'en psychologie, c'est l'interprétation des dessins qui domine et à notre connaissance il n'en existe pas permettant seulement la description.

Nous reprenons la grille constituée dans nos travaux précédents à partir de 5 langages: 3 sont iconographiques - Thésaurus Iconclass (1950), Thésaurus Garnier (1984), site Getty Images (1995), 1 est encyclopédique sur la culture - Thésaurus de l'Unesco (1974) - et 1 porte sur le livre - Schéma de classification de la bibliologie (XVe siècle). Ces langages documentaires ainsi que leur utilisation dans diverses

disciplines, les arts, la culture, l'information, montrent combien ils sont essentiels dans le traitement, la description et le classement des données.

La grille que nous adoptons constitue une aide descriptive à la lecture d'images dans le but d'examiner des pratiques et des non pratiques. Nous proposons un déplacement d'usage des langages, allant de l'analyse de documents vers la description de pratiques. Sur les dessins retenus, nous avons croisé les termes récupérés avec d'autres indicateurs venant de nos observations sur le terrain et d'entretiens.

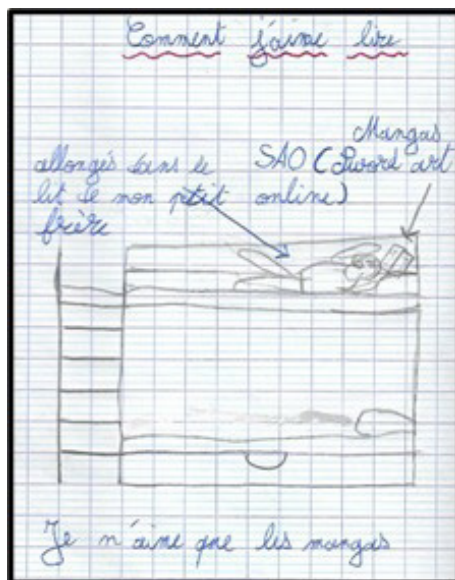
4 Médiation documentaire par le dessin

4.1 Le dessin médiateur

Les dessins recueillis peuvent être considérés comme des "objets sur lequel sont enregistrés des signes représentant de l'information", donc comme des documents au sens de Meyriat (1993). Ils ont été réalisés dans un contexte de médiation documentaire puisque le praticien, pourra y puiser des idées pour faire évoluer ses interventions.

En donnant la consigne, le professeur-documentaliste médiateur prend en compte le niveau de connaissances et les capacités d'abstraction de l'élève. La mise en dessin de soi lecteur constitue une manière de mettre en relation les jeunes avec l'ensemble de livres destinés à la jeunesse soit un patrimoine culturel (SIMONNOT, 2014). Ainsi nous interrogeons les jeunes et leur rapport à l'information et la manière dont ils se l'approprient. Le dessin se trouve médiateur en ce qu'il rend compte de ces relations et intervient dans la mise en œuvre d'une médiation documentaire.

Trois tendances fortes apparaissent. Tout d'abord pour la population retenue l'acte de lire s'inscrit dans un environnement privilégié. À partir de notre grille on note que, dans un plan d'ensemble, la lecture s'effectue chez soi, à l'intérieur de la maison, dans une chambre ou dans une autre situation d'isolement. "J'aime lire dans ma chambre... ou allongé sur le canapé, tout seul dans le salon de mon appartement, volets fermés" nous dit N. La posture est le plus souvent couchée (N., I., Y., S.). Une importance est accordée à l'ambiance, au bien-être, les dessins montrent un environnement musical (I.), de la végétation par une fenêtre. Les mots qui reviennent dans les entretiens (S., B., M., O., N.) soulignent cette nécessité: "calme", "tranquille", "paisible", "à l'aise", "musique douce". Le confort est aussi important "sous la couette", "avec des coussins" dans son lit, celui d'un autre membre de la famille (N.) ou celui de la chambre des invités (I.). La taille de la représentation du lit, plus du tiers du dessin confirme l'importance qui lui est accordé. Un seul précise qu'il aime lire dans son jardin, endroit calme et tranquille quand il fait chaud (O.).

Dessin 1. (N.) Comment j'aime lire⁴

Dessin 1. (N.) Descripteurs de notre grille d'analyse : Plan d'ensemble, Lire chez soi, Lire à l'intérieur : chambre, Lecture isolée, Corps allongé, Lecture de manga.

Tout ceci semble favorable à la concentration car “être dans sa bulle quelques minutes, ça fait un bien fou” (N.), “je n'aime pas être dérangé” (O.), “les personnes dans la maison font parfois du bruit” (B.). La lecture requiert une certaine intimité entre le lecteur et le livre. Cependant lire ne va pas toujours de soi, l'activité peut être contrainte : “C'est ma mère qui m'oblige à lire ou ma professeur de français” (C.)

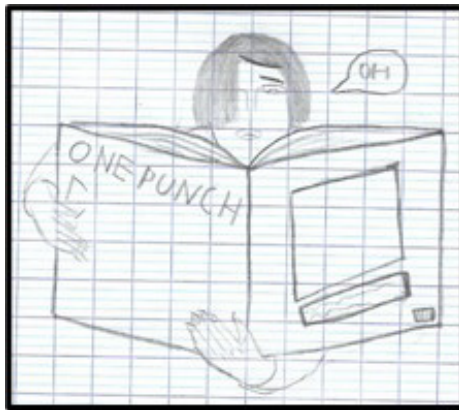
Comme le médiateur documentaire qui organise différents espaces dans le CDI, on remarque que le lecteur construit dans son espace de vie, ses propres espaces de lecture. Ces lieux se veulent rassurants et semblent participer tant à la détente qu'à la constitution des connaissances. Bien que cet espace ne renvoie pas aux codes de l'espace documentaire la place attribuée à l'environnement semble primordiale, pensée, aménagée, réfléchie.

La deuxième tendance se rapporte à ce que lisent les adolescents. Ils mettent en avant leur rapport au manga en citant leur “héros préféré”. Nous l'avions déjà remarqué auparavant mais ne l'avions pas exploré (Dupin de Saint Cyr - Heckel, 2018). Ici leur répétition nous pousse à chercher à comprendre pourquoi ils se dessinent sous la forme d'un héros (S.) ou mettent un titre en avant. Parfois ils affirment “Je

4 Les titres des dessins reprennent des informations que les élèves ont notées sur leur dessin.

n'aime que les mangas” (Dessin 1) ou regrettent *“Je n'ai pas de manga chez moi mais j'aimerais beaucoup en avoir”* (I.). Ceux qui disent les aimer multiplient les moyens *“Je lis des mangas mais je regarde plus des animés”* (I.) et sont capables de citer plusieurs titres publiés en France.

L'importance accordée à ces livres s'exprime aussi à travers les dessins. Un livre peut y occuper plus de la moitié de l'espace (Dessin 2). D'ordinaire le manga est petit, mais sur le dessin d'E. il est disproportionné, il est trop gros, trop grand. Le lecteur est captivé, impression renforcée par l'expression de surprise : “Oh”. La page de titre conserve les codes de l'édition originale avec son sens de lecture japonais, de droite à gauche.



Dessin 2. (E.) OH (Titre inachevé du manga One Punch man.)

Dessin 2. (E.) Descripteurs de notre grille d'analyse: Plan rapproché, De face, En buste, Lecture de manga, Représentation graphique du support physique: disproportionné: Gros volume, Lecture solitaire, Expression du visage: surpris, Corps caché par le livre, Tenir le livre des deux mains.

L'élève peut aussi revêtir les caractéristiques du héros : M. s'est dessiné dans le personnage Monkey D. Luffy surnommé Luffy au chapeau de paille, le héros du manga shonen *One Piece* titre qui figure sur la 1^{ère} de couverture. Ce phénomène est expliqué par Canivet-Fovez (2014) enseignante en arts. Pour elle il s'agit “de procurer une évasion à ses lecteurs,” car “le manga est avant tout un exutoire pour des Japonais prisonniers d'un quotidien qui impose une lourde hiérarchie sociale”, il autorise “le rêve à des lecteurs qui souhaitent ainsi s'échapper d'une vie monotone et codifiée à outrance”, les personnages “incarnent la liberté d'expression grâce à la grande lisibilité de leurs sentiments (peur, joie, excitation...)”, ce qui “permet

5 Films d'animation japonais diffusés à la télévision et sur internet.

6 Eiichiro Oda *One Piece*, Glénat édition, France depuis 1997 (97 volumes), cité par 3 jeunes.

une identification, la pratique du *cosplay*⁷ illustrant parfaitement cette idée. Pour Bouissou (2017) il fascine par les valeurs qu'il diffuse, sa variété de genre, l'espoir d'un accomplissement qu'il porte et l'évasion qu'il procure.

Si les mangas dominent ils ne sont pas les seuls prisés par les adolescents et certains peuvent citer d'autres titres et auteurs "J'aime les livres fantastiques comme *Archie Greene et le secret du magicien, Le monde en smiley, Harry Potter ou Hunter x Hunter*" (D.), "j'aime les BD et les romans fantastiques et romantiques" (M.). Les élèves soulignent de manière positive l'intervention des adultes dans leurs orientations de lecture "Je les découvre au CDI ou grâce à mes parents" (D.) ; "C'est Mme x [professeur-documentaliste] qui m'a fait découvrir ces livres" (M.)

Enfin, la troisième tendance est d'associer le livre à un titre et à un auteur et donne une vision de la manière dont les élèves conçoivent la lecture.

La représentation de l'objet livre dans certains dessins prend une grande place allant jusqu'à réduire ou effacer une partie du corps, même si le livre dans la réalité est de petit format. La tête toujours présente montre qu'il s'agit bien d'une activité intellectuelle (E. DESSIN 2., S., M.).

Quand ils parlent des livres, certains cherchent à utiliser un vocabulaire spécifique approprié à leurs goûts et à leurs envies. Lors des entretiens on remarque qu'ils ne sont pas à l'aise avec les genres littéraires, ils confondent souvent science-fiction et fiction. M. dans son témoignage parle de romans fantastiques alors que les exemples qu'elle donne renvoient à des romans d'aventure ou des histoires de vie.



Dessin 3. (S.) Le vieux qui lisait des romans d'amour (Luis Sepúlveda)

Dessin 3. (S.) Descripteurs de notre grille d'analyse : De face, Corps caché par le livre, Lecture de roman, Tenir le livre des deux mains.

⁷ §Contraction des mots anglais *costume* et *playing*. Il s'agit, pour les fans de mangas, de ressembler grâce à du maquillage, des costumes, des perruques... à leurs personnages préférés.

Ceci est à noter car lors de leurs recherches ou leur demande de livre, ils emploient par méconnaissance ou confusion, un mot pour un autre et ils peuvent induire le médiateur -ou le catalogue informatisé consulté- en erreur. En médiation documentaire humaine, la prise en compte du niveau de connaissance de l'utilisateur suppose aussi de s'assurer de l'adéquation entre le besoin réel et la bonne formulation de celui-ci, ainsi il peut être aidé dans son appropriation du patrimoine auquel il a accès (SIMONNOT, 2014).

Les titres et les auteurs inscrits sur les dessins apparaissent comme un écho à l'environnement fréquenté par les jeunes. La plupart des titres cités sont présents dans le CDI. On peut donc supposer que ce lieu remplit sa mission de diffuseur et participe à la construction de leur culture littéraire. Il est donc bien l'espace médiateur documentaire du collègue.

4.2 Valeur documentaire

Le dessin d'élève peut être considéré comme un document dans la mesure où il est porteur d'informations fixées et stables. Il est alors possible de l'interroger. Pour en faire un matériau de recherche il est nécessaire d'analyser le crédit qu'on peut lui accorder (COUZINET, 2004). Dans la recherche conduite ici il présente la particularité d'être une projection d'une perception de soi. Il n'est donc pas le résultat d'une concertation préalable mais il est la réponse à une commande qui suppose une introspection.

La spontanéité de sa fabrique comme réponse apportée à l'exercice demandé est limitée par la situation. Les auteurs sont réunis au CDI, lieu dans lequel sont mis à disposition des livres par un professeur-documentaliste, dont la mission est d'ouvrir à la variété et à la fonction des documents. Il se situe aussi dans un ensemble plus large, le collège, où chacun est supposé apprendre et donc lire. Cependant on peut voir que certains élèves révèlent un lieu de prédilection plus intime et, bien qu'au domicile, isolé du reste de la famille. L'influence du lieu de l'exercice demandé, semble ainsi limitée. On peut alors, en prenant les précautions d'usage, c'est-à-dire en conservant un regard critique sur ce qu'elle apporte, utiliser l'auto-représentation dans les recherches dans un but d'analyse info-communicationnelle visant à comprendre les pratiques d'une population.

Comme dans la plupart des méthodes de recherche, le dessin seul peut difficilement apporter des réponses aux questions de départ. Elles reposent sur un croisement des interprétations avec celles d'autres méthodes, relevés d'observation des comportements, entretiens comme nous l'avons fait, mais le croisement avec des méthodes quantitatives par exemple, est aussi possible. Il est bien évident qu'il ne s'agit pas ici de projections de soi à des fins thérapeutiques individuelles mais

de préciser des tendances qui pourraient aider les professionnels de l'information à réfléchir à la perception qu'ils ont de leurs élèves et à trouver des moyens pour les intéresser à la lecture.

5 Conclusions

La mise en scène de soi lecteur permet au professeur-documentaliste de mieux appréhender son public à travers les perceptions et les représentations. En effet, si l'âge des élèves interrogés est approximativement le même et qu'ils forment une cohorte homogène, la diversité rendue visible par les dessins - diversité des goûts de lecture, diversité des postures - révèle des tendances mais aussi une pluralité de rapports au livre et de rapports à la lecture.

D'une part ces dessins peuvent s'avérer utiles pour le praticien dans la mise en place de dispositifs info-communicationnels, ils lui permettent d'asseoir sa médiation documentaire au plus près des besoins et des attentes des élèves. D'autre part, ils sont des documents, et plus précisément des autoreprésentations iconographiques supportant des informations personnelles, ils constituent donc pour le chercheur un matériau riche à analyser et à croiser avec d'autres méthodes d'investigation.

Bibliographie

AKRICH, M. Les formes de la médiation technique. **Réseaux**, n. 60, p. 87-98., 1993.

ALBENGA V.; BACHMANN L. Appropriations des idées féministes et transformation de soi par la lecture. **Politix**, v. 109, n. 1, p. 69-89, 2015.

BARBIER-BOUVET, J.-F.; POULAIN M. **Publics à l'œuvre**: pratiques culturelles à la Bibliothèque publique d'information du Centre Pompidou. Paris : Editions de la Bibliothèque publique d'information, 2013.

BÉGUIN-VERBRUGGE, A. Le traitement documentaire est-il une énonciation? *In.*: CONGRÈS NATIONAL DES SCIENCES DE L'INFORMATION ET DE LA COMMUNICATION, 8, 2002, Rennes. **Anais** [...]. Rennes : SFSIC, 2002. p. 329-335.

BOSQUÉ, C. Enquête au cœur des FabLabs, hackerspaces, makerspaces. Le dessin comme outil d'observation. **Techniques & Culture**, n. 64, p. 168-185, 2015.

BOUISSOU, J.-M. Le manga en douze questions. **Le Débat**, v. 195, n. 3, p. 91-99, 2017.

CANIVET-FOVEZ. **Le manga** : une synthèse de référence qui éclaire en image l'origine, l'histoire et l'influence de la bande dessinée japonaise. Paris : Eyrolles, 2014.

CASTELLOTTI, V.; MOORE, D. Dessins d'enfants et constructions plurilingues. Territoires imagés et parcours imaginés. *In* : M. Molinié (dir.) : **Le dessin réflexif** : élément d'une herméneutique du sujet plurilingue. Centre de Recherche Textes et Francophonies. Encrages-Belles Lettres, 2009. p. 45-85.

CAUNE, J. **La médiation culturelle** : une construction du lien social, Les enjeux de l'information et de la communication. 2000. Disponible en: <https://lesenjeux.univ-grenoble-alpes.fr/wp-content/uploads/2018/12/04-2000-Caune.pdf>. Consulté les: 30 juin 2020.

CERTEAU, M. de. **Pratiques d'espace**. *In*: CERTEAU, M. de. L'invention du quotidien. 1. Arts de faire. Paris : Gallimard, 1990. p. 137-191.

COUZINET, V. (dir.). **Dispositifs info-communicationnels**: questions de médiations documentaires. Paris: Hermès Science, 2009.

COUZINET, V. Le document: leçon d'histoire, leçon de méthode. **Communication et langages**, n. 140, p. 19-29, 2004.

COUZINET, V. Objet de recherche et matériaux : les langages documentaires comme source et méthode pour les sciences de l'information et de la communication. **Recherches qualitatives**, n. 18, p. 27-38, 2016.

DUPIN DE SAINT CYR – HECKEL, C. **Le dessin comme médiation, du portrait à la scène de lecture** : questionner les pratiques de lecteurs au collège. 2018. Thèse de doctorat, SIC. Toulouse: Université de Toulouse III-Paul Sabatier, 2018.

DUPIN DE SAINT CYR – HECKEL, C.; FABRE, I. Postures de lecteurs et représentations de soi : médiation documentaire à l'œuvre. De la médiation des savoirs : Sciences de l'information-documentation et mémoires. **Actes 3èmes journées scientifiques internationales de MUSSI**, p. 363-378, 2016.

ESTIVALS, R. **La bibliologie**: introduction historique à une science de l'écrit. Tome 1: la bibliométrie. Paris : Société de bibliologie et de schématisation, 1978.

FABRE, I. L'espace documentaire comme lieu de médiation. Esquisse. 2013. Disponible sur: https://oatao.univ-toulouse.fr/9136/1/Fabre_9136.pdf. Consulté

les: 30 nov. 2020.

FABRE, I. La bibliothèque, lieu et dispositif de construction de connaissances et de savoirs. Actes **9ème rencontre FORMIST**, La bibliothèque, lieu de formation ? Villeurbanne : ENSSIB, 2009.

FABRE, I. La médiation documentaire : retour réflexif. **Les Cahiers de la SFIC**, n. 15, p. 132-141, 2018.

GARDIÈS, C.; FABRE, I.; COUZINET, V. Re-questionner les pratiques informationnelles, *Études de communication*, n. 35, p. 121-132, 2010.

GEORGES, F. Stratégies d'automédiation : de la création de soi au jeu des intersubjectivités, **Actes de la conférence H2PTM'05**, Créer jouer, échanger: expériences de réseaux, 2005. p. 93-107.

HUMMEL, C., REY, J.-C., LALIVE D'EPINAY, C. Children's drawings of grandparents : a quantitative analysis of images. *In* : Mike Featherstone, Andrew Wernick. **Images of Aging** : Cultural Representations of Later Life. London : Routledge, 1995. p. 149-170.

IHADJADENE, M. **La dimension humaine de la recherche d'information** : pour une épistémologie des pratiques informationnelles. 2009. HDR, SIC. Nanterre: Université Paris Ouest Nanterre, 2009.

LABBÉ, S. La médiation du livre à l'ère du numérique : l'enjeu des algorithmes de recommandation. **Documentation et bibliothèques**, v. 61, n. 1, p. 15-21, 2015. Disponible sur : <https://doi.org/10.7202/1029000ar>. Consulté les: 30 nov. 2020.

LAFAILLE, M. L'utilisation des langages documentaires dans les musées, *Documentation et bibliothèques*, v. 52, n. 2, p. 131-137, 2006. Disponible sur: <https://doi.org/10.7202/1030016ar>. Consulté les: 30 nov. 2020.

LAMIZET, B.; SILEM, A. (dir.). Veille. **Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication**. Paris: Ellipses, 1997.

MAZURIER, V. **Représentations et pratiques ordinaires de l'espace documentaire en milieu scolaire**. 2019. Thèse de doctorat: Sciences de l'information et de la communication. Bordeaux: Université Bordeaux III-Michel de Montaigne, 2019.

MEYRIAT, J. Documents photographiques et électroniques. In.: ESTIVALS, Robert (dir.). **Les sciences de l'écrit**. Encyclopédie internationale de bibliologie,

1993. p. 152-154.

MOREAU, B. Adolescence, lecture et bibliothèques publiques. **Documentation et bibliothèques**, v. 55, n. 2, p. 19-27, 2009.

PETERFALVI, B. Apprentissage de méthodes par la réflexion distanciée. **ASTER**, n. 12, p. 185-217, 1991.

RASSE P. La médiation, entre idéal théorique et application pratique. **Recherche en communication**, n. 13, p. 61-75, 2000.

RAZAFIMANDIMBIMANANA, E. Autoportraits d'enfants migrants plurilingues en classe d'accueil à Montréal : une démarche altéro-réflexive. In.: MOLINIÉ, M. (dir.): **Le dessin réflexif**: élément d'une herméneutique du sujet plurilingue. Centre de Recherche Textes et Francophonies (CRTF); Encrages-Belles Lettres, 2009. p. 141-163.

RÉGIMBEAU, G. L'image d'art entre analyse critique et analyse documentaire. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, v. 44, n. 2, p. 130-137, 2007.

RÉGIMBEAU, G. Médiation. In.: GARDIÈS, C. (dir.). **Approche de l'information documentation**: concepts fondateurs. Toulouse: Cepaduès, 2011. p.75-109.

SIMONNOT, B. Médiations et agir informationnels à l'ère des technologies numériques, Les **Cahiers d'Esquisse**, p. 21-33, 2014.

VINATIER, I.; LAURENT, J.-M. Médiation, enseignement - apprentissage. **La nouvelle revue de l'adaptation et de la scolarisation**, v. 2, n. 42, p. 5-14, 2008.

Médiations participatives pour des collections patrimoniales en bibliothèque universitaire: premières analyses d'enquêtes documentaires mobilisant des usagers

Nathalie Joubert¹

1 Introduction

L'OBJET DE CETTE COMMUNICATION CONCERNE UN DISPOSITIF DE MÉDIATION EN bibliothèque universitaire (BU), résultat de recherches en Sciences de l'Information et de la Communication (SIC), sur la catégorisation du document carte d'une part, et l'appropriation de ses valeurs informatives d'autre part. Depuis ces cinq dernières années, nous menons des réflexions sur une méthode exploratoire de ce document (JOUBERT, 2020b), posée en doctorat (JOUBERT, 2015) et basée sur les principes de la documentographie (MEYRIAT, 1981). Le dispositif qui en découle est testé depuis 2019 au Centre de Ressources Olympe de Gouges (CROG) de l'Université Toulouse Jean Jaurès (UT2J), avec des étudiants issus de divers cursus.

Cette médiation de documents cartographiques s'est construite en plusieurs étapes. Responsable de 2007 à 2015 de la bibliothèque cartothèque du Département Géographie de l'UT2J, nous avons découvert dans ses magasins une collection de plusieurs dizaines de milliers de cartes, absentes du catalogue informatisé et sans usage. Au cours des années 2000, dans le cadre de la reconstruction de l'UT2J et de la rénovation des BU, un projet de nouveau centre de ressources a vu le jour, rassemblant plusieurs bibliothèques de composantes dont celle de Géographie. En conséquence, la collection de documents cartographiques a suscité des questions. Depuis un peu plus de vingt ans, lors de reconfigurations de bibliothèques, des collections accumulées, certaines étant patrimoniales, se révèlent et soulèvent en effet des problématiques: Doit-on les conserver ou les déposer dans des centres d'archives? Comment adapter les normes de catalogue pour indexer des documents

1 Docteur en Sciences de l'Information et de la Communication; Laboratoire d'Etudes et de Recherche Appliquées en Sciences Sociales Axe Patrimoines et médiations; Université Toulouse III – Paul Sabatier. Contact: joubert@univ-tlse2.fr.

si différents des monographies? Comment valoriser ces collections singulières? Ces problématiques sont d'autant plus prégnantes lorsque les collections sont volumineuses, comme celles de sciences exactes (botanique, minéralogie, médecine, paléontologie, biologie animale, instruments, herbiers), ou celles de la plupart des cartothèques universitaires en France constituées de plusieurs milliers de documents conservés à plat dans des meubles à tiroirs, encombrants et lourds.

Le transfert de la collection cartographique de la bibliothèque de Géographie vers le CROG, ouvert en 2015, a posé d'emblée des problèmes de place, d'épaisseur des sols et d'aménagement, et généré des interrogations quant à l'état des documents, leur date, leur obsolescence, leur non-usage en cours ou en travaux dirigés. Nous avons alors défendu sa valeur patrimoniale, contribué à son inscription dans l'inventaire de l'Université Fédérale de Toulouse en 2015 et permis son intégrité. Pour la valoriser, nous avons considéré que le signalement dans les catalogues (SU-DOC, Système Universitaire de DOCUMENTATION, au niveau national, Archipel au niveau local), bien qu'indispensable, ne répondait pas complètement à la question de l'usage. Nous avons alors mené un doctorat en SIC sur les caractéristiques du document carte et sur ses médiations, pouvant conduire à des applications professionnelles.

Ce projet de nouveau centre de ressources a sorti de son invisibilité cette collection, et de façon indirecte, a conduit à sa patrimonialisation, mais la grande majorité des documents qui la constituent restent sans usage. Il faut désormais réfléchir à des dispositifs pour la sortir de son sommeil documentaire. Comment créer du lien entre ces documents et des potentiels récepteurs? Comment amener des utilisateurs à les découvrir et les utiliser? Considérant que les bibliothèques contemporaines sont des lieux d'expérience (BEUDON, 2019), et les BU des "lieux de médiations plurielles" (EYMARD, 2019, p. 10), nous expérimentons des scénarisations de réactivation des valeurs informatives des cartes conservées au CROG, à travers des ateliers avec des usagers, et nous observons leurs réactions face à des documents qu'ils n'auraient pas nécessairement utilisés. Nous proposons de conduire ici une première analyse de ces ateliers en situation (THONON, 2004), construits comme des expériences de co-construction médiationnelle et pensés comme des événements intellectuels favorisant à la fois l'immersion dans un patrimoine documentaire et des lectures multiples d'un document singulier.

Dans un premier temps, nous présenterons le contexte dans lequel ces premières expérimentations ont été menées, avant de décrire, d'une part, leurs principes scientifiques et d'autre part, les dispositifs mis en œuvre. Nous terminerons par leur analyse, afin d'en retirer les points forts et les contraintes, et de poser des perspectives de développement.

2 Les bu en mutation, contexte de nos expérimentations

Nos travaux se situent dans l'environnement des BU, milieu professionnel traversé depuis deux décennies par de profondes mutations (EYMARD, 2019), partagées avec d'autres institutions culturelles tels que les bibliothèques territoriales, les musées et les centres d'archives. Les usagers se tournent moins vers les collections et davantage vers des lieux où s'installer, avec des services à la clé. Donner accès à des documents ne semble plus suffire, face à l'essor du numérique, à l'abondance d'informations sur Internet, à la demande croissante d'autonomie des individus. Bertrand Calenge le souligne dès 1999, "ce n'est plus en accumulant du savoir que la bibliothèque gagne sa légitimité sociale, mais en aidant la communauté à s'approprier ce savoir" (CALENGE, 1999, 72). Intermédiaires entre l'information et les citoyens, les bibliothécaires tentent ainsi de rédéfinir leurs missions, en portant une plus grande attention aux publics (POISSENOT, 2016), en les plaçant davantage au cœur de leurs actions, en améliorant l'accueil et la convivialité des équipes et des équipements.

Une bibliothèque doit être pensée pour tous, être accueillante, bienveillante, familière, mais aussi innovante, créative, inventive, immersive ; elle doit être vectrice de lien social et favoriser les projets collectifs au sein des territoires qu'elle dessert (LE QUÉAUL *et al.*, 2019). D'où la déclinaison en bibliothèque, du concept de troisième lieu (SERVET, 2009), autre que le domicile et le travail, développé par le sociologue Ray Oldenburg au début des années 80, et le développement de *Learning center*, plus spécifique aux BU, incluant, dans des zones dédiées aux apprentissages, les services liés aux nouvelles technologies. Des démarches participatives, basées sur la méthode d'expérience utilisateur (ETCHES; SCHMIDT, 2016; ZINE, 2017; DUCHEMANN, 2017; BEUDON, 2017; GAST, 2019), associant professionnels et lecteurs, se multiplient : développement durable (BATS, 2020), inclusion (ANDISSAC; CHAIMBAULT-PETITJEAN, 2015), constitution des collections (Breton, 2014), services orientés vers les usagers (MULLER, 2016), co-construction d'espaces. Les bibliothèques se transforment ainsi en laboratoires vivants (MARTEL, 2012), lieux d'expériences (BEUDON, 2019) et espaces expérientiels et sensibles (MAURY, 2019).

Par ailleurs, l'ouverture à de multiples formes de patrimoine, conséquence de l'extension de la notion (MARTIN, 2015), conduit à modifier le rapport au document. Les collections des BU identifiées comme patrimoniales, la plupart sans usage, sont l'objet d'attentions nouvelles (RICHARD, 2010) et questionnent quant à leurs médiations (CAVALIER; POULAIN, 2015). Une distinction s'opère alors entre "des documents ordinaires destinés à la consommation rapide des usagers" (CONSEIL SUPÉRIEUR DES BIBLIOTHÈQUES, 1995, p. 36) et des documents considérés comme rares ou présentant un intérêt. Ce statut de documents sans usage renvoie aux notions

de collections vivantes et mortes. En bibliothèque, le terme vivant s'applique généralement aux périodiques lorsque les titres paraissent régulièrement. Dès qu'il y a cessation de parution, changement de titre ou de numéro de série, le périodique est considéré comme mort. Par extension, qualifier un fonds de vivant ou maintenir une collection vivante signifient mener des actions pour entretenir ou faciliter des usages. Ainsi, un fonds de manuels en consultation sur place destinés aux étudiants fait l'objet d'acquisitions et de désherbages réguliers, pour que seuls les titres utiles pour les études supérieures soient à disposition, en adéquation avec la politique documentaire (CALENGE, 2008).

Le terme mort ne nous semble pas approprié, tout particulièrement pour les collections patrimoniales. Nos réflexions s'inscrivent en effet dans la théorie du document, initiée par Paul Otlet (1934), poursuivie par Jean Meyriat (1978), et, plus récemment, par Viviane Couzinet (2004, 2015, 2018), dans laquelle le rôle du récepteur est fondamental: c'est lui qui active ou réactive les informations contenues dans un document. Ainsi, un document sans usage n'est pas mort ou sans âme (ARNOULT, 1983). Il est simplement dans un état dormant, "c'est à dire en attente d'apporter une réponse à un usager intéressé par son contenu. La "dormance documentaire" représente cet état où le document existe en tant que tel dans des lieux qu'il faut identifier pour le retrouver et représente cette potentialité informative qui le caractérise" (COUZINET; FRAYSSE, 2019, p. 117). À l'expression de "fonds rendu vivant par l'usage" (CALENGE, 1999, p. 72), nous préférons donc fonds réactivé par l'usage. Il faut cependant trouver des lecteurs pour ces collections en dormance (QUINCY, 2013), sachant que la difficulté réside dans le fait que valoriser ne signifie plus uniquement signaler ou montrer.

L'étape du signalement dans les catalogues est incontournable. Les usagers les utilisent de plus en plus et certains ne comprennent pas pourquoi toutes les collections ne sont pas cataloguées (PALLUAULT, 2012). Toutefois, si le bibliothécaire donne une existence aux documents à travers les notices bibliographiques qu'il crée, s'il les insère dans un processus de circulation, il ne contribue qu'en partie et qu'indirectement à leurs usages. Le signalement a permis et permet à certains enseignants-chercheurs et étudiants de trouver la perle rare ou le document inédit, mais il n'est pas toujours évident de faire coïncider idées de recherche et documents, face à la masse de notices existantes. De plus, les compétences des individus quant à l'information numérique et à la recherche documentaire, ne conduisent pas toujours à un usage autonome, ciblé et pertinent (BROTCORNE; VALENDUC, 2009). Un catalogue permet donc de localiser un document recherché, mais il n'a pas pour vocation de susciter l'intérêt pour un document non recherché, ce qui laisse sans usage bon nombre de documents.

De plus, comme le note Serge Chaumier, ancien attaché de conservation du patrimoine, les lieux de culture se réinventent car “les connaissances sont désormais disponibles ailleurs, en ligne notamment, et le public vient chercher autre chose dans une exposition. L'émergence des dispositifs immersifs, des expositions fortement scénographiées, des approches interprétatives, des co-constructions... sont autant de signes de ces évolutions” (CHAUMIER, 2013, 1). Or, dans cette quête de relation renouvelée avec les usagers, la mise en valeur des fonds anciens est “un puissant vecteur d'étonnement et de renouvellement du contenu des expositions” (JACOBI, 2021, p. 25). Les collections patrimoniales représentent ainsi des atouts (HENRYOT, 2021) et des opportunités d'attractivité (QUINCY, 2013), de découverte, d'émerveillement, d'exploration, de lien avec le passé. Les bibliothécaires doivent donc renouveler les façons de rendre vivante ou de réactiver une collection lorsqu'elle est patrimoniale, au-delà des acquisitions, des dons, des actions classiques de valorisation, signalement et exposition. Il ne s'agit plus seulement de réaliser des inventaires et des dossiers documentaires mais de les diffuser et d'appeler les usagers à les compléter. Il ne s'agit plus seulement de montrer des documents mais de leur donner ou de leur redonner du sens.

Des milliers de documents cartographiques conservés dans les cartothèques en France sont sans usage. Ils sont des documents par intention réalisés dans le but de fournir des informations sur un territoire donné, à des fins de transport, d'aménagement, d'administration, etc. Ils ont eu un usage pédagogique ou scientifique dans le cadre de composantes où la géographie et la cartographie sont enseignées. Si un récepteur se sert d'un document parce qu'il contient des informations utiles pour lui, il est également possible de provoquer des rencontres entre des documents sans usage et des utilisateurs, grâce à des situations de questionnement, d'exploitation, d'utilisabilité. Que se passe-t-il alors si on interroge à nouveau un document carte, en dehors de l'intention qui a motivé sa fabrication, en dehors de son usage premier ? En réfléchissant à des dispositifs de médiation qui favorisent l'appropriation des cartes issues de la collection cartographique dormante du CROG, nous tentons de contribuer au renouveau des BU, mais nous cherchons aussi “à comprendre ce que peut devenir un document s'il est interrogé par un utilisateur” (COUZINET, 2015, p. 5).

3 Le cadre scientifique et méthodique des ateliers d'enquêtes documentaires

L'objectif poursuivi n'est pas strictement de sortir de leur sommeil des documents cartographiques oubliés, mais aussi de mettre en œuvre des médiations en collaboration avec les usagers dans une approche résolument pluridisciplinaire. Déclinant le concept d'expériences culturelles et intellectuelles, nous imaginons

des moyens pour créer du lien entre les valeurs informatives des documents, plus particulièrement patrimoniaux, et les publics. Ce lien doit être, de notre point de vue, perçu comme une invitation à découvrir des documents oubliés.

Malgré le signalement dans les catalogues accessibles sur le Web, les rencontres fortuites avec un document sont rares et se réduisent d'autant si le système ne permet pas un accès précis et pertinent ou ne facilite pas la recherche à partir de critères correspondant à la spécificité documentaire. Ainsi, l'impossibilité de chercher une carte dans le SUDOC par l'entrée des coordonnées géographiques est relevée par des spécialistes, cartothonécaires (DUCHEMIN, 1993; LOISEAUX, 2007; CORNUAULT, 2020) ou chercheur dans le domaine de la cartographie (ARNAUD, 2014). En dépit des travaux de Pierre-Yves Duchemin sur le catalogage des cartes dès 1993, l'adaptation de la norme a été mise de côté. Ce n'est que depuis mai 2021 que l'Agence bibliographique de l'enseignement supérieur a constitué un groupe de travail pour y réfléchir. Or, cette question du catalogage est liée à notre problématique d'exploration du document carte. Pour détailler des notices, le catalogueur doit en effet réaliser des enquêtes sur le document ou le lot de documents. Il est donc possible de concevoir des enquêtes menées en collaboration avec les publics.

Un signalement précis et circonstancié ne permet cependant qu'aux usagers intéressés par les cartes de les localiser plus aisément. Susciter des occasions de rencontres entre des documents et des potentiels utilisateurs reste nécessaire. C'est pourquoi notre dernier objectif vise à montrer qu'il n'y a pas qu'une façon de lire, d'exploiter, de recevoir un document carte, d'où des dispositifs qui amènent les publics non-spécialistes à s'approprier et utiliser ce document en dehors du champ de sa fonction première. La notion de lectures plurielles est fondamentale pour nous. Bien des documents sont sans usage car ils sont enfermés dans une approche thématique ou disciplinaire. Pour le géographe Gilles Palsky, "cette question de l'usage et de l'utilité dépasse (...) celle de la nature intrinsèque de l'objet" (PALSKEY, 2004, p. 4). Il est réducteur de considérer qu'une carte ne contient que des informations géographiques. Elle est "une image fabriquée, résultant d'un effort créatif humain" (PALSKEY, 2004, p. 3) et rassemble donc à cet égard des éléments informationnels sur son contexte de fabrication. Or, en bibliothèque comme dans un musée, une collection "est un ensemble d'items décontextualisés (c'est-à-dire extraits de leur monde d'origine)" (JACOBI, 2020, p. 21). Tout comme pour le médiateur social, il s'agit pour le médiateur culturel qu'est le bibliothécaire, de renouer le fil entre les documents, les valeurs qu'ils portent, et les usagers, "de faire surgir du sens, de donner du sens" (THONON, 2004, p. 132). Pour cela, il faut placer le lecteur dans une posture de récepteur pour le conduire à fabriquer, à chacune de ses lectures, de nouveaux documents.

À cet effet, nous nous appuyons sur la méthode documentologique qui “combine la description de documents, appelée documentographie, avec une analyse de contenu contextualisée, [appelée] analyse documentologique. L’analyse documentologique porte sur la construction, la valeur informationnelle, le contenu et l’identité du document” [traduction libre] (COUZINET, 2015, p. 7). Nous avons croisé cette méthode avec le concept d’expérience développé dans les musées, bibliothèques et lieux de culture, dont le principe commun est le rôle central tenu par le récepteur. L’exploration descriptive et décryptive de toutes les dimensions du document carte (matérielles, intellectuelles, esthétiques, artistiques), a permis de révéler les informations contenues dans ce dernier et de caractériser des enquêtes ciblées, auctoriales, éditoriales, représentationnelles, contextuelles. Si cette démarche peut être appliquée par des professionnels, elle peut l’être également par des usagers jouant le rôle d’enquêteurs ou de co-enquêteurs.

Nous avons ainsi expérimenté deux approches différentes en limitant à trois le nombre de cartes interrogées : **Carte n°1**-Affiche scolaire représentant l’agriculture du Sud du Canada au Nord du Mexique, sans titre ni date (estimée entre 1955 et 1960) ; **Carte n°2**-Élevage en Afrique occidentale et centrale: principales zones et régions d’élevage. Auteur: F. Bonnet Dupeyron. Illustrateur : G. Bianconi. Éditeur : Office de la recherche scientifique coloniale. Date : 1945 ; **Carte n°3**-Plan de la capitale Pontijanank et de ses environs. Carte composée de quatre feuilles. Auteur : Bureau topographique de Batavia. Date : 1887.

La première approche consiste à faire participer des étudiants issus de différents masters (histoire, histoire de l’art, anthropologie) à des ateliers d’1h30 à 2h, au cours desquels ils interrogent un document carte, de la même manière que l’on interroge un témoin au cours d’une enquête. L’objectif est de les confronter à un document qu’ils n’utilisent pas, de les amener à poser des questions, en dehors d’une appropriation géographique ou cartographique, et à chercher des informations pour tenter d’y répondre. Dix ateliers ont été organisés au début de l’année 2021, mobilisant une quinzaine d’étudiants, moniteurs de bibliothèque en poste au CROG. Bien que tous connaissaient l’existence de la collection cartographique et manipulaient des cartes (équipement, circulation, rangement), aucun n’avait de connaissances en géographie ou en cartographie.

Lors de chaque séance, individuelle ou par groupe de deux, les étudiants ont été mis en présence d’une des trois cartes, qu’ils voyaient pour la première fois. Les principes documentographiques et la méthode en découlant ont été expliqués. Si les modalités mises en œuvre étaient plus ou moins directives, une mission a été assignée à tous sur l’auteur, la date, ou le contexte de fabrication. Lors de certains ateliers, des indices ont été donnés pour accompagner les étudiants dans leur ex-

ploration et leur enquête. En terme de restitution, les sources et les informations recueillies étaient notées dans un fichier commun. À la fin des ateliers, chaque participant a répondu à un questionnaire et des entretiens ont été menés avec des volontaires. Nous n'avons pu poursuivre cette expérimentation au-delà du début de l'année 2020 en raison de la crise sanitaire, mais les premiers éléments collectés, présentés en troisième partie, permettent d'envisager la poursuite de la programmation des ateliers au cours de l'année universitaire 2021-22, en apportant quelques ajustements.

Pour la seconde approche, nous avons mobilisé des stagiaires en formation continue pendant plusieurs semaines, dans le cadre du Diplôme Universitaire Médiathécaire/Documentaliste. L'objectif, similaire à celui de la première approche, avait cependant une finalité plus concrète : la réalisation de posters documentaires. Lors de la première séance, les principes et la méthode ont été présentés, et des thématiques d'explorations identifiées et distribuées par groupe. Après trois séances d'enquête, une dernière a été consacrée à la restitution des posters commentés par les stagiaires. Deux promotions ont été concernées, en 2019-20, et en 2020-21. En 2019-20, la carte n°1 a donné lieu à trois posters documentaires : "Une vision du monde entre réalité et imaginaire", "La représentation d'une époque et l'édition de cartes scolaires", "L'histoire de l'objet carte et de l'évolution de ses usages, de matériel pédagogique à produit décoratif". En 2020-21, quatre posters ont été produits autour de la carte n°3, sur "Le contexte et l'intention de fabrication", "Le rôle des cartes au XIXème siècle", "Le rapport entre graphisme et art", et "Le caractère patrimonial des cartes en bibliothèque". L'ensemble des posters est conservé en vue d'organiser une exposition. Il est prévu de continuer l'expérience avec les prochaines promotions.

4 Les premières analyses et perspectives

Pour imaginer ces dispositifs, une expérience personnelle nous a inspirée, lorsqu'en maîtrise d'Histoire immédiate, nous avons mené des recherches sur la Bulgarie. Pour travailler sur la représentation que la presse en avait, nous avons accumulé des données sur son histoire, sa géographie, sa culture, sa littérature, sa gastronomie. À chaque information trouvée, après quelques difficultés car ce pays est méconnu et peu étudié, nous avons ressenti une émotion que nous pouvons qualifier d'intellectuelle. Pour le philosophe Hugues de Saint-Victor (1096-1141), cette émotion relève du plaisir de la connaissance (SPINOSA, 2015). Des études en psychologie et en sciences de l'éducation ont par ailleurs montré que l'expérience émotionnelle peut favoriser l'apprentissage (GOLEMAN, 1995; MAYER & SALOVEY, 1997). C'est pourquoi, à partir de cette expérience, nous avons souhaité concevoir

des ateliers qui mettent des usagers en présence de documents méconnus ou inconnus pour leur faire ressentir cette émotion.

Lors des ateliers, la mise en action consistait à explorer un document, soit pour le contextualiser (qui est le commanditaire ? l'auteur ? l'éditeur ? dans quel contexte et pour quel usage a-t-il été produit ?), soit pour le compléter quand il manquait des données (titre, date, auteur). Il ne s'agissait donc pas de demander à l'utilisateur de prendre des photos, de dessiner, de filmer ce qu'il regardait (EIDELMAN *et al.*, 2013), de se projeter dans une relation avec le territoire représenté, ou de prendre position par rapport à la carte (reconnait-il le lieu cartographié ? y est-il allé ? y habite-t-il ? lui évoque-t-il un souvenir ?). Si ces pistes nous semblent intéressantes, nous avons opté pour des ateliers qui favorisent la médiation des savoirs grâce à une exploration documentaire et des mises en situation d'utilisabilité. Les participants n'ont pas seulement réactivé les fonctions informatives des documents cartes ; ils ne les ont pas uniquement documentés et recontextualisés. Grâce à leurs recherches informationnelles, ils les ont également mis en relation avec d'autres documents.

Pour l'analyse de ces ateliers, nous nous attachons autant à la perception d'un document singulier qu'à l'accompagnement vers des lectures et des réceptions plurielles. Comment l'utilisateur se situe-t-il dans ce rapport à un document pour lequel il n'est pas expert ? À quoi se réfère-t-il pour le recevoir, pour l'utiliser ? Comment réagit-il quand on lui demande de mener une enquête sur le document ? Comment comprend-il la finalité de sa mission concentrée dans le temps ? Des non spécialistes ont été choisis afin d'observer d'une part, la mise en œuvre de l'enquête, en tant que dispositif aidant à s'emparer des valeurs informatives autres que géographiques, et d'autre part, l'appropriation des cartes. Nous avons identifié les points forts et les points faibles des ateliers dans la perspective de programmer des médiations futures.

Participer à ces expérimentations a enthousiasmé tous les participants, même si certains ont admis ne pas comprendre d'emblée leurs finalités. La plupart ont saisi l'objectif de valorisation, mais la question de la réactivation des valeurs informatives n'a pas toujours été perçue, du moins au début des ateliers. Les étudiants en histoire et en histoire de l'art étaient plus à l'aise dans l'exercice car habitués à utiliser des sources sur différents supports, mais ils ont pris conscience que leurs collègues n'avaient pas cette pratique. Tous ont eu, de prime abord, une approche géographique, qui les a limités dans un premier temps à une lecture appropriative unique. Une fois guidés, tous ont pu déceler dans un second temps les autres informations contenues dans les documents cartes, scientifiques, historiques, artistiques, esthétiques, sociologiques, économiques, politiques... C'est pourquoi les ateliers dirigés ont mieux fonctionné que les semi-dirigés. Lorsque la mission était

fixée dès le départ, les participants endossaient plus rapidement et plus efficacement leur rôle d'enquêteurs.

Pour les deux approches, le temps des ateliers a été considéré comme trop court. Des étudiants se sont pris au jeu et sont restés plus longtemps ; les participants d'un des groupes ont souhaité poursuivre l'enquête, au cours d'une deuxième séance, sur un cartographe mentionné sur la carte n°2; d'autres ont été frustrés de ne pas aboutir l'enquête. Dans l'ensemble, les résultats de leurs recherches les ont surpris car ils n'imaginaient pas pouvoir exploiter une carte, qui représentait pour eux un document réservé à des spécialistes, et ne s'attendaient donc pas à de telles découvertes documentaires. Pour la deuxième approche, les séances se sont révélées suffisantes pour collecter les informations, construire un poster et le réaliser, le travail en groupe permettant un partage des tâches. Dans un contexte différent, une maquette préalable doit cependant être proposée pour éviter une perte de temps sur l'architecture du poster. Les stagiaires, de par la formation suivie, ont été plus sensibles à la question de la médiation. Moins enfermés dans une discipline que leurs collègues étudiants, ils ont été plus créatifs.

D'un point de vue général, l'impression est positive : les étudiants ont "trouvé de l'intérêt pour la recherche d'informations sur un sujet qui n'était pas le leur, pour la participation à la description d'un document, pour l'apprentissage du questionnement de tout objet, pour la pluridisciplinarité du dispositif, pour la part d'inconnu de l'atelier" (JOURBERT, 2020A). Les stagiaires en e-documentation ont apprécié de tester un dispositif de médiation et de participer à la valorisation de documents patrimoniaux. Pour chacune des cartes explorées, plusieurs thématiques ont été identifiées avec eux. Sept ont été retenues, mais il en reste d'autres pouvant faire l'objet de posters complémentaires.

Persuadés au début des ateliers de ne pas avoir les connaissances géographiques pour utiliser une carte, les participants ont réalisé, à travers cette expérience, que tout document peut être lu, même en dehors de l'intention qui a motivé sa fabrication, et reçu grâce à différents angles d'approche. Pour donner un exemple, l'affiche scolaire n'a pas été utilisée pour donner un cours de géographie physique ou humaine, mais en tant que document, elle a donné lieu à des lectures artistiques, esthétiques, éditoriales. Cette posture a révélé à certains étudiants que la démarche entreprise pour leurs propres recherches était partielle et partielle, qu'ils étaient trop repliés dans leur discipline et ne s'ouvraient pas suffisamment à d'autres; certains ont noté que l'expérience avait augmenté leur imaginaire personnel, les avait incités à voir autrement, à envisager de nouvelles interprétations, à opérer des réceptions plurielles.

À partir des données collectées, il est possible de retracer des grandes épopées cartographiques, de mieux comprendre pourquoi et comment des territoires ont

été cartographiés, d'identifier des institutions productrices ou mandatrices dans ce domaine, de reconstituer le rapport entre les enjeux et les outils, de questionner les choix artistiques des cartographes. Selon les enquêtes, les cartes ont été associées à d'autres cartes ou œuvres artistiques dans le même style graphique, à des éditeurs ou des organismes cartographiques, à des définitions, à des articles scientifiques ou de presse. L'accès à des documents complémentaires, grâce à la numérisation et à l'indexation ouvre ainsi des perspectives quant à l'exploration de nouveaux sujets et de thématiques originales. Les informations rassemblées sont exploitables pour d'autres dispositifs ou usages : expositions qui ne montrent pas le document seul (avec un cartel l'identifiant) mais accompagné d'autres documents, de pistes d'interrogation et d'exploration ; dossiers documentaires en ligne qui vont au-delà de bibliographies ou de conseils de lectures ; contributions au renseignement dans les catalogues pour améliorer les actions de recherches documentaires et les requêtes des usagers. Autant de projets qui appuient la mission éducative et pédagogique des bibliothèques, en incitant à apprendre et à comprendre la société de l'information, en renforçant la médiation des savoirs.

Des premiers scénarios d'applications se dessinent, en prenant en compte des éléments issus de l'analyse. Les ateliers doivent être davantage cadrés, en identifiant en amont les enquêtes, en préparant pour les restitutions ou la collecte des données, des canevas, des fiches, des modèles. Il n'est pas forcément nécessaire de présenter la méthode documentographique, sauf pour les stagiaires en e-documentation, afin de ne pas perturber l'objectif de la "mission". Le caractère ludique peut être accentué par l'introduction d'indices au fur et à mesure du déroulé de l'enquête. Enfin, le temps consacré aux ateliers doit être plus flexible. Des dispositifs participatifs, basés sur la collaboration entre bibliothécaires et lecteurs, peuvent ainsi être envisagés pour la médiation des collections patrimoniales dormantes. Pour cela, il est nécessaire d'investir les outils issus du Web 2.0 afin de ne pas circonscrire l'expérience dans la temporalité d'un atelier, d'éviter le sentiment de frustration rencontré par certains participants, d'ouvrir à la communauté les enquêtes amorcées, et de favoriser le partage et la co-écriture.

5 Conclusion

Dans cet espace entre, d'un côté, des publics pour lesquels le bibliothécaire contribue à l'éducation artistique, culturelle et informationnelle, et, de l'autre, des collections patrimoniales à fortes valeurs informatives mais dormantes, il est possible d'imaginer des dispositifs qui favorisent des rencontres et des usages. La co-construction de médiations de ces collections avec les usagers peut ainsi servir à les vivifier (CALENGE, 1999). En mettant en œuvre de nouveaux contextes de

réception de la collection cartographique conservée au CROG, nous avons ainsi expérimenté un dispositif qui favorise le lien entre des usagers et des documents qui semblaient réservés à des spécialistes. Des publics positionnés dans un rôle plus actif et participatif ont réactivé ces documents patrimoniaux dormants. Mais ce sont également les pratiques informationnelles qui ont été médiées. Les ateliers ont effectivement été pensés tout autant pour impulser que pour illustrer et mettre en scène la construction de connaissances, chaque enquête représentant des exemples inspirants d'usages documentaires et de contextes de recherche d'information. Nous ne sommes qu'au début de notre expérimentation. Nous avons dû la temporiser mais les premiers retours sont positifs et engageants, dans le sens où elle peut servir de socle pour des dispositifs expérientiels au sein desquels le bibliothécaire peut montrer comment et pourquoi chercher de l'information, mais aussi de quelles manières interroger un document. Nous souhaitons poursuivre nos expérimentations, afin d'affiner les analyses et écrire des scénarios de découvertes, d'explorations et de lectures plurielles des documents cartographiques. La prochaine étape consiste à programmer des ateliers pour un public plus large, de la licence au doctorat, et à tester d'autres modalités.

Bibliographie

ANDISSAC, Marie-Noëlle; PETITJEAN, Thomas (coord.). Dossier Bibliothèques et inclusion. **Bibliothèque(s)**, n. 80, p. 08-49, 2015.

ARNAUD, Jean-Luc. Cataloguer, rechercher des cartes. Le référencement géographique en question. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, v. 51, n. 3, p. 68-79, 2014.

ARNOULT, Jean-Marie. Conservation et communication. *In*: Ministère de la culture, Ministère de l'éducation nationale. **Conservation et mise en valeur des fonds anciens, rares et précieux des bibliothèques françaises**. Villeurbanne: Presses de l'ENSB, 1983. p. 199-208.

BATS, Raphaëlle. La bibliothèque responsable et durable: informer et éduquer aux enjeux climatiques. **Bulletin des bibliothèques de France**, n. 1, p. 01-11, 2020.

BEUDON, Nicolas (coord.). Le design thinking: l'utilisateur au cœur de l'innovation. **I2D, Information, Données & documents**, v. 54, n. 1, 2017.

BEUDON, Nicolas. La bibliothèque, lieu d'expérience: petite philosophie de la mise en espace. **Bulletin des bibliothèques de France**, n. 17, p. 58-67, 2019.

BRETON, Élise. **Co-construire les collections avec les usagers**. Mémoire de Conservateur des Bibliothèques. Villeurbanne : ENSSIB, 2014.

BROTCORNE, Périne, VALENDUC, Gérard. Les compétences numériques et les inégalités dans les usages d'internet. Comment réduire ces inégalités ? **Les Cahiers du numérique**, v. 5, n. 1, p. 45-68, 2009.

CALENGE, Bertrand. **Accueillir, orienter, former**: l'organisation des services aux publics. Paris : Editions du Cercle de la Librairie, 1999.

CALENGE, Bertrand. **Bibliothèques et politiques documentaires à l'heure d'Internet**. Paris: Editions du Cercle de la librairie, 2008.

CAVALIER, François, POULAIN, Martine (dir.). **Bibliothèques universitaires: nouveaux horizons**. Paris : Editions du Cercle de la Librairie, 2015.

CHAUMIER, Serge. Évolutions des expositions et transformation des rapports entre l'institution et ses publics. **La Lettre de l'OCIM**, n. 150, p. 01-10, 2013.

CONSEIL SUPERIEUR DES BIBLIOTHEQUES. **Rapport du président pour l'année 1994**. Paris: Association du Conseil supérieur des bibliothèques, 1995.

CORNUAULT, Céline. Le catalogage des cartes en période de transition (bibliographique) : vers de nouveaux horizons. **Ar(abes)ques**, n. 98, p. 24, 2020.

COUZINET, Viviane, FRAYSSE, Patrick. L'art de la bibliographie: de l'activité à son objet. **Em Questão**, v. 25, p. 105-122, 2019.

COUZINET, Viviane. A documentologic approach of Herbarium: documentary anabiosis and phylogenic classification. **Proceedings from the Annual Meeting of the Document Academy**, v. 2, p. 01-13, 2015.

COUZINET, Viviane. Le document: leçon d'histoire, leçon de méthode. **Communication et langages**, n. 140, p. 19-29, 2004.

COUZINET, Viviane. Métamorphoses du document: enjeux d'un objet médiateur fondamental. **Etudes de communication**, n. 50, p. 75-90, 2018.

DUCHEMANN, Christel. Une histoire de participation: Construire une médiathèque avec un collectif d'habitants. **Bibliothèque(s)**, n. 83, p. 31-36, 2017.

DUCHEMIN, Pierre-Yves. Les documents cartographiques. **Bulletin des bibliothèques de France**, n. 5, p. 52-53, 1993.

EIDELMAN, Jacqueline, GOTTESDIENER, Hana, LE MAREC, Joëlle. Visiter les musées: Expérience, appropriation, participation. **Culture & Musées**, Hors-série, p. 73-113, 2013.

ETCHES, Amanda, SCHMIDT, Aaron. Chapitre 1. Introduction à l'UX (expérience utilisateur) en bibliothèque. *In*: **Utile, utilisable, désirable**: Redessiner les bibliothèques pour leurs utilisateurs. Villeurbanne: Presses de l'ENSSIB, 2016. p. 13-33.

EYMARD, Daniel. Les bibliothèques universitaires en mutation: épilogue d'un épisode anthropologique de la médiation des savoirs? **Bulletin des bibliothèques de France**, n. 1, p. 01-10, 2019.

GAST, Guillaume. Démarches participatives: co-construire la bibliothèque avec les enfants et les jeunes: 16 mai 2019 – BnF. **Bulletin des bibliothèques de France**, n. 17, 2019. Disponible à : https://bbf.enssib.fr/tour-d-horizon/demarches-participatives-co-construire-la-bibliotheque-avec-les-enfants-et-les-jeunes_69176. Accès le: 04 juil. 2021.

GOLEMAN, Daniel. **Emotional intelligence**: Why it can matter more than IQ for character, health and lifelong achievement. New York: Bantam Books, 1995.

HENRYOT, Fabienne. Les collections, nouvel atout des bibliothèques. **Culture & Musées**, n. 37, p. 135-162, 2021.

JACOBI, Daniel. **Des expositions pour les touristes**: Quand le musée devient une attraction. Paris : MkF Éditions, 2020.

JACOBI, Daniel. Introduction. Le futur antérieur des collections patrimoniales. **Culture & Musées**, n. 37, p. 11-30, 2021.

JOUBERT, Nathalie. **La fabrique du document carte**: vers une méthode d'analyse d'une représentation de territoires. Thèse en Sciences de l'Information et de la Communication, Université de Toulouse, 2015.

JOUBERT, Nathalie. Médiations en bibliothèque universitaire et compétences informationnelles: quand l'étudiant devient enquêteur documentaire. **Journées d'étude de l'Association Internationale de Pédagogie Universitaire section France**, Toulouse, 2020b.

JOUBERT, Nathalie. Médiations et transmissions participatives d'un patrimoine cartographique dormant universitaire: expérimentations de crowdsourcing

documentaire. **Patrimoines du Sud**, n. 12, p. 01-34, 2020a.

LE QUEAU, Pierre *et al.* **Comment apprécier les effets de l'action des bibliothèques publiques?** Paris : Ministère de la Culture, 2019.

LOISEAUX, Olivier. Le département des Cartes et Plans de la Bibliothèque nationale de France, ses collections et leur traitement. **Journée d'hommage à Pierre-Yves Duchemin**. Villeurbanne: ENSSIB, 2007.

MARTEL, Marie D. La bibliothèque tiers-lieu: de la sphère publique au living lab. **Bibliothèque(s)**, n. 65-66, p. 14-18, 2012.

MARTIN, Laurent. Les politiques du patrimoine en France depuis 1959. **Politiques de la culture**, 2015. Disponible à: <https://chmcc.hypotheses.org/1367>. Accès le : 15 juil. 2021.

MAURY, Yolande. Expériences sensibles en bibliothèque: peut-on parler d'un tournant? **Revue COSSI**, n. 6, p. 01-18, 2019.

MAYER, John D., SALOVEY, Peter. What is emotional intelligence as a standard intelligence? *In*: SALOVEY, P., SLUYTER, D. (Eds). **Emotional development and emotional intelligence: Implications for educators**. New York: Basic Books, 1997. p. 03-31.

MEYRIAT, Jean. De l'écrit à l'information : la notion de document et la méthodologie de l'analyse du document. **Inforcom78**, Compiègne. Paris : SFSIC, n. 1, p. 23-32, 1978.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. **Schéma et schématisation**, n. 14, p. 51-63, 1981.

MULLER, Catherine. Des services vraiment orientés usager?: méthodes de Design UX en bibliothèque. **Bulletin des bibliothèques de France**, n. 10, 2016. Disponible à: https://bbf.enssib.fr/tour-d-horizon/des-services-vraiment-orientes-usager_67262. Accès le : 20 juil. 2021.

OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre**. Bruxelles: Editions Mundaneum, 1934.

PALLUAULT, Florent. Décrire et signaler des documents patrimoniaux: enjeux, formats, perspectives. *In*: COQ, D. (ed.). **Apprendre à gérer des collections patrimoniales en bibliothèque**. Villeurbanne: Presses de l'ENSSIB, 2012. p. 117-130.

PALSKY, Gilles. Carte. **Hypergéométrie**, p. 01-05, 2004. Disponible à : <https://www.hypergeo.eu/spip.php?article266>. Accès le : 10 juil. 2021.

POISSENOT, Claude. L'impératif renouveau des bibliothèques. **The Conversation**, 2016. Disponible à : <https://theconversation.com/limperatif-renouveau-des-bibliotheques-53004>. Accès le : 21 juil. 2021.

QUINCY, Laureen. **La valorisation des fonds patrimoniaux dans les bibliothèques municipales**. Mémoire de Master 1. Villeurbanne : ENSSIB, 2013.

RICHARD, Hélène. **La formation aux questions patrimoniales dans les bibliothèques**. Paris : Inspection générale des bibliothèques, 2010.

SERVET, Mathilde. **Les Bibliothèques troisième lieu**. Mémoire d'études de diplôme de conservateur des bibliothèques. Villeurbanne : ENSSIB, 2009.

SPINOSA, Giacinta. Plaisir de la connaissance comme émotion intellectuelle chez Hugues de Saint-Victor. **Quaestio - Journal of the History of Metaphysics**, v. 15, p. 373-382, 2015.

THONON, Marie. Les figures des médiateurs humains. **MEI**, n. 19, p. 131-146, 2004.

ZINE, Dounia. **Le design UX: une nouvelle pratique au service des usagers au sein des bibliothèques**. Mémoire de master. Villeurbanne : ENSSIB, 2017.

A leitura em contextos de isolamento social: a humanização pela literatura

Gustavo Silva Saldanha¹, Patrícia Vargas Alencar²

1 Introdução

Para que o espaço seja habitável e representável, para que possamos nos situar, nos inscrever nele, ele deve contar histórias, ter toda uma espessura simbólica, imaginária. Sem narrativas – nem que seja uma mitologia familiar, umas poucas lembranças – o mundo permaneceria lá como está, indiferenciado; ele não nos seria de nenhuma ajuda para habitar os lugares em que vivemos e construir nossa morada interior.

PETIT, 2019, p. 20.

Em tempos de confinamento, segundo a neuropsicóloga e pesquisadora na Universidade Columbia (EUA) Sharon Sanz Simon, em seu texto “Como estimular a mente em tempos de pandemia?”³, no *site* da Folha de São Paulo com data de 17 de maio do corrente, a neurociência tem identificado benefícios cognitivos advindos do investimento em habilidades para a vida. Iniciado com a informação de que

1 Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bolsista de produtividade 2 do CNPq, bolsista Jovem Cientista do Estado da FAPERJ. Atua como docente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT e em Biblioteconomia da UNIRIO. Contato: gustavosaldaña@ibict.br.

2 Professora Associada III do Departamento de Processos Técnico-Documentais (DPTD), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua como docente e pesquisadora do Mestrado Profissional em Biblioteconomia, do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO. Bolsista PNPd/CAPES no estágio Pós-Doutoral em Ciência da Informação do PPGCI IBICT UFRJ em 2020. Contato: patricia.vargas@unirio.br.

3 <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/como-estimular-a-mente-em-tempos-de-pandemia.shtml>. Acesso em 18 de junho de 2020.

o confinamento pode provocar desgastes psicológicos, o artigo convida o leitor a responder à pergunta: “se você tivesse mais tempo, o que faria?”. Dentre as sugestões do texto, para desfrutar dos pequenos prazeres está o investimento na leitura como lazer para ressignificar a vida e recuperar a esperança face a um mundo de incertezas. Estariam, então, os confinados recorrendo à leitura por causa do tempo ocioso tornando robusta a ideia de que só é possível ler por prazer na medida em que o tempo, geralmente escasso “em tempos normais”, permite? Ou a leitura literária estaria ocupando o seu lugar de protagonista ao trazer bem-estar, potencializando, sobremaneira, o equilíbrio emocional, a empatia, a concentração e a capacidade de sobrevivência?

Este artigo, fruto de uma reflexão teórica, tem por objetivo discutir os impactos da leitura de textos literários em contextos de crise. Neste âmbito, o diálogo teórico aqui apresentado traz evidências, a partir das ponderações dos estudos de mediação literária de Petit (2009, 2010, 2013 e 2019), de que a leitura literária minimiza e ressignifica os desarranjos internos provocados pelo medo e insegurança comuns em tempos de pandemia. Conclui, no plano da hipótese teórica tecida, que a literatura humaniza as pessoas de modo a promover a reintegração e a construção de sentidos, abrindo caminho para novos rumos.

Esta discussão poderá contribuir para o entendimento da necessidade que o sujeito apresenta de se ressignificar interna e externamente face às rupturas com os vínculos afetivos e sociais comuns em situações de confinamento, recorrendo, portanto, ao texto literário tendo em vista que “a arte da narrativa, em particular, permite organizar a própria história e transformá-la” (PETIT, 2010, p. 42)

2 Leituras no confinamento

A leitura, na realidade, é uma promessa de não pertencer somente a um pequeno círculo [...] A leitura permite romper o isolamento pois possibilita o acesso a espaços mais amplos.

PETIT, 2009, p. 96.

Recorrer ao texto literário como fonte de prazer para organizar os sentimentos e não se deixar abater pelas intempéries da vida não é uma novidade. Na Idade Média, entre os anos de 1348 e 1353, quando houve um surto epidêmico que devastou Europa e Ásia, Giovanni Boccaccio, motivado pelo que presenciou em Florença, registrou de forma literária em sua obra “O Decamerão” um dos acontecimentos mais dramáticos da vida humana: a Peste Bubônica, conhecida também por Peste Negra por gerar uma espécie de hemorragia subcutânea que provocava manchas

roxas e negras na pele dos enfermos. De maneira irônica, a narrativa mostra uma sociedade em caos pela ausência da lei e da ordem marcada pela perda de seus líderes, vítimas da peste.

No romance, para fugir da contaminação da doença deflagrada, sete mulheres e três homens partem de uma igreja na cidade de Florença para um castelo em localidade afastada dos horrores da pandemia, onde permanecem contando narrativas que descortinam o cotidiano de uma sociedade entregue aos prazeres pela proximidade da morte. “Decamerão”, título em grego que significa dez dias, está organizado em dez jornadas que contém dez narrativas, totalizando cem novelas. A cada dia, um era considerado o líder da jornada e selecionava um tema para ser o mote das dez histórias narradas por cada jovem. Por intermédio das novelas, Boccaccio imprime a fragilidade humana em todos os níveis sociais e, apesar de apresentar os dez jovens como pessoas corretas que não se rendem aos vícios da sociedade florentina, coloca, sobremaneira, em suas narrativas toda a possibilidade de violação de regras e condutas ditadas pela Igreja, entidade de cujos representantes se esperava reputação ilibada.

“O Decamerão, portanto, vai muito além da colorida representação da sociedade da época, e constitui, como tem sido notado, uma grande ‘comédia humana’” (BIZARRI, 1992, p. 9). Recorrendo às histórias, o grupo de jovens garantia o otimismo e o riso de modo a fugir da terrível realidade. Boccaccio sugere que o papel da Literatura, narrada naquele contexto de isolamento, é o de suavizar o olhar diante dos impactos provocados pela peste e favorecer a valorização da vida, devolvendo ao grupo de jovens o direito de aproveitá-la da melhor forma possível. A respeito dessa “liberdade” já dizia Boccaccio, no “Proêmio” de sua obra, que as mulheres poderão, ao ler as novelas, “colher deleite e conselho útil, das coisas reconfortantes mostradas através das narrativas. Elas ficarão sabendo aquilo de que convém fugir, e aquilo que, semelhantemente, se deve seguir.” (BOCCACCIO, 1992, p. 16).

Da experiência vivenciada pelos jovens no isolamento, na obra de Boccaccio, fica a contação de histórias como prática libertadora para caminhos até então não revelados, tornando possível a mudança de rotas em contextos de confinamento. A realidade provocada pela pandemia da Idade Média, ilustrada no “Decamerão” e tão distante de 2020, ganhou contornos mais realistas quando a Covid -19 foi deflagrada na China e se estendeu ao redor do Mundo, revelando-se como uma ameaça de alta letalidade e em nível pandêmico.

Para evitar a propagação do coronavírus, agente causador da Covid - 19, muitos líderes de governo adotaram, entre outras medidas restritivas em seus respectivos países, o isolamento social para minimizar o número de óbitos pela doença e para evitar o contágio e a consequente superlotação em hospitais. Tal medida fez com

que as pessoas tivessem sua rotina afetada tendo que se adaptar às recomendações das autoridades sanitárias e, sobretudo, tendo que ressignificar o seu tempo já que, uma vez confinadas em suas casas, o tempo investido no deslocamento para o trabalho, por exemplo, poderia ser dedicado a outras tarefas como os afazeres domésticos e/ou a alguma atividade para manter a saúde física e mental. Neste cenário, a leitura literária passou a configurar de maneira expressiva em grande parte dos segmentos da sociedade. De canais de contação de histórias a *lives*⁴, que discutem o empoderamento favorecido pela Literatura, a leitura passou a ser prática comum nos “quatro cantos do Mundo”.

Diante do risco da naturalização do aumento de números de pessoas vitimadas pela pandemia, e, por conseguinte, da proximidade com a inexistência, já que as mortes passam a ser uma referência estatística, descartando a identidade do sujeito que perdeu a vida, e que as famílias não podem se despedir dignamente de seus mortos pela possibilidade de contágio; surge a necessidade de um movimento que iniba a “coisificação” como um processo que desconstrói o que há de humano, descartando do sujeito as suas peculiaridades que o identificam como tal. Dessa forma, poderíamos questionar em que medida o “resgate” da prática da leitura literária poderia ser considerado como uma referência à necessidade de humanização da Sociedade? Afinal, como já disse Antônio Cândido (1989) a Literatura é um fator indispensável de humanização sem a qual talvez não haja equilíbrio social.

Os efeitos do texto sobre o leitor já haviam sido amplamente estudados por Nicolas Roubakine (1998). Considerado como o fundador do campo info-comunicacional francês (SALDANHA, 2019), seus estudos levaram em conta as condições do contexto social do leitor como determinantes para o entendimento do que estava sendo veiculado pelo suporte “livro”, afirmando que, com a mudança das circunstâncias sociais, o sujeito teria a oportunidade de reler o mesmo livro de outra forma. Baseado nessa premissa, Roubakine percebe a necessidade da reumanização da humanidade por meio de livros, empenhando-se, portanto, em levar o conhecimento para as massas populares com vistas a favorecer a (re)construção da realidade, modificando, portanto, o ambiente social. Segundo ele, “um autor, uma obra literária, um leitor não são apenas manifestações da vida individual, mas também da vida social. É o ambiente social que os gera, eles moram lá, agem nele e, por sua vez, eles o modificam. Esses três fatores devem ser estudados em relação à sua formação social”⁵ (ROUBAKINE, 1998, p. 36).

4 Eventos transmitidos em tempo real por intermédio de redes sociais para promover maior conexão com o público.

5 Un auteur, une oeuvre littéraire, un lecteur sont non seulement des manifestations de vie in-

Os estudos de Roubakine (1998) contribuem para nossa discussão na medida em que sugerem uma mudança na dimensão do contexto social para que os efeitos do livro atinjam o leitor. Tal mudança, no caso específico do isolamento social, é favorecida quando a iniciativa daquele que compartilha suas histórias literárias, via rede social, resulta na oportunidade para que ele mesmo ressignifique o seu olhar sobre a história já lida outrora, ao mesmo tempo em que promove a reflexão naquele que recebe a proposta literária. O livro, suporte investigado ao longo das incursões de Roubakine no universo da leitura, dá lugar às redes sociais na pandemia de 2020. Ao compartilhar as histórias literárias, o sujeito confinado contribui para que a realidade social do outro seja alterada já que passa a ter acesso a algo até então, provavelmente, não acessado. A Literatura, agora por meio de redes sociais, potencializa o espírito crítico e contribui para o desenvolvimento da humanidade por, segundo o entendimento de Roubakine, despertar “emoções humanas”.

As concepções roubakinianas desenvolvem-se centralmente no cenário de opressão social russo no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Acusado de divulgar textos revolucionários em 1886, o teórico foi proibido de ocupar cargos acadêmicos neste ano; orientado ao estudo do povo, lutou contra o analfabetismo das massas populares, período em que atuou como editor, redator, livreiro, propagandista, tradutor, entre outras atividades relacionadas ao mundo do livro. Ainda, ao suceder sua mãe no posto de bibliotecário, Saldanha aponta que este fato marcou todo o curso de seu pensamento, estando o horizonte principal da bibliopsicologia em encontrar meios para transformar esses materiais em fontes para a apropriação de saberes e percepção da realidade (ROUBAKINE, 1998).

A visão de Roubakine postula, pois, a leitura como práxis social transformadora, na qual a apropriação e socialização do conhecimento, sobretudo por parte de grupos sociais historicamente oprimidos, poderia conduzir ao desenvolvimento de uma conscientização crítica coletiva, na qual esses sujeitos se conscientizariam sobre as opressões existentes em suas realidades sociais – aqui, potencialmente propagadas pelas técnicas de linguagem digitais – e poderiam, a partir daí, enfrentar e resistir a esses mecanismos de opressão, conduzindo ao que o autor considera como “vida nova”, traduzida em um horizonte sociopolítico de transformação social (ROUBAKINE, 1998).

O “movimento roubakiniano” – e todo o incômodo por ele provocado na Rússia - desenvolvido há mais de cem anos atrás, nos permite pensar objetivamente o

dividuelle, mais encore celles de vie sociale. C'est le milieu social qui les engendre, ils y vivent, ils y agissent et, à leur tour, ils le modifient. Ces trois facteurs doivent être étudiés par rapport à leur milieu social (ROUBAKINE, 1998, p. 36).

projeto freireano no território latino-americano (FREIRE, 1987, 1982). A abertura da leitura na construção social do mundo pela via do sujeito leitor contesta, em nossa visão, justamente a postura da neutralidade da educação, compreendida em Paulo Freire (1987, 1982) como a visão ingênua de educação. Essa postura visa, como no projeto de uma filosofia da informação mecanicista, um dado “formar” do “tipo ideal”, “desencarnado do real, virtuoso e bom”. Roubakine antecipa, nesse sentido, uma teoria crítica contra o avanço da filosofia analítica e de seu projeto neopositivista da linguagem na formação dos sujeitos no campo informacional. O foco no proletariado, antevisto em Roubakine, identifica justamente o que Freire aponta como a luta pela resistência de naturalização do “povão” como incapaz, ação opressora elitista (ROUBAKINE, 1998).

Assim, na epistemologia biblioteconômico-informacional do campo, as reflexões de Roubakine sugerem a noção da leitura como interação entre o sujeito e a realidade que o circunda, estando os processos de leitura a receber influência, a todo momento, não apenas das condições psíquicas dos indivíduos, como também de suas relações intersubjetivas com o ambiente exterior, considerando sua subjetividade, o contexto e as circunstâncias em que o ato de ler ocorre em um dado espaço-tempo. Nessa concepção, o material de leitura é tomado em seus contornos sociais, no qual sua noção se expande para um sentido amplo e simbólico de leitura não apenas do artefato em sua concepção estrita, mas também de leitura de mundo; isto é, percepção e compreensão da realidade que nos cerca a partir da atribuição de significações e ressignificações múltiplas. O sujeito é tomado no pensamento roubakiniano como um ser psíquico, participante de um mundo de opressões, sofrimentos e desigualdades, no qual o ato de ler constitui um instrumento de criação e conscientização crítica coletiva (ROUBAKINE, 1998).

No horizonte roubakiniano, a leitura é tomada, pois, como práxis social transformadora, desenvolvida em torno do enfrentamento e resistência às opressões vigentes a partir da luta contra a desigualdade e acesso equitativo aos bens culturais, evidenciando um potencial de condução das classes oprimidas à uma sociedade justa, ética, livre e democrática; o que o teórico russo postula como uma “vida nova”, entendida em sua ótica de emancipação social (ROUBAKINE, 1998).

O olhar roubakiniano sugere, desse modo, um horizonte em que a leitura em sua concepção como instrumento de apropriação de saberes encontra-se no cerne das possibilidades de reflexões críticas que seu ato propicia, composto por uma série de processos psíquicos e cognitivos que alinham construções de sentido de acordo com o contexto e subjetividade daquele que lê. Na interpretação aqui proposta, trata-se da possibilidade de refletir criticamente como ferramenta de conscientização crítica, na qual os sujeitos, sobretudo aqueles e aquelas pertencentes a classes sociais

oprimidas, desenvolveriam uma consciência, um reconhecimento das opressões existentes, para então ter possibilidades de enfrentá-las. E esses potenciais perpassam, necessariamente, a reflexão crítica do que se está a ler, o que, por sua vez, pressupõe condições sociais de acesso não apenas à informação, mas também aos dispositivos que proporcionam sua leitura e apropriação (ROUBAKINE, 1998).

Vários tem sido os noticiários que abordam a leitura como fonte de ressignificação da vida à qual as pessoas têm recorrido na quarentena. O texto intitulado “Conceição Evaristo, Michelle Obama, e outros nomes leem textos em *lives* nas redes sociais”, veiculado pelo *site* “O Globo”⁶, de 09 de maio de 2020, sublinha que personalidades da mídia passaram a se dedicar à leitura tanto ao vivo no próprio *Instagram* - como Mel Lisboa e Conceição Evaristo - como gravadas e postadas - como o caso de Paulo José que usa o *Instagram* de sua filha Clara Kurtner para compartilhar seus vídeos contando histórias. Segundo a matéria, “prática ancestral, a contação de história ganhou ares renovados com a pandemia. Nas redes sociais, cada vez mais janelas se abrem com pessoas lendo textos para ajudar a aplacar a solidão de quem está isolado em casa.”

Organizados de modo a fazer com que a leitura literária faça parte da realidade daqueles que mais têm sofrido com os impactos da pandemia em função de suas condições de vulnerabilidade, os movimentos sociais de comunidades têm garantido o acesso à Literatura a partir de ações divulgadas em suas redes sociais. Na *live* “A importância do livro e da leitura em tempos de pandemia”⁷, de 03 de junho de 2020, disponibilizada pelo *YouTube*, Val Rocha⁸, justificou que a Literatura é um direito humano que todos precisam acessar e assinalou a importância de se desenvolver ações para o acesso à Literatura desde a gravidez de modo a contribuir para que a “mãe” saia da maternidade com o bebê e com um livro adequado à primeira infância. Na mesma *live*, em resposta à questão “Como as pessoas vão alimentar a alma durante a pandemia?”, José Castilho⁹, comentou que a importância do prazer que a leitura promove pode ser atrelado à linguagem poética, bem como ao entendimento funcional/instrumental daquilo que está sendo veiculado no texto. Em

6 <https://oglobo.globo.com/rioshow/conceicao-evaristo-michelle-obama-outros-nomes-leem-textos-em-lives-nas-redes-sociais-24399593>. Acesso em 15 de julho de 2020.

7 <https://www.youtube.com/watch?v=9n3YjMfxVHo&feature=youtu.be> Acesso em 18 de junho de 2020.

8 Artista plástica que integra o polo de leitura *Litera Sampa* - Formado por quatorze bibliotecas comunitárias e duas escolares. Tem por objetivo fomentar a leitura literária nas suas respectivas regiões. Cf.: <https://www.facebook.com/LiteraSampa/>. Acesso em 15 jul 2020.

9 Foi, de agosto/2006 a março/2011 e de junho/ 2013 a junho/2016, o Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) vinculado aos Ministérios da Cultura e da Educação.

suas palavras: “a leitura é um prazer estético que poderia nos ajudar de fato e muito nesse período de enclausuramento, de pandemia, para fazer voos além dos nossos limites físicos. Mas também é um prazer funcional. É importante você compreender o que está sendo falado, o debate que está acontecendo”¹⁰.

No discurso anterior, é possível depreender dois tipos de leitura que interessam no contexto da pandemia: a leitura informativa – para que as pessoas tenham acesso e entendam as recomendações das autoridades sanitárias com vistas a evitar a propagação do vírus – e a leitura literária – para que as pessoas tenham a oportunidade de se ressignificar face ao caos psicológico e à crise financeira ocasionados pelos impactos do contexto pandêmico. Cada leitura estaria, segundo Petit (2009), inserida em vertentes diferentes da leitura: (1) a que propõe o enquadramento de modo a modelar o leitor e (2) a que propõe o deslocamento, contribuindo para verdadeiras recomposições da identidade enquanto processo inacabado, em transformação. É este segundo tipo que permite a apropriação do texto literário.

3 Os reflexos da apropriação da leitura literária

Na literatura, em particular, encontramos palavras de homens e mulheres que permitem dizer o que temos de mais íntimo, que fazem aparecer, à luz do dia, aquele ou aquela que não sabíamos que éramos. Palavras, imagens, nas quais encontramos um lugar, que nos acolhem e que desenham nossos contornos. Palavras que nos fazem pensar.

PETIT, 2009, p. 74 – 75.

A partir da reflexão teórica constituída aqui, pode-se apontar que a Literatura tem o poder de recuperar no sujeito aquilo que se perdeu. Por intermédio dela, é possível um encontro consigo mesmo capaz de contribuir para o entendimento de sua interioridade de tal modo que o diálogo com suas questões seja estabelecido. As trocas com o universo literário favorecem a inserção no contexto vivido por personagens de maneira a levar o leitor/ouvinte à comoção. Esse poder transformador da Literatura pode ser notado quando o rei Xariar¹¹ se envolve com as narrativas orais de Xerazade, desenvolve sua empatia e a libera da morte na obra “As mil e uma noites”.

¹⁰ Cf.: 11:57 min – 12:30 min no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=9n3YjMfx-VHo&feature=youtu.be>.

¹¹ Embora haja diferentes representações gráficas para os nomes “Xariar” e “Xerazade”, optamos por essas grafias por serem uma das possíveis em Língua Portuguesa.

Consagrada obra da Literatura Universal pelo encantamento nela contido a respeito do imaginário coletivo sobre a cultura árabe, “As mil e uma noites” é uma compilação de contos interligados pela narradora Xerazade que diante da fúria do rei Xariar - que traído pela esposa, tira-lhe a vida e resolve se casar com uma mulher por noite e matá-la no dia seguinte, evitando uma possível traição - se coloca na condição de sua esposa com o objetivo de fazer com que parasse de matar as mulheres. Para tanto, combina com sua irmã para que a peça para contar histórias. Já na primeira noite, sabiamente, Xerazade interrompe a narrativa no momento de maior suspense para continuar na noite seguinte. Dessa forma, Xerazade consegue se livrar da morte a cada narrativa durante mil e uma noites até que o rei, fascinado pela magia dos contos, conseguisse curar suas feridas e se apaixonar pela vivacidade da narradora.

“As mil e uma noites” é, segundo historiadores, uma obra coletiva que apresenta narrativas de várias tradições de diferentes reinos do Oriente Médio medieval. Embora no Ocidente a obra só passou a ser conhecida a partir do século XVIII¹², a pesquisa empreendida por Mamede Moustafá Jarouche¹³, baseada em pergaminhos originais mais antigos para fazer a tradução literária direta para o Português, trouxe evidências de que algumas narrativas, não contempladas até então em edições impressas, circulavam em manuscritos já no século IX entre persas e árabes. Ao se deparar com toda riqueza de variedade de narrativas populares originárias da prática oral com valorização do enredo, Jarouche constata que o mote das narrativas é a sua equivalência à vida, desvelando a relação mercantil da sociedade. Para ele, ao salvar a própria vida a partir da contação de histórias, Xerazade faz a narrativa equivaler à própria oportunidade de existência. Nas suas palavras em entrevista disponibilizada pela plataforma do *YouTube*¹⁴:

Ou seja, está vivo na medida em que você narra e, curiosamente, as histórias que ela conta contém as mesmas circunstâncias. Muitas vezes, um personagem qualquer comete um erro, enfim, desagrada um poderoso, o poderoso fala:

12 Antoine Galland publicou em 1704 o título *Mille et une nuits*, a primeira versão traduzida dos compilados em língua árabe.

13 Professor de Cultura, Língua e Literatura Árabe da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Publicou, pela Editora Globo, o título “Livro das Mil e uma Noites” em 4 volumes em 2017 e 2018.

14 Professor de Cultura, Língua e Literatura Árabe da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Publicou, pela Editora Globo, o título “Livro das Mil e uma Noites” em 4 volumes em 2017 e 2018.

- Eu vou mandar te matar!
 - Não! Não faça isso!
 - Então, se você me contar uma história...
- (...) Enfim, você tem sempre essa troca da vida pela história. Me parece que é a situação ideal da valorização extrema da história.¹⁵

Da mesma forma que as narrativas de Xerazade, face a um contexto desolador por estar sempre prestes a ser morta, a libertam por despertar a sensibilidade do rei, permitindo a oportunidade de rever suas atitudes; o texto literário, em prosa ou em verso, lido silenciosamente ou em voz alta, de maneira individual ou coletiva, tem o poder de libertação à medida em que proporciona a ressignificação dos receios, o rompimento de preconceitos e a reflexão sobre as escolhas, entre tantos efeitos na formação da identidade do leitor/ouvinte.

Junto ao gozijo que os contos trouxeram ao rei pelas histórias de sedução, pelas aventuras, pelas fantasias, entre tantas propostas que tornavam as narrativas prazerosas, também entraram em cena as trocas de experiências de vida de modo a estimular o diálogo e a estender seus horizontes. A atmosfera de encantamento vivenciada por Xariar com todos os seus reflexos é estendida para aqueles que têm a oportunidade de ler a obra “As mil e uma noites”. Como já assinalou Petit (2013), ao mencionar que Michel de Castilho, escritor franco-espanhol, recorreu às narrativas de Xerazade na sua infância quando se sentiu desamparado pela ausência de sua mãe durante a Guerra Civil da Espanha:

Sua mãe saía todas as noites às onze horas para ir trabalhar na rádio. Toda noite se ouvia o som dos tiroteios. Sua mãe lhe havia dito: “Se uma noite não ouvir nada, é que a cidade foi tomada, me prenderam, me fuzilaram, e você deverá ir para a embaixada da França”. E, entregue a essa imensa angústia de morte, de separação, toda a noite ele lia. Lia... *As mil e uma noites*. Como Scherazade, repelia a morte através dos contos (PETIT, 2013, p. 28).

Aquele que se apropria de textos literários, como o fez Michel de Castilho, contribui para a sua capacidade de reconstrução do próprio repertório sociocultural e potencializa a sua humanização, tão necessária em contextos de crise na renovação, sobretudo, da esperança por dias melhores.

¹⁵ Cf.: 3:53 min – 4:38 min no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=rub7I6e17O8&feature=youtu.be> Acesso em 22 jul 2020.

Oportunizar a leitura literária durante o confinamento favorece, segundo os pressupostos teóricos da presente reflexão, a ressignificação da vida em isolamento já que “a leitura pode ser, em todas as idades, justamente um caminho privilegiado para se construir, se pensar, dar um sentido à própria existência, à própria vida: para dar voz a seu sofrimento, dar forma a seus desejos e sonhos.” (PETIT, 2009, p. 72)

As pessoas que, generosamente, estão investindo o seu tempo na leitura literária compartilhada durante o isolamento social estão, mais do que reconstruindo a própria história de vida, permitindo ao outro o acesso à Literatura como um direito universal do ser humano. Estão reconhecendo que aquilo que consideram indispensável para si é também indispensável para o próximo (CANDIDO, 2004).

4 Considerações finais

Ler não isola do mundo. Ler introduz no mundo de forma diferente. O mais íntimo pode alcançar neste ato o mais universal.

PETIT, 2009, p. 43.

Como fruto da travessia teórica que nos trouxe até aqui, considerando a relevância de pesquisas empíricas que co-constituam as inferências da reflexão, pode-se indicar um conjunto de assertivas da relação entre leitura e crise. Diante da incerteza da manutenção da existência face ao contexto pandêmico, a Literatura ocupa o seu lugar na Sociedade tendo em vista que impulsiona a reconstrução dos rumos de nossa história. O texto literário nos ajuda a preservar nosso espaço íntimo, ao mesmo tempo em que dá voz para nossas esperanças. Diante de novas situações vivenciadas, recorrer à leitura nos fortalece, tornando-nos capazes de resistir às adversidades.

Por intermédio de textos literários, despertamos a fantasia que nos leva a imaginar possibilidades outras, desenvolvemos a nossa criatividade e nos libertamos. Ao nos conectar com outros confinados, através da leitura em tempos de isolamento social, atenuamos nossas tensões e estabelecemos vínculos de modo a garantir a proximidade com nossa “humanidade”.

No contexto de crise desencadeado pela Covid-19, os textos literários passaram a ser “espaços de habitação”, lugar de devaneios e lembranças. “Ler, ou ouvir uma leitura em voz alta, já serve para abrir esses espaços, ainda mais para aqueles que não dispõem de nenhum território pessoal.” (PETIT, 2019, p. 47). A Literatura permite, assim, uma travessia mais envolvente, tornando o momento de crise uma oportunidade para a formação de uma identidade mais adaptável às mudanças.

Financiamento

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

Referências

- BIZARRI, Edoardo. Introdução à leitura de “O Decamerão”. *In*: BOCCACCIO, Giovanni. **O Decamerão**. Rio de Janeiro: Tecnoprint [i.e. Ediouro], [1992]. p. 9.
- BOCCACCIO, Giovanni. **O Decamerão**. Rio de Janeiro: Tecnoprint [i.e. Ediouro], [1992].
- CANDIDO, Antonio. **Direitos Humanos e Literatura**. São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- PETIT, Michèle. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- PETIT, Michèle. **Ler o mundo: Experiências de transmissão cultural nos dias de hoje**. São Paulo: Editora 34, 2019.
- PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- ROUBAKINE, Nicolas. **Introduction a la psychologie bibliologique**, v.1. Sofia: Association Internationale de Bibliologie, 1998.
- SALDANHA, Gustavo Silva. A invenção da Ciência da Informação segundo Nicolas Roubakine (Rubakin). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Ancib, 2019.

**Mediação, cultura, memória e
patrimônio / Médiation, culture,
mémoire et patrimoine**

Apprendre d'autres savoirs au musée grâce à l'universalité: vers une médiation sociétale?

Muriel Molinier¹

1 Introduction

DEPUIS LA FIN DES ANNÉES 1980, LA QUESTION DE L'INCLUSION DES PUBLICS FRAGILISÉS (par des problématiques médicales, sociales ou médico-sociales) est entrée dans les musées de nombreux pays. L'inclusion sociale est définie en muséologie par André Desvallées et François Mairesse (2011, p. 611-612) comme, à la fois la lutte contre l'exclusion (les procédés mis en place) et le succès de cette lutte (la présence de personnes exclues). En France, l'inclusion sociale est encadrée par des lois, dont la loi de 2002 relative aux musées de France qui instaure pour missions permanentes de: "Rendre leurs collections accessibles au public le plus large; Concevoir et mettre en œuvre des actions d'éducation et de diffusion visant à assurer l'égal accès de tous à la culture". Cette loi s'inscrit entre la loi du 29 juillet 1998 de lutte contre les exclusions et celle du 11 février 2005 (pour l'égalité des droits et des chances, la participation et la citoyenneté des personnes handicapées) qui a pour conséquence d'imposer à l'ensemble de la société française de se rendre accessible à tous les citoyens. Nous souhaitons donc interroger l'inclusion au musée et ce qui en découle, à savoir: d'une part, l'aspect universel d'une médiation élaborée à partir des fragilités des publics et pensée pour tous; d'autre part, l'impact de cette médiation sur le grand public. Nous questionnons alors l'élargissement de l'éducation non formelle.

Afin de développer cette réflexion, nous nous appuyons sur le terrain du musée du Louvre-Lens. La particularité de ce musée est de ne pas avoir de collection permanente. Pour exposer les collections du musée du Louvre dans la ville de Lens, le musée du Louvre-Lens présente une exposition semi-permanente, la Galerie du temps, à la muséographie innovante retraçant une histoire de l'art universelle (FRAYSSE, 2019), qui embrasse toutes les civilisations. Ce très récent musée, ouvert en 2012, développe une dimension inclusive de la médiation, tout d'abord dans sa

1 Université Toulouse III Paul Sabatier – France ; Contact : murielmolinier@yahoo.fr.

prise en compte des publics par une totale accessibilité intellectuelle et culturelle (GUÉPRATTE, 2014), puis dans ses innovations en termes de médiation, que nous avons étudié dans le cadre de notre thèse (MOLINIER, 2019).

Nous définirons tout d'abord la médiation muséale universelle, inclusive, et l'éducation non formelle, puis nous étudierons deux médiations proposées au musée du Louvre-Lens lors des expérimentations menées pendant la première journée de l'accessibilité de 2017, avant de questionner l'opportunité créée par l'inclusion pour l'éducation non formelle.

2 Médiation universelle et éducation non formelle au musée

Nous inscrivons notre approche du point de vue de la muséologie et de la place des publics, questionnant au-delà du tournant communicationnel, le tournant social des musées (CAILLET, 2011; BARRERE & MAIRESSE, 2015). Nous nous centrons sur la médiation, qui peut se définir avec l'approche de Patrick Fraysse (2015) comme le mouvement entre trois pôles distincts que sont l'objet à comprendre, le public et le tiers médiateur, chaque pôle étant détenteur de savoirs distincts. Or, de nos jours, la collection muséale se révèle comme elle-même médiatrice de nouvelles expériences, non plus centrés sur les savoirs du musée mais issues des savoirs du public, opérant alors un nouveau basculement:

[...] les collections et les savoirs ne sont plus au centre des institutions, ce n'est plus le noyau dur de l'institution. Ça devient des moyens, des vecteurs, des prétextes pour développer des actions au service d'une population, pour développer des discours, des interprétations, des questionnements etc. [...] C'est l'objet de collection qui devient médiateur de quelque chose d'autre qu'on veut faire avec le public, qui est une opportunité de faire des choses avec lui (CHAUMIER, 2017).

C'est bien ce que montre le rapport de la Mission Musées du XXI^e siècle (EIDELMAN, 2017, p. 23), abordant des modèles émergents sous quatre angles principaux: musée éthique et citoyen, protéiforme, inclusif et collaboratif, comme écosystème professionnel créatif. Le musée est-il à l'image de la société ou y injecte-t-il son idéal? Sommes-nous dans l'utopie ou aboutissons-nous à la vision réparatrice de la société par la culture, telle que définie par Paul Rasse comme une médiation orthopédique?:

[la médiation culturelle] repose sur l'idée d'intervention sociale dans une perspective non plus utopique et idyllique, mais orthopédique et

efficace. Il s'agit, en effet, de réduire des fractures tangibles, là où elles se produisent, de raccommoder le tissu social dans les quartiers en grandes difficultés, d'amener les communautés ethniques à se supporter, de faciliter l'acculturation des migrants, de tisser des liens entre la cité et les citoyens, de cultiver la science, de donner le goût de la culture légitime (RASSE, 2000).

Quoiqu'il en soit, nous considérons le musée comme un terrain d'expérimentations fertiles, une opportunité d'inclusion pour les publics fragilisés et d'ouverture pour le grand public. Car, dans les musées, se développent de nombreux dispositifs de médiation spécifiques visant les publics fragilisés: des visites ciblées regroupant des visiteurs avec la même déficience, mais aussi des visites sur-mesure pour des groupes, co-construites avec leurs accompagnateurs (MOLINIER, 2021d). Cependant, au sens de l'UNESCO (2006), ces dispositifs spécifiques relèvent de l'intégration (l'adaptation à des besoins spéciaux) et non de l'inclusion (la considération d'un tout). Inclure, nécessite en effet de proposer des dispositifs pensés pour tous, dans l'esprit de la conception universelle créée par Ronald Mace dans les années 1980: "la conception de produits et d'environnements pouvant être utilisés par tous, dans la mesure du possible, sans adaptation ni conception spécialisée" (traduction libre).

C'est dans cette optique que nous développons notre approche d'une médiation universelle au musée (MOLINIER, 2019, 2021a). Par prolongement, et toujours grâce à l'inclusion, nous avons conceptualisé un "public universel", c'est-à-dire la globalité d'un grand public devenu universel en incluant les fragilités comme fonctionnements (MOLINIER, 2019). La médiation s'adresse alors à tous, sans distinction, sans stigmatisation, sans justification de son état de fragilité dès l'entrée du musée. De plus, en répondant aux besoins des uns, même les plus exigeants, nous augmentons le panel des préférences des autres. Sur cette base inclusive, englobante, nous pouvons alors entrevoir l'étendue des possibles offerts au public universel. Nous postulons que les fragilités, alors sources d'inspiration de l'universalité, seraient vectrices de nouveaux savoirs que nous proposons de nommer "savoirs de l'universalité".

Dans cette perspective, il nous semble pertinent de questionner l'éducation non formelle, définie comme "la possibilité pour tout un chacun d'apprendre des nouveaux savoirs et de se cultiver sans l'école et hors l'école" (JACOBI, 2018, p. 17). De plus, la liberté de forme et de fond de l'éducation non formelle nous paraît pouvoir accueillir les savoirs de l'universalité: "formes non scolaires et non académiques d'acquisitions culturelles réalisées en dehors de l'enseignement obligatoire" (JACOBI, 2016, p. 91). Ainsi, médiation et éducation semblent inextricablement liées: "En

contexte muséal, la notion de médiation culturelle inclut bien évidemment celle d'éducation non formelle, c'est-à-dire les différentes formes de médiation des savoirs en dehors de l'école." (MEUNIER; LUCKERHOFF, 2018). Cependant, médiation et éducation se différencient notamment dans leur rapport au temps: "la médiation culturelle se situe dans une temporalité courte, à la différence de la temporalité longue de l'éducation" (BORDEAUX; CAILLET, 2013, p. 144). Cela n'est pas sans nous rappeler dans une certaine mesure les nuances entre usages et pratiques.

3 Journée d'accessibilité: expérimentations au musée du Louvre-Lens

Pour illustrer les propositions de dispositif de médiation mêlant publics fragilisés et grand public, nous nous appuyons sur les expérimentations réalisées lors de la première journée de l'accessibilité organisée au musée du Louvre-Lens le 30 avril 2017. Plus particulièrement, nous ciblons deux visites: une visite audio-décrite (mêlant public non voyant et voyant) et une visite en langue des signes (mêlant public sourd et entendant). Nous avons suivi ces visites et réalisé des observations.

Visite audio-décrite

L'objectif visé par le musée s'exprime dans le programme de la journée d'accessibilité: "Quand vos oreilles deviennent vos yeux, le discours est le support de votre imagination... Venez découvrir les secrets de quelques œuvres... cachées ! Une manière inédite d'interroger la perception sensorielle et le rapport à l'œuvre d'art." A l'occasion de la journée de l'accessibilité, les interventions à horaires fixes des médiateurs, nommées "Impromptus", sont modifiées. Au lieu du simple sticker apposé sous l'œuvre, le médiateur interpelle ce jour-là le public sur une visite particulière: une œuvre est cachée par un drap puis est décrite "à l'aveugle". C'est le drap, posé par des médiateurs un peu avant la visite, qui interpelle les visiteurs. Lors de notre observation d'un "Impromptu caché", une vingtaine de personnes se sont rassemblées spontanément autour du médiateur. Cette intervention a commencé par une description de cinq minutes de l'œuvre cachée par le drap. Ensuite, le drap a été ôté par le médiateur qui a poursuivi par un commentaire de quinze minutes environ, plutôt classique et assez complexe autour de l'œuvre et de l'histoire de l'art.

Étudions à présent le dispositif par rapport à la perception visuelle. La question sensorielle est abordée pendant la description de l'œuvre cachée. En effet, ce dispositif enlève un sens temporairement au grand public, le public "voyant" (en opposition aux mal ou non-voyants). C'est le retrait d'un sens qui crée l'expérience originale de cette visite. Ainsi, tous les visiteurs sont placés théoriquement dans la même situation: personne ne peut discerner l'œuvre. Or, pour le public déficient visuel, le sens de la vue lui fait déjà défaut. De plus, le côté ludique du drap posé

sur l'œuvre ne le concerne pas. En effet, quel serait l'intérêt pour lui? S'il est aveugle ou malvoyant, le visiteur peut néanmoins être en capacité de mobiliser ses résidus visuels, mais avec le drap il perd, lors de la description de l'œuvre cachée, les informations basiques auxquelles il a encore éventuellement accès (couleur, taille, forme...). Le point positif de ce dispositif pour les visiteurs déficients visuels, est que grâce au fait de cacher l'objet, le médiateur propose une description plus fine et plus détaillée de l'objet. L'artifice du drap et le vocabulaire de "caché" n'apportent donc rien de plus à une personne déficiente visuelle, et semblent alors voués à toucher le grand public. Nous pouvons percevoir ce dispositif comme une sensibilisation au sensoriel par le ludique: une sensibilisation à la problématique de la cécité auprès des voyants.

Cette visite est donc adaptée pour les personnes déficientes visuelles, mais elle ne va pas au-delà du discours et d'une description plus poussée lorsque l'œuvre est cachée sous le drap. Alors que le dispositif joue sur le sens de la vue pour le grand public, il n'apporte pourtant pas de sensorialité supplémentaire au public déficient visuel. Ce dispositif nous semble vouloir réunir le grand public et le public déficient visuel, dans une visée inclusive, au-delà de la seule adaptation. Cependant, tous les publics fragilisés ne sont pas visés, l'inclusion n'est donc pas totale, nous la qualifions alors de mixité. Ce dispositif de médiation relève selon nous d'une visite descriptive pour public mixte, avec un appui sur la technique de l'audiodescription pour répondre à la problématique de la déficience visuelle.

Visite traduite en Langue des Signes Française (LSF)

Pour cette visite, l'intention stipulée par le musée dans le programme de la journée de l'accessibilité est la suivante: "Accompagnés par un guide-interprète en Langue des Signes Française et un médiateur culturel, découvrez la Galerie du temps." Il s'agit de la toute première visite en langue des signes depuis l'ouverture du musée en 2012. Le choix de la visite à double voix a été privilégié, avec d'un côté une médiatrice du Louvre-Lens et de l'autre côté une guide-interprète en LSF. Le public sourd est au rendez-vous: 22 personnes sont réunies, mais toutes ne sont pas signantes (pratiquant la langue des signes). Une visite classique centrée autour de l'histoire de l'art commence: la médiatrice resitue le contexte historique et géographique des œuvres et annonce qu'elle va présenter 10 œuvres sélectionnées. Lors de la visite, des liens sont établis entre les 10 œuvres (dans l'esprit de la visite "Une heure, dix chefs-d'œuvre" proposée les dimanches et jours fériés au musée): autour d'un même objet (sarcophage) dans des périodes différentes (lien entre les sarcophages égyptien et médiéval) ou d'une fonction (roi) dans une proximité géographique (lien entre les rois Gudéa et Fath Ali Shash).

Il est important d'interroger la pertinence du duo médiatrice/interprète. Dans une visite en LSF à destination du public sourd, quel est l'intérêt du guide qui oralise en français? La médiatrice entendante serait-elle juste là pour être traduite par l'interprète? Même s'il peut s'agir d'une facilité par rapport aux acteurs, les médiateurs du Louvre-Lens ne parlant pas la LSF et les interprètes français/LSF n'étant pas guides du musée du Louvre-Lens, il y a une perte de qualité pour le public sourd. En effet, la traduction littérale du français (appelé alors français signé), n'est pas de la langue des signes. La langue des signes est une langue à part entière avec une syntaxe propre: un signe représentant un mot, une grammaire ordonnant les mots différemment du français (la LSF est basée sur la mise en scène: on définit d'abord le temps, puis le lieu, le sujet et enfin l'action), une absence de conjugaison et des expressions faciales pour exprimer un mode de discours (interrogatif, négatif, affirmatif, exclamatif) ou nuancer le sens pour un même signe; un alphabet dactylographique est utilisé pour les mots n'ayant pas encore de signes ou pour épeler des noms propres ou des mots complexes. Ainsi, la traduction en français signé ne respecte pas la syntaxe de la langue des signes, appauvrit donc la communication et rend la visite plus monotone qu'en LSF.

De plus, pour une personne entendante, il est aisé d'écouter sans regarder l'émetteur, et dans le même temps d'observer l'œuvre, donc de pouvoir associer le discours sur l'œuvre tout en regardant l'œuvre: le visiteur entendant écoute le guide ET regarde l'œuvre (oreilles + yeux) en même temps. Pour une personne sourde, cette démarche est différente car tout passe par les yeux: elle doit quitter l'information en LSF du regard, pour pouvoir observer les œuvres. Le discours ne peut donc pas se superposer sur l'image: le visiteur sourd regarde le guide OU regarde l'œuvre (tout avec les yeux), dans deux temps différents. Par ailleurs, l'association des deux guides qui parlent provoquent une double attention pour le visiteur (et donc une perte d'attention), sans oublier l'œuvre à regarder: donc 3 sources d'informations à alterner en fonction des besoins.

Pouvons-nous déceler dans cette visite une volonté de mixité? La visite est annoncée en LSF donc destinée au seul public sourd signant. Par la présence d'un médiateur culturel parlant français, la visite a attiré au fur et à mesure de nombreux visiteurs entendants qui se sont greffés pour atteindre 40 personnes à la fin de la visite. Entre donc en jeu l'effet d'aubaine des visiteurs qui ont intégré la visite en cours, profitant d'une visite guidée gratuite. Il apparaît qu'une visite uniquement en LSF n'aurait certainement pas attiré le grand public. L'objectif réel de cette visite pourrait donc être de créer de la mixité, de la rencontre, et par là-même une sensibilisation à la surdité et à la LSF.

Qu'en est-il de l'adaptation de cette visite au public sourd signant? L'adaptation semble partielle et uniquement résider dans la présence de l'interprète. Or, comme

vu précédemment, la LSF 'est pas une simple traduction d'une langue à une autre. De plus, dans le travail d'interprétariat, le vocabulaire complexe peut poser problème. Lors de la visite, l'interprète a interrompu à plusieurs reprises la médiatrice pour demander des précisions sur le sens de certains termes. La visite était très riche, très dense et le rythme soutenu, il y avait de nombreux déplacements, tout allait très vite et n'était pas adaptée aux allers-retours visuels entre l'œuvre et les explications signées. Ainsi, une visite intégrale en LSF, par un guide sourd, semble préférable. Après notre analyse, nous voyons dans cette intention, le fait de réunir à nouveau un public déficient et le grand public, dans une recherche d'inclusion. Cependant, ici, au détriment du public fragilisé cible.

4 Creation et partage de nouveaux savoirs

À partir des précédentes expérimentations, mais aussi éclairé par d'autres expériences muséales autour des publics sourds ou aveugles, nous interrogeons le champ des possibles issus des savoirs de l'universalité. Si l'apprentissage apparaît plus aisé par des dispositifs de médiation écrite de type cartel (DESJARDINS; JACOBI, 1992: 18), il nous semble que d'autres dispositifs de médiation non écrits mais sensoriels, ainsi que la médiation humaine peuvent également remplir un tel rôle. Nous avons donc réparti ces apprentissages en 3 catégories: apprentissage sensoriel et mnésique, apprentissage culturel et linguistique, apprentissage écrit.

Apprentissage sensoriel et mnésique

Nous ciblons dans cette catégorie le fait, pour le public universel, d'apprendre de nouvelles façons de percevoir et de développer les mémoires correspondantes.

- Apprendre à mieux regarder et plus longtemps avec l'audiodescription

Comme décrit dans nos observations précédentes au Louvre-Lens, l'audiodescription est une technique qui permet de décrire ce qui est peu, mal, ou non perçu. Pour le public universel, cela peut ainsi amener à scruter avec minutie les nombreux détails des expôts qui souvent n'apparaissent pas avec un coup d'œil rapide. En contemplant de façon prolongée, la perception s'affine, la mémoire visuelle s'exerce.

- Apprendre à regarder avec ses mains avec les reproductions tactiles

Nous ajoutons dans cette catégorie, un autre savoir de l'universalité issu du public déficient visuel à partir du développement du sens tactile. La galerie tactile développée au musée du Louvre, et ses pendants grâce à l'itinérance de ses exposi-

tions, ainsi que les stations tactiles qui fleurissent dans de nombreux musées, ont participé à familiariser le grand public aux reproductions tactiles des expôts. Au musée Fabre, pour son exposition *L'art et la matière*, c'est une médiatrice elle-même déficiente visuelle qui développait une méthode issue de son expérience du toucher et de l'exploration tactile, pour guider les visiteurs vers une représentation mentale de l'œuvre (MOLINIER, 2019, 2021e). Avec de l'entraînement, il est ainsi possible de découvrir ou développer sa mémoire tactile.

Autour du sensoriel, nous pouvons ouvrir la réflexion avec le concept *Snoezelen*, dispositif importé des institutions spécialisées (handicap, autisme, maladie d'Alzheimer...) vers le musée: "Les environnements multisensoriels *Snoezelen* sont des espaces de détente qui aident à réduire l'agitation et l'anxiété, mais également à engager et à ravir l'utilisateur, à stimuler les réactions et à encourager la communication." (musée des enfants de Miami, traduction libre). En corrélant *Snoezelen* aux collections (par exemple inspiré par des expositions numériques immersives telles que Van Gogh, *La nuit étoilée* (aux Baux-de-Provence), il pourrait s'agir pour le public universel d'apprendre à se détendre et à percevoir des sensations afin de développer sa mémoire émotionnelle et la communication non verbale.

Apprentissage (et transmission) linguistique et culturel

Afin de valoriser les cultures et les langues maternelles de nos concitoyens, peu mises en valeur actuellement en France, cette catégorie d'apprentissage ambitionne de développer l'idée d'un musée qui s'ouvre vers autrui et s'intéresse à la richesse de ses racines.

- Apprendre une langue sans parole avec la langue des signes

Il est important de considérer la LSF en tant que langue à part entière (ce n'est pas un langage) avec plusieurs spécificités. Premièrement, la langue des signes est une langue, mais elle n'est pas orale: c'est la seule langue visio-gestuelle face à toutes les autres qui sont visio-auditives (DELAPORTE, 2002). La LSF comporte une structure, un vocabulaire et une grammaire, qui suppose de ne pas oraliser (parler) en parallèle, car il ne s'agit pas d'une traduction en signes du français: la traduction en français signé ne respecte pas la syntaxe de la LSF, cela appauvrit la communication et rend le discours plus monotone. Deuxièmement, la LSF est française ! Il s'agit donc d'une langue qui est parlée dans notre pays par nos concitoyens, dont c'est la langue maternelle. En effet, la langue des signes est nationale donc totalement différente d'un pays à l'autre. Elle est même régionale avec des variations conséquentes de plusieurs signes d'une ville à l'autre. Troisièmement,

par la langue des signes sont véhiculées l'identité et la culture sourde à travers la communauté sourde.

Au musée, Ingrid Valent (2017), a proposé d'envisager des visites en langues des signes destinées à toutes les personnes la pratiquant, c'est-à-dire aux visiteurs entendants signants et non aux seuls visiteurs sourds: se crée ainsi une "ouverture construite sur l'idée linguistique et culturelle, plus que physique". Ce qui nous paraît essentiel afin de s'imprégner de la culture sourde est d'avoir un guide sourd et non un simple traducteur, alors non sourd de naissance. Ainsi, nous pouvons également envisager des visites par niveaux de langue, afin de mêler la médiation culturelle des expôts à l'apprentissage de la LSF. Au-delà de l'apprentissage non formel d'une langue, l'acquisition de la LSF permettrait de nouer des liens devenus naturels avec nos concitoyens sourds. De plus, la LSF en visite favorise l'appréhension des explications spatialisées qui apporte réellement de nouveaux éléments de compréhension et d'interprétation (pour exemple, la visite de la compagnie Danse des Signes au musée des Abattoirs à Toulouse, qui abordait le cubisme en expliquant la déstructuration des corps, par la LSF, amplifiée par la chorégraphie de la danse). Le public universel reste ici totalement connecté aux collections muséales.

A l'issue de cette réflexion, nous pouvons élargir cette idée aux autres langues d'habitants de notre pays, dont les cultures sont méconnues voire stigmatisées. Nous pensons aux habitants des quartiers populaires ou encore aux personnes réfugiées. En Allemagne, le projet Multaka mis en place en 2015 dans les musées de Berlin, à destination des personnes réfugiées venues d'Irak et de Syrie, met en avant l'apport de la culture de leur pays d'origine (art arabe et islamique) et explique la culture de leur pays d'accueil (art chrétien, histoire allemande). Ce faisant, ils nouent un lien fort avec le musée, perçu alors comme une véritable patrie. Si ce projet vise à former des réfugiés pour devenir eux-mêmes guides de musée pour d'autres personnes réfugiées, nous percevons l'intérêt passionnant de telles visites auprès du public universel: un apprentissage linguistique et culturel mutuel, du pays de résidence vers le pays d'origine et inversement.

Apprentissage écrit

Afin de développer de nouveaux savoirs issus des fragilités, nous nous positionnons dans une réflexion à partir de dispositifs de médiation en conception universelle. Nous avons précédemment développé une "écriture inclusive" permettant de se déployer sur les cartels des musées (MOLINIER, 2021b, 2021c): elle est composée d'un titre en braille mêlé au français (grâce à la police Braille Neue, voir illustration) et d'un signe en LSF dessiné; puis elle est rédigée dans la police Luciole apportant une lisibilité optimale (conçue pour les personnes malvoyantes), et selon les

règles du Facile À Lire et à Comprendre (FALC), méthode pour simplifier l'information (conçue pour et par les personnes déficientes intellectuelles); elle est enfin complétée par des images tactiles en relief (pour les personnes déficientes visuelles).



Illustration: lettre T en braille et alphabet latin, puis superposées dans la police Braille Neue

Ainsi, tout en restant centré sur l'écrit, nous pouvons ajouter plusieurs savoirs de l'universalité, à destination du public universel.

- Apprendre un nouvel alphabet avec le braille

Au lieu de considérer le braille comme une succession mystérieuse de points, la police Braille Neue permet de donner accès à la correspondance des lettres au public voyant, en superposant les deux alphabets latin et braille. Ainsi, en mêlant les besoins du public déficient visuel braille (200 à 250 mille français) à ceux du grand public, le public universel peut apprendre à lire et à écrire avec un alphabet à points grâce au braille.

- Apprendre des signes avec les dessins de la langue des signes

La LSF est une langue et va donc au-delà d'un simple alphabet, même si un tel alphabet (dactylogique) existe pour épeler les mots nouveaux, complexes ou des noms propres. C'est pourquoi dans notre écriture inclusive, nous proposons de mettre en avant un signe de LSF relatif à l'expôt: il peut s'agir du titre ou d'un signe plus global. Par ce dessin en LSF, la langue des signes est rendue visible et donc démocratisée, tout en permettant d'éventuellement l'enrichir et la diffuser [signe en LSF locale, signe d'un mot important ou signe d'un titre d'œuvre, comme la Joconde par exemple (MOLINIER, 2021A)]. Par le dessin, le signe est mis en avant et illustré pour pouvoir être acquis et répété par tous. En plus des 80 à 100 mille sourds signants, de nombreuses personnes entendantes apprennent la langue des signes. Certains signes sont également mobilisés (ou dérivés) pour parler avec les enfants ou encore avec les personnes autistes. Dans cette capsule de LSF par un signe dessiné, nous restons au stade de l'initiation, mais cela permet déjà de spa-

tialiser l'information sans mot et de développer une nouvelle compréhension: par exemple, le signe de la Joconde reprend le positionnement des bras de Monna Lisa et pousse à observer ce détail caractéristique.

5 Conclusion: une médiation sociétale pour enrichir l'éducation non formelle

Nous le constatons, chaque fragilité peut s'envisager en termes de rencontre et d'apport collectif. Les fragilités, alors sources d'inspiration de l'universalité, seraient vectrices de nouveaux savoirs: les savoirs de l'universalité. À ce stade de notre réflexion, nous avons identifié 3 catégories d'apprentissage de nouveaux savoirs: sensoriel/mnésique, linguistique /culturel, et écrit. Pour émerger, ces savoirs de l'universalité nécessitent de véritables dispositifs de médiation en conception universelle, qui incluent d'autres moyens de communication que celui du grand public (ici pour les visiteurs sourds et les visiteurs aveugles: langue des signes, braille, audiodescription, découverte tactile, etc.) . À travers notre réflexion sur l'universalité, nous questionnons l'augmentation potentielle de l'éducation non formelle enrichie par la conception universelle. En effet, il nous semble possible d'enrichir l'éducation non formelle, au-delà du contenu scientifique du musée apporté par la médiation culturelle sur le patrimoine. Les fragilités, sources d'innovation de l'universalité, pourraient potentiellement permettre de développer de nouveaux apprentissages, des capacités, des connaissances chez le grand public. Par exemple en développant sa mémoire tactile avec des reproductions à toucher, en lisant avec un alphabet à points avec le braille, en s'ouvrant à une langue non orale avec la langue des signes... Aux savoirs du musée, des médiateurs et des publics (FRAYSSE, 2015), nous ajoutons donc l'opportunité de savoirs de l'universalité créés par l'inclusion. Cette éducation non formelle issue des publics fragilisés laisse alors entrapercevoir le supplément créé grâce à l'inclusion, ainsi que la perspective d'un grand public qui s'ouvre vers autrui, devenant public universel en incluant les fragilités comme fonctionnements.

Grâce à la conception universelle, le public universel bénéficie de propositions innovantes, gagne en confort de visite, en opportunités de développement et d'apprentissage. Par là-même, conceptualiser ce public universel permet d'envisager une "médiation sociétale", que nous définissons comme une médiation amenant à apprendre de nos concitoyens. Toute la diversité de notre société pourrait s'exprimer dans un musée devenu lieu de partage, ouvert sur la transmission et la rencontre. Car, au-delà d'une médiation jugée orthopédique (Rasse, 2000), de notre point de vue, nous situons la médiation sociétale comme un lien entre publics fragilisés et grand public, devenu ensemble public universel. Cette médiation sociétale pourrait se développer au cœur des musées et se rapprocher de l'idée de musée

participatif développée par Nina Simon (2010), comme connectant les visiteurs par leur création et le partage autour d'un contenu: l'objectif final du musée participatif étant d'aboutir à un engagement des visiteurs entre eux dans ce lieu social qu'est le musée.

Insérée dans le musée et corrélée aux collections, la médiation sociétale s'appuyant sur les savoirs de l'universalité viendrait donc rejoindre la médiation culturelle au sein de l'éducation non formelle proposée au musée. Si la médiation sociétale peut s'envisager comme une "opportunité" supplémentaire pour le public (CHAUMIER, 2017), selon nous, la collection muséale reste cependant au centre du discours. En effet, les savoirs de l'universalité restent connectés aux expôts et à leur médiation muséale: augmentant les préférences de tous les visiteurs, ils en multiplient les chemins et les voies d'accès.

Bibliographie

BARRERE, Anne; MAIRESSE, François. Introduction. *In.*: BARRERE, Anne; MAIRESSE, François (dir.). **L'inclusion sociale**: les enjeux de la culture et de l'éducation. Paris: L'Harmattan, 2015. p.7-27.

BORDEAUX, Marie-Christine; CAILLET, Élisabeth. La médiation culturelle: Pratiques et enjeux théoriques. **Culture & Musées**, Hors-série, p.139-163, 2013.

CAILLET, Élisabeth. Le rôle social du musée. *In.*: FOURES, Agnès; GRISOT, Delphine; LOCHOT, Serge (dir.). Le rôle social du musée: agir ensemble et créer des solidarités. **Les Dossiers de l'OCIM**, p.15-29, 2011.

CHAUMIER, Serge. Proposer des musées au XXI siècle a-t-il encore un sens?. **Musée du XXIe siècle**, n. 1-2 juin 2017. Genève: Musée d'Art et d'Histoire (MAH), 2017. [captation sonore en ligne] <https://www.youtube.com/watch?v=1UWi2PrYxBQ>.

DELAPORTE, Yves. **Les sourds, c'est comme ça**: ethnologie de la surdimutité. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2002.

DESJARDINS, Julie; JACOBI, Daniel. Les étiquettes dans les musées et les expositions scientifiques et techniques. **Publics et Musées**, n. 1, p. 13-32, 1992.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011.

EIDELMAN, Jacqueline (dir.). **Inventer des musées pour demain**: rapport de la Mission Musées du XXIe siècle. Paris: La documentation Française, 2017.

FRAYSSE, Patrick., 2015. **La médiation numérique du patrimoine**: quels savoirs au musée?. Distances et médiations des savoirs. Disponible sur: <http://dms.revues.org/1219>. Consultés les: 09 jul. 2021.

FRAYSSE, Patrick. Le Louvre comme macro-dispositif de médiation en réseau d'une histoire de l'art universelle. In .: AÏT-ALI, Cédric; FABRE, Isabelle (dir.). **Le dispositif en questions**: Le prisme des sciences de l'éducation et de la formation et des sciences de l'information et de la communication. Toulouse: Cépaduès, 2019. p. 155-182.

GUÉPRATTE, Juliette. Le musée du Louvre-Lens: une politique des publics bienveillante. **Espaces**, n. 318, 5 p., 2014.

JACOBI, Daniel. **Culture et éducation non formelle**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2018.

JACOBI, Daniel. **Textexpo**: produire, éditer et afficher des textes d'exposition. Dijon: Éd. de l'Office de coopération et d'information muséale (Ocim), 2016.

MEUNIER, Anik; LUCKERHOFF, Jason. Présentation de la collection Culture et publics. In.: JACOBI, Daniel (dir.). **Culture et éducation non formelle**. Québec: Presses de l'Université du Québec. p.II, 2018 [2012].

MOLINIER, Muriel, 2021a. L'inclusion pour qui? Questionner la médiation universelle au musée. dans MACZEK Ewa & MEUNIER Anik (dir.). **Des musées inclusifs**: engagements, démarches, réflexions. Dijon: EUD, Ocim . p.43-54. (Les Dossiers de l'Ocim).

MOLINIER, Muriel. **La voie de l'inclusion par la médiation au musée des beaux-arts**: des publics fragilisés au public universel. 2019. Thèse de doctorat en Sciences de l'Information et de la Communication, sous la direction d'Alain CHANTE & Patrick FRAYSSE. Montpellier: Université Paul Valéry, 2019. Disponible sur: <https://hal.archives-ouvertes.fr/tel-02893130/>. Consulté les: 09 jul. 2021.

MOLINIER, Muriel. Co-construire au musée avec l'accompagnateur du public fragilisé: une étape vers l'inclusion. In.: FRAYSSE. Patrick. **Médiations culturelles innovantes**: observations croisées dans deux musées toulousains, Les Dossiers de l'Ocim, 2021d. p. 179-196.

MOLINIER, Muriel. **Mettre en commun pour se rencontrer et inclure?** Focus sur les médiations participatives du musée Fabre et de Museomix, association

Métis. 2021e. Disponible sur : <https://www.metis-lab.com/article/mettre-en-commun-pour-se-rencontrer-et-inclure>. Consultés les 09 jul. 2021.

MOLINIER, Muriel. Un cartel, des cartels: de la vulgarisation à l'inclusion, vers une médiation universelle. *In.*: TEIXEIRA, Sidéli; SÉJALON-DELMAS, Nathalie; FRAYSSE, Patrick (dir.). **Collections scientifiques et médiations potentielles: regard croisé Toulouse (UPS)**. Salvador, Brésil: éditions EDUFBA, 2021c. [à paraître]

MOLINIER, Muriel. Un titre universel sur chaque cartel de musée. **2ème colloque Penser les catégories de pensée**, Les titres: Intituler les œuvres d'art, les biens culturels et les contenus médiatiques. Montpellier, les 16-18 juin, 2021b.

RASSE, Paul. La médiation, entre idéal théorique et application pratique. **Recherche en communication**, n. 13,p.38-61, 2000.

SIMON, Nina. **The participatory museum**. Santa Cruz, California: Museum 2.0, 2010.

UNESCO. **Principes directeurs pour l'inclusion**: assurer l'accès à l'éducation pour tous. Paris: ateliers de l'UNESCO, 2006.

VALENT, Ingrid. **La médiation culturelle pour les sourds dans le milieu muséal au Québec**. 2017 . Disponible sur: <http://journals.openedition.org/cm/2731>. Consulté les: 09 jul. 2021.

Musees de la resistance au salazarisme: patrimonialisation d'une memoire portugaise

Viviane Ramond¹, Emmanuelle Lambert²

1 Introduction

L'HISTOIRE CONTEMPORAINE DU PORTUGAL EST TRAVERSÉE PAR LA RÉSISTANCE AU salazarisme. En effet, du coup d'État de 1926 à la Révolution des œillets du 25 avril 1974, des mouvements d'opposition et de résistance s'organisent pour lutter contre la dictature imposée par Salazar. Ce nouveau régime prendra le nom d'État Nouveau à partir de 1933, date de la consécration de la nouvelle constitution antidémocratique. Cependant, en dépit de la chape de plomb qui s'abattra sur le pays, des femmes et de hommes courageux ne se résoudront pas à accepter ce système autoritaire dans lequel la police politique, s'infiltrant dans tous les secteurs de la société civile et militaire, jouera un rôle majeur dans le dispositif répressif. La période est encore sensible pour tous ceux qui ont connu l'État Nouveau, qu'il s'agisse des opposants au régime ou, beaucoup moins nombreux, de ses défenseurs.

Les deux musées qui constituent notre corpus, le *Musée d'Aljube – Résistance et Liberté* (à Lisbonne), musée municipal créé en 2015, et le *Musée national Résistance et Liberté – Forteresse de Peniche* (à Peniche), ouvert depuis avril 2019, sont représentatifs de l'histoire contemporaine du Portugal et de différentes formes de résistance au salazarisme³. Ces musées, outre leur dénomination similaire autour

1 Maître de conférences de Portugais; Centre d'études ibériques et ibéro-américaines (CEIIBA); Université Toulouse-Jean Jaurès. Contact: viviane.ramond@univ-tlse2.fr.

2 Maître de conférences en Sciences de l'information et de la communication ; Laboratoire d'études et de recherches en sciences sociales (Ierass, équipe Mics) ; Université Toulouse iii-Paul Sabatier. Contact : emmanuelle.lambert@iut-tlse3.fr.

3 Nous ne traiterons pas ici de la résistance culturelle, dont le Musée du Néo-Réalisme est devenu le symbole (inauguré en 2007 à Vila Franca de Xira, près de Lisbonne), mais sur cette question, voir : Viviane Ramond, Emmanuelle Lambert et Jean-Thierry Julia, O Neo-Realismo português : memória da resistência e museologia social/ Le Néo-réalisme portugais : mémoire de résistance et muséologie sociale, in *Médiations de l'information, démocratie et savoirs pluriels*,

de deux valeurs identitaires, ont pour particularité d'avoir été d'anciennes prisons politiques de la région de Lisbonne, et d'être emblématiques des répressions perpétrées par l'État Nouveau portugais. Ils incarnent, chacun à leur manière, un prolongement de l'histoire nationale d'une résistance politique et culturelle, et donc d'une mémoire patrimoniale.

Dans le contexte d'une "sociétalisation" croissante des musées (LE MAREC, 2007), ces institutions ont pour point commun d'être des lieux de médiation des savoirs et de la mémoire, qui attirent l'attention sur des documents, mais aussi sur des émotions et des réflexions liées à l'Histoire. Ils font ainsi écho à la "muséologie sociale" (STRANSKY, 1995) – mettant notamment le visiteur au cœur d'un processus visant à utiliser la mémoire collective et le patrimoine comme outil de travail et de développement (MAIRESSE, 2015). La dimension sociale, voire "politique" du musée – au sens noble du terme, celle d'une inscription dans la cité – ancre dès lors l'institution dans l'espace public comme "lieu où [l'on peut] prendre conscience de [son] appartenance collective" (LAMIZET, 1999).

Dans quelle mesure ces musées peuvent-ils donc s'affirmer, sinon comme porteurs de résistance, du moins comme *passseurs* d'un "immense capital de mémoire collective", pour reprendre les mots de Pierre Nora (2011), au service de savoirs partagés et d'une réflexion sur l'histoire ? Plus précisément, comment s'est construite et incarnée la résistance au salazarisme dans la société portugaise puis dans ces deux musées ?

C'est ce processus de construction patrimoniale (DAVALLON, 2006 ; RAUTENBERG, TARDY, 2013) DE la résistance que nous allons étudier. Nous examinerons tout d'abord le contexte historique et les caractéristiques du salazarisme ainsi que les principales résistances politiques de ce régime ; nous verrons ensuite comment s'élabore puis se met en scène et en récit la résistance, notamment à travers l'impact des lieux de répression, la force des documents d'archives et le pouvoir des témoignages. Enfin, nous analyserons le rôle joué aujourd'hui par ces musées dans la transmission de la mémoire et de l'histoire.

2 Contextualisation théorique et historique

L'histoire, la mémoire, et leur patrimonialisation sont étudiées en sciences humaines depuis longtemps à travers le prisme de l'histoire (Nora, Wahnich), de l'anthropologie (Fabre, Sagnes), ou des sciences de l'information et de la communication (Davallon, Rautenberg), pour ne citer que quelques disciplines.

L'histoire encore récente de la résistance au salazarisme active des mémoires individuelles autant que collectives. Cette nécessaire complémentarité, comme l'a montré le sociologue Maurice Halbwachs dans *La mémoire collective* (1950), marque l'articulation d'une mémoire qui se fait histoire lorsque la mémoire individuelle rencontre la mémoire collective, lorsque l'objectivité des événements et récits historiographiques vient compléter la subjectivité du vécu. La patrimonialisation retrace alors le processus de construction dans le temps qui s'élabore pour conserver les traces et les souvenirs du passé. Ces derniers s'incarnent notamment dans des lieux de mémoire matériels décrits par Pierre Nora (1984), lieux de conservation, de réécriture et de transmission. C'est en effet à travers la muséalisation de l'histoire, que des narrations et des mises en scènes de l'histoire et des mémoires vont être façonnées comme l'ont montré plusieurs auteurs (Lavorel, Trouche, Wahnich), que ce soit autour de la valorisation de collections dans les musées d'histoire, ou autour de divers points de vue, avec l'apparition de ces lieux que l'on nomme en France centres d'interprétation, historiques et mémoriaux (DESVALEES ET MAIRESSE, 2011). Dans le cas des deux musées étudiés, les prisons vont être sanctuarisées : de lieux de répression elles deviennent lieux de mémoire ; le processus de construction patrimoniale tel qu'il est défini par Jean Davallon, a pris du temps et a nécessité des réinterprétations et une rupture mémorielle (DAVALLON, 2006). Cette rupture est nécessaire aussi selon Michel Rautenberg : "La patrimonialisation, en faisant "revivre" l'objet sous une forme nouvelle - écrite, exposée, sanctuarisée par la protection... - marque une rupture - que nous appelons patrimoniale - dans les représentations du passé" (RAUTENBERG, 2003, p. 152). Par ailleurs, la "fabrique du patrimoine" (HEINICH, 2009) s'élabore aussi autour de l'émotion (Heinich 2013), de l'attachement (TORNATORE, 2010), ou d'une forme de *patrimonialité*, entendue comme "le rapport d'attachement des pratiquants ordinaires d'une ville avec ce qu'ils considèrent comme leur patrimoine" (WATREMEZ, 2008, p. 12) : dans le cas présent un rapport à une histoire récente et une mémoire encore vive. Nous verrons alors comment le processus de patrimonialisation intègre non seulement la volonté de conservation des traces de l'histoire et l'institutionnalisation des lieux, mais prend en compte aussi un autre rapport aux lieux par l'activation des mémoires individuelles et collectives auprès des publics.

Pour mieux appréhender cette période historique, pour comprendre les choix muséologiques de ces deux anciens lieux de répression, et saisir les processus à l'œuvre, un détour historique s'impose. La présentation des formes d'oppression du régime, et de la résistance des oppositions, permettra ainsi d'apporter des informations sur les événements qui sont à l'origine de la mémoire mobilisée.

3 Le salazarisme

Ce que l'on nomme aujourd'hui le salazarisme se caractérise par une grande concentration du pouvoir dans les mains d'un seul homme, António de Oliveira Salazar⁴, qui a su exalter les valeurs traditionnelles d'un passé mythifié, et qui a défendu avec force le colonialisme. Sa devise se résumait à trois mots : "Dieu, patrie et famille". La crainte du communisme poussa le régime de Salazar à créer une police politique qui devait neutraliser toute forme d'opposition. Les partis politiques furent interdits à l'exception de celui du pouvoir, l'Union Nationale. Le droit de réunion, de grève, la liberté d'expression, ainsi que tout contact avec des organisations syndicales étrangères furent supprimés en 1934.

L'année 1936, qui marque le début de la Guerre civile en Espagne, est cruciale dans la consolidation de l'État Nouveau : la Légion Portugaise est créée, ainsi que la Jeunesse Portugaise : deux organisations paramilitaires dont le but est de participer à la "croisade antibolcheviste" et de défendre le régime. En juin 1937, Salazar échappe à un attentat. La répression se fait plus sévère. Cette année-là, dans l'île de Santiago, au Cap-Vert, est ouvert le camp de concentration de Tarrafal, appelé "le camp de la mort lente" et qui restera en service jusqu'en 1974⁵. La propagande et la censure complètent ce dispositif répressif redoutable qui consolidera le régime au-delà de Salazar. En septembre 1968, Marcelo Caetano maintient l'essentiel de la structure de son prédécesseur. Il faudra attendre la révolution du 25 avril 1974 pour assister à la chute définitive de l'État Nouveau.

4 Les résistances politiques au salazarisme

Dans ce contexte, et pendant plus de quatre décennies, des opposants au gouvernement de Salazar ont tâché de s'organiser pour résister politiquement et culturellement. Mentionnons que ce type de pouvoir, aussi sévère soit-il envers ses adversaires politiques, engendre des dynamiques de résistance, et ces résistances, considérées comme des entraves à la loi, provoquent à leur tour une répression.

Dès les années 1930, les démocrates, le plus souvent républicains ou socialistes, encouragent des révoltes dans les grandes villes du pays. Les anarchistes de leur côté, dès les premières années de la dictature militaire, commettent des actions violentes mais désorganisées. La fin de la Deuxième Guerre mondiale⁶ et la vic-

4 La dictature militaire au pouvoir depuis 1926 plonge le pays au bord de la faillite deux ans plus tard. António de Oliveira Salazar est alors nommé ministre des finances : le succès de sa politique lui permet d'apparaître comme le "Sauveur de la Patrie". En 1932, il devient Président du Conseil des Ministres et véritable maître du pays.

5 Trente-deux personnes y perdront la vie.

6 Tout au long du conflit, le Portugal maintiendra officiellement une position de neutralité.

toire des Alliés provoquent au Portugal la création d'un mouvement d'opposition, le MUD (Mouvement d'Unité Démocratique), mais qui est très vite contrôlé, puis interdit par le pouvoir. Au cours des années 1950, les élections présidentielles suscitent des réactions d'opposition. Salazar répondra par la prison et l'exil.

Le seul groupe illégal organisé est le parti communiste. Fondé en 1921, il entre dans la clandestinité après le coup d'état militaire de 1926. En 1929, il ne compte qu'une quarantaine de militants. En 1933, il est officiellement interdit. La lutte idéologique contre l'anarchisme, ajoutée à de nombreuses arrestations, l'oblige à se restructurer dans les années 1938-40. Álvaro Cunhal en devient le chef historique.

Les socialistes s'organisent également en créant la Résistance Républicaine et Socialiste en 1953 qui deviendra en 1964 l'Action Socialiste Portugaise, à l'initiative de Mário Soares⁷ et de ses camarades.

Dans les années 1960, débute la guerre coloniale en Angola (1961), puis en Guinée-Bissau (1963) et au Mozambique (1964). En métropole, des formes de résistance et d'action violentes émergent. Au début des années 1970, des responsables de l'opposition sont emprisonnés ou forcés à l'exil⁸ ; les plus récalcitrants sont envoyés dans les colonies. Durant l'été 1973 des officiers constituent dans la clandestinité le "Mouvement des Capitaines" ; ils s'organisent pour formuler des revendications d'abord strictement professionnelles et corporatistes, mais qui poseront la question du maintien de la dictature. Les échecs de la guerre coloniale et la frustration sociale de ces "cadres moyens" de l'armée vont provoquer la naissance du MFA (Mouvement des Forces Armées), le grand acteur de la Révolution du 25 avril 1974 dont le programme se résume à trois D : Démocratiser, Développer et Décoloniser.

Le 25 avril, à minuit 20, le signal des opérations militaires est donné avec la chanson *Grândola Vila Morena*. Les Forces Armées déclenchent des opérations en plusieurs points du pays et en quelques heures mettent fin à 48 ans de dictature.

5 Enfermement et délivrance: de la prison au musée

La répression sous l'État Nouveau finit par céder la place à la liberté et à la vie démocratique. Ce processus, de l'enfermement dans les prisons à l'ouverture de musées, va aboutir à la libération des individus et des lieux.

5.1 La culture du secret : l'enfermement pour mater la résistance

En 1933, la première police politique est créée à Lisbonne : la PVDE (*Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado*) : elle dépend directement du Président du

7 Mário Soares sera Président de la République portugaise de 1986 à 1996.

8 Ce sera le cas de Mário Soares qui sera contraint à quitter le pays et se réfugiera en France.

Conseil, Oliveira Salazar, et a en charge la surveillance des frontières, le contrôle de l'émigration et la sureté de l'État. Sa mission consiste surtout à maintenir l'ordre et à réprimer toute forme d'opposition. Pour ce faire elle a besoin d'un système efficace d'informations dans tous les domaines. À la fin de la Deuxième guerre mondiale, elle est remplacée par la PIDE (*Polícia Internacional e de Defesa do Estado*) qui provoque une véritable terreur au Portugal car elle peut arrêter, emprisonner, garder ses victimes au secret sans le moindre procès et sans même des chefs d'accusation bien précis. La torture est sa spécialité et les communistes sa cible privilégiée. Tous les abus sont permis : violation de domicile et de correspondance, écoutes téléphoniques, etc... Le réseau de la PIDE recouvre l'ensemble du pays grâce aux indicateurs ("os bufos").

Dans les années 1960, elle se modernise et s'étend aux colonies : les informateurs interviennent en ville comme à la campagne, ils appartiennent à toutes les couches de la société portugaise. Le siège tristement célèbre de la PIDE se trouvait au cœur de la capitale : deux grandes salles étaient occupées par le "fichier général" et les " tiroirs " des armoires métalliques où étaient conservés plus de trois millions de fiches, qui correspondaient à plus d'un million d'individus, sur huit millions et demi d'habitants !

En novembre 1969, Marcelo Caetano remplace le nom de la PIDE par la DGS (Direction Générale de Sécurité), mais rien ne change fondamentalement. Les interrogatoires au siège de la PIDE étaient violents (chantage, supplice de la "statue", chocs électriques) et conduisaient souvent à l'incarcération. Les informations soustrées permettaient de contrôler la population, mais le plus important était ailleurs : il s'agissait de détruire des personnalités et d'entretenir un climat de terreur grâce aux témoignages de ceux qui avaient "parlé".

5.2 L'impact des lieux transformés : des musées à la mémoire du passé

La police politique travaillait avec les prisons dont certaines étaient réservées aux prisonniers politiques. On en comptait trois dans la région de Lisbonne⁹ : la prison de Caxias¹⁰, à une quinzaine de kilomètres à l'ouest de la capitale; la prison d'Aljube, au centre de la cité ; et celle de Peniche, dans la ville maritime du même nom. Pour le régime, il était important de construire un système spécifique et diffé-

9 Il y avait aussi la prison de la PVDE à Porto.

10 Entre Lisbonne et Cascais, la prison de Caxias servit de prison politique à partir de 1936 pour enfermer les militants essentiellement communistes et socialistes. Après le 25 avril 1974, les prisonniers furent libérés et la prison servit à enfermer les opposants à la révolution. Aujourd'hui c'est une Maison d'arrêt, classée hôpital-prison, toujours en activité.

rent de celui du crime de droit commun. Les deux dernières prisons, retenues pour notre analyse, sont à présent des musées sur l'histoire de la répression politique pendant l'État Nouveau et sur la mémoire de la résistance.

Pour cette étude de cas, notre approche méthodologique s'est fondée sur de nombreuses recherches bibliographiques et documentaires en amont, puis sur l'analyse des discours développés sur un ensemble de ressources disponibles en ligne (livres, catalogues, sites web, articles de presse). Enfin, à partir d'observations de terrain et de relevés photographiques, nous avons procédé à une analyse sémiopragmatique des objets exposés et des dispositifs de médiation présents dans ces deux musées.

5.3 La prison d'Aljube devenue Musée d'Aljube – Résistance et Liberté

Située près de la cathédrale, Aljube – dont le nom d'origine arabe "al-jubb" signifie "puit sans eau", "oubliette", "cachot" – fut une prison dès sa création : prison ecclésiastique jusqu'au début du XIX^e siècle, elle fut transformée en centre de détention pour femmes, de 1822 à la fin des années 1920. C'est sous la dictature, de 1928 à 1965, qu'elle devint un centre de détention provisoire, "plaque tournante" des prisonniers politiques qui y étaient enfermés avant ou après les interrogatoires de la PIDE et qui, le plus souvent, attendaient d'être envoyés dans d'autres prisons, en métropole ou dans les colonies. Au fur et à mesure que l'État Nouveau se consolida, la prison d'Aljube perfectionna ses méthodes et isola les prisonniers dans les tristement célèbres "curros"¹¹, ces cachots de deux mètres sur un mètre cinquante, situés au troisième étage de la prison. Plus de 30 000 prisonniers séjournèrent à Aljube dont de nombreuses personnalités politiques et culturelles (Álvaro Cunhal, Mário Soares). Les installations finirent par être obsolètes, et la propre police demanda sa fermeture, au profit de prisons plus modernes, comme celle de Peniche ou de Caxias.

Le 25 avril 2015, le maire de Lisbonne a inauguré le *Musée d'Aljube – Résistance et Liberté* pour les commémorations des 40 ans de la révolution du 25 avril. Sa rénovation offre aujourd'hui une muséographie contemporaine, à l'image de nombre de musées d'histoire européens. Concernant l'exposition permanente, les visiteurs peuvent découvrir, sur trois niveaux, l'histoire de l'édifice, l'ascension et la chute des fascismes européens, la doctrine du régime salazariste (photos et documents au-

11 Les spécialistes mentionnent le chiffre de 12000 prisonniers politiques qui auraient séjournés dans ces cachots, de quelques jours à plusieurs mois. Sur la question, voir la visite guidée du Musée d'Aljube par le professeur António Costa Pinto, en ligne : <https://www.youtube.com/watch?v=Qbs923UjWlw>, consulté le 21 février 2020.

diovisuels à l'appui), les processus d'identification des prisonniers, les interrogatoires et les instruments de torture, ainsi que l'importance de la presse clandestine et des modes d'organisation de la résistance antifasciste. La muséographie reconstitue des cellules disciplinaires d'isolement, des "cachots" construits au début des années 40 ; les images et les objets exposés montrent ce qu'était un prisonnier politique, les formes de résistance et de lutte qui existaient dans le pays.

5.4 La Forteresse de Peniche devenue Musée national Résistance et Liberté

À une centaine de kilomètres au nord de la capitale, la forteresse de Peniche eut plusieurs utilisations : édifiée au XVI^e siècle dans un but militaire défensif, elle logea au début du XX^e siècle les *Boers* de retour du Mozambique¹², puis des prisonniers allemands pendant la Première Guerre mondiale. Sous l'État Nouveau elle servit de prison politique de haute sécurité. Nul ne semblait pouvoir s'enfuir, pourtant Álvaro Cunhal et une dizaine de ses camarades communistes parvinrent à s'évader de façon spectaculaire. Au matin du 27 avril 1974, tous les prisonniers furent libérés.

La prison est ensuite devenue un musée municipal, désigné comme le *Musée de la République et de la Liberté*, qui accueillit des collections d'archéologie et d'artisanat local (dentelles aux fuseaux). Fermé en novembre 2017 pour des travaux de restauration, il a été inauguré et rebaptisé musée national le 27 avril 2019. Cependant, ce lieu récemment ouvert est encore en (re)construction : certains bâtiments ont été rénovés, d'autres sont encore "en l'état" ou fermés au public. Le projet à terme serait de préserver et d'exposer conjointement le patrimoine de la forteresse, des vestiges archéologiques, et la mémoire de la prison politique.

Cette transformation des lieux de répression des idées en lieux de culture et d'ouverture d'esprit traduit un changement de paradigme, où "l'institutionnalisation des lieux de mémoire de la dictature est une stratégie politique et pédagogique fondamentale. Il s'agit de transformer les anciens espaces clandestins de pratiques de torture et de souffrance en centres de cultures, musées, etc." (THIESEN, 2019, p. 26).

6 Presence de la resistance, persistance de la memoire, transmission de l'histoire

Les prisons devenues musées ont changé de fonction, réelle et symbolique ; elles ont acquis le statut de lieux patrimoniaux, de lieu-témoin, et tentent aujourd'hui de préserver et de transmettre une histoire, des savoirs et des mémoires, sur la résistance au salazarisme.

12 Entre 1901 et 1902 (année de la victoire des Anglais en Afrique du Sud), des réfugiés *Boers* furent accueillis à Peniche, <https://www.publico.pt/2015/06/03/portugal/noticia/quando-caldas-da-rainha-acolheu-os-refugiados-boeres-1697726>, consulté le 17 mars 2020.

6.1 La force des archives et des témoignages

Les deux musées ont en commun un projet ambitieux incarné par des valeurs sur l'histoire de la résistance et la défense des libertés : en 2017, le projet de rénovation de Peniche, selon le Ministre de la Culture, portait sur "la conservation du monument, en lien avec la forteresse du XVI^e siècle et avec la mémoire de la résistance contre le fascisme et la lutte pour la liberté"¹³ ; tandis que celui d'Aljube est "consacré à la mémoire du combat à la dictature et à celle de la résistance pour la liberté et la démocratie"¹⁴. Les lieux sont avant tout les vestiges d'un patrimoine matériel et mémoriel. Dans les musées d'histoire, le récit et l'écriture expographique passent ainsi essentiellement par la mise en scène de matériaux et de traces historiques, par l'exposition de documents et d'archives, qui traduisent une certaine recherche d'objectivité au service d'un projet ou d'un propos muséographique. Ici, une documentation variée est exposée, parfois jusqu'à couvrir les murs entiers d'une pièce : écrits, affiches, photos, vidéos, archives historiques et archives de presse, etc., pour représenter la résistance dans toutes ses dimensions, notamment par des archives d'opposants (fiche de prisonniers, lettres, comptes rendus, récits écrits et oraux, dessins). À Aljube, le Centre de documentation contient des archives sur les moyens d'oppression et de répression de cette période, mais aussi sur les mouvements de résistance, de propagande clandestine et sur les diverses formes d'expression antifasciste. Cette documentation "sensible", à l'image de celle analysée par Icléia Thiesen (2016) dans les archives sensibles de la dictature au Brésil, est devenue accessible au public.

La présence de la résistance s'affirme par ailleurs à travers des témoignages, donnant un regard plus subjectif et plus incarné sur l'histoire. Dès l'entrée de la Forteresse de Péniche, une plaque commémorative rend hommage "aux résistants antifascistes", puis dans la vaste cour intérieure cette incarnation se traduit par un monument en fer sur lequel sont gravés les noms des 2510 opposants politiques qui furent détenus¹⁵.

Outre la dimension testimoniale des archives, le témoignage peut notamment être incarné par des témoins encore vivants, détenteurs d'une mémoire. C'est le cas de près de 40 prisonniers politiques qui ont participé à la réalisation de l'exposition

13 Cité par Isabel Salema, *Público*, 17 avril 2017, en ligne : <https://www.publico.pt/2017/04/17/culturaipilon/noticia/peniche-1769008>, consulté le 8 mars 2020.

14 João Carlos, *Deutsche Welle Notícias Internacional*, 5 août 2015, en ligne : <https://www.dw.com/pt-002/primeira-exposi%C3%A7%C3%A3o-permanente-dedicada-aos-movimentos-deliberta%C3%A7%C3%A3o-em-lisboa/a-18630730>, consulté le 10 mars 2020.

15 Ce monument pourra d'ailleurs être actualisé en fonction des découvertes ultérieures qui seront faites dans les archives encore non exploitées.

permanente du musée d'Aljube. "L'Histoire d'un pays est aussi faite de la mémoire et des gens", comme le dit Ana Maria, fille d'un ancien prisonnier politique qui accompagne son père lors de la visite au Musée de la Résistance et de la Liberté¹⁶. La résistance s'exprime en effet par des témoignages et des mémoires – individuelles et collectives – mais entre les mémoires des témoins et la construction d'une histoire officielle de la résistance, notamment par les historiens sollicités pour participer à l'élaboration de ces musées, les représentations se recomposent parfois dans les mises en exposition de ces points de vue. Soulignons que certains historiens contemporains ont été incarcérés dans ces prisons, et qu'ils portent donc ici une double parole, d'expert et de témoin, ce qui confère une double légitimité à leur discours. Grâce aux paroles de résistants, ces musées croisent le patrimoine avec le social et le populaire, et s'inscrivent dans les réflexions actuelles sur la muséologie testimoniale (Tardy, Dodebei, 2015).

L'institution propose ainsi une historiographie qui intègre le témoignage comme source au même titre que les archives ; et il est alors question "au-delà de la mémoire et de l'histoire, des valeurs que les résistants portent en eux, et une promesse de les transmettre est réitérée par le musée aux derniers représentants directs de ces valeurs lors de ce processus d'actualisation." (LAVOREL, 2014, p. 185).

6.2 La transmission de l'histoire et de la mémoire sur la résistance

La transmission est, de fait, inhérente à la patrimonialisation selon Davallon, pour qui "la mise en mémoire ou la mise en patrimoine est à considérer comme une opération de production d'événements, de pratiques ou de dispositifs culturels singuliers permettant la transmission dans le temps d'objets et/ou de pratiques accompagnés de leurs significations sociales, autrement dit de savoirs, d'expériences et de valeurs." (DAVALLON, 2015, p. 10-11). La force du témoignage réside précisément en cela : issu d'une expérience humaine singulière, les discours des témoins sont au service de la transmission d'une mémoire, voire d'une médiation de l'histoire. Ici, la dimension sensible du témoignage peut venir accompagner la médiation d'une histoire difficile, dans la mesure où nous pouvons qualifier ces passés et ces lieux "de sensibles, tant par l'événement auquel ils se réfèrent, impliquant une rupture symbolique, temporelle et relationnelle, que par les différentes expériences mémorielles auxquelles ils renvoient." (LAVOREL, 2014, p. 190).

De plus, les scénographies des différents expôts (témoignages, archives et objets) des deux musées, bien que différentes, ont des similarités : lumière plutôt tamisée, omniprésence des panneaux et textes explicatifs, des images et autres documents,

¹⁶ Cité par João Carlos, *op. cit.*

construction d'une narration et d'un parcours qui guide le visiteur. Ce dernier est accompagné dans une démarche pédagogique, et de nombreuses explications lui sont proposées, car il s'agit "non seulement de transmettre de telles réalités (des objets matériels), mais aussi les significations qui leur sont attachées" (DAVALLON, 2015). Nous retrouvons dans ces musées la même rhétorique expographique que celle observée dans des mémoriaux français de l'histoire des guerres (TROUCHE, LAMBERT, 2010) : une écriture de l'exposition fondée sur la trace liée aux résurgences du passé ; une dimension fictionnelle traduite par le principe de l'installation pour créer une incarnation de l'histoire ; et enfin, la reconstitution qui implique le visiteur, dans une approche expérientielle. Ces axes marquent la permanence d'une grammaire dans la mise en récit de l'histoire ; en témoignent notamment la prégnance des archives (documents réels ou fac-similés) et des photographies, l'installation d'objets et la reconstitution (liées à la répression et au quotidien des résistants). Pour cette dernière, deux exemples à Aljube sont marquants : les étagères remplies de dossiers et les casiers symbolisant les archives et la surveillance de la PIDE ; et les scènes reconstituées avec une incarnation symbolique des résistants par un moulage sculptural (blanc, à échelle humaine, dans plusieurs postures, tel un groupe de résistants, ou un détenu assis sur la paillasse de sa cellule). Nous pouvons ainsi convenir, avec Marie-Sylvie Poli, que quels que soient les médias utilisés "les musées d'Histoire ont de plus en plus recours à une rhétorique dramaturgique pour susciter l'émotion du visiteur"¹⁷. Il s'agit de créer un trouble ou d'impressionner le visiteur, mais la différence essentielle se situe dans le caractère plus ou moins indicel des lieux : à Aljube la rénovation intérieure a effacé presque toutes les traces du passé ; tandis qu'à Peniche au contraire, où la muséographie est plus épurée, la dimension dramatique est renforcée par les signes du temps visibles sur l'architecture, si bien que "l'émotion apparaît ainsi, pourrait-on dire, comme la preuve du patrimoine" (HEINICH, 2013, p. 195). Mentionnons aussi la dimension symbolique des mises en scène qui participe à la médiation : à Aljube par exemple la torture est évoquée métaphoriquement sur un panneau par une silhouette et la liste des séquelles sur chaque partie du corps, ou par une colonne de cylindres avec des extraits de témoignages ; et par ailleurs en fin de parcours de visite, un mur couvert d'œillets en tissu rouge, symbolise la révolution. Peu de dispositifs et d'outils de médiation sont mobilisés, outre les classiques supports scripto-visuels ; et notons un effet de densité, voire de saturation de l'écrit (textes en portugais et anglais), présent sur tout le parcours et dans les escaliers (poèmes et citations).

17 Julie Deramond, entretien avec Marie-Sylvie Poli, "La médiation numérique au musée d'Histoire, entre efficacité cognitive et saturation attentionnelle", *Comèn Histoire*, 12.03.2018, en ligne : <https://cehistoire.hypotheses.org/1236>, consulté le 16 mars 2020.

La muséographie et la scénographie jouent donc un rôle évident dans la construction et la transmission d'un discours sur l'histoire, Sophie Wahnich affirmant même que "c'est par cette spatialisation qui rapproche le musée de l'histoire de l'installation artistique que l'écriture de l'histoire devient une écriture de la présence et conjointement une écriture politique" (WAHNICH, 2003, p. 184). Le projet scientifique, voire politique, de Peniche entend ainsi s'affirmer "comme un témoignage vivant de la répression dans les prisons du régime fasciste, mais aussi de la lutte pour la liberté et la démocratie", et qui permet "surtout à la nouvelle génération un contact direct, orienté pédagogiquement, avec ces réalités et ces mémoires"¹⁸.

De ce point de vue, la transmission de l'histoire passe aussi par l'organisation d'expositions temporaires et d'événements (colloques et débats) susceptibles de réactiver des pans ou des thèmes liés à cette histoire de la résistance. La médiation entend jouer un rôle pédagogique, social, voire sociétal. À Aljube, le service éducatif développe des actions sur la mémoire et la citoyenneté démocratique auprès des publics scolaires, avec le programme d'activités créatives "*Descola*", ou le "laboratoire d'histoires" (*laboratório de histórias*) ; ou encore avec du théâtre, du cinéma ou des concours de contes.

Investis d'une dimension symbolique, ces lieux souhaitent donc participer à la transmission et à la construction de l'identité collective des Portugais. Comme son nom l'indique, le musée d'Aljube se définit comme celui de la Résistance et de la Liberté ; son ambition va au-delà d'un musée d'histoire du salazarisme car il entend porter la mémoire des diverses oppressions, mais aussi des résistances et des conquêtes de liberté qui font l'histoire du pays. Dans le catalogue, il est précisé que le musée aspire "à ramer à contre-courant de l'oubli organisé par les idéologies dominantes dans les sociétés contemporaines" et "à restituer la mémoire collective à la citoyenneté, dans sa pluralité".

La tendance actuelle en muséologie qui s'intéresse à la multiplication des points de vue, autrement dit à la "polyphonie des interprétations, [au] partage des savoirs" (GELLEREAU, 2017, p. 236), est à l'œuvre ici, notamment à propos de la décolonisation, comme le souligne Luis Farinha, le directeur du musée : "Nous cherchons à voir la lutte anticoloniale du point de vue des mouvements de décolonisation et de libération"¹⁹. Partager une pluralité de mémoires et de savoirs peut aider la construction sociale de nouvelles pratiques face à l'histoire, car "il ne s'agit pas seulement de réhabiliter des mémoires ou de faire découvrir des pratiques mais de travailler à ce que la manière savante ou sensible, individuelle ou collective de les

18 Cité par Isabel Salema, *op. cit.*

19 João Carlos, *op. cit.*

appréhender donne accès à de nouvelles ressources d'interprétation et d'action." (GELLEREAU, 2017, p. 237). Selon l'historienne portugaise Irene Pimentel, "les lieux sont très importants parce que c'est ce qui nous donne une référence par rapport à notre passé"²⁰. Patrimonialisés, ils deviennent ici "lieux de mémoire" (NORA, 1984) dans la mesure où "un objet devient lieu de mémoire quand il échappe à l'oubli, par exemple avec l'apposition de plaques commémoratives, et quand une collectivité le réinvestit de son affect et de ses émotions" (NORA, 1984, p. xvii).

Comment alors désigner ces espaces : mémorial, musée, centre de mémoire, etc.? Plusieurs termes sont utilisés pour définir ces lieux de la répression à sauvegarder contre l'oubli. La forteresse-prison devenant un musée à Peniche est désignée, y compris par la presse, comme "un mémorial en hommage aux prisonniers politiques de la dictature de Salazar"²¹, ou "un mémorial qui rend hommage aux prisonniers politiques du salazarisme"²². Outre le monument érigé en mémorial, le site, qui se définit lui-même comme un musée, comprend aussi des bâtiments accessibles, tels le symbolique "parloir", le fort circulaire (fortim redondo), et la chapelle de Santa Barbara. Quant au musée d'Aljube, il se présente sur les supports de communication comme un site patrimonialisé et un musée d'histoire²³.

Ces musées s'apparentent-ils davantage à des lieux de mémoire du salazarisme et de la résistance ou à des musées d'histoire ? Les centres d'interprétation dit "de mémoire" se définissent souvent, selon Daniel Jacobi, par l'objectif engagé de "faire découvrir et goûter un patrimoine, mais au-delà de rendre conscient le visiteur de son importance ou des menaces qui pèsent sur sa survie de telle sorte qu'il en devienne à son tour le défenseur et le propagandiste"²⁴. Nous pouvons dire que les cas étudiés souhaitent éveiller les consciences des visiteurs sur la dictature et la résistance, bien que la dimension d'engagement politique liée à la notion d'interprétation ne soit pas prédominante. Ces musées se rapprochent davantage de la vision traditionnelle du musée dont l'intention est de favoriser l'appropriation de

20 Cité par Nuno Ribeiro, *Público*, 25 avril 2017, en ligne : <https://www.publico.pt/2017/04/25/politica/noticia/memoria-para-que-te-queremos-1769871>, consulté le 19 mars 2020.

21 <http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/pt/imprensa/portugal-inaugura-memorial-em-homenagem-aos-presos-politicos-da-ditadura-de-salazar/>.

22 Plateforme de journalistes du *Rio Grande do Sul*, 25 avril 2019, en ligne : <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2019/04/portugal-celebra-45-anos-do-fim-da-ditadura-com-memorial-sobre-presos-cjuws3rmdoorto1me3eabxe46.html>, consulté le 17 mars 2020.

23 <https://www.museudoaljube.pt>.

24 Julie Deramond, entretien avec Daniel Jacobi, "De la vulgarisation à l'interprétation de l'histoire", *Comèn Histoire*, 9. 01. 2019, en ligne : <https://cehistoire.hypotheses.org/category/les-dialogues-de-comen-histoire/daniel-jacobi>, consulté le 16 mars 2020.

messages ou de savoirs historiques. En outre, à la différence des centres de mémoire ou d'interprétation, ces musées gèrent des collections.

En termes de contenus et de messages, un équilibre semble exister entre la place accordée à la mémoire de la résistance et la mise en récit de l'histoire de cette période. Nous pouvons convenir, avec Marie Lavorel, que le temps du patrimoine fait coexister le temps de la mémoire et le temps de l'histoire, et que "nous ne voyons pas la patrimonialisation uniquement comme une entreprise de conservation vouée à une seule commémoration, mais plutôt comme un processus symbolique qui participe à historiciser la mémoire" (LAVOREL, 2014, p. 193), celle du salazarisme comme celle de la résistance.

7 Conclusion

"Sans mémoire il n'y a pas d'avenir", tel est le credo du musée d'Aljube²⁵, à l'image de nombre de musées de mémoire ou d'histoire dans le monde. Mais quelle mise en mémoire et quel rapport à l'histoire s'agit-il de construire pour l'avenir ? Selon Cécile Tardy et Vera Dodebei, le terme brésilien de *memoração*, qui peut se traduire par "mémoration" s'articule à la patrimonialisation, car il exprime qu'une "mémoire sociale n'est pas abordée comme un simple fait social mais comme un processus qui s'analyse à partir du rapport de la société au temps, à l'espace, au langage, à la création." (TARDY, DODEBEI, 2015). La transmission de ce patrimoine mémoriel portugais est ainsi un processus de mise en mémoire et de remémoration. Les musées étudiés incarnent donc tout à fait le lien réciproque entre le devenir patrimonial d'anciennes prisons et la mémoire sociale de la résistance, dans une double problématique : "d'une part, comment la mémoire peut devenir du patrimoine, autrement dit quelle est la place de la mémoire dans la patrimonialisation, d'autre part, comment le patrimoine nécessite une mise en mémoire pour exister et se transmettre." (*idem*).

Plus largement, la transmission de la mémoire et de l'histoire de la résistance passe par le tourisme de mémoire, qui s'est développé depuis les années 2000, et que l'on peut définir comme "toute pratique de valorisation et de fréquentation de sites associés aux guerres, violences ou passés traumatiques" (HERTZOG, 2013, p. 53). A l'heure où se développe le *dark tourism* ou "tourisme macabre"²⁶, la vigilance en matière de mise en mémoire de l'histoire est nécessaire, si l'on en croit la polémi-

25 Voir la visite guidée du musée: <https://www.youtube.com/watch?v=Qbs923UjWlw>.

26 Le tourisme macabre est la tendance morbide à visiter des lieux associés à la mort, à la catastrophe, ou à la guerre, et où se sont produits des événements macabres plus ou moins effrayants.

que sur l'hypothèse ou l'opportunité d'ouvrir un musée à la mémoire de Salazar. En effet, à l'instar de la réflexion menée depuis 2016 en Italie sur la création d'un musée du fascisme²⁷, la création d'un musée sur Salazar au Portugal soulève des réactions : les résistances sont ravivées, les débats engagés s'expriment, et la question du rôle du musée dans la société se pose aussi de façon renouvelée, face à la mise en spectacle de l'histoire et à la propagande politique. Cependant, des exemples tels que le Centre de documentation sur le nazisme ouvert en 2015 à Munich, ou l'ancien siège de la Gestapo et des SS à Berlin transformé en centre de documentation et inauguré en 2010²⁸, montrent qu'un tourisme de connaissances et de mémoire peut exister au-delà d'un tourisme de seule propagande.

Grâce à leur projet muséographique et social, par le biais de la mise en scène de leurs collections, par la mobilisation des témoignages et le partage des savoirs, ou encore par leur dimension patrimoniale et éducative, les musées que nous venons d'étudier croisent les approches des lieux de mémoires avec celles des musées d'histoire : ils sont centrés sur le présent et le devoir de mémoire, mais aussi préoccupés par la préservation d'un patrimoine passé et la préparation des citoyens de demain. Dans ces musées, la transmission de l'histoire du Portugal, et notamment de l'histoire de la résistance au salazarisme, peut donc être un rempart, sinon contre la barbarie du moins contre l'oubli, pour amener les Portugais, et plus largement les visiteurs, à s'interroger sur l'histoire du pays et à se réapproprier le passé. L'histoire de la résistance est aussi une histoire de résilience.

Bibliographie

DAVALLON, Jean. Mémoire et patrimoine, pour une approche des régimes de patrimonialisation. In: TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera (dir.) **Mémoire et Nouveaux Patrimoines**. Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponible en: <http://books.openedition.org/oep/866>. Consulté les: 28 mar. 2020.

DAVALLON, Jean.. **Le Don du patrimoine**: une approche communicationnelle de la patrimonialisation. Paris: Hermès Science-Lavoisier, 2006.

DESVALÉES, André; MAIRESSE, François. **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris, Armand Collin, 2011.

27 Voir Sabrina Loriga, "L'Italie aux prises avec ses vieux démons fascistes", *The conversation*, 27 juillet 2017, en ligne : <https://theconversation.com/litalie-aux-prises-avec-ses-vieux-demons-fascistes-81078>, consulté le 17 mars 2020.

28 Ce centre de documentation abrite aujourd'hui le musée *Topographie des terreurs*.

GELLEREAU, Michèle (dir.). **Témoignages et médiations des objets de guerre en musée**. Presses Universitaires du Septentrion, 2017.

HEINICH, Nathalie. Esquisse d'une typologie des émotions patrimoniales. *In: Émotions patrimoniales*. FABRE, Daniel (dir.). Paris: Éd. de la Maison des sciences de l'homme (Ethnologie de la France), 2013. p. 195-210.

HERTZOG, Anne. Quand le tourisme de mémoire bouleverse le travail de mémoire. *Espaces*, n. 313, p. 52-61, 2013.

LAMIZET, Bernard. **La Médiation culturelle**. Paris: L'Harmattan, 1999.

LAVOREL, Marie. **Patrimonialiser les mémoires sensibles: Héritage culturel et muséologie**. 2014. Thèse de doctorat: Sciences de l'information et de la communication/Muséologie: Université d'Avignon et des pays de Vaucluse/ Université du Québec à Montréal, 2014. Disponible en: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01168604/document>. Consulté les: 28 mars 2020.

LE MAREC, Joëlle (dir.). Évolution des rapports entre science et société au musée. **Culture & Musée**, n. 10, 2007.

MAIRESSE, François. La muséologie à la croisée des chemins. **Complutum**, v. 26, n. 2, p. 29-37, 2015.

MUSEU do Aljube, resistência e Liberdade. 2. ed. Lisboa: Câmara Municipal EGEAC, 2016.

MUSEU Nacional Resistência e Liberdade. Por teu livre Pensamento, Fortaleza de Peniche, 2019.

NORA, Pierre. Préface. *In: NORA, Pierre. Les Lieux de mémoire : La République*. Paris: Gallimard, 1984.

NORA, Pierre. **Présent, nation, mémoire**. Paris: Gallimard, 2011.

PIMENTEL, Flunser Irene. **O Caso da PIDE/DGS: foram julgados os principais agentes da Ditadura portuguesa?** Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2017.

RAUTENBERG, Michel; TARDY Cécile. Patrimoines culturels et naturels: analyse des patrimonialisations. **Culture & Musées**, hors série, p. 115-138, 2013.

STRANSKY, Zbynek. **Muséologie: introduction aux études**. Brno: Éd. Université Masaryk, 1995.

TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera (dir.). **Mémoire et Nouveaux Patrimoines**. Marseille: Open Edition Press, 2015. Disponible en: [http:// books.openedition.org/oepe/411](http://books.openedition.org/oepe/411). Consulté les: 28 mar. 2020.

THIESEN, Icléia. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. Especial, Belo Horizonte, jan./mar., 2019. Disponible en: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141399362019000600006&script=sci_arttext&tlng=pt. Consulté les: 28 mars 2020.

TROUCHE, Dominique; LAMBERT, Emmanuelle. La convocation des corps dans les expographies des musées de l'histoire des guerres. **Culture & Musées**, n. 14, p. 127-145, 2010.

WAHNICH, Sophie (dir.). **Fictions d'Europe**: La guerre au musée. Paris: Éditions des archives contemporaines, 2003.

WATREMEZ, Anne. Vivre le patrimoine urbain au quotidien: pour une approche de la patrimonialité. **Culture & Musées**, n. 11, p. 11-36, 2008.

Exposer la diète méditerranéenne: la place de la culture matérielle dans un projet pédagogique de conception d'exposition

Julie Deramond¹, Nolwenn Pianezza²

1 Introduction

L'ALIMENTATION EST DEVENUE UN THÈME DE RECHERCHE INCONTOURNABLE POUR de nombreux chercheurs qui explorent les relations humaines dans la société actuelle, ainsi que pour les médias et les institutions culturelles. De nombreux musées – de sciences, d'art ou d'ethnologie – s'intéressent de près aux questions alimentaires (LEVENT ; MIHALACHE, 2016). Le Musée de l'Homme, par exemple, a proposé en 2019-2020 une exposition intitulée “ *Je mange donc je suis*”³ à Paris. Le Musée des civilisations européennes et méditerranéennes (Mucem) de Marseille a ouvert, en mai 2021, sous le commissariat d'Edouard de Laubrie, une exposition semi-permanente consacrée à la diète méditerranéenne en particulier. Bien que formellement articulée en tant que concept par le physiologiste américain Ancel Keys dans les années 1950, la diète méditerranéenne n'a pas suscité un intérêt considérable et généralisé avant les années 1990. Elle a été inscrite sur la liste représentative du patrimoine immatériel de l'Unesco en 2010 - élargie en 2013 (MARQUES DA SILVA, 2015; MEDINA, 2009). Elle est particulièrement intéressante, parce qu'elle permet de questionner l'alimentation et ses enjeux en et autour de la Méditerranée aujourd'hui.

Cet article appréhende l'exposition de la diète méditerranéenne par le biais d'un projet pédagogique⁴. En 2018-2019, l'Université d'Avignon s'est en effet associée au

1 Doutora em História Contemporânea. Avignon Université. Contato: julie.deramond@univ-avignon.fr.

2 Professora da Avignon Université. Contato: nolwenn.pianezza@univ-avignon.fr.

3 Cf. <http://www.museedelhomme.fr/en/exhibitions/exhibitions-galerie-lhomme/i-eat-therefore-i-am-3971>.

4 Ce projet pédagogique précède un projet scientifique financé par Avignon Université, porté par une équipe de chercheurs du *Centre Norbert Elias* (J. Deramond, B. Juanals, P. Hert, V. Siniscalchi, E. Triquet), avec S. Hamzaoui et E. de Laubrie. Il s'est intéressé aux discours sur la diète

Mucem afin de permettre aux étudiants inscrits dans le Master *Culture & Communication*, parcours *Médiations, Musées et Patrimoines*⁵ de s'initier à la conception d'exposition en proposant leur propre parcours pour la future exposition du Mucem. Une exposition sur l'alimentation constitue en effet un excellent terrain de jeu pour les étudiants en muséologie. Comme l'explique Martin R. Schärer (2009, p. 116), "la nourriture se prête extrêmement bien à la réflexion théorique, étant donné qu'elle est universelle mais qu'elle touche aussi à la vie quotidienne, publique et privée, de chacun d'entre nous. Pour cette raison, c'est aussi un excellent outil pour faire passer des messages muséologiques, relatifs à la relation homme/objet, ou au rôle de l'artefact dans l'exposition". C'est par le prisme de la culture matérielle, considérée comme "un processus par lequel nous tentons de voir à travers les objets (et non les objets eux-mêmes) la signification culturelle qu'ils révèlent ou qu'ils peuvent médiatiser" (SCHLERETH, 1993 apud JULIEN ET ROSSELIN, 2005, p. 65), que nous allons aborder les projets étudiants et l'exposition du Mucem.

En nous appuyant sur l'analyse des productions des étudiants, nous souhaitons ainsi nous interroger sur la place, la fonction et la signification de l'artefact dans les expositions alimentaires. Dans ce type de débats scientifiques, deux positions sont généralement présentées comme opposées l'une à l'autre, comme le résume Marc Grodwohl (2009, p. 134): "La scénographie de l'alimentation consiste-t-elle à placer l'alimentation au centre du discours du musée et, ce faisant, à traiter les artefacts comme une simple illustration du contenu et de la narration?" Ou bien les artefacts sont-ils la préoccupation première des professionnels du musée, en vertu de leur ancien usage social et de leur valeur de représentation? Dans ce cas, la scénographie de l'alimentation risque de devenir une scénographie de l'alimentation - c'est-à-dire une scénographie de *pot-boiler* - utilisée pour inciter le visiteur à s'aventurer dans l'exposition et à atteindre plus tard le thème central réel et sérieux de l'exposition: les collections" (GRODWOHL, 2009, p. 134). Comment les étudiants se s'emparent-ils d'un concept "abstrait", théorisé à partir de pratiques sociales, - la diète méditerranéenne ou régime crétois -, pour le rendre "concret" et le manifester aux yeux des visiteurs? Outils agricoles, œuvres d'art, vaisselle et ustensiles de préparation culinaire, issus ou non des collections du Mucem participent de ce

méditerranéenne dans la sphère publique.

5 Cf. Avignon Université: <http://univ-avignon.fr/rechercher-une-formation/master-culture-et-communication-mediations-musees-patrimoines-mmp-museocom-1345.kjsp>. Nous remercions chaleureusement les étudiants du Master 2018-2019: S. BALESTRIERI, C. BEZERT, L. BONIN, E. BALLESTEROS, M. BURGALETA, A. CROSET, M. FONDARD, A. GUIRAUD, J. JANDOT DIT DANJOU, M. LACAVALERIE, M. LAJMI, R. LECHLEITER, M. LICATA, F. PASTORET, M. QUINCE, C. STALLONI, M. TARATINA, A. TINTINGER, L. TORTEROTOT, B. VEILLET.

projet qui vise à la fois à mettre en scène l'alimentation au musée, et à donner vie à ses expressions culturelles. Comment les étudiants en muséologie s'emparent-ils d'un patrimoine immatériel, constitué de savoirs, de savoir-faire, de traditions, de valeurs et de coutumes pour le rendre quasi palpable au musée par le biais d'objets ? Ces étudiants choisissent-ils "d'abord [de] montrer des objets et ensuite [d'] expliquer leur signification et leur fonction " ou d'"utiliser l'objet et les groupes d'objets pour expliquer la société dans ces différents aspects " (MUCEM, 2017, p. 7) ?

Cette recherche s'inscrit dans le champ des sciences de l'information et de la communication et plus spécifiquement en muséologie. Nous mobilisons ici une méthodologie de type sémio-pragmatique, qui repose sur l'analyse du corpus des livrables rendus à l'issue du projet par les étudiants du Master 1 Culture & Communication. En complément, nous nous appuyons sur les documents liés à la production de l'exposition *Le Grand Mezze*, et des entretiens réalisés avec son commissaire d'exposition, Edouard de Laubrie. Après avoir présenté la problématique et les grandes lignes du projet dans le cadre du Master de l'Université d'Avignon, nous analyserons de manière approfondie les productions des étudiants et tenterons de les mettre en perspective avec l'approche de l'équipe du Mucem.

2 Exposer des aliments

Pour réaliser cette exposition consacrée à l'alimentation en Méditerranée, Edouard de Laubrie, on l'a vu, a choisi de se concentrer sur la diète méditerranéenne. On le sait l'exposition de l'alimentation se prête à différentes approches: thématique, monographique (centrée sur un produit alimentaire particulier tel que le café en 2016-2017), chronologique (centrée sur les changements et transitions historiques, comme l'exposition dédiée au muséologue Georges-Henri Rivière en 2018-2019), ou spatiale (à différentes échelles géographiques, comme l'exposition "Connectivités"). La sélection des objets exposés repose largement sur la décision prise à cet égard: selon l'approche muséographique choisie, les artefacts seront choisis pour leur exemplarité ou pour leur représentativité (représentant des pratiques et d'usages courants dans la société). Cette diversité d'approches et le choix qui est fait de poursuivre l'une ou l'autre est donc d'autant plus important que l'étude de la diète méditerranéenne comporte différentes dimensions qu'il faut présenter au visiteur: humaine et biologique (le corps humain: alimentation, longévité, santé et bien-être), agricole et environnementale (production alimentaire, questions environnementales), sociologique et culturelle (pratiques et rites, identité, distinction, etc.). Tout cela en tenant compte du large cadre historique dans lequel s'enracine l'alimentation, de la difficulté de délimiter l'aire géographique sur laquelle elle s'étend, la Méditerranée étant au carrefour de multiples influences, et

des innombrables enjeux contemporains qui lui sont liés, tant sur le plan économique, social que politique. Il s'agit également de combattre certains clichés d'une Méditerranée présentée comme un paradis pour le touriste. Ainsi, l'exposition se doit dans ce cadre d'aborder des sujets contemporains tels que l'intensification agricole, les jeunes religieux, l'obésité galopante, les OGM ou les circuits courts⁶

Edouard de Laubrie dès l'abord choisit une approche thématique centrée sur l'étude d'une pratique alimentaire qui est à la fois un régime et un patrimoine culturel immatériel qui inclue donc un style de vie, des paysages, des traditions et rituels, des gestes culinaires, des parfums, des légendes, des techniques et des festivités, etc. Dans cette perspective, il semble d'autant plus complexe de mettre en scène, de représenter et d'aider le visiteur à comprendre un phénomène souvent jugé abstrait et intangible via les artefacts et le " média d'exposition ". L'exposition vue comme un média est en effet devenue un concept clé de la muséologie française, redéfinissant l'exposition comme un processus communicationnel fort produisant du sens pour un public donné (DAVALLON ; FLON, 2013). Ce concept est particulièrement représentatif du tournant opéré par les chercheurs français dans les années 1980-1990, sous la direction scientifique d'André Desvallées (1992) et du passage d'un musée défini autour de ses collections d'objets à un musée ouvert sur la société qui l'entoure. " Cette volonté de s'ouvrir à une population plus large, de désacraliser le musée et d'utiliser son financement comme un outil de développement communautaire, aussi utopique qu'elle puisse paraître...) est sans doute le moteur de la nouvelle muséologie " (MAIRESSE, 2000, p. 34). Si la conservation des artefacts était autrefois au cœur du musée (tant dans sa définition que dans ses enjeux), c'est aujourd'hui les publics qui sont au centre de toutes les problématiques muséographiques et muséologiques. Ainsi, " les partisans de cette " nouvelle muséologie " entendaient développer deux aspects: l'aspect médiatique, fournissant aux visiteurs les outils et les connaissances nécessaires à la compréhension des objets, et l'aspect communautaire de l'écomusée, au sein duquel le public pourrait " non seulement s'appropriier les objets, mais aussi prendre l'initiative de faire de son patrimoine la colonne vertébrale du musée " (GIRAULT, 2007).

3 Le " projet de simulation "

Les étudiants formés aujourd'hui dans le Master *Culture & Communication*, parcours *Médiations, Musées et Patrimoine*⁷ sont formés à la conception d'exposi-

6 Edouard de Laubrie, " Le Grand Mezzè ", *Note d'intention*, 15 oct. 2018.

7 L'équipe d'universitaires qui dirige le Master était alors composée des professeurs et professeurs associés L. Renaud, I. Brianço, J. Deramond, E. Triquet, N. Pianezza.

tion, et donc aux enjeux liés au média exposition. En effet, le projet de simulation constitue le temps fort de l'année de Master 1, préliminaire à la prise en main de l'association Muséocom⁸ en Master 2.

Fondé sur un projet bien réel, constitué avec un musée partenaire (L'Olympique de Marseille, L'Epicurium et la Collection Lambert à Avignon, ces dernières années) ce projet invite les étudiants à développer une proposition muséographique et scénographique à partir d'un cahier des charges strict : créer un concept d'exposition et un parcours afférent, à partir d'une liste d'artefacts proposée par le musée. Les étudiants sont accompagnés par une équipe composée d'enseignants-chercheurs et de professionnels. Répartis en 3 équipes concurrentes (en 2019, Cimuses, Kale et Muséovores) les étudiants suivent 4 ateliers successifs durant trois mois : ressources documentaires, évaluation préalable, concept d'exposition, médias de l'exposition. Le projet s'achève avec le rendu de deux livrables et une soutenance orale.

Les étudiants sont ainsi formés à la compréhension des fondements de la muséologie et de la muséographie : étudier ou mettre en pratique "cette relation [qui] entend conserver (muséaliser) et communiquer (visualiser) des objets (artefacts) en tenant compte de leur idée (c'est-à-dire de leur valeur immatérielle) et non de leur fonction utilitaire" (SCHÄRER, 2009, p. 116).

Pour le projet au Mucem en 2019, les étudiants sont invités à réfléchir à partir des espaces de l'exposition tels qu'ils étaient alors envisagés : l'espace actuel de 550m² qui accueille aujourd'hui l'exposition au rez-de-chaussée du bâtiment principal, le J4 et un couloir supplémentaire de 80m² également au rez-de-chaussée. Le commanditaire souhaite également que les étudiants fassent un lien avec le Jardin des Migrations, situé au Fort Saint-Jean. Les étudiants doivent s'adapter aux contraintes bien réelles liées à ces espaces (sorties de secours, accès aux ascenseurs, sorties électriques, équipements multimédias, etc.) ainsi qu'aux réglementations les plus récentes en matière d'accessibilité. Pour répondre à la commande, ils ont accès à une documentation importante : le programme muséographique confidentiel du commissaire, des plans du site, des résultats d'enquêtes antérieures, des listes d'artefacts. En plus de devoir indiquer leur concept d'exposition, un plan du parcours général de visite incluant leurs choix d'artefacts, une charte graphique, des éléments de texte et de signalétique, les étudiants doivent imaginer un parcours de visite adapté pour les enfants de 6 à 9 ans.

⁸ Muséocom est une jeune agence, composée des étudiants Master 2, offrant ses services aux musées et institutions culturelles locales en communication, médiation culturelle, évaluation et conception d'expositions. Cf.: <http://museocom.fr/>.

4 La place de l'artefact dans les propositions des étudiants

En analysant les propositions des étudiants à l'issue du projet, nous observons qu'ils ont tenté de pallier la difficulté à exposer l'alimentation, à travers un certain nombre d'objets de musée. Leurs propositions suggèrent l'inclusion de:

- Manuscrits ou documents d'archives imprimés offrant une perspective scientifique ou institutionnelle sur le régime méditerranéen (documents authentiques ou fac-similés.). Une équipe suggère que le carnet de notes d'Ansel et Margaret Keys soit reproduit dans l'introduction.
- Artefacts illustrant les nombreux aspects de l'alimentation, utilisés dans différentes activités humaines, de la production agricole (outils) à la consommation alimentaire (art de la table). Ce sont les artefacts les mieux représentés: par exemple, une table à plateau traditionnelle égyptienne des collections du Mucem ou une assiette à poisson italienne en terre cuite. Les artefacts choisis ne sont pas toujours issus de la collection du musée: une équipe suggère d'exposer des " produits alimentaires en paquets congelés".
- *Naturalia*, "éléments organiques et inorganiques de la nature" (1998, p. 167), tels que les graines ou de l'huile d'olive, qu'une équipe choisit de présenter dans des tubes à essai.
- Les œuvres d'art sont également bien représentées, qu'il s'agisse de natures mortes ou d'œuvres d'art contemporain. Une équipe présente le tableau *Une pêche au thon sur les côtes de Provence*, qui figurait déjà sur la liste du commissaire. Une autre équipe met en avant l'artiste français Cyprien Gaillard dans la deuxième section de l'exposition, parce qu'il interroge la place de l'homme dans la nature.
- Iconographie: cartes postales, photographies, cartes et publicités, afin de mettre en valeur les paysages, les pratiques et rituels, les voies de circulation des aliments, etc. Une équipe propose une série de trois photographies sur la permaculture et les fermes urbaines.
- des archives vidéo telles que des documentaires commandés et réalisés pour cette même exposition, mettant en valeur le savoir-faire des hommes et des femmes. Une équipe présente dans son introduction un film décrivant les différentes étapes de la fabrication du mastic à Chios. Une autre équipe clôt l'exposition avec quinze courts métrages présentant des recettes de chefs méditerranéens, avec gros plans sur leurs gestes.

Malgré la diversité des objets sélectionnés, on note que les étudiants donnent dans leurs livrables peu de renseignements sur les objets. Leurs derniers livrables

témoignent d'un certain détachement par rapport aux artefacts et aux collections au profit d'une réflexion plus développée sur le discours général. Par exemple, une seule équipe d'étudiants fournit une liste d'artefacts précise. Pourtant, ils n'avaient qu'à sélectionner leurs artefacts de prédilection parmi la liste pléthorique fournie par Edouard de Laubrie. Autre exemple, les étudiants défendent et expliquent rarement leurs choix. Ainsi, une équipe justifie le rôle, la fonction et la signification des objets choisis, en précisant leur intention de "présenter les artefacts dans leur environnement d'origine", dans un espace conçu comme une cuisine privée au sein de la troisième partie de l'exposition : "des fours à pain et des paniers à pain, des louches, des tamis à farine, des roues à beurre et des barattes". S'ils prennent en compte la matérialité des artefacts, ils prêtent peu d'attention à leur rareté, leur histoire ou leur aura potentielle. L'équipe des Muséovores évoque les pratiques culturelles de l'alimentation à travers "divers artefacts traditionnels, utilisés dans les cérémonies de mariage, le matériel d'un vendeur de réglisse ou d'un vendeur ambulant, etc. Ceux-ci permettent d'illustrer la sociabilité traditionnelle sur le marché." Ici l'artefact est choisi pour sa capacité à représenter un type d'objets. Enfin, des films et des photos sont souvent associés à ces artefacts pour mieux les contextualiser et rappeler au visiteur leur ancien usage et leur ancienne fonction, ce qui contribue également à créer une atmosphère particulière dans l'exposition. Ainsi, dans les propositions étudiantes, l'objet est généralement remplaçable et n'est pas voué à l'admiration des visiteurs. Il sert à illustrer une idée, participer d'une ambiance générale au sein de l'exposition.

Les étudiants semblent ainsi trouver peu d'intérêt à la valeur intrinsèque des artefacts, qu'elle soit plastique, monétaire ou scientifique. Dans cette perspective, comme dans la muséologie nord-américaine, telle que décrite par Yves Bergeron, "les artefacts font office de "figurants" "sur un plateau de tournage" (BERGERON, 2010, p. 401-411). Avec une telle approche, la "muséographie tend à présenter un nombre important d'artefacts spécifiquement commandés pour l'exposition, mêlant des objets de décoration-recontextualisation fabriqués par le musée et des objets 'authentiques' destinés à un autre usage que leur exposition" (GROGNET, 2005). L'objet est alors considéré comme un "élément du décor" (GROGNET, 2005).

5 Quelques éléments d'explication

Comment expliquer ce peu de cas fait à l'objet ? Sans aucun doute, il reflète la difficulté commune, partagée avec les professionnels, à exposer des aliments: comment montrer ce qui a été mais n'est plus dans l'assiette? Comment utiliser des artefacts pour montrer des objets en réalité éphémères et invisibles, en particulier les savoir-faire liés à la production agricole ou à la préparation culinaire, les contro-

verses et les peurs alimentaires, la construction du goût, les manières de table et autres rites? Exposer l'alimentation nécessite également de rendre autant que faire se peut l'aspect sensoriel des aliments (visuel, odorant, gustatif notamment), ce qui n'est pas évident, en créant "une relation fondamentale entre l'esthésie (sensations), l'esthétique (formes) et l'éthique (valeurs) qui régissent l'approche sensible" (BOUTAUD, 2012). "En l'absence de saveur, de perception rapide, directe et immédiate, l'expression du goût se réduit aux mots, aux images, aux objets, aux mises en scène de toutes sortes" (BOUTAUD, CHAUMIER, 2009, p. 13).

Le choix d'aborder le thème de l'alimentation en parlant d'un "régime" contribue à rendre la tâche des (apprentis) muséographes plus complexe encore, obligeant à aborder la diététique, mais aussi des aspects divers tels que la circulation des produits et des marchandises depuis l'Antiquité, la culture de l'olivier, l'élevage des moutons, les questions de *slow food* et de *junk food* dans une Méditerranée mondialisée. Ceci est d'autant plus difficile que les artefacts liés à l'alimentation peuvent sembler banals et ordinaires aux visiteurs: un plat de couscous, une étiquette de boîte de conserve de pois chiches, une boîte de pizza ou des mortiers peuvent être considérés comme de simples objets quotidiens, même s'ils proviennent de l'autre rive de la Méditerranée⁹. Cela permet de comprendre pourquoi les étudiants ne présentent pas les artefacts agricoles ou culinaires comme des objets rares ou précieux, mais les utilisent plutôt pour illustrer leur discours, dans chacune de leurs propositions.

On peut également considérer que cette approche illustre l'éloignement contemporain d'une "logique de l'objet" ou même d'un "régime de l'objet" qui a été particulièrement discuté dans la littérature scientifique en association avec la promotion du patrimoine culturel immatériel (BORTOLOTTI, 2011).¹⁰ Ce changement est décrit comme le développement d'une approche revisitée de la relation culture/objet. L'artefact est entièrement négligé, et pourtant il est mis de côté en tant qu'élément déterminant pour représenter une culture donnée, et pour décider de ce qui peut être qualifié de patrimoine ou non. Ainsi, "la principale innovation dans la définition du patrimoine ne dépend pas (...) de la tangibilité ou de l'intangibilité des nouvelles catégories de patrimoine, mais réside dans le passage progressif de la considération des *expressions* culturelles en tant qu'*objets* à leur considération

9 Contrairement à la collection d'art brut de Jean Dubuffet ou aux oeuvres de Jeff Koons, pour rester au Mucem.

10 Cet auteur a cependant montré combien cette position peut être théorique et la difficulté pour les mêmes promoteurs de l'idée de s'éloigner réellement d'une logique d'objet, pour mettre en évidence la nature processuelle du patrimoine. Voir également la critique de ce livre par Nathalie Heinich.

en tant que processus culturels” (BORTOLOTTI, 2007, p. 39-45). Cette approche du patrimoine culturel immatériel prétend également englober et mettre en évidence les “valeurs sociales du patrimoine culturel” (BORTOLOTTI, 2011) ou sa signification sociale, dans un effort pour inclure les histoires et les voix derrière les objets de manière plus visible. Ceci est notamment perçu comme une manière de rendre la nature processuelle et mouvante du patrimoine exposé et de reconnaître sa relation intrinsèque avec les hommes et les femmes qui le vivent et le pratiquent, en faisant entendre leur voix avant tout dans le musée, à côté des objets, voire avant les objets¹¹.

L'intérêt des étudiants pour les réflexions théoriques sur le patrimoine immatériel et les façons d'exposer les pratiques culturelles, les a donc amenés à lire des ouvrages tels que ceux de Chiara Bortolotto (2007 et 2011), de Noémie Drouget (2015) ou de Julia Csergo (2012, 2016), enseignés dans le cadre du Master¹². Ils ont ainsi appris que “Les objets ne sont pas ce qu'ils étaient censés être mais ce qu'ils sont devenus”, contrairement à la représentation classique (en muséologie ou dans les études liées à la culture matérielle), qui stabilise l'identité d'une chose dans sa forme matérielle fixe et fondée.” (THOMAS, 1991, p. 4). Ainsi, l'approche des étudiants consiste plutôt à défier la forme et la signification stables de l'objet. Leur réticence face à l'objet peut alors être interprétée comme une stratégie d'atténuation du processus de “muséalisation”, qui présenterait les cultures comme “figées dans le temps”, parce qu'exposées principalement par le biais d'artefacts matériels et de représentations fixes et statiques. Ici, donc, la tentative des étudiants de mettre en évidence la nature vivante du patrimoine culturel peut logiquement expliquer leur éventuelle attitude défiante envers les artefacts et leur hésitation à s'appuyer sur eux pour exposer le régime méditerranéen, au point toutefois de presque les négliger.

5 Le choix du discours

Rarement, l'artefact prend en effet une place et un rôle plus importants dans les propositions des étudiants. Dans ce cas, c'est pour mieux servir le discours de l'exposition. Ce type d'approche relève certainement de la “muséographie de rupture”, telle que conceptualisée, décrite et appliquée par Jacques Hainard au

11 Cette approche particulière visant à faire entrer les voix dans le musée remonte cependant à plus loin, et était déjà un motif de la “nouvelle muséologie” des années 1980.

12 Sous la direction de Chiara Bortolotto, *Le patrimoine immatériel, enjeux d'une nouvelle catégorie*, constitue une référence bibliographique majeure pour les étudiants de Master.

Musée d'ethnographie de Neuchâtel (MEN) en Suisse¹³: “Exposer, c’est mettre les artefacts au service d’une théorie, d’un discours, d’une histoire et non l’inverse” (HAINARD ; CHAUMIER, 2011, p. 45-51). Dans cette perspective, lorsqu’une équipe d’étudiants s’intéresse à un artefact particulier, comme la carte postale, c’est bien pour rendre visible, voire tangible, leur concept pour l’exposition, pour lui donner une substance matérielle. Comme ils l’expliquent dans leur livrable, ils suivent dans cette démarche l’exemple de l’exposition *La Différence* du Musée de la Civilisation de Québec, telle qu’analysée par Jacqueline Eidelman et Nathalie Raguette-Candido (2002, p. 357-366):

le propos de l’exposition “Le Grand Mezzo” est exposé avec un objet servant d’outil pour introduire le thème ainsi que les différentes sections, et s’inspirant du concept de “porte” de l’exposition “la Différence” (...). Ici, l’artefact permet d’ancrer le visiteur dans une réalité tangible en matérialisant les thèmes abordés dans chaque section (équipe Kale, Livrable 1).

La carte postale a été choisie précisément parce que “cette image idéalisée permet d’approcher à la fois les représentations et les stéréotypes potentiels du visiteur sur la nourriture, les habitudes et les savoir-faire méditerranéens”, tout en “suggérant l’idée de voyage et de circulation” (équipe Kale). Leur approche montre que les étudiants se rattachent aux traditions muséologiques récentes, qui tendent à s’éloigner de la “ muséologie de l’objet “ pour favoriser plutôt la “muséologie du point de vue “ (DAVALLON, 1992). Pour le dire autrement, selon nos observations, les étudiants ne cherchent pas à offrir au visiteur “une réunion d’objets” (DAVALLON ; FLON, 2013) comme c’est souvent le cas dans les expositions d’art et dans certaines expositions d’ethnologie. Dans ce cas, “pour le producteur (le “curateur”), seuls les artefacts comptent, et la relation que les visiteurs peuvent y rattacher” (DAVALLON ; FLON, 2013). Par conséquent, “avec la muséologie de l’objet, l’unité de base de ce système (la présentation) est la vitrine ou l’espace lui-même”. Le modèle communicationnel comprend deux pôles ou entités/catégories d’acteurs: l’un étant à la fois occupé par la conservation et la présentation du patrimoine (le conservateur) et à l’autre extrémité, celui qui est venu rencontrer les artefacts (le visiteur)” (DAVALLON, 1992, p. 113). Ici, l’accent mis sur l’artefact est beaucoup

13 “Dans les années 1980 et 1990, les expositions organisées au MEN sous la direction de Jacques Hainard, dans une démarche critique et poétique dite de “ muséologie de la rupture “, en ont fait un lieu incontournable de réflexion sur les pratiques muséales “ (CRENN, 2017).

plus fort: il s'agit de discuter de sa "biographie" (BONNOT, 2015, p. 165-183) avant et pendant l'exposition.

On note justement que, dans la continuité de cette dernière démarche, l'équipe du Mucem en charge de l'exposition *Le Grand Mezze* porte une attention particulière aux objets. Le comité scientifique consultatif réuni à de multiples reprises au musée (en 2017, 2018 et 2019), avec des anthropologues, des historiens, des archéologues du pourtour méditerranéen, s'est penché sur le choix des objets de l'exposition, a longuement discuté du choix précis des objets à présenter, débattant même de l'exposition de grains, de couscoussiers ou de colorimétries d'huiles d'olive...¹⁴. Par ailleurs, le commissaire Edouard de Laubrie n'a cessé d'exprimer son intérêt et son attention aux objets qu'il souhaitait exposer, comme en témoignent deux entretiens réalisés avec lui le 2 juin 2019 et le 14 mai 2020. Ses fréquents voyages en Sicile pour acheter des poupées en sucre traditionnelles fabriquées à l'occasion de fêtes religieuses, en Géorgie pour acquérir un chaudron caractéristique des manières de brasser la bière dans cette contrée du monde ou au Portugal pour acquérir du matériel de pêche à la morue, témoignent de son attachement, comme il le décrit, à mettre en évidence l'unicité et la plasticité de ces objets qui agissent comme des "témoins" représentatifs d'une culture spécifique, dans la tradition ethnologique (JAMIN, 1985, p. 51-74). À cette fin, le conservateur consacre un temps important au processus d'enquête - collecte: il retrouve ces couscoussiers, plats et fours dans leur contexte d'origine, interroge leurs propriétaires pour mieux comprendre leur état actuel, leur origine et leur fonctionnement.¹⁵ C'est précisément parce qu'il peut établir leur origine qu'il est mieux à même d'authentifier leur provenance, leur existence unique et leur valeur patrimoniale. Et c'est précisément parce qu'il peut "dire comment certains objets sont vus et compris, et le construire dans un récit" (BONNOT, 2015), qu'il transforme ces artefacts en "documents scientifiques nous informant sur les sociétés contemporaines" (GROGNET, 2005). Finalement, ces artefacts sont acquis par le musée et viennent enrichir les collections du Mucem. En effet, la plupart des artefacts ont été spécifiquement sélectionnés et acquis pour cette exposition, car le Mucem ne possède qu'une petite collection d'artefacts dédiés à la diète méditerranéenne¹⁶.

Dans cette logique, les objets à exposer doivent mettre en lumière une certaine culture et une histoire de rites, de manières de dire et de faire, de croyances. "Qu'ils

14 Séminaire du 4 mars 2019 avec le comité scientifique de l'exposition.

15 Entretien avec Edouard de Laubrie, 2 juin 2019, Marseille (France).

16 Avec ses collections provenant du Musée National des Arts et Traditions Populaires de Paris, le MUCEM possède des objets provenant principalement de France.

soient stockés dans les réserves obscures des musées ou sous les projecteurs d'une vitrine, les objets ethnographiques des musées ont tant à nous dire, en termes de vécu humain et d'histoires à raconter " (GROGNET, 2005). La construction du récit repose donc autant sur le discours de l'exposition que sur les objets eux-mêmes. Dans cette perspective, la proposition d'exposition, dans sa forme actuelle telle qu'elle a été formulée par le commissaire Edouard de Laubrie à ce stade, incarne clairement la visée institutionnelle du Mucem: "Les expositions tendent toujours à apporter un éclairage sur la société contemporaine, qu'il s'agisse de mettre en valeur de nouvelles acquisitions, de questionner des formes d'art comme la création contemporaine ou de mettre en perspective l'actualité, vue dans un contexte historique plus large" (MUCEM, 2017, p. 21). Les visiteurs sont alors invités à aborder l'alimentation méditerranéenne à travers l'artefact.

Comme on peut le constater dans les travaux des étudiants du Master d'Avignon, pour eux "l'usage, la nature et le statut des artefacts exposés sont (...) différents" (DAVALLON, 1992, p. 113). C'est sans doute l'atout majeur de ce type de projet dans la mesure où il permet aux étudiants d'enrichir le projet d'exposition ou d'apporter un regard neuf sur la proposition du musée en cours d'élaboration. Dans la lignée des travaux de Jean Davallon, les propositions d'exposition des étudiants illustrent et sont caractéristiques d'un "type spécifique de processus de production d'exposition", typique de la muséologie orientée opinion ou point de vue, exigeant "la participation du visiteur dans un processus de mise en scène" des artefacts (DAVALLON, 1996, p. 389-416), par opposition aux types de muséologie dites "d'objet" et de "de savoir". Par conséquent, "objets et savoirs y sont présents comme dans les autres formes [d'expositions] mais ils sont utilisés comme matériaux pour la construction d'un environnement hyper-médiatique dans lequel il est proposé au visiteur d'évoluer, lui offrant un ou plusieurs points de vue sur le sujet traité par l'exposition" (DAVALLON, 1992, p. 115). Les artefacts sont mis en scène pour participer d'un discours compréhensible et facile à interpréter par les visiteurs.

Il est tout à fait logique que les étudiants du Master *Culture & Communication* adoptent une perspective, que l'on peut qualifier de "communicationnelle" (DAVALLON, 2016). La nature et le format mêmes de la formation pédagogique qu'ils suivent expliquent en grande partie cela: après tout, les quatre cours différents se déroulent successivement sur une courte période, ce qui laisse relativement peu de temps pour la session initiale de recherche documentaire et pour la recherche d'objets supplémentaires à exposer. Ensuite, les étudiants reçoivent une formation limitée en matière de conservation et de techniques de collecte, puisque ce n'est pas l'objet du programme de ce Master inscrit en Sciences de l'information et de la Communication. D'autre part, il est clair que ce projet laisse une place centrale

à au concept d'exposition qui, on l'a vu, concentre l'attention des étudiants pendant un atelier entier. Enfin, dernier élément d'explication, on notera qu'un certain nombre d'universitaires impliqués dans la formation peuvent être qualifiés d'héritiers de Jean Davallon professeur émérite à Avignon Université et à l'origine de cette formation, à commencer par Eric Triquet, son ancien doctorant, actuellement professeur à l'université d'Avignon. Les étudiants sont ainsi "immergés" dans ce qui est souvent appelée l'École d'Avignon " (MAIRESSE, 2016, p. 15), s'intéressant à la "muséologie comme champ de recherche", dans une "logique médiatique" combinant les approches de "disciplines telles que la sémiotique, la psychologie et la sociologie" (ibid.).

5 Conclusion

Comme nous l'avons montré, les livrables remis par les étudiants à la fin du projet de simulation reflètent largement le contexte pédagogique dans lequel ce projet s'inscrit. En tant qu'étudiants en muséologie formés au Patrimoine Culturel Immatériel ils abordent la conception de ce type d'exposition dans une perspective communicationnelle largement axée sur les visiteurs du musée. Ils ont ainsi travaillé à la *mise en scène* de l'exposition, accordant à l'artefact un simple rôle d'illustration de leur point de vue, dans le cadre d'un type spécifique de muséologie développé par Jean Davallon. Ce faisant, ils se présentent comme les héritiers d'une tradition muséologique spécifique. A cet égard, leurs propositions semblent pouvoir offrir un regard neuf au conservateur de musée dont la formation en histoire de l'art et en ethnologie explique le recours à la recherche-collecte et au traitement de l'artefact comme témoin d'autres cultures. Au-delà de la complémentarité évidente entre les approches du conservateur et des étudiants, l'analyse des propositions des étudiants montre combien l'élaboration d'une exposition dépasse largement les questions de présentation de l'artefact et s'inscrit dans le projet institutionnel du musée d'accueil. Comme le rappelle Fabrice Grognet, "en effet, comme on l'a déjà montré, [c'est après tout souvent] le musée ou plus exactement "le modèle institutionnel du musée" (DAVALLON, 1992, p. 105) qui permet aux artefacts du patrimoine culturel d'être considérés comme des témoins ou des œuvres d'art" (GROGNET, 2005).

Bibliographie

BERGERON, Y. L'invisible objet de l'exposition. Dans les musées de société en Amérique du Nord. *Ethnologie française*, n. 40, p. 401-411, 2010.

BITGOOD, S. *The ABCs of label design, Visitor Studies: theory, research and practice*. Jacksonville, Al: Centre for Social Design, 1991. p. 115-129.

BONNOT, T. La biographie d'objets: une proposition de synthèse. **Culture & Musées**, n. 25, p. 165-183, 2015. Disponible sur: <https://doi.org/10.4000/culturemusees.543>. Consultés les: 30 juin 2021.

BORTOLOTTI, C. From the 'monumental' to the 'living' heritage: a shift in perspective. *In: World Heritage: global challenges, local solutions*. Oxford: Archeopress, 2007. p. 39-45.

BORTOLOTTI, C. Le **trouble du patrimoine culturel immatériel**. Le Patrimoine culturel immatériel. Enjeux d'une nouvelle catégorie. Paris: Éditions de la MSH, 2011. p. 21-43. Disponible sur: <http://books.openedition.org/editionsmsh/3552>. Consultés les: 30 juin 2021.

BOUTAUD, J.-J.; CHAUMIER, S. Scènes et scénographies alimentaires. **Culture & Musées**, n. 13, 2009. Disponible sur: https://www.persee.fr/issue/pumus_1766-2923_2009_num_13_1. Consultés les: 30 juin 2021.

BOUTAUD, J.-J. L'esthésique et l'esthétique. La figuration de la saveur comme artification du culinaire. **Sociétés & Représentations**, n. 34, p. 85-97, 2012.

CHAUMIER, S. Les écritures de l'exposition. **Hermès**, La Revue, n. 61, p. 45-51, 2011. Disponible sur: <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2011-3-page-45.htm>. Consultés les: 30 juin 2021.

CHAUMIER, S. Les méthodes de l'évaluation muséale: quelques repères au sujet des formes et des techniques. **La lettre de l'OCIM**, n. 65, p. 13-21, 1999.

CLIFFORD, J. **Museums as Contact Zones, Routes: travel and Translation in the Late Twentieth Century**. Cambridge: Harvard University Press, 1997. p. 188-219.

CRENN, G. Reformulation du discours du musée dans les expositions ethnographiques réflexives. **Série d'études ICOFOM**, n. 45, p. 37-46, 2017.

CRUIKSHANK, J. Imperfect ethnographic translations: rethinking Objects of Ethnographic Collection. **Museum Anthropology**, n. 19, p. 25-38, 1995.

CSERGO, J.; COHEN, E. (ed.). L'Artification du culinaire. **Sociétés & Représentations**, 2012.

CSERGO, J. Quelques enjeux de l'inscription de patrimoines alimentaires à l'Unesco. **Géoéconomie**, n. 78, p. 187-208, 2016.

DAVALLON, J.; FLON, E. 'Le média exposition'. **Culture & Musées**, 2013.

Disponible sur: <http://journals.openedition.org/culturemusees/695>. Consultés les: 30 juin 2021.

DAVALLON, J. À propos de la communication et des stratégies. *In: La Science en scène*. Paris: Éditions du Palais de la Découverte, 1996. p. 389-416.

DAVALLON, J. Le musée est-il un média? **Publics & Musées**, n. 2, p. 99-123, 1992.

DAVALLON, J. Penser le patrimoine selon une perspective communicationnelle, **Sciences de la société**, n. 99, 1996. Disponible sur: <http://journals.openedition.org/buproxy.univ-avignon.fr/sds/5257>. Consultés les: 30 juin 2021.

DESVALLÉES, A. Présentation. *In: Vagues: une anthologie de la Nouvelle Muséologie*. Savigny-le-Temple: Éditions W-M.N.E.S, 1992. p. 15-39.

DESVALLÉES, André. Nouvelles. Termes muséologiques de base. **Publics & Musées**, 14, p.163-171, 1998.

DROUGUET, N. **Le musée de société**: de l'exposition de folklore aux enjeux contemporains, Paris: Armand Colin, 2015.

EIDELMAN, J.; RAGUET-CANDITO, N. L'exposition La Différence et sa réception en Suisse, en France et au Québec. **Ethnologie française**, n. 32, p. 357-366, 2002.

FALK, J.; DIERKING, L. **The Museum Experience**. Washington: Whalesback, 1992.

GIRAULT, Y. Les musées de science, précurseurs d'une autre muséologie. **Séminaire Muséographie et nouvelles formes d'adresse au public**. 2007. Disponible sur: http://web.iri.centrepompidou.fr/fonds/upload/seance/11/Museo-09_05_07-Participation_du_public.pdf. Consultés les: 30 juin 2021.

GONSETH, M.-O. 'La rhétorique expographique au Musée d'ethnographie de Neuchâtel', **Ethnologie française**, n. 38, p. 685-691, 2008.

GRODWOHL, M. La scénographie du cochon et de la choucroute: mémoires d'écomusée d'Alsace. **Culture & Musées**, n. 13, p. 131-151, 2009.

GROGNET, F. Objets de musée, n'avez-vous donc qu'une vie? **Gradhiva**, n. 2, p. 49-63, 2005.

HEINICH, N.; POLLAK, M. Du conservateur de musée à l'auteur d'expositions: l'invention d'une position singulière. **Sociologie du Travail**, n. 31, p. 29-49, 1989.

JAMIN, J. **Les objets ethnographiques sont-ils des choses perdues?** Temps perdu, temps retrouvé: voir les choses du passé au présent. Neuchâtel: musée d'ethnographie, 1985. p. 51-74.

JULIEN, M.-P.; ROSSELIN, C. **La culture matérielle**. Paris: La Découverte, 2005.

LEVENT, N.; MIHALACHE, I. (ed.). **Food and Museums**. Londres: Bloomsbury, 2018.

MAIRESSE, F. (ed.). **Nouvelles tendances de la muséologie**. Paris: Documentation française, 2016.

MAIRESSE, F. La belle histoire aux origines de la nouvelle muséologie. **Publics & Musées**, n. 17-18, p. 33-56, 2000.

MARQUES DA SILVA, A. J. **La diète méditerranéenne: discours et pratiques alimentaires en Méditerranée**, v. 2. Paris: L'Harmattan, 2015.

MEDINA, F. X. Mediterranean diet, culture and heritage: challenges for a new conception. **Public health nutrition**, v. 12, n. 9, p. 1618-1620, 2009.

MUCEM. **Projet scientifique et culturel**. Marseille: MUCEM, 2017. Disponible sur: https://www.mucem.org/sites/default/files/2017-04/psc_mucem_2017.pdf. Consultés les: 30 juin 2021.

NICKS, T. Introduction. *In*: **Museums and source communities**. New-York: Routledge, 2003.

RICHARD, R. 'On the valuing of Museum Objects'. **Museum Anthropology**, n. 165, p. 21-28, 1992.

SCHÄRER, M. R. La mise en exposition de l'alimentation: L'exemple de l'Alimentarium de Vevey. **Culture & Musées**, n. 13, p. 115-129, 2009.

THOMAS, N. **Entangled objects: exchange, material culture and colonialism in the Pacific**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

50

Realização



Cooperação



Cooperação
Representação
no Brasil

Financiamento



ESTA OBRA É PARTE DA COLEÇÃO PPGCI 50 ANOS E FOI
COMPOSTA EM MINION PELO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO
TUTORIAL DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ EM
SETEMBRO DE 2021.

Esta obra procura espelhar a pluralidade da produção científica da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediação e Usos Sociais dos Saberes e da Informação (Rede Mussi), tecida no V Colóquio Científico Internacional da mesma rede. A qualidade dos trabalhos, dos debates e o resultado das pesquisas aqui apresentados demonstram a capacidade da Rede Mussi, através de seus múltiplos nós, se reconstruir diante dos dilemas de cada contexto histórico-social.

EM COOPERAÇÃO



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization